

MÁRIO JOSÉ FILIPE DA SILVA

**Promoção da Língua Portuguesa no Mundo:  
Hipótese de Modelo Estratégico**

**TESE DE DOUTORAMENTO**

**em**

**Estudos Portugueses**

**UNIVERSIDADE ABERTA**

Lisboa 2005

MÁRIO JOSÉ FILIPE DA SILVA

**Promoção da Língua Portuguesa no Mundo:  
Hipótese de Modelo Estratégico**

**TESE DE DOUTORAMENTO**

**em**

**Estudos Portugueses  
Política de Língua**

**Orientação Científica**

Professora Doutora Maria Emília do Carmo Ricardo Marques

(Professora Catedrática Aposentada UA)

Professora Doutora Rosa Maria Sequeira da Piedade

(Professora Auxiliar UA)

Professora Doutora Maria José Reis Grosso

(Professora Auxiliar FL-UL)

## Índice

ANEXOS.....	III
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	IV
ÍNDICE DE QUADROS .....	IV
INTRODUÇÃO .....	1
1. PORTUGAL, POLÍTICAS DE LÍNGUA E PLANEAMENTO LINGUÍSTICO .....	1
1.1. O PORQUÊ DE UM ESTUDO.....	1
1.2. PROBLEMÁTICA DE BASE DA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, COMO DIASSISTEMA.....	3
2. PRECISAR UM DIAGNÓSTICO: ANÁLISES DE CONTEÚDO, ESTUDOS DE CASO, ENTREVISTAS .....	12
3. MODELO ESTRATÉGICO, PERCURSO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO ...	14
PARTE I .....	16
4. LÍNGUAS DE COMUNICAÇÃO GLOBAL (LCG) .....	16
4.1. LCG, PERCURSOS.....	16
4.2. LCG E ECONOMIA, LINHAS DE FORÇA .....	19
4.3. OS TRILHOS DA HISTÓRIA .....	23
4.4. A AVENIDA DO TRIUNFO .....	26
4.5. LCG, ARMAS DE DESTRUIÇÃO MASSIVA.....	28
4.6. LCG, UM OUTRO ENTENDIMENTO DESTE FENÓMENO .....	41
5. POLÍTICAS DE LÍNGUA E PLANEAMENTO LINGUÍSTICO (PLP) ...	52
5.1. O MUNDO EM QUATRO LÍNGUAS REPARTIDO: CENTRAÇÃO NO MUNDO OCIDENTAL.....	52
5.2. CONVIVÊNCIA DESTAS QUATRO LÍNGUAS .....	55
5.3. POLÍTICAS DE LÍNGUA COMO OBJECTO DE ESTUDO .....	63
5.3.1. Políticas de língua .....	63
5.3.1.1. Génese .....	66
5.3.1.2. Fundamentos.....	68
5.3.1.3. Domínios da PLP.....	83
6. AÇÃO EXTERNA – ESTUDOS DE CASO.....	85
6.1. HIPÓTESES DE RESOLUÇÃO EM VÁRIAS COMUNIDADES LINGUÍSTICAS	85
6.1.1. Modelos: estudo de casos .....	85
6.1.1.1. A França e a francofonia .....	92
6.1.1.2. O Reino Unido e o mundo de língua inglesa .....	100
6.1.1.3. A Espanha e o espanhol no mundo.....	103
SÍNTESE .....	105
6.2. AÇÃO EXTERNA E AÇÃO INTERNA.....	108
6.2.1. Alguma contribuição portuguesa para a difusão internacional do inglês .....	108

6.2.2. Breve relance sobre a situação da língua francesa no sistema de ensino em Portugal .....	111
PARTE II – O CASO PORTUGUÊS.....	115
7. PORTUGAL E A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	115
7.1. ALGUNS ASPETOS MARCANTES .....	115
7.2. OS PASSOS, O CAMINHO E A ORIENTAÇÃO.....	147
7.3. PROGRAMAS DE GOVERNO. A PRESENÇA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO: PRIORIDADES, ORIENTAÇÕES E VALORIZAÇÃO.....	160
7.3.1. A primeira década de Governos Constitucionais .....	161
7.3.2. A segunda década de Governos Constitucionais .....	169
7.3.3. Uma década na transição de século. Avanço? Recuo?....	179
7.4. INSTÂNCIA(-S) DE COORDENAÇÃO DE POLÍTICA E PLANEAMENTO LINGUÍSTICO.....	208
8. INSTITUIÇÕES ACTUANTES.....	210
8.1. O INSTITUTO CAMÕES.....	210
8.1.1. Primeiros ensaios .....	210
8.1.2. Análise da estrutura e funções dominantes .....	214
8.1.3. Entre o pensar e o agir.....	232
8.1.4. Para além das leis orgânicas, a política de língua ....	235
8.1.4.1. Da nova reestruturação à dinâmica da expansão ..	235
8.1.4.2. Depois da expansão: a retração? .....	282
8.1.5. A questão orçamental.....	353
SÍNTESE .....	357
8.2. O IPOR – INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE .....	361
8.2.1. Análise da estrutura e funções dominantes .....	363
8.2.2. Fundação e primeiros anos .....	364
8.2.3. O segundo lustro.....	386
8.2.4. O IPOR e a RAEM .....	429
SÍNTESE .....	449
9. AS ENTREVISTAS.....	452
PARTE III – OUTROS CASOS OUTRAS INSTITUIÇÕES .....	464
10. A CPLP .....	464
10.1. O IILP .....	473
10.2. O BRASIL .....	475
11. A UE .....	484
PARTE IV .....	496
12. HIPÓTESE DE UM MODELO ESTRATÉGICO .....	496
CONCLUSÃO.....	525
BIBLIOGRAFIA .....	533

## **Anexos**

Os anexos são apresentados em CD-ROM.

### Anexo I

Programas de Governo

### Anexo II

Legislação

### Anexo III

Informação veiculada pela imprensa escrita

## Índice de gráficos

GRÁFICO 1 AS DEZ PRINCIPAIS LÍNGUAS MATERNAS NO MUNDO .....	4
GRÁFICO 2 PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS .....	5
GRÁFICO 3 ALUNOS DE PORTUGUÊS NO EXTERIOR SOB COORDENAÇÃO DO ME EM 2001 .....	80
GRÁFICO 4 LE NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO EM PORTUGAL .....	112
GRÁFICO 5 LE COMO SEGUNDA LÍNGUA .....	113
GRÁFICO 6 ORÇAMENTOS INSTITUTO CAMÕES I .....	354
GRÁFICO 7 ORÇAMENTOS INSTITUTO CAMÕES II .....	355
GRÁFICO 8 POPULAÇÃO DA CPLP I .....	498
GRÁFICO 9 POPULAÇÃO DA CPLP II .....	499

## Índice de quadros

QUADRO 1 COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA UNIÃO EUROPEIA .....	8
QUADRO 2 REDE OFICIAL – NÚMERO DE ALUNOS – ANO LETIVO 2004/2005 .....	81
QUADRO 3 REDE PARTICULAR .....	81
QUADRO 4 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA I .....	215
QUADRO 5 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA II .....	217
QUADRO 6 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA III .....	219
QUADRO 7 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA IV .....	222
QUADRO 8 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA V .....	226
QUADRO 9 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA VI .....	228
QUADRO 10 APRESENTAÇÃO COMPARATIVA VII .....	229
QUADRO 11 DOCENTES INSTITUTO CAMÕES – GERAL I .....	248
QUADRO 12 DOCENTES NOS PALOP .....	253
QUADRO 13 INSTITUTO CAMÕES ORÇAMENTOS .....	259
QUADRO 14 ESTRUTURA DO INSTITUTO CAMÕES NO EXTERIOR .....	299
QUADRO 15 DOCENTES DO INSTITUTO CAMÕES I .....	341
QUADRO 16 DOCENTES DO INSTITUTO CAMÕES II .....	341
QUADRO 17 ALUNOS DO IPOR- EVOLUÇÃO .....	427
QUADRO 18 REDE IPOR .....	442
QUADRO 19 MODELO DE GILES .....	504
QUADRO 20 HIPÓTESE DE UM MODELO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR .....	513

## Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de entidades e pessoas que concorreram, com a sua disponibilidade e apoio, para que, agora, pudesse chegar a esta página. É, por isso, com gosto, que agradeço à Senhora Presidente do Instituto Camões, Dr.<sup>a</sup> Simonetta Luz Afonso e ao Senhor Professor António Vasconcelos Saldanha, então Presidente do Instituto Português do Oriente, as necessárias autorizações para que me fosse possível realizar esta Investigação. Agradeço, igualmente, aos que, na qualidade de antigos Presidentes daqueles Institutos, Professor Doutor João Paulo Monteiro, Dr. Jorge Couto e Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Laborinho, tão gentilmente acederam a ser entrevistados, tal como os deputados da Nação Luís Fagundes Duarte, Luísa Mesquita, Teresa Caeiro e José Cesário. Também houve quem tivesse paciência para ler as minhas folhas e, por isso, agradeço à Dr.<sup>a</sup> Perpétua Silva. Agradeço também à Dr.<sup>a</sup> Fernanda Barrocas, que, no Instituto Camões, tanto me ajudou nas minhas buscas documentais.

Agradeço às minhas Orientadoras, Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques, Professora Doutora Rosa Maria Sequeira e Professora Doutora Maria José Reis Grosso, cujo incentivo, orientação científica e disponibilidade para me aconselhar nesta investigação, me foram preciosos.

Finalmente, quero agradecer à minha família, à minha mulher, Beatriz, e aos meus filhos, Guilherme e Patrícia, pela extraordinária paciência que tiveram para comigo e, sobretudo, pelo apoio que sempre senti que nunca me faltou e me permitiu chegar aqui.

## **Introdução**

### **1. Portugal, políticas de língua e planeamento linguístico**

#### **1.1. O porquê de um estudo**

O espaço das línguas de disseminação com incidência planetária, como o inglês, o francês, o espanhol, o português, ou regionalmente delimitada geograficamente, como o árabe, o russo ou o malaio, por exemplo, tende a gerar cadeias confluentes de interesses que, se por um lado, ultrapassam largamente as fronteiras do idioma, por outro, são potenciadoras de aspetos que o possuir um mesmo código de comunicação facilita.

Estão nesta situação as línguas em redor das quais se estabeleceram espaços de interesse geolinguístico, os quais, cumulativamente, favoreceram o cimentar de áreas estratégicas de influência geopolítica.

Foi este entendimento – e a necessidade de substituir os antigos laços económico-coloniais – que motivou o surgimento de realidades económico-políticas sob o guarda-chuva afetivo/pragmático de pertença a uma comunidade linguística. Surgiram assim áreas de anglofonia, francofonia, etc.

É tendo presente o valor económico e de influência que uma língua comum possui, que se deve pensar estrategicamente a língua portuguesa, não apenas no campo dos discursos, mas, fundamentalmente, no campo das ações concretas que o tempo e a evolução histórica determinaram.

Um bloco linguístico e económico dinâmico gera um efeito multiplicador de necessidades de aprendizagem linguística, e outras, relativamente a esse bloco.

No entanto, para que tal movimento seja mais do que um mero desejo, mais do que uma frase simbólica, e pretenda ir além do superficial e da circunstância, num discurso episódico ou num qualquer programa de Governo, é imperioso que o ato de produção de um discurso seja acompanhado da ação que o ratifica.

A língua portuguesa, como língua de comunicação global falada por países com potencial económico reconhecidamente elevado, ainda que por desenvolver ou em desenvolvimento, impõe uma política linguística desejavelmente aceite por todo o bloco lusófono e, no assumir de um comportamento de que partilhamos uma verdadeira língua de comunicação internacional, facto que exige uma política de língua para não falantes de português como língua materna que vá além do espaço geolinguístico da língua portuguesa.

## **1.2. Problemática de base da promoção e difusão da Língua Portuguesa, como diassistema**

Parece certo, e é sem contestação aceite, que a língua portuguesa, pelo peso dos seus mais de 200 milhões de falantes nativos, produz, forçosamente, pela ação natural dos seus falantes, riqueza, ciência, tecnologia, em suma, conhecimento. A criatividade dos seus falantes manifesta-se nas artes plásticas, na literatura, no teatro, no cinema, na dança e em outras manifestações culturais e desportivas. Tudo isto deverá ser partilhado e entendido como a marca endógena comum moldada pela comunicação numa língua a que todos chamam sua<sup>1</sup>. É compreensível, por isso, que outros, externos a este espaço físico e linguístico, a ele desejem aceder para ter acesso a qualquer das suas manifestações de produção, ou económica, ou cultural, nas suas aceções mais abrangentes e diversas, da mesma forma, aliás, que acedemos ao que outros povos, noutras línguas, produziram/produzem.

Quando falamos de uma língua que abrange oito países em quatro continentes, constatamos que ela não é só uma língua de comunicação internacional, é-o igualmente, e por força da sua distribuição geográfica, transcontinental e transcultural.

Falamos de uma língua que se enraíza quotidianamente em realizações nacionais específicas, se alimenta e enriquece nas culturas que nela se consomem e nela ganham força, expressão, sentido e significado. É uma língua global, um diassistema, que une povos que a usam como veículo de um dizer e de um pensar.

A língua portuguesa, cujos falantes constituem 3,5 % dos cerca seis biliões de habitantes do planeta, viu o seu estatuto de língua de

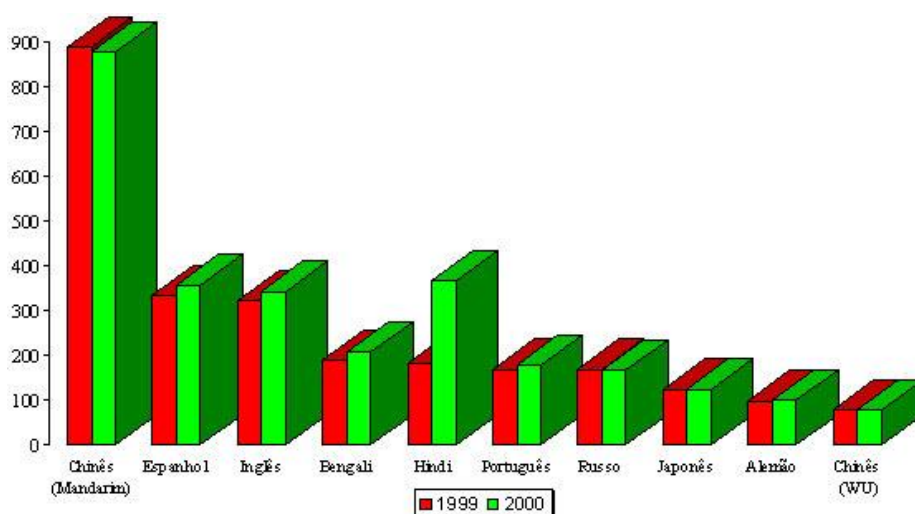
---

<sup>1</sup> Quer seja por via de língua materna ou língua oficial.

comunicação global implicitamente reconhecido num relatório recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu onde se lê que "... a língua portuguesa é, em número de falantes, a terceira língua europeia de comunicação universal."<sup>2</sup>

Acresce que, de acordo com os dados publicados em *Ethnologue* (2000), mas que encontra eco noutras fontes, o português surge como a sexta língua materna mais falada no mundo.

**Gráfico 1** As dez principais línguas maternas no mundo



Fonte: *Ethnologue. Languages of the World*, 13ª edição, 1999. *Idem*, 14ª edição, 2000.

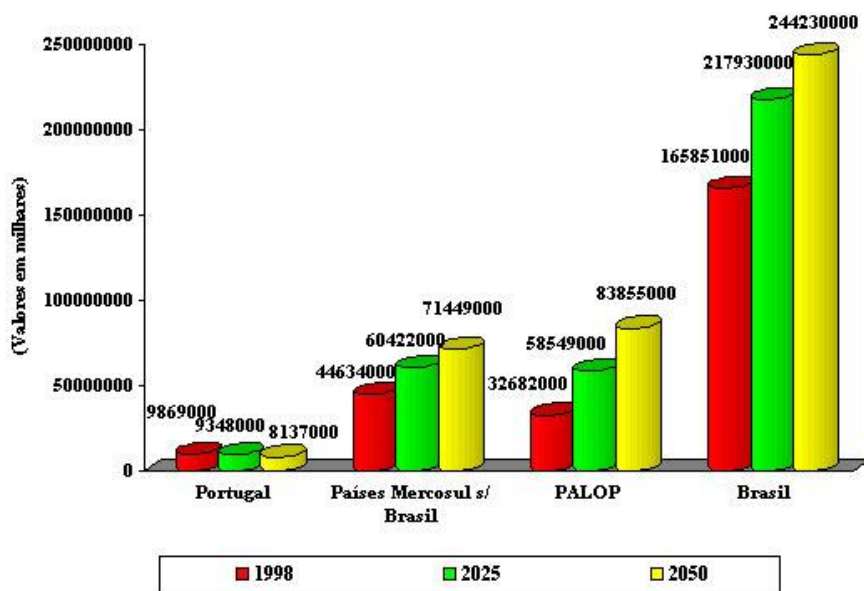
A Língua Portuguesa é também língua oficial, de trabalho ou de tradução, obrigatória em doze organizações internacionais alargadas como a UE, a UNESCO, a UA (Unidade Africana), OEA (Organização dos Estados Americanos), ou a FIVB (Federação Internacional de Voleibol), entre outras.

<sup>2</sup> *Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativo à RAEM, apresentado pelo Deputado Mário Soares, aprovada na sessão de Terça-feira, 8 de Abril de 2003.*

Acresce ainda o facto de a língua portuguesa ser a língua de mais de 4,6 milhões de emigrantes e de cidadãos ascendência portuguesa, espalhados pelo mundo, sem contar com numerosíssimos emigrantes de outros países lusófonos, principalmente, de Cabo Verde, Angola e Brasil ou Moçambique.

A situação acima apresentada justifica que o português surja na galáxia linguística mundial (De Swaan:2001) como pertencendo ao restrito conjunto das “*supercentral languages*”, no quadro proposto de um sistema linguístico global<sup>3</sup> que integra um grupo de onze línguas, entre as quais o árabe, o chinês, o inglês, o francês e o espanhol. De acordo com esta perspetiva, o inglês surge como “*hypercentral*”, papel que conjuntamente lhe cabe.

Gráfico 2 Projeções demográficas



Fonte: UN (1999) - Revision World Estimates and Projections (<http://www.popin.org/popin/wtrends>).

Do que atrás fica escrito e do que ressalta do gráfico acima, deve-se ter em conta que a língua portuguesa se posiciona em termos de

<sup>3</sup> De Swaan, 2001, *Words of the World*, Polity Press. pp. 4-6.

futuro, quer como uma língua em crescimento demográfico, alargando a base dos seus falantes nativos, quer como uma língua com margem de crescimento mesmo por razões económicas, visto ser usada por nações que dispõem de um reconhecido potencial de desenvolvimento económico e social.

A sua vitalidade advém-lhe de uma dinâmica interna alimentada inicialmente por uma componente de origem remota com raízes de quase dez séculos, mas que encontrou bases para o seu rejuvenescimento em povos jovens, em regiões de grande riqueza cultural e de forte potencial económico. A língua portuguesa deve por isso ser entendida como uma língua de futuro, como uma língua jovem, de populações jovens, de países jovens.

Este carácter fundamental, a sua juventude, constitui o seu património essencial no quadro interno da lusofonia<sup>4</sup>, mas também uma disponibilidade para crescer como língua estrangeira, nomeadamente

---

<sup>4</sup> Não se discute neste estudo a legitimidade ou a propriedade do uso do termo *Lusofonia*. O relevante neste caso é o que o conceito encerra de definição de espaço geolinguístico. Se *lusu* é um termo demasiado “português” para descrever uma realidade bem mais lata e diversa, pode também ser apenas uma forma de discutir uma embalagem para não discutir o conteúdo. O conceito operativo *Lusofonia*, aqui adotado e usado, funda-se no reconhecimento de um universo comunicacional real da língua portuguesa e na assunção das vantagens que as dinâmicas de bloco linguístico-económico-cultural comportam, no mundo atual, de uma realidade social, política e linguística formal, plasmada na adoção de uma língua comum como língua oficial, mas que a própria existência de outros blocos comprova como útil e a que a afinidade comunicacional linguística serve de molde. Perspetivar a *Lusofonia* apenas em termos redutores de neocolonialismo, ou de ideologias radicais, que hoje já não tem seguidores institucionais é mera demonstração de imaturidade política nostálgica e é desprezar um fator de imagem de união internacional, em favor de interesses terceiros, também eles baseados no mesmo conceito linguístico-estratégico. Aceitar que existem “fonias más” e “fonias boas”, ou é servir as supostas boas, ou é não perceber a dinâmica de blocos, e é colocar oito nações e 200 milhões de cidadãos numa posição inaceitável de subalternidade. Para quem defenda a teoria e o mito das línguas “ricas e desenvolvidas” e o das “línguas pobres e subdesenvolvidas”, e que, o que um país pobre, ou em vias de desenvolvimento, que não fala “uma das línguas eleitas”, deveria fazer era juntar-se ao bloco dos países das línguas “ricas e desenvolvidas”, deve lembrar-se que, por exemplo, a maioria dos países africanos têm o inglês ou o francês como língua oficial e nenhum deles consta da lista dos países mais ricos e desenvolvidos, mas todos eles contribuem com as suas matérias-primas para os países ricos e desenvolvidos. Na verdade, não é por se falar inglês que se chega a rico mais depressa, mas é um bom recurso linguístico para um país de língua inglesa do hemisfério norte lá ir buscar os recursos naturais de que precisa para continuar rico. Finalmente, e mais substantivo que todas as emoções e paixões sobre a questão, o termo *Lusofonia* é um termo consagrado na bibliografia internacional da área que nos ocupa a investigação, tanto francesa como inglesa e que consta da Bibliografia que se encontra no fim deste trabalho. Sobre esta questão ver também a nota 490.

se se conjugarem os necessários fatores políticos e económicos favoráveis que marcam o desenvolvimento dos países da lusofonia.

Estão nesta situação Angola e, principalmente, o Brasil, que tenderá a revelar-se como uma potência económica e política, na cena mundial, no desenrolar do século XXI. Da confluência destes dois fatores de crescimento resulta que a língua portuguesa virá a surgir como uma língua atrativa para os falantes de outras línguas, por motivos pragmáticos, que a economia mundial torna inevitáveis.

Neste contexto, e porque a língua assume um papel e um alcance económico e estratégico não negligenciável, é indispensável encarar a língua como um valor, não só cultural e identitário de um povo ou de certos povos, mas, como uma mais-valia para uma política económica externa. Numa perspetiva de globalização, será de esperar a definição de uma estratégia linguística que enquadre esta realidade<sup>5</sup> numa política de língua sólida e consequente, vise ela o médio ou o longo prazo.

---

<sup>5</sup> A nível da UE, por exemplo, não são conhecidos dados estatísticos sobre o número de falantes de português como língua não materna no Espaço Comum Europeu. Isto inviabiliza, entre outras possibilidades, a avaliação da atividade das dezenas de leitorados de Português na Europa, ou a avaliação do trabalho dos professores das escolas públicas que, na Europa e no resto do Mundo, ensinam português a nível do Básico ou do Secundário tendo em vista o retorno que o atual esforço de Portugal em termos de recursos humanos, científicos e materiais impõe que se faça.

### Quadro 1 Competências em línguas estrangeiras na União Europeia

Língua	Percentagem da população da UE que a fala como língua materna	Percentagem da população da UE que a fala mas NÃO como língua materna	Percentagem total dos que falam esta língua
Alemão	24%	8%	32%
Francês	16%	12%	28%
Inglês	16%	31%	47%
Italiano	16%	2%	18%
Espanhol	11%	4%	15%
Holandês	6%	1%	7%
Grego	3%	0	3%
Português	3%	0	3%
Sueco	2%	1%	3%
Dinamarquês	1%	1%	2%
Finlandês	1%	0	1%

Fonte: UE (Fevereiro de 2001) – Eurobarómetro, Os Europeus e as Línguas ([http://europa.eu.int/comm/education/policies/languages/index\\_pt.html](http://europa.eu.int/comm/education/policies/languages/index_pt.html))

No entanto, num documento intitulado *Língua Portuguesa, Perspetivas para o Século XXI*, publicado tendo como pano de fundo o Ano Europeu das Línguas (2001) pelo organismo governamental que tutela a promoção da língua e cultura portuguesas no exterior, pode ler-se:

«A importante posição que a Língua Portuguesa ocupa atualmente no panorama linguístico mundial não resulta, todavia, da concretização de um programa estratégico

visando alcançar esse objetivo<sup>6</sup>, uma vez que Portugal não associou ao seu processo de expansão, uma política de difusão da língua, opção contrária à adotada por outras potências europeias.»

Ora, mesmo tendo em conta que esta afirmação aponta para fatores de ordem histórica – veja-se “processo de expansão” – e salvaguardando os esforços conjunturais da tutela em inverter esta situação, o que ressalta da observação – e aos olhos dos que procuram ver a face visível da presença internacional da língua portuguesa, apesar de oficialmente a Língua Portuguesa ter vindo a ganhar reconhecimento formal a nível das organizações internacionais – é que esse reconhecimento acaba por não ter tradução prática, quer no que respeita a linhas de ação governamentais documentadas, quer a nível de planos de ação das instituições que tutelam a política cultural e linguística externa.

Assim, a qualidade de língua oficial, ou de trabalho, é mais nominal do que efetiva, dada a incapacidade dos países que compõem o espaço lusófono para tornarem realidade o que se conseguiu por via dos acordos internacionais. Isto pode facilmente ser comprovado pela visita às páginas eletrónicas de muitas dessas organizações onde, na prática, a língua portuguesa continua ausente.

Da leitura integral do documento acima referido constata-se que, no mesmo, não se encontra uma única linha de ação que prenuncie um plano estratégico nacional para a promoção da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro, evidenciando a incapacidade de entender o valor económico da língua e o seu papel na construção de uma imagem externa de qualidade, de dinamismo e de respeitabilidade.

---

<sup>6</sup> O sublinhado não consta do original.

Como exemplo, atente-se no prejuízo que daí advém, tão só pela falta de reconhecimento internacional da língua portuguesa nas instâncias comunitárias – o que se agrava com as constantes tentativas da Comissão Europeia que apontam sistematicamente para uma UE trilingue, senão já a tender para o monolingue, em detrimento das restantes línguas nacionais dos países membros – que não valorizam línguas de expressão inequivocamente global como o português e o espanhol.

Numa época de globalização, em que as oportunidades de influenciar decisões, nos mercados e nos negócios mundiais, são ganhas, ou desperdiçadas, pelo simples facto de se dispor, ou não, de estratégias capazes, visando a conquista de mercados, aproveitando os nichos existentes, surge como premente a necessidade de realização de estudos aprofundados que possam contribuir para a conceção de um modelo estratégico de promoção e de difusão da língua portuguesa no mundo.

Dessa reflexão resultarão, certamente, contribuições para o delinear de uma estratégia nacional e internacional – que, desejavelmente, tenha em atenção uma componente, fundamental e genuína, de parceria lusófona – para a promoção e difusão da língua portuguesa como língua de comunicação universal, estratégia visível nas políticas estabelecidas e no planeamento que enquadrar a sua implementação.

Um dos pontos-chave, proferidos frequentemente, no discurso oficial sobre a língua portuguesa, é o de que o português é uma língua de 200 milhões de falantes. Qualquer discurso oficial sobre a posição do português no mundo tem que incluir nalgum ponto, pelo menos uma referência a esta constatação. Em certos momentos protocolares ou em discursos sobre a matéria, por lá estará presente a menção tonitruante de uns ensurdecedores 200 milhões, que, com a inerente força vocal, ecoam por qualquer discurso.

Nada mais natural, por isso, que este empenhamento e esta proclamada confiança, que esta invocação de tantos falantes, que esta assembleia dos representantes da terceira língua da União Europeia mais falada no mundo, que esta convocação dos que a partilham pelo uso e que moldam o seu pensar na sexta língua mundial com maior número de falantes, não se faça em vão.

Tratando-se de um discurso oficial sobre matéria tão indissociável da identidade dos falantes, o que é de conjeturar é que, à verbalização dessa realidade, corresponda uma consciência pragmática sobre a importância e responsabilidade que tal realidade implica e impõe, mais, que a simbologia associada à consciência desse valor comum, implique uma prática que potencie, desenvolva e reforce essa realidade. Eis o ponto de partida para este trabalho.

## **2. Precisar um diagnóstico: análises de conteúdo, estudos de caso, entrevistas**

Será utilizada uma metodologia de carácter qualitativo. Como técnica de investigação procederemos à realização de inquéritos por entrevista a informadores privilegiados, a uma análise documental e legislativa e recorreremos a fontes estatísticas oficiais.

Visaremos, como estudo de caso, a grande região Ásia-Pacífico, usando, como ponto de partida, o modelo operativo existente e validando estratégias e linhas de ação já implementadas.

Pressupomos que o discurso oficial, em teoria, veicule e organize o pensamento determinante da ação das instituições que, formalmente, são responsáveis pelo implementar das diretivas no terreno. Nessa perspectiva, a metodologia seguida teve em conta a interdisciplinaridade e a transversalidade, inerente ao objeto de estudo.

Para constituição do *corpus* de análise, a pesquisa das fontes foi constituída com base, tanto bibliográfica, como documental (Programas de Governo desde 1974, documentação, quer do Instituto Camões, quer do Instituto Português do Oriente incluindo naquela Planos e Relatórios de Atividades). Integram-no ainda entrevistas a individualidades que estão, ou estiveram, em cargos dirigentes no Instituto Camões e no Instituto Português do Oriente ou que têm tido intervenção política na área da promoção externa da língua, como é o caso de alguns Deputados da Nação.

O aparato teórico e metodológico que serve de enquadramento a este estudo assenta nas propostas de Cooper (1989), Kaplan e Baldauf Jr. (1997) e no desenvolvimento e contribuições teóricas posteriores de Ricento (2000). É neste quadro que se constrói a análise do discurso

institucional e a análise das propostas de intervenção, tal como o estudo dos resultados daquelas de que os relatórios dão conta.

O contributo das entrevistas é o de centrar o discurso entre a natureza internacional da língua portuguesa e a política de língua que a sustenta e promove. O pressuposto da análise não é provar que existe, ou não, uma política de língua, mas em que medida o que existe serve os objetivos enunciados no discurso político.

É nesta medida que a opção metodológica seguida foi a de partir da análise mais abrangente e globalizante, que é a das propostas dos programas de governo, para o estudo da documentação das instituições que servem e executam o que é inscrito nesses programas.

É partindo da análise de todos os elementos enunciados que se foi construindo a hipótese de um modelo estratégico funcional, em termos dos objetivos visados em discursos político-linguísticos.

Do modelo se partirá para o delinear estruturado de cenários, em guisa de conclusão.

### **3. Modelo estratégico, percurso hipotético-dedutivo**

A construção do modelo estratégico pressupõe o culminar de um processo de análise. As contribuições para a sua elaboração foram surgindo com o acumular de informação que a análise ao sistema foi permitindo.

Esta informação foi sendo recolhida e tratada tendo em conta não só o sistema que, neste momento, serve a promoção da língua portuguesa, mas também tendo em conta modelos existentes a nível internacional e ainda o entendimento que o investigador foi construindo sobre o objeto de estudo.

Sendo este um estudo académico, passível de ser interpretado como aplicável à realidade, ao investigador importou sobretudo tentar encontrar uma coerência interna no modelo, mas procurando que este possa sustentar, no campo dos fundamentos, um confronto com a aplicabilidade da hipótese proposta.

Não ficou, por isso, fora do pensamento da investigação e da proposta de modelo, que o ajustamento de uma hipótese ao que pretende servir, sofre sempre o impacto causado pelo conflito entre o que se propõe e o que, quem tem poder de decisão consideraria como efetivamente realizável<sup>7</sup>. Mas este foi um dilema a que o investigador não teve de se sujeitar porque, ao submeter a sua proposta, tem apenas como objetivo alcançar o que, pelas conclusões a que chegou, entende serem as melhores condições de aplicabilidade do modelo.

Neste sentido, o modelo surge como um mecanismo de descoberta, um processo dedutivo de formulação de hipóteses que se vão

---

<sup>7</sup> O Grupo de Trabalho sobre o Ensino Português no Estrangeiro que produziu, em 1988, uma proposta para a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, terá, eventualmente, sentido esse contraste. Pelo menos o seu coordenador assume que contactou com essa realidade ao referir-se nesse sentido na sua conferência sobre *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, (cf. nota 183 e texto a que se reporta).

considerando e abandonando com o avançar da investigação. Marca-o a retroação e a consequente readequação a parâmetros contextuais.

É um processo que oscila entre o otimismo pela adoção de uma determinada escolha e o seu abandono se não eficaz em determinado "entorno" (Galison, 1973) ou depois de a confrontarmos com outras que, entretanto, foram surgindo das análises feitas.

## Parte I

### 4. Línguas de comunicação global (LCG)

#### 4.1. LCG, Percursos

A atual posição da língua inglesa como língua de comunicação mundial é, antes do mais, o resultado não tanto da ação de uma pretensa teoria da conspiração, desenhada e concebida como tal, mas mais pela amplidão com que se foi impondo, decididamente, pelo confluir feliz de vários fatores favoráveis e não apenas de um, ou de um, particularmente, mais do que outro.

O que a evidência mostra é que o estatuto do inglês foi potenciado pela imposição informal do seu uso, pelos detentores do poder económico e político e pela sua capacidade de impor a sua vontade e a sua língua, a economias menos desenvolvidas e equipadas para fazerem prevalecer a própria língua sobre a dos outros nas suas relações negociais.

Por outras palavras, os anglófonos usaram a seu favor uma fraqueza que os marcou, e marca ainda hoje – a sua fraca apetência para a aprendizagem de línguas estrangeiras e para comunicar noutra língua que não seja a sua<sup>8</sup> –, servindo-se da sua situação de poder económico, de influência política e de capacidade militar para falar a própria língua – o inglês – e ir “obrigando” os falantes de outras línguas que com eles negociam, para comprar ou vender, a fazê-lo numa língua que não a sua, ao mesmo tempo que inviabilizam o uso de uma terceira língua mediadora.

---

<sup>8</sup> De acordo com o Nuffield Languages Inquiry, *The Nuffield report, Languages: the next generation*, (2000) 90% dos adolescentes do Reino Unido não aprende qualquer língua depois dos 16 anos. O Department for Education and Skills (UK), afirma, no seu plano estratégico para o Reino Unido, *Languages for All: Languages for Life A Strategy for England*, 2002: «The number of young people studying for language qualifications post-16 continues to decline»

Esta é, digamos, a vitória de um tipo de poder proeminente e monolíngue (muitas vezes de uma economia de um país rico contra um outro que dele depende) sobre a diversidade – no sentido em que opta por desconhecer, e por não valorizar, a língua e a cultura dos outros, não longe da arrogância e do que o americano Douglas Lummis<sup>9</sup> considerou como «*the World of English conversation is racist*», citado em Phillipson (2001)<sup>10</sup> –, fruto de uma diferente atitude comportamental dos falantes maternos de inglês, perante o fenómeno da diversidade linguística<sup>11</sup>.

Assim, e porque, por muito proficiente que se julgue, quem negocia na língua de outrem está geralmente em desvantagem argumentativa, já que não tem, no mais das vezes, o domínio nativo dessa língua, nem o acesso linguístico às subtilezas e estratégias discursivas, nem a agilidade mental própria dos que pensam e falam na sua língua materna e no quadro mental e cultural que a enforma.

Criam-se assim as condições da génese daquilo a que os dirigentes chineses chamaram em tempos, ao conjunto dos seus acordos internacionais celebrados antes de 1949 e da fundação da República Popular da China: “os acordos desiguais”, na diplomacia, nos negócios, nas atitudes e nas relações interpessoais. Agora, já não necessariamente pela força das armas, mas pela vantagem linguística.

Ao nível do uso da língua, estas desigualdades são patentes e ajudaram a consolidar a posição hegemónica de uma língua nas relações internacionais. Até nos conflitos armados, se pode observar

---

<sup>9</sup> Lummis, C. Douglas (1977), *English Conversation as Ideology: Essay on Language*. Ed. por Y. Kurokawa. Tokyo: Kiriara Shoten.

<sup>10</sup> Phillipson, Robert (2001), *English and the World's languages*, *Humanizing Language Teaching*, ano 3, n.º 6, Novembro de 2001. Londres (<http://www.hltmag.co.uk/nov01/sart1.htm>)

<sup>11</sup> Isto não significa que os falantes de inglês sejam racistas, mas que, nas suas relações linguísticas, o desconhecimento de línguas estrangeiras limita o seu conhecimento das culturas com que contacta e leva-o a assumir, ainda que inconscientemente, uma suposta superioridade cultural da língua inglesa (Phillipson, 2001).

a ironia: os inimigos de um país anglófono, como os EUA, terem de se expressar na língua do inimigo para o combater, fazer-se ouvir e, discutir a paz. (Exceção feita, nos anos 70 do séc. XX, às negociações de paz com os representantes vietnamitas do norte, cujas negociações decorreram com intermediação francesa. Mas esta guerra não foi ganha pelos falantes da língua inglesa.)

## 4.2. LCG e economia, linhas de força

O fenómeno das línguas de comunicação internacional, do seu papel, hoje, no fenómeno da globalização e das suas implicações nas relações internacionais tem sido objeto de inúmeros estudos e análises, sobretudo nos espaços de língua inglesa e francesa. O termo preferido dos autores francófonos é, no entanto, *mondialisation* – *mundialização*.

Em *Les défis de la francophonie*, – Arnaud, Serge, Guillou, Michel e Salon, Albert (2002:46) –, a distinção é justificada pelos autores, sobretudo, pelo carácter economicista e ultraliberal que o termo globalização, enquanto fenómeno americano, comporta. Neste aspeto, não é certamente inocente a opção dos autores pela grafia americana e não pela grafia standard inglesa, *globalisation*.

Assim, para estes autores, «La “*globalization*”, c’est-à-dire la mondialisation libérale est un phénomène américain. Issue des travaux d’Adam Smith sur l’ultra libéralisme, aujourd’hui vanté par Francis Fukuyama, la “*globalization*” est fondée uniquement sur l’application de la loi du marché» (*op. cit.*:46) ou, «*La mondialisation libérale est donc unipolaire et nord américaine.*», ou ainda, «L’universalisme américain se révèle hégémonique, voire totalitaire...» (*op. cit.*:47).

Pelo contrário, a *mondialisation* será, no pensar destes autores francófonos, a face humanista e universalista do fenómeno, «*Cette mondialisation touche les hommes, les capitaux, les marchandises ainsi que les services... Toutes les techniques sont au service de l’homme...*» (*op. cit.*:46).

Nesta perspetiva, a mundialização é uma globalização que serve o Homem e existe em função dele e não o inverso. Conceptualmente, esta ideia de mundialização com raiz *européica continental* – francesa

– é contra a «*uniformisation des cultures, des langues qui sont prises dans le piège de la langue internationale unique.*» (op. cit.: 49).

Analisemos o fenómeno. É um facto que os avanços técnico-científicos permitiram uma globalização que nos tornou mais próximos, que trouxe um horizonte de vizinhança ao mundo que nos rodeia, uma maior possibilidade de aceder mais direta e autonomamente ao conhecimento, trouxe-nos por excelência o acesso a um mercado maior, de uma maior escolha potencial, ou pelo menos, de uma abertura a um maior número de compradores.

Em alinhamento, e estreitamente ligado à globalização económica, é, implicitamente, promovido o uso da língua dominante nas empresas que controlam a produção, independentemente de onde são originários ou para onde são maioritariamente exportados os bens que produzem. Essa língua é favorecida através da sua presença constante, mesmo que não em exclusivo, nas caixas, nas etiquetas, nas folhas de instruções, em todas as apresentações do produto, inclusive na publicidade.

O favorecimento aumenta quando esta presença, como a da língua inglesa, encontra terreno particularmente favorável, em especial em países mais permeáveis, que têm uma fraca imagem de si enquanto economia, onde “o estrangeiro” é sinónimo de desenvolvimento e prestígio, ou onde ainda não existe legislação que obrigue ao uso da língua nacional nas instruções e na etiquetagem dos produtos importados, ou até, em casos, onde, existindo legislação, os governos desses países não se aplicam, eles mesmo, em fazer cumprir as próprias leis.

Essa legislação, quando existe, não sendo aplicada, para pouco mais servirá do que para se poder dizer que se satisfazem algumas

exigências politicamente corretas. Depois, na prática, optam<sup>12</sup> por não as fazer aplicar, ou porque isso poderá supostamente fazer encarecer o produto final, ou por pressão das empresas importadoras, ou por pressão das empresas de origem dos produtos, ou porque os governantes vêm, no seu inconfesso laxismo, o «fundamentalismo» dos que defendem o cumprimento dessa legislação, porque afinal se trata apenas de umas etiquetas ou de instruções “sem importância”.

É o funcionamento de uma postura tecnocrática e, aparentemente, liberalizadora e de facilitismo que vê num presumido pragmatismo, uma fuga à proteção e ao direito dos consumidores ao esclarecimento, na sua própria língua. É uma postura fundada numa insensibilidade pseudo-globalizadora quando não se vislumbra, nesta presença constante de uma outra língua, uma ameaça à sua própria, mas, por vezes até, um passo no caminho da internacionalização e do progresso.

No espaço comunicacional das empresas, opta-se quase sempre pelo uso da língua considerada internacionalmente mais conveniente: a das empresas «multinacionais»<sup>13</sup> que se instalam ou se fazem representar. Em virtude do desenvolvimento económico que se operou nos países do espaço anglófono, com a consequente internacionalização das suas economias, a língua inglesa acompanhou

---

<sup>12</sup> Não fazer cumprir uma lei é uma opção, ainda que se invoquem dificuldades na fiscalização ou na implementação. Tanto uma como outra são questões que têm que ser equacionadas antes e não depois aprovação de qualquer lei, pelo que usar estas desculpas como justificação para a não aplicação de qualquer lei serve apenas como prova de mau legislador.

<sup>13</sup> O termo aplica-se a uma empresa que opera em mais do que dois países, mas a sua sede não é bem multinacional no sentido descentralizado do termo. Os grandes objetivos da empresa são os objetivos da casa mãe e, em termos culturais e linguísticos, com maior ou menor consciência no respeito pelas culturas e línguas dos países onde se atua; por questões de imagem, a língua da empresa é a língua da casa mãe, onde é essencial que se perceba claramente o que se passa em cada momento em qualquer lugar e isso não se compadece com traduções, entenda-se maior perda de tempo, dinheiro e uma maior possibilidade de deficiente exatidão nas informações. Acresce, que, no atual quadro económico, essa sede tem uma elevada probabilidade de ser num país anglófono. Por outras palavras, a língua da empresa é a do país onde está o dinheiro, é a língua do poder.

essa internacionalização, naquilo que uns entendem como um fenómeno natural, mas involuntário – e porventura até, quase imposta por terceiros, a “contra gosto” dos próprios governantes anglófonos – (Wright, 2004:136-156).

Autores como Phillipson (1992 e 2003) chamam a esta presença envolvente da língua inglesa, imperialismo linguístico. Defendem que a sua afirmação global e o seu estabelecimento como língua de comunicação internacional constitui não uma suposta mera consequência natural das escolhas perfilhadas pelos falantes, não pensada antecipadamente pelos responsáveis económicos e políticos dos países anglófonos, mas antes corresponde a uma afirmação (concertada?) do seu poder, através da imposição da língua inglesa como língua económica, política e cultural.

Na verdade, esta imposição acaba por se estabelecer sob a capa aliciante da modernidade, da janela aberta ao mundo, como uma dádiva civilizacional. Acrescida da imagem externa de um país possuidor de uma economia forte, que favorece e estimula a auto estima dos seus habitantes, também eles portadores e espelho do poder de compra que essa economia proporciona, tornados agentes difusores de uma imagem forte da sua língua, que usam sem restrições no estrangeiro, enquanto turistas, numa fórmula que se pode consubstanciar numa frase poderosa: conheça o mundo sem sair da sua língua.

### 4.3. Os trilhos da história

Historicamente, enquanto agentes de outros impérios, «perdiam tempo» empenhando-se em aprender as línguas dos povos que iam conhecendo e em publicar dicionários e gramáticas que descreviam as línguas desses lugares e os povos que as falavam, outros não entenderam esse esforço de compreensão do diferente como um instrumento útil e respeitador da alteridade.

Uma outra atitude faz ressaltar uma evidência, que também favoreceu a atual hegemonia da língua inglesa, tal como a hegemonia francesa até à Segunda Guerra Mundial; os anglófonos e os francófonos, enquanto mantinham o seu monolinguismo, preparavam as elites coloniais necessárias à sua administração e, ao mesmo tempo, criavam, nas massas colonizadas, a ideia de um prestígio resultante do uso da língua inglesa ou francesa.

O processo, a princípio<sup>14</sup>, não passou pela massificação do ensino da língua, a sua aprendizagem foi tornada acessível, apenas aos «eleitos». Desses mesmos «eleitos» saíram os que, mais tarde, viriam a ser os interlocutores, em inglês e em francês, claro (e também em português, mas quase duas décadas de anos mais tarde), aquando das negociações para a independência das respetivas colónias.

Criaram-se assim as condições fundamentais para que as elites em tempo criadas, embora intimamente crentes na libertação dos seus

---

<sup>14</sup> Um caso mais extremo desta não passagem da língua da administração colonial para as populações locais foi a dos Países Baixos na sua colónia da Batávia, hoje Indonésia, «the Dutch themselves prevent their language from spreading among the population.» e «the Dutch were never very keen on having the Indonesians learn their language in large numbers» (De Swaan, 2001:87). Esta atitude colonial dos Países Baixos por um lado tinha o bondoso propósito de poupar a generalidade dos indonésios às más influências do ocidente acessíveis através da educação em holandês e, por outro, de forma não menos importante, «would no doubt shed their humility towards their ruler once they had mastered his language and began to considered themselves his equals on the account of it» (*op. cit.*:88). Os holandeses poupavam assim os indonésios ao pecado da soberba.

povos do colonialismo, não deixassem de ver, na massificação da língua do colonizador, não só uma necessidade crucial, mas ainda uma mais-valia para o desenvolvimento de nações nascidas entre os anos do pós-guerra e os anos sessenta do século XX (De Swaan, 2001:96-126).

Dir-se-á, com razão, que o colonialismo português agiu de forma relativamente semelhante, mas, neste caso, todo o processo foi muito mais tardio, com menos recursos, levado a cabo, mais na base oficial dos afetos e com uma política baseada no mito do “Portugal do Minho a Timor”.

Desta forma, o seu impacto não se pode comparar não só pelo atraso na preparação de elites e de quadros coloniais que serviriam, tanto para a administração colonial, como, por efeito colateral involuntário, para a formação dos quadros dos movimentos de libertação, como ainda pela frieza do número de países que cada potência colonial gerou.

Se não, vejamos os casos do Francês e do Português: A França<sup>15</sup>, tendo menos falantes de francês como língua materna ou como língua segunda<sup>16</sup>, gerou quatro vezes mais países do que Portugal<sup>17</sup>, o que lhe dá muito mais projeção nos *fora* internacionais, permitindo ao francês ser a segunda língua oficial mais representativa a seguir ao inglês.

---

<sup>15</sup> 23 Países têm o Francês como língua oficial, resultado de um passado colonial ligado à França ou à Bélgica. Existem países, nomeadamente países árabes, que estiveram sob domínio colonial Francês e que não adotaram a Língua Francesa como língua oficial. Na Europa mais quatro países, para além da França, têm também a língua francesa como língua oficial: Bélgica, Suíça, Luxemburgo e Mónaco. Atualmente a Organização Internacional da Francofonia – OIF, congrega 53 estados membros e 10 estados com o estatuto de observador.

<sup>16</sup> 77 Milhões como língua materna e 128 milhões considerando também os que a falam como língua segunda, segundo o *Ethnologue: Languages of the World, 14th Edition 2004*.

<sup>17</sup> 176 Milhões como língua materna 191 milhões quando incluídos os falantes de Português como língua segunda de acordo com os dados do *Ethnologue: Languages of the World, 14th Edition 2000*.

O império português «optou» pela unidade administrativa e política dos seus territórios, respeitando apenas a descontinuidade geográfica, o que se refletiu no número de países que o seu processo de descolonização gerou.

Talvez, do ponto de vista estratégico e pela natural força dos números, tivesse sido mais benéfico à língua portuguesa a pulverização nacionalista artificial na América do sul, e a história regista, até, algumas dessas tentativas de insurreição<sup>18</sup> que, em favor da situação da unidade presente do Brasil, não tiveram sucesso. Se outra fosse a situação, também não teríamos hoje, no seio da CPLP, um país com a dimensão e as potencialidades de projeção internacional que o Brasil detém.

De qualquer modo, como resultado final, ainda que por razões nem sempre coincidentes, todos os poderes coloniais acabaram por dar independência aos territórios correspondentes às divisões administrativas que a sua burocracia criou, daí advindo vantagens e desvantagens inerentes à sua representatividade linguística no seio das nações livres e independentes.

---

<sup>18</sup> Houve revoltas no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845 e entre 1835 e 1840 na então Província do Grão-Pará.

#### **4.4. A avenida do triunfo**

O fim da II GM (Phillipson, 1992) pode ter sido a vitória dos Aliados, da democracia sobre a ditadura, da luz sobre as trevas, mas em termos linguísticos foi, sobretudo, a vitória da língua inglesa, dos aliados anglófonos.

A única economia capaz de funcionar, alimentar e servir de motor à recuperação de uma Europa Continental em escombros, era uma economia que falava inglês. Por extensão, o mesmo se aplicou às economias japonesa e asiática em geral.

As nações saídas da guerra, as democracias do mundo ocidental ou desenvolvido, encontraram-se, por assim dizer, nos braços da economia sobrevivente dos países de língua inglesa, e, particularmente, dos Estados Unidos da América do Norte. Podemos, nestes anos de pós-guerra, retirar, deste contexto, os países do então bloco de leste que ficou fora deste espaço de influência, para cair na esfera do russo, mas hoje sabemos que foi apenas uma questão de tempo.

Pode haver quem não perdoe a falta de referência ao facto de a França também ter sido um dos aliados vencedores e ao de o francês também poder ter sido beneficiado por essa situação, mas, essa, sendo a história oficial, não é exatamente coincidente com a então situação no terreno, militar e económica.

De qualquer forma, a língua francesa, não foi, neste contexto, uma língua perdedora – como foi o caso do alemão, o que veio, nas décadas seguintes, a repercutir-se, e de certa forma a limitar, a

expansão desta língua como língua estrangeira<sup>19</sup>, em contraste com a pujança da sua economia<sup>20</sup>.

A França pode ter participado na vitória dos Aliados, à custa, sobretudo, de muito *marketing* político de De Gaulle, mas foi uma forte tradição de «defesa e de promoção» da sua língua que manteve a língua francesa na cena internacional.

---

<sup>19</sup> A língua alemã continuou a ser falada como língua materna nos chamados países de leste, particularmente em países que, historicamente, estiveram ligados ao império austro-húngaro ou que têm populações germanófilas.

<sup>20</sup> O *Goethe Institut*, fundado em 1951, teve primeiro uma função virada para o interior da Alemanha e apenas gradualmente, de 1958 até 1960, toma como sua a tarefa que hoje lhe cabe e que é similar aos seus congéneres europeus. Foi um processo lento, em conformidade com a lenta evolução que foi permitindo aos europeus e ao mundo, o quebrar da ligação entre a língua alemã e o passado nazi da Alemanha. Nas últimas décadas, libertada desse estigma, a língua alemã tem visto aumentar o seu número de falantes como língua estrangeira por motivos económicos e de prestígio.

#### 4.5. LCG, *armas de destruição massiva*

A realidade linguística mundial apresenta-nos, dependendo das fontes, um *portfolio* pleno de diversidade. O sítio eletrónico do SIL, *Ethnologue* na sua edição de 2000 contabilizava 6809 línguas vivas. Segundo a UNESCO<sup>21</sup>, esse número andar­á entre 6000 e 7000 línguas, sendo apenas 6000, segundo fontes menos otimistas:

*«Of the estimated 6000 languages spoken today, 95 percent of the world's population speak 100 languages, with 5 percent speaking the remaining thousands of languages»* (Mühläusler, citado por Ricento, 2000:203)

O que mostra bem que a tão proclamada Babel é cada vez mais uma realidade aparente.

Apontando mais diretamente para a questão que nos ocupa, sabendo-se que destas línguas, centrando-nos apenas nas línguas de comunicação internacional, de entre as 10 mais faladas, se não considerarmos aquelas cuja influência se circunscribe ao nível regional, quer essa influência seja devida a motivos religiosos como o árabe, ou à influência política e económica como foi o caso do russo até ao desaparecimento da União Soviética (URSS), do malaio na sua região (Malásia, Indonésia, Singapura), ou do seu peso demográfico como é o caso dos países onde se fala mandarim, hindi, ou japonês, facilmente compreendemos que nem todas se podem considerar línguas de comunicação internacional e muito menos global. Restam assim as quatro línguas europeias da colonização e, sobre todas, ergue-se o inglês. Para uns, a atual situação é o reflexo do poderio económico dos Estados Unidos da América (EUA), para outros, o fruto mais robusto da herança colonial do Reino Unido.

---

<sup>21</sup> PNUD, *World Cultural Report*, 2000.

A predominância do inglês é vista de múltiplas formas; para os fatalistas é uma ameaça à diversidade linguística do planeta mas está-se perante uma inevitabilidade; Para outros – principalmente para os franceses, entre os quais, uma parte entende que a boa diversidade é a que fala francês –, o inglês é uma verdadeira arma de destruição massiva linguística, dada a sua natural apetência «glotofágica». Mas, há os que pensam o inglês de outra forma, e que entendem que, independentemente das consequências para outras línguas, o inglês é uma benesse, uma dádiva da civilização oriunda do Império Britânico; e outros ainda, para quem o inglês é uma necessária e imprescindível *lingua franca*, sem que se reflita sequer, sobre o que o termo significa. Enfim, uma rara confluência de benefícios e inconvenientes numa só língua.

Ora a penetração do inglês no mundo não pode ser vista de forma simplista em termos quase contabilísticos entre benefícios, para os falantes maternos de inglês que assim assumem a dispensabilidade da aprendizagem de outras línguas «porque o mundo fala inglês», ou para uma elite anglo-falante que vê no uso do inglês a condição bastante e suficiente para abraçar o mundo e assim «simplificar» contactos e economizar meios. Já todos sabemos que a realidade ainda é outra.

Na verdade, o mundo inteiro não fala inglês, embora os seus promotores nos façam crer que assim é. E também não é verdade que simplificamos meios, se falarmos só inglês, pois todos sabemos do imenso número de mal-entendidos criados pelo facto de se fazerem acordos numa língua estrangeira, por exemplo, em inglês, e depois, cada um dos interlocutores ficar convencido de que acordou algo bem diferente do que na verdade ficou estabelecido, pura e simplesmente porque «fala» em inglês e pensa na sua língua; na verdade, acaba por não fazer nem uma coisa nem outra.

A questão também não pode ser vista como um inconveniente ou como apenas prejudicial, porque de facto não o é. E é exatamente porque muitos tentam endemoninhar a preponderância do inglês, que acabam por criar anticorpos para a sua própria causa – como é o caso de autores como Albert Salon (2002) –, em boa parte devido às fórmulas que propõem para a «defesa e promoção do francês» e ao facto de fazerem depender a «defesa» do francês, e do entendimento que têm do multilinguismo, de posturas contra outras línguas, leia-se, o inglês.

Não sendo adepto do entediante e enformador de mentalidades, politicamente correto ou, neste caso, do político-linguisticamente correto, devo dizer que é difícil não partilhar as reservas de Phillipson (2003 e 2004)<sup>22</sup> quanto ao uso descuidado do termo *lingua franca*, para caracterizar o papel de uma língua, ou de línguas, de comunicação internacional, nomeadamente, o inglês. O referido termo designa, na sua origem, uma situação específica da época das cruzadas e foi o nome usado pelos árabes para designar a língua dos invasores, donde se destacariam os francos. O nome, francos ou as suas designações derivadas locais, passou a designar genericamente os cruzados, os invasores, os estrangeiros.

Nos dias de hoje, a expressão *lingua franca* pode ajudar a suportar teorias como a do imperialismo linguístico de que é agente, sobretudo, o inglês, assim visto como um veículo facilitador de uma cruzada global das multinacionais e dos políticos defensores, quer de um neoliberalismo económico, quer de uma suposta democracia de «tipo ocidental», numa espécie de teoria da conspiração a nível global, em que a questão linguística é parte de um valor estratégico acrescentado, certificando-se assim o inglês como língua de poder.

---

<sup>22</sup> Conference on the reform of the European Union, Radical Delegation to the European Parliament, 13-14.11.2003 e Seminário: Línguas - Políticas de Uso e Ensino Universidade Técnica de Lisboa, 17 de Maio de 2004, n.p.

Os que veem o papel do inglês como redentor e unificador, veem-no sobretudo como uma forma de combater a Babel de comunidades linguísticas como a UE, Babel vista como um entrave na necessária e desejável fluidez da máquina comunitária. Esta é a visão não assumida em público pelos responsáveis, mas informalmente veiculada sempre que se fala em custos e desconfortavelmente assumida, *de facto*, sempre que se toca no dossiê das línguas, ou, melhor dizendo, não se toca.

Isto acontece quando em cada vez mais casos, os documentos<sup>23</sup> – 73% no Conselho Europeu, 59% na Comissão Europeia em 2003 – só existem em inglês, antes de aparecerem escritos em qualquer outra língua; quando os anúncios de emprego para instituições comunitárias exigem que se saiba inglês e outras línguas e não, por exemplo, alemão e outras; quando os relatórios dos projetos europeus sobre, digamos, diversidade linguística, têm de ser entregues escritos em inglês, é de pensar que a UE tem, *de facto*, uma atitude linguística interna de consagração de uma política progressivamente monolíngue, de apenas utilizar o inglês sempre que pode ou alguém não reclama suficientemente alto, como os franceses, os espanhóis, os alemães e também, algumas vezes, os portugueses.

Na prática, para a burocracia de Bruxelas vale o conceito economicista sobre os pretensos “custos de uma Europa multilíngue”, para quem o direito de usar a própria língua representa um custo adicional incomportável numa Europa a 25. Esta situação releva, não só de pressões internas, mas também externas.

Quando a Cimeira de Copenhaga, em 2002, se reuniu sob o lema «*One Europe*», para proclamar o último alargamento, o painel, que

---

<sup>23</sup> Ministère de la Culture et de la Communication, Délégation générale à la Langue française et aux langues de France, *Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française*, 2004, pp.74-75.

ostentava aquela aspiração a uma Europa unida, estava escrito apenas em inglês. Estava assim e, *de facto*, a pôr em prática uma política linguística interna não assumida, mas facilmente interpretável como «*One language*».

Quando, em 1997, o embaixador americano na Dinamarca, afirmava: «o mais sério problema para a UE é ter tantas línguas que são um obstáculo real para a integração e o desenvolvimento da União»<sup>24</sup> (citado por Phillipson, 2003:1), estava a apresentar, talvez, a mais óbvia, ostensiva e simples forma de pressão externa sobre a UE para adotar a língua inglesa como sua única língua oficial.

Já quando é o diretor do *British Council* na Alemanha a defender no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, na sua edição de 26 Fevereiro de 2002, que «*English should be the sole official language of the European Union*», estamos perante o que Phillipson não hesitaria em identificar como *imperialismo linguístico*, e a ouvir dizer em voz alta o que Bruxelas pensa envergonhada, mas faz na prática.

Parece assim haver na UE duas políticas linguísticas distintas, uma para uso dentro dos corredores das diversas instituições da UE e outra para fora daqueles. Esta última terá como fim favorecer o multilinguismo dos países da UE, para o que a União dispõe de uma série de programas donde se destacam o SOCRATES e o LEONARDO que se propõem apoiar projetos que promovam a aprendizagem de línguas estrangeiras, incluindo naturalmente o inglês, pelos falantes dos países da União e os a ela associados.

Para os que receiam a hegemonia do inglês, parece que o maior perigo constitui a sua característica «glotofágica», isto é, a sua capacidade para, ao mesmo tempo que se substitui às outras,

---

<sup>24</sup> The most serious problem for the European Union is that it has so many languages, this preventing real integration and development of the Union. *US Ambassador to Denmark, Mr Elton, 1997*. Citado do *paper* apresentado por Robert Phillipson no Seminário: *Línguas - Políticas de Uso e Ensino*, Universidade Técnica de Lisboa, 17 de Maio de 2004, n.p.

provocar o definhamento e a morte daquelas. Surge assim a imagem de uma língua inglesa comparada a uma “erva daninha” que impede as outras de se desenvolver, levando ao seu desaparecimento, alterando de forma trágica o equilíbrio ecológico no que às línguas respeita.

Embora a proposta seja catastrófica nos seus pressupostos, ela parece, em princípio, ser válida para o inglês, mas não só. A história colonial está cheia de exemplos de línguas que chegam, ocupam o espaço de outras e que, em muitos casos, impediram o seu normal desenvolvimento, ou, se preferirmos, o seu processo evolutivo, quando não conduziram ao seu desaparecimento e morte prematuros, por ação exógena e não inevitável, das línguas locais.

Este extermínio pode ter muitos pontos de vista. Uma língua funciona como um organismo vivo e tem o seu tempo vital. A morte faz parte do ciclo e constitui o seu estágio final. Na verdade, nada disto é assim tão simples e natural, a não ser que consideremos naturais certas ações deliberadas, exercidas direta ou indiretamente, pelas sociedades humanas, de determinadas comunidades linguísticas sobre outras comunidades linguisticamente diversas acabando por determinar a extinção de muitas línguas.

As línguas sofrem tensões externas que são fruto do contacto dos seus falantes com outros de línguas diferentes. Nas relações de poder que entre si se estabelecem, se muitos desses contactos têm reflexos na contaminação mútua de termos e de expressões que se fixam e banalizam, por corresponderem à satisfação de novas necessidades de nomeação, ou designação de conceitos, outros têm consequências mais dramáticas e violentas como o quase total desaparecimento do gaélico irlandês, substituído pelo inglês, durante a dominação colonial inglesa da Irlanda.

Do mesmo modo, as proibições de falar a língua materna, como no caso do Basco e de outras línguas nacionais da Espanha, durante o franquismo, ou do português em Timor-Leste, durante a ocupação colonial pela Indonésia, do estrangulamento ou, se preferirmos, o não encorajamento, ao uso do Bretão e das outras línguas regionais, em França, devido ao centralismo das políticas de língua de Paris, atitude suavizada, principalmente, na última década do século XX, por ação da Lei *Toubon* de 1994, só para citar alguns casos ainda não muito longínquos, todas as situações referidas, constituem ataques ao natural desenvolvimento das línguas. Todas elas são fruto de uma ação voluntária e determinada do poder instituído, e as consequências adversas para as línguas mencionadas não foram produto da sua evolução natural e ecológica, mas consequência de agressões externas premeditadas.

As chamadas limpezas étnicas também contribuíram, ao longo da história, para o desaparecimento de muitas línguas fruto dos processos dinâmicos da história da civilização, ou, melhor dizendo, de múltiplas civilizações humanas.

Por vezes, no entanto, nem todas as línguas que se extinguem apresentam cenários tão violentos, como o desaparecimento de algumas línguas por morte do último dos que nela se podiam expressar, como o recente caso do Nu Shu<sup>25</sup> (Setembro de 2004), um idioma apenas usado pelas mulheres numa região da província de Hunan, dada a morte de Yang Huan-yi.

Podemos, em casos como este, interrogarmo-nos sobre se, a morte de uma língua não precede a morte do seu último falante, já que uma língua, tendo como uma das suas funções e manifestações externas primordiais, a de comunicar com o outro e de, nessa medida, estabelecer interações sociais, tratando-se do último falante, esta

---

<sup>25</sup> Cf. (<http://www.crystalinks.com/nushu.html>) 2005-05-09.

função crítica de integração e de participação humana na sociedade já não se podia cumprir quando a língua deixou de ser utilizável por um grupo social linguisticamente coeso.

O que nesta nossa era globalizada parece caracterizar a ameaça ecológica do inglês, resulta da velocidade a que parece propagar-se, dos meios que tem ao seu dispor e da «irresistível atração», e gosto, que os falantes manifestam em se «apropriarem» desta língua. No entanto, a difusão da língua inglesa não é um fenómeno recente ou que tenha alastrado dramaticamente na última década.

Antes se trata, como acima já foi referido, de uma realidade que paulatinamente se vem impondo desde há várias décadas, acentuando-se durante o período da descolonização britânica, consolidando-se e difundindo-se em países e em áreas de atividade tradicionalmente não-anglófonas anteriormente reservadas à língua francesa, como a diplomacia.

Ainda assim, apesar de os indícios já prenunciarem uma futura hegemonia globalizante anglófona, numa conferência realizada nos finais de 1968 (Spolski 2004:77), uma figura incontornável dos estudos de planeamento linguístico e de política de língua, Joshua Fishman (1971a)<sup>26</sup>, «*saw no need to single-out English as a special case.*» (Fishman citado por Spolsky, 2004:77).

No início da década de oitenta, Cooper (1982) ainda partilhava aquela convicção de Fishman – que este autor já havia, entretanto, abandonado – não considerando o inglês merecedor de estudos particulares no que à sua difusão/promoção dizia respeito. Nos finais dos anos setenta do séc. XX, Fishman, (Fishman, Cooper e Conrad, 1977:6), tinha então despertado para aquilo de que poucos se tinham

---

<sup>26</sup> Fishman, Joshua 1971, National languages and languages of wider communication in the developing Nations, in W.H. Whiteley (ed.), 1971, *Language use and social change: problems of multilingualism with special reference to Eastern Africa* (pp 27-56). London, Oxford U. Press for the International African Institute.

até então apercebido: o avanço imparável, discreto, mas firme, do inglês.

Uma ideia clara sobre a nova situação aparece na sua introdução a *The spread of English*, em que constata a «... *ubiquity of English as the world language*...» e acrescenta ainda que a língua inglesa era já então apresentada pelos seus promotores como uma língua importante por se tratar da *lingua franca* do séc. XX. O facto de se ter constatado tão tarde o que estava a mudar no universo linguístico pode ter ficado a dever-se ao facto de este avanço da língua inglesa, ter sido impercetível a uma boa parte dos investigadores, possivelmente, por muitos deles se situarem enquanto falantes, na esfera, precisamente, da língua inglesa, o que lhes terá tirado o necessário distanciamento.

Também é possível que não sendo o inglês língua em perigo, tenha acabado por usufruir do seu estatuto de língua saudável, não sendo vista como uma prioridade, neste tipo de estudos. No inglês, por de trás da sua vitalidade, não se reconhecia uma atividade “daninha”, acabando por ser natural que muitos dos investigadores desta área se tenham ocupado principalmente de outras questões muito específicas e, provavelmente, por eles entendidas mais relevantes, de política de língua ou de «gestão» linguística, questões ligadas a línguas de expressão local ou regional. A difusão do inglês não fazia parte da sua agenda.

Assim, nesta perspetiva, poderia dizer-se que enquanto estudavam as línguas em perigo, os investigadores de língua inglesa «não se estariam a dar conta» de que poderiam ser portadores de uma das causas do enfraquecimento das línguas que estudavam ou dos movimentos de expansão que a sua língua estaria a tomar por todo o mundo.

Uma outra causa que terá induzido ou prolongado esta «desatenção» poderá ser a «descoberta» de que, no seio de instituições com grande diversidade linguística, o uso da língua inglesa terá, aparentemente, enquanto mais-valia económica, a qualidade de simplificar processos e de reduzir custos, não só em documentação, mas também em comunicações. Uma constatação (que ignora fatores como a qualidade da informação, da sua difusão e compreensão ou a capacidade/qualidade de receção/processamento/produção da informação, por parte dos falantes não nativos de inglês) «recente» para os não anglófonos e «natural» para os que vivem imersos nas dezenas de países que se encontram nessa «constelação», para fazer uso de um termo caro a De Swaan (2001).

E no entanto, a história dos impérios mostra-nos que a uniformidade linguística foi sempre um dos seus objetivos, ou uma das suas inevitáveis consequências, como no caso do latim, do maia, do árabe ou do francês, do inglês, do castelhano, do russo... do português.

É claro que uns foram mais determinados que outros nessa tarefa, mas de uma forma mais ou menos eficaz, a língua dos conquistadores, ou dos administradores, acabou sempre por se impor, em vista do poder inerente aos seus falantes, se excetuarmos o exemplo das invasões bárbaras, que ditaram a queda do império romano, e em que os conquistadores acabaram por adotar a língua dos conquistados (mas «emprestando-lhe», ainda assim, a causa das múltiplas transformações que o latim veio a manifestar). Mesmo assim, a ideia que prevalece é a de que os que detêm o poder impõem a sua língua.

Uma outra constatação é a de que a intervenção americana na II Guerra Mundial não determinou só a vitória da liberdade sobre a tirania nazi, fascista ou imperial japonesa, como conduziu igualmente à penetração da única economia que estava em condições de acudir à

devastação da Guerra, a economia americana, que veicula a língua inglesa, a língua dos vencedores, por muito que isso retire mérito à resistência francesa. Assim, e mais uma vez, a língua dos vencedores começa a impor-se, agora já não só às colónias, mas a todo um conjunto de nações e pessoas que passaram a depender da economia americana e dos seus fundamentais «Planos Marshall».

Apesar do que atrás ficou dito, não se pretende inferir que a difusão do inglês pelo mundo se deva a um fator mais que a outro:

- à herança colonial, mais do que ao poder económico;
- à penetração e disseminação das múltiplas vertentes da cultura anglo-saxónica (música, cinema, literatura, científica), mais do que aos meios de comunicação que a difundiam ou à relação de forças nos *fora* internacionais;
- ao facto de, com o advento da II Grande Guerra, ter havido transferência da relação de forças nas relações internacionais, nas suas várias áreas, da esfera do francês, ou do alemão, para a esfera do inglês (entenda-se, EUA) mais do que ao avanço das ciências e à progressiva notoriedade e importância de publicações científicas, em que se verificou uma deslocação dos centros de pesquisa e desenvolvimento para oeste do continente europeu;
- ao recurso cada vez maior ao acesso, por públicos académicos, às publicações em inglês, mais do que a traduções, cada vez menos disponíveis em tempo útil para a investigação;
- ao desenvolvimento tecnológico das comunicações durante as duas últimas décadas, mais do que aos conteúdos disponíveis em outras línguas, que não o inglês, por exemplo, na Internet, nem tão pouco porque muitas destas ainda chamadas *novas* tecnologias – que hoje já estão a deixar a adolescência e já

dispensam a adjetivação de novo – tiveram origem no âmbito do universo dos falantes de língua inglesa.

A realidade atual do panorama linguístico mundial, não se deve, especificamente, a nenhum destes fatores, mas à sua feliz conjunção e a quem os soube reconhecer, potenciar e aproveitar.

O que se tornou patente para os investigadores, para o empresário com negócios de importação e exportação que frequenta os salões e feiras internacionais, para o cidadão que viaja nas suas férias ou profissionalmente é que, aquilo que era apenas uma sensação de que «toda a gente fala inglês», passou a ser uma crença bem interiorizada.

Tratar-se-á de uma operação de marketing extremamente bem-sucedida, bem organizada segundo uns, fruto apenas de uma série de convergências felizes para outros. Provavelmente, também aqui, um pouco dos dois. E passou a ser uma evidência. Essa evidência é hoje vista, pelos defensores da diversidade linguística e dos direitos linguísticos, como uma ameaça a vários níveis.

A sua omnipresença atual é, para investigadores como Phillipson (2003:39), a evidência de um modelo de imperialismo linguístico, isto é, a posição hoje ocupada pelo inglês será devida, sobretudo, a uma estratégia concertada das políticas económicas dos países de língua inglesa.

Skutnabb-Kangas (1986) introduz, pela primeira vez, o conceito de «*linguicism*» ou «*linguicismo*», que implica a deliberada destruição de línguas sem poder ou mais frágeis, por uma língua dominante, com todas as consequências de marginalidade económica e social para os não-falantes de inglês.

Nesta perspectiva, estes atos surgem, «deliberados» e comparáveis a outras formas de discriminação como o *sexismo* ou o racismo. Nesta proposta, a expansão do inglês apresenta-se longe de se estabilizar e comporta-se mais como uma avalanche que ainda está no seu auge como força exterminadora.

Para os ecolinguistas este fenómeno de «ocupação» de espaços linguísticos por uma língua dominante é visto, sobretudo, como uma língua que «seca» as línguas que a rodeiam. Esta corrente revê-se, nomeadamente, no paradigma de uma «ecologia da língua», formulação proposta por Haugen, em 1970, na conferência "Toward the Description of the Languages of the World" (1972:325-339). Trata-se, primeiramente, de uma abordagem ao fenómeno linguístico, visto na sua relação entre as línguas, a mente humana e as comunidades multilingues, mas que nas décadas seguintes tornou bem mais abrangente o termo ecologia aplicado à linguística, incluindo hoje também áreas como a análise do discurso ou o ensino das línguas.

#### 4.6. LCG, Um outro entendimento deste fenómeno

A fase expansionista do inglês ainda não terminou. Esta é uma evidência de muitos estudos como os de Graddol (1997 e 2000) sobre o futuro do Inglês.

*«In four key sectors, the present dominance of English can be expected to give way to a wider mix of languages: first, the global audio-visual market [...]; second, the internet and computer-based communication including language related and document handling software; third, technology transfer and associated processes in economic globalisation; fourth, foreign-language learning especially in developing countries where growing regional trade may make other languages of increasing economic importance.» (Graddol, 2000:4)*

Esta transcrição é bem clara e expressões como «... a wider mix of languages...» e «... regional trade may make other languages of increasing economic importance.» apenas ressaltam como tentativas embaraçadas de modalização de um discurso que visa a perspetivação de um bilinguismo do tipo inglês+língua materna como mais adiante Graddol refere

*«There is a growing belief amongst language professionals that the future will be a bilingual one. » (op. cit., 1997:4)*

sem ainda assim o assumir claramente.

Sabemos como o uso da linguagem é guiado pelo pragmatismo de que é evidência o discurso oral, que dá primazia ao discurso económico, não redundante, ou o atual discurso presente nas mensagens (SMS) escritas enviadas por telemóvel, que ilustram aquilo a que se pode chamar a lei do menor esforço e da máxima

eficácia. Deste modo, não é difícil conceber um cenário em que a utilidade deste tipo de bilinguismo comece a ter pouco sentido e que as raízes culturais e étnicas cedam ao poder da segunda língua, que, naturalmente, para Graddol, é o Inglês.

Este cenário já foi testado na Irlanda com um sucesso total. Nas palavras deste autor sobre o homem bilingue, uma das consequências de longo prazo, que Graddol não retira, mas que se pode prever como consequência provável é a de um bilinguismo como caminho para o monolinguismo. Este é um cenário extremo, mas o trabalho deste autor tem a característica de projetar a língua inglesa até metade deste século, e esta é uma perspectiva do bilinguismo como via para o monolinguismo. Até porque o bilinguismo deste estudo, que serve de base à estratégia global do British Council para os próximos 50 anos, é um bilinguismo a ser praticado por não anglófonos.

Este cenário, no entanto, não é assim tão extremo como possa parecer. Ainda que só tenha condições para se concretizar em situações específicas, não deixa de ser um cenário que daria razão aos receios dos mais radicais defensores da língua francesa. De Swaan (2004) já antecipou esta situação enquanto consequência “natural” do generalizado uso do inglês na UE.

*«L’anglais continuant de progresser comme première “seconde langue” de l’Union, tôt ou tard viendra le moment, dans tous les pays, où chacun pourra parler anglais couramment avec ses concitoyens. Mieux encore, il se peut que toutes les fonctions de prestige s’accomplissent à terme en anglais.*

*À ce stade, les gens en arriveront sans doute à négliger leur propre langue, à s’exprimer avec leurs amis et*

*connaissances et, finalement, ils ne verront plus l'intérêt de parler leur langue maternelle avec leurs jeunes enfants, qui apprendront donc l'anglais et rien d'autre.» (p.145)*

Assim, longe de se refrearem, como resposta à vaga mundial dos direitos linguísticos e do respeito pela diversidade linguística e cultural, os promotores da língua inglesa continuam a confiar na imagem de prestígio e na onda que impele as instituições internacionais a limitarem, não nos princípios, mas na prática, cada vez mais o acesso de outras línguas.

Não deixa de ser relevante que o argumento para usar o inglês como língua da UE, por exemplo, seja o mesmo usado para não se usar outras línguas – os custos. Usar o inglês é mais barato, permitir o uso das outras línguas é ruinoso.

No meio de tudo isto, como ainda se não assume abertamente esta caminhada do inglês para se tornar língua oficial da UE, já que põe em causa os direitos de outras línguas e o estatuto oficial de todas elas, fazem-se tentativas com propostas de estatuto pouco definido, meio informal, meio documento interno de trabalho, como a da presidência holandesa do último semestre de 2004, para limitar o número de línguas de trabalho.

Depois de verificado que ainda não é a altura certa, que os Estados-membros não estão suficientemente recetivos, ou se mostram atentos, dadas as reações adversas provocadas quando se fala na seleção das línguas a serem escolhidas (inglês, francês, alemão, espanhol e italiano ou polaco), acabam por ser postas na gaveta esperando nova oportunidade.

Ao mesmo tempo, vão-se criando condições materiais que obstam ao uso efetivo de outras línguas, como foi afirmado no meio de um debate em Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

– ISCSP<sup>27</sup>, e onde participou um orador francês, Albert Salon. Mas conquanto não se possa estabelecer uma relação direta entre um maior ou menor uso de uma língua comunitária nas diversas instâncias da UE, e o facto de o país que fala determinada língua, ser ou não ser contribuinte líquido da União Europeia – a França é-o e a sua língua tem vindo, ano após ano, a ser cada vez menos usada – a circunstância de uma língua como o português pertencer a um país que não é contribuinte líquido não o coloca numa posição particularmente favorável para fazer ouvir a sua voz em defesa da própria língua.

Independentemente de juízos que se possam ir fazendo, o francês é, de facto, a única língua que dá combate a esta realidade pró-ínglês, pelo menos de forma aberta e sem rodeios. Para atestarmos das dificuldades sentidas pela língua francesa para, pelo menos, manter a sua posição na União Europeia e refletirmos sobre quão proveitosa tem sido a sua posição de luta, de estratégia de combate aberto que os defensores da língua francesa têm levado a cabo, quer a nível oficial,<sup>28</sup> quer através de outros meios, consideremos esta frase retirada do *Relatório* de 2003:

*«En 2002, le recul de notre langue au profit de l'anglais s'est une nouvelle fois accentué, à la Commission et surtout au Conseil. Inverser cette tendance lourde constatée depuis l'élargissement de 1995 (Autriche, Finlande, Suède) est un défi pour le maintien de la diversité linguistique européenne.»<sup>29</sup>*

---

<sup>27</sup> Seminário: *Línguas - Políticas de Uso e Ensino*, Universidade Técnica de Lisboa, 17 de Maio de 2004.

<sup>28</sup> *Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*, 2001, 2002, 2003, 2004.

<sup>29</sup> *Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française*, 2003, p. 74.

Se nos debruçarmos sobre o relatório de 2004, o quadro não é mais otimista:

*«En 2003, le recul de notre langue au profit de l'anglais a marqué une pause au Conseil, mais s'est une nouvelle fois accentué à la Commission.» (op. cit., 2004:73)*

Apesar destas chamadas de alerta, o francês não está tão desamparado como parece à primeira vista. Se é certo que, por exemplo, em Portugal o número de falantes reais de francês baixou de forma considerável entre as faixas etárias escolarizadas, particularmente entre as mais novas, desde os anos 70 do séc. XX, por razões que se prendem com o facto de a escolarização ter começado a privilegiar o inglês, por outro lado, e, pelos motivos já avançados anteriormente, a língua francesa nunca teve tantos falantes como língua estrangeira ou língua segunda no mundo (Calvet, 1987 e 1999:263); (Ager, 1996a:46).

Onde a perda tem sido mais acentuada é na Europa, no seu uso efetivo nas instituições internacionais, no mundo dos negócios e na área das tecnologias ligadas à computação ou na de conteúdos àquela associados. Fora da Europa, as políticas das antigas colónias francesas em favor da língua francesa, com o apoio natural e o forte investimento, da França em África, uma política linguística agressiva ao atuar junto de áreas linguísticas não anglófonas como as dos países da CPLP e outras, tem trazido novos falantes ao francês.

Esta perspetiva, que está espelhada no número de falantes oriundos de África (Calvet, 1999:263) é, no entanto, analisada numa perspetiva crítica por Calvet, que entende a referência a números da ordem dos 264 milhões, para a francofonia, como “coloridos” pelos “otimistas” (op. cit., 1999:263).

Os números que o próprio Calvet aponta não vão além dos 110 milhões<sup>30</sup>, número que este autor mantém na edição de 1999. Se atualizarmos este número a partir dos que são apresentados pelas organizações internacionais<sup>31</sup> estamos perante uma variação entre os 125 e os 129 milhões de falantes. Os dados que as instituições da francofonia apresentam são também muito variados, sob roupagens pouco específicas em termos do que estão prontas a aceitar como falantes de francês.

Um exemplo é o *Rapport sur l'état de la Francophonie dans le monde. Données 1997/98 et six études inédites*, Haut Conseil de la Francophonie, Paris, la Documentation française, 1999, que nos apresenta os seguintes dados:

*«Il faut distinguer les francophones réels des francophones occasionnels et des francisants. On dénombre environ:*

*113 millions de francophones réels: ils ont du français (langue première, seconde ou d'adoption) une maîtrise courante et en font un usage habituel; chiffre en augmentation de 7,7 % depuis 1990*

*61 millions de francophones occasionnels, dans l'espace francophone: leur pratique du français est limitée soit par une maîtrise rudimentaire ou spécialisée, soit par un usage circonstanciel; chiffre en augmentation de 11,8 %*

*entre 100 et 110 millions de francisants et d'apprenants de français, hors de l'espace francophone: ils ont appris ou apprennent le français pour communiquer avec les étrangers»*

---

<sup>30</sup> 1987 é a data da 1.<sup>a</sup> edição de *La Guerre des Langues et les politiques linguistiques*, Payot, Paris. O número aqui apresentado é o da edição de 1999, publicado pela Hachette.

<sup>31</sup> Quid, 2002; Linguasphere, 2002; Ethnologue (SIL), 2004.

Para dar alguma credibilidade aos números, todas as entidades, francesas ou quaisquer outras, sobre qualquer língua, deveriam, de algum modo, refrear os ímpetos e desejos de universalidade da sua língua através de “contabilidades generosas” sobre o número dos seus falantes. Naturalmente, estes números têm também que ver com o *marketing* desenvolvido pelas instituições nacionais promotoras das suas línguas e da forma como lidam com a realidade e com o modo como desejam que a posição relativa da sua língua seja tida no universo das línguas internacionais.

Como escreveu Calvet (1999:263), «*mais encore faudrait-il s'entendre sur ce que signifie 'parler une langue'*». Na verdade destes “bondosos” números, apresentados pelo Alto Conselho da Francofonia em 1999 e que, na sua maior abrangência, sobem aos 284 milhões de falantes, passa-se para um número global de falantes de 175 milhões em 2003, apresentados pela Organização Internacional da Francofonia, OIF, na sua publicação relativa ao biénio 2002-2003. Talvez num futuro relatório os números se mostrem mais convergentes com os das organizações internacionais, mais independentes podendo servir de referência a todos os estudos nesta área, inclusive aos especialistas franceses.

Saindo da guerra dos números, que me parece estar mais ligada à atividade publicitária e promocional, podemos, apesar das afirmações de recuo da língua francesa, inferir que estas afirmações, são mais uma forma de pressão sobre as instâncias internacionais, face à perda do monopólio nas referidas relações internacionais, diplomáticas e científicas, após a I Guerra Mundial, perda acentuada depois da II G.M. e motivada mais pelo avanço real do inglês, que a França se recusa a aceitar passivamente, do que, de facto, por alguma perda real de falantes.

Temos assim, que o fundamento das preocupações francesas tem muito naturalmente mais que ver com o uso da língua francesa nas instituições internacionais, do que com o número dos falantes dessa língua. Como atrás foi dito, a língua francesa nunca teve tantos falantes como na atualidade. A questão, para os promotores da língua francesa, pode estar, e paradoxalmente, na medida em que o francês tem agora mais falantes, em que a língua francesa estará, também, a atravessar uma crise de prestígio.

A maioria dos falantes e respetivo potencial de crescimento está num continente que não conseguiu ainda o poder inerente ao seu *peso* na esfera política internacional e, por razões que se prendem com um fraco desempenho em termos de desenvolvimento, e ainda menor influência na economia mundial.

Falta nitidamente à língua francesa a forte ala americana de que desfrutam as outras 3 línguas europeias. Os falantes de francês no Quebec não ultrapassam os 8 milhões. Fortes, politicamente, no Canada, determinados sem dúvida, mas, mundialmente, esta fraca presença, em termos demográficos, não representa mais do que um enclave na visibilidade da Francofonia.

Na verdade, a língua francesa desfruta de uma situação impar tendo em conta a atual situação de privilégio da língua inglesa nas relações de comunicação internacionais e a muito pouca representação de línguas muito mais faladas e igualmente «universais» para usar um termo muito caro aos franceses no que ao particular da sua língua respeita.

Não são, em boa verdade, necessários atestados de universalidade de línguas, já que a assunção dessa qualidade lhes advém da sua representatividade a nível pluricontinental e à escala global, como também é o caso da língua portuguesa. Mas porque tal até foi

reconhecido pelo Parlamento Europeu, aqui fica a menção tal como consta da aprovação da Resolução do Parlamento Europeu sobre o *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – primeiro e segundo relatórios anuais da Comissão relativos à Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) –*, que claramente admite que «a língua portuguesa é, em número de falantes, a terceira língua europeia de comunicação universal»<sup>32</sup>.

A questão fundamental, nesta como noutras constatações e reconhecimentos formais, como o acima citado, é que eles representam apenas uma distinção formal que não implica qualquer ação por parte das instituições que se prestam a estes, pouco mais que simpáticos, gestos. Do ponto de vista prático e de reconhecimento *de facto*, tal posição não tem qualquer impacto no respeito por essa realidade linguística.

No contexto da União Europeia, do seu Parlamento e das suas instituições, a língua portuguesa não é tratada, nem tem preponderância maior que o maltês, que tem menos de 400 mil falantes ou o luxemburguês com menos de 300 mil falantes.

O eurocentrismo conservador e conveniente das instituições europeias, não é compatível com as implicações inevitáveis de um maior protagonismo de línguas como o português e o castelhano, se a sua importância global tivesse reflexo efetivo, o impacto e a devida correspondência nas comunicações quotidianas da UE.

A posição da língua francesa é a de uma língua usada como língua oficial e de trabalho em quase todas as instituições internacionais e num contexto em que outras línguas são, hoje, muito mais representativas dos cidadãos do globo. A língua francesa é talvez

---

<sup>32</sup> Parlamento Europeu, *Primeiro e Segundo Relatórios anuais da Comissão relativos à Região Administrativa Especial de Macau* (COM(2001) 432 - COM(2002) 445 - C5-0619/2002 - 2002/2275(INI)), P5\_TA-PROV(2003)0141, PE 330.843\ 22

aquela que mais beneficia da dificuldade destas instituições em se reformarem, quer no plano político, quer no das suas línguas de trabalho, quer na tentativa de se atualizarem e adequarem a uma nova realidade mundial.

Esta atualização é travada, no plano internacional, porque tiraria protagonismo aos países que beneficiam ainda hoje do *status quo* saído da II G.M. e que, nestes primeiros anos do século XXI, pouco tem já que ver com a realidade.

Voltemos agora à necessária reflexão sobre a forma como devemos encarar a situação atual da hegemonia da língua inglesa. A ideia, geralmente defendida por autores franceses como Albert Salon e outros, acentua o uso de palavras-chave como guerra, combate, barreira, proibição. Assim temos

- *Guerra* no sentido em que o avanço e propagação da língua inglesa prefiguram, na sua perspetiva, um conflito linguístico em que as vítimas são as outras línguas – mais concretamente a língua francesa;
- *Combate* na medida em que sentem a necessidade imperiosa de responder com agressividade a este inimigo;
- *Barreira* pela criação, por exemplo, de comissões terminológicas especializadas, para a criação de termos e expressões que atualizem a língua nos diversos domínios do saber, com o objetivo de levar os cidadãos a substituírem, no seu dia-a-dia, nos seus atos da comunicação, os termos linguísticos estrangeiros – leia-se, anglicismos – que entram na língua, a «miscigenam» e tornam «impura», pelo novo léxico aprovado pela *Académie Française*, por palavras «mais francesas», garantidas sem contaminação anglófona;

- *Proibição* no que respeita ao uso de estrangeirismos através de mecanismos de tipo legislativo que punem e reprimem o uso de termos que interferem na pureza e na riqueza da língua francesa e põe em causa o sempre afirmado universalismo da língua e da cultura francesas.

Quanto aos dois primeiros termos, vários autores têm chamado a atenção (Phillipson, Ager, Calvet,) para o facto de esta atitude militantemente conflitual, ter vindo, sobretudo, a criar anticorpos e conseguido pouca receptividade fora do campo estrito da francofonia, tendo até sido mais prejudicial que benéfica para a imagem francesa nas instituições internacionais.

## **5. Políticas de língua e planeamento linguístico (PLP)**

### **5.1. O mundo em quatro línguas repartido: centração no mundo ocidental**

Partindo do que atrás ficou dito, pode avançar-se que, se é verdade que o passado colonial inglês teve um papel determinante na formação de um espaço, suficientemente amplo e globalmente disperso, essa realidade é comum a outros países que estão na origem da dispersão geográfica e demográfica das atuais quatro línguas europeias mais faladas no mundo. Tanto o português, como o castelhano ou o francês, fruíram da conjuntura da primeira fase da globalização iniciada com a expansão portuguesa.

As sucessivas ondas de industrialização que varreram o mundo ocidental a partir do século XVIII, com o seu início em Inglaterra, contribuíram para o progresso económico deste país e de algumas das suas colónias. Igualmente outros países vieram a beneficiar dessa vaga de desenvolvimento económico, entre eles a França ou as regiões que, a partir dos anos setenta do século XIX, dariam lugar à Alemanha, entre outros.

Destaque aqui para a importância e a influência que a França mantinha, apesar das convulsões revolucionárias e das guerras napoleónicas e para o facto de se tratar de um país que cedo deu extraordinária importância às questões da «defesa e promoção da língua», nomeadamente, com a criação da *Académie Française*, a primeira do seu género, criada em 1635, por Richelieu.

Se excetuarmos a Alemanha, verificamos que, do que foi dito, duas línguas mantiveram as condições de influência no mundo, sendo que o francês era, à época, a nível europeu e internacional, a língua da diplomacia e das relações internacionais.

A Espanha tendo perdido, bastante cedo, a parte de leão do seu império colonial, com as independências na América do Sul, aí deixou, no entanto, a sua língua, de forma segura e sem riscos de ameaça, quer das línguas locais, quer de outras (Mar-Molinero, 2000).

Portugal, tendo também perdido o Brasil em 1822, manteve, independentemente das vicissitudes da história, o essencial do seu império colonial em África, até meados da década de setenta do século passado, sendo o último dos colonizadores europeus a negociar a independência das suas colónias e dos pequenos territórios dispersos pela Ásia, que deixaram a soberania portuguesa à medida que a história o foi resolvendo.

A França e o Reino Unido saldaram as suas contas com a colonização nas duas décadas seguintes à II Guerra Mundial, à exceção das colónias da América do Norte, da Austrália e Nova Zelândia que tinham abandonado os Impérios de que faziam parte, entre os séculos XVIII e a primeira década do século XX.

De certa forma, trata-se de colónias diferentes das africanas ou asiáticas, já que foram os próprios descendentes dos colonos europeus que tomaram em mãos os destinos desses territórios, sem nenhuma participação das populações aborígenes. O mesmo vale para as colónias espanholas e portuguesas da América do Sul.

Em todos estes países, a questão da escolha (Wright, 2004:141) de uma língua para o seu novo país não representava verdadeiramente uma questão para os seus dirigentes, dado a língua materna da potência colonizadora ser a dos colonos independentistas.

No final da I Guerra Mundial, um primeiro e decisivo passo do inglês para uma aceitação formal e oficial, no quadro internacional das nações, foi, por imposição dos EUA, a sua admissão, em paridade

com o francês, nas conversações da Conferência de Paz que veio a terminar com a redação do *Tratado de Versalhes* escrito nestas duas línguas e que serviu de prelúdio para que fossem estas as duas línguas oficiais da Sociedade das Nações.

Significa isto que o mapa de cobertura e de influência linguística dos quatro países europeus colonizadores atrás referidos (e até de outros como os Países Baixos, a Bélgica e a Alemanha), apesar das discretas conquistas, sem retorno, do inglês, se manteve praticamente inalterado até ao advento da II Guerra Mundial (Phillipson, 2003:32-33).

## 5.2. Convivência destas quatro línguas

Neste espaço relacional multilinguístico onde apenas 5% das línguas do mundo prevalecem sobre as restantes, que consequências há para os falantes? Podemos sem receio estimar que o número de falantes de inglês como língua não materna – seja como língua segunda ou estrangeira nos seus diversos graus de proficiência – supera largamente a dos seus falantes nativos.

O *Atlas des Langues du Monde* (Breton, 2003) aponta para um número de cidadãos que têm a língua inglesa como língua oficial e, portanto, estabelecem uma esfera de influência, que andar­á perto dos 2 Biliões.

Não sendo todos eles, certamente, falantes desta língua, vivem na sua proximidade e vizinhança, sendo altamente provável que venham, nalgum momento da sua vida, a confrontar-se com ela em múltiplos aspetos do seu dia-a-dia, quer de lazer, profissionalmente, nas suas relações de trabalho, quer, oficialmente, na relação com o Estado.

Acresce que uma língua se torna mais necessária quando é nela que se estabelece a comunicação internacional no domínio dos negócios, da diplomacia, da tecnologia, da ciência, da difusão audiovisual de âmbito cultural de massas; quando é ela que cobre os mais diversificados aspetos da vida quotidiana dos cidadãos, quer no habitualmente designado mundo ocidental, onde, fora dos países de língua inglesa, a exposição a esta língua é visivelmente tão forte e a sua presença quase tão omnipresente como a da própria língua materna de cada indivíduo. O caso agrava-se em países onde, por exemplo, o cinema e a televisão não dobram os programas de origem anglófona, já para não falar de outras importações culturais como a música. O processo intensifica-se em países em vias de

desenvolvimento, nos diversos continentes, onde acaba por se estabelecer uma interdependência que alimenta o crescimento do número de falantes que veem no inglês uma língua necessária e do ponto de vista da imagem, uma língua de prestígio.

Deste modo, o resultado é uma língua que mais fortemente está presente fora da sua área político-geográfica, o universo anglófono. As outras línguas com dimensão global têm, à sua escala, uma influência potencial sobre os falantes da sua área de implantação geopolítica, ou seja, onde por decisão política e implantação social, se estabeleceram como línguas de comunicação e onde, pelo estado, são reconhecidas e tratadas como oficiais. São línguas que, não gozando da mesma extensão como zona de predomínio, se comportam, à sua escala, como o inglês e funcionam, segundo a maior ou menor agressividade dos seus promotores, como hegemónicas nas suas áreas de influência.

Do que atrás fica exposto pode entender-se que, para usar as palavras de Gambotti «*La place qu'une langue occupe dans le monde exprime les rapports de force qui existent aujourd'hui entre les pays*» (Gambotti, 2004:20) e que, por sua vez, refletem as relações de força entre as economias desses países.

Se excetuarmos o Mandarim na RPC – onde é única língua oficial e onde por diversas razões de ordem económica, demográfica, geográfica e em função do modelo político de desenvolvimento, uma boa parte da população ainda não está muito exposta à influência do inglês, à exceção de alguns grandes centros urbanos e, dentro destes, de algumas camadas sociais –, muitas das outras grandes línguas como o hindi, o urdu e o punjabi na Índia e no Paquistão ou malaio (*bahasa* indonésio e malaio), todas estão, de alguma forma, em competição com uma língua de grande comunicação exógena oficial, ou não, neste caso o Inglês, caracterizando situações de

diglossia. São, ainda assim, línguas de difusão internacional mas de carácter regional.

Ainda que se trate de línguas em crescimento, devido a um forte aumento demográfico na região (excetuando o malaio<sup>33</sup>) em que se inserem, não são, por essa razão, línguas ameaçadas pelo contacto com as outras línguas internacionais globais, embora, por outro lado, o seu crescimento não constituir ameaça à hegemonia das grandes línguas de expressão global, na circunstância, o inglês.

Para além dos diferentes papéis que lhe estão reservados socialmente, quer a nível oficial, quer nas restantes funções sociais, muitas destas grandes línguas apresentam obstáculos que dificultam a sua aprendizagem por estrangeiros e, logo, fora daquilo a que se pode chamar o seu espaço geopolítico, cultural e linguístico de influência. De entre esses obstáculos distinguimos o serem servidas por uma forma de escrita particular e conceptualmente diferente do alfabeto românico.

De todas as atrás referidas, apenas o mandarim começa a despertar interesse, merecedor de registo e de atenção, levando à sua aprendizagem por estrangeiros. Prova dessa realidade é que as comunicações de negócios acabam por o impor, facto que está na base da decisão tomada pela RPC<sup>34</sup> de instalar no estrangeiro cerca de cem delegações do seu recente Instituto Confúcio.

---

<sup>33</sup> A taxa de crescimento da população da Malásia crescerá a um ritmo que se situará entre os 1.95% entre 2000 e 2005 e os 0.41% entre 2045 e 2050, e a Indonésia que fala o bahasa indonésio (variante de malaio falado na Indonésia – bahasa=língua) estima-se que crescerá entre os 1.26% (2000/2005) e os 0.06% (2045/2050) – <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp> -. Se se tiver em conta que cerca de 24% da população da Malásia é de origem chinesa, não tem como língua materna o bahasa melayu (malaio) e tem uma taxa de crescimento superior à população malaia de origem (+/- 51%), a língua malaia não está, de facto, em expansão. A Malásia é um país multiétnico onde quase 8% da população é de origem indiana, havendo ainda muitos outros grupos étnicos de menor expressão populacional, exógenos ou autóctones.

<sup>34</sup> <http://www.edu.cn/20041118/3120738.shtml>

Temos assim um quadro de atuação e de convivência das línguas, em que a diversidade de condições de uso pode determinar a sua, maior ou menor, capacidade de resistir, ou de interagir, com as grandes línguas internacionais globais. Línguas como o urdo, o punjabi ou o hindi, na Índia e no Paquistão, continuam em crescimento, aparentemente sem prejuízo da posição oficial do inglês e convivendo bem nos espaços sociais definidos pelos falantes.

Outras línguas, de muito menor dimensão, estão sujeitas a fortes tensões. Opções de política de língua governamentais, aplicadas nos sistemas de ensino oficial, acabam por penalizar as línguas maternas dos cidadãos, como é o caso de uma boa parte dos países africanos. Estas opções podem, a prazo, ter efeitos nefastos para o uso destas línguas, provocando, por razões de prestígio da língua oficial e pelo estímulo ao seu uso em situações sociais relevantes com incidência oficial/legal, cultural e de difusão pelos diversos media.

Nestas condições, uma transferência de falantes de uma língua de menor prestígio para a oficial, tida por mais favorável à imagem social do falante, acaba dando uma maior predominância à língua oficial exógena, levando à decadência e/ou extinção das línguas endógenas a essas comunidades. Disto são exemplos as línguas ameríndias na América de expressão espanhola.

Neste contexto, os países, que, desde há cerca de meio século, foram saindo de situações coloniais, depararam-se com a necessidade de lidar, por um lado com um quadro geolinguístico, e por outro político-económico e com o desafio de encontrar, através de políticas de língua mais ou menos pragmáticas, o equilíbrio entre a necessidade de se adotar, conviver ou usar, num sistema de diglossia ativa, uma (em certos casos mais) língua de expressão global, e isto por razões históricas, económicas, enquanto, ao mesmo tempo, protege, e dinamiza as línguas maternas endógenas. Da implementação destas

políticas tem resultado quase sempre uma perda para as línguas endógenas desses países (De Swaan, 2001:54).

Ora perante um quadro que nos mostra a realidade – da hegemonia da língua inglesa – que caminho deve trilhar uma língua como o português para se afirmar no contexto internacional?

O caminho não é sem escolhos, mas não deve ser, nem interrompido pelo desânimo, nem marcado pelo confronto agressivo com outras línguas e muito menos com o inglês. A língua portuguesa, neste aspeto, não deve adotar a postura de agressividade em que os promotores do francês apostam.

A língua portuguesa, para se afirmar, deve, entre outras orientações estratégicas de que falaremos adiante, seguir um plano de criação de oportunidades para a sua aprendizagem. A língua portuguesa deve mostrar-se como a língua da amizade e da partilha cultural, mas, acima de todos os afetos, que dependem dos humores dos agentes políticos conjunturais e da história, que oscila entre a inflamada grandeza, como só a história a pode apresentar, e um qualquer dedo acusatório de oportunidade, tem que estar associada a uma imagem de língua do futuro e da modernidade, do desenvolvimento e da prosperidade económica, um dos motores mais poderosos para o sucesso de qualquer língua.

O português surge também como língua de entendimento e de consensos, de que deu prova nos espaços onde se estabeleceu, onde permanece sob diversas formas, mesmo se a administração portuguesa dela se desligou há séculos.

Tendo em consideração aquele fator que, neste momento, é um dos mais decisivos, em termos de uso e de mais-valia de uma língua no plano internacional, a economia, a língua portuguesa sofre, nesta área crucial das relações humanas internacionais, de algum défice.

A maior parte dos países de língua oficial portuguesa (cinco), situam-se em África, onde o desenvolvimento económico, educacional e social das populações é o maior desafio na via do progresso e do crescimento das sociedades humanas. Trata-se, aliás, de um continente onde também se situam a maior parte dos países de língua oficial francesa, mas também uma boa parte dos de língua oficial inglesa.

Neste contexto geolinguístico, a língua portuguesa enfrenta um desafio maior dadas as condições de influência mundial de que o continente ainda não dispõe. Os países africanos da CPLP defrontam-se com grandes dificuldades ou porque a guerra, entretanto finda, se encarregou de consumir, por longos anos, os seus recursos económicos ou porque a grande escassez desses mesmos recursos não tem permitido o desejado desenvolvimento desses países.

Em contrapartida, a língua portuguesa está muito mais representada no continente americano onde, por via do Brasil, existe o maior número de falantes de português<sup>35</sup>, sendo a língua materna de quase toda a população brasileira, ainda que populações indígenas a possam falar como língua não-materna, ou que algumas comunidades como a japonesa, a alemã e outras, apenas a falem no seu quotidiano profissional.

Em 2000, as projeções apresentadas pelo IBGE apontavam para que o número atual (ano de 2005) de brasileiros como contando 182 milhões de almas. Também aqui se coloca a questão do desenvolvimento económico e humano, para referir o índice de desenvolvimento humano do PNUD<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico 2000, 169.872.856 habitantes.

<sup>36</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Brasil, quinto maior país do globo, tem uma economia em crescimento. Do ponto de vista político é aquele, de todos os países da lusofonia, que a médio e longo prazo, potencialmente mais pode favorecer a língua portuguesa e aumentar a sua visibilidade internacional, aquele que, havendo uma re-estruturação da ONU, se apresenta como futuro membro permanente do Conselho de Segurança.

Do ponto de vista científico e tecnológico é preciso não esquecer que o Brasil é um país que pertence ao grupo restrito daqueles que detêm tecnologia espacial<sup>37</sup>. É o país que pelo seu peso geográfico, demográfico e pelo potencial económico, será um fator determinante no futuro da Língua Portuguesa enquanto língua internacional.

Se o fator América fosse uma condição determinante para o futuro das línguas de comunicação internacional, os falantes da língua portuguesa poderiam estar otimistas. Já para a língua internacional «minoritária» na América, como é o francês, que não ultrapassa os 7 milhões de falantes, sobretudo no Quebec, as previsões seriam bem mais reservadas.

Mas a América, enquanto novo mundo, teve o papel importante que se lhe reconhece, porque foi o berço de uma economia que viria a ocupar uma posição dominante a nível global e, como já referimos anteriormente neste trabalho, desenvolveu uma economia que utiliza, para realizar as suas operações, transações e negociações, a língua inglesa, hoje poderosa língua de comunicação global.

Segundo as projeções de últimos estudos como os de David Graddol (2004), continuará a expandir-se pelo menos até 2050<sup>38</sup>. Isto dito, o Brasil, a parte da América que fala português, não deixa de

---

<sup>37</sup> Juntamente com os EUA, Rússia, China, Japão, França e Índia.

<sup>38</sup> David Graddol's presentation to the British Council's, *Going Global Conference on international education*, in Edinburgh (8 – 10 December 2004).

constituir, pelas razões atrás apontadas, uma base séria que permite confiar em que um Brasil, economicamente vigoroso, além de politicamente forte e influente, robusteceria certamente a língua portuguesa.

### **5.3. Políticas de língua como objeto de estudo**

#### **5.3.1. Políticas de língua**

O que é política de língua? Genericamente, uma política é o estabelecimento de princípios orientadores, um programa ou um plano de ação de um governo, agência ou instituição, pública ou privada, tendente a influenciar ou alterar, um dado aspeto do comportamento dos cidadãos no âmbito da sua atividade social. Os princípios orientadores acima referidos constituem um conjunto de escolhas deliberadas relativas às relações entre língua e atividade social.

Uma política linguística pretende, assim, intervir na sociedade de modo a resolver, ou contrariar, problemas existentes, ou ainda a prevenir potenciais focos de perturbação social que tenham origem, ou tomem forma, a partir de um núcleo nevrálgico de carácter linguístico.

São várias e complexas as situações de natureza social e linguística que indiciam a necessidade de uma intervenção a nível linguístico, porque também são várias, diversificadas e complexas as relações linguísticas, sociais e culturais em que o Homem interage.

O seu âmbito de intervenção pode ser entendido, como refere Calvet (2002:17), como:

*«... toute comportement conscient, toute pratique consciente de nature à changer soit la forme des langues, soit les articulations entre les langues et les rapports sociaux.»*

Neste sentido, todas as ações que intervêm na relação dos falantes com uma língua ou várias línguas em presença; todas as atividades que intentam, ou de alguma forma levam à produção de alterações

numa determinada língua ou línguas, quer a nível interno, quer no seu âmbito geopolítico ou espacial de existência e uso, são objetivamente intervenções de carácter político. Podem revelar-se numa forma consciente e estruturada ou ser resultado de intervenções involuntárias, avulsas ou apenas simbólicas, isto é, sem carácter volitivo, efetivo. No caso de uma intervenção deliberada, pode ainda tomar, ou não, um cunho de longo prazo, prever ou não critérios de avaliação, controlo e gestão por entidades independentes das medidas tomadas por parte das entidades responsáveis pelas políticas de língua.

Neste contexto, e para clarificar, devemos entender como intervenção involuntária aquela que é feita sem um propósito claro de política linguística, num quadro de planificação estratégica definido e inserido num plano geral que, necessariamente, contemple os diversos intervenientes do tecido social que vai afetar.

Desta forma, ainda que o organismo interventor ou qualquer entidade com incumbência para tal, não tenha previsto ou, no limite da ausência de planeamento, não tenha consciência de que a sua intervenção tem consequências no comportamento linguístico dos falantes, é certo que a implementação das medidas que tomam, têm implicações linguísticas ou consequências sociais e linguísticas, como seja, por exemplo, a retirada de um qualquer apoio logístico.

Neste tipo de intervenção podemos, assim, incluir medidas avulsas com implicações de política linguística, já que pela sua própria natureza de ato isolado, não pode perseguir outros objetivos que não sejam os de carácter paliativo e parcelar, não tendo assim, por regra, em consideração as implicações colaterais da medida tomada<sup>39</sup>, nem a sua sustentabilidade futura.

---

<sup>39</sup> No entanto, uma medida que externamente nos surge como pontual pode, de facto, não o ser. A medida adotada pelo governo dos Países Baixos de, a partir do ano letivo 2004/2005

Deve incluir-se também neste conceito de intervenção involuntária, a ausência de política ou de medidas, por alheamento ou, se preferirmos, no limite, uma ausência de intervenção, quer por não se reconhecer o problema – porque este não é entendido como tal – e, neste caso, há que aceitar que não se pode agir positivamente sobre um problema de que se desconhece, ou não se reconhece, a existência, por omissão, ou por ausência, de uma política linguística estruturada.

Veremos adiante se a inexistência de uma política de língua e de um planeamento linguístico enquanto tal, não se deverá tanto ao não reconhecimento da necessidade da sua existência, como, possivelmente, à incapacidade das entidades de aceitarem como relevante atacar um problema linguístico, de o identificarem, de admitirem a sua existência, de o delimitarem e de, depois de identificado, lhe atribuírem a gravidade ou a importância suficiente, a ponto de entenderem crucial a conceção de uma política que se proponha à resolução do problema.

Entendido fica assim também, que a ausência de uma política linguística *de facto* acaba por se constituir como uma forma de política de língua em negativo, já que essa inexistência tem igualmente consequências sociais e linguísticas com os resultados inerentes a essa ausência de intervenção ativa.

---

cessar o apoio económico estatal ao ensino da língua portuguesa, aos filhos dos cidadãos portugueses e de outros lusófonos emigrados nos Países Baixos, tanto pode apontar para uma medida meramente economicista de corte de despesas – com as inevitáveis consequências negativas a nível linguístico no que respeita à vontade da comunidade de língua portuguesa em manter a sua língua viva entre os falantes mais jovens – ou então constitui uma medida de política de língua definida dentro de um quadro de marginalização da língua de uma comunidade imigrante, mas que, neste caso, é também língua oficial da União Europeia, agindo em contradição, pelo menos em espírito, com o artigo 22.º da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* e com a Resolução de 13 de Dezembro de 2001 do Parlamento Europeu, sobre as línguas europeias regionais e de menor difusão.

Como forma de atenuar os feitos desta medida limitadora dos direitos dos cidadãos da União Europeia de aceder à aprendizagem da sua Língua e Cultura maternas, o Governo Português acabou por se decidir a suportar os custos que os Países Baixos deixaram de suportar. (ver decisão em: [Comunicação/Notas de Imprensa/20040813 ME Com Holanda](#))

### 5.3.1.1. G nese

Nos seus primórdios, a preocupa o com as questões da língua, pensada enquanto política e motivadora de reflexão acad mica, surge ligada a aspira es nacionalistas e   constru o de novos países no continente americano, mas também numa Europa ideologicamente marcada pela defesa de Estados-Na o em constru o, que procuravam, para si, uma identidade étnica nacional, onde sobressaía uma unidade nacional assumida pela partilha de uma língua comum. Justifica o acrescida para a unifica o de estados, da Alemanha Romântica   Itália do *Risorgimento*, passando dos nacionalismos escandinavos até ao laicismo republicano francês, durante os séculos XVIII e XIX (Wright, 2004:8).

Não sendo esta uma questão pol mica, Wright não deixa de evidenciar que o estabelecimento e reconhecimento da PLP – política de língua e de planeamento linguístico – enquanto domínio acad mico e sistematizado de estudos   bem mais recente, tal como o apontam igualmente Kaplan e Baldauf (1997), Ricento (2000) e Spolsky (2004), concordando todos num passado bem mais curto da nova disciplina. Situam-na nos inícios dos anos 60 do século passado. Ricento apresenta argumentos fundamentados, que concorrem, com os demais, para uma consolida o proporcionada pelos avanços nas diversas áreas trabalho da PLP.

*«The expertise of linguists had been enlisted in many parts of the world to develop grammars, writing systems, and dictionaries for indigenous languages. Corpus planning (graphization, standardization, modernization) presented theoretical as well as practical challenges to the field. Scholars trained in structural linguistics with interests in*

*language typologies and sociolinguistics (especially issues of domain and function, which led to the development of language planning models) realized the great potential for advancing linguistic theory and exploring language-society connections in new ways.* » Ricento (2000:197)

Baseado nos trabalhos dos autores que mais contribuíram para a definição e identificação deste campo de investigação, como Haugen (1966), Kloss (1966), Fishman, Ferguson e Das Gupta (1968) e Rubin e Jernudd (1971), Thomas Ricento prefere identificar a constituição da PLP como disciplina claramente estabelecida numa época onde os fundamentos teóricos e os modelos de aplicação no terreno a impõem como domínio estabelecido, na confluência interdisciplinar de ciências humanas e sociais, mas, sobretudo, com o suporte teórico e como objeto de estudo delimitado, que os trabalhos então desenvolvidos possibilitaram e não já, apenas, como um apelo de políticas nacionalistas, de contornos românticos.

A língua é questão inultrapassável nas opções políticas dos que buscavam, e buscam, nela um ponto de convergência entre identidade, expressão cultural, unidade na afirmação da nacionalidade, como se a língua, e a forte afirmação da sua energia e *excelência*, constituísse o espelho da maturidade civilizacional de uma comunidade, de um povo, e uma justificação, perante as outras comunidades e os «outros povos», da sua diferença e, assim, do seu direito a constituir-se como Nação.

Quase se estabelece, não como uma identidade fundada numa etnicidade, um conjunto indissociável de características alicerçadas numa herança distintiva de teor cultural, religioso, «racial»<sup>40</sup> e linguístico, visto na sua globalidade, mas antes como uma espécie de

---

<sup>40</sup> O conceito de raça é hoje considerado como cientificamente insignificante e irrelevante do ponto de vista biológico, mas, neste contexto deve ser entendido com o sentido de construção mental ou social que lhe atribui a antropologia cultural e não como um facto biológico objetivo.

*glotoetnicidade* onde o fluido envolvente do «corpo identitário», aquele que assegura a vida e mantém os órgãos constituintes unidos, em comunicação e reconhecíveis entre si, fosse a língua, ou, como se a língua fosse a argamassa que mantém de pé o edifício matricial da comunidade.

De qualquer modo, da mesma forma que os astros preexistem ao nascimento da astronomia, da cosmologia e de todas as ciências que com os objetos celestes se relacionam, também a intervenção humana nas práticas linguísticas acompanhará o homem desde a emissão do primeiro som significante. Apenas os estudos sistemáticos que levaram o domínio da PLP a constituir-se como disciplina académica autónoma é recente. Em *La Guerre des Langues*, Calvet apresenta um estudo indispensável e abrangente sobre esta matéria.

### **5.3.1.2. Fundamentos**

A língua, enquanto manifestação social, que funciona como um dos mecanismos integradores dos seus utilizadores na comunidade, necessitará mesmo de ser planeada, em termos das suas condições de uso, defesa, disseminação, promoção e modernização? Será possível interferir na dinâmica própria das comunidades no sentido de corrigir ou de introduzir elementos que sejam aceites e usados pelas pelos falantes?

Se pensarmos a língua, vista, como é tão comum, através da imagem de um organismo vivo e à dimensão da nossa realidade, na forma como entendemos o conceito de vida, é fácil encontrar exemplos, alguns até já usados nas páginas precedentes, de línguas que já completaram o seu ciclo vital e a que chamamos línguas mortas.

Usando ainda a metáfora da criação é igualmente aliciante conceber, até, um ciclo reprodutivo às línguas que passaram por um processo evolutivo ou de transformação, que poderia comparar-se a uma espécie de metamorfose, gerando assim outras que hoje falamos.

Outras houve que desapareceram sem «deixar descendência». As razões são múltiplas, ou porque, vista a língua como um «ser» parasita, morreu o seu hospedeiro, ou porque uma outra língua vem ocupar-lhe o lugar, assumir-lhe as funções, talvez porque o hospedeiro foi «desparasitado» por outro mais forte que o obrigou a adotar outro comportamento linguístico, seja qual tenha sido o grau de violência usada.

A história mostra-nos que a mobilidade humana, feita muitas vezes através da arte da guerra, acabou normalmente com a vitória dos tecnologicamente mais bem equipados, ou porque usavam armas de maior porte ou porque dispunham de cavalaria e os seus adversários nem conheciam o cavalo. Os novos senhores, juntamente com a afirmação do seu poder, de alguma forma acabavam também por impor a sua língua. A verdade é que as línguas nascem e morrem e nenhuma consegue «da lei da morte libertar-se».

No entanto, o fenómeno linguístico não é meramente um fenómeno biológico, circunscrito às funções vitais básicas, redutíveis a um ciclo de vida do tipo nascimento – crescimento – decadência – (reprodução) – morte. A língua é um fenómeno complexo que permite ao Homem realizar atos que só a ele estão reservados. A sua vida, enraizada em pensamento e comunicação, a sua identidade e a sua afetividade realizam-se, concretizam-se na própria língua, naquela em que outros homens o socializaram, naquela em que os primeiros sentidos reagiram, naquela em que um primeiro significado e significante se associaram para um entendimento matricial do

mundo. Um Homem desprovido da sua língua é um ser desprovido da capacidade mais íntima de realização da sua humanidade.

De múltiplas formas, e em toda a história, o homem, enquanto ser social, sempre interferiu na língua para responder aos desafios do exótico, tornando-o comum e nomeando-o de acordo com a necessidade de descrever e nomear a realidade que o cerca. Um fenómeno novo, uma vez descrito, precisa de um termo novo que o identifique e nomeie, que, aceite o termo pela comunidade, passe a integrar a língua e que passe a ser o que nomeia. É uma forma de apropriação do mundo pelo Homem.

O modo como cada povo sente a sua língua determina a forma como se vai bater por ela ou servir-se dela para realizar determinados objetivos na sociedade e desejos de autonomia face ao outro, ao que fala diferente e logo pensa e age diferente. Noutras palavras, a sua política de língua é a atitude que adota para fazer face aos desafios do mundo, a forma como planeia, estrategicamente, a própria língua.

Na verdade, a PLP nada mais é do que um mecanismo político e linguístico lógico, a que os dirigentes das sociedades contemporâneas tendem a recorrer, para responder aos desafios da modernidade. É uma forma de uma comunidade linguística responder globalmente (o todo da comunidade linguística) a uma realidade que o desenvolvimento social e técnico-científico do Homem foi criando.

Quanto mais globalizado o universo em consideração, tanto mais necessário se torna passar das respostas automáticas e instintivas de sobrevivência, para planos elaborados e pensados. Quanto mais céleres são os eventos que vão condicionar linguisticamente os falantes de uma determinada comunidade, tanto maior a necessidade de as políticas e de os planos de ação assumirem estratégias de médio e longo prazo, para assim se poder responder, com

estabilidade, às supostas agressões, ou pressões, causadas por contactos inevitáveis – o isolamento hoje nem é possível, nem sustentável, em termos de desenvolvimento das sociedades –, por trocas económicas, mobilidade populacional, acesso tecnológico à informação.

A forma como as línguas de algumas sociedades tribais se extinguem em poucas gerações, face ao contacto e à presença de outras línguas, são um bom exemplo de como uma exposição, sem mecanismos de defesa ou de controlo, são fatais para a língua e identidade desses povos.

Certamente, com o exemplo acima, estaremos perante situações extremas, porque extremamente débil é a capacidade de resposta daquelas sociedades. E nas sociedades ditas modernas?

Naturalmente, existem políticas de ensino, sistemas estruturados, edifícios construídos e máquinas burocráticas a funcionar. Funcionam numa lógica escolar e burocrática herdada do séc. XIX, reproduzem mecanismos e respostas sem grande inovação, desenvolvem muita capacidade de resistência à mudança, mas funcionam. Funcionam, e reagem, segundo lógicas cada vez mais difíceis de justificar, neste início do século XXI, face à rapidez a que a sociedade evolui e se altera neste começo de século, donde resulta a necessidade de planear a médio e longo prazo e não de navegar à vista. Atentemos apenas nalgumas situações que exemplifico brevemente.

As alterações operadas entre os anos 70 e 80 do século XX, e já referidas em capítulo anterior, levaram a que o inglês substituísse o francês como primeira língua estrangeira no ensino básico e secundário português. Aparentemente, dada a situação económica e linguística global, o sistema público terá respondido de acordo com os ventos da história.

No entanto, essa alteração da primeira língua estrangeira nos *currícula* nacionais não deveria fazer esquecer a importância económica e o valor acrescentado que o ensino formal poderia fornecer aos empresários, na área da provisão em línguas estrangeiras. Para tal, tornar-se-ia crucial que Ministério da Educação tivesse tido em conta, nas opções para a segunda língua estrangeira, do terceiro ciclo e do secundário, as línguas dos nossos maiores parceiros comerciais, dos que têm maior relevância em termos de trocas comerciais e com os quais mais negociamos. Ou, simplesmente, a língua falada no país vizinho.

Se esta questão fosse tida em conta, as escolas portuguesas preocupar-se-iam em proporcionar condições para a aprendizagem das línguas daqueles países, de forma ativa, promovendo tais línguas junto dos alunos e dos seus encarregados de educação e não apenas condicionando a «escolha» da segunda língua estrangeira ao francês. Os últimos anos têm demonstrado, claramente, a quem mais vendemos e que países nos têm adquirido cerca de 40% das nossas exportações, nomeadamente, em 2002<sup>41</sup>, e que não são de língua inglesa. Falam alemão e espanhol.

Os países de língua inglesa representam cerca de 16% das nossas exportações. Esta é uma situação que também é verificável se recuarmos às estatísticas do INE desde 1995, onde aquelas duas línguas «já nos compravam» sensivelmente os mesmos 40% e a língua inglesa, diretamente, apenas 16%.

A realidade linguística das relações comerciais externas de Portugal não encontra correspondência no sistema de ensino do país. Se se olhar para o gráfico das línguas ensinadas no sistema de ensino português<sup>42</sup>, verificamos que apenas 0,3%, no ano letivo 2001/2002

---

<sup>41</sup> <http://www.ine.pt/>, 2004-11-12

<sup>42</sup> cf. Gráficos, páginas 113 e 114.

e 0,6%, em 2004/2005, dos alunos inscritos em línguas estrangeiras, aprendem espanhol e apenas 1,9%, em 2001/2002, agravado com uma redução para 0,8% em 2004/2005, aprendem alemão.

Parece assim evidente, que, a nível da provisão de línguas, as entidades responsáveis por esta área da política linguística não atribuem qualquer valor acrescentado ao peso económico do alemão, que, pelo menos nos últimos 10 anos, tem contribuído para a aquisição de, pelo menos, 20% dos nossos produtos, nem ao espanhol, que, nos últimos dez anos, tem vindo a crescer sistematicamente, dos 15% em 1995, para os 20,5% de 2002.

O resultado prático desta observação apontaria para que os responsáveis pelas políticas de ensino de línguas estrangeiras em Portugal tomassem em consideração estes dados objetivos que nos indicam, se não prioridades, pelo menos linhas orientadoras quanto às necessidades de provisão de línguas para o mercado de trabalho. Mas, tanto quanto os dados do Ministério da Educação permitem verificar, mais uma vez vale a ideia preconcebida, assimilada, e assumida como verdade universal, de que para os negócios, ou mais genericamente, nos contactos internacionais, «toda a gente fala inglês».

Esquece-se de que, nestes dois casos, estão a falar inglês com o comprador errado, estão a vender e não a comprar, ignoram relatórios e estudos da UE sobre cultura de negócios<sup>43</sup>, não se preparando os profissionais com ferramentas linguísticas capazes para, nas empresas, otimizar as relações comerciais com os nossos principais mercados.

---

<sup>43</sup> De entre os poucos estudos feitos nesta área envolvendo Portugal poderiam ser consultados: o [projeto reflect](#), ou o projeto [elucidate](#) ou outros levados a cabo no âmbito da UE e que estão disponíveis para consulta.

Obviamente, se uma política de provisão de línguas estrangeiras existe em Portugal, ela não atende a estas realidades, não parece planejar, nem ter em conta a realidade económica do país, não estimula, nem alerta, alunos, famílias e empresários para a realidade económica e linguística que nos rodeia. Em vez de um qualquer senso comum, ou de um qualquer senso económico ou comercial, talvez estejamos mais próximos de um *non sense* tipicamente inglês.

A grande floresta da língua inglesa parece encobrir a árvore das oportunidades de uma verdadeira política de língua, de planeamento, de provisão de línguas estrangeiras, política plurilingue, pragmática e economicamente válida para o país.

Recoloquemos então a questão. Para que serve uma política de língua? Uma política de língua serve essencialmente para resolver problemas linguísticos que se apresentem nas malhas do tecido social.

Mais, se atendermos ao que atrás ficou dito, uma política de língua terá tanto mais pertinência, e hipóteses de sucesso e eficácia, quando maior for a sua capacidade de prever, prevenir, antecipar problemas que a sociedade e a comunidade linguística possa enfrentar.

Se um país relativamente homogéneo, passa, a partir de um dado momento da sua história, a integrar no seu seio, por exemplo, através da incorporação no mercado de trabalho, outras comunidades culturais e linguísticas, uma das componentes de uma política de imigração responsável, devia ser a de uma política de planeamento linguístico que considerasse a situação de integração linguística e cultural das comunidades migrantes, assim como a de possibilitar uma transmissão da língua materna e da cultura dessas comunidades aos seus membros mais jovens.

Pensar que a imigração é um problema transitório, ou de uma população temporária que não merece um investimento do Estado na sua inserção no tecido social e linguístico, é a melhor forma de criar um problema para o futuro e de comprar uma despesa social a prazo; e as despesas têm normalmente custos mais elevados que os investimentos. Portugal, por exemplo, sabe muito bem que uma grande parte dos seus emigrantes é tão temporária nos seus países de acolhimento como os próprios cidadãos desses países.

Em Portugal, por exemplo, é sabido e há muito estudado, que os seus emigrantes passaram relativamente depressa de indivíduos sós num país estrangeiro, a residentes estrangeiros com família reunida nos países de acolhimento e, daí, a pais de luso-descendentes e de novos cidadãos desses países.

Que poderá levar os governos como os de Portugal, e, mais uma vez, só a título de exemplo, a pensar que os milhares de imigrantes que hoje residem em território nacional seriam diferentes e que partiriam numa qualquer semana de um qualquer mês mais ou menos longínquo, mais ou menos distante, sós como chegaram e tão estranhos como quando pela primeira vez cruzaram a fronteira? Possivelmente nenhuma.

A nível interno, a uma nova realidade social, cultural e linguística seria de esperar uma resposta pensada.

A nível interno, seria esperável que um país que, em 1988, para levar a cabo a implementação de uma das medidas incluídas na Lei de Bases do Sistema Educativo, pretendia a

«negociação com os nossos parceiros da CEE [atual, UE] no sentido de obter a integração do ensino do Português nos respetivos sistemas educativos.»<sup>44</sup>,

que, onze anos depois, entendia, como uma das suas prioridades<sup>45</sup>, o

«Incentivo à integração da língua portuguesa nos currículos dos países com forte presença portuguesa nomeadamente no quadro da UE, mediante negociação direta com os diferentes governos.»<sup>46</sup>,

não esperasse por 2005, para, dezassete anos decorridos sobre a conceção do “esquema conceptual de realização” do programa de *Promoção do Ensino e Difusão da Língua e Cultura Portuguesa no Estrangeiro*, incluído na *Proposta Global de Reforma* da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, ver inscrito no *Programa do XVII Governo Constitucional*, uma linha orientadora que visa:

«Encetar negociações, baseadas no princípio da reciprocidade, com os países de acolhimento das comunidades portuguesas, destinadas a garantir o ensino do português aos luso-descendentes e a favorecer a integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros.» (p.156)

Entre 1988 e 2005, o início das frases, nas linhas referentes a política de língua, neste aspeto concreto da integração da língua portuguesa nos *curricula* estrangeiros, variou entre a negociação, o incentivo e um claro avanço deste motivador estímulo aos governos estrangeiros, para o “regresso à negociação”, mas numa frase semanticamente anterior a 1988, com a introdução do verbo encetar.

---

<sup>44</sup> CRSE, *Proposta Global de Reforma, Ministério da Educação*, p. 383, 1988.

<sup>45</sup> *Programa do XIV Governo Constitucional*, p. 22, 1999-2002.

<sup>46</sup> *Programa do XIV Governo Constitucional*, p. 27, 1999-2002.

Deixando de lado as interpretações semânticas, que por muito reveladoras de um notável consenso sobre «a integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros», consenso esse, essencial a uma verdadeira política de língua, estas três citações apontam para sintomas de inanição. Este continuado objetivo, surgindo em forma de iniciação de processo, deixa margem para várias hipóteses:

- uma grande ineficiência na abordagem do objetivo que vem sendo sucessivamente proposto, em termos muito próximos e exatamente com o mesmo objetivo (e, neste caso, revela-se que a proclamada falta de colaboração e entendimento entre o Ministério da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros continua tão forte e atual, como quando foi diagnosticada pelo *Grupo de Trabalho da CRSE para o Ensino Português no Estrangeiro*, em 1988;
- um objetivo enunciado sem ter em conta a sua exequibilidade real, o que seria indiciador de que as medidas são propostas mas não equacionadas quanto ao facto de, possivelmente, serem demasiado ambiciosas, ou que não são estudadas do ponto de vista da sua execução e das formas de alcançar o fim desejado;
- o enunciar de uma linha de ação enquadrada no princípio “do que deveria ser”, a bem de uma desejável reciprocidade ou de uma Europa plural e multilingue, mas que nunca foi pensada levar à prática, o que é uma hipótese inadmissível já que poria em causa a boa-fé de quem propõe a medida.

Pelo menos no último programa, já que nos dois anteriores (XV e XVI programas), a questão nem sequer é mencionada, faz-se a proposta, ainda que sem ter em conta se algum trabalho já foi desenvolvido, já que o que a proposta evidencia é que se vai dar início ao processo e

tal não deveria suceder já que estamos a falar de um período de dezassete anos.

Qualquer destas hipóteses é pouco lisonjeira para os responsáveis governamentais, ou porque não souberam prever a dificuldade da tarefa que se propuseram atingir, ou porque ignoram trabalho prévio, dando a imagem de que cada *Programa de Governo* é feito sem a preocupação, saudável e económica, com o que se passou antes. Como se a cada Governo fosse dada a faculdade de criar um mundo novo e como se antes dele tudo fosse o vácuo ou o caos.

Ganha assim corpo a ideia que, de facto, não existe política de língua no seu sentido produtivo, mas impulsos programáticos que não atendem, nem se apoiam no que, apesar de tudo, já existe, numa espécie de tábua rasa sobre o passado, mesmo que esse passado seja literalmente ontem. Uma consulta à página *Internet*<sup>47</sup> da Direção-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC) permite saber que:

«O Português é ensinado nesta modalidade [O ensino do português – língua de opção, integrado nos currículos dos respetivos sistemas de educação] em países da União Europeia (Alemanha, Áustria, Espanha, França, Irlanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia) e do Leste Europeu (Bulgária, República Checa, Rússia), nos países do MERCOSUL, bem como no México, no Chile, no Canadá e em alguns estados dos EUA (Massachusetts); na Ásia, o português é aprendido na Malásia, Tailândia e Vietname, em África, na África do Sul, Malawi, Namíbia, Senegal e Zimbabué.»<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> [http://www.deb.min-edu.pt/portugues\\_estrangeiro/](http://www.deb.min-edu.pt/portugues_estrangeiro/), 21 de Dezembro de 2004.

Nestas circunstâncias, o que se deveria almejar, num recentíssimo *Programa de Governo*, era, por um lado, o retomar do processo em termos de prioridade, e por outro, o alargamento, por assim dizer, a progressiva universalização do ensino da língua portuguesa, dentro de cada sistema de ensino em que o português já está integrado, e o incremento do número de países beneficiários<sup>48</sup> dessa integração.

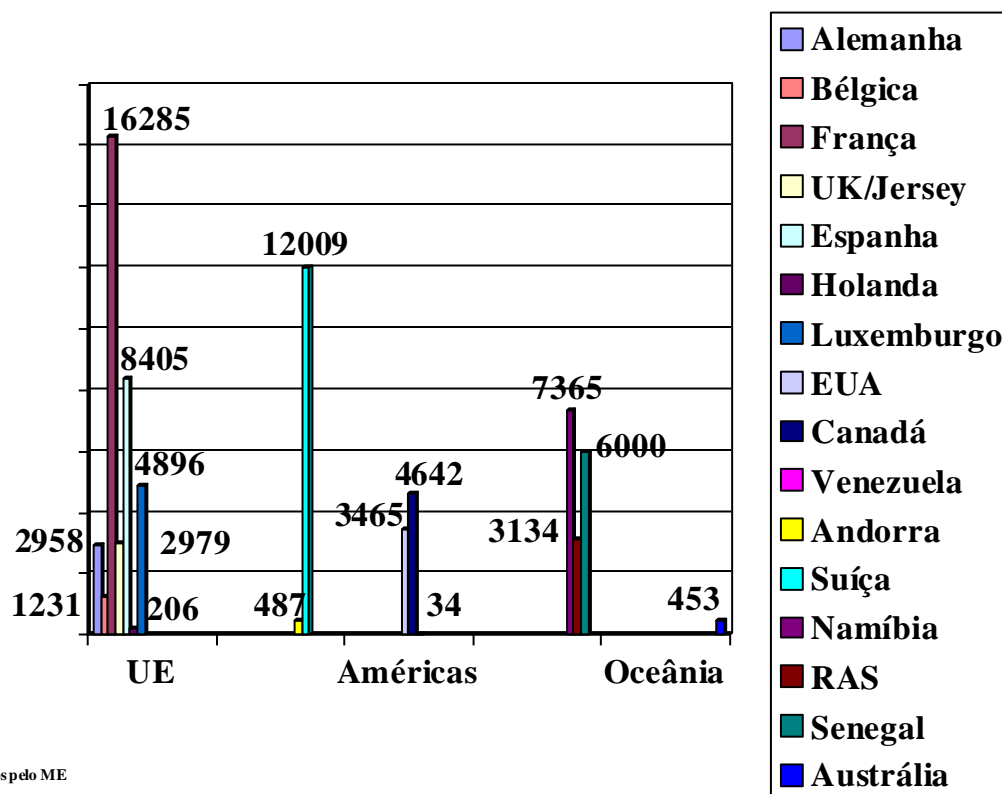
Podemos considerar que é um trabalho que está longe de ser ótimo, eficiente ou eficaz, mas não podemos ignorá-lo, porque é um caminho que já foi percorrido. Pelo menos a fazer fé nos dados da DGIDC, já que a não ser assim, não se percebe o desencontro e a discrepância com as informações apresentadas nos dados estatísticos da UE – *Eurydice* 2005 –, onde a língua portuguesa surge como oferecida em apenas três países: Espanha, França e Reino Unido (Inglaterra-Gales, E-WLS), ainda que os dados em apreço sejam relativos ao ano letivo 2002/2003. O que é já em si um avanço, pois que, os dados do *Eurydice* 2002 referentes ao ano letivo de 2000/2001, referem apenas dois países, a França e o Reino Unido (E-WLS). Atendendo a que os dados da DGIDC são de Dezembro de 2004, o panorama até tem melhorado significativamente.

Esta realidade permite, sobretudo, pensar que o ensino da língua portuguesa, naqueles três países, visa já não apenas um público de luso-descendentes, que, de acordo com os dados do Ministério da Educação em 2001 seria de 27669 alunos, como se vê no gráfico 3, abaixo, mas uma população estudantil, mais vasta, autóctone, e logo, um ganho para a projeção da língua portuguesa e um benefício em termos de imagem para os alunos de origem portuguesa. No entanto, o quadro 2, mostra que o número de alunos (26536) naqueles três países decresceu (-1133) no ano letivo 2004/2005.

---

<sup>48</sup> A aprendizagem de línguas estrangeiras é um processo importante na formação de uma cidadania mais consciente do valor da diversidade, numa sociedade plurilingue e multicultural e, neste sentido, a aprendizagem de línguas estrangeiras é um claro benefício para o cidadão e para a sociedade.

Gráfico 3 Alunos de Português no exterior sob coordenação do ME em 2001



Fonte: Dados fornecidos pelo ME  
2001

A DGIDC publicita ainda o trabalho de apoio diverso e as negociações em curso:

«O DEB (atual DGIDC)/NEPE tem apoiado o ensino da língua portuguesa integrado nos sistemas escolares da Alemanha (escolas bilingues em Berlim e Hamburgo), de Espanha (professores portugueses no ensino básico e produção de manuais escolares e materiais didáticos), do Senegal (formação de professores e envio de material didático e manuais escolares para os cerca de 5.000 alunos que frequentam Português no ensino secundário) e promovido o seu ensino na África do Sul (projeto Lusofonia), Estados Unidos da América (protocolo com o Estado de Massachusetts e uma Escola de *Fall River*), França (negociações em curso para a abertura de novas Secções Internacionais com português), Holanda (negociações em curso para a inclusão do português no

sistema educativo holandês; protocolo com o Instituto ABC), Reino Unido (produção de manuais escolares), Namíbia e Zimbabué (projetos de ensino do Português em curso; negociações para a inclusão do português nos respetivos sistemas educativos).»

Quadro 2<sup>49</sup> REDE OFICIAL – Número de Alunos – Ano letivo 2004/2005

<b>Países</b>	<b>N.º Alunos</b>
Alemanha	3.129
Andorra	306
Bélgica	1.195
Espanha	7.864
França	16.152
Holanda	509
Luxemburgo	5.242
Reino Unido	2.520
Suíça	14.506
Namíbia	7.365
República da África do Sul	4.243
<b>TOTAIS</b>	<b>63.031</b>

### Quadro 3 Rede Particular

<sup>49</sup> Quadros 2 e 3, Fonte: Ministério da Educação, GAERI, 2005.

País	Número de professores	Número de alunos
Canadá a)	182	3.294
E.U.A. b)	205	3.246

a) Dados referentes a 2003/2004

b) Dados referentes a 2004/2005 – Community Schools

E, no entanto, muitos programas de Governo acabam por subscrever os mesmos propósitos, os mesmos objetivos, bastando para isso consultá-los desde o XI Governo Constitucional. Esta constatação mostra, que o consenso essencial existe, dada a origem e a abrangência político-partidária dos diversos programas. O propósito está consignado nas vontades, segue, convicta ou involuntariamente, as recomendações apresentadas pelo *Grupo de Trabalho da CRSE* sobre esta área, recomendações publicadas em 1988, contudo, o que parece é que não está consagrado como prioridade a executar.

O que, aparentemente, choca com estas vontades programáticas e princípios orientadores é não haver projetos que consagrem parcerias bilaterais de apoio à formação de professores locais que sustentem essa integração curricular, a não ser que se ache sustentável o atual quadro de envio de professores portugueses, o que, obviamente, não o é.

Neste âmbito, a evidência é a de que se não há uma política de língua é porque as linhas de ação definidas não se combinam com a atuação concreta, o consenso na caracterização das linhas gerais não encontrando eco, nem nos meios, nem nos espartilhados modelos organizativos adotados de que adiante se falará.

Não deixa, contudo, de ser preocupante constatar o novo orgânico e funcional em que se encontra atualmente inserido o ensino do português no estrangeiro dentro do Ministério da Educação, sob a dependência de uma direção-geral que superintende áreas tão

variadas como a educação para a saúde, a educação física ou os tempos livres.

### **5.3.1.3. Domínios da PLP**

A política de língua e o planeamento linguístico enquanto disciplina recorre necessariamente, dada a natureza das implicações da sua ação, de uma abordagem interdisciplinar no campo das ciências políticas e sociais, nas áreas jurídica e económica (Wright, 2004:2), para além das disciplinas da área linguística ligadas ao ensino das línguas – terminologia, sociolinguística etc. – para só referir algumas mais óbvias.

Vejamos então que domínios, ou áreas de estudo, tradicionalmente delimitam da disciplina da PLP, a começar pela que ocupou os dirigentes das novas nações saídas do colonialismo:

(Status planning - planeamento conjuntural – *Language Selection*)

- a escolha de uma língua ou de línguas nacionais<sup>50</sup> e dos critérios para o provimento de línguas estrangeiras nos diversos níveis de ensino;

(Status planning – *Language Implementation*)

- a estruturação centralizada ou localizada do ensino dessa ou dessas línguas; a flexibilidade, ou a rigidez, dos seus *curricula*, e das condições para a sua aplicação nas escolas;

- o âmbito do uso profissional das línguas oficiais no quotidiano legal, administrativo, social ou afetivo;

---

<sup>50</sup> Aquele que poderemos considerar um dos últimos exemplos desta difícil tarefa (*Language Selection*), e também um que nos é próximo, foi a decisão do Governo de Timor-Leste de adotar como língua oficial para o mais recente país da comunidade internacional e o primeiro a tornar-se independente no século XXI, a língua portuguesa.

- as medidas legislativas adotadas para implementar o uso efetivo das línguas oficiais em todos os domínios da atividade dos cidadãos<sup>51</sup>;
- a presença externa da língua, isto é, a promoção e difusão, ou disseminação da(s) língua(s) no exterior.

(Status planning – *Language Implementation – evaluation*)

- a vigência e avaliação dos programas das línguas nacionais e estrangeiras.

Outra área de intervenção da PLP é a que se designa por *Corpus Planning* (planeamento do *corpus*) e é a área de atuação que incide mais diretamente sobre a língua propriamente dita e o seu funcionamento, como a adoção de um *standard* ou norma linguística, de uma pronúncia ou a questões de atualização ou modernização ortográfica<sup>52</sup>.

Fazem parte deste campo, igualmente, os estudos conducentes à modernização lexical, de modo a introduzir, na língua, léxico que a atualize, em áreas, quer da realidade tecnológica quotidiana, quer nas áreas científicas e técnicas onde se torna necessária uma atuação terminológica, de modo, por exemplo, a permitir um discurso técnico e científico na língua materna dos falantes, sem o constante recurso a termos de origem estrangeira criados nas línguas em que determinada tecnologia foi desenvolvida.

A elaboração, conceção, produção e disseminação de dicionários e de gramáticas que ajudem a propagar, e a facilitar, a aceitação destas novas realidades entre as comunidades falantes, com a conseqüente indispensável avaliação das ações tomadas, é outra das áreas integrantes do *Corpus Planning*.

---

<sup>51</sup> Desde o que é considerado mais regulador – o francês em França – ou quase apenas do domínio do simbólico – o gaélico na República da Irlanda.

<sup>52</sup> Como é o caso do acordo ortográfico para a língua portuguesa.

## **6. Ação externa – estudos de caso**

### **6.1. Hipóteses de resolução em várias comunidades linguísticas**

#### **6.1.1. Modelos: estudo de casos**

O mais alto magistrado da Nação interrogou-se publicamente<sup>53</sup> sobre a possibilidade de haver uma política de língua portuguesa no estrangeiro, pois, «uma política externa é o resultado de uma política interna». Deixando assim claro que será difícil ter sucesso da difusão do português no exterior, «se não clarificarmos a maneira como queremos que se ensine o português em Portugal».

Palavras duras pronunciadas pelo Presidente da República. Não por duvidar da existência de uma política de língua portuguesa no estrangeiro, mas antes por reconhecer que tal política não está «clarificada».

A citação acima inserta merece, pelo poder de síntese que revela, pelas implicações e pela força do seu conteúdo, uma reflexão sobre as suas palavras. Esta reflexão deve ter em conta que o Presidente da República, não sendo um executor político, detém aquilo a que, em Portugal, se convencionou chamar “magistratura de influência”.

Não ter ação executiva não lhe retira, no entanto, o olhar atento nem a acuidade de quem conhece os problemas e as soluções legislativas que o poder executivo lhe submete para que promulgue. Isto acontece com a profundidade resultante da análise dos dossiês que lhe são remetidos pelo Governo, ou por outras fontes, para as suas intervenções públicas. É por esta razão que o exercício da sua

---

<sup>53</sup> Na sessão de encerramento do encontro «Língua Portuguesa: Presente e Futuro» realizado em Lisboa, entre 6 e 7 de Dezembro de 2004 e organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Discurso reproduzido no livro de atas publicado em Fevereiro de 2005.

magistratura de influência, neste caso sobre a situação da língua portuguesa, merece ser analisada.

Para o Presidente da República, «A questão do português é uma questão política, um desígnio nacional, uma opção fundamental que concerne a toda a sociedade portuguesa. É urgente tomar decisões políticas, que assentem numa base científica e rigorosa.»<sup>53</sup>.

Quanto a ser um «desígnio nacional», esse é igualmente um dos pontos de partida para este trabalho. O assumir deste desígnio, não sendo novo, é, no entanto, raro. Não se trata, contudo, de uma raridade a que se atribui valor pela menção criteriosa justificando a não vulgarização do seu uso, mas de uma raridade, pelo que isso possa implicar de reconhecimento e de significado.

A este título, é de referir que a primeira vez que tal desígnio aparece aplicado à língua portuguesa, «o desígnio nacional de afirmação da língua e da cultura portuguesas.»<sup>54</sup> no mundo, em programas de governo, é nos XV e XVI Governos Constitucionais. Existindo neste caso, aparentemente, consonância estratégica entre Governo e Presidência, veremos mais adiante, quando tratarmos da ação do Instituto Camões, a natureza desta comunhão de ideais.

O apelo contido na citação retirada do discurso do Sr. Presidente da República, sobre a urgência da tomada de decisões políticas é um sintoma da ausência dessas decisões e de como elas tardam. Mais, é o reconhecimento de que as decisões pontuais, eventualmente tomadas, não revelam assentar «numa base científica e rigorosa», isto é, as medidas e as decisões que se tomam têm implicações sobre a língua e a sociedade, mas não serão tomadas com base em estudos fundamentados e apoiados numa perspetiva de política de língua e de planeamento linguístico.

---

<sup>54</sup> São passagens absolutamente iguais e, se não estivessem em documentos identificados como sendo diferentes (programa do XV e XVI), seria impossível distingui-los.

Possivelmente, e correndo o risco de interpretar uma declaração muito para além do que ela verifica ou permite inferir, também reconhecemos, nesta declaração presidencial, um desafio à especulação teórica sobre o modelo de política de que se fala quando se estuda PLP. Para voltar às palavras do Presidente da República, o que se apresenta perante os olhares, até dos mais atentos dos cidadãos, é que não se entende (ou vislumbra) o que pretendem as instituições que gerem estes assuntos.

Mesmo não sendo a política língua interna que nos ocupa como objeto de estudo central, não se pode ignorar uma realidade que suscita este tipo de reflexões. Isto porque pode ter um efeito de alerta no que respeita ao modo como a realidade da política de língua para o exterior é pensada pelos seus conceptores.

Será necessário ter uma política de língua estruturada para a promoção da Língua Portuguesa no estrangeiro? Porque é que é preciso ter uma política de língua para a promoção e difusão da Língua Portuguesa no exterior?

As respostas a estas perguntas, que, neste contexto, não são mero exercício retórico, exigem, apesar dos desencontros na atuação, motivados pelas diferenças de estrutura e de tutela que marcam a ação de Portugal na promoção da língua portuguesa no exterior, algo mais do que a resposta que se julga óbvia. E uma das respostas possíveis à primeira pergunta é esta:

«a causa da afirmação e projeção da língua portuguesa representa um daqueles desafios que, se o não soubermos agarrar, estamos verdadeiramente a falhar uma responsabilidade primordial do presente, a desperdiçar

uma enorme riqueza que recebemos do passado e a descuidar o futuro.»<sup>55</sup>

Ora para que um país possa agarrar esta «responsabilidade primordial do presente» tem, forçosamente, de estabelecer uma política de língua estruturada nos seus diversos vetores de intervenção no exterior, mas também a nível nacional no que respeita ao ensino do português, língua estrangeira, às comunidades imigradas.

Uma política de língua integrada deve compreender uma única tutela para uma só instituição, não porque se tenha uma visão centralizadora, mas porque se tem uma visão para uma gestão eficaz da política, da sua aplicação e de uma maior eficiência no investimento na promoção da língua e da cultura portuguesas. Em Portugal, um país onde os recursos não abundam, e onde, historicamente, nesta área, se apontam a desorganização e a falta de coordenação como pechas até ao presente insanáveis<sup>56</sup>, é fundamental, e condição essencial, alterar um modelo onde a fraca imagem da atividade dos organismos que têm a seu cargo a difusão da língua no exterior, resulta, vista de fora dos gabinetes, como o corolário de uma crónica errância nas medidas que são tomadas.

«Talvez porque quem tem o poder de decisão nunca definiu os objetivos globais, ou porque as decisões estão espalhadas por vários Ministérios (nomeadamente o da Educação e o dos Estrangeiros), ou porque as pessoas que devem construir essa política e desenvolvê-la estão

---

<sup>55</sup> Discurso da Sessão de abertura da Conferência «A Língua Portuguesa: Presente e Futuro» Proferido por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República Jorge Sampaio, a 6 de Dezembro de 2004. <http://www.presidencia-republica.pt/pt>.

<sup>56</sup> GT-CRSE, *Documentos preparatórios IV, Ensino Português no Estrangeiro*, 1988, pp. 20-23. CNE, *Pareceres e Recomendações 1991, Parecer 2/91, Ensino e Difusão e da Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro*, pp. 51-52. Programa do XIII Governo Constitucional, 1995-1999, pp. 55, 56 e 61. Instituto Camões, *Relatório de Atividades*, 1996, p. 33. Instituto Camões, *Plano de Atividades*, 2003, p. 4.

condicionadas por razões extralinguísticas, ou ainda porque para elas é necessário acudir às questões pontuais e inadiáveis, enfim, por um sem número de razões.”  
(Mateus, 2002:71)

O modelo da tutela única vai ganhando consistência, porque os últimos 25 anos provaram que a pluralidade de tutelas sobre esta matéria mostrou a incapacidade de quem supervisiona para cooperar, ou coordenar ações e estratégias, chegando a ser concorrenciais e levando a gastos onde só deveria haver investimento.

Ponto fulcral nesta questão, pode resumir-se numa perceção de que

«... em Portugal não há uma política de língua portuguesa [isto é o que] aparece frequentemente nos meios de comunicação e quase se tornou um lugar-comum. O pior é que, na verdade, não há uma política de língua, ou se existe não é conhecida publicamente.»<sup>57</sup>

Ora é esta espécie de “confidencialidade”, de que fala Mateus, esta atitude de quase “clandestinidade”, de uma hipotética política de língua para a difusão e promoção do português, que permite todas as conjeturas, e, nesta medida, é madrasta para os executores no terreno, porque lhes retira a possibilidade de se sentirem parte de um grande projeto, de que, conscientemente, partilhem os objetivos e de que possam com brio, ser o veículo.

Ora, esta é também uma postura que permite que, ao mesmo tempo que se proclamam prioridades e desígnios nacionais, não se tenha

---

<sup>57</sup> A partir de um artigo originalmente escrito em 1999 e que na sua formulação original era menos categórico quanto à existência de uma política de língua. E onde se podia igualmente ler: «A inexistência de uma política de língua é uma afirmação que ouvimos a especialistas e professores, aos que trabalham sobre a língua portuguesa em Portugal e no estrangeiro.». Esta parte do texto foi suprimida na versão de 2002 talvez por envolver a classe dos especialistas numa aura impressionista e pouco objetiva.

entre as boas práticas, a publicação de Relatórios de Contas e de Atividades das instituições ou organismos ligados à difusão da língua, para que se possa ter presente e sob avaliação pública, em que é que se consubstancia essa *prioridade* e esse *desígnio*. E não se veria aqui inovação senão em Portugal, já que os muitas vezes apontados como congéneres, publicitam os seus relatórios anualmente, os quais podem ser encontrados para consulta, no seu formato digital, nas páginas eletrónicas desses institutos como o *Goethe*, o *British Council* e outros.

Uma forma fundamental de consignar um desígnio nacional é dotar as instituições responsáveis por materializar esse objetivo no terreno, das condições objetivas, orçamentais, tecnológicas, materiais e humanas necessárias, para que a *prioridade*, o *desígnio* ou a *valorização* e *afirmação* da língua portuguesa no mundo, possa ser levada a cabo sem os constrangimentos endémicos de que tem usufruído.

Não se trata aqui de pedir condições ótimas num país que as não pode proporcionar em muitas áreas da sua atividade pública, mas de planear e de avaliar com rigor, de acordo com as linhas de ação governativa que os governos inscrevem nos seus programas que depois fazem aprovar pelos deputados na Assembleia da República. Desta forma, evitar-se-ia discursos constativos como:

«O Instituto Camões [...] tem atravessado, na sua existência de pouco mais de uma década, diversas vicissitudes que têm prejudicado a sua missão e a sua operacionalidade, desde a sua transferência do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros até alguns sobressaltos ocorridos ao longo dos anos na sua direção e à dificuldade de definir com clareza e

credibilidade os seus objetivos estratégicos a médio e a longo prazo.» Aguiar e Silva (2005:33)

E esta não será tanto uma declaração marcada pela observação externa, pela leitura atenta dos *media* ou pelo desconhecimento da existência de uma política de língua porque o Governo não a torna pública como, de alguma forma, perpassa no texto de Mateus (2002), como se atesta na citação acima, nota<sup>57</sup>. Ao contrário, o discurso de Vítor Aguiar e Silva fundar-se-á no seu contacto com o Instituto Camões enquanto foi membro do seu Conselho Geral e, posteriormente, enquanto membro da Comissão Científica do Programa Lusitânia.

Para Aguiar e Silva (2005:33-34) foi

«... a modéstia, senão a penúria, do seu [Instituto Camões] orçamento – uma modéstia que é a sinédoque da falta de investimento público e que contrasta, de modo humilhante para nós, com os meios financeiros e os recursos humanos de que está dotado o Instituto Cervantes. É inaceitável que por limitações da “manta” orçamental, o Instituto Camões seja obrigado a destapar a cabeça para cobrir os pés, ou seja, a desinvestir, por exemplo, em leitorados de Universidades europeias para poder investir em África. [...] Só um Instituto Camões revigorado – e até talvez refundado –, com objetivos estratégicos bem definidos, com dotações orçamentais apropriadas e com os indispensáveis recursos humanos, se poderá realizar uma política coerente e eficaz da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.»

Deste modo, torna-se imperativo, pela inapelável passagem do tempo, que uma vontade de fazer seja acrescentada ao simbolismo e

ao discurso empolgado que se esgota na produção do ato em que é produzido.

Relembrada a teoria dos atos de fala de Austin (1962) e Searle (1969 e 1979), do que se está aqui a tratar é de uma oratória política que se devia caracterizar menos pelo seu caráter perlocutório e mais pela força performativa da sua elocução, validando deste modo a vontade política e a essencial credibilidade da autoridade do poder enunciador.

Como resposta à segunda pergunta podemos optar por simplesmente olhar para trás, ver que o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados são mais devidos aos que, como o Presidente da República, acreditam que a questão da língua portuguesa é uma causa, com tudo o que de emocional isso representa, e não a um desígnio político nacional claramente assumido e definido, olhando objetivamente para o valor económico geoestratégico e demográfico da língua.

#### **6.1.1.1. A França e a francofonia**

No que respeita ao espaço interno da francofonia, a língua francesa, consultadas as diversas fontes que têm vindo a ser referidas, tem ainda muita margem de crescimento. A população do espaço dos países onde a língua francesa é língua oficial, seja única, seja em partilha com outras línguas nacionais ou com o inglês, é de cerca de 390 milhões de falantes<sup>58</sup>.

Esta realidade deixa prever, mesmo tendo em conta os números mais altos apontados atrás, que o francês tem ainda um largo número de

---

<sup>58</sup> BRETON, ROLAND. 2003. *Atlas des langues du monde, Une pluralité fragile: Atlas/monde*. Paris: autrement., p.23.

falantes, como alvo potencial e preferencial, no seu espaço interno de influência, particularmente em África.

A França, consciente da diminuição do uso da língua francesa, elaborou e implementou, em parceria e no âmbito da Agence inter-Gouvernementale de la Francophonie (AIF), desde 2002, um plano para o relançamento do francês, nas organizações internacionais incluindo a UE. Em 2004, o plano destinado à UE foi dotado, pela contribuição da França, de 1,5 milhões de euros e destinando-se a formar, nesta língua, centenas de funcionários da administração central dos novos países que aderiram à UE, diplomatas das missões permanentes em Bruxelas, jovens quadros de países membros da *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), e juristas-linguistas das instituições europeias além de outros. No ano transato, a França destinou 30.000 € à formação dos Comissários europeus e dos seus chefes de gabinete<sup>59</sup>.

No que respeita às outras organizações internacionais, o plano que vem sendo aplicado desde 1997, foi dotado em 2004 com um orçamento de 3,43 milhões de euros, de que «*La France est le principal contributeur*»<sup>59</sup>, plano destinado a formar jovens «*experts francophones*», para os colocar nas organizações internacionais - já foram colocados 32. O foco deste programa, depois de ter estado orientado para as organizações da ONU, passará a ser as organizações multilaterais em África e na região do Índico. Este fundo, visa ainda a ajuda à tradução e interpretação em reuniões internacionais realizadas fora de França, de molde a que delegados de «*pays francophones du sud*» possam deslocar-se e participar em reuniões internacionais.

---

<sup>59</sup> Ministère de la Culture e de la Communication, *Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française*, 2004, p.131-132.

Constata-se, assim, que a França, quer sozinha, quer em cooperação com as organizações da francofonia, tem uma participação, ativa e empenhada, na tentativa de relançar a língua francesa nos organismos internacionais, indo até ao ponto de pagar formação linguística a Comissários europeus e aos seus mais próximos colaboradores.

A França sabe que está a enfrentar uma situação difícil para a sua língua, no entanto, a sua posição não é, nem de desânimo, nem de reconhecimento, nem de se deixar vencer pela adversidade. A sua posição é de maior empenho e determinação. De facto, parece até que, quanto maior é o avanço do inglês, maior é a sua determinação em planear mais, em investir mais, em preparar mais técnicos e mais especialistas, como se sabendo que se resistir muito e não se deixar tomar pelo desalento, a vaga do inglês<sup>60</sup> irá acalmar. Esperará pelo refluxo da onda, preparada para continuar presente na cena mundial.

A francofonia olha de uma forma muito particular os espaços das outras línguas românicas de expansão global. Ao mesmo tempo que apresenta um discurso sobre a diversidade cultural e a necessidade de unir esforços contra a ameaça, que é o inglês, a França ataca essa mesma diversidade, quando se apresenta com uma estratégia de intervenção, que vai além da simples cooperação e da ajuda a países menos desenvolvidos, como a Guiné-Bissau, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe. Aliás, sabendo das dificuldades cíclicas que atravessam as relações entre Moçambique e Portugal, também, naquele país, faz as suas investidas.

A *Alliance Française* está presente em 135 países (mais 25 do que o *British Council*), com 1081 Centros de aprendizagem (mais 955 do que o *British Council*) vindo a ter cerca de 400 mil alunos no mundo

---

<sup>60</sup> É o próprio estudo de Graddol (2004), que reconhece um abrandamento na expansão do inglês em 2050.

(mais 380 mil aprendentes do que o “concorrente” britânico). O orçamento relativo apenas à *Alliance Française* de Paris é de 13 milhões de euros<sup>61</sup>, autofinanciados a 95%.

Ao contrário do *British Council*, a *Alliance Française* está presente em Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

A prática das organizações da francofonia, em países como S. Tomé e Príncipe Cabo Verde e Guiné-Bissau, assemelha-se mais ao prosseguimento de uma estratégia de se substituir aos organismos da lusofonia, do que a uma simples cooperação e difusão do francês. A entrada dos três países acima referidos na OIF parece estar mais relacionada com uma sonhada substituição, a prazo, da língua portuguesa pela língua francesa do que com a sã convivência de dois espaços linguísticos.

A estratégia da francofonia para a África de língua oficial portuguesa assume características de imperialismo linguístico. Em Março de 2001, teve lugar, em Paris, um colóquio denominado «Trois espaces linguistiques face aux défis de la mondialisation». Nessa reunião estiveram presentes, do lado da língua portuguesa, a CPLP e, significativamente, Moçambique.

*«Les relations entre le Portugal et son ancienne colonie, le Mozambique, restent empreintes de rancœurs et de malentendus lorsqu'on aborde le sujet délicat de la Lusophonie. Le Portugal a une façon de défendre le portugais qui est maladroite et inacceptable pour des pays africains qui y voient une atteinte à leur souveraineté nationale et une volonté clairement néocolonialiste»<sup>62</sup>*

---

<sup>61</sup> Quase tanto quanto o Instituto Camões dispõe, atualmente para todo o mundo (cerca de 15 milhões).

<sup>62</sup> T., Benazech, (2000), pp. 5-6, citado por Chaudenson, Robert, 2000, *Mondialisation: la langue française a-t-elle encore un avenir?*, Institut de la francophonie, Didier Érudition, Paris, p. 238.

Isto é, a francofonia está atenta às deficiências da lusofonia e, mais atenta ainda, à falta de estratégia e de compreensão das dimensões e sensibilidades dos países de língua oficial portuguesa, por parte de Portugal. Se a francofonia atravessa dificuldades internas, nada melhor do que explorar esta “falta de tato político” de Portugal, para mostrar a estes países de língua oficial portuguesa que “há um país que os compreende melhor”, e assim, procurar novas áreas de intervenção para a francofonia. Não pelo mérito intrínseco do francês, mas pelo aproveitamento oportunista de capitalizar os “anticorpos” que, conjunturais ou não, alguns países da CPLP possam ir evidenciando em relação a Portugal.

Chaudenson aborda a questão das relações entre a francofonia e a lusofonia no contexto da globalização, da seguinte forma:

*«Le Portugal n’a pas regardé de bon œil, dans les États lusophones d’Afrique, le développement d’une coopération avec la France dont les promoteurs initiaux avaient été, en général, des opposant au régime colonial portugais, souvent exilés dans les États francophones d’Afrique de l’Ouest ou en France. Peut-être à tout prendre, les Portugais préfèrent-ils, quitte à voir introduire une autre langue internationale dans les Palop, [...] que se soit le français plutôt que l’anglais.» (Chaudenson, 2000:94)*

A França, segundo Chaudenson, vê, as suas investidas nos PALOP, mal compreendidas por Portugal. Para este autor, se alguém não sabe fazer, deve dar lugar a outro. Por outro lado, este autor entende que Portugal tem “preferência” por outra língua internacional. Ora Portugal, a ter alguma preferência por uma língua internacional, deveria tê-la pelo Português, mas nesta visão belicista, nesta “guerra dos mundos linguísticos”, em versão francófona, o português é uma

presa à espera de ser devorada, mas com a presunção de ser ele a escolher o carrasco:

*«En ce cas, ils font preuve de bons sens, car le loup anglo-américain ne serait pas long à dévorer le mouton lusitanien. Donc, entre la peste et le choléra... ! Il faudra bien que nous autres Français admettions un jour que les autres ne sont pas forcément plus bêtes que nous.»*<sup>63</sup> (op. cit., 2000:54)

Existem nesta citação dois lamentos do autor: um, o de que Portugal prefira, na ótica de Chaudenson, o inglês ao francês; o outro, que o “lobo” francês não consiga ser tão predador como o anglo-americano. O que não deixa de ser revelador é que, Chaudenson<sup>64</sup> admite o papel e as intenções glotofágicas, quer do inglês, quer do francês<sup>65</sup>, ao caracterizar a sua ação como a de doenças de características epidémicas, como a peste ou a cólera.

A leitura de um estudo, publicado já em 2005, numa coleção dirigida por Chaudenson, permite enquadrar melhor o que atrás se disse (topo da p. 95), sobre o “sonho francófono”<sup>66</sup> de ver a língua portuguesa substituída pela francesa em alguns países que se situam em zonas de predominância francófona, apontando até o caminho e o exemplo já seguido, ainda que por um único país:

---

<sup>63</sup> Passar-se-á neste trabalho sem referência a alguma ironia ausente de subtileza do autor, abordando apenas o que ela revela sobre o entendimento que certos autores franceses têm sobre o que deve ser a cooperação entre espaços linguísticos. Chaudenson volta a fazer uma chamada de atenção à arrogância com que a França tem vindo a tratar esta questão, numa intervenção sua sobre a mesma questão, mas 4 anos mais tarde, em 2004, e com outra formulação, que parece uma nova chamada de atenção (irónica também?) «Je pense que les Français [...] ne pourront plus traiter de haut l'Espagne et le Portugal comme ils le font actuellement.» (Chaudenson, Pour une Stratégie Différenciée de Promotion du Français, *La Bataille pour le Français*, 2004:47)

<sup>64</sup> Colega de Calvet, na Universidade de Provença e no Instituto da Francofonia.

<sup>65</sup> Onde se desfaz a crença na francofonia como “a boa fonia”, por contraste com a que “graça” nos países de língua portuguesa.

<sup>66</sup> Esta *vontade*, não é, naturalmente uma vontade oficial, onde a linha adotada fala de *partilha* de línguas e do multilinguismo, mas está presente no discurso e nos estudos sobre esta *partilha* e multilinguismo de autores como os aqui referidos e citados neste contexto, que estão ligados a organizações da francofonia e que estudam a geopolítica da francofonia.

*«L'une des différences majeures entre les PECO<sup>67</sup> et les Etats du Sud<sup>68</sup> réside dans la possibilité, d'ailleurs concrétisée en Guinée équatoriale, de faire figurer le français comme langue co-officielle, statut qui ne saurait bien sûr être accordé même dans certains PECO où il est massivement appris par la population. Si seule la Guinée équatoriale a changé sa Constitution, en 1998, soit près de dix ans après son entrée dans l'OIF, l'éventualité que d'autres Etats du Sud suivent son exemple indique une différence de nature avec le français, langue étrangère, dans les PECO» (Rakotomalala, 2005:155)*

Temos assim, que o percurso, percorrido pelo único país africano de língua oficial espanhola, é apontado como o caminho desejado pela francofonia para os países de língua oficial portuguesa da região.

Neste estudo, que dedica muita atenção a estes três países, acaba-se por incluí-los no que se designa por «nouvelle francophonie». Assim, em redor dos três países acima referidos

*«un contexte francophone existe dans d'autres Etats de la «nouvelle francophonie»: qu'il s'agisse d'un environnement médiatique, professionnel, économique (en Guinée Bissau, l'escudo a été remplacé par le franc en raison de l'enclavement du pays dans la zone franc [...]), touristique, et donc linguistique. Ces Etats «non francophones» sont en effet inclus dans des régions formées d'Etats francophones» (op. cit.:155)*

Mas a francofonia, ao mesmo tempo que tem esta visão e aspiração a *francofonizar*, alguns dos países lusófonos em África, o que se

---

<sup>67</sup> Países da Europa Central e Oriental – PECO

<sup>68</sup> Neste contexto, são os países Africanos de língua oficial francesa a sul do Saara onde se incluem os três países de língua oficial portuguesa membros da OIF, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

inscreve não na sua estratégica oficial de partilha e de promoção do multilinguismo, mas numa linha de imperialismo linguístico, tem, depois, um reverso europeu bem menos arrojado, pelo menos para alguns autores. Se bem que noutra perspetiva, não tão política e mais analisadora dos diferentes papéis que o francês representa hoje na Europa e em África.

*«Il est clair que le français n'a absolument aucune chance vis-à-vis l'anglais. La langue véhiculaire dans le monde, c'est un fait qu'il faut tout simplement accepter, c'est bien entendu l'anglais. Et depuis que j'ai eu l'occasion d'entendre, au cours de nombreux colloques, des Espagnols converser avec des Portugais en anglais ou bien des Chinois avec des Japonais, ou les Italiens avec des Français, je crois que sur ce point on est obligé d'accepter la situation.»* (Yaguello, 2004:17)

*«Le rôle véhiculaire du français reste bien entendu tout à fait réel dans l'espace de l'Afrique dite francophone.»* (op. cit.:17)

Todos estes entendimentos sobre o francês no mundo, não estando em desacordo, convergem num ponto crucial, a África francófona é vital para a continuidade do francês como língua de comunicação internacional, mesmo que Yaguello a veja na perspetiva do espaço interno da francofonia, em África, e que Chaudenson abarque uma perspetiva mais alargada e expansionista, não em relação aos países africanos de língua oficial inglesa<sup>69</sup>, mas, como vimos, aos de língua oficial portuguesa.

---

<sup>69</sup> Sobre os que adotaram o inglês e o francês, a erupção de tensões sociais e políticas pode ter várias leituras.

### 6.1.1.2. O Reino Unido e o mundo de língua inglesa

Para além de todas as razões que, neste trabalho, têm sido apontadas, para a expansão da língua inglesa, uma delas não pode deixar de ser o *British Council*. Este organismo oficial do Reino Unido tem o seu papel, enquanto instituição que proporciona qualificação linguística para satisfazer parte da procura mundial para a aprendizagem da língua inglesa.

Não deixa de ser de relevante que a Instituição criada em 1934<sup>70</sup>, sob a iniciativa do *Foreign Office*, para a promoção da cultura, educação, ciência e tecnologia britânicas, hoje, 71 anos mais tarde, seja uma Instituição que define os seus propósitos, não como visando a promoção da língua e cultura britânicas, mas de um outra forma:

«*The purpose of the British Council is to build mutually beneficial relationships between people in de UK and other countries and to increase appreciation of the UK's creative ideas and achievements.* » (Annual Report 2003-2004:2)

Num contexto mundial, em que a expansão da língua inglesa e das culturas por ela veiculadas são facilmente conotadas com formas de imperialismo cultural e linguístico, o *British Council* apresenta-se como uma instituição que se propõe construir relações mutuamente vantajosas entre os povos do mundo e o povo britânico e como uma organização que proporciona «*educational opportunities*» e não “apenas” o ensino da língua inglesa.

Um dado que devia fazer refletir os responsáveis políticos em Portugal é o facto de o *British Council* ter começado por ter uma forma de operar com semelhanças com a atual forma de intervenção do Instituto Camões. Entre 1934 e 1938, este Instituto recrutava

---

<sup>70</sup> Primeiro sob a designação de British Committee for Relations with Other Countries. No ano seguinte à sua fundação passou a British Council for Relations with Other Countries.

leitores para lecionarem em universidades estrangeiras, patrocinava, apoiava e organizava espetáculos e eventos culturais, apoiava bibliotecas e escolas no estrangeiro, atuando através das Embaixadas do Reino Unido. Passados quatro anos a estratégia mudou. Portugal foi o segundo país a receber um representante do *British Council* e um dos únicos três em que o seu pessoal não foi evacuado durante a II Guerra Mundial.

Hoje, o *British Council*<sup>71</sup> está instalado em 110 países<sup>72</sup> e, em 126 centros de aprendizagem, tem cerca de 120.000 alunos/ano, gerando receitas de cerca de 300 milhões de euros.

De acordo com o «Corporate plan» para 2005-2006, esta Instituição gera mais receitas do que as contribuições que recebe do FCO (Foreign and Commonwealth Office) que a tutela. Assim, dos cerca de 740 milhões de euros do seu orçamento para o corrente Plano 2005-2006, apenas cerca de 270 milhões são dotação do FCO. É um Orçamento à dimensão da tarefa, em termos globais e é significativo que uma das receitas não públicas provenha de contratos de formação com a Comissão Europeia<sup>73</sup>.

Os Planos de Atividades do *British Council* têm como referência dois documentos estratégicos, o *Strategy 2010* (2004) e o *The Future of English*.<sup>74</sup>, este último é um documento que tem sido periodicamente revisto (1997, 2000, 2004), e sendo um documento que tem como horizonte estratégico 2050. O facto de ser um «*non-departmental public body, [which] is a national public body that operates*

---

<sup>71</sup> Fonte: <http://www.britishcouncil.org/home-about-us-facts-figures.htm>

<sup>72</sup> O único país Africano de Língua Oficial Portuguesa com um Centro do British Council é Moçambique.

<sup>73</sup> Corporate Plan, 2005-2006, p.II.

<sup>74</sup> David Graddol. O estudo mais atual é de 2004 mas só foi publicado em 2005. Uma primeira apresentação deste estudo foi feita na “*The British Council Going Global Conference on international education*” in Edinburgh (8 – 10 December 2004). Na mesma altura em que na Fundação Calouste Gulbenkian decorria a Conferência *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Apesar da contemporaneidade das duas Conferências e do tema da que decorria em Portugal, Em Edimburgo falou-se de Futuro e em Portugal falou-se, sobretudo e em termos de política de língua, do peso do passado e da incerteza do presente.

*independently of government, but for which ministers are ultimately responsible.* »<sup>71</sup>, permite-lhe projetar-se para horizontes mais vastos e longínquos que os dos Governos.

De acordo com o último estudo apresentado em *The Future of English* (2004), a língua inglesa, a nível internacional, «*is rapidly becoming integrated so deeply into the curriculum that it will cease to be a foreign language for many, perhaps most, of the world's citizens*»<sup>74</sup>.

E o Governo de Portugal está em sintonia com as previsões do estudo de David Graddol:

*«If the project to make English a second language for the world's primary school children is successful, a new generation of English-knowing children is growing up who will not need English lessons in the future»*<sup>74</sup>

Segundo o *British Council*, cerca de mil milhões de pessoas aprendem, atualmente, inglês em todo o mundo e, em 2010, esse número de estudantes de inglês deverá atingir o seu máximo, duplicando o número atual. De acordo, ainda, com o estudo mais recente de Graddol, esse número diminuirá para 500-600 milhões em 2050.

Este facto, no entanto, não se deverá a qualquer desinteresse pela língua, mas, apenas, porque, possivelmente, o resto da população já dominará esta língua.

### 6.1.1.3. A Espanha e o espanhol no mundo

A Espanha partilha uma língua em expansão. Com os países hispanofalantes centrados no Continente Americano (a Guiné Equatorial é o único país africano de língua oficial espanhola), a Espanha olha hoje para o chamado cone sul da América e para o grande parceiro do MERCOSUL que é o Brasil como um dos seus alvos prioritários em termos de promoção da sua língua<sup>327</sup>. Enquanto a Argentina continua a implementar a língua portuguesa no seu ensino curricular, pondo em prática os acordos celebrados no âmbito do MERCOSUL, sobre o ensino do português e do espanhol neste espaço de mercado comum, (Decisão MERCOSUL/CMC/DEC N.º 26/02, mas também a 09/05), o Brasil está também a implementar o ensino do espanhol no seu ensino médio<sup>75</sup>.

Nos Estados Unidos havia, segundo o sítio *Ethnologue*, cerca de 22 milhões de falantes de espanhol. O Censo de 1996 referia que a população de origem hispânica nos Estados Unidos da América era de 32 milhões de pessoas. Estes números, conquanto pareçam estimulantes para a língua espanhola, principalmente num país onde em alguns estados como a Califórnia e o Texas existe uma forte presença do espanhol nos *media*, têm ser interpretados com alguma prudência. A emigração de língua espanhola para os EUA, não garante, só por si, um crescimento que corresponda aos números que o Censo aponta.

*«it is important to note that of this Hispanic, Spanish-speaking population it is estimated that at the most, only a mere 3 per cent do not speak some English»* (Zentella, 1997b, citado por Mar-Molinero, 2000:178) e que *«the inter-generational transmission of Spanish to second and*

---

<sup>75</sup> Algumas vozes se levantam preocupadas com este avanço do espanhol no Brasil, mas não referem o avanço do Português nos países do MERCOSUL que falam espanhol.

*third generations is very low.» (Fishman, 1991,citado por op.cit:178)*

Estes factos, no entanto, não retiram à língua espanhola a posição de segunda língua da União Europeia de projeção internacional, com 350 milhões de falantes, ainda que, na prática, nos estejamos a referir a dois continentes. Uma das vantagens da língua espanhola é que, em qualquer dos países onde hoje é língua nacional, é uma língua que não se encontra em risco, o processo de estabilização da língua nesses países tem mais de um século, se excetuarmos a Guiné Equatorial que ascendeu à independência em 1968 e que está linguisticamente isolada. Este não é um panorama comparável ao do português, dado o contexto africano da língua portuguesa, com países que ascenderam à independência há cerca de 30 anos.

O Instituto Cervantes, que está presente em 44 cidades, de 22 países, tem um orçamento de 60 milhões de euros. Em 1994 teve quase 82 mil alunos e 11 mil professores fizeram formação com este Instituto. Este número de alunos, tendo em conta que é um Instituto mais recente (1991) do que os dois atrás referidos - que tem menos centros de ensino e que está representado em menos países, estando concentrado principalmente na Europa -, mostra que o espanhol é uma língua que vai ganhando espaço como língua estrangeira, sobretudo no velho continente.

## **Síntese**

Os últimos três pontos tratados foram abordados na perspectiva da sua relação com a área geolinguística da língua portuguesa. Desta forma, apresentou-se, brevemente, a estratégia que os agentes das três línguas têm vindo a prosseguir. Do que foi apresentado podemos observar que a língua, cujos agentes se têm apresentado com maior diligência, demonstrando que dão uma grande atenção aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, são os franceses. São estes que têm revelado possuir uma estratégia definida para estes países, em particular para os três que fazem parte da OIF.

O que é particularmente interessante, nos estudos que são publicados pelas organizações da francofonia, é que a “lusophonie” não é só um tema, é um objetivo.

*«La concertation avec les autres aires linguistiques (arabophonie, hispanophonie, lusophonie) est une pratique de longue date de la Francophonie institutionnelle, fondée sur le principe que le combat pour la diversité culturelle et linguistique ne peut être un combat isolé, mais que toute action en ce sens doit être menée de concert avec ceux qui sont concernés par la question.» (Rapport au Parlement, 2003:108)*

Este é um princípio que as Instituições de língua portuguesa não terão dificuldade em partilhar. Mas esta partilha tem de significar participação em igualdade, participação que acautele e evite posições de preponderância de um dos parceiros. Neste mesmo relatório francês (p.108) é feita referência ao já mencionado movimento «Colloque des trois espaces culturels » que reuniu no México, em Abril 2003, no entanto, os projetos deste “espaço” de três línguas que são – à exceção de dois da responsabilidade da Organização de Estados Ibero-americanos, OEI – dirigidos pela parte francesa.

Esta realidade, embora a iniciativa dos “3 espaços” seja apenas um exemplo, revela que, da parte das organizações de língua portuguesa ligadas a este movimento, não há grande empenhamento, ou então, não têm capacidade para participar ao mesmo nível, o que não deixa de ser preocupante.

Uma das vantagens do interesse francês na “lusophonie” é que as Instituições francófonas passam a constituir uma boa fonte de informação, o que não se pode afirmar, nem dos organismos de Portugal, nem de organizações multilaterais da língua portuguesa. Foi desta forma que se recolheu alguma informação sobre as Organizações internacionais, onde a língua portuguesa é língua de trabalho<sup>76</sup> (Rapport au Parlement, 2004:72-127)<sup>77</sup>.

No que respeita ao inglês, a sua estratégia global passa, no âmbito do documento *Strategy 2010*, e do Plano de Atividades para 2005-2006, pelo que é designado como investimento na Rússia, China, Leste da Ásia e Índia, os mercados emergentes (p. 2).

Mais uma vez, a atenção do nosso estudo vai não só para as questões que se relacionam com a ação das línguas em espaços contíguos, como com o francês, mas para a observação de estruturas, modelos e estratégias, que, de alguma forma, nos deveria prender a atenção naqueles aspetos em que são confluentes com os interesses estratégicos da língua portuguesa, ainda que com dimensões diferentes. No entanto, no âmbito da promoção da língua portuguesa e dentro do que a realidade vai apontando como oportunidades para esta língua, regiões como a China e o Sudeste Asiático são áreas que, nos últimos 5 anos, têm mostrado interesse crescente pelo Português. E, mais uma vez, se deve afirmar que a

---

<sup>76</sup> No *Rapport au Parlement* de 2004, a Língua Portuguesa é mencionada 17 vezes sempre relacionada com a sua presença em organizações internacionais.

<sup>77</sup> A atualidade de parte desta informação foi constatada e verificada pelo investigador, nomeadamente na parte que respeita à *Internet*, da qual se foi dando conta mais adiante no texto.

língua portuguesa não é interessante por combater ou ocupar o espaço de outra língua, mas porque tem o seu próprio nicho de relevância, nestas regiões, como mais adiante ficará estabelecido quando se estudar o IPOR<sup>78</sup>.

Também com a língua espanhola se acha mais complementaridade do que conflito de interesses. O MERCOSUL é um bem comum para as duas línguas e é uma partilha de espaços e de oportunidades, da língua portuguesa nos países de língua espanhola e da língua espanhola no Brasil. Os brasileiros aprenderem espanhol não é uma ameaça, o Brasil tem uma língua nacional, não sofre de instabilidade linguística, nem de ressentimentos pós coloniais.

A aprendizagem da língua portuguesa, pelos outros países do MERCOSUL, é uma oportunidade para a nossa língua e, obviamente, também não constitui ameaça para nenhum país de língua espanhola. Perder esta ocasião é que seria grave para o crescimento do PLE, e para o estabelecimento no Continente Americano da língua portuguesa como língua internacional, tanto mais que as Organizações de promoção da língua espanhola não vão perder esta oportunidade, porque tal lhes é estrategicamente crucial, pelas mesmas razões que apontamos para o PLE.

---

<sup>78</sup> Instituto Português do Oriente.

## **6.2. Ação externa e ação interna**

As políticas de multilinguismo levadas a cabo em França, no que respeita à inclusão de línguas estrangeiras nos *curricula* dos ensinos básico e secundário, revelam-se, por um lado, ambiciosas nos propósitos (Ager, 1993: 84), tendo em vista a construção de uma imagem de país escrupuloso no respeito pelas culturas e línguas estrangeiras (particularmente daquelas que compõem a UE), com vista a pressionar os seus pares europeus a fazer o mesmo em relação ao francês, não refletindo, por outro, um esforço real de implementar o ensino dessas mesmas línguas nas escolas.

No plano legislativo e dos princípios – a França como país das liberdades e dos direitos humanos e linguísticos –, a atitude francesa corresponde a uma ampla consciência cultural e linguística perante a diversidade. No plano da execução, já se constata alguma relutância a uma efetiva implementação, *de facto*, de línguas como o português, por exemplo, nas suas escolas. A distância entre a palavra e o ato é a distância entre o discurso do respeito pela diversidade, e a sua importância, e as resistências no terreno, com multiplicação de dificuldades, a não criação de condições para a produção de materiais de qualidade para o ensino dessas línguas ou no que respeita à formação de professores.

### **6.2.1. Alguma contribuição portuguesa para a difusão internacional do inglês**

Em países como Portugal, a «preparação» para a receção ao inglês no seu quotidiano, foi involuntariamente facilitada pelo cinema, pela televisão, pela edição fonográfica e pela sua veiculação através do éter radiofónico. Em vagas de decénios sucessivos, ao ritmo da introdução das então novas formas de cultura de massas, o cidadão

comum português, que foi conseguindo acesso aos novos media, foi-se habituando a ouvir, na língua original, a cinematografia americana e genericamente anglófona, primeiro no cinema, depois na televisão.

Outras línguas nos chegavam, como o francês, língua tradicionalmente mais ensinada nas escolas até aos anos setenta, ou o italiano, no período áureo do seu cinema, mas o ruído de fundo, o mais persistente, e o que veio a impor-se quase até a ponto de se tornar esmagadoramente dominador, foi o som da língua inglesa.

A representatividade das outras línguas, na indústria da cultura de massas, foi sendo tecida pela «natural», cada vez mais intensa, ligação dos agentes nacionais às grandes companhias internacionais de distribuição, naturalmente, também sediadas em países de língua inglesa.

Em Portugal a opção de, ao contrário de outros países como a Espanha a França ou a Alemanha, legendar, em vez de dobrar os filmes que eram exibidos, fez com que, quase involuntariamente, por motivos de economia de meios e custos – e não por uma definição estratégica de promoção do inglês num país de grande analfabetismo –, a língua mais ouvida nos *media* passasse, subtilmente, a ser a língua estrangeira mais familiar.

Com o advento da denominada música *pop* (no Portugal de Salazar era o “yé-yé”), que, desde os finais dos anos sessenta, passou a dominar nas rádios portuguesas, onde ainda hoje, suplanta a difusão musical radiofónica em língua portuguesa, isto apesar de toda a legislação produzida, cimentou-se, nas gerações mais jovens, a ideia de uma relação de sinonímia entre modernidade e língua inglesa.

O francês, involuntariamente, passou a ser uma das componentes da diferenciação entre gerações, passou a ser a língua estrangeira dos

mais velhos, e assim, algo a evitar, sendo vista também, muitas vezes, como a versão mais enfadonha de difusão de cultura, palavra já de si muito depreciada, entre os falantes portugueses, devido à carga elitista que os media, a classe política e a classe abastada que sustentaram o regime de Salazar e Caetano e, após breve interlúdio de adaptação, o atual, lhe associaram, e assim foi assimilada pelos demais cidadãos.

Todo este conjunto de fatores levou à percepção comumente apreendida e propagada sobre a validade e importância de saber inglês. A língua inglesa passou a constituir uma janela para o mundo e, para os seus fervorosos adeptos, é mais do que isso, é a janela.

Também no mundo académico esta percepção ganhou adeptos, muito por necessidade de manter o contacto com as publicações de investigação científica mais prestigiadas e dinâmicas na divulgação de novos estudos e novas descobertas que se iam alcançando no mundo anglo-saxónico e à sua volta (com maior intensidade e de modo mais enérgico do que na Europa continental e na esfera das publicações científicas francesas), mas com resultados semelhantes. O número crescente de publicações científicas, ou de artigos sobre avanços tecnológicos, passaram a ter origem e provêm, hoje mais que nunca (cf. bib.), maioritariamente, de autores e autoridades científicas de países de língua inglesa ou que escrevem nesta língua.

O crescimento económico que permitiu o desenvolvimento científico e tecnológico desse espaço linguístico, entre muitos outros aspetos, favoreceu fortemente a expansão de uma atividade artística e cultural fervilhante, particularmente, em áreas de impacto popular de massas como as artes do espetáculo (cinema, televisão, música), mas também nas artes que “cativam” as elites (literatura, pintura, escultura, teatro).

Neste ambiente de imersão constante, Portugal não se diferenciou do resto do mundo, nem se «atrasou», como é uso dizer-se, relativamente a tantas outras áreas do desenvolvimento humano, tendo contribuído apenas, com a adoção do fenómeno, como um fio de cobre serve de condutor à eletricidade.

### **6.2.2. Breve relance sobre a situação da língua francesa no sistema de ensino em Portugal**

Fora das instâncias internacionais, a pouca influência da língua francesa, junto da massa dos falantes europeus mais jovens, e em idade escolar, não voltará a trazer esta língua para primeira língua estrangeira de aprendizagem. Também não esse será, hoje, o objetivo dos países europeus não francófonos, mas, – no caso de Portugal, onde a oferta de línguas estrangeiras<sup>79</sup> no sistema de ensino secundário não é suficientemente abrangente (apenas contempla o inglês, o francês o alemão e o castelhano<sup>80</sup>, sob a denominação espanhol), a língua francesa mantém, apesar de tudo, um predomínio que claramente a distância das outras duas línguas que o sistema de ensino básico e secundário português vai permitindo.

No caso português, se claramente é beneficiado o ensino da língua inglesa, como antes se beneficiou quase em exclusividade o francês – é uma realidade que acompanha a vaga de difusão do inglês e é talvez das poucas matérias onde os alunos vêm alguma utilidade imediata – também acaba por beneficiar ou, se preferirmos, segurar a língua francesa que, ainda assim, e segundo os dados atrás

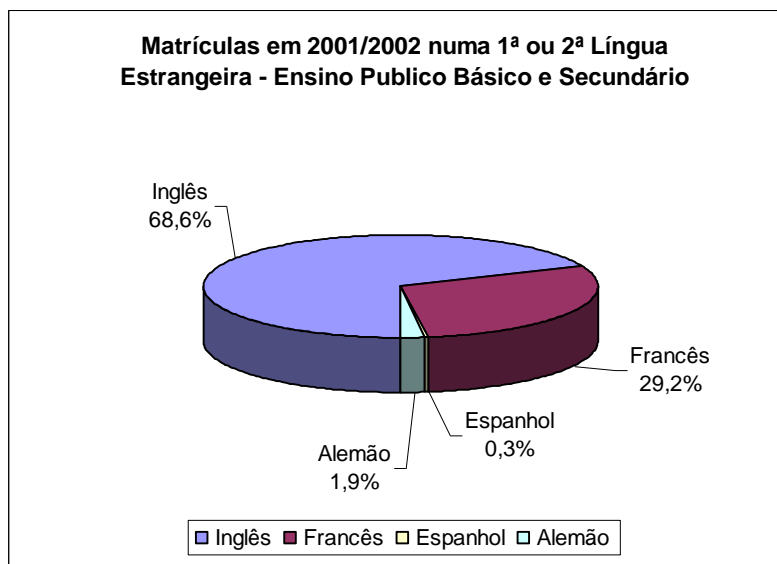
---

<sup>79</sup> Fonte: Recenseamento Escolar Anual 2001/2002 - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, ME.

<sup>80</sup> Castelhano é o nome pelo qual o estado espanhol designa a sua língua nacional na sua Constituição. MAR-MOLINERO, CLARE. 2000. *The Politics of Language in the Spanish-Speaking World: The Politics of Language*. London: Routledge., P. 88.

referidos do Ministério da Educação referentes a 2002, é aprendida por pouco mais de 29% dos alunos que estão no sistema, seja como primeira ou como segunda língua estrangeira.

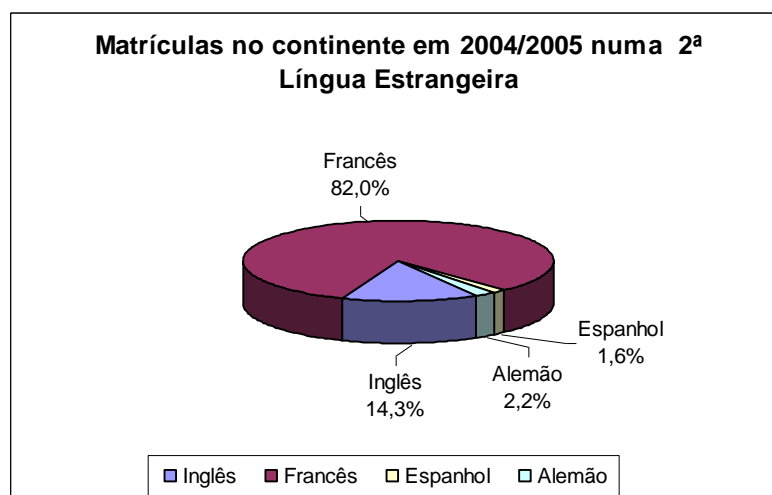
**Gráfico 4** LE no Ensino Básico e Secundário em Portugal



Os dados relativos a 2004/2005<sup>81</sup> mostram que globalmente houve um ligeiro retrocesso no inglês, menos 2,7%, e alguma recuperação do francês, mais 3,9%, um recuo do alemão e algum avanço do castelhano face a 2001/2002. Certo é que os quase 395 mil alunos que hoje aprendem francês em Portugal, no ensino público, o fazem como segunda escolha, num leque de opções já de si pouco diversificado e muito condicionado nas próprias escolas, e, globalmente, têm, em virtude de se tratar de uma opção, muito menos horas de ensino dessa língua estrangeira, no fim do ensino secundário.

<sup>81</sup> Gráficos 5 e 6, página 114.

Gráfico 5 LE como Segunda língua



O que os dados<sup>82</sup> nos permitem compreender é que a grande maioria dos alunos tem vindo a optar<sup>83</sup> pelo francês, como segunda língua estrangeira, particularmente no 3º Ciclo do Ensino Básico.

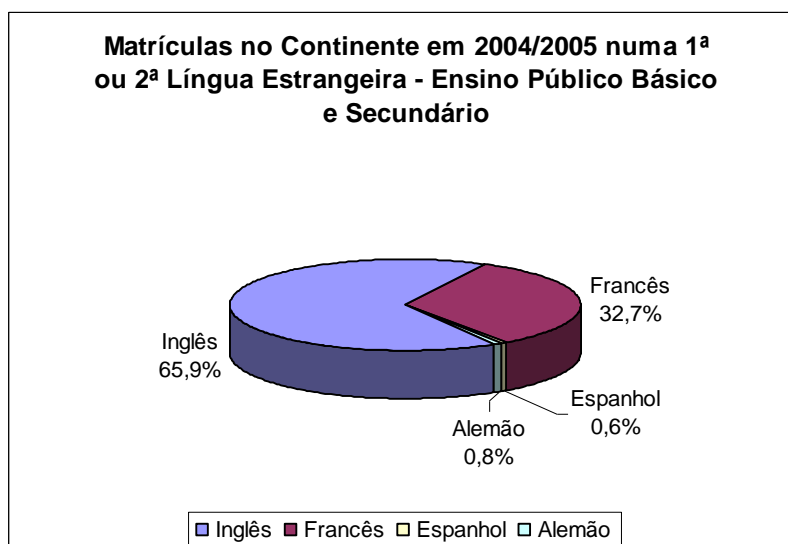


Gráfico 6

<sup>82</sup> Fonte: Recenseamento Escolar Anual 2004/2005 – Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, Ministério da Educação.

<sup>83</sup> A opção é relativamente limitada por razões relacionadas com a oferta dessas opções pelas escolas.

A escolha, pelo que atrás ficou dito, não é uma preferência fruto de uma verdadeira opção, mas não deixa de ser verdade que, perdida já há algumas décadas a hegemonia de outrora, a língua francesa é ainda estudada por quase um terço dos alunos do ensino secundário em Portugal.

Esta situação, pode não deixar otimistas os francófonos e, ainda mais grave, pelas consequências sociais, deixar muito preocupados os professores que se encontram sob o espectro do desemprego por falta de matéria-prima, mas os números mostram, sobretudo, a grande disparidade para as duas línguas que o sistema de ensino continua a não incentivar de forma suficiente, tendo em conta o seu valor económico atual na economia portuguesa.

## **Parte II – O caso português**

### **7. Portugal e a promoção da língua portuguesa**

#### **7.1. Alguns aspetos marcantes**

A ação de Portugal no âmbito do ensino da língua portuguesa no estrangeiro tem cerca de sete décadas. Desde os finais dos anos 20, primeiro sob a dependência da Junta de Educação Nacional (1929/1936), depois pela ação do Instituto para a Alta Cultura (1936/1952). Seguidamente é criado o Instituto de Alta Cultura, em 1952, que desenvolve o seu trabalho até 1976. Neste ano, o Instituto passa a designar-se Instituto de Cultura Portuguesa, até 1980.

A partir desta data, consagra-se a língua no nome da instituição e passa a Instituto de Cultura e Língua Portuguesa sendo esta a denominação até 1992, data em que surge o atual Instituto Camões. Primeiro (1992/1994) ainda ligado ao Ministério da Educação e, desde 1994, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Que esta longevidade, ainda que sob vários nomes e tutelas represente uma posição política firme e fundada num quadro estratégico de médio ou longo prazo, no que respeita à promoção da língua portuguesa no mundo, é uma das questões para a qual tentaremos encontrar resposta na documentação e na prática governamental.

Importa aqui, mais do que conhecer aspetos da nomenclatura histórica da Instituição ou Instituições que têm sido responsáveis pela promoção da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro, descobrir um fio condutor na sua ação, uma estratégia definida, prosseguida ou alterada, mas, ainda assim, uma indispensável determinação nacional.

Em 1988, um *Grupo de Trabalho da Comissão de Reforma do Sistema Educativo*<sup>84</sup> (GTCRSE), coordenado pelo Professor Vítor Manuel Aguiar e Silva, elaborou um relatório apresentado à Comissão da Reforma do Sistema Educativo (CRSE) sobre o Ensino do Português no Estrangeiro<sup>85</sup>. Esse relatório não se propunha apontar novos caminhos ou definir rumos estratégicos, mas apenas sugestões para reformas institucionais. Serviu assim, para apresentar um largo diagnóstico de situação.

Para percebermos do andamento, e do funcionamento, do então ICALP é relevante transcrever o que o relatório diagnostica como críticas apontadas ao ICALP pelas mais diversas dificuldades em áreas nucleares de atuação e estratégia:

«programação deficiente da rede de leitorados, inexistência ou insuficiência de uma específica formação científica e pedagógica dos leitores, insatisfatório relacionamento com o Ministério dos Negócios Estrangeiros» (*Relatório EPE*, 1988:18).

---

<sup>84</sup> Este Grupo era constituído por Aníbal Pinto de Castro, Fernando Alves Cristóvão, João Malaca Casteleiro, Jorge Morais Barbosa, Maria Helena Mira Mateus, Maria Helena Valente Rosa, Mário Quinteiro Vilela, Vasco Graça Moura e Vítor Manuel Aguiar e Silva (coord.).

<sup>85</sup> Daqui em diante designado como Relatório EPE.

Uma ideia reveladora que ressalta do relatório apresentado à CRSE, de que fez parte o então presidente do ICALP Professor Doutor Fernando Cristóvão, facto relevante e não negligenciável para avaliarmos bem o peso do conteúdo constante logo no ponto 2.1 do relatório em análise:

«As sucessivas re-estruturações a que o Instituto tem estado sujeito desde 1976, com alterações profundas da sua estrutura, das suas funções e das suas competências, provocaram logicamente anomalias e distúrbios múltiplos, quer do ponto de vista institucional quer do ponto de vista funcional. Por outro lado, a insuficiência dos recursos humanos, em lugares de chefia e em lugares administrativos, tem prejudicado a qualidade e a eficácia da ação do instituto.» (*Relatório EPE*, 1988:18)

A leitura do relatório e o sentido e objetivo da legislação nele referido denotam um entendimento errante quanto ao rumo a dar ao ensino do português no estrangeiro. Ora nas competências que se retiram ou se atribuem, mas não se regulamentam, como no caso do Decreto-lei n.º 50/80, ora na tutela<sup>86</sup> ou no estatuto e no quadro legal, ora nas competências e no seu âmbito, abrangendo só o Ensino Superior (Decreto-lei n.º 541/76), que institui o Instituto de Cultura Portuguesa, ou abarcando, ainda que «apenas sob a sua **jurisdição formal**<sup>87</sup>» (*Relatório EPE*, 1988:22), por nunca ter sido regulamentado o Decreto-lei n.º 50/80, como nele se exigia.

---

<sup>86</sup> Como é exemplo o que estabeleceu o Decreto-lei n.º 7/79 a passagem pela tutela de uma Secretaria de Estado da Cultura, fora do Ministério da Educação, dependente de um Ministro-adjunto do Primeiro-ministro, para pouco depois regressar à tutela do Ministério da Educação e Ciência pelo Decreto-lei n.º 50/80.

<sup>87</sup> Negrito constante no documento original.

Também os Serviços de Ensino Básico e Secundário Português no Estrangeiro – SEBSPE, que na verdade, e ainda segundo o mesmo relatório, terá funcionado naquele âmbito, numa «autonomia **de facto**<sup>88</sup>», já que, de facto, nunca terá aceitado submeter-se à chefia do ICALP, em que «as Secretarias de Estado da tutela “ignoraram”» (*op. cit.*) o Presidente do ICALP, e ainda, nas palavras usadas no relatório, «os responsáveis imediatos pelos Serviços manifestaram também frequentemente uma atitude de escassa colaboração ou mesmo resistência» (*op. cit.*). A formulação encontrada no relatório para referir a situação não deixa de ser curiosa.

Entre a necessidade de denunciar uma realidade beligerante e objetivamente prejudicial aos propósitos de que o SEBSPE estava incumbido, e um cuidado delicado em não ferir a sensibilidade dos protagonistas. A atitude descrita prefigura um ato continuado de insubordinação, que não se compreende, numa administração pública de um país democrático, civilizado e respeitador da lei.

O facto de, no relatório nada constar sobre as consequências desta insubordinação, resistência ou oposição, por se ignorar a chefia, também é em si revelador. Este aspeto só é digno de nota neste estudo, enquanto manifestação de uma situação de óbvia descoordenação e ausência de controlo do Estado sobre um serviço da sua administração, permitindo-se que uma questão de contornos de luta interna – que, como o relatório facilmente deixa entender, não serviu os superiores interesses do país e antes os terá prejudicado – se sobreponha a determinações legais, e, em princípio, no quadro de alguma estratégia superiormente definida.

Esta situação revela ainda, de forma inequívoca, a importância, que superiormente se atribuía à época, década de oitenta, à política de ensino do português no estrangeiro, quando se permite que este tipo

---

<sup>88</sup> Negrito constante no documento original.

de situação se prolongue por quase sete anos, atravessando neste caso, cinco (!) Governos Constitucionais. Pode-se, assim, questionar o lugar e a prioridade dada à política de língua portuguesa para o estrangeiro, a nível dos ensinamentos básico e secundário, nas preocupações dos responsáveis políticos.

O Decreto-lei n.º 3/87 de 3 de Janeiro veio pôr cobro a esta situação de tensão, ao retirar ao ICALP aquilo que tanto quanto é enunciado no Relatório EPE em apreço, permite dizer que nunca lhe pertenceu de facto: o SEBSPE. Com a integração deste serviço na direção-geral de Apoio e Extensão Educativa, como que repondo assim, senão na totalidade pelo menos em parte<sup>89</sup>, uma situação anterior ao Decreto-lei n.º 50/80 cuja não regulamentação criou a situação atrás descrita quanto à questão da tutela.

O Decreto-lei n.º 3/87, publicado menos de um ano depois da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86 como aliás se estabelece no seu art.º 59, n.º1, i), insere-se, não só no âmbito da regulamentação da *Lei de Bases*, mas também em consonância com o estabelecido no Programa<sup>90</sup> do X Governo Constitucional (1985/1987):

«Aperfeiçoamento do ensino do português e difusão da cultura portuguesa junto das comunidades portuguesas, pela revisão de objetivos, métodos e esquemas de apoio, pela coordenação entre as diversas entidades que no estrangeiro promovem a cultura e língua portuguesas, e pelo estabelecimento de mecanismos mais eficazes nos serviços centrais do Ministério que interatuam com as

---

<sup>89</sup> A parte em que se retira ao ICALP uma competência que, como o painel de especialistas acabou por reconhecer e defenderam no Relatório EPE (1988:73-74) «a criação de um Instituto ao qual deverá caber a competência legal de conceber, planejar, coordenar e executar toda a política de ensino e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro»

<sup>90</sup> Programa do X Governo, IV – Valorizar os recursos humanos, 1. Educação, p. 59.

comunidades europeias.» (Programa do X Governo, 1985:59)

Ainda que não haja qualquer referência explícita ao ICALP no programa de Governo, o parágrafo acima aponta para a situação e para a necessidade de «aperfeiçoamento» e de estabelecer «mecanismos mais eficazes», o que denota de alguma forma uma realidade que ainda se mantinha e de que ainda se dava conta aquando da redação do relatório sobre o português no estrangeiro em 1988.

Mais adiante, no ponto que trata a cultura<sup>91</sup>, é referida outra área de intervenção do ICALP, a da promoção externa da cultura portuguesa. A ênfase é restrita à área geolinguística da língua portuguesa.

«Igualmente procurará intensificar o relacionamento com o Brasil e com os países africanos que se exprimem oficialmente em português.

Instrumentos privilegiados no âmbito das relações externas deverão vir a ser os Institutos Portugueses em países europeus e no Brasil, e os centros culturais portugueses nos países africanos de língua oficial portuguesa, bem como os organismos que promovem a língua e cultura portuguesas.

Em concordância com a orientação da política externa portuguesa, o Ministério da Educação e Cultura assegurará o programa e o conteúdo técnico cultural de intercâmbio com o estrangeiro.» (*op. cit.*:62)

O que mais sobrevém quer no programa do X Governo, quer na Lei de Bases, é um centrar das orientações em dois vetores: no quadro

---

<sup>91</sup> *Programa do X Governo*, IV – Valorizar os recursos humanos, 2. Cultura, p. 62.

das comunidades portuguesas emigradas e no espaço dos países de língua oficial portuguesa. Pode afirmar-se que em termos de orientações genéricas, se trata de uma perspetiva centrada dentro do espaço potencial dos falantes da língua, sem intenção de promoção e difusão da língua fora daquele espaço.

Refletia-se assim um entendimento dos responsáveis pela política de língua portuguesa no exterior de que todo o ensino da língua portuguesa fosse desenvolvido e entendido numa única perspetiva, a qual não contemplava, pelo menos nas diretivas emanadas do poder político, o ensino a falantes que não tivessem já o Português como língua de comunicação efetiva ou, no mínimo, afetiva. A ideia de que o português era língua de comunicação internacional que poderia ser falado como língua estrangeira, tal como inglês ou o francês, não transparece da documentação governamental acima referida.

Já no *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro*, no que respeita ao que, objetivamente, sempre esteve nas atribuições do ICALP e das instituições que o precederam e de que era herdeiro direto – o ensino da língua e da cultura portuguesas, no âmbito do ensino superior no estrangeiro – a referência ao português língua estrangeira (PLE), aparece, tão só, naquela perspetiva, no contexto da cooperação e do entendimento da necessidade de formação de professores originários dos denominados PALOP (Documentos IV, 1988:57).

Reconhece-se, assim, que a realidade daqueles países carecia de uma abordagem pedagógico-didática específica. É neste quadro, que é explicitamente referido o português como língua estrangeira (op. cit.:57). No entanto, o mesmo relatório parece contradizer-se ou pelo menos apresentar um entendimento diferente no que se refere à questão dos leitorados sob tutela do ICALP.

Este documento refere e reconhece, a especificidade do ensino da língua portuguesa no estrangeiro «consoante os seus destinatários e o contexto cultural» (op. cit.:64), embora colocando o seu interesse, apenas, nos alunos filhos de emigrantes ou em alunos oriundos dos países africanos, onde a Língua Portuguesa é língua oficial, mas, ainda assim, distinguindo a questão essencial ao avanço e eficácia na área: que o ensino no estrangeiro, tem de seguir uma metodologia específica, e tem de ter em atenção as condições específicas dos destinatários, assim como o ambiente cultural que os rodeia.

É, por isso, com alguma surpresa que se constata que neste documento de 1988, não se reconhece essa especificidade no caso de leitorados que visam destinatários e contextos culturais bem diversos e em situações bem mais abrangentes. Tais leitores estão dispersos por universidades e países que as afastam da tipificação a que se referem continuamente os documentos em apreço, isto é, não estão confinados ao espaço geopolítico de existência de falantes da língua materna.

Por outras palavras, sendo a área de intervenção dos leitorados o espaço em que a diversidade é maior, é também neles que a língua portuguesa se transmite como língua estrangeira. Ora, é precisamente aqui, que os redatores do documento não vêm «necessidade de introduzir grandes alterações na formação dos respetivos docentes” (Documentos IV, 1988:65).

Entendem os redatores, que, devendo os leitores «ter formação superior, validada por doutoramento, mestrado ou licenciatura em Letras, preferentemente nas áreas linguísticas ou literárias, mas admitindo-se outras, no caso dos doutores, desde que estes façam prova do bom conhecimento daquelas áreas e respetivas didáticas.» (op. cit.:65).

Enquanto nada aqui se diz sobre a necessidade de a referida área didática ser uma didática das línguas estrangeiras, uma vez que os leitorados são muito mais centrados no ensino da língua que da literatura, salvo exceções bem delimitadas, já que esta pressupõe um elevado nível de conhecimento da língua ou, em caso desse pressuposto não se verificar, que as aulas sejam na língua dos alunos.

O que sobressai do acima transcrito é que um doutoramento numa qualquer área era já uma recomendação, desvalorizando-se assim, e ainda, num tempo em que em Portugal há largos anos já se defendia a especificidade metodológica do ensino das línguas estrangeiras<sup>92</sup> e, outrossim, o ensino da língua portuguesa língua estrangeira, havendo já na época, pelo menos, uma licenciatura em língua e cultura portuguesas na perspetiva da língua estrangeira, a funcionar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Acresce também, a já proclamada necessidade, constatada, de «formação científica e pedagógica» dos leitores já em funções, como é claramente referido no *Relatório* (p. 64).

O parágrafo seguinte mantém a mesma tónica, quanto ao recrutamento de leitores não doutorados:

«devem os leitores ser recrutados de preferência, entre professores profissionalizados do ensino secundário e assistentes universitários que hajam prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica com a classificação de “Muito Bom” ou que, além de mestrado,

---

<sup>92</sup> Sem querer estabelecer datas exatas, que naturalmente não podem corresponder a marcos precisos sobre questões que, primeiro, se vão impondo na comunidade científica e só depois vão aparecendo e desenvolvendo em cada país, na medida do seu próprio desenvolvimento, não se pode ignorar o facto de, em 1983, para não recuar mais no tempo, se ter realizado em Lisboa o *Congresso Sobre a Situação da Língua Portuguesa no Mundo*, cujas atas foram publicadas pelo próprio ICALP ainda que apenas em 1987. Neste Congresso, foi apresentada uma vintena de comunicações exclusivamente dedicadas ao tema. Tendo o então presidente do ICALP sido um dos membros do grupo que elaborou o *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro*, seria de esperar que esta perspetiva merecesse alguma referência expressa.

tenham obtido formação específica em didática da língua portuguesa.» (*op. cit.*:65)

Mais uma vez fica claro que a formação específica para o ensino de PLE não era tida em conta, nem como formação inicial nem como formação específica, para os já formados noutras áreas, previa ao exercício de funções.

De todo o discurso da época, ressalta, para além das vicissitudes apontadas, em termos de política de língua para o português no estrangeiro, o pouco reconhecimento, até no quadro do próprio âmbito do ICALP, para o PLE, que o *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro* demonstra.

Para ser mais específico, pode afirmar-se que conquanto o PLE já estivesse presente no discurso de investigadores e professores desde há largos anos, não sendo, por isso, sequer uma novidade terminológica ou uma especificidade recente. Contudo, o conceito não transparecia nos textos legais ou nos documentos técnicos governamentais.

Poderá dizer-se que tal sucedia porque a ideia da língua portuguesa como língua internacional, suscetível de poder servir os interesses comunicacionais de outros falantes para além dos que se movimentam no espaço interno lusófono, não tinha então – terá hoje? – muitos adeptos. Na verdade, o grosso do esforço externo português foi mobilizado no sentido de responder ao que foi entendido como as necessidades de aprendizagem das comunidades portuguesas emigradas<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Este facto, que demonstra, de resto, uma preocupação e uma ação de planeamento linguístico, acompanha a atuação dos responsáveis desde a Primeira República com a criação das chamadas escolas consulares (Fontoura, 1992:40).

A Portaria n.º 765/77, de 19 de Dezembro, que estabelece a rede escolar oficial no estrangeiro, é herdeira longínqua dessa vontade de «perpetuar o espírito de nacionalidade de origem nas famílias dos que se expatriam»<sup>94</sup>, de uma certa forma, o consumir de uma vontade de levar aos portugueses fora da Pátria, o que décadas de Governos não conseguiram levar às aldeias, em território nacional, de onde, vagas de portugueses saíram analfabetos.

No entanto, a *Proposta Global de Reforma*, publicada em Julho de 1988, pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, nos seus programas de execução, aponta, de forma inequívoca, na direção da internacionalização, como atesta na sua «d) utilização progressiva do Português como língua de comunicação internacional» (p. 381).

Ora, esta linha programática visa, claramente, para uma utilização da língua portuguesa como língua estrangeira, já que não se concebe que os autores da proposta se limitem a perspetivar uma língua de comunicação internacional que não se expanda para além da sua base geolinguística, isto é, para além das fronteiras dos países que partilham a herança comum da língua portuguesa e que nela sentem e afirmam a sua cultura, senão em exclusivo, pelo menos em comum com outras do seu espaço de soberania.

A razão é simples, uma língua para ser verdadeiramente internacional tem de ser ouvida e falada nos *fora* internacionais, tem que se fazer representar para além das suas fronteiras naturais, tem que ser relevante nas suas relações internacionais, servir de veículo de comunicação a outros falantes para além daqueles que a ouvem desde o berço.

De outro modo, os autores desta *Proposta Global de Reforma* estão de uma forma dramática a lavrar num erro paradigmático, pois não

---

<sup>94</sup> Citação do Decreto n.º 64-B, de 15 de Maio de 1911, em Fontoura, 1992:40.

estão a falar de uma língua de comunicação internacional mas, do ponto de vista global, de uma língua regional, que serve apenas, os seus utilizadores «internos».

Pensar que uma língua se pode considerar internacional, nestes termos, é pensar curto e estreito. É, no mínimo, contribuir para o que, diplomaticamente, no *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro* se designa como «língua “confidencial”<sup>95</sup>, sociológica e socialmente subestimada» (p. 29).

Ora, precisamente, pensar a indispensável dinamização e promoção, então como nos nossos dias, da língua portuguesa, apenas no quadro das comunidades portuguesas e «no âmbito alargado da lusofonia», é condenar a língua portuguesa precisamente a uma duvidosa sobrevivência como língua de comunicação internacional. É, na prática, verificar que os próprios redatores da *Proposta Global de Reforma* tratam a sua própria língua como «socialmente subestimada». É contribuir para a manutenção do dito uso «confidencial» da língua.

Consagre-se um olhar, necessariamente parentético, mas atento, ao termo «confidencial» e no que ele encerra de trágico e de penoso para uma língua. Aponte-se duas razões para essa confidencialidade: primeiro, o guardar para si um bem de que se julga ser o único possuidor; segundo, o esconder dos ouvidos externos algo pelo qual não queremos ser identificados.

No primeiro caso estar-se-ia perante uma situação de posse de um bem, a língua, como algo que não queremos dar a conhecer aos

---

<sup>95</sup> Este termo não se restringe às questões relacionadas com a imagem que os portugueses adotavam para si face aos estrangeiros, ela vai acompanhada da própria imagem que revela o desconhecimento de Portugal, por parte da sociedade francesa, e que surge refletida nos seus manuais escolares, ainda no início da década de 90 do séc. XX, sobre Portugal: «Louis Marrou, auteur de l'étude sur les manuels de géographie en 1992 pour le *Colloque sur les Images Réciproques entre la France et le Portugal*, voit dans l'évocation relativement figée et passiste du Portugal “le reflet de la confidentialité, en France de la recherche géographique sur le Portugal, malgré un certain renouveau”.» citado em Parvaux (2003:118).

outros (até numa atitude de alguma soberba e superioridade linguística), como algo de que não abdicamos face aos “não iniciados” ou ante a qual em qualquer situação, podemos manter a nossa privacidade.

É um sentimento de posse que, obviamente, ataca de morte a determinação programática exposta atrás sobre a utilização progressiva da língua portuguesa como língua de comunicação internacional e, até mesmo a nível regional. Um país, um povo, uma comunidade de falantes que se acha dono de uma língua, no sentido do tal bem que se possui por herança, é, naturalmente, incapaz, efetivamente e sem reservas, de lutar pelo objetivo que se propõe alcançar na alínea b) do *Relatório-EPE*: «defesa e difusão da língua portuguesa nos PALOP» (p. 381).

Muito dificilmente se consegue defender, ou colaborar no apoio à defesa, ao estimular do uso de uma língua nos PALOP, ou noutra espaço qualquer, se não se acreditar na língua como uma partilha total, sem graus de pertença, ainda que em tipos diferentes de uso (língua materna, língua segunda, língua estrangeira ou simplesmente língua não materna).

Todos os povos que usam o português e todos os países que têm a língua portuguesa como língua oficial têm o mesmo direito, e dever, à defesa e promoção comum da língua que é de todos. E esta é a alteração do sentimento face à língua que é fundamental operar. Quando uma língua se torna internacional tem que deixar primeiro, de ter tutelas de pertença particulares. É essa uma marca do triunfo do inglês, é esse o preço a pagar pela expansão da língua, é o preço a pagar pela continuidade da língua no longo prazo.

Qualquer esforço de difusão da língua portuguesa, no âmbito dos PALOP, só pode ter sucesso, e ser bem aceite, se não for uma difusão

à condição (podem adotar a língua, mas lembrem-se que a língua é minha propriedade, leia-se dos portugueses, ainda que outros a tenham igualmente por materna ou a adotem como língua de comunicação no seu dia a dia).

O propósito de «defesa e difusão da língua portuguesa nos PALOP» acima enunciado, só poderá ter condições de sucesso se a pertença for partilhada sem direitos adquiridos por antiguidade no uso, isto é, se for de todos os seus falantes sem restrições e se nenhum dos seus falantes se pode arvorar como tutela e guardião de uma língua, mais do que outros, sob pena de condenar à partida, a difusão dessa mesma língua. Uma língua de comunicação internacional pertence ao falante no momento em que se constitui como utilizador dessa língua, não tem posse certificada.

Escrevendo agora sobre o segundo caso acima referido, o guardar a confidencialidade de uma língua, escondê-la do outro, não se querer ser identificado através do uso público da sua língua, estamos a falar de uma língua que não consideramos em igualdade de estatuto com outras, no seu sentido mais depreciativo e penoso.

Se falar português, aprender a língua publicamente e ser reconhecido como falante dessa língua, comportar uma carga negativa, este facto pode representar sentir-se discriminado ou menos valorizado por isso. Se o próprio falante aceitar como verdadeiro o veredicto externo, isto é, se interiorizar que falar a sua língua em público, longe de ser um elemento da afirmação da sua identidade, é, face ao outro, uma denúncia pública dessa identidade, um estigma que o discrimina e o inferioriza, que a sua própria língua tem “menos valor” perante, por exemplo, a comunidade de acolhimento, daí a não se acreditar que a sua língua materna, ou a de seus pais, não é útil para outros fins que não sejam os de servir exclusivamente a sua comunidade e a si próprio nas suas interações com ela e no seu

espaço familiar, e a acreditarmos que não possa também interessar a outros, é um pequeno passo. No limite, o falante acabará por acreditar que também não serve à sua comunidade, nem lhe serve a si.

Se os redatores da *Proposta Global* para a CRSE não pensaram as suas propostas para o ensino português no estrangeiro, tendo em conta o ensino de Português Língua Estrangeira, não será porque não terão conseguido deixar de a pensar como língua de grupo, como código «confidencial» e não como língua internacional? O que ressalta da leitura dos dois documentos, *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro* e *Proposta Global de Reforma*, no que respeita a esta questão particular, é a imagem de que identificam um problema, mas não percebem que lhe poderão estar a dar continuidade.

Do outro lado, o lado daqueles a quem se destina o esforço do Estado depositado na SEBSPE – que pela leitura dos documentos atrás referidos, era conduzido num ambiente conflitual, põe naturalmente questões quanto à organização, e à sua administração e quanto à eficácia na sua ação, e, até quanto à atitude<sup>96</sup> de recusar e de reconhecer a tutela do ICALP, numa aparente opção pela «autogestão»<sup>97</sup> –, o panorama também não se apresentava dos mais brilhantes.

---

<sup>96</sup> Essa *obstinação* do SEBSPE em não reconhecer e até em ignorar as orientações da chefia do ICALP, até poderia se motivada pela procura de uma melhor eficácia demonstrando que a sua ação era mais eficaz sem a «interferência» do ICALP. Mas, como a história veio a mostrar, e, sem proveito dos sempre parcos dinheiros públicos, tal não se verificou, como claramente demonstram os documentos.

<sup>97</sup> *Autogerido* é aqui um termo demasiado gratificante e lisonjeiro para caracterizar a situação vivida no SEBSPE, já que o que se entende do *Relatório sobre o Ensino Português no Estrangeiro* (p. 22/23) é que na falta do enquadramento legal por ausência da regulamentação necessária, mas nunca publicada, conquanto prevista no art.º 7.º do Decreto-lei n.º 50/80 de 22 de Março, «as Secretarias de Estado da tutela frequentemente o [Presidente do ICALP] “ignoraram”», tendo até havido uma ação inspetiva em 1986 sobre a matéria, num «estudo crítico das condições técnicas de funcionamento das diferentes componentes orgânicas do ICALP» (despacho n.º 16-1/SEAM/85) pelo que se pode inferir que de facto o SEBSPE não estava em «autogestão», mas, provavelmente, preferiria obedecer a outras tutelas.

Segundo um estudo contemporâneo dos documentos que tenho vindo a citar – e para não me adiantar, apelando a outros mais recentes, porque poderiam ser entendidos como forçados, ao reportarem-se a uma realidade distante no tempo e ao poderem, por isso, ser entendidos como não reveladores da realidade em apreço –, a atitude das comunidades emigradas, no que respeita à sua língua materna, também não denotava grande empenhamento efetivo, ou afetivo, para o seu uso, nem para a defesa e promoção a que então se propunha o SEBSPE.

Em Mota<sup>98</sup> (1988), as questões do uso e da transmissão da língua portuguesa pelos emigrantes portugueses em França apontavam, então, para que «a camada jovem por razões de competência e/ou prestígio atribuído ao francês, o privilegia» (Mota, 1988:94), isto é, para que a chamada segunda geração, já nascida ou chegada ainda muito jovem ao país de acolhimento, tenha apenas «a competência em português [...] essencialmente a nível da compreensão» (*op. cit.*:94).

A atitude linguística é a de «Na interação adulto-jovem se o iniciador é o adulto, a língua privilegiada é, na maioria dos casos o português; se é o jovem, é quase a 100% o francês.» (*op. cit.*:94), mais, a língua eleita para a interação verbal entre os jovens portugueses é o francês, não apenas nos contactos com os indivíduos externos à comunidade, mas igualmente entre si (*op. cit.*:94).

Neste mesmo artigo, é referido que o autor pode «verificar ainda que os adultos passam mais facilmente da língua materna (LM) à língua estrangeira, do que os jovens do francês ao português” (*op. cit.*:94). Sem avançar explicações sobre o prestígio ou a degradada auto estima, no que respeita à sua nacionalidade, língua e cultura, sentida

---

<sup>98</sup> Mota, Maria Antónia Coelho, 1988, *moi il y a beaucoup de fois que commence à parler em portugais e termino en français*, Revista ICALP, Junho – Setembro 1988, n.ºs 12 e 13, pp. 94-100, Lisboa.

pela comunidade emigrada, neste caso em França, depreende-se deste estudo que existia uma notória permeabilidade e, até mesmo, predisposição desta comunidade, para adotar a língua do país de acolhimento, posto que não é só a faixa etária mais jovem que se mostra permeável, é também a geração mais velha que anui e age, como facilitadora de uma atitude linguística que conduz à perda progressiva da sua língua em favor da língua da comunidade de acolhimento.

Esta situação, em claro desfavor do português, sai reforçada quando fica claro, pela verificação de Mota, que não existe uma verdadeira situação de diglossia clássica, com um papel claro a desempenhar por cada uma das línguas, já que uma situação de uso da língua materna (português) em casa ou interna à comunidade e o uso da língua do país de acolhimento (francês) para os contactos exteriores à comunidade não se verifica.

Torna-se, assim, difícil enquadrar esta situação de diglossia como apresentando «*clear functional differences between the codes*» tal como ela nos surge em Wardhaugh<sup>99</sup> (1998:86), em que estas diferenças determinam as condições do seu uso, «*two distinct codes which show clear functional separation; that is, one code is employed in one set of circumstances and the other in an entirely different set*» (op. cit.:87). No estudo de Mota em referência, o que se constata é uma intromissão da língua do país de acolhimento em quase todas as situações de comunicação pelo que o que se prefigura é um quadro de abandono progressivo da língua do país de origem.

Se se juntar a este quadro a oferta do ensino de português em horários e situações fora do quadro normal da escolaridade, onde o estigma de aulas separadas, a lembrar um ensino segregado (só para os portugueses, tal como existia LCO - langue et culture d'origine - ,

---

<sup>99</sup> Wardhaugh, Ronald, 1998, *An Introduction to Sociolinguistics*, 3rd edition, Blackwell, Oxford.

também para jovens de outras comunidades imigradas) e em dias que, em França, são, ainda hoje, dias sem aulas para os restantes alunos, a quarta-feira, temos criadas as condições para que os jovens vejam a língua portuguesa mais como um fardo e uma intromissão no seu lazer, do que como um benefício.

Se completarmos este cenário com uma memória familiar, comum à comunidade emigrada, ligada a um país que «obrigou» os pais a fugir e a emigrar, em muitos casos clandestinamente, e contrastarmos a imagem de uma vida em França, com uma aldeia sem água, nem saneamento, nem estradas, não é difícil decidir o que se quer esquecer e para onde se quer caminhar. Não é custoso, pois, concluir que, neste caminho novo, a língua portuguesa não conseguia encontrar espaço, nem argumentos.

No trabalho de Mota (1988), deparamo-nos com uma geração de jovens para quem a língua dos pais representa um passado ligado à pobreza e essa não é uma imagem atraente para uma língua, qualquer língua, muito menos se é a língua que os prende ao passado a que não querem voltar, em vez de os impelir para o futuro. Para estes jovens o futuro estava no francês e em certa medida, para os pais também.

Não querendo, nem podendo, estender este enquadramento a outros destinos migratórios dos portugueses, esta realidade apontava, na época, para uma tarefa difícil demais para ser atacada com os argumentos que eram utilizados pelos responsáveis em Portugal, porque se exigia organização, estratégia a médio e longo prazo, coordenação e diplomacia, para que as condições em França não fossem tão adversas.

Como afirmou Solange Parvaux (2003), antiga Inspetora-geral do Ministério da Educação francês, e uma das mais profundas

conhecedoras da realidade do ensino do português em França, num abrangente e rigoroso artigo, reconhece que, ao desconhecimento dos franceses sobre a língua e cultura portuguesas, se somavam preconceitos estereotipados (Parvaux, 2003:112-113) e que, na década de 60 do século passado, a imagem que se oferecia aos olhos franceses era a que os «*Portugais qui arrivaient en grand nombre étaient des immigrés, généralement sans formation et souvent sans instruction.*» (op. cit.:113), isto é, bons para as fábricas e os estaleiros de construção civil, mas, manifestamente, pouco apelativos para a despertar em França, qualquer interesse no que à sua cultura ou língua dissesse respeito.

A decisão de colocar o português no programa LCO – Langue et culture d’origine –, conquanto tenha permitido aos filhos dos emigrantes portugueses manter contacto com a língua materna, acabou por colocar o português numa área externa aos *curricula* do secundário «*un enseignement du portugais langue d’origine (ELCO) – c’est l’appellation officielle – destiné aux seuls élèves immigrés, ce qui risquait de les marginaliser.*» (op. cit.:116), acabando por ter o efeito perverso de estigmatizar em vez de dinamizar.

Noutro continente, um recente estudo sobre os jovens portugueses e luso-descendentes que vivem no Canadá, (Oliveira e Teixeira, 2004), com o objetivo de «entender o modo de incorporação dos jovens portugueses e luso-descendentes nas cidades de Toronto e de Montreal, no Canadá» (op. cit.:211), numa perspetiva sociológica do fenómeno das migrações, não deixa, no entanto, de apontar algumas características comuns no que à questão da transmissão e do ensino da língua por estas comunidades respeita e do seu papel na difusão e promoção da língua portuguesa junto das comunidades de acolhimento.

O que o estudo apresenta - para além de um conflito que se poderá classificar como clássico, e até natural, intergeracional entre pais e filhos - é uma clara oposição entre aquilo que os pais procuram nas associações ou clubes de portugueses e aquilo que os filhos veem nas atividades desses clubes e rejeitam.

Há assim, como que um muro entre a nostalgia cultural que se funda na imagem que a primeira leva de emigrantes guarda do que *era* a *sua* cultura quando deixaram o país e a sua região, - e que a RTPi tem, diga-se, ajudado de alguma forma a perpetuar<sup>100</sup> - e aquilo a que os filhos aspiram enquanto herdeiros forçados *dessa* ideia estática de cultura portuguesa. (*op. cit.*, 2004:168-169)

Os jovens luso-descendentes estudados por Oliveira e Teixeira, jovens que vivem no Canadá, apresentam um padrão de comportamento comparável ao que os jovens luso-descendentes que foram estudados em França por Mota (1988) apresentavam. Também neste caso, «rejeitando a língua portuguesa e a cultura portuguesa, os jovens voltam-se de braços abertos para a língua e a cultura da sociedade dominante, a esmagadora maioria prefere falar a língua inglesa (ou francesa)... até mesmo em casa o faz com cada vez maior frequência» (*op. cit.*, 2004:212). Este comportamento é, no que respeita à situação descrita, semelhante à apresentada no estudo de Mota (1988).

---

<sup>100</sup> A grelha de programas da RTPi tem, ao longo dos anos, sido mais um veículo de ligação a esse passado ou a esse imobilismo cultural, como se dos dias de hoje se tratasse. O único toque de atualidade é na maior parte dos casos, dado por programas de informação diária e transmissões desportivas. A RTPi, apesar de recentes melhorias, tem sido uma espécie de *TV Nostalgia*, saída de um limbo cultural de uma qualquer 5ª dimensão, mas onde o tempo parou, onde ainda impera uma imagem de pobreza económica e atraso educacional, e onde, apesar de todas as vicissitudes e reconhecidos problemas estruturais por resolver, o Portugal deste século está em grande medida ausente. Com uma programação que visa a geração que emigrou nos anos 60 ou 70 de século XX, tem o efeito eficaz de afastar os jovens luso-descendentes, que se recusam naturalmente a ser identificados com o que a RTPi lhes diz que Portugal é. Na verdade, nem os portugueses que vivem em Portugal se conseguem identificar com a imagem que a RTPi insiste em dar dos seus contribuintes e que ainda em Abril último, aquando da visita do Senhor Presidente da República a França, os jovens entrevistados referiram.

A opção pela língua da maioria não parece, no entanto, trazer grande ganho para a plena integração na sociedade dominante já que, segundo este estudo de Oliveira e Teixeira, do ponto de vista da interação social, estes jovens não desenvolvem atividades relevantes, ou que de alguma forma indiquem uma convivência ou um relacionamento consistente, ou de amizade, com os elementos do grupo social dominante, donde, aquela adesão, linguística e cultural parecer não os tornar mais «canadianos»<sup>101</sup>, nem aos seus olhos, nem aos olhos das comunidades dominantes anglófona ou francófona. (*op. cit.*,2004:213).

Estes dados conduzem naturalmente a outras interrogações. Uma delas decorre diretamente da postura que estas comunidades emigradas revelam em relação à sua língua de origem, a não transmissão da língua. Um estudo «*une enquête préparatoire menée en 1992*»<sup>102</sup>, citado por Calvet (2002:164), revela que a taxa de não transmissão da língua materna dos imigrantes portugueses neste país era então de 55%.

Assim, e de acordo com aqueles dados, mais de metade dos filhos destas famílias portuguesas perdia a língua materna dos pais. Este facto corrobora de alguma forma os dados acima referidos, mas, ainda assim, e dando a ilusão de ser devastadores se comparados com a taxa de apenas 5% da emigração turca que é bem mais recente que a portuguesa, é ainda assim, bastante interessante, se comparada com a taxa de não transmissão de uma comunidade que o

---

<sup>101</sup> A reserva das aspas deve-se a que, em bom rigor, os canadianos que se têm como tal, não são mais que descendentes de colonos anglófonos e francófonos que pela herança colonial e pela nascença no país, se acham filhos da terra, coisa que outros nascidos no mesmo país não podem nomear em seu favor para cunhar o seu direito a ser canadianos. Em nenhum ponto se fala aqui dos habitantes daquela parcela do continente americano que, pelo facto de serem reconhecidos como “first nation people”, também não lhes traz melhor garantia de *verdadeiros* canadianos.

<sup>102</sup> Héran, François, Filhon, Alexandra e Deprez, Christine, 2002, La dynamique des langues en France au fil du XXe siècle, in *Population & Sociétés*, n.º 376, Fevereiro de 2002, INED.

senso comum aponta como mais agarrada e orgulhosa dos seus valores e da sua língua, a espanhola. Ora o castelhano apresentava, neste estudo do INSEE<sup>103</sup> e do INED<sup>104</sup> francês uma taxa de não transmissão de 80%, para o italiano, esta taxa sobe para os 90%.

Um novo estudo conjunto, entre o INED e o INSEE, realizado já em 1999<sup>102</sup>, refere que 580 mil adultos portugueses declararam que, aos 5 anos, tinham a língua portuguesa como o suporte habitual de comunicação com os seus pais. Outros 100 mil declararam que apenas o faziam ocasionalmente. No conjunto destes declarantes adultos, temos que apenas um pouco menos de 200 mil portugueses declarou retransmitir a sua língua de origem aos seus filhos, comunicando com eles, de forma habitual, em português. Mas, cerca de 150 mil declararam que apenas usava o português ocasionalmente com os seus filhos (p. 2).

É neste contexto, que mais à frente no estudo, se pode ler na página 3, no quadro das outras línguas, para além do francês, faladas em França:

*«La retransmission de l'arabe comme langue habituelle a reculé de plus de moitié en l'espace d'une génération, de même que celle du berbère ou du portugais, et ce recul est comparable à celui du basque ou de l'alsacien.»*

Verificamos assim que, de 1992 para 1999, a taxa de não transmissão de uma geração à próxima, não sofreu grande alteração. Junto das comunidades portuguesas residentes em França mais de metade das famílias opta por não transmitir aos filhos a sua língua de origem, adotando a língua francesa.

---

<sup>103</sup> Institut National de la Statistique et des Études Économiques.

<sup>104</sup> Institut National d'Études Démographiques.

Se refletirmos um pouco sobre estas realidades e sobre as atitudes linguísticas dos falantes de língua portuguesa em meios geolinguísticos, culturais e sociais externos e desfavoráveis, verificamos que apesar do estudo de Mota de 1988 ser já um indicador de que a pressão integradora era muito forte, estes estudos oficiais franceses de 1992 e 1999, mostram também que situando-se a perda da língua materna dos progenitores nos 55%, isto é, a língua usada na socialização e na educação dos filhos passa, na maioria das famílias, a ser feita na língua do espaço linguístico de acolhimento. Parece haver mais condições para uma perda progressiva da língua portuguesa do que para o seu desenvolvimento ou a consolidação do seu uso.

Já foi referido anteriormente o problema da imagem negativa que os próprios falantes tinham da sua língua e como a geração mais jovem que foi alvo destes estudos de 1988 em França e em 2002 no Canadá, encarava a sua herança linguístico-cultural. No entanto, existe evidência de que esta imagem sobre as origens não apaga o elemento identitário. O caso que a seguir se apresenta revela de alguma forma essa faceta. Como se em condições hostis, os fatores identitários entrassem em *hibernação*, mas que, quando existem alguma estabilidade e certas condições de segurança emocional, os fatores identitários *acordam*, restabelecem-se, e a língua ganha novamente sentido, ocupando um elemento central nesse *despertar*.

Para não restringir este quadro de análise e reflexão ao quadro francês ou canadiano, e também para não ficar a pairar a ideia de que esta atitude dos portugueses para o eclipse da sua língua e da sua cultura, a tendência para a camuflagem destas, como forma de fazer face à agressividade externa, esta necessidade, que tende para o imperativo de se ser aceite, esta vontade de integração (que segundo o estudo sobre algumas das comunidades portuguesas do

Canadá, esbarra na falta de reconhecimento das comunidades de acolhimento em que se querem diluir) por parte dos emigrantes portugueses, o que os leva ao oblívio de quem são, para ser outra coisa de que os outros não desdenhem, sem chegar, contudo, no limite, a transfigurar-se, nesse mesmo outro, é assunto ultrapassado e que a integração naquilo a que se chama “família europeia” teve algum efeito na auto estima dos emigrantes ou no maior reconhecimento dos portugueses por parte das comunidades de acolhimento, avance-se um pouco e ainda que brevemente, até à atualidade.

Atente-se, apenas a título de exemplo, num artigo publicado na revista *Pública*, de 17 de Abril de 2005 em que se retrata, de forma jornalística é certo, e sem o rigor da análise académica, o apagamento e posterior ressurgimento, pela ação inicial de uma mulher, de uma comunidade emigrada em *Pasages*, no País Basco, para conseguir que os seus filhos tivessem acesso ao ensino da língua portuguesa na escola local.

Esta falta foi colmatada em 1993 quando os emigrantes se instalaram na década de 70 do século passado<sup>105</sup>. Mais de uma década depois, já com aulas de português, «muitos luso-descendentes não frequentam as minhas aulas porque os pais não deixam, dizem que não são portugueses, alguns até mudaram de nome»<sup>106</sup> (*op. cit.:*45). Ainda segundo o artigo desta revista, «A língua estava a perder-se. Já poucas famílias falavam português em casa. O baixo nível sociocultural dos portugueses ajudou a construir uma auto-representação negativa, a atitude basca fez o resto.» (*op. cit.:*45)

---

<sup>105</sup> Pereira, Ana Cristina e Garrido, Nelson, Revista *Pública*, n.º 464, de 17 de Abril de 2005, A lenta integração das famílias que migraram há 30 anos para o País Basco, pp.44.47.

<sup>106</sup> Palavras da Professora atual inserto no artigo da Revista *Pública* de 17 de Abril de 2005, em referência<sup>105</sup>.

Esta situação, não se passou num país longínquo, passou-se, e de alguma forma se passa ainda, no País Basco, na Espanha pós-franquista das autonomias, na península que a todos une e a todos mantém estranhos, antes mais que agora. Uma região marcada pelas proibições da ditadura do caudilho, quanto ao uso da sua própria língua, e que, uma vez liberta dessa grilheta prepotente, soube usar da mesma moeda para com outros, estranhos ao processo e à situação vivida na região basca. No fervor pela afirmação da sua nacionalidade o recém-liberto soube encontrar espaço para a sua xenofobia.

O peixe grande deixou de se alimentar tanto do peixe médio e este, mais desafogado, passou a alimentar-se mais folgadoamente do peixe miúdo. No reino animal dir-se-ia que não se pode fugir à sua natureza, mas no mundo dos homens, na Europa dos valores da civilização e do proclamado humanismo ocidental, como enquadrar homens que, tendo sabido resistir às tentativas de destruição da sua cultura e da sua língua bascas, uma vez libertos, ou tão só mais autónomos, parecem encontrar, logo ao virar da história, modo de se afirmar superiores, mal sentem o afrouxar do garrote? Ou será que, na força de ser pró *euskera* «O povo basco – na luta de defesa da sua língua, da sua cultura, da sua autodeterminação – encara tudo o resto como obstáculo.» (p. 47)<sup>107</sup>, como afirmou a professora de português em *Pasages*.

Segundo um consultor para a intervenção social e intercultural, referido no mesmo artigo que tem vindo a ser mencionado, «Numa tentativa desesperada de serem aceites, chegaram a negar a sua própria língua, a mostrar sentimentos de inferioridade.» (*op. cit.*:46) e «Conheceram bem a xenofobia e a marginalização» (*op. cit.*:46).

---

<sup>107</sup> Ana Cristina Pereira, e Nelson Garrido, Revista *Pública*, n.º 464 de 17 de Abril de 2005, Ensinar português a quem não sabe onde fica Portugal, p. 47.

Esta situação, aparecendo assim tratada jornalisticamente, tem que ser entendida com algum cuidado do ponto de vista da investigação académica, mas ela é aqui apresentada como uma informação adjuvante, concorrente e na mesma direção dos estudos já citados e ajuda a prefigurar, senão um padrão, pelo menos uma tendência de comportamento linguístico e cultural.

Mais uma vez, e apesar deste aparente negar de si próprio, o resultado parece que não levou à integração, já que «esta negação foi acompanhada de um isolamento» (p. 46).

Referindo-se à situação presente, o artigo refere que o conselheiro espanhol, que fez estas declarações, reconhece que os portugueses «já ousam manifestar a sua cultura em público” (*op. cit.*) e que neles «já há um assumir da sua identidade cultural e, nisso, as aulas de língua portuguesa» (*op. cit.*) terão servido para potenciar esse ressurgimento do sentir-se português.

«A autoestima lusa constrói-se a partir de pequenas coisas: “Mostro-lhe o mapa, veem que Portugal é maior do que o País Basco, digo-lhes que Portugal é um país independente, que o português se fala em muitos lados, os bascos ficam surpreendidos, os portugueses ficam contentes.” [...]. Para que os miúdos vejam o Portugal moderno e não o Portugal miserável que os pais ou os avós, um dia, deixaram para trás.»<sup>107</sup> (p. 47)

Se se reparar, o processo só teve início depois de perdidos os medos. E este é sem dúvida um momento crucial no acordar da comunidade para a sua afirmação ou passagem do apagamento para, de alguma forma, mostrar publicamente a sua diferença e que essa diferença é um bem, que a língua é a manifestação externa dessa maneira de ser. O momento, esse, pode ser marcado simbolicamente (no artigo,

o passo jornalisticamente relevante) quando um elemento da comunidade questionou as autoridades locais sobre a inexistência das aulas de português. A resposta foi que tinha de «arranjar, pelo menos, 15 pais»<sup>107</sup> (p. 47). Havendo pais (e necessariamente filhos) a escola cumpre o seu dever.

Dir-se-á que o sistema espanhol para o ensino de língua estrangeiras é, teoricamente, um dos mais abertos, pois nenhuma língua é obrigatória e no limite, todas podem ser ensinadas. De acordo com a rede *Eurydice*, no sistema de ensino em Espanha, «*There is no self-contained list and, in principle, schools may offer any language. The languages indicated [alemão, inglês, francês, italiano e português] are examples of those that may be taught in secondary education.*»<sup>108</sup>. O facto é que esta abertura não foi, ao que parece, suficiente para motivar os responsáveis portugueses, no sentido de aproveitar esta abertura de forma abrangente.

Apesar de todas as condições adversas para a língua portuguesa, atrás descritas, e que os documentos apontam, – situação particularmente preocupante no que respeita ao deficiente relacionamento com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Relatório-EPE*, 1988:18), e de que não há evidências de que tenha melhorado no que respeita ao ensino curricular, quando o que estava, e continua a estar, em causa era, e é, o ensino do português no estrangeiro –, foi-se estabelecendo, tanto na Europa e na América, como em África, uma rede de escolas, no que respeita ao ensino primário e secundário, e alargando o número de leitorados em universidades, no que respeita ao ensino superior (*op. cit.*:18), espaço privilegiado e então praticamente exclusivo, em termos de

---

<sup>108</sup> Eurydice, *Key Data on Teaching Languages at School in Europe*, 2005 Edition, p. 36.

oferta de meios pelo estado português, de encontro entre a língua portuguesa e públicos não portugueses.

Este alargamento é apontado como um dos pontos mais relevantes da atuação e «a sua atividade tem sido relevantíssima na difusão e no estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.» (*op. cit.*:18), tal como é reconhecido no relatório em referência.

Esse esforço de alargamento dos leitorados foi direcionado para áreas geográficas «com as quais os portugueses têm mantido, ao longo dos séculos, relações históricas importantes, nelas deixando profundas marcas da sua língua e da sua cultura.” (*op. cit.*:18), mostrando assim uma estratégia de alargamento fundada nos afetos e não numa visão estratégica económica, pragmática, que privilegiasse os espaços de relacionamento económico de Portugal, que libertasse a língua portuguesa do seu passado mítico e a projetasse no futuro.

Não que as ligações baseadas em afetos sejam negativas, apenas deveriam estar enquadradas numa estratégia global e não constituírem-se como estratégia única. Ainda assim, o esforço desenvolvido nos anos oitenta pelo ICALP representou um grande passo em frente.

Uma das afirmações mais interessantes, constantes na *Proposta Global de Reforma*, aborda uma perspetiva fundamental que tem penalizado a ação externa nas áreas da língua e da cultura.

«A conceção e a realização desta política cultural exterior pressupõem uma enérgica e esclarecida vontade política e a mobilização de importantes recursos humanos e financeiros. Não se trata, porém, de um luxo caro ou de uma dissipação inútil.» (*Proposta Global de Reforma* - CRSE, 1988:379-380)

O que, na citação acima, se reconhece é uma realidade que tem ensombrado a área da formação e a alocação de recursos financeiros para esta área. Quanto à questão da formação específica de professores, a dificuldade tem sido a do reconhecimento da sua especificidade (não o era à época da apresentação desta *Proposta*, e buscam-se as evidências de que já o será hoje).

A crença vigente<sup>109</sup> era (é? será ainda?), numa primeira fase, a de que bastava ser nativo da língua para se ser professor de português a estrangeiros, depois evoluiu-se e foi-se dando preferência a quem tinha um curso superior (literalmente, praticamente qualquer curso superior) e, mais recentemente, a quem tivesse uma licenciatura em língua portuguesa, em qualquer das suas variantes, para se estar apto para ensinar português a estrangeiros. Mesmo que esses licenciados tivessem apenas sido preparados para ensinar português como língua materna, mesmo que esse ensino tivesse por alvo alunos que, de facto, não tinham a língua portuguesa como língua materna.

Hoje, é comumente aceite que as crenças são inimigas do conhecimento, porque são fundadas na obscuridade que abriga ignorância, quando não no preconceito. Sobretudo, nada têm que ver com a realidade científica e pedagógica e atrasam o reconhecimento

---

<sup>109</sup> As crenças, conquanto sejam difíceis de quantificar e potencialmente injustas como base de generalizações, resguardam-se, por vezes, por detrás do castrador politicamente correto, pairam nas atitudes e refletem-se nas decisões que visam atacar os problemas. Evidência, no entanto, existe. Basta voltar a ler o ponto 4.2 a páginas 35 a 38 e os pontos 4. e 4.1 da parte II páginas 64 e 65 do relatório constante em *Documentos Preparatórios IV*, do Grupo de trabalho sobre o ensino português no estrangeiro, e já mencionados no corpo do texto desta tese, nas páginas no ponto anterior (Parte II, 7.1, pp.107 a 109) e constatar as contradições em que caem os próprios redatores do relatório, como também já foi realçado no ponto da tese acima referido. Outra evidência pode ser encontrada, se se sair da administração central portuguesa e se reparar no exemplo dado pela Administração Portuguesa de Macau, quando, finalmente, acordou para o ensino da língua portuguesa aos falantes de cantões do Território e para os problemas de aprendizagem que os alunos da comunidade macaense então manifestavam: «os monitores são recrutados, na sua grande maioria, sem possuírem de base uma formação específica para o ensino do português, enquanto 2.<sup>a</sup> língua, e são mal remunerados” (Barra, 1987:45, in, 1.<sup>o</sup> *Encontro sobre o Ensino do Português em Macau*, DSE, Macau). Ressalvando o *eufemismo* redutor, da caracterização usada por Barra, ao falar de 2.<sup>a</sup> língua nesta questão, quando o enquadramento é Macau, a situação no que respeita à mentalidade então vigente sobre a qualificação necessária dos professores de português, fica esboçadamente caracterizada.

de que a especialização é o único caminho para a eficácia e o sucesso do ensino do português no estrangeiro.

É neste ponto que entra a segunda realidade apresentada na citação referida na página anterior. Os recursos necessários são indispensáveis para que o ensino de português no estrangeiro – sejam eles direcionados para as comunidades portuguesas, para a cooperação ou parceria com os países de língua oficial portuguesa, ou para os meios essenciais à difusão da língua e cultura junto dos estrangeiros que desejem aprender a língua portuguesa como língua estrangeira – deixe, imperativamente, de ser tido por «um luxo caro ou de uma dissipação inútil» (*op. cit.*, 1988:379), isto é, uma despesa, para passar a ser política e economicamente assumido como um investimento.

Entender os recursos destinados à difusão da cultura e da língua como um gasto a fundo perdido, é uma visão retrógrada, reveladora de uma incapacidade de perceber a importância económica que esta área de exportação representa num mundo globalizado. Hoje, não investir na língua e na cultura e não apostar estrategicamente na sua promoção e difusão, constitui um duplo erro: do ponto de vista da língua portuguesa como língua de comunicação global e como bem económico de exportação. É desperdiçar um recurso que se constituiu, há muito, como uma indústria lucrativa.

Desperdício que outros não fazem, como é o caso de Espanha em relação ao espanhol língua estrangeira. Em 2001, o então Ministério da Economia Espanhol, no seu *Plan de Internacionalización*, apresentava, como um dos novos setores de oportunidade económica de exportação, a língua espanhola e todas as atividades com ela conexas, como a edição de manuais de aprendizagem, escolas de línguas ou material educativo em suporte informático, entre outras.

Para atacar esta área estratégica o Ministério da Economia Espanhol destinou 1,8 milhões de Euros.

«*El idioma es un sector estratégico con un alto componente de imagen-país y generador de exportaciones inducidas de bienes y servicios que debe constituir una importante "industria".*»(p. 20).

Nota enfática, mas relevante e merecedora de alguma atenção, é não se estar a falar do Ministério da Educação ou do Ministério das Relações Exteriores, neste ponto estamos a falar de objetivos económicos. O ICEX, homólogo espanhol do ICEP – não o Instituto Cervantes –, produziu no ano 2000, um estudo de mercado sobre *El Idioma Castellano en Portugal*, tal como o fez em 2004 para a China ou para o Reino Unido em 2001.

A língua é um produto económico com implicações tecnológicas e de imagem externa do país, é um assunto economicamente relevante, não uma mera referência simbólica num qualquer programa de governo, é um produto economicamente rentável com repercussões que vão muito além do produto em si, já que se estende à imagem e à marca que identifica a origem de outros produtos.

É neste contexto, económico e político, que as palavras que encerram a apresentação do programa de execução da *Proposta Global de Reforma – CRSE*, ganham maior relevância:

«Só assim [pela definição de uma política e de uma vontade política para a levar avante], poderemos responder adequadamente às necessidades e aos anseios de milhões de portugueses e luso-descendentes espalhados por todos os continentes; só assim poderemos contribuir ativamente para a construção de uma Europa comunitária multilinguística e multicultural; só assim

poderemos apoiar a preservação e a expansão do Português nos PALOP; em suma, só assim poderemos contribuir, em estreita ligação com estes países africanos e com o Brasil, para converter a lusofonia numa realidade linguística com efetiva projeção cultural, política e económica à escala mundial.» (*op. cit.*, 1988:380)

Embora esta citação tenha o seu foco centrado nas comunidades portuguesas no mundo e nos denominados PALOP, e assim vise a necessidade de enfrentar a questão da língua portuguesa no exterior, no quadro interno, mas alargado, de influência da lusofonia, ilustra também o contexto geopolítico que deve orientar uma política delineada para o seu quadro externo, isto é, o da promoção e difusão da cultura e da língua portuguesas como língua estrangeira, que atua sobre aqueles que, do ponto de vista da imagem externa, são o fiel do estatuto de uma língua, como língua de comunicação global.

O mais perturbador, em termos de política de língua e planeamento linguístico, é o facto de, apesar de terem passado dezassete anos sobre a data em que foi publicada a *Proposta Global de Reforma da CRSE*, e de a *Lei de Bases do Sistema Educativo*, – que tem a seu favor ser a única que, de facto, foi implementada – e apesar das alterações de então até ao presente, a constatação, no que respeita ao ensino do português no exterior, é a da reiterada necessidade de uma vontade política e a chamada de atenção para um despertar esclarecido, para a realidade que a responsabilidade de se falar uma língua de 200 milhões impõe, e se mantém, apenas a julgar pelo conteúdo das comunicações recentemente apresentadas no Seminário, *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, conteúdo confrangedoramente atual.

Dececionante e denunciador de que as chamadas de atenção à mudança de mentalidades, à necessidade premente de uma política

de língua para o exterior que não se confine a um apêndice de vontades casuísticas, ainda que tenha havido forçosamente avanços que, na área do designado ensino português no estrangeiro, o decorrer dos anos foi permitindo uma lenta consolidação da rede de apoio às comunidades escolares portuguesas no estrangeiro.

No que respeita à tutela do Ministério da Educação, e ao desenvolvimento que se verificou no sucessor do ICALP, o Instituto Camões, há que se referir que a verdadeira mudança apenas se deu realmente depois da sua passagem para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ainda que, no que ao estabelecimento de uma política de língua diga respeito, aparentemente, nada ter, realmente e na essência, mudado.

## **7.2. Os passos, o caminho e a orientação**

No início da derradeira década do século passado, o Conselho Nacional de Educação (CNE)<sup>110</sup> elabora o Parecer n.º 2/91 sobre o *Ensino e Difusão da Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro*, no qual recorre<sup>111</sup>, apoiando-se no Relatório sobre o *Ensino Português no Estrangeiro*, de 1988, do Grupo de Trabalho da CRSE. O CNE produz este parecer, «a solicitação de Sua Excelência o Ministro da Educação», como nele consta no preâmbulo.

O texto que serve de base ao parecer é um projeto de Decreto-Lei do Ministério da Educação, que se destinava à definição do «quadro geral da organização e desenvolvimento do ensino, promoção e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro» (CNE,1991:78) e à criação de um «organismo competente» (*op. cit.*:80) que teria por missão «conceber, planear e executar a política

---

<sup>110</sup> CNE – Conselho Nacional de Educação.

<sup>111</sup> Conselho Nacional de Educação, *Pareceres e Recomendações 1991*, pp. 47-83. Trata-se da transcrição que ocupa as p. 49-52, das p. 17-23, do documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, *Documentos Preparatórios IV*, Lisboa, Ministério da Educação, 1988.

de ensino e difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, em obediência às grandes orientações de estratégia cultural externa definidas mediante estreita articulação entre os departamentos governamentais competentes» (*op. cit.*:80), conforme se pode ler no referido projeto de Decreto-Lei.

Neste parecer, volta a referir-se o prejuízo sofrido pela instituição, e através dela o país, que desde 1976 tutelou o ensino português no estrangeiro, quer institucional, quer funcionalmente. Essas «anomalias e distúrbios múltiplos» (CNE,1991:50), para nos atermos às expressões nele transcritas, e onde se consagra, essencialmente, e pelo que já acima ficou escrito, um percurso de que se constata uma completa ausência de orientação estratégica, um navegar à vista com respostas paliativas, sem visão de longo ou médio prazo e sem a consciência de que a língua portuguesa é uma questão estratégica nacional, não só de imagem externa, mas de afirmação cultural do país, para além de, num contexto alargado, ser parte da representação extramuros de uma comunidade de 200 milhões e não uma questão a menor de uma minoria de 10 milhões.

Este parecer, reconhecia como «solução mais coerente» (*op. cit.*:65), e a que mais favorável seria aos aspetos organizacionais e funcionais, a que é proposta pelo Grupo de trabalho da CRSE para o ensino português no estrangeiro. Não sendo, pelas razões de coerência já defendidas e apoiadas, difícil concordar com a criação de um instituto, um único organismo, que superintendesse na conceção planeamento e coordenação global da política de língua e cultura para o exterior, já que esta solução é a mais económica e, em abstrato, a mais produtiva em todos os sentidos do termo.

No entanto, esta solução tinha, aparentemente, contra si, a má experiência ocorrida nos anos 80 do século passado e já aqui analisada. Mas é precisamente da análise anteriormente feita que fica

provado também que a falha naquela experiência, não se ficou a dever à sua fórmula, mas ao seu manuseamento e ao espaço institucional escolhido para a operar. Como refere o *Parecer*, «Tal como o Grupo de Trabalho, consideramos que as razões do insucesso da solução tiveram mais a ver com as deficiências de ordem estrutural e administrativa que rodearam a sua aplicação que com a bondade intrínseca da sua conceção.» (p. 65). O parecer não menciona, mas obviamente que a questão legal da não regulamentação (Decreto-lei 50/80 de 22 de Março) teve o papel de facilitador de todo o processo que conduziu ao fracasso da fórmula.

Neste ponto, vale a pena referir que as opções defendidas pelo Grupo de Trabalho da CRSE, quanto à questão da tutela também são merecedoras de alguma análise já que preconizam posições de base com consequências diversas. Uma parte dos membros do Grupo que são nomeados no texto (*Documentos IV*, 1988:74-77) defendeu que o novo Instituto a criar, deveria ficar sob a tutela direta da Presidência do Conselho de Ministros, por considerarem ser esta a forma de evitar conflitos de competências. Entre os adeptos desta solução estavam os Professores Fernando Cristóvão, João Malaca Casteleiro e Maria Helena Mira Mateus.

Já outros membros, dentre os quais os Professores Mário Vilela, Vítor Manuel Aguiar e Silva e o Dr. Vasco Graça Moura, defendiam uma tripla tutela do MNE, ME, e da então Secretaria de Estado da Cultura, partindo do pressuposto de que seria «assegurada a forte autonomia do Instituto» (*op. cit.*:76) e concediam que, organicamente, o futuro Instituto «ficasse implantado» (*op. cit.*:77) no MNE.

Esta foi uma questão que, infelizmente, o Grupo de Trabalho não conseguiu resolver. Se por um lado a ideia de dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros parece ser, a um primeiro olhar, uma boa ideia, e se bem que a coordenação única para o exterior

ficasse resolvida, já que essa resultaria se a integração dos diversos serviços sob uma só chefia se efetivasse sem ligação às anteriores tutelas, a verdade é que, para anular a ancestral questão da cooperação "interna" entre ex-tutelas que já tinham provado não se entender no passado, seria necessário, entre outras coisas, e só a título de exemplo, o promover ação legislativa que prevenisse questões ligadas à contratação de professores dos ensinos básicos e secundário e decorrentes, quer da sua carreira no sistema nacional, quer da sua transferência para um organismo não tutelado pelo Ministério da Educação.

É, aliás, a solução que acaba por ser encontrada (já que, sendo objeto de diploma próprio, poderia ser aplicada quer o Instituto Camões se encontrasse na tutela do MNE ou do ME), não na versão do Projeto de Diploma submetida a parecer, mas no art.º 16, n.º 2 da versão final aprovada e que cria o Instituto Camões em 1992.

Já a ideia de uma tripla tutela me parece ferida de alguma ingenuidade, benévola mas pouco avisada, pois não parece atender ao pequeno grande pormenor da sempre omnipresente e teimosamente inultrapassável falta de cooperação interdepartamental, para além da questão formal de haver uma Secretaria de Estado como parceira em igualdade com dois ministérios.

Outro pormenor pouco eficaz parece ser a defesa da "implantação" do Instituto no MNE. Esta designada "implantação", - que os próprios autores do texto colocam entre aspas, valorizando assim a impropriedade da aplicação do termo -, corria o risco de ser entendida mais como uma excrescência do que como um tecido natural do organismo, sendo essa uma situação deficiente à partida, logo pouco vocacionada para o sucesso.

Ambas as posições convergiam, ainda assim, no princípio da autonomia e da tutela única para o ensino e para a promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, o que parece ser o princípio são. O problema ganha volume quando se pensa em estruturar a partir de formulações pré existentes. Desta forma, a questão nunca se centrou verdadeiramente no problema e na sua solução possível, mas antes na forma de conciliar o desejo de mudar, sem correr o risco de abandonar as heranças e, com elas, a estrutura enquistada que precisamente se queria abluir.

Voltando ao *Parecer*, e à questão da tutela, este acaba por concordar que «a questão tem a sua delicadeza, pois pode pôr em causa o esforço necessário de cooperação entre diferentes departamentos da estrutura governativa, pela nossa parte entendemos que a solução é a que o projeto de diploma apresenta» (p. 66). Isto é, o diploma estava conforme à Subsecção IV art.º 16, número 1, da *Lei de Bases do Sistema Educativo*, que trata o ensino português no estrangeiro na última de 5 alíneas, como uma modalidade especial de educação escolar. E aqui se lavrou mais um promotor de equívocos, este com origem na Lei de Bases.

Ao definir o enquadramento do ensino da língua portuguesa no estrangeiro (no quadro do ensino português no estrangeiro<sup>112</sup>) como modalidade especial e não, por exemplo, como um tipo específico e autónomo de ensino, a Lei de Bases cinge o entendimento a um quadro especial congénere de outras modalidades como o ensino especial ou o ensino recorrente, o que, intrinsecamente, não é, quer pela sua natureza, quer pelo âmbito de ação extramuros.

Ora na leitura própria do CNE, esta peculiaridade especial e não específica, remete para os pontos 4 e 5 do art.º 1.º da Lei de Bases, e assim, para a tutela nesta matéria, ponto 5 do art.º 1.º, de «um

---

<sup>112</sup> Que pode incluir o ensino de outras disciplinas, como a História ou a Geografia de Portugal.

ministério especialmente vocacionado para o efeito». O CNE infere, no seu rigor semântico, orientado já pelo art.º 3.º do projeto de Diploma, que «o ministério especialmente vocacionado para o efeito» é o Ministério da Educação.

De nada valeu a subtileza legal do legislador ao deixar em aberto a questão sobre qual «o ministério especialmente vocacionado» para tutelar uma «modalidade especial de educação escolar»; as críticas fundadas do Grupo de Trabalho do CRSE sobre a matéria, acerca da comprovada e estabelecida inabilidade do Ministério da Educação para tratar esta questão; ou o facto de, sobre o problema da tutela, o Grupo de Trabalho em referência, não acolher, em nenhuma das hipóteses em confronto, o Ministério da Educação como tutela a considerar, por remota ou subliminar que fosse e muito menos «dominante» (p. 66), como conclui o *Parecer*. Neste contexto, é pois difícil compreender a orientação do *Parecer* do CNE, à luz do que atrás ficou estabelecido.

Mais incompreensível fica ainda o que a seguir se lê no mesmo documento, a páginas 66-67, quando, no contexto da tutela continuar a ser do Ministério da Educação, se afirma que «as expectativas de congregação de esforços e de coordenação das atividades dos diferentes departamentos devem ser acauteladas na estrutura do organismo», quando toda a argumentação e a exposição de factos anterior, presente nos documentos, quer no *Relatório* do Grupo de Trabalho, quer no mesmo *Parecer* já atrás referido, concordam que a situação vivida na década de 80, no então ICALP, estava marcada e, volto a citar, por «anomalias e distúrbios múltiplos» (CNE,1991:50), o que sendo já uma caracterização forte e grave, não é menos diplomática e contida.

Posto que durante a década precedente, e até à data e momento em que o Governo resolve pôr fim à situação, de que é prova a

apresentação do *Projeto de Diploma* que provoca a elaboração do *Parecer*, (se estivesse tudo bem esta iniciativa não fazia sentido), o Ministério da Educação mostrou-se incapaz de congregar, coordenar e acautelar, para usar os próprios termos do *Parecer*, em suma, de fazer o que era óbvio e condição primeira, para que qualquer política de língua pudesse ter o mínimo de êxito.

Porquê então, esta insistência numa tutela que objetivamente não mostrou possuir a destreza necessária para abraçar esta tarefa? Para quê apelar, de novo, à necessidade de, e continua-se a citar da p. 66 do *Parecer*, assegurar «hipóteses de participação múltipla, no entendimento de que a necessidade de afirmação cultural externa exige congregação de esforços», quando, e mais uma vez, parecia, à época, unânime e claro - e que a prática mostrou, por exemplo, e para usar a linguagem cortês do *Relatório do Grupo de Trabalho do CRSE* que se tem vindo a referir -, que havia um «insatisfatório relacionamento com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros» (p.18).

Mais uma vez, e correndo o risco de parecer muito insistente, a história da década anterior mostrava que, nada, quer numa análise ponderada e lógica, quer mesmo num fervor de fé, que dispensa explicação, levaria a acreditar numa alteração sensível no «insatisfatório relacionamento». É por isso de estranhar que a lógica do CNE seja a de insistir em plantar em terreno estéril.

O *Parecer* acaba por dar o seu aval ao projeto de diploma que, aliás, acabou, na redação final aprovada, por tomar uma organização diferente e, naturalmente, mais específica do que o projeto de diploma legal apreciado, atendendo até ao facto de o projeto de diploma ser ainda omissivo quanto à identidade do organismo a criar, por exemplo. Nas palavras do Coordenador do Grupo de Trabalho da CRSE sobre o ensino do português no estrangeiro, «A proposta da

Comissão de Reforma era mais ambiciosa e mais coerente do que o diploma que o Governo acabou por aprovar» (Aguiar e Silva, 2005:33), a começar, desde logo, pela questão da tutela.

Verifica-se, ainda, que a *Proposta Global de Reforma* (1988), acolhe propostas do *Grupo de Trabalho do GRSE* e aponta caminhos que, a terem sido seguidos, poderiam ter possibilitado um salto qualitativo sem precedentes, no ensino português no estrangeiro, mais particularmente no ensino do português língua estrangeira. Em primeiro lugar, a *Proposta Global de Reforma*, reconhece que

«As competências e responsabilidades jurídico-administrativas e organizacionais diluem-se, com frequência, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Educação; no âmbito do Ministério da Educação, as responsabilidades por este ensino dividem-se entre dois Serviços Centrais – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e direção-geral de Apoio e Extensão Educativa -, sem que existam razões intrínsecas que fundamentem e justifiquem tal repartição de responsabilidades» (*Proposta Global de Reforma*, 1988:379)

Estas propostas foram também realçadas no *Parecer* do CNE (1991:65) sobre esta área, que aceitou a argumentação do Grupo de Trabalho de 1988. Todos os caminhos apontavam para um verdadeiro reforço nesta componente fortemente concorrencial das línguas no contexto internacional.

«Se é certo que existem situações e fatores específicos no ensino do Português em cada uma destas áreas, também não é menos verdade que existem inter-relações e articulações relevantes entre todas elas e que se torna

indispensável, sob o ponto de vista de filosofia de projeto, sob o ponto de vista científico e pedagógico e sob o ponto de vista financeiro e organizacional, gerar e desenvolver sinergias e não forças paralelas ou divergentes, senão contraditórias.» (*Documentos IV*, 1988:74)

O texto acima transcrito no *Parecer*, deixa bem claro, que a situação vivida, no início da década de 90 do século passado, ainda enfermava de quase tudo aquilo que, de negativo, marcou a realidade da década de 80, o que é essencial para fazer fracassar um projeto. O quadro então existente carecia de organização. A marca que prevaleceu foi a da falta de uma política que apostasse numa orientação estratégica global e integrada. Uma ausência que, naturalmente, provoca dispersão de recursos, financeiros, humanos e materiais, numa área onde estes já de si são parcos.

Aquilo a que no *Relatório do Grupo de Trabalho*, acima citado, se chama «filosofia de projeto», nada mais é do que um pensar, estruturado e coerente, do que deveria consistir numa definição estratégica de longo prazo, de uma política nacional para a língua portuguesa no estrangeiro, onde um dos pontos essenciais consistiria na sua conceção, enquanto vetor de ação externa, de um plano estratégico nacional que compreendesse a existência de três vetores distintos, mas complementares, na atuação para ensino do português no estrangeiro:

- o ensino do português que contemplasse as comunidades portuguesas emigradas e residentes no estrangeiro, mas também as comunidades em que estão inseridas,
- o ensino do português para a área da cooperação, em parceria com os países de língua oficial portuguesa,
- o ensino de português língua estrangeira - PLE.

Na ausência de um entendimento e de um reconhecimento destas realidades e do que elas implicam em termos de especificidade, sob o ponto de vista científico e pedagógico, o resultado final tenderá, naturalmente, para o desperdício financeiro, para a prudente ausência de avaliação das medidas adotadas e, no mínimo, para resultados magros ao nível da eficácia e no retorno do esforço despendido.

O conhecimento da qualidade e quantidade desse retorno, fundamental para aferir da eficácia do planeamento linguístico e para determinar da necessidade ou não, de ajustar os métodos, os meios, as estratégias e atualizar os horizontes dos objetivos, que melhor servissem a política de língua traçada, consiste em monitorizar quer a evolução, quer o necessário aumento efetivo e real do número de falantes ativos e em avaliar o desempenho e a atualização pedagógica e didática de professores, manuais e materiais de apoio, com especial incidência nos meios tecnológicos.

As propostas que aqui se analisaram apontavam consensualmente para uma estrutura comum, sem labirintos tutelares nem manutenção de divisões que assegurassem a incomunicabilidade entre os responsáveis pela língua portuguesa no exterior. O Diploma que cria o Instituto Camões em 1992 aceita este critério e recupera a fórmula que já havia sido tentada em 1980, sem que, então, produzisse os efeitos desejados.

Parecia que a questão estava sanada, restando apenas, e ainda, a coordenação interministerial a resolver com o MNE. Voltava a reduzir-se a falha de comunicação entre setores do mesmo ministério, necessários à coordenação e ao sucesso do projeto, mas não se eliminava um caminho essencial que continuava a ser preciso percorrer.

Os defensores do exercício da tutela pelo MNE poderão sempre defender que foi um dos passos que ficou por dar. Dois anos mais tarde, em 1994, o Instituto Camões deixa a tutela do Ministério da Educação e passa, finalmente, para a subordinação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Parecia que os caminhos se encontravam e que conduziam finalmente a uma estrada comum.

No preâmbulo do Decreto-lei n.º 52/95 de 20 de Março, que institui uma nova lei orgânica para o Instituto Camões, de acordo com a nova situação tutelar, volta a referir-se a questão crónica do relacionamento e da coordenação interministerial.

«Colocado, num primeiro momento, sob a tutela do Ministério da Educação, foram, desde então, dados passos significativos no referido propósito de integração, articulação e coordenação dos serviços. Todavia, a experiência adquirida mostrou a manutenção de algumas dificuldades na conciliação de um sistema que, em última análise e na prática, se traduzia na existência de duas tutelas.

Por isso, no quadro da re-estruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entendeu o Governo ser preferível a concentração da tutela neste departamento governamental.»

É extremamente sintomático que comportamentos que se manifestaram ao longo da história do ICALP, como a «manutenção de algumas dificuldades» já atrás referidas, que sobrevinham da relação entre MNE e ME, surjam, dois anos volvidos da criação do Instituto Camões, para justificar «ser preferível a concentração da tutela neste [MNE] departamento governamental». Quer dizer, nada, até então, tinha realmente mudado.

O facto de esta realidade ter voltado a ressurgir no texto do preâmbulo do diploma que regula a orgânica do Instituto e que

revoga a anterior lei orgânica, é, por si só, significativa das dificuldades que justificam a mudança de tutela, que, aliás, já havia ocorrido no quadro do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro.

Sendo uma medida que só terá pecado por tardia, é feita num claro quadro de culpabilização de uma das partes, naturalmente, a que perde a tutela. Também sintomático foi que, pela primeira vez, o ensino básico e secundário acompanhasse a mudança de tutela. No Art.º2.º, ponto 2, e)<sup>113</sup>, o Instituto Camões guardava as competências relativas a esta área. Houve, desta feita, uma clara decisão de cortar cerce, tentando não deixar margem para que a questão, quer da coordenação e da articulação entre Departamentos governamentais, quer das disputas de competências, obstassem à prossecução dos fins para que o Instituto Camões tinha sido criado.

No entanto, a mudança acabou por não ser tão radical como a princípio se poderia crer e como o parágrafo anterior pode levar a induzir. Com efeito, a questão dos encargos orçamentais, com a integração do serviço de ensino básico e secundário no estrangeiro no Instituto Camões, não foi imediatamente acompanhado da transição do serviço, ficando ao abrigo das disposições de transição (art.º 34.º). O facto de este artigo ainda ser necessário, mostra também que a transição prevista no diploma de 1992 não tinha ainda permitido a integração real, e de facto, de todas as estruturas sob a administração do Instituto Camões, incluindo as essenciais dotações orçamentais.

Por outro lado, o diploma de 1995 remete a tutela científica e pedagógica para o Ministério da Educação (art.º 23.º). Este facto representou uma debilidade do sistema, pois ao optar por submeter a

---

<sup>113</sup> Lei Orgânica do Instituto Camões, Decreto-lei n.º 52/95 de 20 de Março art.º 2.º, ponto 2 O instituto prossegue, em especial, as seguintes atribuições: e) Promoção e apoio ao ensino básico e secundário português no estrangeiro, com particular incidência nos países onde existam comunidades portuguesas e naqueles que mantêm com Portugal vínculos culturais e históricos particularmente relevantes.

tutela, em vez de, por exemplo, regular esta questão como uma prestação contratualizada de serviços, impedia o controlo sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Ministério da Educação. Estava lançada a semente para as dificuldades orçamentais do Instituto.

O ensino de português no estrangeiro tem oscilado entre a vontade dos governos em separar as águas para, supostamente, tratar coisas distintas de forma diferente e a falta de determinação política para centralizar e tentar uma melhor gestão das diversas frentes que, por um lado, a história nos legou e que por outro, o futuro, nos impõe.

Esta última, como vimos, tem sido objeto de grandes revezes, quer nas opções tomadas logo no início da década de 80 e que se prolongaram até 1987, quer com a criação, em 1992, do Instituto Camões, quer ainda, pelas razões já apontadas, com a mudança de tutela para o MNE em 1994 em que, mais uma vez, a integração de todos os serviços preconizada na Lei Orgânica de 1995, não teve sucesso.

### **7.3. Programas de Governo. A presença da língua portuguesa no estrangeiro: prioridades, orientações e valorização**

Parte-se agora para a análise dos Programas de Governo. Esta, conquanto não permita aferir das estratégias, na sua dinâmica particular, é fundamental para perceber o que pensam, melhor, o que estabelecem e o que entendem os governantes sobre política de língua na sua vertente externa. É o que de seguida se tentará fazer.

Analise-se então, algumas asserções firmadas em documentos programáticos do poder executivo, sobre a questão da defesa, salvaguarda, promoção ou difusão da língua, variação lexical resultante da escolha do termo pelos redatores dos *Programas de Governo*. E entenda-se *escolha de termo*, sem que se avance se essa escolha tem fundamentos ideológicos, programáticos, técnico-científicos, estéticos ou estilísticos. A sua simples leitura não é, naturalmente, suficiente para o determinar.

Talvez o confronto do texto com a atuação desses governos, e assim, as consequências do texto sobre a realidade que se pretende modificar, permita formar juízo mais cabal.

### **7.3.1. A primeira década de Governos Constitucionais**

O *Programa do I Governo Constitucional* (1976-1978) apresentava um conjunto de medidas disseminadas pelo ensino superior, através do «Incremento das relações internacionais no que concerne [...] à difusão da cultura e da língua portuguesa no estrangeiro.» (p. 100). Na área das «relações com os novos países africanos» reconhecia-se que era «altamente importante e de grandes consequências para o futuro que a língua portuguesa seja desde já uma das línguas oficiais da Organização de Unidade Africana<sup>114</sup>.» (p. 130).

A língua portuguesa volta a ser referida quando se fala de política de emigração.

«O Governo procurará constituir, de acordo com os países estrangeiros, um sistema eficaz e coordenado do ensino da língua portuguesa em escolas para os filhos dos emigrantes portugueses» (p. 131).

Embora de forma dispersa, e sem uma visão global da questão, é interessante verificar que este *Programa de Governo* toca, três áreas importantes da intervenção governamental em termos de política de língua:

- A área da difusão externa da língua (ainda que não se possa entender, de forma inequívoca, que o documento se refira claramente à difusão da língua como língua estrangeira) inserindo-a no âmbito das relações internacionais;

---

<sup>114</sup> Atual União Africana.

- A importância decisiva atribuída ao posicionamento da língua portuguesa nas instituições internacionais como língua oficial e de trabalho;
- E, finalmente, a intenção de constituir «um sistema eficaz e coordenado do ensino da língua portuguesa» para levar a língua portuguesa aos filhos dos emigrantes.

Quanto a este último aspeto, aliás, e, como já se viu anteriormente, pode-se, até por se tratar de um primeiro Governo Constitucional<sup>115</sup>, considerar, para efeitos deste trabalho, ser este o programa que marca o início de uma longa caminhada na tentativa de organizar «um sistema eficaz e coordenado», no que se refere ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro.

O II Governo Constitucional (1978) adota como «objetivos essenciais nesta área a educação dos emigrantes e seus filhos em idade escolar e a difusão da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.» (p. 117). Para além deste ambicioso objetivo de educar os emigrantes e descendência, este *Programa* tem a virtude de clarificar o que o anterior deixou ambiguamente por esclarecer. Aqui, um pouco mais claramente – ainda que sem nomear – se expressa a difusão da língua e da cultura portuguesas num sentido que só pode ser entendido como promoção da língua portuguesa, enquanto língua estrangeira.

De outra forma, não se pode compreender o papel dos leitorados nessa difusão, no âmbito do ensino universitário no estrangeiro, a

---

<sup>115</sup> Os 6 Governos Provisórios que governaram entre 1974 e meados de 1976 não contemplaram uma política de língua portuguesa virada para o exterior, excetuando o I Governo Provisório que lhe dedicou a sua última alínea i) no final do oitavo ponto: onde constava o seguinte texto «Difusão da língua e cultura portuguesas no Mundo.» (p. 6). Num período da vida portuguesa fértil em instabilidade e sob grande tensão política e social em todos os seus domínios, como é próprio num período revolucionário, apenas é de realçar a preocupação do I Governo Provisório com este tema, sem que isso signifique qualquer tipo de censura para os 5 que se lhe seguiram, dos quais, curiosamente, não é conhecido sequer, o programa do IV Governo Provisório (é assim que consta dos arquivos do Portal do Governo).

intenção de os alargar e a necessidade de uma estrutura de apoio (p. 118), sem o entendimento de que o público que se pretende alcançar seja uma população universitária que não tem o português como língua de origem.

Este propósito de consolidar e aumentar o número de leitores mantém-se no *Programa do III Governo Constitucional* (1978) contextualizando este dinamismo de difusão numa «política global de relações culturais internacionais.» (p. 116). Para um Governo que teve uma existência tão breve, de cerca de três meses, há que reconhecer que empregou algum do seu tempo a perspetivar o papel e a importância da língua portuguesa no contexto internacional, quer no quadro dos países que partilham esta língua, o que leva à necessidade da formação de um bloco linguístico-cultural, económico e político (p. 116 e 145), e a apostar na difusão da língua nas novas nações africanas recentemente saídas do regime colonial português (p. 148), quer, até, num quadro geoestratégico externo mais alargado.

Neste *Programa*, surge, pela primeira vez, uma referência à «necessidade permanente de desenvolver o intercâmbio cultural, especialmente aplicado à expansão da língua e cultura portuguesas» (p.154) em Macau. Significativo da posição política deste e dos anteriores governos é o uso de termos como *difusão* e *expansão*, que este Governo introduz. São termos pró-ativos que implicam uma dinâmica de carácter positivo no que respeita à promoção da língua. Não menos significativo é o que parece ser a percepção de que uma política de difusão do português deveria destringer o ensino do português como língua estrangeira do «alargamento da rede escolar nos países de emigração» (p. 106).

Passar do conceito de difusão para o de defesa é o que faz o IV Governo Constitucional (1978-1979), ainda que apenas quando se

refere aos objetivos a alcançar no quadro dos «numerosos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo.» (p. 25). No que respeita aos leitorados existe uma intenção de prosseguir a política anterior. No que respeita a Macau, talvez porque fosse território sob administração portuguesa e o último grão do império<sup>116</sup> temos a re-edição, neste *Programa*, da «expansão da língua portuguesa» (p. 31). Esta *expansão*, de facto, teria ainda de esperar até meados da década seguinte, quando, motivados pela assinatura em Março de 1987 da *Declaração Conjunta* Luso-Chinesa sobre a questão de Macau, foram tomadas as medidas que permitiram alguma penetração da língua portuguesa na comunidade chinesa de Macau, com a criação do Centro de Difusão da Língua Portuguesa – CDLP – em 1987.

Parco na menção à língua portuguesa, o *Programa do V Governo Constitucional* (1979-1980), é abundante nas referências à cultura e ao «enriquecimento que resultou, para a humanidade» (p. 11) dos contactos que, através do curso da história, os portugueses estabeleceram pelo mundo. Esta referência ao humanismo e universalismo da cultura portuguesa e à sua transmissão pela língua, já tinha sido feita no *Programa* anterior (p. 25).

Em suma, o objetivo deste Governo era procurar «viabilizar e desenvolver uma política de ação cultural externa, de modo a divulgar, em moldes rigorosos, a língua portuguesa, os valores culturais portugueses e o enriquecimento que resultou, para a humanidade, do seu entrosamento com outros povos e diferentes civilizações.» (p. 11).

O que de mais concreto sobressai deste *Programa de Governo*, nesta matéria, é a afirmação de que se iria procurar a viabilização, o desenvolvimento e o rigor para a divulgação da língua portuguesa.

---

<sup>116</sup> Timor tinha sido anexado pela Indonésia em 1975.

Estas afirmações, só podem ser fruto da constatação, ou da consciência, de que esta área carecia de enquadramento preciso, de estudo de viabilidade ou, de outro modo, de uma orientação política estratégica que definisse a ação governamental, adequando os meios existentes à capacidade orgânica de levar a cabo as opções em política de língua para o estrangeiro que viessem a ser adotadas.

Da mesma forma, só se pode entender o rigor enunciado, como um esforço de organização e de alcançar uma otimização de meios, que se reflita positivamente no desenvolvimento e prossecução de uma política externa de língua. De resto, esta vontade, de tornar os objetivos mais claros e os meios mais eficazes, pode ser entendida como a necessidade que continuou a ser sentida pelo Governo seguinte e que terá levado à reorganização dos serviços, com a publicação do Decreto-lei 50/80 de 22 de Março. Esta foi, aliás, a contribuição do VI Governo Constitucional, na tentativa de colocar, sob a mesma cadeia hierárquica, tudo o que tivesse que ver com a política externa portuguesa na área da língua portuguesa, facto já citado<sup>117</sup>, mas que não foi levado a bom termo.

Uma marca significativa no *Programa do VI Governo Constitucional* (1980-1981) é a declaração de que a «terceira opção fundamental do Governo» é «O reforço dos mecanismos de defesa e promoção da língua e da cultura portuguesas e do ensino do português no estrangeiro» (p. 6). Outra marca relevante deste *Programa* é o entendimento de que «a língua portuguesa não é pertença exclusiva do nosso país: é património comum de numerosos Estados e Nações.» (*op. cit.*).

Era a aceitação de uma abertura conceptual nos Programas de Governo. Uma manifestação externa do entendimento de que a língua portuguesa é uma partilha de falantes e não um bem com

---

<sup>117</sup> Ver páginas 5 e 36.

“direitos de autor”. O *Programa* não vai tão longe, mas avança no sentido de que a língua é um património comum aos países de língua portuguesa. Digamos que tal opção se traduziu num ganho de mais de centena e meia de milhões de falantes para o que se poderia designar como regime de “condomínio linguístico”.

Neste *Programa*, reconhecia-se, então, também, a importância, a prazo, do seguinte: «que a língua portuguesa se torne a língua oficial ou de trabalho nas organizações internacionais de que é membro.» (*op. cit.*).

No entanto, reconhece-se que a terminologia usada, neste e em Programas anteriores, além de variar, se torna por vezes difícil de reconhecer como ou opção técnico-científica, ou mera escolha vocabular, dependente do léxico dominado pelo redator.

«A cooperação internacional no apoio à execução da política educativa e à difusão da língua portuguesa será intensificada. Às colónias de emigrantes portugueses conceder-se-á auxílio não só em matéria de ensino de português, mas no domínio da formação profissional» (p. 34).

De um Governo a outro, passa-se de *defesa a difusão, ou promoção*, a uma coisa e outra, mas fica-se por isso, sempre, na dúvida se o entendimento sobre o objeto sobre o qual recai o termo usado se altera ou não. Por outro lado, a população emigrada pelo mundo, era vista por cada um dos anteriores governos como *núcleo, comunidade, colónia*, parecendo que a alteração de nomeação, se deve mais a uma fuga “estilística” à repetição do termo do que a um conceito sociológico cientificamente relevante, cristalino na sua definição.

O parágrafo dedicado à língua, na sua vertente de política externa, conforme esta foi apresentada no *Programa do VII Governo*

*Constitucional* (1981), foi reciclado do *Programa do Governo* anterior, mas em perda de graduação de prioridade. No texto deste *Programa*, desaparece a ordenação «terceira», mas continua a «opção fundamental» (p. 25). Por outro lado, entre a cópia e a reorganização do texto perdeu-se, neste *Programa*, o parágrafo onde se procuraria o «auxílio» às «colónias» emigradas e a «cooperação internacional no apoio à execução da política educativa e à difusão da língua portuguesa».

Os governos acima referidos terão sempre a seu favor, o facto de terem tido existência breve. Este facto, sem dúvida, terá contribuído para que, nesta área, a dinâmica necessária para implementar as opções fundamentais, os objetivos essenciais programados fosse sempre interrompida com o fim prematuro dos governos. Afinal, de Julho de 1976 a Setembro de 1981, ou seja, em pouco mais de cinco anos, Portugal teve sete Governos Constitucionais.

Os VIII (1981-1983) e IX (1983-1985) Governos Constitucionais são coevos do período já aqui analisado e tendo sido objeto da atenção dos relatores do Grupo de Trabalho da CRSE em 1988 e do CNE em 1992. A uni-los, têm as parcas notas que dedicaram nos seus Programas à língua portuguesa. Do *Programa do VIII Governo*, refere-se como medida única:

«Defender a preservação da língua e da cultura portuguesa, nomeadamente em ligação com as comunidades portuguesas dispersas e através de programas informativos adequados» (p. 40).

Uma atitude preservadora, reveladora de uma ideia de proteção e amparo, uma postura defensiva próxima de uma conceção

catastrofista da situação da língua<sup>118</sup>, mais do que ameaçada ou mesmo, em vias de extinção, uma língua quase que sem futuro na cena internacional.

No entanto, perante a situação<sup>119</sup>, a forma encontrada pelo Governo para a enfrentar, quaisquer que fossem as medidas, residiu na opção por uns intangíveis «programas informativos», porventura interpretável como uma espécie de marketing prévio junto das comunidades sobre uma explicável necessidade de manter a língua viva nos mais jovens. Neste *Programa*, entretanto, nada constava sobre ações externas ou sobre o modo de agir junto dos Governos de acolhimento para melhorar a imagem da nossa língua e cultura.

Quanto ao *Programa do IX Governo*, numa altura em que Portugal negociava a sua adesão à então CEE, já aquele apontava para a questão da integração da língua portuguesa nos sistemas educativos estrangeiros; a solução, no entanto, passava, não pela negociação com os Governos desses países, mas pela motivação dos emigrantes para que fossem estes a exigir essa integração. Mais uma vez, a questão da língua portuguesa se restringia aos seus falantes de origem.

«Tomar consciência de que a definitiva implantação da língua e da cultura portuguesa nos quadros educacionais e culturais dos países europeus não difere da solução do problema cultural da nossa emigração nos mesmos países, porque, motivadas, serão estas mesmas comunidades que a exigirão e conseguirão. Mas é nos 4 anos mais próximos que a partida se jogará. Em suma, durante a legislatura que neste momento se inicia» (p. 80).

---

<sup>118</sup> Talvez mesmo subjazendo a um complexo de indigência ou de inferioridade da língua face à comunidade linguística europeia.

<sup>119</sup> Certamente consequência de um desânimo conhecedor do progressivo afastamento da sua língua, por parte dos portugueses emigrados, por exemplo, em França e noutras paragens, facto que já anteriormente foi referido.

Um governo opta por «programas informativos», o seguinte por motivar as comunidades emigradas a fazer exigências linguísticas aos governos dos países onde trabalham. Já aqui se viu em que sentido linguístico ia a motivação e a exigência destas comunidades, ainda que, com a entrada prevista de Portugal na Comunidade Económica Europeia, uma nova condição, que não a de imigrante, pudesse ser assumida pelas comunidades portuguesas numa Europa alargada.

Isto acontece com comunidades que, antes de terem emigrado, não tinham tido poder reivindicativo para exigir que o seu Governo lhes desse educação no seu próprio país. Mas, interessante, é o tom profético com que termina esta «orientação» governativa. Não só «exigirão e conseguirão», como se lhes aponta um prazo: «nos 4 anos mais próximos».

Todos sabemos como é perigoso para as profecias serem proclamadas com prazo de execução. Até porque é contra a própria essência do conceito.

### **7.3.2. A segunda década de Governos Constitucionais**

O *Programa do X Governo Constitucional* (1985-1987), circunscreveu o problema e definiu as suas linhas de ação para o ensino de português no estrangeiro, direcionando-as ao:

«Aperfeiçoamento do ensino do português e difusão da cultura portuguesa junto das comunidades portuguesas, pela revisão de objetivos, métodos e esquemas de apoio, pela coordenação entre as diversas entidades que no estrangeiro promovem a cultura e língua portuguesas, e pelo estabelecimento de mecanismos mais eficazes nos

serviços centrais do Ministério que interatuam com as comunidades europeias.» (p. 61).

Esta preocupação pela «coordenação entre as diversas entidades» está de acordo com a constituição dos Grupos de Trabalho da CRSE, em 1987, nomeadamente no que respeita ao designado ensino do português no estrangeiro. Este objetivo reflete já a consciência que os governantes tinham sobre o estado a que tinha chegado esta área e dos problemas que marcavam a atuação do ICALP e do SEBSPE.

Fora deste âmbito, nenhuma palavra. O que revela que a atividade do ICALP ligada ao PLE não constituía prioridade, estava-se nos meados dos anos oitenta do século passado e a difusão da língua portuguesa, como língua estrangeira, estava longe de constituir um objetivo político estratégico e ainda menos de ser uma prioridade. A preocupação era a resolução do problema do ensino da língua portuguesa junto dos emigrantes, numa altura em que o número de alunos luso-descendentes começava a diminuir e em que os portugueses já não emigravam tanto como outrora (*Relatório – EPE, 1988:38*). Não havia preocupação, portanto, com a promoção da língua a outros níveis, além do das comunidades portuguesas emigradas.

As preocupações organizativas e de coordenação que se apontaram no *Programa* anterior encontram eco no *Programa do XI Governo Constitucional* (1987-1991), ao se voltar a preconizar a «Reestruturação e apoio especial ao ensino do português junto das comunidades e maior integração do ensino do português nos sistemas educativos dos países de acolhimento.» (p. 77). Outro fator que começa a marcar a linguagem desta época e que vai acabar por ter expressão legislativa mais tarde é o da necessidade da «Criação de Institutos de Cultura Portuguesa e de outros centros culturais para

apoio às nossas comunidades e para a difusão da cultura portuguesa nos países em que estas se integram» (*op. cit.*).

Seriam estas as estruturas que se destinariam a dar apoio e a promover quer ações culturais, quer a difusão da língua junto das comunidades e a promoção da língua num âmbito mais alargado, de onde, certamente, não estaria ausente a difusão do PLE, através de uma mais próxima coordenação, de um apoio aos leitorados e ainda da integração da língua portuguesa nos *curricula* dos sistemas de ensino estrangeiros. Sobre esta matéria se escreverá adiante.

Continuava a ser preocupação governativa «a difusão da língua e cultura portuguesas» (p. 12), no âmbito da cooperação com a África de Língua Oficial Portuguesa, para quem «A língua e a cultura portuguesas continuam a desempenhar um papel chave no desenvolvimento das relações com esses povos e são elas próprias instrumento privilegiado de cooperação.» (p. 65). Nesta ação, o Governo atribuía um papel particular ao então ICALP. Num único parágrafo, apresentava-se assim um dos vetores fundamentais de desenvolvimento da política de língua:

«A defesa e valorização da língua e da cultura portuguesas, no território nacional e junto das Comunidades Portuguesas no mundo, o seu desenvolvimento nos Estados de língua oficial portuguesa e nos espaços geoculturais a que Portugal se encontra historicamente ligado, o incremento das ações de cooperação, nos domínios da educação e da ciência com aqueles Estados, assim como a promoção do ensino português no estrangeiro» (p. 67)

De uma assentada, tratava-se da «defesa e valorização da língua», intramuros, nas comunidades expatriadas, nos «Estados de Língua Oficial Portuguesa», e, por fim a «promoção do ensino português no

estrangeiro» com toda a ambiguidade e complexidade de matérias de estudo e de aplicação no terreno que isso implica, e que a *Lei de Bases do Sistema Educativo*, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, tinha, à época, acabado de consagrar.

Logo a seguir, integrado no ponto dedicado à cultura, reafirma-se o princípio da «salvaguarda do património e da valorização da língua portuguesa.» (p. 68), mas nada mais se adianta, nem há outra referência mais concretizadora desta «valorização». Já a utilização, na mesma frase, de «património» e «língua portuguesa» devia merecer alguma reflexão aos seus autores e, naturalmente, aos seus leitores, pelo que podem conter de conservador, de inação contemplativa sobre o passado e de conceito de posse. Pode ser muito bom para o património e para a sua salvaguarda, mas é pouco produtivo, até contraproducente mesmo, quando aplicada à língua e a uma política de difusão e de promoção externa dessa mesma língua, sendo mais grave ainda, quando a reivindicação patrimonial dessa posse é feita por apenas 5% dos seus falantes.

Na área da comunicação social volta a fazer-se referência às questões da língua: «a comunicação social não poderá exercer cabalmente as suas funções formativa e informativa se não estiver preparada para a defesa da identidade nacional perante a invasão de grandes meios de informação estrangeiros e se não visar, como objetivo a atingir, a defesa e a valorização da língua portuguesa» (p. 72). O perigo da «invasão», por via dos *media*, justifica o apelo à defesa e valorização do idioma e da identidade, mas, no seguimento do texto, as medidas apontadas em nada concretizam este fervor apologético, antes se empenham em questões económicas e de gestão empresarial.

Não foi por falta de referências à língua portuguesa que este Governo deixou de mostrar o seu empenho nas questões que à língua respeitam. A preocupação e a disposição para atuar está presente em

muitos aspetos do programa. Aliás, este foi um tempo de estudos, de apresentação de propostas e de pareceres. Este foi, apesar de alguma incoerência terminológica como atrás se escreveu, um período em que se apresentaram ideias, em que responsáveis e especialistas produziram documentos que prepararam o que viria a proporcionar um fundamentado salto qualitativo a ser dado nesta área.

O XII Governo Constitucional inscreveu no seu programa um virar de página na forma como até então se tinha operado a política de língua portuguesa no exterior. O Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho, dá cumprimento à prioridade assumida pelo Governo:

«[o Governo] Assume, por conseguinte, prioridade importante para a área da Cultura, a participação empenhada na criação do Instituto Camões como instrumento fundamental na política da afirmação da língua portuguesa no mundo.» (p. 61)

Com a criação do Instituto Camões, o Governo tenta de novo colocar, sob a mesma cadeia hierárquica e administrativa, todo o conjunto de intervenientes que influíam nos destinos da língua portuguesa no exterior. Mais uma vez, como já antes fora escrito, ficava estabelecido que as questões estratégicas fundamentais ficavam dependentes da articulação com Departamentos governamentais externos ao Ministério da Educação.

Como se definia logo no ponto 2 art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 135/92, «A competência a que se refere a alínea a) do número anterior, é exercida em articulação com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o membro do Governo responsável pela área da cultura.», sendo que a alínea a) trata de algo que é absolutamente crucial para o

funcionamento do Instituto: «A determinação das linhas de orientação e os domínios prioritários de atuação».

Também era objeto de acordo, entre os dois ministérios, a nomeação das chefias dos Institutos e Centros Portugueses no estrangeiro (ponto 2 do art.º 13.º). Outra fórmula de difícil administração, logo à partida, era a da designada «superintendência» sobre estes Institutos e Centros Portugueses. Estes, eram sujeitos à tutela do Instituto Camões (ponto 1 do art.º 13.º), mas «as [suas] atividades [...] ficam sujeitas à superintendência do chefe de missão diplomática em cada Estado para efeitos de coordenação geral da política externa do Estado Português na área correspondente.» (ponto 3 do art.º 15.º). Isto, quando as mesmas atividades estavam igualmente sujeitas à coordenação do Instituto Camões (ponto 1 do mesmo artigo).

A redação destes artigos prefigurava uma dupla tutela de difícil coordenação, pois fazia depender demasiado a sua boa aplicação, de uma pluralidade de fatores humanos, já que o responsável por cada um daqueles Institutos ou Centros respondia, sobre a mesma matéria, a duas tutelas que não estavam obrigadas, no articulado deste Decreto-Lei, a coordenarem-se entre si. Existia, neste aspeto, uma sobreposição de jurisdição que potenciava mais a interferência e a conflitualidade do que a articulação. Já para não voltar ao desastroso resultado do Decreto-Lei 50/80, que, aliás, o Decreto-lei 135/92 vem a revogar.

Depois de 12 anos sem se conseguir resolver a questão da comunicação, da articulação, da cooperação ou da colaboração interdepartamental, surge um novo diploma que re-estrutura a orgânica e cria uma nova instituição, o Instituto Camões, que voltará a ter de confrontar-se com os velhos problemas que o diploma fundador não conseguiu resolver no seu articulado. Com competências pendentes de estruturas que precisavam de ser criadas

de raiz e, até lá, exercidas por antigas tutelas a extinguir, como se estabelecia os artigos 26 e 27, do Diploma de 1992, o caminho não se antevia fácil.

Como parte da sua prática externa, este Governo propunha-se «Valorizar a identidade portuguesa, particularmente através da difusão e promoção da nossa língua» (p. 18), para além, «do nosso património, dos nossos valores e potenciar através das comunidades portuguesas a afirmação da presença de Portugal em todos os Continentes.» (*op. cit.*). O uso do pronome *nossa*, aplicado à língua portuguesa, continua a marcar a visão identificável como um *lusocentrismo europeninsular* desta língua, visão que condiciona o domínio da «promoção da língua e da cultura portuguesas» até no chamado «processo de integração europeia» (p. 23), onde se repete a mesma ideia e, praticamente, a mesma frase.

Volta também a surgir a ideia de que é absolutamente vital «congregar recursos humanos e materiais e promover as sinergias indispensáveis entre os diferentes departamentos do Estado com responsabilidades específicas neste domínio.» (*op. cit.*). Reiterava-se assim, o aspeto de coordenação e de trabalho conjunto.

«Nesta ótica de integração e coordenação, irá o Governo criar o Instituto Camões, destinado a conduzir a execução da política cultural externa e a promover a articulação nesta esfera entre a Administração Pública e o setor privado, bem como o relacionamento com organizações internacionais» (p. 23)

Surge novamente, como se vê, a «promoção da articulação» como ponto nevrálgico de todo o processo.

Nas páginas que este Governo dedica à área da ação cultural (p. 61), volta a afirmar-se o empenhamento governamental para com a

criação do Instituto Camões, algo inesperadamente, no entanto, não na vertente da divulgação cultural externa, mas «como instrumento fundamental na política da afirmação da língua portuguesa no mundo.» (*op. cit.*). É fácil perceber a estreita relação que se estabelece entre língua e cultura e de como estas interagem sempre que uma ou outra se manifesta, mas, da mesma forma que não se confundem, também os pelouros o não deveriam fazer.

O parágrafo que a seguir se cita é bastante esclarecedor sobre o que este Governo entendia ser a difusão e promoção de uma língua de importância mundial. Atente-se pois, no seu conteúdo:

«A preservação da língua portuguesa, uma das línguas mais faladas no mundo, é assumida igualmente como elemento constituinte e aglutinador dessa identidade [nacional] e a sua difusão continuará a desempenhar um papel primordial no estreitamento dos laços existentes entre a Comunidade Portuguesa espalhada pelo Mundo e entre os Países de Língua Oficial Portuguesa.» (p. 63)

É certo que a língua é parte relevante quando se aborda a questão identitária, muito referida, aliás, neste *Programa*, e que o é para todos os cidadãos. Para os que estão no país, onde essa língua é língua materna da população, e para as comunidades expatriadas, no que respeita ao sentimento de pertença de uma comunidade que se encontre em situação de minoria. Daí o recorrente apelo à preservação, pelos que já a falavam e a devem continuar a usar, e à difusão e preservação, no sentido de garantir que as comunidades as transmitam aos seus mais novos, que já não vivem em situação de imersão, nem na língua nem na cultura. Difusão também no que respeita aos países africanos que têm o Português como língua oficial, países onde a língua portuguesa tem ainda, como na época, uma larga margem de progressão.

Mas a relação com a língua expressava-se, como atrás se tinha já feito notar, pelo uso do possessivo *nossa*, pela referência à língua como sendo propriedade deste país europeu que a promove como sua nos «Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, de forma a estreitar laços de cooperação, acentuar a nossa matriz universalista e valorizar, defender e projetar no Mundo a nossa língua e a nossa cultura» (p. 72). Este possessivo até poderia ser inclusivo daqueles países, mas a formulação da frase não deixa margem para dúvidas, não se fala aqui de partilha, não se fala aqui de lusofonia, mas de lusocentrismo linguístico, que via de um nós universalista, para vós. E já nem se fala do papel do Brasil no meio de todo este universalismo.

Completamente ausente do discurso de um Governo que criou o Instituto Camões está o Português Língua Estrangeira. Nem nomeado, nem subentendido, nem passível de abranger numa leitura implícita do documento. O enquadramento comunidades/países africanos não deixa qualquer escape.

Há aqui, neste entendimento do significado conceptual de universalismo e do que se entende sobre o que é uma das línguas mais faladas no mundo, fatores que negam esse mesmo universalismo. A ideologia que ressalta deste sentir possessivo, deste *nossa língua*<sup>120</sup>, é do tipo que asfixia em vez de libertar, do tipo que, no próprio círculo interno geolinguístico da língua portuguesa, cria anticorpos em vez de adeptos. Prejudica, pela postura, o desenvolvimento da língua junto dos países de língua oficial portuguesa em África, pelas razões negativas já aqui anteriormente

---

<sup>120</sup> A atitude de apego à sua língua e ao orgulho nela, como elemento fortemente identitário, nada tem de prejudicial em si mesmo, o contraproducente pode estar é no entendimento exclusivista deste relacionamento com a língua; o sentir da língua não pode ser tribal, se se quer aspirar ao universal, tem que se ser cosmopolita sem necessariamente ser distante ou insensível face a um dos componentes da identidade do indivíduo e ao seu sentido de pertença.

apresentadas (pp. 13-14) e que a impede, de facto, de ser mais do que a soma dos seus falantes nativos.

Com tantas probabilidades de a tão proclamada articulação e coordenação ter tanto sucesso como as anteriores tentativas, não pode, por isso, estranhar-se a decisão tomada em 1994, ainda durante a vigência deste Governo de, finalmente, fazer transitar o Instituto Camões para o Ministério que o Grupo de Trabalho da CRSE, sobre o ensino português no estrangeiro, deixou em aberto como uma das soluções, no seu relatório de 1988: o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, que aprova a lei orgânica do MNE, estabelece igualmente, no seu artigo 4.º, ponto um, a superintendência sobre o Instituto Camões deste Ministério. Mais uma vez não foi uma mudança completa de tutela em todos os seus domínios, como consta do art.º 30.º, que ressalva as competências do Ministério da Educação em matérias do foro pedagógico e científico, ou de certificação de cursos, mas foi uma mudança no caminho da eliminação de um obstáculo, em termos de coordenação das ações no exterior.

A nova Lei Orgânica do Instituto Camões, sob a nova tutela, foi publicada mais de um ano após a sua transferência pelo Decreto-Lei n.º 52/95 de 20 de Março e, no seu preâmbulo, é bem clara ao deixar escrito que o motivo para a mudança se deve, em muito, a questões de coordenação entre tutelas<sup>121</sup>.

Não deixa de ser relevante que esta Lei Orgânica estabeleça no art.º 1.º, que define a sua natureza, que o Instituto Camões se destina a assegurar «a execução externa portuguesa na vertente cultural» e não as componentes cultura e língua, indicando, por omissão, o lugar

---

<sup>121</sup> cf. p. 159.

subalterno da língua no quadro conceptual de quem tutela e regulamenta, sob o elitista guarda-chuva da cultura. A língua só é considerada no artigo seguinte, que estabelece as atribuições, mas surge discriminada em 8 das 13 alíneas do ponto 2 deste art.º 2.º, não constituindo, por isso, atribuição de menor monta.

### **7.3.3. Uma década na transição de século. Avanço? Recuo?**

Aquela foi a situação que o XIII Governo Constitucional (1995-1999) recebeu. No seu *Programa*, este Governo elegeu como uma das suas áreas de intervenção,

«a difusão e consolidação da língua portuguesa como um dos idiomas mais falados à escala planetária, constituirão vetores essenciais para a afirmação de Portugal no Mundo.» (p. 4).

No *Programa* deste Governo, esta «afirmação» é justificada porque,

«no Mundo cada vez mais interdependente e de mercados mais abertos em que vivemos, é na afirmação da identidade cultural de Portugal que se encontra um dos fundamentos mais sólidos da independência nacional.» (*op. cit.*:4).

Sem a carga possessiva e a posição de herdeiros privilegiados, para não dizer únicos, da língua que marcava a postura de Governos anteriores, este Governo enquadra a questão da língua portuguesa numa estratégia que passa pelo facto constatável de que o idioma originário do oeste peninsular é hoje uma língua «planetária». Esse facto passou a ser encarado como uma oportunidade, politicamente utilizável como vantagem.

Além disso, num mundo em que as independências políticas, baseadas nas fronteiras territoriais da Nação ou da Pátria, consolidadas na figura do Estado, estão cada vez mais diluídas devido ao fenómeno da globalização<sup>122</sup>, a verdadeira independência que, hoje, é relevante e significativa, é a do ser e do sentir dos povos, o da sua capacidade de fortalecer e viver a sua identidade cultural e da sua capacidade de a afirmar quotidianamente.

Este conceito, manifestado voluntária ou involuntariamente pelos redatores do programa, acaba por projetar uma visão moderna de Nação, não porque em si mesma seja nova, que a não é, mas porque é a que está na origem do que transforma cada indivíduo num cidadão consciente da sua identidade nacional, que se projeta além da figura administrativa do Estado independente, das fronteiras deste, mas que dele não depende para se afirmar.

Neste programa já se fala da «prossecação de uma política da língua» (p. 50), é certo que visando os Países de Língua Oficial Portuguesa em África, e o Brasil, no que toca à indústria do audiovisual. Mas também no âmbito da «promoção e defesa» no «apoio ao ensino da língua» (p. 60), naqueles países de África. Do mesmo modo, este Governo propõe-se continuar as anteriores decisões de prover ao ensino da língua, junto das comunidades portuguesas no exterior (p. 61).

Este XIII Governo, manifestou-se positivamente no que respeita à integração do Instituto Camões no MNE, não deixando, contudo, de fazer notar, que a tardia aprovação da Lei Orgânica deste Instituto prejudicou o seu funcionamento, do que resultou o que no *Programa* deste Governo se caracteriza como se tendo convertido «num exemplo de ineficácia.» (p. 55). Donde, mais uma vez, se pode

---

<sup>122</sup> No caso dos membros da UE, essa diluição é ainda mais acentuada pela progressiva passagem dos poderes tradicionais do Estado para as instâncias europeias.

perceber que não basta mudar as tutelas, se não se alterarem as condições de funcionamento.

Novidade terminológica neste *Programa de Governo* é a noção de «política conjunta» deixando-se de falar em articulação e colaboração. Nitidamente, para este Governo, a questão passava pela definição política à partida e não na sempre não concretizada cooperação interdepartamental, a qual se preconizava, mas que não era exposta neste termos claros, o que faz levar a colocar a hipótese de que essa cooperação apenas era contemplável, em fase posterior à das definições setoriais.

«impõe-se uma política conjunta com os setores dos Negócios Estrangeiros, da Educação, do Turismo e do Comércio Externo, visando: uma estratégia global de defesa da língua portuguesa...» (p. 127).

Outra novidade é a dimensão económica que se pretendia dar a esta política ao incluir áreas como as acima citadas, num conceito estratégico global. Esta nova atitude constitui sem dúvida um passo em frente no entendimento de que a política de língua vai muito além do ensino da língua e de que a dimensão económica é a aquela que pode proporcionar viabilidade a uma estratégia de promoção linguística.

Não antecipando aqui a atividade do Instituto Camões, não é possível, dentro da análise do presente objeto de estudo, deixar de notar que, apesar das referências e do reconhecimento expresso da posição geolinguisticamente relevante e global, da língua portuguesa, não haja, até este *Programa de Governo*, inclusive, uma única referência clara e livre de ambiguidades ao Português Língua Estrangeira e ao seu papel na estratégia da política externa de língua portuguesa.

No entanto, esta perspetiva e esta estratégia aparecem pela primeira vez durante a vigência deste Governo, consagradas através do novo Decreto-lei n.º 170/97 de 5 de Julho, onde se consagra no ponto 2 do art.º 13.º, alíneas b) e d), o português língua estrangeira, através da utilização das expressões «língua portuguesa como língua estrangeira» e «português como língua estrangeira». Estava finalmente aceite sem equívocos que esta era uma área relevante na promoção da língua portuguesa no mundo.

O Instituto Camões continua a ter particular atenção no *Programa do XIV Governo Constitucional* (1999-2002), sendo eleito como um dos principais alvos nas suas orientações. Sob a capa da «re-estruturação sistema de cooperação» (p. 116), o Governo apresenta uma diretiva que, no seguimento da intenção de normalização apresentada pelo Governo anterior (Prog.XIIIIGC:61) pretende agora que

«O Instituto Camões deve assumir-se decisivamente como a instituição coordenadora da política de promoção e de expansão da língua portuguesa no mundo, dando particular projeção a ações de apoio à utilização do português como língua de trabalho das organizações internacionais e ao ensino de português como língua segunda, e a didática do português no estrangeiro.»  
(Prog.XIVGC:117)

Ficam assim delimitados os eixos da ação do Instituto Camões: a «promoção» e a «expansão» da língua portuguesa no mundo; o uso da língua portuguesa nas organizações internacionais; o ensino do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e o trabalho na área didática específica do português como língua não materna, salvaguardando a ambiguidade que o termo «português no estrangeiro» encerra.

Ainda assim, e tendo em conta que, com a sua última Lei Orgânica de 1997 e já acima referida, o Instituto Camões, deixa de ter competência sobre o ensino da língua portuguesa, nos ensinamentos básico e secundário (art.º 29.º do Decreto-lei n.º 170/97 de 5 de Julho), esta enigmática<sup>123</sup> «didática do português no estrangeiro» deverá, de alguma forma, querer ser percebida como não incluindo a didática da língua materna.

O Instituto Camões surge neste *Programa* governativo, depois de se ter constatado a vontade expressa pelo anterior, de corrigir antigas deficiências e de publicar uma nova Lei Orgânica, com um mandato fortalecido. O mandato de assumir, o que pela sua Lei Orgânica lhe está confiado. Pode parecer estranho que incumbam uma instituição para cumprir e exercer as suas competências. O pensamento ingénuo concluirá que, sendo esse o papel que lhe está acometido, tal não deveria ser necessário, por redundante.

Politicamente, no entanto, esta diretiva para que se assuma, de forma decisiva, o cumprimento da sua função de prover à difusão e à expansão da língua corresponde um comprometimento político e um reforço, politicamente significativo, desse compromisso para com uma política que preconiza «A expansão sustentada da Língua Portuguesa – atualmente a terceira língua europeia mais falada e a sexta a nível mundial» (p. 122). Consagra-se assim, esta política que «constitui um objetivo estratégico.» e mais ainda «uma aposta nacional» (P. 122).

Esta «aposta» aparece inclusivamente inscrita no *Programa Governo*. Este foi sem dúvida o mais completo, em termos estratégicos e de

---

<sup>123</sup> A expressão «didática do português no estrangeiro» não encontra correspondência, em termos operativos, a qualquer conceito científico ou técnico da Didática, quer das Línguas Estrangeiras, quer do Português Língua Estrangeira, ou Língua Segunda, ou, mais genericamente, língua não-materna quer ainda da própria didática da língua materna. Acresce que, no estrangeiro, as situações que se prefiguram como suscetíveis de uma aproximação didática são, naturalmente, diferenciadas, como as acima referidas, e não podem abrigar-se sob a compreensão da expressão usada no Programa de Governo.

planeamento, de todos os programas anteriores já analisados. Nele são apontadas 15 linhas de ação sendo que a última desce ao pormenor de enunciar 10 medidas a concretizar durante o período abrangido (p. 122-124).

Este foi o Governo que mais expressão deu a uma política de língua portuguesa no exterior, e o que melhor interpretou a importância crucial da componente política e estratégica de se ser parte de uma língua global e da necessidade de projetar e de planear a internacionalização real dessa língua, para além das fronteiras geopolíticas da lusofonia e dos seus falantes nativos, ao inscrever o PLE nas suas linhas programáticas.

Este *Programa* contempla os seguintes pontos:

- criação de novos Centros de Língua, - que, à luz da Lei Orgânica do Instituto Camões, não tinham e ainda não têm enquadramento funcional ou legal -,
- re-estruturação da rede de leitorados,
- conceção de programas de formação de professores de PLE, produção de materiais de ensino de PLE e de um sistema de certificação e avaliação de PLE,
- intervenção na área dos *media* através da elaboração de programas radiofónicos, da criação de páginas especializadas na Internet, do apoio à produção de materiais audiovisuais e multimédia,
- apoio alargado à edição, no estrangeiro, de obras de autores de língua portuguesa,
- programas de apoio ao uso da língua portuguesa nas organizações internacionais, particularmente em África,

- assumir a maioria do capital do Instituto Português do Oriente – IPOR – com sede no então Território de Macau, no sentido de aproveitar os recursos daquele Instituto, visando potenciar a sua ação na região Ásia-Pacífico,
- modernização dos Centros Culturais Portugueses e da criação de um Centro Cultural em Madrid,
- criação nas Embaixadas de Centros de Documentação sobre Portugal,
- ações de promoção do diálogo intercultural na área lusófona através, do estabelecimento de um programa de atividades anuais com caráter periódico e formato de festival de artes e espetáculos,

Este plano, que toca muitas áreas cruciais e tecnologicamente relevantes, incluía ainda os programas de bolsas e de apoio a investigadores e aos chamados lusitanistas. Algumas das ações expressas neste *Programa* já faziam parte da atividade normal do Instituto, mas a sua nomeação e integração no texto do *Programa* remetem para um reforço destas atividades e para o reconhecimento da respetiva importância no plano político e linguístico-cultural.

Numa última referência a este *Programa*, resta realçar que, no quadro das linhas programáticas da Educação e do respetivo Ministério, volta a ser enunciada a necessidade de «Articulação entre a Educação e os Negócios Estrangeiros, tendo em vista assegurar a promoção de iniciativas comuns de expansão da língua portuguesa no mundo» (p. 27).

Em 2002 entra em funções um novo Governo, o XV. Do seu *Programa* ressalta um aspeto conceptual importante: o regresso da terminologia da defesa da língua. No anterior Governo este termo só foi aplicado uma vez, em contexto específico, no dos conteúdos de

televisão e rádio, no âmbito da sua difusão junto das Comunidades Portuguesas emigradas e no dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O XV Governo (2002-2004) volta à afirmação e à imagem de uma língua em perigo, que precisa de defesa. Ao conceito de que a língua está ameaçada, logo que se encontra numa situação de fraqueza e de debilidade face a supostas, mas nunca nomeadas, ameaças.

É assim que, na página 28, surge, no quadro da política externa, «defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas» e, de seguida na mesma página, entendia este Governo que «A identidade nacional face à globalização e ao processo de integração europeia e peninsular, afirma-se no mundo através de fatores culturais e da defesa da língua portuguesa.»

É impossível não notar que, pela primeira vez é introduzida a questão da integração de Portugal em dois níveis geopolíticos, o espaço da UE e o peninsular, ligados à afirmação da identidade nacional e à globalização. O facto de dois dos fatores dessa afirmação passarem pela divulgação externa da cultura e da língua, não diverge de outras posições governativas anteriores e surge como consensual.

O que diverge da posição do anterior Governo é o abandono de uma atitude de segurança e de confiança face à língua, para uma postura de retração e de tensão no que respeita à confiança do Governo na vitalidade da identidade nacional e nas potencialidades da língua portuguesa.

Da expansão passa-se à defesa. Da atitude pró-ativa própria da expansão, passa-se à abertura de trincheiras contra, possivelmente, os perigos da globalização. Para este Governo «integração europeia e peninsular» parece confundir-se com esvaziamento, enfraquecimento ou diluição do entendimento que os portugueses têm do que são.

Não se trata aqui de determinar se este Governo entende ou não que a identidade nacional estava em perigo, e, com ela, a língua. Trata-se, isso sim, de verificar uma postura que é contrastante com o que era assumido pelos Governos imediatamente anteriores. Não que esta postura já não tivesse estado patente em Governos passados, mas, precisamente, porque, retomando esse posicionamento, dá mostras de um retrocesso quer na matéria, quer na forma de abordar o problema.

Com este Governo, o Instituto Camões passa de nomeado, e instrumento central de uma política, a omissa. No entanto, a «afirmação da língua e da cultura portuguesas» (p. 28) constituía, não uma de entre outras prioridades, ou um objetivo estratégico, mas um «desígnio nacional» (*op. cit.*). Nomear o departamento governamental determinante de uma política é, em si mesmo, uma decisão política que visa determinar quem deve ser responsabilizado pela coordenação e execução dessa política e, naturalmente, pelos resultados.

Ao escolher não o fazer, este Governo passou para o plano genérico e sem rosto, da administração, a responsabilidade sobre uma política apresentada como um desígnio de importância, não setorial ou ministerial, mas nacional e logo, transversal naquelas áreas governativas que podem contribuir para esse «desígnio». Provavelmente, consciente desta abrangência, o Governo afirmava que

«Será privilegiada a coordenação e a convergência das políticas culturais promovidas por diversos departamentos ministeriais, por forma a criar sinergias, a otimizar a gestão daquelas políticas no exterior» (p. 28)

Por esta razão, seria vital, do ponto de vista da «coordenação» deste empreendimento, que houvesse um interlocutor nomeado.

No que respeita às comunidades portuguesas este Governo mantém a sua vontade de valorizar a relação dessas comunidades com Portugal, também através do ensino da língua (p. 27). Outro aspeto deste *Programa*, que não pode deixar de merecer menção, ocorre quando, a propósito do que se deve exigir do serviço público de televisão, se reconhece a «língua portuguesa, enquanto elemento aglutinador da cultura lusófona e de afirmação desta cultura no Mundo» (p. 137).

Ao ler-se que a língua portuguesa é aglutinadora de uma «cultura lusófona» não se pode deixar de experimentar surpresa. Sabendo-se que o termo tem, como referência, os vários povos que se expressam em língua portuguesa, ficamos sem saber a que é que este Governo se está a referir. É pacífico que cada um destes povos comporta culturas próprias, sem dúvida com pontos de contacto entre si, fruto de convivências seculares e de múltiplas interações entre esses povos.

Estes povos integraram, a seu modo, e como resultado da sua interpretação dessas outras culturas, influências recíprocas que proporcionaram umas às outras, mas sem que isso implique perda das suas características intrínsecas, antes as fortalecendo. O facto de nestas culturas haver aspetos comuns que as tornam familiares ou, por via da língua comum, de mais “fácil compreensão” ao conjunto das culturas em causa, não as torna, nem menos autónomas, nem as converte em iguais entre si<sup>124</sup>. O linguisticamente relevante para todas elas é o poderem exprimir-se, numa língua comum, também ela usada de modo variado.

---

<sup>124</sup> Se fossem “iguais”, logicamente, não se distinguiriam, não haveria como dizer que seria “outra” e não haveria necessidade de o dizer.

Neste contexto, o termo *lusófono*, quando usado para adjetivar um universo cultural múltiplo, só pode ser usado na sua forma plural. Neste contexto, a expressão «culturas lusófonas» não pode ocorrer no seu singular gramatical. Sendo assim, a expressão «cultura lusófona» surge como imprópria e desajustada, para além de não abarcar a realidade cultural que existe na única designação aceitável: *culturas lusófonas*<sup>125</sup>.

O facto de o *Programa do XV Governo* ignorar, ou fazer tábua rasa desta realidade, tomando por homogéneo o que é diverso, revela uma grande falta de sensibilidade à diversidade cultural do universo da lusofonia e, desde logo, uma grande dificuldade em compreender o fenómeno que pensa estar a abordar. Promover o que não existe é uma tarefa quixotesca.

O XVI Governo (2004-2005) não apresenta novidades qualitativamente relevantes face ao anterior Governo. À parte um ou outro aspeto desta área, que se mencionará de seguida, este *Programa de Governo* repete as ideias do anterior. Também neste se repete o título, «defender e afirmar a língua e a cultura portuguesas» (p. 30) e o conteúdo dos dois parágrafos que se lhe referem, mas com duas diferenças no primeiro parágrafo: deixa cair a integração «peninsular» e a afirmação «no mundo».

«A identidade nacional face à globalização e ao processo de integração europeia [e peninsular], afirma-se [no mundo] através de fatores culturais e da defesa da língua portuguesa.»<sup>126</sup>

No entender deste Governo, a questão da integração peninsular deixa de merecer referência e a afirmação da nossa identidade no mundo

---

<sup>125</sup> Sobre a questão lusofonia ler notas 4 e 490.

<sup>126</sup> Programa do XVI Governo Constitucional, p. 30, incluindo, entre parêntesis retos, o texto que consta do Programa do XV Governo Constitucional, p. 28.

deixa igualmente de ser assunto, reduzindo-se essa afirmação identitária ao seio da UE. Se estes aspetos correspondessem, de facto, a uma opção política, estar-se-ia perante uma de duas realidades: ou, nos dois anos de governação anterior, se tinham alcançado os objetivos, ou, então, estávamos perante uma mudança profunda na estratégia deste Governo face ao anterior.

Significaria que os recursos, que o anterior usou na prossecução da sua política de língua para aqueles dois objetivos, eram agora postos em causa por este Governo. Tentar-se-á confirmar estas hipóteses quando se tratar a ação do Instituto Camões.

Enquadrado nas relações com o espaço lusófono, constata-se um posicionamento novo na referência ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP – e à dinamização desta instituição; no estímulo ao uso da língua portuguesa nas organizações internacionais em que é língua de trabalho (p. 25). Neste *Programa de Governo*, continua a ser mencionada a necessidade de apoio à promoção do ensino da língua portuguesa nos países africanos de língua portuguesa (p. 25), assim como no que se refere às comunidades portuguesas expatriadas (p. 29).

Nas páginas dedicadas à política cultural e, no âmbito da revisão da Lei do Mecenato, volta a fazer-se referência à

«promoção internacional da língua e da cultura portuguesas, enquanto vetores da política externa, nomeadamente com recurso à efetiva coordenação dos organismos ativos no plano externo, nos domínios em referência tutelados por diversos ministérios». (p. 177)

Esta chamada para a língua portuguesa surge, aqui, na forma do antigo apelo a uma «efetiva cooperação», que é talvez o mais repetido (no que respeita à estruturação e orgânica funcional da

política de língua) nos *Programas de Governo* e, por essa razão, um sinal exterior de ineficiência, no que respeita aos resultados práticos deste propósito.

Se esta tradicional menção tivesse, alguma vez que fosse, tido efeitos práticos, não haveria necessidade de a repetir de forma quase ritual. Mas, lida a referência, fica-se sem perceber que sentido faz, no contexto em que está inserida. Este parágrafo não esclarece sobre o enquadramento da intervenção do mecenato na promoção da língua.

A sociedade da informação, de reconhecida importância estratégica no que respeita à presença das línguas no ciberespaço e à produção de conteúdos (pp. 202 e 206), conclui a área de referência à língua portuguesa, neste *Programa*.

Percorridos 30 anos e 26 Governos – 6 provisórios e 16 Constitucionais – pode agora analisar-se o *Programa do XVII Governo Constitucional*, em exercício.

Na Introdução do seu *Programa*, o XVII Governo elege «cinco grandes eixos» (p. 6), o último dos quais, a par do da política de defesa, propõe o que se segue:

«Valorizar o posicionamento do País no quadro internacional, quer no plano prioritário da União Europeia, quer no plano global, relançando a cooperação externa, valorizando a cultura e a língua portuguesa no Mundo e construindo uma política de defesa adequada à nossa inserção na comunidade internacional.» (*op. cit.*:p.6).

Neste contexto, dada a ambiguidade do texto, fica-se sem perceber muito bem se o *Programa* se refere à política de defesa nacional, se a uma política de língua em que a defesa do idioma se deve adequar à inserção na comunidade das Nações.

Ainda no plano externo, este Governo afirma, no seu *Programa*, que Portugal deve ter uma «participação ativa» e pretende

«Um **Portugal mais forte na Europa e no Mundo**<sup>127</sup>, confiante na sua identidade, na sua capacidade de modernização e na projeção global da sua língua será, assim, para o Governo, a prioridade das prioridades da sua política externa.» (p. 150).

Inclui assim, a «projeção global da sua língua» na «prioridade das prioridades». Neste contexto externo, volta a referir-se a «valorização» da língua no ponto dedicado à política de cooperação. Neste capítulo, um dos objetivos é «valorizar a cultura e a língua portuguesa no Mundo.» (p. 155).

Está-se, assim, no que respeita à língua portuguesa, perante um Governo «confiante», que dá valor à língua portuguesa e que é conhecedor da sua posição global ou, mais concretamente, da «sua» língua.

Este XVII Governo apresenta no seu *Programa*, como eixos principais de política cultural externa (p. 156), para além das orientações no que respeita à tradução e edição, o que a seguir se discrimina:

«Desenvolver, em cooperação com os parceiros da CPLP, uma estratégia conducente a reforçar a utilização do português como língua de comunicação internacional»

«Encetar negociações, baseadas no princípio da reciprocidade, com os países de acolhimento das comunidades portuguesas, destinadas a garantir o ensino do português aos luso-descendentes e a favorecer a

---

<sup>127</sup> O destaque a negrito faz parte do texto original do Programa.

integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros»<sup>128</sup>

«Recorrer à utilização intensiva dos meios audiovisuais e das tecnologias de informação e comunicação com vista a fomentar a aprendizagem do português como língua não materna»

No *Programa* do XVII Governo, não se esquece a importância do audiovisual (p. 156) para a «afirmação internacional da língua e cultura portuguesas» (p. 57) e reconhece-se, a esta área, «o enorme potencial nela contido, para a promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas» (p. 57).

Na área das tecnologias da informação e comunicação, nomeadamente na rede global e no *software* informático, este XVII *Programa* retoma, ou dá continuação, a propostas de anteriores Governos<sup>129</sup>, atualizando a fraseologia, mas mantendo a questão central da necessidade de produzir conteúdos em língua portuguesa, como na citação que acima se reproduziu.

Para o XVII Governo importa a «consolidação dos processos em curso» (p. 13), apontando-se as suas prioridades, dentre as quais: apoio a «projetos de conteúdos digitais» e o «Desenvolvimento e difusão de ferramentas de tratamento computacional da língua portuguesa» (p. 13).

Este é, portanto, um Governo que está «confiante [...] na projeção global da sua língua» (p. 150). Do ponto de vista das tecnologias e

---

<sup>128</sup> cf. pág. 76.

<sup>129</sup> «[o Governo] aprovará e executará um programa que conduza à multiplicação dos conteúdos portugueses na *Internet* por mil», *Programa do XIV Governo Constitucional*, p. 5; «É necessário, igualmente, desenvolver conteúdos em língua portuguesa que permitam promover uma indústria de conteúdos inovadora e tecnologicamente avançada, capaz de digitalizar a informação existente e de produzir conteúdos ricos.», *Programa do XVI Governo Constitucional*, p. 206.

da sua importância vital para a penetração internacional de qualquer língua, esta é, de facto, uma questão fundamental e se tivermos em atenção que uma das apostas fortes deste Governo é o chamado *plano tecnológico* (p. 9), surge como natural uma forte aposta na língua portuguesa e na sua presença, por exemplo, na rede e nas ferramentas de trabalho digital.

O que já é motivo para análise mais cuidada são as medidas para a promoção, difusão, defesa, afirmação, divulgação, ou mesmo, como já constava no *Programa do XIV Governo*, expansão<sup>130</sup> da língua portuguesa. Neste *Programa*, o conceito introduzido pelo Governo é o da valorização: usa-o duas vezes, nas páginas 6 e 155.

Passando além do jargão consagrado, é importante verificar o que entende este Governo por «projeção global da língua». As menções à política externa da língua portuguesa surgem no quadro da cooperação, entenda-se no quadro dos países lusófonos e no das comunidades portuguesas emigradas, páginas 155 e 156 do *Programa de Governo* e que aqui já se citou nas páginas 75 e 76.

É tão pacífico quanto essencial, que para «uma estratégia conducente a reforçar a utilização do português como língua de comunicação internacional» haja «cooperação com os parceiros da CPLP». A razão é cristalina, são esses parceiros que dão dimensão global à língua portuguesa. O que é igualmente fundamental é que se tenha presente que – sendo estes parceiros fundamentais para que o português se torne de facto língua de comunicação internacional e se possa fazer ouvir, em particular, por exemplo, nas organizações

---

<sup>130</sup> Estes termos são usados aqui porque correspondem a usos ligados diretamente à língua, consagrados em todos os outros Programas de Governo, mas que, neste, não têm uso, salvo três exceções a divulgação (p. 57) e a promoção da língua, aqui apenas ligada ao audiovisual (pp. 57 e 135) e a afirmação (pp. 57 e 155) sendo que na primeira é ligada também ao audiovisual.

internacionais – não basta ter conseguido no papel, que o português seja, hoje, língua de trabalho em 12 organismos internacionais<sup>131</sup>.

Se não se conseguir colocar nessas organizações uma logística profissional que garanta o uso efetivo da língua<sup>132</sup>, essa língua de trabalho pode sê-lo formalmente, mas não de facto. Ora, de momento, e, no caso específico das organizações internacionais do continente africano, como a SADC, UA, UEMOA ou da transcontinental ACP<sup>131</sup>, só um país de língua portuguesa, tem condições e recursos humanos e técnicos, sempre em parceria com os outros países de língua portuguesa entenda-se, para servir de motor para essa tarefa de implementação efetiva da língua nas organizações internacionais: Portugal.

Acresce que do ponto de vista estratégico e de real afirmação da língua portuguesa, é do interesse de Portugal - tal como dos outros parceiros na CPLP, mas aqui trata-se da relevância estratégica para Portugal -, que a língua portuguesa seja falada, escrita e ouvida nesses *fora*. Ouvir falar, saber-se que existe e que ocupa espaço nas páginas eletrónicas das organizações, nas salas de tradução e interpretação, nas salas de documentação, torna-a familiar, torna-a presente, transforma-a numa língua próxima, habitual e afasta-a do exotismo curioso e simpático, ou condescendente. Em suma, cria condições para a *fazer* necessária.

Dos extratos do *Programa* do XVII Governo atrás citados, ressalta que a «projeção global da língua» é vista não como global, no sentido

---

<sup>131</sup> •ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico •CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa •FIVB – Federação Internacional de Voleibol •Mercosul •OEA – Organização dos Estados Americanos •OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos •OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual •SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral •UA – Unidade Africana •UE – União Europeia •UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental •UL – União Latina.

<sup>132</sup> Uma breve visita às páginas *Internet* destas organizações permite verificar que os sítios de organizações como a ACP, a UA ou a UEMOA, não têm página em Português e que a SADC só apresenta praticamente a página de entrada em Português e ainda assim com algumas deficiências.

planetário do termo, por exemplo, como se pode entender no *Programa* do XIV Governo Constitucional. Global, no contexto em que consta do *Programa do XVII Governo*, é a globalidade dos países que falam a língua portuguesa, o seu conjunto, numa perspetiva que se fundamenta na realidade que é a da dispersão geográfica pluricontinental dos países que compõem o universo geolinguístico da lusofonia e que constituem a CPLP.

Neste contexto, por um lado, é inevitável entender que «reforçar a utilização do português como língua de comunicação internacional» implica a inevitável concertação estratégica com o maior parceiro da CPLP. Por outro, o bom senso ajuda a perceber com clareza que, pelo menos nesta área, a cooperação<sup>133</sup>, - o termo, na aceção aqui usada, de apoio à promoção e ensino da língua portuguesa nos países com quem Portugal coopera no âmbito da CPLP -, está fora do tipo de relacionamento que Portugal desenvolve com o Brasil.

Como neste *Programa de Governo* Timor-Leste nem é referido<sup>134</sup> na cooperação na área do ensino da língua<sup>135</sup>, parece óbvio em todo o discurso relativo à difusão, valorização da língua portuguesa<sup>136</sup>. Assim, apesar da aparente abertura que a expressão «projeção global da língua» (p. 150) transporta consigo, quase toda a contextualização do discurso sobre política de língua para o exterior, deste XVII Programa de Governo, aponta para África e para os países lusófonos.

É, portanto, uma política de língua pensada, se assim se pode dizer, para dentro do círculo interno do espaço da lusofonia. É sem dúvida

---

<sup>133</sup> O termo, politicamente, e como se pode retirar do seu uso nos diversos Programas de Governo, é primordialmente usado para designar um tipo de relacionamento – apoio, auxílio técnico, científico, militar ou outro –, com a África lusófona e, mais recentemente, Timor-Leste, e não é usado, técnica ou politicamente, para caracterizar o relacionamento com o Brasil.

<sup>134</sup> Se se excetuarmos a referência, única, que é feita, no quadro da intervenção da Forças Armadas Portuguesas, no âmbito da missão de paz em Timor-Leste.

<sup>135</sup> Estranhamente, tendo em conta as responsabilidades de Portugal, Timor-Leste é uma ausência incompreensível.

<sup>136</sup> Se se excetuar as referências à internacionalização da cultura, do audiovisual (pp. 6, 57, 135), e da edição de autores de língua portuguesa em línguas estrangeiras (p. 58), com especial atenção para o inglês (p. 156).

um dos vetores cruciais de desenvolvimento e de expansão dos falantes reais da língua onde ainda há muito potencial de crescimento, a exemplo, aliás, do que sucede no âmbito da francofonia. Mas sendo uma importantíssima linha de ação numa política de língua, não a esgota e deixa sem resposta a difusão junto de públicos não lusófonos.

Abandonado que foi o termo difusão, aplicado especificamente à promoção da língua portuguesa no exterior, tal como o próprio termo promoção, alargamento a estrangeiros não lusófonos, as únicas referências ao ensino da língua no estrangeiro, neste *Programa de Governo*, correspondem a outro e mais antigo vetor de ação dos governos portugueses: o ensino de português a luso-descendentes, junto das comunidades emigradas.

Surge, primeiro, no âmbito das competências do Ministério da Educação, numa frase final de um parágrafo, sobre uma multiplicidade de assuntos<sup>137</sup>, desde a formação cívica, ao tabagismo e à sexualidade, com uma vaga e pouco firme escolha verbal, expressa na frase: «Procurar-se-á promover o ensino de português no estrangeiro.» (p. 47).

Uma segunda e última referência a este assunto, que já foi aqui citado, surge no âmbito da política cultural externa: uma aparente sobreposição de competências entre Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Educação, já abordada anteriormente,

---

<sup>137</sup> «Assim, entre as múltiplas responsabilidades da escola atual estão a formação cívica, incluindo o conhecimento das instituições democráticas, o estímulo da participação cívica, a cultura da paz, a valorização da dimensão europeia, a capacidade empreendedora individual e de grupo, o diálogo entre civilizações e culturas; e o aprender a viver em conjunto, a educação para a saúde, para a sexualidade e os afetos, a prevenção contra o tabagismo e a toxicod dependência. A educação artística e o desporto escolar serão gradualmente estendidos a todo o sistema. Procurar-se-á promover o ensino de português no estrangeiro.» (p. 47)  
Este discurso corresponde à amálgama de competências que caíram numa Direção-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, que mais parece um depósito de áreas que os Governos sabem, por alguma razão de modernidade civilizacional e educacional, que *têm de ter*, mas de que ninguém quer ouvir falar, salvaguardando-se embora, a violência desta caracterização.

e que, neste Governo, também não constitui novidade, só continuidade.

Pretende o Governo dar início, abrir, «encetar» negociações que permitam a integração do ensino da língua portuguesa nos sistemas de ensino dos países que «acolhem comunidades portuguesas» para assegurar o ensino da língua aos luso-descendentes. Mas o elemento inovador é o conceito de «reciprocidade» que este Governo parece querer colocar na mesa das negociações com estes países.

Como já se abordou em<sup>138</sup>, este iniciar parece ser um ponto que ignora o trabalho passado. Nada tem que ver com a qualidade do mesmo, mas com a sua existência. Do ponto de vista de uma política de língua, da estratégia da sua implementação no terreno e do esforço diplomático envolvido, não parece produtivo e célere ignorar as condições que já existem, por muito que se discorde do como foi feito e do que está a ser feito. Ignorar resulta sempre em favor daqueles com quem temos de negociar, seja em política de língua ou noutra negociação política qualquer.

O terceiro aspeto, o que transporta consigo a inovação no discurso, é o conceito de reciprocidade. Quando falamos de línguas e se introduz o fator reciprocidade, há que ter em linha de conta dois aspetos fundamentais, mas que são difíceis de conciliar: os direitos linguísticos dos cidadãos, ou seja, o direito de cada indivíduo a usar a sua língua, a ser escolarizado nela e poder ler, falar e escrever na sua língua e ainda o acesso à própria cultura na sua língua de origem.

No domínio dos direitos, é, aparentemente, mais simples perceber a legitimidade da reciprocidade. Cada país, cada povo, cada cidadão deve, numa postura de reciprocidade, respeitar estes direitos, face a terceiros e exigir o mesmo procedimento de outros. A própria União

---

<sup>138</sup> cf. ponto 5.3.1.2.

Europeia<sup>139</sup> reconhece estes direitos linguísticos aos cidadãos comunitários falantes de línguas minoritárias e regionais.

Desde 1981<sup>140</sup>, os filhos dos trabalhadores migrantes, cidadãos de países membros da então CEE, em idade escolar, imigrados noutra país da Comunidade, têm o direito ao ensino da sua língua materna, o que implica o dever dos países de acolhimento de proceder de modo a proporcionar condições que permitam, aos filhos das comunidades imigradas, usufruir da aprendizagem da sua língua e cultura de origem, nos estabelecimentos de ensino onde são educados<sup>141</sup>. Ora Portugal é membro de pleno direito da Comunidade desde 1986<sup>142</sup>.

Já no que respeita ao segundo aspeto fundamental que aqui se releva, a posição das línguas no mercado, já se torna mais difícil falar de reciprocidade. Ainda menos se essa reciprocidade é atacada com o argumento de que se destina a «garantir o ensino do português aos luso-descendentes»<sup>143</sup>. Em primeiro lugar, se, por absurdo, as

---

<sup>139</sup> Resolution on the languages and cultures of regional and ethnic minorities in the European Community, *Official Journal* C 318, 30/11/1987 P. 0160.

<sup>140</sup> Council Directive 77/486/EEC, *on the education of the children of migrant workers*. Sendo uma Diretiva de 25 de Julho de 1977, só foi implementada quatro anos depois, o que não significa que, por exemplo, os filhos dos emigrantes portugueses tenham, à data da sua entrada em 1986, passado a beneficiar dela automaticamente. Como nota complementar refira-se que esta questão já havia sido levantada pelo Grupo de Trabalho para o Ensino Português no Estrangeiro, *Documentos IV*, 1988, pp. 44-45.

<sup>141</sup> «Member States shall, in accordance with their national circumstances and legal systems, and in cooperation with States of origin, take appropriate measures to promote, in coordination with normal education, teaching of the mother tongue and culture of the country of origin for the children referred to in Article 1», Council Directive 77/486/EEC, article 3.

<sup>142</sup> Na verdade, não só os países da UE não cumprem, pelo menos no que respeita às comunidades portuguesas, na sua extensão e nas suas implicações, essa diretiva, como, os que, tendo, de alguma forma, cumprido até há algum tempo, o deixaram de fazer, como o caso já abordado dos Países Baixos ou como o recente caso da Alemanha, divulgado no jornal *Expresso* de 28 de Maio de 2005. A este respeito, deve dizer-se que a Diretiva 77/486/EEC, não contempla qualquer forma de penalização ou medidas que levem os membros a ter de respeitar a Diretiva.

<sup>143</sup> Mesmo assumindo que o Governo, ou que alguém responsável por esta parte do programa, foi repescar esta ideia de reciprocidade ao artigo 5.º, ponto 3, do projeto de decreto-lei do Ministério da Educação sobre o Ensino e Difusão da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro, apresentado em 1991 para Parecer do CNE, onde se pode ler a seguinte argumentação: «As políticas de difusão da língua portuguesa nos diferentes países são coordenadas pelo organismo referido no n.º 1 do artigo 3.º, de acordo com o princípio da reciprocidade, de tal modo que a maior apoio dos diferentes países ao ensino da língua

eventuais negociações se orientassem no sentido da reciprocidade no ensino da língua a filhos de emigrantes em relação aos países onde há mais luso-descendentes, cedo se verificaria que não há praticamente com que reciprocidade. Os imigrantes em Portugal são de países cujos fluxos migratórios, não são coincidentes com os nossos, fazendo, portanto, pouco ou nenhum sentido que tal sucedesse.

No que respeita aos imigrantes em Portugal, para os que a diferença da língua, seria caso a ter em conta para fins desta negociação, não são de países para onde os portugueses emigrem. Se esta premissa, para a aplicação generalizada da reciprocidade e para a aplicação deste princípio, é falsa, então não se pode falar de reciprocidade onde ela não tem condições de sustentabilidade.

Se a ideia é «favorecer a integração da língua portuguesa em currículos estrangeiros», a negociação só pode ter sucesso pelos seus próprios méritos, que o Governo português não menciona, já para não voltar a referir que, numa ligação da língua à condição de

---

portuguesa, corresponda maior apoio ao ensino da correspondente língua estrangeira em Portugal», era também de assumir que esse alguém, redator do Programa de Governo, tivesse lido igualmente o texto do parecer que se refere a esta questão. Nele se pode ler, «A propósito deste artigo 5.º, importa salientar que, para além de configurar responsabilidades do organismo central e dos Institutos e Centros Portugueses, ele define dois princípios básicos da sua atuação: o da subsidiariedade (n.º 2) e o da reciprocidade (n.º 3).

A nosso ver, tendo pleno cabimento o primeiro, merece reflexão o segundo, pois que pode conduzir a alguma passividade na prática da política de defesa da língua e da cultura portuguesas em alguns países.

Com efeito, basta pensar na possibilidade, bem real, de a emigração portuguesa nesses países ser de natureza diferente da emigração desses países em Portugal. Nessas condições como pensar em agir apenas em situação de reciprocidade?

Há que reconhecer que os interesses de Portugal podem determinar uma ação mais dinâmica, inclusive, suscetível de vir a induzir apoio ao ensino da língua portuguesa.

Nestes termos, consideramos que o princípio da reciprocidade não deve ser afirmado com validade absoluta, mas apenas tendencial e onde a realidade o justificar.

Ainda que, sem querer entrar na cabeça do legislador, não é difícil imaginar que o seu raciocínio estivesse condicionado pelo peso da comunidade portuguesa em França e pelo facto de, à época, o francês ainda ser uma língua com um peso significativo no ensino básico e secundário português. O que «facilitaria» da parte portuguesa o esforço de «reciprocidade». A verdade é que o Diploma que acabou por ser aprovado não contempla este princípio.

Tendo sido o *Parecer* e o projeto de diploma publicados um a seguir ao outro, no mesmo volume, *Pareceres e Recomendações, 1991*, publicado pelo CNE, pp. 49 a 83, no caso da tese da repescagem ser tão verdadeira quanto provável, deveria, talvez, ter merecido melhor reflexão, atendendo às objeções então manifestadas quanto aos perigos e dificuldades que a aplicação genérica da noção de reciprocidade apresenta.

emigração, subjaz sempre uma ligação fraca em imagem e atributos, aliás, já aqui referida e que os estudos sobre este assunto suportam e reforçam.

Mas a questão é perceber se esta política de misturar os interesses de uma língua ligada às comunidades emigradas, com uma imagem de si que não se pode considerar como reconhecidamente positiva<sup>144</sup>, tendo elas próprias um défice de auto estima ligado à sua própria língua – ver (Mota,1988), (Carvalho, 1993), (Mendonça, E., 1993), (Oliveira & Teixeira, 2004) –, e por parte das populações dos países de acolhimento<sup>145</sup>, (Civardi, 1992), (Parvaux, 2003), pode ser uma boa base de negociação.

Tendo-se em conta, as diretivas europeias, nesta matéria, por um lado, e o facto de, por outro, a língua portuguesa, ter, na Europa, menos falantes nativos do que o neerlandês ou um pouco mais do que o checo - isto no âmbito da população portuguesa residente na UE -, é, fora da Europa, que o Português surge como a terceira língua da UE mais falada no mundo.

A questão é perceber que negociar com a França, o Reino Unido<sup>146</sup>, a Alemanha, a África do Sul ou a Espanha, que têm línguas que fazem parte do sistema curricular português, ou negociar com, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Itália, ou a Suécia, - que são falantes de línguas sem expressão fora da Europa, ou mesmo pouco além das suas próprias fronteiras, - línguas que não fazem parte das línguas estrangeiras do nosso sistema de ensino básico ou secundário, mas que têm largas comunidades expatriadas portuguesas, ou lusófonas, são processos que não podem ser

---

<sup>144</sup> Carvalho, Alix, Images du Portugal, de la langue et de la culture portugaises chez les jeunes luso-canadiens de Toronto, in Atas, *O Português Língua Internacional*, pp. 333-345.

Mendonça, Emília, Transmitir a língua e a cultura portuguesas aos filhos dos imigrantes nos EUA: uma missão a cumprir. in Atas, *O Português Língua Internacional*, pp. 381-385.

<sup>145</sup> Actes du Colloque Images Réciproques France-Portugal, 1992.

<sup>146</sup> O Reino Unido tem uma recente população portuguesa imigrada que tem vindo a tornar a Inglaterra e a Irlanda do Norte num novo destino laboral.

encarados da mesma forma. Logo, a reciprocidade nestes casos não é razoável. Uma negociação na base da reciprocidade só pode ser entendida em condições que, à partida, permitam essa possibilidade.

O caso é saber se faz sentido manter uma estratégia ligada às comunidades portuguesas e aos luso-descendentes ou avançar para uma política de valorização da língua portuguesa, que deve fazer parte dos *curricula* de língua estrangeira na Europa e fora dela, em África e nos países da América do Norte, porque é uma língua de expressão universal, dado que, em virtude dessa posição global, é uma mais valia para esses países integrarem e ensinarem a língua portuguesa como língua estrangeira aos seus cidadãos.

É de questionar se não seriam melhor servidos, desta forma, os interesses dos luso-descendentes que teriam ao seu dispor, a sua língua de origem em condições de igualdade com os alunos nativos desses países e dentro do sistema normal de ensino<sup>147</sup>. Nesta perspetiva, deveria ponderar-se se não seria estrategicamente mais aliciante, libertar a língua portuguesa do estigma de língua de imigrantes<sup>148</sup>, para ser uma língua internacional da UE e, no quadro interno desta, uma língua de cidadãos europeus residentes nos países do espaço europeu. É de crer que sim, que sairia grandemente beneficiada a língua portuguesa, assim como os seus falantes nativos, mesmo se espalhados pelo mundo.

Por outro lado, há que alterar radicalmente o paradigma que sustenta e subjaz ao entendimento do que são as comunidades de portugueses no seio do espaço da união, num momento em que se coopera para construir uma cidadania europeia. E, desde logo, o que

---

<sup>147</sup> Naturalmente não com uma metodologia de ensino de língua materna, mas também, a fazer fé nos estudos já citados, uma parte significativa dos alunos luso-descendentes também já não estão em condições linguísticas para suportar um ensino da sua língua de origem como língua materna.

<sup>148</sup> Obviamente, não pela natureza de se ser imigrante, mas pela perspetiva social a que as comunidades de acolhimento remetem quer as comunidades que se vão estabelecendo, quer a língua que elas falam.

há a estabelecer é que não há emigrantes de Portugal no espaço interno da União, porque essa visão, aceitável até à entrada em vigor do Tratado da União em 1992<sup>149</sup>, é, depois desta data, inadmissível<sup>150</sup>. O que existe é uma mobilidade interna de cidadãos europeus a viver, a trabalhar e a usufruir de um espaço comum, como constitui seu direito de exercício de plena cidadania.

Este, no entanto, é um paradigma que só mudará se o Governo e as instituições alterarem o seu comportamento face a esta questão. Enquanto não mudar, será sempre um fator que jogará contra os cidadãos portugueses e que os coloca ao mesmo nível dos imigrantes de qualquer país terceiro, o que não deveria ser admitido, sequer pelas instituições, portuguesas.

Neste campo, há, verdadeiramente, um discurso oficial a mudar radicalmente<sup>151</sup>. Por extensão, a não alteração desta situação continuará a prejudicar a língua portuguesa.

Ao fim de dezenas de anos de insistência numa política de língua fundada na reserva da língua para os falantes de origem, seria talvez tempo de assumir que os resultados, não haja ilusões, são parcos para tantos anos de trabalho<sup>152</sup>. O caminho é a rotura com esta visão de defesa “étnica” da língua portuguesa e avançar para o desapossamento e para a libertação da língua portuguesa,

---

<sup>149</sup> Do preâmbulo do Tratado da União, 1992: “Resolvidos a instituir uma cidadania comum aos nacionais dos seus países”, “Reafirmando o seu objetivo de facilitar a livre circulação de pessoas...”;

<sup>150</sup> O Tratado de Nice assume a existência de uma cidadania da União ao estabelecer no seu artigo 18, ponto 1, o direito dos cidadãos da união a “circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros”

<sup>151</sup> É certo que esta alteração de estatuto tem outras consequências de ordem prática (a questão das poupanças era uma delas, mas a nova Diretiva Europeia quanto ao imposto de capitais sobre cidadãos da União com contas bancárias noutros estados da mesma União, veio retirar vantagens à manutenção do estatuto de emigrante, pelos cidadãos portugueses dentro do espaço da União. Esse é o ónus a suportar pela igualdade de tratamento e pelo usufruto de uma plena cidadania na UE.

<sup>152</sup> Não há aqui desmerecimento para quem trabalhou arduamente para conseguir o que até hoje conseguiu, o que há a considerar é que a diferença entre o discurso e os meios, entre o empenhamento e o *modus operandi*, entre a estratégia e a não avaliação da mesma, levaram a resultados menos que satisfatórios.

imprimindo-lhe uma dinâmica que não a tolha de se expressar noutros sotaques, que verdadeiramente a exponha ao outro. É um caminho que não pode ser posto de lado.

Não se pode fechar esta análise sem atentar na quase eterna questão da sempre ambicionada cooperação entre departamentos ministeriais. O XVII Governo, no âmbito da sua política para «Afirmar Portugal no mundo», escreve ser seu entendimento que

«devemos ir mais longe e propomos, por isso, uma articulação mais efetiva entre estes institutos e o Instituto Camões, assim como parcerias regulares entre os organismos de promoção externa da cultura e da economia portuguesas.» (p. 58)

Volta assim a merecer, na única referência deste *Programa* ao Instituto Camões, que o que se lhe pede é uma «articulação mais efetiva» e «parcerias mais regulares», isto é pede-se ou propõe-se, para usar o verbo que o *Programa de Governo* escolheu, o que devia ser norma e, logo, nem devia constar de um documento programático e político, que se deve debruçar sobre assuntos a resolver e inovações a empreender.

Mas, neste caso concreto, a constante referência só pode ser entendida como uma evidência de que o problema persiste e que não se conseguiu resolver. Perante esta realidade das eventuais políticas de língua e da cultura portuguesa no exterior, esta questão de «articulação» é, recorrentemente, um assunto por resolver e será, por ventura, uma das causas de um adiar de inovações por empreender.

Ao fim de 22<sup>153</sup> Programas de Governo, o que se verifica é que, por regra, praticamente todos os Governos se preocuparam em enunciar nas suas linhas de ação a língua portuguesa e a sua disseminação no exterior. O facto de haver uma consciência de que o país tem de fazer algo nesta matéria, no entanto, não pode ser confundido, nem com a existência de uma política de língua para a sua promoção e difusão no exterior, nem com a existência de uma política de língua que consubstancie um caminho, fundado num consenso nacional sobre os passos a seguir.

No contexto da análise feita aos programas dos Governos do pós 25 de Abril de 1974, um ponto fundamental fica bem patente: não basta que todos concordem que a promoção ou a defesa da língua portuguesa no mundo é importante, para que isso signifique, desde logo, que, de facto, essa importância se exprima na existência de um fio condutor, um consenso nacional, sobre a necessidade de, a um «desígnio nacional», corresponder uma política de língua que responda às necessidades desse desígnio. Quando muito, da análise destes *Programas de Governo* pode tirar-se a conclusão segura de que existe um consenso nacional a nível de Governo sobre a necessidade de incluir nos programas que a promoção ou a defesa da língua portuguesa no mundo é importante.

Quanto ao mais, teremos de ir mais longe. Uma questão, no entanto, há que esclarecer. Propositadamente, ao longo da análise dos programas de Governo, ignorei a filiação ideológica e partidária dos Governos. Em primeiro lugar esta questão só seria relevante se a um Governo, com uma determinada orientação ideológica, correspondesse uma determinada atuação que fosse diversa de outra de um Governo com orientação diferente. Tal, salvo nos aspetos

---

<sup>153</sup> Poderiam ser 23 se fosse conhecido o Programa do IV Governo Provisório.

pontuais que referirei em seguida e que não chegam para justificar uma análise ideológico-partidária, não sucede.

A questão ideológica ter uma política de direita, de esquerda, ou centro, não surge nos programas como uma marca que determine uma linha política neste domínio, ou, pelo menos, não é a marca que distingue um governo de outro.

Se é certo que o uso de expressões como «defesa da língua» podem corresponder a uma posição mais conservadora, por outro lado, expressões como «expansão da língua portuguesa no mundo», também podem ser vistas como uma orientação no âmbito do chamado imperialismo linguístico. Uma e outra expressões, são usadas quer pelo XII Governo (pp. 61 e 62) quer pelo XIV Governo (pp. 2 e 137), só para referir estes dois Governos, sendo o primeiro considerado politicamente conservador e, o segundo, à esquerda.

Significa isto que não é na escolha da retórica utilizada que se pode esperar encontrar as marcas ideológicas definidoras de uma determinada orientação para uma política de língua. No entanto, como se verificou, foi na vigência destes dois Governos que se verificaram condições para a mudança na política de língua para o exterior: a criação do Instituto Camões e a atribuição de funções e de responsabilidades na coordenação, condução e execução da política cultural e de língua portuguesa no estrangeiro.

Foi igualmente no XIV Governo que finalmente se viu consagrado, num *Programa de Governo*, o Português Língua Estrangeira (PLE), e o seu papel na estratégia da política externa de um Governo, com linhas definidas para o seu ensino, com a compreensão formal da necessidade de formar professores na especialidade, com a concreta afirmação de que era necessário apostar na produção de materiais específicos neste domínio.

É por isso, que, depois de se observar estas conquistas formais no reconhecimento do PLE, tendo em conta os avanços a nível programático e a definição clara de objetivos que, em particular, o *Programa do XIV Governo* veio trazer à prossecução de uma política de língua portuguesa para o exterior, só se pode entender como um retrocesso o que se verificou nos três Governos seguintes. A esta luz, os XV, XVI e XVII Governos representam um claro recuo quanto a uma política de PLE, pois deixou de constar nos seus Programas, quer expressa quer implicitamente.

E o mesmo quanto ao chamado ensino português no estrangeiro, pois pode dizer-se que progressos é o que não se consegue descortinar. Também nestes três Governos, os dois primeiros estão conotados com a direita e o terceiro e atual com a esquerda. Não é portanto a questão ideológica, ou partidária, que marca a atuação dos governos sobre esta matéria. Daí o ser irrelevante mencionar o espectro partidário, para justificar qualquer dinamismo, ou apatia, nas ações dos governos no que à política de língua respeita.

Ao lerem-se estas 22 continuadas afirmações de vontade, espera-se que ao enunciado corresponda um pensamento, uma determinação, um conceito fundado em convicções, e não uma mera apresentação de frases alinhadas que constituem, em si mesmas, um universo fechado de produção intelectual do seu autor ou autores, sobre a matéria em apreço e cuja convicção se esgota no ato da sua produção.

Para que uma política, de língua ou outra qualquer, exista, de facto, ela tem que ser o produto de uma reflexão sobre a questão, e, no caso, uma reflexão sobre a questão da relevância internacional da língua portuguesa e do que isso representa para os países que dela se reclamam e para os falantes que nela se expressam.

Há, sobretudo, que saber bem o que tal implica, em termos de investimento, para que se possa fazer corresponder uma proposição ao seu propósito já delineado. Isto exige um projeto nacional e transnacional, que convoque os que partilham a herança mas, principalmente, a responsabilidade da transmissão futura. Eis o que implica estratégias particulares (nacionais) e comuns (CPLP, IILP).

Do poder executivo espera-se que quem inscreva num Programa de Governo o que acima se transcreveu, esteja convicto do que afirma, que tenha uma linha de ação para a sua implementação, que acredite nas potencialidades de uma língua de mais 200 milhões, para que na aplicação do seu programa, se acolham e satisfaçam as expectativas que as palavras criaram.

#### **7.4. Instância(-s) de coordenação de política e planeamento linguístico**

De 1995 para o presente, 2005, a situação voltou entretanto a sofrer alterações. Uma nova lei orgânica do Instituto Camões, aprovada em 1997, devolve a tutela que tinha sobre o ensino básico e secundário ao Ministério da Educação. Hoje, em Portugal, a promoção não curricular ou de atuação no âmbito do ensino da língua portuguesa nas Universidades é responsabilidade do Instituto Camões, sendo tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e cabendo ao

Ministério da Educação, o ensino curricular de LP, no exterior, a nível secundário e no dos primeiros anos de escolaridade.

Atualmente, a nível governamental não existe uma instância coordenadora de toda a atividade que deveria ser parte de uma política de língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Nenhuma estrutura, a nível interministerial, dependente diretamente da presidência do Conselho de Ministros, ou outra, que cumprisse os necessários requisitos de independência, de poder<sup>154</sup> e de agilidade estrutural para coordenar a política de promoção da língua e cultura portuguesas no exterior.

Como resultado desta inexistência constatada, as ações de cada uma das instituições não emanam de nenhuma conceção estratégica geral. Como já ficou expresso, as ações de cada instituição são responsabilidade de cada um dos respetivos ministérios, não havendo, por regra, lugar a nenhuma espécie de concertação.

Num país como Portugal, perseguido pelo fantasma cíclico de uma recessão e pela necessidade sempre enunciada, e anunciada, de contenção e rigor orçamental, uma política de língua não pode deixar de ser pensada de forma global e integrada e os investimentos têm de ser objeto de um planeamento linguístico de médio e longo prazo. Também neste domínio, um país não pode dar-se ao luxo de desperdiçar fundos públicos sem um retorno eficaz da sua utilização.

A avaliação do desempenho, o rigor orçamental<sup>155</sup>, a pública publicitação e divulgação de programas de atividades e relatórios de contas e atividades faz parte das boas práticas e de uma governança

---

<sup>154</sup> Este poder teria, forçosamente, e face há resistência evidente das máquinas dos Ministérios envolvidos, de ser exercido no combate liminar às resistências passivas e ativas quer a uma cooperação efetiva quer à execução do planeamento estabelecido. A razão é simples, se o poder que se detém, ou a falta de avaliação de que sofrem, é usado para criar dificuldades, então esse poder ou a atividade sem controlo tem que ser auditada e avaliada. As instituições servem os fins para que foram criadas e não para servir percursos confortáveis ou pessoais.

<sup>155</sup> Este rigor deve ser aplicado tanto a quem executa como a quem incumbe disponibilizar as verbas orçamentadas.

de transparência, que tem de passar a ser componente banal das instituições públicas. Se tal comportamento fosse levado à prática corrente a imagem pública das instituições sairia beneficiada.

A exposição pública pode ser um grande incentivo contra o imobilismo ou as ineficiências do sistema, já que não basta que os organismos, autónomos, ou não, sejam legalmente obrigados a elaborar os seus relatórios anuais ou planos de atividades, é fundamental que eles fiquem sujeitos ao escrutínio público, não só de investigadores e especialistas, mas da população em geral.

Os exemplos<sup>156</sup>, no caso de Instituições impropriamente consideradas congéneres do Instituto Camões, não são difíceis de encontrar. Documentos fundamentais destas organizações estão publicados e são distribuídos ou estão acessíveis gratuitamente ao público, na *Internet*.

## **8. Instituições atuantes**

### **8.1. O Instituto Camões**

#### **8.1.1. Primeiros ensaios**

Criado, no seio do Ministério da Educação, em 1992, para suceder ao Instituto de Língua e Cultura Portuguesas – ICALP – com o sentido de dar corpo a uma nova fórmula porque,

---

<sup>156</sup> Bem se pode dizer que esta exposição ao olhar público, não está na tradição da administração pública portuguesa, mas a pública disponibilização de relatórios e outros documentos de informação, faz parte de uma política de transparência e responsabilidade, enfim, de boas práticas. É além do mais, uma boa forma de publicitar o seu desempenho e um incentivo às instituições, no sentido da boa gestão.

«o quadro das relações culturais internacionais sofreu mutações que não podem deixar de ser devidamente consideradas, entre elas avultando o renovado relacionamento de Portugal com os países de língua portuguesa, a integração de Portugal nas Comunidades Europeias e o crescente peso do português entre os idiomas mais falados, num processo em contínua expansão»<sup>157</sup>

Era propósito do Governo, que o Instituto fosse «uma resposta integrada e moderna aos imperativos de defesa da língua e valorização da cultura portuguesas.»<sup>157</sup>.

Na sua lei fundadora, inscrevia-se, no art.º 3.º, como sua tarefa fundamental:

«a promoção e fomento do ensino e difusão da língua e cultura portuguesas, tanto no âmbito das instituições de ensino como noutras instâncias vocacionadas para o diálogo intercultural, para a expansão e defesa do idioma português e para a valorização da presença portuguesa no mundo.»<sup>158</sup>.

Incluía-se entre as suas atribuições a «promoção e apoio do ensino básico e do ensino secundário português no estrangeiro.»<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho.

<sup>158</sup> Esta citação está expurgada da gralha que nela consta.

<sup>159</sup> Para que se possa avaliar bem das consequências que tal tarefa implicava convém esclarecer que o que se entende por *ensino português no estrangeiro* não é o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, ou pelo menos não só desta mas de disciplinas como a história e a geografia de Portugal ou outras ainda, dependendo dos acordos que, pontualmente, se iam estabelecendo com os Governos estrangeiros, onde havia (e ainda há) comunidades portuguesas significativas. Ora sendo o Instituto Camões um organismo, tal como o seu antecessor ICALP, vocacionado para a promoção da língua, facilmente se depreende que não tinha minimamente perfil para abarcar esta tarefa.

Esta noção de *ensino português no estrangeiro*, conquanto não conste assim na Lei Orgânica da Direcção Geral da Extensão Educativa, Decreto-Lei n.º 362/89, nem no art.º 22.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, que mencionam apenas o ensino da língua e cultura portuguesas, mas não excluem nem revogam a situação herdada e mantida, resultante da aplicação do que consta da Lei n.º 74/77 no seu art.º 2.º, ponto 1 e art.º 3.º alínea b) e ainda

Esta competência, de que já se tratou nas pp. 58-60, no que respeita ao grau de funcionalidade deste tipo de partilha, vem ainda reafirmada na Lei Orgânica, Decreto-Lei n.º 52/95 de 20 de Março, na alínea e) do ponto 2, art.º 2.º. Este facto, não deixa de ser problemático e até difícil de entender, se se tiver em mente as condicionantes tutelares já conhecidas, acrescidas das da natureza de que o ensino português no estrangeiro para as comunidades portuguesas se reveste, e ainda, que o cumprimento das *Disposições Transitórias* do diploma de 1992<sup>160</sup>, não tinham sido resolvidas enquanto o Instituto Camões foi tutelado pelo Ministério da Educação, continuando a não ser superadas com a passagem em 1994<sup>161</sup>, para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme revelam as *Disposições Finais e Transitórias* da referida Lei Orgânica de 1995<sup>162</sup>.

O que desaparece do quadro do Instituto Camões é a o conceito que preconizava a existência dos institutos portugueses e dos centros de língua e cultura portuguesas, no estrangeiro. Estas estruturas

---

da Portaria Regulamentar n.º 765/77 de 19 de Dezembro. Este assunto está tratado no Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Ensino Português no Estrangeiro, Documentos Preparatório IV, pp. 15 –17.

<sup>160</sup> Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho, art.º 26.º «Superintendência sobre o ensino português, básico e secundário, no estrangeiro» «Até à criação em certo Estado de institutos ou centros portugueses, nos termos fixados no artigo 13.º, a competência para superintender no ensino português, aos níveis básicos e secundário, nesse Estado é exercida pela Direção-geral de Extensão Educativa.» e art.º 27.º «Extinção de serviços» «A entrada em vigor do presente diploma e a criação dos institutos e centros portugueses no estrangeiro, nos termos do disposto no artigo 13.º, determinam a extinção gradual dos serviços da Direção-geral de Extensão Educativa, do Ministério da Educação, da Direção de Serviços das Relações Culturais Bilaterais, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e do Gabinete das Relações Internacionais, da Secretaria de Estado da Cultura, com competências similares às agora cometidas ao Instituto.»

<sup>161</sup> Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro, art.º 4.º, n.º 1.

<sup>162</sup> Em 1995 a questão da criação dos institutos ou centros com competência para a coordenação do ensino português no estrangeiro estava ainda por resolver conforme o demonstram os artigos 31.º a 34.º, de onde se destaca o 33.º onde se lia «Regime transitório de coordenação de professores no estrangeiro», «1 – Até à criação dos centros ou outras estruturas previstas no presente diploma nos diferentes países em que são lecionados cursos de língua e cultura portuguesas a nível dos ensinos básicos e secundário, mantêm-se em funções as atuais estruturas de apoio e enquadramento funcional.», «2- As estruturas a que se refere o número anterior passam para a dependência funcional do Instituto Camões, mantendo-se a respetiva tutela pedagógica e científica no Ministério da Educação.», como aliás, se estabelece no art.º 23.º do diploma.

surgem, primeiro, no *Relatório sobre o ensino português no estrangeiro*, em 1988, sob a designação de Institutos de língua e cultura portuguesa e centros de língua e cultura no estrangeiro (pp. 81-84).

Os Institutos, no entender do Grupo de Trabalho, deveriam ser uma estrutura, não só com capacidade para promover a língua e a cultura portuguesas no estrangeiro, mas também com funções de coordenação do ensino português no estrangeiro, substituindo, nessa tarefa, o então SEBSPE.

Na perspetiva do Grupo de Trabalho sobre o ensino português no estrangeiro, a política neste setor só poderia ter sucesso com estes institutos espalhados em rede pela Europa, África de expressão lusófona e Américas. O objetivo defendido por este Grupo de Trabalho era, com o suporte desta rede,

«preparar e desencadear uma ofensiva da cultura portuguesa e das indústrias da cultura correspondentes [...] só assim poderemos beneficiar da situação quantitativa privilegiada da nossa língua no atual contexto planetário» (p. 81).

Estes Institutos teriam, assim, capacidade para criar e coordenar centros noutras regiões do país onde estivessem sedeados, com o fim de, localmente, dinamizarem a promoção da cultura e da língua e proporcionarem o ensino da língua portuguesa.

Criava-se, deste modo, uma teia que, acreditava-se, garantiria visibilidade à língua e à cultura portuguesas no estrangeiro e cobriam-se, também, os dois vetores em que, estrategicamente, a ação de Portugal se deveria centrar na Europa e na América, o ensino de português junto das comunidades portuguesas, residentes ou

emigradas no estrangeiro, e a promoção e difusão da língua portuguesa junto das populações desses países.

Na *Proposta Global de Reforma, Relatório Final* (1988:382-385) surgem, de forma bastante clara, as tarefas e as funções, quer destes institutos, quer dos centros. Uma clareza que, depois, não foi totalmente vertida para a legislação e que fundamenta o comentário feito por Aguiar e Silva, quanto ao seguimento dado às propostas avançadas em 1988, concedendo, no entanto, que «A proposta [...] seria, reconheço-o, demasiado dispendiosa» (2005:33).

Sobre esta questão, e sobre o alcance da «ambiçã» (cf. p. 140) dos membros do Grupo de Trabalho, das suas repercussões na proposta que viria a surgir no *Relatório Final* e do que acabou por se verter em Lei, podemos observar, nos quadros que se seguem, a evolução sobre o entendimento do lugar que estas estruturas para o exterior foram tomando na arquitetura do Instituto Camões.

### **8.1.2. Análise da estrutura e funções dominantes**

Tomou-se para esta análise<sup>163</sup> o conteúdo da *Proposta Global de Reforma 1988* no que se refere ao seu Programa B9 (pontos 3.2 a 3.8), o Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho, que cria o Instituto Camões, o Decreto-Lei n.º 52/95, de 20 de Março, que regula a sua primeira Lei Orgânica e o Decreto-Lei n.º 70/97, de 5 de Julho, que estabelece a atual Lei Orgânica<sup>164</sup>.

---

<sup>163</sup> Os quadros que se seguem contêm, por questões de contextualização, mais informação do que a aquela que agora se analisa. No entanto, a leitura dos quadros e do texto nele contido dão a evolução do quadro legal e neste sentido, corroboram a análise que aqui se faz.

<sup>164</sup> Não se considerou nesta análise, o Decreto Regulamentar n.º 15/92, por no seu artigo 12.º remeter as competências em matéria de Centros Culturais do Instituto Camões, para o Decreto-Lei 405/85 de 16 de Outubro. Não se considerou igualmente o Decreto-Lei atrás referido, por, na sua substância, corresponder apenas à organização, numa lógica de competências interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que não previa a existência de um organismo com as características do Instituto Camões, nem tinha a promoção da língua portuguesa entre as suas atribuições. Também não se considerou aqui o Projeto de Decreto-

**Quadro 4** Apresentação comparativa I

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
<p>3.2 <sup>165</sup><b>Criação de Institutos de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro</b>  a) Sob a coordenação do Instituto referido em 3.1 [Instituto de Língua e Cultura Portuguesa<sup>166</sup>] mas dotados de uma forte autonomia, deverão ser criados Institutos de Língua e Cultura Portuguesa nas capitais</p>	<p><b>CAPÍTULO III</b>  <b>Institutos e centros portugueses no estrangeiro</b>  Artigo 13.º  <b>Caracterização</b>  1- Os institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro são pessoas coletivas dotadas de autonomia administrativa e financeira, com</p>	<p><b>CAPÍTULO III</b>  <b>Centros culturais portugueses no estrangeiro</b>  Artigo 16.º  <b>Centros culturais</b>  1- Para a prossecução das atribuições do Instituto Camões relativas à ação em países estrangeiros poderá este promover a criação de pessoas coletivas de direito privado de fins não</p>	<p><b>CAPÍTULO III</b>  <b>Centros e associações culturais no estrangeiro</b>  Artigo 16.º  <b>Centros culturais portugueses</b>  1 — Para a prossecução das suas atribuições, o Instituto pode criar, no quadro das representações diplomáticas portuguesas, núcleos dotados de autonomia</p>

lei, que o Ministério da Educação submeteu ao Conselho Nacional de Educação (CNE,1991:77-83) e que, tendo sofrido parecer positivo, acabou por não ser em muitos aspetos, a forma do Decreto-Lei que viria a ser aprovado na forma do Decreto-Lei n.º 135/92.

<sup>165</sup> Os destaques a negrito estão como constam dos originais. Apenas no Quadro 3 foi retirado o destaque à palavra Instituto para marcar como relevante, neste quadro, o papel dos centros.

<sup>166</sup> Este era, na *Proposta Global de Reforma*, o nome proposto pela Comissão, no seu Relatório Final.

<p>de diversos países;  b) na criação e instalação dos Institutos, dever-se-á observar a seguinte ordem de prioridades:  α) países nos quais os SEBSPE estão mais implantados e em que são mais importantes as comunidades de emigrantes portugueses e luso-descendentes;  β) países africanos de língua oficial portuguesa;  γ) países particularmente importantes para Portugal, sob o ponto de vista das relações políticas, económicas e culturais;</p>	<p>património próprio e sujeitas à superintendência do Instituto nos termos definidos pelo presente diploma.</p>	<p>lucrativos ou a organização, no quadro de representação diplomática no respetivo território, de um núcleo dotado de autonomia administrativa.  2- As pessoas coletivas de direito privado a que se refere o número anterior constituir-se-ão de acordo com o ordenamento jurídico do país em causa.  3- As pessoas coletivas de direito privado e os núcleos a que se referem os números anteriores adotarão a designação Instituto Camões – Centro Cultural Português.  4- Aos núcleos referidos no n.º 1 é aplicável o regime orçamental dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p>	<p>administrativa, que adaptarão a designação Instituto Camões — Centro Cultural Português.  2 — A criação de centros culturais portugueses será autorizada por despacho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.  3 — Aos centros culturais portugueses é aplicável o regime orçamental dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.  4 — Os centros culturais situados fora da capital do país de acreditação devem coordenar todas as suas atividades com o posto consular da área de residência, sob supervisão da representação diplomática respetiva.</p>
---	--	--	--

Como se pode observar no Quadro 4, o que se verifica no Decreto-Lei n.º 135/92 é que, conquanto se mantenha a dupla designação de institutos e centros, apresentada na Proposta Global e vinda do Grupo de Trabalho – Instituto de Língua e Cultura Portuguesa<sup>167</sup> no estrangeiro e Centros de Língua e Cultura Portuguesa, no estrangeiro –, logo na sua caracterização se deixa de perceber o que os distingue.

A figura dos institutos, como entidades hierarquicamente superiores aos centros, não fica consagrada na lei, assim como a função distinta

<sup>167</sup> Não confundir a Instituição Instituto de Língua e Cultura Portuguesa – ICALP – sediado em Portugal com a estrutura Instituto de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro. O uso do mesmo nome pode criar confusão mas são estruturas diferentes. O primeiro corresponde à estrutura sede; os outros, no estrangeiro, correspondem ao que veio a ser o que ficou estabelecido na Lei Orgânica de 1997, um Centro Cultural Português.

dos centros, pelo menos na aceção que lhe havia sido atribuída na Proposta Global de 1988. De resto, estes institutos e centros desaparecem da memória legislativa com o Decreto-lei n.º 52/95. Posteriormente com o Decreto-Lei n.º 70/97, estabelece-se a designação Centro Cultural Português.

**Quadro 5** Apresentação comparativa II

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
<p><b>3.2 Criação de Institutos de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro</b> d) o diretor do Instituto de Língua e Cultura Portuguesa na capital de cada país deverá tornar-se, por inerência de funções, o conselheiro cultural junto da embaixada portuguesa aí acreditada.</p>	<p><b>Instituto e centros portugueses no estrangeiro</b> Artigo 13.º 2- Os responsáveis máximos dos institutos e centros portugueses no estrangeiro são designados por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação, ouvido o presidente do Instituto.</p>	<p>Artigo 17.º <b>Direção dos centros culturais portugueses no estrangeiro</b> 1- Os responsáveis pelos centros são os conselheiros ou adidos culturais, outro elemento da missão diplomática do respetivo território de influência ou ainda individualidade de reconhecido mérito, designados por despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p>	<p>Artigo 17.º <b>Direção dos centros culturais portugueses</b> 1 — A escolha dos responsáveis pelos centros culturais portugueses poderá recair em conselheiros ou adidos culturais, outros elementos da missão diplomática do respetivo território de influência ou individualidades de reconhecido mérito. 2 — Os responsáveis pelos centros culturais portugueses são nomeados, em comissão de serviço, por despacho do Ministro dos Negócios</p>

		<p>2- A criação de pessoas coletivas ou organização de núcleos culturais deve ser precedida de despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.</p>	<p>Estrangeiros, mediante proposta do presidente do Instituto Camões.  3 — Quando forem escolhidos de entre individualidades de reconhecido mérito, os responsáveis dos centros culturais serão contratados por um período de três anos, prorrogável, sendo as respetivas remunerações e subsídios de residência fixados por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.  4 — Aos responsáveis pelos centros culturais referidos no n.º 3 são aplicáveis o regime legal de recrutamento e o estatuto remuneratório previstos para os conselheiros culturais do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p>
--	--	--	---

O Quadro 5 trata da figura do responsável por estas representações externas do Instituto Camões. O seu estatuto e forma de nomeação mantêm-se relativamente estáveis, oscilando o seu estatuto entre a obrigatoriedade de ser Conselheiro ou Adido Cultural e a possibilidade de o ser ou não.

Do mesmo modo, a forma de nomeação dos diretores vai variando consoante o tipo de tutela e salvaguardando a sua especificidade face a uma maior ou menor ligação e interação com os chefes de missão diplomática e as relações dos Diretores no quadro hierárquico que era e é necessário estabelecer com os diplomatas de carreira e que decorrem das suas funções.

À questão da escolha e do estatuto do Diretor dos Centros Culturais Portugueses é dada uma maior atenção e detalhe na coluna 4.

**Quadro 6<sup>168</sup>** Apresentação comparativa III

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 135/92	4 Decreto-Lei n.º 52/95	5 Decreto-Lei n.º 70/97
<p><b>3.3 Criação de Centros de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro</b> a) Nos países em que forem instalados Institutos de Língua e Cultura Portuguesa e quando e onde as circunstâncias o aconselharem, serão criados Centros de Língua e Cultura Portuguesa, diretamente</p>	<p>Artigo 13.º Instituto e <b>centros portugueses no estrangeiro</b> Caracterização 1- Os institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro são pessoas coletivas dotadas de autonomia</p>	<p>Artigo 15.º <b>Coordenação dos institutos e centros portugueses</b> 1- As atividades dos institutos e centros portugueses são coordenadas pelo Instituto Camões. 2- No âmbito da coordenação referida no número anterior cabe ao Instituto Camões: a) Definir as linhas de</p>		

<sup>168</sup> As colunas sem informação correspondem ao abandono, nos diplomas seguintes, do conceito Institutos/Centros de que aqui se trata.

<p>dependentes do Instituto sediado na capital do respetivo país, de modo a constituir-se uma rede de ensino e difusão da nossa língua e da nossa cultura que possa responder quer às necessidades e anseios das comunidades de emigrantes portugueses e luso-descendentes, quer às solicitações de um público estrangeiro universitário e não universitário;</p> <p>b) nos países onde não forem criados Institutos de Língua e Cultura Portuguesa, poderão igualmente ser estabelecidos Centros de Língua e Cultura Portuguesa, diretamente dependentes do Instituto central ou dependentes do Instituto instalado na capital de um país limítrofe;</p> <p>c) estes Centros poderão ter uma base cooperativa ou uma componente privada.</p>	<p>administrativa e financeira, com património próprio e sujeitas à superintendência do Instituto nos termos definidos pelo presente diploma.</p>	<p>orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos institutos e centros portugueses;</p> <p>b) Apreciar os planos de desenvolvimento e aprovar o plano anual de atividades;</p> <p>c) Aprovar o balanço e o relatório de atividades dos anos económicos findos;</p> <p>d) Superintender na contratação e na formação do pessoal dos institutos e centros portugueses, bem como, por seu intermédio, acompanhar e superintender no desempenho das funções dos professores, leitores e outros docentes colocados na sua área;</p> <p>e) Exercer os poderes de supervisão e inspeção nos termos legais.</p> <p>3- As atividades dos institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro ficam sujeitas à superintendência do chefe de missão diplomática em cada Estado, para efeitos de coordenação geral da política externa do Estado Português na área correspondente.</p>		
---	---	--	--	--

Como já se referiu, a figura dos centros tal como tinham sido idealizados em 1988, viria a desaparecer<sup>169</sup>. Conforme se pode ver no Quadro 4, a primeira coluna é bastante clara quanto aos propósitos que estavam na base da sua criação. Na prática, eram Centros de Língua, escolas de língua portuguesa, o que se pretendia é que se assemelhassem à imagem dos centros de línguas do *British Council* e da *Alliance Française*<sup>170</sup>.

O objetivo era «constituir-se uma rede de ensino e difusão da nossa língua e da nossa cultura que possa responder quer às necessidades

<sup>169</sup> E por consequência, a figura dos institutos no exterior.

<sup>170</sup> Estas duas instituições são, de resto, apontadas como modelo pelo Grupo de Trabalho da CRSE sobre o ensino português no estrangeiro, Documentos – IV, pp. 83-84.

e anseios das comunidades de emigrantes portugueses e luso-descendentes, quer às solicitações de um público estrangeiro universitário e não universitária» (Quadro 6, coluna 1).

Esta é, no todo do documento, a única preocupação relativa a um público estrangeiro não universitário. Com a criação destes centros poder-se-ia ter aberto a porta, no quadro de uma instituição oficial portuguesa<sup>171</sup> a uma oferta da língua portuguesa fora dos espaços, físicos e sociais, fechados, da emigração e do sistema universitário. Era a possibilidade, pensada, de levar a língua portuguesa ao mundo exterior ao casulo universitário<sup>172</sup>.

Nas outras duas colunas pode confirmar-se como o diploma de 1992 acaba por se afastar do quadro proposto. Primeiro, porque se perde o essencial, e que justificava a proposta da coluna 1, que propunha funções mais marcadamente orientadas para o ensino da língua portuguesa.

A coluna 2 mostra que quer os institutos, quer os centros, a terem sido criados, ficariam sob a superintendência direta do Instituto Camões não havendo lugar a uma hierarquização entre institutos e centros no estrangeiro. A coluna 3 que respeita à coordenação que seria feita pelo Instituto Camões incide indiscriminadamente sobre os dois organismos sem distinção orgânica de funções de uns e de outros.

---

<sup>171</sup> É no quadro oficial deste estudo que é pertinente esta perspetiva. A oferta, existente ou não, à época (1992), de uma oferta de cursos de PLE por instituições privadas, a haver, não é aqui considerada.

<sup>172</sup> Em 1991, o último presidente do ICALP, foi citado na Ata da 6.<sup>a</sup> Assembleia-geral do IPOR realizada a 16 de Novembro de 1991, como tendo colocado nestes termos a sua interpretação do que ele pensava viria a ser o Instituto Camões: «que passará a ser designado de “Instituto Luís de Camões”, adiantou [o Professor Doutor Marques Guedes] que será essencialmente uma organização coordenadora e fiscalizadora, que, em consonância com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e instituições privadas interessadas, criará institutos a nível regional ou local dependentes do principal, com sede em Lisboa.” (p. 3).

**Quadro 7** Apresentação comparativa IV

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
<p><b>3.2 Criação de Institutos de Língua e Cultura Portuguesa no estrangeiro</b> c) cada Instituto, com as devidas exceções – caso do Brasil -, assumirá as funções de coordenação do ensino básico e secundário da língua portuguesa no respetivo país e coadjuvará o Instituto Central no apoio e na orientação dos leitorados existentes</p>	<p>Artigo 14.º <b>Atribuições dos Institutos e centros portugueses</b> Os Institutos e centros portugueses prosseguem, fundamentalmente, as atribuições seguintes: a) Assegurar, nos termos da legislação em vigor, a realização de cursos de língua portuguesa para estrangeiros ou nacionais residentes no</p>	<p>Artigo 18.º <b>Competências dos centros</b> Os centros culturais portugueses desenvolvem a sua ação de acordo com um plano de atividades anual, nomeadamente nas seguintes áreas: a) Realização e apoio de atividades ligadas à cultura e à presença portuguesas no mundo; b) Realização de cursos de língua portuguesa para nacionais e luso-descendentes residentes fora</p>	<p>Artigo 18.º <b>Competência dos centros culturais portugueses</b> Os centros culturais portugueses desenvolvem a sua atividade de promoção da língua e da cultura portuguesas de acordo com planos anuais, competindo-lhes, nomeadamente: a) Promover e executar ações de</p>

<p>nesse mesmo país;  <b>3.4 Negociação com os nossos parceiros da CEE no sentido de obter a integração do ensino do Português nos respetivos sistemas educativos</b>  Trata-se de alargar e generalizar soluções já parcialmente adotadas em países como a Holanda, a República Federal da Alemanha e a França.</p>	<p>estrangeiro e seus descendentes;  b) Executar e promover ações de divulgação da língua e cultura portuguesas;  c) Certificar ou reconhecer ações de ensino ou difusão da língua e cultura portuguesas, de iniciativa pública ou privada;  d) Propor o estabelecimento de negociações relativas à integração do ensino da língua e cultura portuguesas nos vários níveis e ciclos de ensino do sistema educativo dos Estados onde estejam sediados;  e) Apoiar, em termos pedagógicos e logísticos, bem como através da formação de docentes dos ensinos básico e secundário, os cursos integrados nos sistemas de ensino do Estado ou área geográfica determinada em que atuem.</p>	<p>do País, bem como de cursos orientados para públicos especializados;  c) Execução e promoção de ações de divulgação da cultura e língua portuguesas;  d) Apoio a ações de ensino da língua levadas a cabo por entidades públicas ou privadas, incluindo apoio a formação de docentes integrados nos sistemas de ensino do Estado ou área geográfica em que atuem;  e) Coordenação das atividades dos professorados e leitorados portugueses;  f) Coordenação da rede local de ensino básico e secundário português nos países onde exista;  g) Desenvolvimento de ações relativas à integração do ensino da língua e cultura portuguesas nos vários níveis e ciclos de ensino do sistema educativo dos Estados onde exercem a sua atividade;  h) Promoção de iniciativas que aproximem os luso-descendentes da cultura e da língua portuguesas.</p>	<p>divulgação da língua e cultura portuguesas;  b) Realizar cursos de português como língua de comunicação internacional;  c) Apoiar ações de ensino da língua portuguesa promovidas por outras entidades, contribuindo para a formação de docentes integrados em sistemas de ensino estrangeiro;  d) Articular e acompanhar as atividades dos formadores e leitores de língua e cultura portuguesas;  e) Facilitar a utilização das suas instalações ao apoio das ações desenvolvidas no âmbito de acordos de formação socioprofissionais.</p>
--	--	--	---

Como se pode observar (Quadro 7), as representações externas do Instituto Camões, foram objeto de variação nas suas atribuições ou competências, fruto das mudanças nos objetivos das diferentes tutelas e do maior grau de partilha entre elas, dos poderes exercidos<sup>173</sup>. A legislação acabou, embora de forma assíncrona<sup>174</sup>, por

<sup>173</sup> 1992 –1994, Ministério da Educação com coordenação partilhada das ações externas com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; 1994-1997, Ministério dos Negócios Estrangeiros com cooperação com o Ministério da Educação em matéria de competências científicas e pedagógicas; 1997- até ao presente, Ministério dos Negócios Estrangeiros, devendo haver cooperação com o Ministério da Educação em matérias de interesse comum.

<sup>174</sup> Uma das evidências falta de capacidade do legislador em atuar planeada e preventivamente, restando-lhe a ação paliativa na resposta à realidade, mesmo que a realidade lhe esteja tão próxima quanto é um organismo estatal como o Instituto Camões, é o facto de este Instituto ter mudado a sua tutela do ME para o MNE em Fevereiro de 1994 e a Lei Orgânica necessária para adequar o Instituto à sua nova situação tutelar, orgânica e funcional só ter sido publicada mais de um ano depois em Março de 1995.

revelar questões críticas de tutela, nunca resolvidas e já abordadas anteriormente.

Assim, podemos notar (coluna 2) que, no plano do enquadramento legal, progressivamente, se vai passando através de um conjunto de atribuições que vão, desde assegurar todo um conjunto de ações, em que uma de entre muitas é fazer cursos de língua portuguesa para estrangeiros, mas onde se inclui igualmente a formação de professores, a certificação de cursos levados a cabo por iniciativa pública ou privada, o apoio ao ensino básico e secundário<sup>175</sup>.

A proposição de negociações (não é o mesmo que levá-las a efeito, como se propunha na coluna 1, mas com cariz de prospeção e exploração de oportunidades, possivelmente através de um trabalho de “sensibilização”<sup>176</sup> dos responsáveis dos governos estrangeiros) visando uma maior integração da língua portuguesa nos *curricula* dos ensinos básicos e secundários desses países (mas certamente com maior incidência nos países mencionados na coluna 1). Já no diploma de 1995 (coluna 3), vê-se que esse «propor» de 1992, na alínea d), passa a um bem mais vago «Desenvolvimento de ações», na alínea g).

Na coluna 3, podemos observar que desaparece a referência anterior à «realização de cursos para estrangeiros», que passa a cursos para «públicos especializados». Mantêm-se os anteriores e há um aumento das competências pela coordenação dos professorados e leitorados<sup>177</sup>. Outra referência que se inaugura com este diploma de

---

<sup>175</sup> No que respeitava ao ensino português no estrangeiro.

<sup>176</sup> Esta “sensibilização” pelo que observamos dos trabalhos estudados, nomeadamente em Parvaux (2003) e anteriores, constituiu mais um reflexo da falta de empenhamento negocial da parte portuguesa, talvez porque, verdadeiramente, nunca o fez na convicção, de que, a possibilidade de plena integração do português nos *curricula* estrangeiros e, nomeadamente, franceses, pudesse de facto vir a ser uma realidade.

<sup>177</sup> Esta coordenação, só pode parecer estranha por apenas surgir em 1995, quando havendo representações externas do Instituto, o normal seria que tivessem uma atividade coordenada que permitisse publicitar mutuamente as atividades levadas a cabo quer nas representações culturais externas, quer no espaço universitário dos leitorados.

1995 é as atividades das representações culturais externas serem estabelecidas por um plano anual de atividades.

Na última coluna, consolida-se em lei, o facto de, oficialmente, o Instituto Camões<sup>178</sup> não empreender atividades ligadas, ou exercer qualquer tutela sobre o designado ensino português no estrangeiro, entendido como o ensino suportado ou apoiado por Portugal nos ensinos básico e secundário estrangeiros.

De notar, que se tenta reforçar, com a articulação das atividades dos leitores, o que se pressupõe tratar-se de uma orientação no sentido de um relacionamento de maior proximidade entre Centros Culturais e Leitorados. A ter em atenção, igualmente, que mais uma vez se reorienta, em relação ao que estava consagrado nas colunas 2 e 3, a designação dos cursos a realizar, no quadro dos Centros Culturais, que passam, a partir de 1997, a ser «cursos de português como língua de comunicação internacional»<sup>179</sup>.

As designações inscritas nas colunas 2 e 3 correspondem a denominações consagradas por conteúdos e abordagens pedagógicas reconhecidas, já esta última, corresponde apenas a uma conceção de carácter político sem que, necessariamente, corresponda a um conteúdo científico-pedagógico.

---

<sup>178</sup> E assim, naturalmente, os seus, agora, Centros Culturais Portugueses.

<sup>179</sup> Esta nova designação ainda que possa corresponder a uma qualquer intenção que rodeasse o pensamento do legislador, na prática, parece mais corresponder a um qualquer modismo ou ao gosto pela sonoridade do conjunto das palavras assim reunidas, do que a um propósito claro, até porque, sabendo-se o que é um curso de português língua estrangeira, de carácter genérico ou para fins específicos, terá sempre de se perguntar a que corresponde aquela nova denominação e a que conteúdos, metodologias ou objetivos novos e concretos corresponderia. Ainda mais se justifica a pergunta quando chegados a 2005, não haver conhecimento notícia ou registo de nenhum curso que tenha tomado forma ou existência no âmbito daquela alínea b) do artigo 18.º, ainda que não se esteja, para já, a avaliar a conformidade entre a Lei Orgânica e a sua aplicação no concreto.

**Quadro 8** Apresentação comparativa V

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
	<p>Artigo 15.º</p> <p><b>Coordenação dos institutos e centros portugueses</b></p> <p>1- As atividades dos institutos e centros portugueses são coordenadas pelo Instituto Camões.</p> <p>2- No âmbito da coordenação referida no número anterior cabe ao Instituto Camões:</p> <p>a) Definir as linhas de orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos</p>	<p>Artigo 19.º</p> <p><b>Coordenação dos centros culturais portugueses no estrangeiro</b></p> <p>1- A coordenação das atividades dos centros culturais portugueses compete ao Instituto Camões.</p> <p>2- No âmbito da coordenação referida no número anterior, cabe ao Instituto:</p>	<p>Artigo 14.o</p> <p><b>Direção de Serviços de Ação Cultural Externa</b></p> <p>...</p> <p>2- 2 — À DSACE compete, em especial:</p> <p><i>h)</i> Coordenar e acompanhar os planos de atividades e a</p>

	<p>institutos e centros portugueses;</p> <p>b) Apreciar os planos de desenvolvimento e aprovar o plano anual de atividades;</p> <p>c) Aprovar o balanço e o relatório de atividades dos anos económicos findos;</p> <p>d) Superintender na contratação e na formação do pessoal dos institutos e centros portugueses, bem como, por seu intermédio, acompanhar e superintender no desempenho das funções dos professores, leitores e outros docentes colocados na sua área;</p> <p>e) Exercer os poderes de supervisão e inspeção nos termos legais.</p> <p>3- As atividades dos institutos e centros portugueses sediados no estrangeiro ficam sujeitas à superintendência do chefe de missão diplomática em cada Estado, para efeitos de coordenação geral da política externa do Estado Português na área correspondente.</p>	<p>a) Estabelecer as linhas de orientação e as áreas prioritárias de intervenção dos centros portugueses;</p> <p>b) Apreciar e submeter a decisão do Ministro dos Negócios Estrangeiros os planos e relatórios consolidados de atividades;</p> <p>c) Superintender na contratação e na formação do pessoal para os centros portugueses, bem como, por seu intermédio, acompanhar o exercício das funções dos professores, leitores e outros docentes colocados na sua área, sem prejuízo das competências próprias do Ministério da Educação.</p> <p>Artigo 20.º</p> <p><b>Centros culturais nos países africanos de língua oficial portuguesa</b></p> <p>A atividade dos centros culturais nos países africanos de língua oficial portuguesa deverá ser conjugada com a do Instituto da Cooperação Portuguesa, nos termos definidos por despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros.</p>	<p>programação financeira dos centros culturais portugueses no estrangeiro;</p> <p>...</p> <p>5 — Compete à Divisão de Centros Culturais exercer as competências previstas na alínea h) do n.º 2.</p> <p>...</p>
--	--	--	--

O Quadro 8 tem apenas duas colunas preenchidas. A coluna um, vazia, justifica-se pela própria natureza do conteúdo para que está reservada. Sendo uma proposta não se pode esperar que entre em detalhes que só poderiam ser equacionados tendo em conta a tutela ou tutelas, que estando a ser ponderada e havendo indícios não estava ainda tomada a decisão final, como já anteriormente se viu.

Quanto à Coluna 4, estando definida a tutela, não havendo interferências diretas de outros departamentos da administração e clarificadas as competências dos centros culturais esta questão fica resolvida no quadro de uma direção de serviços e nesta, numa divisão que concentra a coordenação destes centros no que respeita aos planos de atividades e respetivos encargos financeiros.

Na coluna 2 nota-se sobretudo o esforço de coordenação dos Centros em tarefas que respeitavam às antigas áreas de intervenção do ICALP e da direção-geral de Extensão Educativa e, na coluna 3, áreas que tinham ficado sob a tutela do ME e das que passaram a ser específicas do MNE. Um último aspeto que marcava ainda o passado do MNE em matéria de Centros Culturais dedicados à cooperação é a existência do artigo 20.º. Este estabelece o quadro de relacionamento com o Instituto da Cooperação Portuguesa.

**Quadro 9** Apresentação comparativa VI

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
			Artigo 19.º <b>Associações culturais</b> 1 — O Instituto pode incentivar a criação de associações culturais, a constituir de acordo com o ordenamento jurídico do Estado em que estiverem sediadas, para promover a difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro. 2 — O Instituto pode apoiar as associações culturais que prossigam atividades de difusão da língua e da cultura portuguesas em articulação e sob a supervisão dos centros culturais ou das representações diplomáticas e consulares portuguesas.

Pela primeira vez, surge, num diploma relativo ao Instituto Camões, de forma clara e autónoma (artigo 19.º), o apoio que pode ser prestado a associações culturais. Esta será assim uma forma de olhar para as associações das comunidades portuguesas, ainda que sem as nomear diretamente. Este artigo abre ainda a porta a associações dedicadas principalmente à difusão da língua e da cultura portuguesas. Na prática, poderia ser uma oportunidade para o aparecimento de escolas de línguas sob a forma de Associações culturais privadas. Veremos adiante, se deste ramo houve frutos.

**Quadro 10** Apresentação comparativa VII

1 Proposta Global de Reforma 1988	2 Decreto-Lei n.º 135/92	3 Decreto-Lei n.º 52/95	4 Decreto-Lei n.º 70/97
<p><b>3.5 Re-estruturação dos planos de formação inicial e contínua de professores de Português no estrangeiro tendo em consideração que, em geral, terão de ensinar português como língua segunda</b></p> <p><b>3.6 Re-estruturação das carreiras docentes dos professores de Português no estrangeiro</b></p> <p><b>3.7 Reformulação dos programas e elaboração de</b></p>	<p>Artigo 16.º</p> <p><b>Professores e leitores de língua e cultura portuguesas</b></p> <p>1- O estatuto do professor e do leitor no estrangeiro regulará a seleção e recrutamento dos professores e leitores de língua e cultura portuguesas em instituições de ensino superior no</p>	<p>Artigo 21.º</p> <p><b>Professores e leitores portugueses</b></p> <p>Os estatutos dos professores e leitores universitários, dos professores de português como língua estrangeira e dos professores do ensino básico e secundário de português no estrangeiro,</p>	<p>Artigo 20.º</p> <p><b>Formadores e leitores de língua e cultura portuguesas</b></p> <p>1 — Os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas são recrutados pelo Instituto, mediante oferta pública, cujo processo seguirá, com as devidas adaptações, o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º</p>

<p><b>materiais pedagógicos e didáticos tendo em vista a sua adaptação aos diversos tipos dos seus destinatários</b></p> <p>A reformulação de programas e a elaboração de materiais pedagógicos e didáticos devem apoiar-se em programas de investigação científica devidamente organizada e orientada e na qual, num esforço concertado, devem colaborar as Universidades (à Universidade Aberta caberá um importante papel na produção de materiais audiovisuais), o INIC, a JNICT, o Instituto de Inovação Educacional e a Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p><b>3.8 Estabelecimento de programas especializados de cooperação, bilateralmente discutidos e negociados, com os PALOP</b></p> <p>Estes programas deverão contemplar nomeadamente as seguintes matérias:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) formação inicial e contínua de professores;</li> <li>b) elaboração de programas;</li> <li>c) produção de materiais pedagógico-didáticos; equipamento de bibliotecas escolares e centros culturais.</li> </ol>	<p>estrangeiro, fixando as condições em que estes podem assegurar as funções de conselheiros ou adidos culturais.</p> <p>2 – O estatuto referido no número anterior e o regime de exercício no estrangeiro da prestação de serviço docente de ensino português, aos níveis básico e secundário, são objeto de decreto-lei.</p>	<p>incluindo a respetiva seleção, recrutamento e funções, tanto na sua componente letiva como na de agente cultural, e as condições em que estes poderão ser acreditados como conselheiros ou adidos culturais serão definidos por diploma próprio.</p>	<p>427/89, de 7 de Dezembro<sup>180</sup>.</p> <p>2 — Os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas poderão desempenhar, para além das respetivas funções docentes, funções de difusão e promoção culturais, em coordenação e articulação com os centros culturais e as representações diplomáticas ou consulares portuguesas.</p> <p>3 — Sem prejuízo do cumprimento de funções nas instituições de ensino em que estejam integrados, os formadores e leitores de língua e cultura portuguesas devem subordinar a sua atividade às orientações do Instituto.</p> <p>4 — Os formadores que irão desempenhar funções nos Estados de língua oficial portuguesa serão recrutados de acordo com o previsto no n.º 1 do presente artigo.</p>
---	--	---	--

Há uma clara diferença entre os propósitos expostos na coluna 1 e as restantes. A razão, porque, ainda assim, se optou por as colocar lado a lado, foi para que fosse realçado que a preocupação da *Proposta Global de Reforma de 1988* tinha um alcance que ia muito mais além do estatuto profissional dos professores e leitores e da sua forma de recrutamento (coluna 1, 3.6). A sua preocupação estava mais centrada em questões de fundo (*op. cit.*, 3.5, 3.7, 3.8).

Era a re-estruturação dos *curricula* de formação inicial de professores<sup>181</sup>, era a reformulação dos materiais de ensino<sup>182</sup>, era o

<sup>180</sup> Diploma que estabelece as condições da «relação jurídica de emprego na Administração pública», art.º 1.º.

estabelecimento de programas específicos em parceria com os PALOP, o que mais ocupava a preocupação dos redatores da *Proposta* de 1988.

Naturalmente, no aspeto legislativo e de orgânica de uma instituição, próprio é que se preocupe com as questões que depois surgem consagradas em lei e de que as colunas 2, 3 e 4 dão conta. No entanto, e dentro dos critérios de seleção de candidatos, já faria todo o sentido que o legislador procurasse incorporar a capacidade e adequação para o tipo específico de docência, como nota de exigência de qualidade e de rigor que a uma orientação para a excelência requerem e, assim, se consagrasse a especialização na área que a coluna um reconhece ser necessária, a uma distância de quase uma década para a coluna 4. Ora não foi isso que aconteceu.

Tal como não se encontra, nestes artigos consagrados aos professores, formadores e leitores, qualquer menção à avaliação de desempenho. Essa referência, no entanto, está fixada no texto do diploma de 1997 (artigo 13.º na alínea a) do ponto 2), dentro das competências da Direção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural (DSLPIIC), no âmbito das atribuições da Divisão de Ensino e Promoção da Língua Portuguesa (ponto 4).

O que acontece e se estranha é que a seleção, contratação de professores, formadores e leitores, esteja integrada no âmbito do Capítulo III dos diplomas das colunas 2, 3 e 4, capítulo que trata de Centros Culturais no estrangeiro, e de que não se consegue encontrar o porquê, principalmente, no que respeita ao diploma da coluna quatro em que centros culturais e leitorados são coordenados por Direções de serviços distintas: Direção de Serviços de Ação Cultural Externa (DSACE) para os Centros Culturais e a já referida DSLPIIC,

---

<sup>181</sup> Ainda que não contemplasse a capacitação dos professores para o ensino de PLE.

<sup>182</sup> Onde não falta a referência ao importante papel a desempenhar pela Universidade Aberta, nesta área.

para os Leitorados. Mas não restam dúvidas de que há aqui coerência legislativa, ainda que ferida de lógica.

### **8.1.3. Entre o pensar e o agir**

Considerando apenas a questão dos Centros Culturais, já se consegue vislumbrar a que é que Aguiar e Silva se referiu, na sua intervenção na Conferência Internacional, *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro* em Dezembro de 2004, passada a escrito e publicada em 2005, quando mencionou a ambição de que se revestia o trabalho que coordenou.

O reconhecimento, logo de seguida, de que a mesma implicava despesas dificilmente comportáveis, tem de provocar,

necessariamente, uma reflexão sobre uma proposta estabelecida nos finais dos anos 80 do século XX e sobre se as alterações entretanto produzidas, a este hipotético plano<sup>183</sup>, pensado naquela época, terão colocado num quadro realista, uma política de língua que os documentos oficiais apresentados, até agora, referem como prioritária.

O facto de a ambição<sup>184</sup> estar ligada a dispêndio, leva a que esta *ambição* seja entendida como sinónimo do almejar para além do credível. Neste contexto, dispêndio só pode ser entendido como desperdício.

Ora ambição, em política, só pode ser sinónimo de visão, planeamento, estruturação e capacidade de prever e conceber estratégias de médio e longo prazo, o que é próprio de um desígnio político que o poder reclama de dimensão nacional. Se assim não for, confunde-se rapidamente com falta de empenhamento profissional e político.

Quem estabelece um plano com ambição tem que ter a capacidade para, ao mesmo tempo, ver o grande plano e discernir, no detalhe, a capacidade de investimento institucional. Se o plano delineado pelos técnicos e especialistas não consegue conformar-se com o necessário suporte orçamental, ou a ambição é deslocada ou quem tem de aplicar não partilha da mesma aspiração, da mesma visão, do mesmo desígnio. E aí, qualquer plano, qualquer política, é sempre demasiado ousado, demasiado irrealista, por mais comedido que seja.

Ora nenhuma das medidas propostas no quadro do *Grupo de Trabalho da CRSE sobre o ensino português no estrangeiro* e

---

<sup>183</sup> De facto, não se pode afirmar que haja uma continuidade, ou uma filiação imediatamente reconhecível, entre o que foi apresentado na *Proposta Global de Reforma*, no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, e o que foi implementado e sucessivamente alterado entre 1992 e 1997, do ponto de vista da legislação e de então até ao presente quanto à implementação no terreno.

<sup>184</sup> Ver 5.1.

formuladas, depois, na *Proposta Global de Reforma* de 1988, não poderia, só por si, ser incomportável, pois não implicava que tudo fosse feito num prazo determinado e breve, antes se clamava por uma planificação segura, assente em objetivos flexíveis e dinâmicos.

Também não quer isto dizer que aquela fosse igualmente uma visão ousada em termos de difusão e promoção da língua portuguesa no estrangeiro. Neste aspeto era até, como a análise que ao longo destas páginas foi deixando claro, bastante modesta. Ficou demonstrado que as duas vertentes fortes de toda a política de língua para o exterior têm sido, ao longo do período analisado, o apoio às comunidades de portugueses no estrangeiro<sup>185</sup> e aos seus descendentes, e ao que, em Portugal, se entende por cooperação<sup>186</sup>, que é, sobre qualquer ponto de vista, estratégico e fundamental à difusão da língua portuguesa na África de língua oficial portuguesa.

Mas o facto de ser fundamental não o deveria tornar exclusivo. Até porque a chamada cooperação aplica-se ao tabuleiro estratégico da lusofonia, mas não vai, com constância, mais além. De então aos nossos dias, mesmo neste quadro da difusão portuguesa em África, Portugal tem apostado timidamente nos países limítrofes<sup>187</sup> dos da CPLP, como adiante se verá. E seria aí onde a aposta numa dinâmica de parceria e de formação de quadros locais se poderia, estrategicamente, pensar o PLE em África, de uma forma mais consistente e menos intermitente.

---

<sup>185</sup> Entenda-se aqui, também, no que deveria ser considerado como diferentes atuações para diferentes realidades, que, em Portugal, se misturam, em prejuízo dos dois tipos de comunidade que a realidade da pertença a um bloco político e económico trouxe, mas que o poder político nunca soube assumir e tratar com um discurso diferente e distinto. Assim, devia considerar-se diferentemente, as Comunidades emigradas fora do espaço da UE e as Comunidades Portuguesas residentes nos países da União, onde deveriam usufruir plenamente do seu estatuto de cidadania.

<sup>186</sup> Para a política externa portuguesa a palavra cooperação tem um significado muito preciso, que é a do apoio aos países africanos de língua oficial portuguesa.

<sup>187</sup> A tristemente tradicional instabilidade político-militar de alguns desses países não pode justificar tanta timidez.

De fora destas preocupações, enquanto prioridade, esteve quase sempre o PLE e a sua difusão a falantes estrangeiros.

#### **8.1.4. Para além das leis orgânicas, a política de língua**

##### **8.1.4.1. Da nova re-estruturação à dinâmica da expansão**

Com a Lei Orgânica de 1997, fica estabelecido que o Instituto Camões «assegura a orientação, coordenação e execução da política cultural externa de Portugal, nomeadamente da difusão da língua portuguesa, em coordenação com outras instâncias competentes do Estado» (art.º 1.º). O conteúdo deste diploma contempla, entre outras atribuições do Instituto Camões, no seu artigo 2.º, «c) Conceber, desenvolver e gerir a rede de formadores e leitores de língua e de cultura portuguesas» e «l) Conceber, desenvolver e executar ações, projetos e programas de cooperação respeitantes ao

ensino da língua e à difusão da cultura portuguesas, sem prejuízo das atribuições próprias de outras instâncias do Estado, em especial dos Ministérios da Educação e da Cultura».

Ainda no plano da definição estratégica e política da difusão e promoção da língua e cultura portuguesas no exterior, compete, à Direção deste Instituto, um papel ativo na conceção ou definição de parte da política de língua de Portugal no exterior, naturalmente, «sob a superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros» (art.º 1.º), o que lhe está legalmente atribuído, através do estabelecido no art.º 5.º. Neste âmbito, cabe-lhe «definir as linhas de orientação da atividade do Instituto e assegurar a respetiva gestão».

Não querendo isto dizer, claramente, pelo que acima se vem citando, que caberá ao instituto o conceber da própria política de língua<sup>188</sup>, nas suas linhas globais, cabe-lhe, ainda assim, um papel relevante na definição das linhas de atuação na sua área de intervenção. Assim, o Instituto Camões tem por função executar uma política, onde, pelo menos do ponto de vista formal, tem uma palavra a dizer.

De seguida, proceder-se-á à análise da documentação produzida por este Instituto, a que foi possível recolher<sup>189</sup>. Diga-se, desde já, que não foi possível encontrar todos os *Planos de Atividades e Relatórios de Atividades e Contas*, relativos a todos os anos de existência da Instituição. Assim, nos primeiros procurar-se-á encontrar as medidas de política cultural e de língua que terão orientado a ação do Instituto

---

<sup>188</sup> No que respeita ao PLE no ensino superior no estrangeiro através dos leitorados, dos formadores na África de expressão oficial portuguesa e no que respeita às atividades dos Centros Culturais Portugueses.

<sup>189</sup> A Presidente do Instituto Camões autorizou (anexo1), num gesto de grande abertura, que em devido local melhor se agradecerá, a consulta e análise dos documentos necessários ao estudo que aqui se apresenta. Infelizmente, não foi possível encontrar no Instituto Camões, todos os *Planos de Atividades e Relatórios de Atividades e Contas*. O Arquivo do Instituto encontra-se inoperacional, e assim, por força das circunstâncias, serão analisados os documentos de que podemos dispor. Trata-se, em todos os casos, de documentos não publicados, mas que dão conta da ação do Instituto nos anos a que se reportam. Nesta medida, tornou-se crucial a abertura e disponibilidade da Presidência do Instituto para tornar possível a análise que aqui se apresenta.

e, nos segundos, o resultado da política seguida. Neste aspeto, uma das questões em análise será a da adequação entre as linhas programáticas apresentadas nos Programas de Governo e o seu reflexo nas atividades do Instituto Camões.

No documento *Síntese de Atividades*, datado de Outubro de 1996<sup>190</sup>, encontra-se em grande medida, uma listagem de atividades. Da síntese não faz parte nenhuma consideração sobre os planos do Instituto ou sobre as suas orientações estratégicas ou políticas. Não se tratando de um Plano de Atividades, este documento será mais um relatório síntese que enumera ações levadas a cabo em 1995, compreendendo também o trabalho realizado até Outubro 1996.

De utilidade será, certamente, o facto de apresentar os números de leitorados, cátedras e Centros Culturais. O mesmo se pode dizer da enumeração das atividades, já que se fica a saber qual o leque de atividades desenvolvidas.

Este documento, não faz menção ao número de alunos que frequentam os leitorados coordenados pelo Instituto. Deste modo, não é possível ter uma noção da validade ou rendimento do trabalho realizado por 144 leitores que asseguravam 132 leitorados em 37 países dos 5 continentes. O mesmo se aplica quanto às 21 Universidades que o Instituto apoia através da contratação de leitores locais.

Não são apresentados quaisquer dados quantitativos, que justifiquem, pelo menos do ponto de vista da grandeza dos números, o investimento com os professores. Ainda que, tratando-se de uma síntese, também não são apresentados dados sobre o tipo e nível ou níveis lecionados, nem sobre o lugar da língua portuguesa nos *curricula* das universidades.

---

<sup>190</sup> Instituto Camões, *Síntese de Atividades/1996*, pp. 40, n.p.

Está-se assim perante um apanhado, não de valores mas de dados genéricos e de títulos que nada dizem para além da panorâmica geral. Afirma-se que foram desenvolvidas

«ações de formação de quadros docentes da rede de ensino, em especial da língua portuguesa, através do envio de leitores, apoio logístico, oferta de bibliotecas e material de ensino.» (p. 17)

mas nada se diz quanto aos objetivos, à abrangência e alcance dessas mesmas ações de formação, quanto a níveis de ensino, quantos formandos, resultados das ações desenvolvidas, e assim, sobre o apoio logístico, bibliotecas (de que tipo), para se poder avaliar do retorno e utilidade das ações, que materiais de ensino ou para que níveis houve apoio.

Também, nada se diz que tenha substância real sobre as atividades culturais dos leitorados nos PALOP. Na página 18 é mencionado um conjunto de ações, desde «Ciclos de Cinema» a «Encontros» não especificados, mas não se encontra, nem num espírito de síntese do documento, sobre o retorno das ações de «Teatro», dos «Cursos de Linguística» e de «História de Portugal» ou das «Conferências», junto dos públicos a que se destinaram ou se destinariam. Todo este documento em análise é de facto uma síntese a tal ponto, que transmite uma ideia sobre onde se gastou o orçamento, mas nada diz sobre o impacto dessas ações e desta forma fica-se sem saber se os dinheiros públicos foram bem aplicados, ou se no limite tudo se passou intramuros sem preocupação de ter chegado ao público que se pretende cativar e envolver e, desta forma, o orçamento foi esbanjado num ritual de autocomprazimento.

O mesmo se aplica ao ponto sobre os 12 centros culturais, que não passa de uma lista de endereços (p. 22-24). A única informação

sobre o esforço do Instituto nesta área pode talvez inferir-se da indicação das datas da sua criação. Quatro foram criados em 1994 e três em 1995, sendo que seis deles foram criados no espaço que viria a constituir a CPLP, a partir de 1996, e o último em França, provavelmente num quadro de proximidade com a comunidade portuguesa residente em França. Foi o único criado na Europa. Os cinco Centros Culturais Portugueses criados em 1993<sup>191</sup> situam-se todos na Ásia.

Neste âmbito, pode adivinhar-se o possível quadro estratégico que guiou a política de criação de Centros Culturais. Estar presente no espaço da lusofonia, um esboço da presença dos Centros Culturais junto das Comunidades Portuguesas residentes na Europa com a criação do Centro Cultural em Paris e, finalmente, no espaço da memória histórica da passagem portuguesa pela Ásia<sup>192</sup>.

Este documento síntese, até por ter sido concluído antes do findar do ano a que respeita, pode ser visto como o documento preliminar<sup>193</sup>, mas não deixa, ainda assim, de apresentar uma mostra genérica da despesa, deixando de fora uma perspetiva do retorno do investimento.

Passe-se então ao primeiro relatório que se encontrou. O *Relatório de Atividades de 1996*,<sup>194</sup> com data de Fevereiro de 1997. A consulta deste documento vale, sobretudo, pela sua introdução e pelas III e IV partes relativas aos recursos humanos e financeiros, à avaliação e à

---

<sup>191</sup> Até à sua criação legal, em 1995, eram oficialmente designados por Serviços Culturais da Embaixada.

<sup>192</sup> Fica por explicar a razão por que se começou pela Ásia e não pelo espaço estratégico da lusofonia ou das comunidades portuguesas na Europa. Se para alguns países lusófonos se pode avançar o quadro conjuntural menos favorável, ou porque estariam a viver uma situação de guerra, ou outra, menos favorável ao desenvolvimento das relações culturais bilaterais, já o mesmo não se poderá alegar em relação aos países europeus ou o Brasil.

<sup>193</sup> Esta *Síntese de Atividades* até poderá ser analisada enquanto anexo de um posterior relatório, como complementar do relatório anual, quanto mais não seja pelos quadros que inclui, ainda que nele nada se diga sobre essa natureza.

<sup>194</sup> Instituto Camões, *Relatório de Atividades de 1996*, Fevereiro de 1997, pp. 33, n.p.

conclusão. Quanto ao mais até acaba por ter menos informação útil, passível de análise produtiva do que o anteriormente analisado.

Neste relatório, tendo em conta os números já apresentados sobre os leitorados, e que estão de acordo com a lista apresentada no documento síntese atrás analisado, toma-se conhecimento que foram encerrados 5 leitorados e um posto<sup>195</sup> em 3 continentes. No entanto, esta ação de encerramento é feita, sem que se apontem as razões para tal, a não ser a indicação genérica, de que esta questão foi tratada no âmbito de uma re-estruturação e de uma «otimização de recursos» (p. 6).

Já a criação dos dois novos leitorados e mais um posto, noutro já existente, todos em África, se constituem como uma resposta para dar satisfação a «necessidades sentidas» (p. 6). Como não são revelados o número de alunos, nem o enquadramento dos leitorados, não se pode avaliar que quadro estratégico ou de planeamento esteja na base da «re-estruturação»<sup>196</sup>.

Neste relatório é referida a «redefinição de prioridades, as quais resultam, em primeiro lugar, da nova conjuntura política resultante das eleições legislativas de Outubro de 1995» (p. 4). Esta referência à entrada em funções do XIII Governo Constitucional (ponto 7.3.3

---

<sup>195</sup> «Decidiu-se o encerramento dos seguintes leitorados: Abidjan, Amherst, Banguécoque, Benguela, Cairo e um posto em Caracas. Por outro lado, procedeu-se à abertura de novos lugares (Cidade do Cabo, um posto na Cidade da Praia, Mbabane [Suazilândia]), satisfazendo assim as necessidades sentidas, como é o caso da Praia, em que se aumentou o número de leitores existentes, de forma a reforçar a atividade docente e a formação de professores de portugueses.» (*Relatório de Atividades* 1996:6).

<sup>196</sup> Teria sido interessante saber como foi analisada e «sentida» a necessidade de fechar um leitorado na Tailândia, criado em 1988, e criar um novo na Suazilândia em 1996, na sequência da assinatura de um Acordo Cultural com aquele Reino. Este conhecimento poderia fazer luz sobre questões de política de língua e planeamento levado a cabo pelo Instituto Camões. Ora como nem o leitorado na Tailândia foi encerrado, nem consta mais notícia em documentos posteriores do leitorado na Universidade da Suazilândia, fica-se sem saber que levantamento, pesquisa ou estudo de mercado terá sido feito que apontasse para estas decisões. No que respeita à Tailândia, de acordo com a consulta ao *Plano de Atividades* do Instituto Português do Oriente de 1996, esclarece duas coisas, que o leitorado passou a ser financiado pelo IPOR «em articulação com o Instituto Camões» (p. 9) e que o mesmo leitorado passou a ser assegurado por um professor local.

deste estudo) permite uma leitura mais clara dos objetivos «maior concentração dos recursos existentes nas áreas consideradas prioritárias: programas e acordos culturais, ensino da língua portuguesa (leitorados e cátedras, bolsas e congressos) e centros culturais portugueses» (p. 4).

Esta leitura em correferência, permite também perceber a atenção e o reforço na área da lusofonia, o que, de algum modo, se pode retirar dos leitorados criados, ou reforçados, ou ainda da atenção dada «Na área dos centros culturais, destacam-se a inauguração do Centro Cultural de Luanda, a reforma e ampliação do Centro Cultural do Maputo, as obras de reabilitação e re-equipamento do Centro Cultural em Bissau e a aquisição de um amplo espaço para o Centro Cultural em São Tomé.» (p. 4). Do ponto de vista programático, da política de difusão da língua e da cultura, a «redefinição» acima mencionada encontra eco no *Programa* do XIII Governo (p. 60).

Na introdução do relatório de 1996, a seguir a considerar-se positivo o trabalho desenvolvido ao longo do ano, não deixa de se estar consciente de que «persistem dificuldades de ordem estrutural, como sejam a indefinição orgânica e, sobretudo, a ausência de um quadro de pessoal, que inviabilizam o aprofundamento dos projetos atuais e o lançamento de novos projetos, com incontornáveis consequências nos níveis de eficácia do Instituto e no grau de (in)satisfação dos seus "clientes"» (p. 4).

Esta referência à inadequação entre a lei orgânica de 1995 e a estrutura do Instituto Camões para exercer as competências que lhe foram por lei confiadas é, de alguma forma, uma repetição do que sucedeu no ICALP na década de oitenta, concretamente no que respeita ao ensino básico e secundário português no estrangeiro e, particularmente, na recorrente disputa sobre «a tutela científico-pedagógica [pois esta] encontra-se no âmbito do Ministério da

Educação, o que tem causado problemas ao nível da definição de competências» (p. 26). Não é, por isso, de estranhar a solução encontrada para eliminar esta situação,

«no que respeita às Escolas Portuguesas foi já acordada, a partir de 97, a sua passagem para o Ministério da Educação» (p. 33)

Por outras palavras, a solução voltou a ser a mesma de 1987, devolver ao ME o controlo total sobre o ensino básico e secundário português no estrangeiro.

Mas não foi só nesta área que se encontraram dificuldades orgânicas e estruturais, o relatório neste aspeto é bastante claro, o que obsta a um pleno desempenho do Instituto deve-se a uma carência de «recursos humanos e financeiros» (p. 33) e à «sobreposição de competências com outras entidades, dependentes ou não do MNE, nomeadamente com o Instituto da Cooperação Portuguesa e os Ministérios da Educação e da Cultura» (p. 33).

Não restam, assim, dúvidas sobre a natureza dos obstáculos com que o Camões se defrontava em 1996; o desajustamento entre as tarefas de que foi incumbido e os recursos financeiros e humanos postos à sua disposição, agravados por conflitos inter e intradepartamentais, que, segundo o relatório, são causa para justificar o facto de que a imagem do Instituto Camões «tem vindo a ser afetada de invisibilidade» (p. 33).

A causa acima referida pode ser um dos motivos para a «invisibilidade» do Instituto. No entanto, a não publicação deste mesmo relatório, e de outros documentos fundamentais para a exposição pública de qualquer instituição que ambiciona a visibilidade e o reconhecimento público, só pode ter contribuído. Mas esta é uma

questão que atravessa toda a existência do Instituto Camões era assim em 1996, como o era em 1993, como o é em 2005.

Uma outra questão que este *Relatório* levanta e que, naturalmente, não pode deixar de merecer uma análise do ponto de vista da estratégia política de difusão da língua e da divulgação cultural portuguesas no exterior, é a questão dos Centros Culturais Portugueses. Diz-se neste relatório: «a criação por despacho conjunto dos anteriores Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, de 18 Centros Culturais<sup>197</sup>, revelou-se inadequada por excesso.» (p. 33). Resta esclarecer se esta inadequação, «por excesso», é por excesso face aos recursos ou face ao que o Instituto Camões considera estrategicamente pertinente do ponto de vista da política definida. Observe-se por isso alguns dados fornecidos pelo próprio relatório.

---

<sup>197</sup> Destes 18, foram efetivamente criados os seguintes Centros Culturais, 12 numa primeira fase, entre 1991 e 1996 (até à sua criação legal eram oficialmente designados por Serviços Culturais da Embaixada): **Angola** (1995?,1996), Centro Cultural Português em Luanda; **Brasil** (1995), Centro Cultural Português em Brasília; **Cabo Verde** (1995), Centro Cultural Português na Praia; **China** (1993), Centro Cultural Português em Pequim; **Coreia do Sul** (1993, encerrado em finais de 2002), Centro Cultural Português em Seul; **França** (1994?,1995), Centro Cultural Português em Paris; **Guiné-Bissau** (1994), Centro Cultural Português em Bissau, **Índia** (1991?,1993), Centro Cultural Português em Nova Deli; **Japão** (1993), Centro Cultural Português em Tóquio; **Moçambique** (1996), Centro Cultural Português no Maputo; **S. Tomé e Príncipe** (1994), Centro Cultural Português em São Tomé; **Tailândia**, Centro Cultural Português em Bangucoque. Posteriormente, em 1998, foi aberto, em **Marrocos**, o Centro Cultural Português em Rabat (em 1996 tinha já sido criado um Centro de Documentação junto da Embaixada). Quatro Centros Culturais nunca saíram do papel do despacho-conjunto dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de 7 de Julho de 1995: **Alemanha**, Centro Cultural Português em Bona (a Alemanha, entretanto, mudou a sua capital para Berlim); **Espanha**, Centro Cultural Português em Madrid; **Índia**, Centro Cultural Português em Goa; **Reino Unido**, Centro Cultural Português em Londres e **Venezuela**, Centro Cultural Português em Caracas.

Fora do âmbito destes 18 Centros foram criados mais 2 Centros Culturais, 5 polos de centros já existentes e 3 Delegações do Instituto Camões: **Grão-Ducado do Luxemburgo** (1999), Centro Cultural Português no Luxemburgo (despacho-conjunto dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de 28 de Maio de 1998) e em **Timor-Leste** (2001), Centro Cultural Português em Díli (despacho-conjunto dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros de 10 de Fevereiro de 2000); os polos: Polo na Ilha do Príncipe (1994), do CCP em S. Tomé e Príncipe; Polo no Mindelo (1995), do CCP na Cidade da Praia; Polo na Beira (1998), do CCP no Maputo; Polo em S. Paulo (2000), do CCP em Brasília; Polo em Casablanca (2004), do CCP em Rabat; As Delegações: Delegação do Instituto Camões em **Vigo** (1998); Delegação do Instituto Camões em **Berlim** (2001) e Delegação do Instituto Camões em **Bruxelas** (2001). As datas com (?), dão conta das datas diferentes que constam de documentos ou do sítio oficial do Instituto Camões na *Internet*.

Se se considerar, que a execução orçamental do Instituto Camões em 1996 foi de 99,6%, de um orçamento de quase 3 milhões de contos<sup>198</sup> (p. 30) - atribuído pelo XII Governo Constitucional, o mesmo que criou os 18 Centros e declarou a Criação do Instituto Camões uma «prioridade importante» (XII Programa de Governo:61) -, valor considerado escasso pela administração do Instituto, como se referiu anteriormente;

Se também se tiver em conta que os espaços em que os Centros Culturais instalados até esta administração, não foram pensados de raiz em instalações adequadas, revelando uma falta de planeamento que tem como repercussão mais despesa<sup>199</sup> futura, facilmente se verifica que o Instituto não foi dotado de um orçamento capaz de comportar e suportar a abertura e continuidade de 18 Centros Culturais;

Por fim, tendo em conta que o XIII Governo Constitucional alterou as prioridades da política de língua, dando maior importância às relações com África, compreende-se que o Instituto Camões não tinha, nem estrutura, nem orçamento, para fazer face à criação de mais Centros Culturais e, naturalmente, para o conseqüente assumir de mais atividades a desenvolver, logo de mais encargos.

Em termos de política de língua e cultura, pode, assim, dizer-se que o XIII Governo terá pensado a política, deu curso à sua implementação legal, mas não soube planejar, criou instrumentos a partir de um esboço, e por que não planeou, não conseguiu adequar a necessária

---

<sup>198</sup> 14.963.936,91€. Não se contabilizam aqui os quinhentos e oitenta e três mil contos relativos a investimentos do plano (PIDDAC).

<sup>199</sup> Na página 17 do *Relatório* pode ler-se: «O estado de conservação dos Centros, a exiguidade das instalações face à procura e as carências de equipamentos adequados a um trabalho minimamente eficaz, implicaram que fosse a DSPC a gerir a maioria das verbas do PIDDAC, tarefa complexa tanto mais que o Instituto Camões não dispõe de um sistema informatizado, e em rede, que suporte esta gestão. A maioria das verbas foi despendida com os centros de Maputo, Bissau, Luanda e S. Tomé.» (p. 17)

dotação orçamental às exigências de levar à prática a sua própria política.

A criação legal de Centros Culturais foi considerada «inadequada por excesso» terá sido uma política pensada sem o amadurecimento que a reflexão proporciona, nem equacionadas as consequências da implementação. Não é possível aplicar uma política se a sua implementação não for antecedida de um planeamento de que faça parte a necessária quantificação das necessidades orçamentais. Pelo constante do *Relatório* aparece transparente que esta questão não foi devidamente acautelada.

Isto não significa que a política delineada não tivesse sido a mais correta, nem é isso que, neste ponto, agora importa. Essa questão já foi abordada antes. O que já é pertinente é o facto de as apreciações do relatório demonstrarem que não houve lugar a uma parte essencial de uma política de língua: o planeamento das ações e a quantificação das necessidades de investimento para as levar a cabo.

Como notas finais, dois pontos têm que ser focados. Em primeiro lugar «a ausência de um quadro de pessoal, que inviabilizam o aprofundamento dos projetos atuais e o lançamento de novos projetos, com incontornáveis consequências nos níveis de eficácia do Instituto e no grau de (in)satisfação dos seus "clientes".» (p. 4).

Sobre a questão dos "clientes" e da sua «(in)satisfação», parece interessante, que o Instituto Camões aparente ter consciência da necessidade de prestar um bom serviço. No entanto, o que o relatório mostra é uma ausência da caracterização dos seus "clientes", e da sua variedade, mas também um desconhecimento da sua quantidade. Em nenhum ponto é fornecida qualquer informação, por exemplo, sobre o número de alunos dos cursos que o Instituto Camões patrocina pelo Mundo.

Em segundo e último lugar, sobre a capacidade do Instituto Camões para pensar (planejar) o seu futuro, lia-se o que segue.

«Finalmente, deverá salientar-se que se tentou coordenar a atividade desenvolvida pelo IC, apostando na cooperação entre instituições, e estabelecer linhas de orientação para o futuro, ao mesmo tempo que se verificou a total impossibilidade de apresentar projetos próprios capazes de captar investimentos exteriores por absoluta falta de meios e recursos do Instituto Camões.» (p. 33)

O que atrás se transcreve mostra bem a falta de meios humanos e financeiros, resultando na dificuldade do Instituto Camões em conseguir algo mais do que “navegar à vista”. Nesta matéria onde é essencial conceber um caminho para saber para onde se vai e onde se quer chegar, a Administração do Instituto Camões, nesta época, mostra bem que “navega numa noite de breu” camoniana, onde todos os seus concorrentes estrangeiros parecem ter todos os caminhos identificados, projetados e estudados.

A análise a outro documento, relativo às *Atividades 1996/1997*<sup>200</sup>, segue de alguma forma o padrão da *Síntese de Atividades* de 1996, com escassa informação sobre a qualidade das atividades ou a explanação de um quadro político estratégico de atuação. Apresentando a data de conclusão de Janeiro de 1998, e apesar de não se apresentar explicitamente como relatório de atividades, a referência ao trabalho desenvolvido nos anos em título, não dá azo a dúvidas sobre a sua natureza.

Uma diferença que podemos, desde logo, assinalar é na apresentação do seu «organigrama» (p. 8). Nele se reflete já a estrutura resultante da última lei orgânica publicada em 1997. No mais, e apesar de

---

<sup>200</sup> Instituto Camões, *Atividades 1996/1997*, Janeiro de 1988, pp. 86, n.p.

revelar um grande esforço com implicações financeiras e orçamentais - nas muitas atividades culturais, no alargamento do número de Leitorados e de formadores, nos apoios a ações externas diversas, no apoio à edição<sup>201</sup> -, apresentadas, não aduz indicações sobre opções estratégicas, orientações políticas, uma razão planeada para as suas ações.

Nestas *Atividades 1996/97*, podemos constatar um significativo reforço dos leitorados dos anteriores 144 para 160<sup>202</sup>. Isto mesmo tendo em conta que o Instituto resolveu o seguinte:

«Para uma maior racionalização dos respectivos recursos e dentro de um plano de alargamento da sua acção de divulgação e valorização da língua e cultura portuguesas, o Instituto Camões procedeu a uma reestruturação da rede de leitorados, encerrando um posto em leitorados onde se encontravam dois leitores e em que um deles terminava a sua missão no final do ano lectivo de 1996/97»<sup>203</sup> (p. 13)

---

<sup>201</sup> A questão do apoio à edição por parte do Instituto Camões está balizada na sua Lei Orgânica de uma forma clara, as atividades a desenvolver pela Divisão de Edição, Documentação e Equipamentos (DEDE), no art.º 14.º, pontos 1., 2. e 6. No ponto 2. pode ler-se, as competências referidas em 6.:

«j) Fomentar a elaboração e edição de obras de difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro;

j) Adquirir materiais sobre língua e cultura portuguesas para circulação no estrangeiro;

l) Organizar, gerir e atualizar a Biblioteca e o Centro de Documentação do Instituto;

m) Promover a edição de materiais de divulgação do Instituto e as suas atividades».

Desta forma, parece de difícil justificação, que em 1995 tenha sido apoiada a edição de 53 obras em Portugal em 1995 e mais 72 obras, em 1996.

À falta de uma explicação clara, fica a nota de que na p. 5 da *Síntese de Atividades/1996*, «Apoio à edição de obras e textos importantes para a difusão da Língua e Cultura Portuguesas» deixando-se cair a restrição «no estrangeiro», imposta já na Lei Orgânica de 1995 na alínea «l) ... edição de textos de difusão da cultura e língua portuguesas no estrangeiro...» e mantida no último diploma orgânico e consagrada a alínea i) acima citada.

Não deixa, por isso de ser excêntrico à atividade de apoio editorial do Instituto este apoio à edição em Portugal mesmo que para tal se estabeleça um protocolo com o então Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (p. 32 da *Síntese de Atividades/1996* e p. 76 do documento *Atividades 1996/97*) a menos que se tratasse de edições de manuais de ensino da PLE.

<sup>202</sup> Também neste documento *Atividades 1996/1997*, enquanto são fornecidos dados sobre o número de locais e docentes a lecionar em 39 países, não apresenta dados sobre o número de alunos.

<sup>203</sup> **China** – Cantão; **Espanha** - Santiago de Compostela; **França** - Dijon, Montpellier, Nice, Paris III, Poitiers, Toulouse; **Reino Unido** – Londres e **Senegal** – Dakar.

Pelo citado, e por muito que este encerramento de postos tenha razão de ser, é apresentada como uma simples ordem de número de leitores e não como uma questão de falta ou diminuição de alunos. O fator alunos é sempre um princípio orientador e determinante para a existência, ou não, de mais ou menos leitores num determinado lugar. O que justifica um leitor é a existência de uma procura que suporte e dê razão de ser à sua presença, mas esse não é o fator invocado.

Já a abertura dos novos leitorados parece apontar nesse sentido: «Abriu novos leitorados em locais em que o número de estudantes, o reconhecido prestígio da universidade ou condições político-culturais específicas justificavam a presença de um Leitor do Instituto Camões» (p. 13). Neste caso já é alegada a existência de procura, para justificar a abertura de um leitorado<sup>204</sup>.

No âmbito da lusofonia, se tivermos em conta as linhas orientadoras do XIII Governo podemos observar que quase 20% dos recursos humanos do Instituto Camões foram destinados aos PALOP. O quadro abaixo mostra a distribuição e o esforço do Instituto no que respeita ao apoio à difusão da língua portuguesa nos 5 países da África de expressão lusófona. Neste aspeto parece haver um fio condutor entre a política preconizada no *XIII Programa de Governo* e a atuação do Instituto.

Quadro 11<sup>205</sup> Docentes Instituto Camões – Geral I

PAÍS	DOCENTES	% DO TOTAL
Angola	6	3,8
Cabo Verde	3	1,9
Guiné-Bissau	10	6,2
Moçambique	9	5,6
S. Tomé e Príncipe	3	1,9

<sup>204</sup> 1 na Croácia, 3 nos EUA, 1 em Israel e mais 1 em Itália.

<sup>205</sup> Fonte: documento *Atividades 1996/1997* (p. 37).

Docentes nos PALOP	31	19,4
Docentes Resto do Mundo	129	80,6
<i>TOTAIS:</i>	160	100%

Segundo o documento, *Atividades 1996/1997*, que temos vindo a analisar, o trabalho dos docentes nestes países centra-se no «Ensino de língua portuguesa e apoio à formação de docentes, em especial na área da língua portuguesa, através da colocação de leitores em instituições de ensino superior e formadores de docentes». Neste contexto, este é, de facto, um trabalho com efeitos multiplicadores importantes, dado visar proporcionar que sejam formados quadros locais com capacitação para que o ensino da língua seja feito pelos profissionais desses países.

Um outro aspeto que os mapas de atividades, quer dos Centros Culturais, quer dos Leitorados, mostram é uma grande disparidade no número e na diversidade de atividades<sup>206</sup>. No caso do *Relatório de Atividades 1996*, estão 21 leitorados sem qualquer atividade registada. No caso do documento *Atividades 1996/1997*, alguns Centros Culturais têm apenas uma atividade documentada (C.C. Brasília, C.C. Pequim, C.C. Bissau e C.C. Tóquio), o Centro Cultural em Paris tem duas atividades registadas.

Tudo isto é, naturalmente, sob qualquer ponto de vista (visibilidade, rentabilização das estruturas, custos de manutenção, promoção da língua, da cultura e da projeção da imagem do país), muito pouco e não justifica os custos com a manutenção de um diretor de qualquer Centro.

Neste caso é difícil falar de investimento na divulgação da língua e da cultura. Não havendo uma atividade regular, apenas se consegue

<sup>206</sup> Relatório de Atividades 1996, pp. 8-13 e pp. 17-21; Atividades 96/97, pp. 38-41 e pp. 57-58.

falar de despesas. De facto, dos 3 documentos analisados até aqui, não se pode falar de que tenham sido aplicados métodos económicos de comunicação, ou de coordenação em rede, de todas estas posições externas do Instituto Camões.

Do *Relatório* ressalta até que o Instituto não conhecia os espaços em que muitos Centros funcionavam.

«Embora se tenha assumido o encargo com estes centros, a Tutela entendeu que a despesa deveria ser reduzida em 1997, decisão tomada quando se verificou que, à exceção de Seul, todos eles funcionam em duas ou três salas cedidas pela Embaixada.» (*Relatório de Atividades*, 1996:21)

Isto é, o Instituto reconhece, na citação acima, que em 1996, percebeu que Centros abertos em 1993 «funcionam em duas ou três salas cedidas pela Embaixada».

Acresce que em 1996, «Os centros culturais no Oriente são financiados, em 50%, tanto pelo Instituto Camões como pelo Governo de Macau.» (*op. cit.*:20). Mas, ainda assim, é reconhecido que

«cerca de 80% do financiamento que lhes é atribuído, à exceção do de Nova Deli, [é] gasto com despesas de manutenção e funcionamento» (*op. cit.*:20)

A solução encontrada pela «Tutela» foi «que a despesa deveria ser reduzida em 1997»<sup>207</sup>.

---

<sup>207</sup> O absurdo de toda esta situação, é ainda agravado pelo reconhecimento por parte do Instituto Camões, neste relatório que se vem citando, que nestes Centros no Oriente, «As atividades ali desenvolvidas não representam um acréscimo para o conhecimento e difusão da cultura portuguesa, mas, na maior parte dos casos, saldaram-se por atividades de promoção turística.». Portanto, tendo em conta a situação, a solução encontrada pelo Instituto, não foi fazer com que os Centros se reorientassem para a função para que foram criados, foi um enigmático reduzir de despesas que tanto pode significar reduzir o orçamento ou diminuir as

Mas não deixa de ser interessante ver que, no relatório, se aponta que «Talvez fosse de ponderar, em alternativa, uma possível articulação da atividade cultural no Oriente a partir de Macau.» (p. 21). O que, tendo em conta que Macau suportava 50% das despesas, não deixa de ter de se considerar uma medida razoável e sensata.

Por outro lado, dada a diversidade de atividades levadas a cabo (por exemplo, nos leitorados) parece não haver uma verdadeira coordenação e articulação entre os Centros Culturais ou os Leitorados, ambas compatíveis com uma programação anual que revele coerência e planeamento de atividades.

Cada elo do Instituto Camões no estrangeiro parecia funcionar isolado e não em rede<sup>208</sup>, termo empregue neste documento, na página 6, para designar o conjunto dos Leitorados e Professorados. A única atividade onde poderá ser reconhecida alguma coordenação entre Leitorados, é em algumas conferências realizadas em 1997 (Março e Abril), no caso de Leitorados nos EUA, em França, na Itália, e no Reino Unido.

No documento *Atividades 1996/1997*, afirma-se que o trabalho do Instituto com os leitores compreende o «Atendimento individual e por áreas geográficas.» e a «Apreciação dos planos de actividades e consequente acompanhamento das acções propostas» (p. 13). Também no *Relatório de Actividades de 1996* se pode ler, sobre o mesmo tema, o seguinte:

---

despesas com pessoal, despedindo funcionários, racionalizar as despesas através de um maior rigor no controlo orçamental, etc.

<sup>208</sup> Para que um conjunto de entidades seja uma rede é necessário mais do que dão conta, quer o documento do relatório de 1996, quer o das atividades de 1996/1997. Uma rede pressupõe colaboração entre os elementos que a compõem, uma coordenação que trate esses elementos de forma global, que se assegure da comunicação entre esses elementos e a coordenação, e que o trabalho de um, não esteja isolado de nenhum dos outros. Uma rede exige colaboração e comunicação constantes entre os componentes que têm que ser ativos e participantes. O funcionamento em rede exige um comportamento comunicacional dinâmico, multidirecional e não apenas unidirecional, ou bidirecional, como parece ser o caso que se tem vindo a descrever.

«Procedeu-se ao acompanhamento da ação dos leitores, através de atendimento individual e por áreas geográficas, ao longo de todo o ano, com especial incidência na altura das férias letivas; mediante a análise crítica dos relatórios e a apreciação dos planos de atividades» (p. 6).

Assim, deve ponderar-se o significado do que ao tempo se entendia por «acompanhamento» e «atendimento individual», e sobre o grau de eficácia a que corresponde, o constante nas citações acima apresentadas face ao que a consulta das atividades registadas nos documentos indicam<sup>209</sup>. O *Relatório de Atividades de 1998* revela algumas diferenças face aos anteriores documentos já aqui apresentados. Sobretudo, é revelado um maior equilíbrio nas atividades dos Centros Culturais<sup>210</sup> e também no que respeita aos Leitorados, parecendo ter havido um esforço para coordenar atividades e, assim, rentabilizar os investimentos feitos, embora, neste caso, sejam, apresentadas atividades em apenas 63 dos 159 Leitorados<sup>211</sup>.

No que respeita à ação nos PALOP, apesar de no relatório se dar conta do diminuição de 5 postos de leitorados<sup>212</sup> em Angola, na Guiné-Bissau e Moçambique, o número de docentes a trabalhar no

---

<sup>209</sup> Questões de organização e gestão são fulcrais em todas as áreas e, naturalmente, não são específicas da política linguística e do seu planeamento. No entanto, tratando-se de uma área em que as questões orçamentais são particularmente sentidas do lado das restrições, o planeamento e a gestão de uma rede é um aspeto fundamental do planeamento das ações, da gestão dos meios e da potenciação das atividades, sejam os cursos de língua, sejam as atividades de divulgação linguístico-culturais, que devem funcionar como motivadoras de novos aprendentes da língua ou consumidores da cultura. A organização deve servir para criar eficiência e a sempre desejada visibilidade.

<sup>210</sup> No entanto, como continuam a não ser apresentadas as datas e a duração dos eventos fica-se assim, sem se conhecer a distribuição das ações pelo ano e, assim, o tempo que os Centros ocupam nas atividades que atraíam a presença de público. Quanto a este último aspeto também não se apresentam dados sobre o número de público que cada atividade cativou, para se poder avaliar do impacto que cada atividade teve na população-alvo.

<sup>211</sup> Havia então 159 Leitorados mas alguns eram assegurados pelo mesmo leitor.

<sup>212</sup> **Angola**, Luanda, Instituto Médio Normal de Educação e Universidade Agostinho Neto; **Guiné-Bissau**, Escola Normal Superior de Tchico-Té e Leitorado de Português (?); **Moçambique**, Instituto Médio Pedagógico, p. 20.

conjunto dos 5 países não sofreu alteração de monta relativamente ao Quadro 11, acima apresentado.

Quadro 12<sup>213</sup> DOCENTES NOS PALOP

(Leitores e Formadores)

PAÍS	DOCENTES	% DO TOTAL
<b>Angola</b>	6	3,8
<b>Cabo Verde</b>	3	1,9
<b>Guiné-Bissau</b>	10	6,2
<b>Moçambique</b>	8	5,6
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	3	1,9
<b>Docentes PALOP</b>	30	19,4
<b>Docentes Resto do Mundo</b>	129	80,6
<i>TOTAIS:</i>	<b>159</b>	<b>100%</b>

Este Quadro 12, referente a 1998, se comparado com o quadro 8, revela uma estabilização nos números globais (quer nos PALOP, quer no resto do mundo), nos leitores e formadores, apesar da redução de leitores e a abertura de novos leitorados<sup>214</sup> ou o reforço, ou diminuição de postos, noutros<sup>215</sup>.

No plano da política de edições também se nota uma diminuição assinalável no número de edições em Portugal. Apenas 3, sendo 1 um dicionário. Esta tão grande redução parece traduzir um novo alinhamento e um recentrar da atividade de apoio editorial na promoção dos autores portugueses no estrangeiro<sup>216</sup>.

<sup>213</sup> Fonte: Instituto Camões, *Relatório de Atividades de 1998*, p.49.

<sup>214</sup> Para além dos referidos na nota 130, foi ainda reduzido um posto em Leitorados na **Malásia**, Kuala Lumpur e na **Suíça**, Zurique ou encerrado, nos **EUA**, em Stanford University. Neste ano foram ainda abertos ou reativados 13 Leitorados: **Alemanha** – Munique; **Bulgária** – Veliko Ternovo; **Itália** – Bari, Bergamo, Salerno, Trieste e Viterbo; **Polónia** – Czestochowa e Krakow; **Reino Unido**, Nottingham, Salford e Sheffield e **Roménia** – Bucareste.

<sup>215</sup> Neste aspeto a argumentação para o fecho ou abertura de Leitorados não difere praticamente do que já foi dito acima no que se refere a 1997, e sofre da mesma falta quanto ao modo escolhido para justificar as alterações (*Relatório de Atividades de 1998:20*).

<sup>216</sup> Conquanto o apoio à edição de obras de autores portugueses de todas as épocas, mas dando particular atenção à apresentação de novos autores portugueses, promovendo-se a sua internacionalização, este apoio, é apresentado nos documentos do Instituto a que tivemos acesso, apenas ao nível do número de obras apoiadas, nada nos dizendo sobre se é feito algum acompanhamento sobre a colocação no mercado das obras apoiadas, pois o objetivo do

O que surge como uma novidade neste *Relatório* de 1998 é o registo da criação do que no documento se designa por Centros de Língua e Cultura Portuguesa (p. 73). Na verdade, à exceção da agora designada Delegação do Instituto Camões em Vigo<sup>217</sup>, os outros Centros são todos designados Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões (CLP/IC). A propósito desta Delegação, cabe dizer que não substitui nem constitui oficialmente um Centro Cultural Português em Espanha. Este, como já se referiu, foi criado em 1996 mas nunca foi instalado devido a múltiplas vicissitudes<sup>218</sup>.

No que respeita aos Centros de Língua Portuguesa, o facto de não terem enquadramento orgânico na estrutura do Instituto Camões não parece ter criado dificuldades ao seu estabelecimento. Também não podemos pensar neles como inspirados nos Centros de Língua e Cultura, na linha de pensamento que tomou forma em 1988 e se veio a extinguir com a substituição da Lei Orgânica de 1995, pela de 1997, pois não partilham, nem o objetivo de difusão da língua a um público não universitário, nem a estrutura daqueles.

Embora no relatório nada se adiante sobre a natureza destes centros<sup>219</sup>, nem sobre os seus objetivos, esta nova figura de intervenção, não representa uma abertura para a captação direta de

---

apoio, do ponto de vista estratégico, não deve ser aumentar apenas o catálogo internacional das editoras ou o *currículum* particular dos autores, mas antes colocar as obras junto do público, nos mercados onde as editoras trabalham.

<sup>217</sup> Em 1998 era Instituto Camões/Casa de Portugal em Vigo, o nome porque era denominada esta delegação, também conhecida por Casa de Arines, que é o nome porque é conhecido aquele edifício do séc. XVI.

<sup>218</sup> Vicissitudes que inibem uma presença cultural portuguesa em Espanha até aos nossos dias, mas que não inibiram o Instituto Cervantes de se instalar em Lisboa com uma atividade consistente e notória, como aliás o fazem outras instituições congéneres europeias, todas representadas em Portugal, a mais discreta sendo o Istituto Italiano di Cultura.

<sup>219</sup> Os Centros de Língua Portuguesa (CLP), não são escolas de língua e o seu propósito não é ensinar a língua portuguesa, embora nos casos em que, excecionalmente, não estão instalados em instituições de ensino superior isso possa suceder, como é o caso do CLP de Goa, que até dispõe de uma sala para aulas e logo em 2000, quando foi criado, tinha cursos abertos com 130 alunos (<http://www.instituto-camoes.pt/actividades/centros/clpgoa.htm>). Instalados em Instituições de ensino superior onde já existem Leitorados ou Cátedras, a atuação dos CLP visa a formação de professores, o apoio a alunos de língua e cultura portuguesas nessa ou noutras instituições, o apoio a trabalhos de investigação nos diversos domínios da língua, da cultura da história, da lusofonia.

novos falantes. Dispondo normalmente de uma biblioteca temática, mobiliário e de algum equipamento informático, destinam-se, antes, a proporcionar melhores condições, no âmbito universitário, aos professores, investigadores e alunos que trabalham e investigam em áreas do domínio da língua e da cultura portuguesas, sobre Portugal ou a lusofonia.

Um outro aspeto inovador que marcou o Instituto Camões foi a entrada do Instituto Camões na Internet<sup>220</sup>. Intenção já manifestada no documento relativo a 1997 e que foi concretizada em 1998. Não se fará aqui uma análise dos seus conteúdos ou da sua relevância para a promoção e prossecução dos objetivos do Instituto Camões.

A página eletrónica do Instituto Camões é um sítio com um grande fundo de informação, a que se juntou, mais tarde, um Centro Virtual Camões, inspirado no modelo que já existia no sítio eletrónico do Instituto Cervantes.

A nível orçamental, pode dizer-se que 1998 foi algo diferente dos dois anos anteriores. A dotação orçamental<sup>221</sup> foi superior ao orçamento de 1997 e o Instituto Camões deixou de ter responsabilidades no ensino básico e secundário português no estrangeiro.

Assim, esse reforço orçamental, em 1998, permitiu que as iniciativas culturais do Instituto Camões no estrangeiro quase duplicassem, particularmente, no que respeita ao aumento de atividade dos Centros Culturais, onde se regista um aumento de iniciativas que cobrem toda a atividade do Instituto Camões, levada a cabo em 1997<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> <http://www.instituto-camoes.pt/>

<sup>221</sup> cf. **Quadro 13**.

<sup>222</sup> Iniciativas culturais incluem a realização por parte dos Leitorados, Centros Culturais, Centros de Língua, apoio a iniciativas de Embaixadas de: exposições, conferências, projeção de filmes, semanas culturais, colóquios, seminários, teatro, espetáculos musicais, o envio de material multimédia e pedagógico, obras literárias e de referência, bibliotecas completas,

Além destas, há a realçar em termos de visibilidade, as atividades desenvolvidas em Portugal no âmbito da EXPO 98, o lançamento da Revista Camões, do encarte mensal no Jornal de Letras Artes e Ideias (ambas as iniciativas continuam até ao presente), e, no âmbito da lusofonia, a iniciativa *Pontes Lusófonas*, cuja primeira edição foi em Lisboa em 1998<sup>223</sup>. Todas estas ações vieram contribuir para aumentar a atividade do Instituto na sua vertente cultural. Dentro deste impulso de maior atividade e iniciativa, pode entender-se a já referida criação dos Centros de Língua Portuguesa, que continuou até 2004<sup>224</sup>.

Estes Centros poderão ter constituído um passo importante no estabelecimento de uma estrutura de proximidade, no apoio aos professores, investigadores e estudantes universitários, mas não tiveram correspondência do lado da intervenção direta, na promoção da língua ou na procura de novos falantes estrangeiros, fora do círculo restrito do ambiente universitário.

Durante a vigência dos XIII e XIV Governos Constitucionais<sup>225</sup>, as dotações orçamentais do Instituto Camões acusaram um relativo crescimento, havendo, neste aspeto, alguma evidência no sentido de dar suporte orçamental, às exigências que o investimento, na «aposta nacional»<sup>226</sup>, implicava.

---

publicações periódicas em Língua Portuguesa, num total geral de 444 iniciativas em 1998 e 251 em 1997.

<sup>223</sup> O projeto “Pontes Lusófonas” pretendia ser um encontro cultural entre os países lusófonos, divulgando a cultura de todos no país em que se realizasse. Incluía espetáculos de música popular, encontros de escritores, exposições de artistas plásticos, mostras de livros, debates entre outras manifestações culturais variadas. Foi uma iniciativa que se realizou em Portugal, Moçambique, Brasil e Cabo Verde, tendo sido suspensa depois da edição de 2002. Envolveva custos elevados e, logo, muito onerosa para o Instituto. Sendo uma iniciativa interessante como projeto, a sua viabilidade necessitava, certamente, de apoios empresariais para continuar que nunca foram consistentemente procurados.

<sup>224</sup> Em 2005 são 27.

<sup>225</sup> Não se pode avaliar do valor das dotações de 1992 até 1995 porque esses dados não estão disponíveis no Instituto Camões.

<sup>226</sup> XIV Programa do Governo: 122.

Em 1999<sup>227</sup>, o orçamento continuou a mostrar uma evolução positiva. Neste ano, foram criados mais cinco Centros de Língua Portuguesa (Buenos Aires, Cidade da Praia, Maputo, Cidade da Beira e S. Tomé) e o Centro Cultural Português no Luxemburgo, demonstrando uma aposta geopolítica de acordo com os critérios estabelecidos no *Programa do XIV Governo*.

Ainda no que se refere a Centros Culturais o ano de 1999, viu resolvido, no que respeita ao CCP em Pequim, um problema que havia sido referido no relatório de 1996, o das instalações próprias dos Centros Culturais.

Este ano foi o ano da criação de um instrumento fundamental para o Português Língua Estrangeira, a assinatura de um protocolo entre o Instituto Camões, o Ministério da Educação e a Universidade de Lisboa, o Sistema de Avaliação e Certificação de Português como Língua Estrangeira.

Numa medida já prevista, o Instituto Camões tornou-se, neste ano, o acionista maioritário (51%) do Instituto Português do Oriente (IPOR), estabelecido em Macau (atual Região Administrativa Especial de Macau - RAEM) em substituição do Governo de Macau (Administração Portuguesa cessante a 19 de Dezembro de 1999), numa parceria com a Fundação Oriente e mais oito empresas de capitais Portugueses estabelecidas no então Território de Macau (com uma pequena participação mas que não deixa de ser importante do ponto de vista estratégico e simbólico<sup>228</sup>).

Na área da promoção das culturas lusófonas houve manifestações de promoção e divulgação das culturas lusófonas que tiveram lugar em

---

<sup>227</sup> Sobre este ano não foi possível recolher nenhum plano de atividades, relatório ou outro documento de trabalho impresso. Daí recorrer-se aos dados disponíveis no sítio eletrónico do Instituto Camões sobre o ano de 1999 e que, à falta de um relatório formal não deixa de ser um repositório das atividades do Instituto, ainda que sem a análise estratégica ou a explanação de dados sobre o próprio impacto das iniciativas.

<sup>228</sup> O IPOR será tratado em capítulo próprio.

Lisboa e Maputo (homenagem a Cesária Évora e *Pontes Lusófonas*). No campo da promoção literária, o Instituto abriu, pela primeira vez, três linhas editoriais próprias (Lusofonia, Insularidades e Diáspora). A cobertura informativa de que foram alvo estas iniciativas, particularmente as *Pontes Lusófonas*, com notícias antes e durante os eventos, nos jornais considerados de referência, e acompanhamento diário das manifestações culturais, num conhecido programa cultural<sup>229</sup>.

A propósito da sua presença, como país convidado no I Salão Mediterrânico do Livro e da Edição de Casablanca, o Instituto lançou cinco títulos de uma nova coleção, bilingue, luso-árabe, e levou 12 personalidades da cultura portuguesa ao evento, além de uma exposição sobre a memória arábico-islâmica em Portugal.

Todo este conjunto de atividades<sup>230</sup> aponta para uma estratégia que privilegia um tipo de ações com alguma repercussão, de forma a mostrar Portugal, a sua Cultura e a sua Língua com visibilidade e impacto. Por outro lado, e no âmbito, e no espírito, da iniciativa *Pontes Lusófonas*, complementar a esta ação em Moçambique, desenvolvendo iniciativas em Lisboa, para dar a conhecer o trabalho de artistas de países lusófonos.

Em Maputo, por seu lado, o objetivo foi dar a conhecer diversas manifestações culturais da lusofonia. Em Casablanca (onde ainda existe um curso de língua portuguesa na Universidade local, além do Centro Cultural em Rabat) dar a conhecer Portugal e a sua relação com o mundo islâmico.

---

<sup>229</sup> Programa “*Acontece*” que era então transmitido no 2.º canal da RTP, e foi considerado como um programa de referência no panorama Cultural português, dando também relevo às artes e letras lusófonas.

<sup>230</sup> Para além do exposto na nota 147, há que referir que estes documentos que não se encontraram no Instituto Camões são documentos em cuja elaboração eu próprio participei, enquanto quadro do Instituto nos anos entre 1998 e 1999, onde fui Chefe da Divisão de Edição, Documentação e Equipamentos.

Além destes eventos, o Instituto investiu em Exposições itinerantes que rentabilizariam o investimento e favoreceriam a coordenação e a complementaridade temática das atividades do Instituto no Mundo, como foi o caso de uma exposição sobre os 25 anos do 25 de Abril, «abrir Abril, o chegar da liberdade».

Apesar da já referida impossibilidade de consultar documentação factual relativa a este ano, a abundância de informação sobre as atividades do Instituto parece prefigurar um quadro de maior coordenação de ações. Sugere também um maior enquadramento das mesmas e uma orientação, no que respeita às atividades dentro do quadro geoestratégico da lusofonia em África, no sentido de lhes dar maior relevo e impacto, mas, igualmente, a vontade de potenciar o envolvimento dos atores culturais da CPLP em ações conjuntas, ainda que sem a presença institucional desta.

#### **Quadro 13 Instituto Camões Orçamentos**

<b>Instituto Camões: dotações orçamentais em €<sup>231</sup></b>				
	<b>Valor inicial</b>	<b>Valor corrigido após “congelamento” de verbas<sup>232</sup></b>	<b>Valor executado</b>	<b>Valor fixado no OE (valor inicial+PIDDAC)<sup>233</sup></b>
<b>1996</b>	14.963.936,91	14.809.588,89	14.918.740,83	16.585.030,08
<b>1997</b>	14.739.976,66	14.441.281,51	14.760.053,27	16.036.851,19
<b>1998</b>	15.712.133,76	15.107.899,96	15.580.341,38	17.047.914,53
<b>1999</b>	16.078.251,41	15.772.059,34	16.452.534,39	18.372.721,74
<b>2000</b>	16.997.037,14	17.539.015,97	17.536.756,42	19.540.906,42
<b>2001</b>	17.497.830,23	16.540.530,00	16.536.148,00	20.440.737,82
<b>2002</b>	14.800.826,00	13.332.807,00	15.803.848,95	17.045.417,00
<b>2003</b>	14.828.326,00	14.631.915,00	12.889.843,00	16.545.826,00
<b>2004</b>	15.353.730,00	14.332.178,00	11.929.173,00	16.667.580,00
<b>2005</b>	15.549.000,00	14.026.669,00	ano em curso	17.213.000,00

Como se pode ver no quadro 10, a evolução das dotações orçamentais durante estes dois Governos, foi crescendo entre 1998 e 2001. Em 2000, houve, até, um reforço da verba inicialmente atribuída.

<sup>231</sup> Os dados relativos aos anos 1996 e 1998 foram obtidos no Instituto Camões e confirmados através da consulta dos respetivos Orçamentos do Estado (<http://www.dgo.pt/>). As diferenças entre valores são decorrentes de reduções orçamentais provocadas por: Orçamentos Retificativos, cativações e/ou congelamentos de verbas. Em cada coluna foi assinalado a verde o valor mais alto e a vermelho o mais baixo do período considerado (1996-2005).

<sup>232</sup> Nesta coluna é possível verificar o único ano em que apesar de ter havido um congelamento de verbas de 1.849.442,82, essa redução foi compensada com um reforço de verba que resultou num aumento do orçamento inicial em mais 539.719,28 €.

<sup>233</sup> Os valores assinalados nesta coluna correspondem a valores máximos iniciais previstos nos OE e não a valores reais. A prática corrente de cativações e congelamentos de verbas leva a valores reais mais baixos. A partir de 2003 a prática do congelamento de verbas passa a ser usado também nas verbas do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central – PIDDAC, que tem como consequência a redução das verbas desta coluna; 257.625,00 €, em 2003, 200.420,00 €, em 2004 e 356.096,00 €, em 2005. Neste último ano, o congelamento desta verba faz com que o valor combinado disponível para funcionamento e PIDDAC seja, de facto, de 15.334.573,00. A vermelho assinala-se, em cada coluna, o valor mais baixo da série. A verde assinala-se o valor mais alto de cada série em cada coluna.

O *Plano de Atividades de 2000*<sup>234</sup> apresenta um conjunto de marcas de planeamento que o distanciam do discurso sobre a impossibilidade de pensar a atividade do Instituto, como o documento sobre o ano de 1996 refere. Este documento apresenta uma organização fundada em objetivos com linhas de orientação de médio prazo e uma vertente conjuntural a que o Instituto entendeu serem momentos importantes para a afirmação de língua portuguesa e da sua cultura, assente em critérios como as efemérides históricas ou as responsabilidades de Portugal no contexto internacional.

Assim, podemos identificar 5 momentos no plano da conjuntura, que segundo o Plano de Atividades, constituem «condicionantes da atividade do Instituto Camões no ano 2000» (p.6) e outras tantas no plano das linhas de orientação de médio prazo. No primeiro plano surge:

- a programação de iniciativas ligadas à presidência portuguesa da UE;
- as Comemorações do 5.º centenário do descobrimento do Brasil;
- a Comemoração do 1.º Centenário da Morte de Eça de Queirós;
- a Transferência da Administração de Macau para a República popular da China e o assumir pelo Instituto Camões do controlo sobre o IPOR;
- o início da cooperação com Timor-Leste no âmbito da promoção da língua portuguesa, no sentido de favorecer o desenvolvimento do português naquele que virá a ser o oitavo país de língua oficial portuguesa.

---

<sup>234</sup> Documento, como os restantes do Instituto, não publicado e, neste caso, sem números de página.

Apesar de estarem enumeradas nas iniciativas motivadas pela conjuntura, e neste sentido, justificadamente, as duas últimas propostas têm, pela sua própria natureza, implicações de importância estratégica futura. O facto de o Instituto Camões tomar uma posição maioritária no Instituto Português do Oriente, traria consequências políticas e estratégicas, quer na sua forma de olhar a presença no Extremo Oriente, quer no transformar do IPOR num parceiro corresponsável pela execução da política externa de língua e cultura de Portugal no Oriente.

Timor-Leste, por outro lado, representava (e representará ainda hoje) a oportunidade, não só de um regresso da língua portuguesa após ter estado banida pela ocupação da ditadura Indonésia, e apenas viva pela voz da Resistência Timorense, mas sobretudo pela possibilidade de participar, pela via da língua e da educação, da construção de mais um país de língua oficial portuguesa, o único na Ásia.

Enquanto as outras três ações estão marcadas pela comemoração e pela efeméride, estas duas últimas (Timor, por todas as razões, de que a mais insignificante é a afetividade) comportam a necessidade de uma visão de futuro e uma vontade perene de avançar no sentido de cumprir, não um qualquer desejo de Portugal, mas a vontade expressa pela forças políticas dos timorenses e pelos seus líderes, de que a Língua Portuguesa, língua da Resistência, fosse também a língua de um país livre e independente.

No plano das ações que visam um alcance de médio prazo, está-se no domínio das grandes áreas de intervenção do Instituto. Na prática, o que se constrói com estas linhas de orientação, é um planeamento da política de língua e da política cultural externas, ainda que não se saiba se se encontra fundamentada em estudos, promovidos ou patrocinados pelo instituto. No entanto, ainda que sem investigação

que consubstancie, justifique e suporte, com dados e informação organizada, as opções políticas e de planeamento que são apresentadas neste documento, as estratégias delineadas, apontam para linhas que subjazem às ideias base do *XIV Programa de Governo*.

A esta componente orientadora de base, terá acrescido a progressão normal, gerada pela dinâmica que os responsáveis do Instituto imprimiram à atuação do organismo que dirigiam, certamente a experiência adquirida na vivência, na prática e, possivelmente, alguma resposta às solicitações que chegavam ao Instituto e nas quais, os responsáveis viam virtualidades e possibilidades de sucesso.

Tem-se então instituído como parâmetros orientadores da atividade do instituto os seguintes objetivos:

- «- difusão da língua portuguesa;
- promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;
- execução de programas de intercâmbio;
- programas especiais;
- modernização e aumento da funcionalidade dos serviços.» (p. 8)

No quadro do primeiro objetivo, e entendendo-se a formulação «difusão da língua portuguesa», como indiciadora de uma ideia menos genérica e portadora de um modelo de consolidação do existente e/ou do que estava em crescimento, segundo vetores ponderados. E assim sendo, o objetivo conteria, à época, uma maior especificação<sup>235</sup>. É assim, apresentado sob a denominação

---

<sup>235</sup> Especificação que deveria, com ganho, apontar uma quantificação, alcançar um determinado número de alunos no mundo, região ou país, de professores locais (de um qualquer país), por exemplo. Esta pouca precisão, inibe que se diga exatamente onde se quer

«estratégias», um conjunto de linhas de atuação. As «estratégias», essas, aparecem esboçadas enquanto «atividades»<sup>236</sup>. Toma-se agora, para análise, três pontos que têm implicações diretas numa implementação de política de língua, isto é, do tipo de planeamento preconizado.

«Com funções distintas dos Centros Culturais e não se confundindo com os mesmos, os Centros de Língua Portuguesa, privilegiam o ensino e a divulgação da língua podendo apoiar atividades específicas como tradução, formação de formadores, complemento de habilitações e outros.

Estes Centros funcionam dentro das Universidades e devem ser vistos como uma extensão do trabalho do leitor mediante a criação de um espaço adequado, com equipamento informático, material bibliográfico e ligação à Internet por forma a permitir uma articulação com todos os outros agentes difusores da língua e da cultura portuguesa em cada área.

A existência dos Centros permitirá montar um sistema de professores visitantes que assegurariam, no âmbito dos referidos centros ou das cátedras já existentes, a docência de um semestre ou período mais ou menos alargado, prevendo-se a concessão de créditos aos alunos destinatários.

---

chegar, o que vai em desfavor de quem precisa de justificar orçamentos, mas pode favorecer quem queira justificar reduções orçamentais.

<sup>236</sup> É neste aspeto que se faz notar uma carência de estudos sobre as áreas de atuação. Viabilidade das ações e modo de abordar uma linha política de modo a torná-la eficaz, tendo em conta os objetivos que se pretendem alcançar. A questão não é saber se os responsáveis pela área da língua conseguem especificar a estratégia que perseguem ou a diluem num conjunto de atividades, o verdadeiro ponto fulcral é não se apontarem metas a atingir. Ora se não há metas a atingir ou se estão algures num ponto não identificável, então é muito difícil estabelecer uma estratégia e, para quem analisa, não é possível determinar a sua existência. Este não é um inconveniente deste plano de atividades, é uma fraqueza consistente de todos os documentos até agora analisados.

### Ação 1

Equipar com material informático, audiovisual e expositivo os Centros de Língua já existentes. Bibliotecas de uso ou de especialidade.

### Ação 2

Promover a abertura de Centros de Língua tendo em vista a criação de uma rede funcional estruturada regionalmente:

Díli, Goa, Cidade do México, Dacar, Barcelona, Madrid, Bucareste, Luanda, Lubango, África do Sul, Namíbia<sup>237</sup>, OUA<sup>238</sup>, SADEC.

### Ação 3

Criação de um “Centro de Língua de Referência” em Paris especialmente vocacionado para o ensino do Português Língua Estrangeira na Europa.

### Ação 4

Criação de um programa de professores visitantes» (p. 12-13)

Apesar de, na citação acima, se afirmar que os Centros de Língua Portuguesa «privilegiam o ensino e a divulgação da língua», isto não significa que neles decorram cursos de língua portuguesa, onde o recetor final seja o aprendiz, geral ou especializado profissional, fora do quadro do ensino.

---

<sup>237</sup> Nesta e na anterior localização, certamente por lapso não surgem os nomes das cidades escolhidas para acolher os Centros, aparecendo o nome dos países em vez do das cidades onde estão sediadas as instituições de acolhimento dos Centros: Joanesburgo e Windhoek respetivamente.

<sup>238</sup> Atualmente UA, União Africana.

Como se pode ler logo a seguir, esse privilegiar do ensino e da divulgação da língua exerce-se através das ações de «formação de professores»<sup>239</sup>, entre outras, como aliás já aqui foi referido anteriormente.

Para ilustrar esta questão sobre a definição clara de estratégias e de objetivos, repare-se nas denominadas ações 2 e 3. Na «ação 2», promove-se a abertura de Centros de Língua «tendo em vista a criação de uma rede funcional estruturada regionalmente»<sup>240</sup>, mas, depois, não é possível encontrar critérios, no quadro dessa rede regional, estabelecidos para determinar os locais e as instituições de acolhimento escolhidos.

Percebe-se, é certo, intuitivamente, as vantagens de se estruturar um organismo descentralizado e disperso pelo mundo, numa rede que permita aproximar e coordenar, permitindo uma comunicação fluida e que crie uma proximidade, pela comunicação e interação, na rede, e que quebre isolamentos com base na distância ao centro institucional. Teria sido interessante, do ponto de vista da análise, que estivessem presentes, no documento relativo a 2000, critérios em que se pudesse encontrar fundamentação que cimentasse as escolhas<sup>241</sup> dos locais onde se preconizava a instalação dos Centros

---

<sup>239</sup> Não sendo também cursos formais presenciais de formação, até pelo tipo de logística e recursos humanos que seriam necessários, mas com possibilidades de o fazer, caso se optasse por formação a distância em parceria com estabelecimentos de ensino superior com capacidade para o fazer. Uma consulta em [www.Instituto-camoes.pt/actividades/clpic.htm](http://www.Instituto-camoes.pt/actividades/clpic.htm) mostra bem esta questão sobre a atividade dos Centros de Língua.

<sup>240</sup> Já neste estudo foi referida a questão de se falar de aspetos organizativo e de funcionamento que sendo consensuais, deixam a impressão de que quem escreve estes documentos tem a noção de que é importante considerar no seu discurso conceitos como “rede de leitorados”, “estrutura regional” mas que depois a realidade não dá conta. A sensação que fica é a de que as palavras ou termos são usados porque se acha que isso passa para o exterior (e neste caso o exterior nem se quer é o público porque estes documentos nunca chegaram à disponibilidade do cidadão comum ou da imprensa, destinar-se-iam tão só aos olhos da hierarquia) uma ideia de eficiência organizativa, mas porque uma análise de conteúdo não encontra suporte para o uso dos conceitos, acaba por transmitir a ideia de que existe um vazio, entre o uso destes e a compreensão do que isso implica em termos funcionais.

<sup>241</sup> Uma evidência de que a fundamentação é necessária e essencial à prossecução de um objetivo é o facto de os locais propostos não estarem, eles próprios, agrupados regionalmente. Tratando-se do planeamento de médio prazo, esta orientação não está programada no tempo, ficando-se assim, por falta de calendarização, que já daria uma ideia quanto a prioridades, sem

de Língua. Ficaria assim estrategicamente explanado, e apresentado, do ponto de vista da instituição, a importância e o lugar, numa estrutura referida como organizada em rede, das suas escolhas, para a difusão da língua, para o incentivo à investigação ou para a formação de professores, em qualquer modalidade, individualmente, por região, ou de um modo global.

Do mesmo modo, no caso da «ação 3», seria crucial, para entender o alcance que o Instituto pretendia dar ao seu «Centro de Língua de Referência», que o documento em apreço fizesse menção mais detalhada do papel deste centro, que, ao ser apresentado como de referência, deve ter criado de imediato alguma expectativa<sup>242</sup>. Da breve e sintética apresentação da «ação 3», fica uma ideia da importância que se pretendia para esta estrutura, apresentada que é como «especialmente vocacionado para o ensino do Português Língua Estrangeira na Europa».

Nesta dimensão europeia, que se pretendeu dar ao Centro de Língua de Paris<sup>243</sup>, de acordo, aliás, com o definido no Programa do XIV Governo (p. 122), fica alguma indefinição sobre se seria uma espécie de Centro de centros, a que os outros recorreriam para colmatarem eventuais necessidades, ou um Centro, coordenador, formador ou

---

se saber a que se deve o facto de, decorrido o ano a que este plano se reporta, só se ter concretizado a abertura de dois (2) dos centros enumerados (Goa e Luanda). Sobre se era esta a calendarização prevista, e, portanto, tudo terá corrido normalmente, ou se terá havido dificuldades nada é escrito. Como não se pôde aceder ao relatório de atividades deste ano, não se saberá se o problema terá sido por deficiência de planeamento, ou por questões externas que o Instituto não pôde controlar. Voltaremos a este assunto quando se abordar 2001.

<sup>242</sup> Ao ser de referência este Centro torna-se desde logo diferente, ao pretender constituir um modelo na Europa sê-lo-ia, certamente, em razão dos já existentes. Ao não ser instalado numa instituição de Ensino Superior deixa de ter os constrangimentos de funcionamento, por exemplo, quanto à abertura de Cursos autónomos de português para falantes de outras línguas nas suas instalações, o que o fazia mais comparável, caso se optasse por essa via de promoção de cursos, ao CLP do IPOR em Macau (ou ao de Goa, embora numa dimensão não comparável) do que àqueles a que aparentemente pretendia servir de referência. Mas tudo isto são conjecturas que a documentação de 2000 não esclarece.

<sup>243</sup> Segundo a página eletrónica dos Centros de Língua (nota 156) Este Centro encontra-se neste ano de 2005 «em fase de instalação».

produtor de recursos, para melhor se dinamizarem os centros europeus.

O segundo ponto que se pode retirar para análise é o que se refere ao Leitorados (p. 13). Nesta «Atividade 2» podem relevar-se as ações 1, 2, 4 e 5.

«Avaliação e identificação dos leitorados existentes – construção de uma base de dados, apreciação dos planos de atividades e acompanhamento das ações propostas, análise crítica dos relatórios anuais.»

Nesta primeira «ação», o mais interessante é a inclusão da avaliação dos leitorados, certamente dos leitorados como figura orgânica no seio da instituição em que se insere mas, provavelmente, também, do leitor, da sua ação enquanto agente com capacidade mobilizadora ativa para a criação de um ambiente favorável à manutenção dos seus alunos e captação de novos, no quadro da sua ação enquanto professor criativo, agente cultural e imagem próxima de representante de uma língua junto de uma comunidade estrangeira. Neste aspeto, o leitor precisa de saber à partida que estará sempre apoiado, quer se encontre em Cáceres ou em Bucareste, mas também que o seu desempenho será reconhecido pela avaliação do seu esforço, competência e profissionalismo.

«Articulação regional e re-estruturação da rede de leitorados mediante o estabelecimento de parcerias com Universidades e com programas de contratação local de docentes.»

A «ação 2» merece atenção porque volta a colocar a questão quer da «articulação regional» que implica a conceção de um elemento ou estrutura articuladora, sobre a qual seria benéfico uma explanação

daquilo em que consiste e de como se implementará<sup>244</sup> e «re-estruturação da rede de leitorados», formulação já avançada noutros documentos e anteriormente referida neste capítulo. Neste aspeto continua a não haver evidência de que existe de facto uma rede de leitorados, pelo que se terá de entender esta «rede» como número de leitorados dependentes do Instituto.

Clarificada esta noção, fica-se então a saber que é intenção do Instituto tornar o ensino de PLE uma atividade normal e instituída no tecido da Universidade e estimular a contratação de, por exemplo, professores locais, formados naquela ou noutra universidade do país onde está instalado o leitorado. É sem dúvida uma medida não só económica<sup>245</sup>, como tem a vantagem de localizar o ensino do PLE, remetendo-se o Instituto ao papel de facilitador, daquele que propõe na «ação 4»:

«Acompanhamento da atividade pedagógica e didática dos Leitores através de material bibliográfico, equipamento informático, audiovisual e instrumentos didáticos e pedagógicos.»

Complementar da ação anterior é a «ação 5»: «Formação, mediante a realização de seminários específicos.», embora aqui não se refira um aspeto que deveria ser importante na formação específica destes leitores: o da sua formação cultural. Não só no que respeita aos conhecimentos sobre o seu próprio país e dos países lusófonos, mas, particularmente, do país para onde vai exercer o seu leitorado. A sensibilidade cultural e linguística do leitor ou formador é um elemento não negligenciável do seu sucesso enquanto agente difusor da língua portuguesa.

---

<sup>244</sup> Pela forma como aqui surge, é certo considerar que não existe.

<sup>245</sup> Até porque pode permitir canalizar as verbas que se deixam de investir naquele leitorado aplicando-as na expansão da rede.

O terceiro ponto deste documento constitui a formulação de um aspeto que, do ponto de vista de uma política de língua, seja ela na sua vertente externa ou interna, quer na área mais vasta da provisão de línguas estrangeiras ou da provisão de línguas de comunidades imigradas, é a constituição de um observatório da língua. Neste caso, e porque se trata de PLE, o Instituto Camões propõe a criação de um Observatório de Português Língua Estrangeira. (p. 16)

«- Identificação dos falantes de português

- Caracterização das estruturas da Língua Portuguesa no Mundo

- Futura criação de uma estrutura de investigação e avaliação independente»

Para além da óbvia necessidade de concretização de todos os pontos acima enunciados, o primeiro aspeto contemplado é de uma crucial importância, já que nos permitiria saber algo que nunca surgiu até agora nos documentos: o número de falantes de PLE. Esta questão tem também uma componente política não negligenciável já que ela permite afirmar e valorizar a língua portuguesa enquanto língua internacional no seu âmbito mais abrangente e dinâmico.

Para atestar do valor desta questão basta referir o quadro que consta da Introdução (quadro 1, p. 8), onde, em 1995 e 2001, o Português é apresentado como tendo 0% de falantes como língua estrangeira, a par do Grego e do Finlandês. Esta realidade sofreu alguma alteração se se considerar os resultados do inquérito do "Eurobarómetro" para a Comissão Europeia em 2001<sup>246</sup>, onde o Português é reconhecido como sendo utilizado ocasionalmente como língua estrangeira por 1% dos cidadãos inquiridos na UE.

---

<sup>246</sup> Eurobarometer 54 Special, *Europeans and languages*, 2001.

A única forma fiável de se saber, de facto, com um mínimo de fiabilidade, o número de falantes de PLE, não só na Europa como no mundo, é através do estabelecimento de um Observatório para o Português Língua Estrangeira<sup>247</sup> que possibilite uma monitorização atenta e credível sobre esta realidade.

Um último aspeto deste documento, que importa referir é o 4º Objetivo: «Programas Especiais» já mencionado no início da análise deste documento (p. 262). O facto de se constituir no quadro de programas especiais a entrada do Instituto Camões no IPOR e a participação no processo de reconstrução de Timor-Leste, no que à língua portuguesa a reconstrução diz respeito, revela, por um lado, que constituem novas prioridades no seio do Instituto e que como tal se assumem como especiais como forma de justificar novos investimentos, por outro constituíram, provavelmente, a forma de encontrar resposta mais célere a situações iminentes da conjuntura e do desenvolvimento das relações internacionais.

É certo que a evolução política ocorrida em Timor-Leste decorreu muito depressa e que a magnitude das necessidades<sup>248</sup> de formação a que Portugal deveria dar resposta, quer a nível superior, no apoio à criação de um Departamento de Língua Portuguesa na Universidade em Díli, quer a nível não curricular, na área do ensino da língua para fins específicos, exigiam um carácter especial para esta intervenção.

Já a questão do IPOR era previsível, quanto mais não fosse pelo prazo que a data da Transferência de Administração estabelecia e que estava, há muito, acordado. Neste caso, a categorização “especial” justificava-se, talvez, pelo investimento que a condição de sócio maioritário do Instituto impunha. Pode por isso ser, apesar da

---

<sup>247</sup> Em bom rigor este observatório até poderia ser um ramo de um desejável Observatório da Língua Portuguesa, de que o PLE é necessariamente uma extensão.

<sup>248</sup> Que não estavam apenas concentradas no Instituto Camões mas essencialmente no Ministério da Educação.

expansão e de algum crescendo nas dotações orçamentais ocorridas neste período, mais uma marca da dificuldade do Instituto em fazer valer os seus argumentos junto do poder, das vantagens de um planeamento atempado das suas ações. Acresce que sendo o IPOR uma estrutura mais leve e ágil, em princípio, só poderia trazer benefícios à máquina organizativa do Instituto Camões.

O documento, *Plano de Atividades Ano 2001*,<sup>249</sup> apresenta uma estrutura semelhante ao anterior mas com o que se pode considerar uma vantagem: é mais explícito na exposição dos seus propósitos e nele se pode encontrar maior clareza de objetivos. O documento deste ano define a sua ação na área da promoção da língua tendo em conta o Ano Europeu da Línguas<sup>250</sup>, que decorreria em 2001.

Neste âmbito, a organização, em Lisboa, do Simpósio Internacional «Português: Língua Estratégica para o Terceiro Milénio» poderia constituir um momento sobre o “estado da arte”, sobre a atividade do Instituto Camões e, mais largamente, sobre a difusão da língua portuguesa, Língua Estrangeira (PLE) e Segunda PL2, no mundo. O nome escolhido para o evento apontava claramente para o futuro de uma forma ousada<sup>251</sup> e refletia o otimismo do *Plano de Atividades* deste ano, ao referir e sublinhar que

---

<sup>249</sup> Instituto Camões, *Plano de Atividades Ano 2001*, pp. 56, n. pág., policopiado.

<sup>250</sup> O «Ano Europeu das Línguas 2001» foi uma iniciativa da União Europeia e do Conselho da Europa. destinada a sensibilizar os Cidadãos Europeus para a diversidade linguística da Europa e para e promover uma aprendizagem plural das línguas, das regionais às chamadas línguas nacionais menos faladas (um eufemismo politicamente correto, para línguas minoritárias) e com menos valor económico direto, mas com ganhos, não imediatamente quantificáveis, no plano do conhecimento do outro, no respeito pelo diferente ou no combate ao medo do desconhecido.

<sup>251</sup> Uma nota produtiva, e mais positiva, poderia ter tomado a forma de uma continuidade em termos de trabalho e organização, de publicação de resultados e de medidas que potenciassem o entusiasmo que este Simpósio deixou ver nos participantes e nos trabalhos apresentados. Para memória ficou o vídeo «O universo da língua portuguesa – Diversidade e Inovação» onde os testemunhos de responsáveis departamentais do Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos da América, Costa do Marfim, Cuba, Argentina, República da Coreia (do Sul) e Japão mostraram o seu entusiasmo, a sua motivação e a sua convicção no continuado crescimento sustentado, do número de alunos nas suas instituições.

«O Português é hoje a **3ª língua materna** europeia, depois do Inglês e do Espanhol, que se afirma, **a nível mundial**, como **língua estratégica de comunicação internacional**.»<sup>252</sup> (p. 18).

O Instituto pretendia também, neste ano, desenvolver «programas especiais nas áreas das Didáticas de Português língua Estrangeira e Português Língua Segunda». Também a afirmação do português, enquanto língua de comunicação internacional, tinha lugar nestas linhas (p. 2-3), através do reiterar do propósito de criar neste ano o que não teria sido possível concretizar em 2000<sup>253</sup>, a criação de um Centro de Língua Portuguesa no Departamento de Tradução de Português da União Africana.

Tendo em conta que a língua portuguesa era, então, língua de trabalho em oito<sup>254</sup>, hoje são doze, organizações internacionais, vê-se que não se pode falar em megalomania (ou ambição desmedida) no apoio à «língua estratégica de comunicação internacional» acima referida de forma tão vincada. Ainda assim, esta parece ser a única via de atuação com o fim de intervir em favor daquela estratégia. Fica-se, assim, com a ideia de que, para o Instituto, esta conceção de «língua estratégica de comunicação internacional» se resume em geral ao seu uso nos *fora* internacionais e em particular na UA ou da SADC que figurou, episodicamente, no plano de 2000. Não deixa de ser uma visão parcelar e limitada da questão, conforme já foi abordado em capítulos anteriores.

---

<sup>252</sup> Sublinhado e negrito constam do original.

<sup>253</sup> Na verdade, também não foi possível concretizar a criação do CLP na União Africana neste ano. Este projeto, a julgar pela abertura de concurso para leitor na UA, estará, talvez, apenas em 2005, em condições de tomar forma. No entanto, e a julgar pelo Aviso de Abertura de Concurso para leitores (<http://www.instituto-camões.pt/concleitor05/aviso.htm>), ainda está dependente da assinatura de um protocolo.

<sup>254</sup> É certo que o Instituto não precisa, neste aspeto, de se preocupar com o Mercosul, mas outras organizações internacionais, referidas anteriormente, já então, seriam, possivelmente, merecedoras de atenção do Instituto Camões.

Na área dos Centros, aliás, e na impossibilidade de consultar um relatório de atividades de 2000 ou 2001, e desta forma se confrontar o plano destes anos que, recorde-se, o de 2000 pretendia conter linhas de orientação de médio prazo, torna-se difícil perceber as alterações que se veem na delimitação de abertura de Centros de Língua Portuguesa. Há localizações que surgem num ano para desaparecem no seguinte<sup>255</sup>, outras, que surgindo como novidade no de 2001, tinham, até, data marcada<sup>256</sup> para abrir, mas o tempo veio a mostrar não terem chegado a bom termo as intenções, pois não existem ainda em 2005. Neste *Plano de Atividades de 2001* voltam a surgir referências à U.A. e a Windhoek, como sendo para criar no ano a que respeita o documento, mas que continuam, à data (2005), “em fase de instalação”<sup>257</sup>.

No entanto, foram criados sete novos Centros de Língua Portuguesa, quatro que constavam já do Plano de Atividades de 2000 (Díli, Barcelona, Bucareste e Lubango) e três (Newcastle, Oxford e Lyon) que surgem apenas neste *Plano de Atividades 2001*, mas que foram céleres no seu processo de entrada em funcionamento neste mesmo ano, todos na Europa.

Foram ainda previstos mais sete Centros de Língua, num total de 14, para 2001, que não se concretizaram neste ano. Destes, para além dos já mencionados, nos parágrafos precedentes, há ainda a referir Varsóvia, que, tal como Genebra, não chegou a concretizar-se; Jacarta, que pertence à denominada Rede IPOR, por estar sob a coordenação daquele Instituto, e que só se viria a concretizar mais

---

<sup>255</sup> Cite-se o caso de Centros de Língua para Dacar, Madrid, SADC (Southern African Development Community – Comunidade para o Desenvolvimento do Sul de África), Cidade do México (este Centro viria depois a ser retomado), que, fazendo parte do Plano de Atividades de 2000, já não constam do Plano de Atividades de 2001. Dacar, no entanto, surge em 2005, na página eletrónica do Instituto Camões, como estando em fase de instalação.

<sup>256</sup> A abertura de um CLP na Suíça, na Universidade de Genebra, em Abril de 2001, não consta do atual número de CLP.

<sup>257</sup> Esta é a informação que constava, à data, da página eletrónica do Instituto Camões.

tarde; e *New Jersey, Newark*, Estados Unidos da América e Bissau, que viriam a ser criados em ano posterior.

Na área do Leitorados a proposta deste ano era a criação de cinco leitorados. Destes, dois nunca se concretizaram, Montevideu e Tóquio (sendo que este último pertenceria à rede coordenada pelo IPOR, e não consta do plano de atividades deste Instituto para este ano, ou outro, a criação de qualquer leitorado em alguma universidade de Tóquio.); Em Tunes (Tunísia) viriam a ser criados 2 leitorados, mas em 2004; o Leitorado em Moscovo viria a ser criado em 2002 e na Cidade do México, também seria criado mais tarde.

Terá havido certamente razões fortes e justificadas para a não concretização dos objetivos acima mencionados mas a documentação disponível não dá conta das razões. Ainda assim, não deixaria de ser um dado a considerar, saber se estas oscilações ou incertezas, sobre a abertura de Centros ou o arrastar de ano para ano do anúncio da sua criação, se terá devido a que tipo de questões, se a alguma bonomia otimista na prossecução e fixação dos objetivos ou a quaisquer outras razões.

Neste Plano, Timor-Leste é constituído como uma prioridade que «impõe um esforço de intervenção a curto prazo na área da cooperação» (p. 12). Parte desse esforço seria aplicado na abertura do Centro de Língua Portuguesa em Díli, no «envio de material didático, de pessoal docente e técnico, bem como no apoio à criação do Departamento de Português na Universidade Nacional de Timor-Leste (UNATIL)» (p. 12).

Quanto a objetivos, fica-se, por ausência de dados, com a sensação de que o que se cita no parágrafo anterior, não são os meios a colocar *in situ* para prosseguir um objetivo, mas o objetivo em si mesmo.

Neste plano surge, de forma mais estruturada do que no de 2000, o que se pretende com a criação do Centro Virtual Camões. Aqui se propõe a constituição de quatro áreas de intervenção. Uma dedicada aos alunos, outra aos professores, uma outra incorporando as designadas Bases temáticas sobre cultura portuguesa, que já existiam na página eletrónica do Instituto, mas integrando outros conteúdos, como uma biblioteca digital e uma quarta vertente que não se destinaria à Internet, mas ao suporte em CD-ROM e também destinado aos alunos de PLE. O Centro Virtual viria a ficar acessível ao público no início de 2002.

Este Centro significou a entrada do Instituto Camões no apoio ao ensino e à aprendizagem de PLE via Internet. Se isso significou algo em termos de criação de uma plataforma de estudos, ou apenas uma introdução de conteúdos orientados e de divulgação é matéria de que não nos podemos aqui ocupar.

Um outro aspeto que deve ser assinalado neste documento é a referência à necessidade de se reformular a Lei Orgânica do Instituto. Ainda que nada se avance sobre outras questões como os recursos humanos e a reorganização estrutural do próprio Instituto, uma questão deve ter ocupado este espírito reformador: o enquadramento funcional e orgânico dos Centros de Língua Portuguesa.

Do ponto de vista estratégico, é notória a preocupação em dotar o Instituto de mecanismos de recolha de informação capaz de proporcionar indicadores fiáveis sobre a verdadeira situação da língua portuguesa no mundo que permitam «A definição de programas e estratégias para a promoção da língua portuguesa no mundo» (p. 18). O instrumento para alcançar esta capacidade é, no que se afigura deste documento orientador para 2001, o Observatório da Língua Portuguesa. Ainda nesta mesma página 18 se podia ler:

«No sentido de identificar a presença do Português nas diversas regiões do Mundo e as conseqüentes áreas de intervenção com vista a uma atuação no sentido de: consolidar a presença do português, reforçar o seu uso e promover a sua divulgação»

Ora do que aqui se pode ler «está o Instituto Camões a desenvolver um Observatório da Língua Portuguesa» (idem). Estar a desenvolver pode significar que o embrião já estaria implantado, que, de alguma forma, já existia ou que, pelo menos, já teria saído do papel e já teria tomado alguma configuração<sup>258</sup>.

Independentemente destas possibilidades de desenvolvimento ou esclarecimento, as páginas 18 a 22, constituíam, em 2001, a peça de política de língua para o PLE mais estruturada que até agora foi possível encontrar, desenvolvendo o que constava do *Programa do XIV Governo Constitucional*. Nestas páginas são enquadradas política e estrategicamente a questão das Organizações Internacionais onde o Português é língua de trabalho. Aborda também as questões abaixo enunciadas:

«Integração da língua portuguesa nos sistemas educativos dos países onde existem comunidades portuguesas»<sup>259</sup>;

---

<sup>258</sup> É certo que podendo atribuir-se alguma ambigüidade a este estar «a desenvolver» também poderia significar estar em fase de estudo avançado, que se estaria a desenvolver a sua estrutura o seu modo de atuação, as suas funcionalidades. Mas atendendo a que se logo a seguir se apresentam alguns dados informativos globais e regionais por continente, está-se a passar a mensagem de que até já existe algum trabalho na área da recolha de informação. «Na Europa, os falantes de Português são mais de 11 milhões; em África, esse número ultrapassa os 16 milhões; e, na América do Sul, atinge o número de cerca de 170 milhões.» ou «considerando o previsível aumento das populações que falam a nossa língua — no ano de 2025, ele será de cerca de 286 milhões e, em 2050, de 336 milhões — a sua importância tenderá a crescer gradualmente.» É certo que estes dados podem ser recolhidos, com alguma facilidade, nos *sites* internacionais como o do *Ethnologue*, e outros já aqui citados. Ainda assim a formulação utilizada deixava fundadas esperanças sobre uma estrutura que despontava. Infelizmente, ainda hoje, o Observatório para a Língua Portuguesa continua sem se vislumbrar.

<sup>259</sup> A questão que se coloca no âmbito de uma língua internacional é: porquê esta restrição?

«A criação de Departamentos de Português em Universidades estrangeiras»

e de Centros de Língua Portuguesa, com o objetivo de

«afirmar o seu estatuto como língua de interesse estratégico para a comunicação internacional; reforçar estruturas existentes, bem como estabilizar o corpo docente de cada Departamento de Português, integrando-o no quadro de cada Universidade; promover a criação de Cursos que confirmam Habilitações Académicas e Profissionais com vista ao acesso ao mercado de trabalho;

Para realizar os presentes objetivos, continuarão a ser desenvolvidas estratégias no sentido de que o ensino do Português não seja considerado, apenas, como ensino paralelo, dependente de programas de apoio, com professores deslocados» (p. 19-20)

Para alcançar estas metas propunha-se a celebração de protocolos, a promoção de «quadros locais com competências reconhecidas», o incentivo à «criação de Cátedras».

No que respeita aos Centros de Língua, volta a encontrar-se uma definição das suas funções, mas, formulada de maneira mais elaborada que as anteriormente expostas, fruto certamente do decorrer dos anos e do amadurecimento e evolução do pensamento sobre o seu papel:

«A criação de *Centros de Língua Portuguesa / Instituto Camões* tem por objetivo constituir uma rede de informação e de prestação de serviços, através dos

recursos que disponibilizam. Assim, os *CLP/IC* constituem-se como:

- Centros de Recursos para Apoio Logístico e Material
- Núcleos de Coordenação Regional
- Centros de Apoio à Formação de Professores
- Centros de Exames

De modo a conferir um máximo de operacionalidade e eficácia à atividade destes Centros de Língua Portuguesa/IC foi criado nas instalações do Instituto Camões, em Lisboa, o **Centro Coordenador dos CLP/IC**, competindo-lhe tarefas de coordenação e gestão não só dos programas de cada Centro, como dos que são propostos por Lisboa, elaborados pelo **Gabinete de Apoio Pedagógico**, em articulação com o **Centro Virtual Camões.**» (p. 20)

Sobre os leitores assinale-se o seguinte:

«Neste contexto estão já elaboradas diferentes **Bases de Dados** que permitem recolher um máximo de informação sobre a situação dos Estudos Portugueses em cada leitorado ou em instituições que cooperam com este Instituto.»<sup>260</sup> (p. 20)

---

<sup>260</sup> Tendo em consideração que este plano se reporta a 2001, parece-nos estranho que a questão do desempenho dos leitorados e do número de alunos que ano após anos passaram por estes leitorados não permitam encontrar um quadro, ou dados anuais, que possibilitasse saber quantos alunos passaram pelas estruturas do Instituto, pelo menos, a partir do momento em que as referidas bases de dados foram criadas, pois parece lógico que uma das bases de dados referidas deveria conter este tipo de informação tão importante não só para este trabalho como, mais importante, para o trabalho do Observatório que o Instituto estaria a desenvolver.

Neste quadro estratégico e de definição política encontra-se ainda referência ao Sistema de Avaliação e Certificação de PLE<sup>261</sup>, entretanto criado, e ainda, do Sistema de Certificação de Formadores e Professores de PLE e PL2 (EPL2 – Ensino de Português Língua Estrangeira)<sup>262</sup>.

Para apoiar estes diplomas são ainda referidas a concessão de Bolsas, com programas adequados a alunos, professores e formandos. Complementando este quadro surgem as ações promocionais como a participação em Feiras de línguas e divulgação dos materiais de aprendizagem existentes.

Todo este enquadramento programático, caracterizador da política de língua preconizada neste plano de 2001 tinha, pelo que se registou do contexto, como pressuposto o trabalho que estaria ou iria ser desenvolvido pelo Observatório, dado que os conhecimentos que dele seriam recolhidos poderiam confirmar ou não a validade das linhas aqui apontadas e, não menos importante, num contexto de uma instituição oficial, algo que iria dar forma a todos estes vetores de ação, o planeamento da implementação do que o texto refere como «fatores adjuvantes a esta política linguística» (p. 19) porquanto se trate de um *Plano de Atividades*, o que aqui se apresentou foram especificações de uma política de língua conforme às linhas de ação proposta pelo Governo para a legislatura.

No plano conceptual, no entanto, cabe aqui uma pequena reflexão sobre a pergunta colocada na nota<sup>178</sup>. Se em todo este quadro político atrás citado da página 19 do documento, o que se tem em pano de fundo é o estatuto da língua portuguesa como língua de comunicação internacional, não parece nem adequado nem favorável

---

<sup>261</sup> Sistema que permite realizar exames de PLE em qualquer parte do Mundo, desde que exista um Centro de Exames reconhecido. Foi criado por Protocolo conjunto do MNE (Instituto Camões), ME (DEB/NEPE) e Universidade de Lisboa (DCLP/FL).

<sup>262</sup> Criado por Protocolo estabelecido entre o Instituto Camões e a Universidade Nova de Lisboa.

que se restrinja, à partida, o esforço ou as negociações para a integração da língua portuguesa nos *curricula* de ensino básico ou secundário apenas a países onde existam comunidades portuguesas ou luso-descendentes.

Uma postura que limita a sua estratégia, logo à partida, aos países de acolhimento de comunidades portuguesas, representa uma contradição ao estatuto de qualquer língua que se queira internacional e não apenas falada no estrangeiro por falantes maternos dessa língua que se encontrem no estrangeiro por condicionantes sociais ou económicas. Uma linha de ação pode dar prioridade a que sejam aqueles países os preferidos nesta estratégia, agora torná-los como alvos únicos e exclusivos é uma visão redutora do que é ser língua internacional.

Outra questão que já foi referida, mas que, por aparecer repetidamente nos documentos, ganha particular importância, é a questão da difusão e do quadro em que ela é preconizada e desenvolvida. Na verdade, e ainda que não se tenha terminado aqui a análise documental, não deixa de ser notório o campo restrito ou a incompatibilidade que existe, entre um pensamento que, quanto à língua portuguesa como língua estrangeira, pretende «reforçar o seu uso» e «promover a sua divulgação», como acima se cita, mas que mantém uma estrutura de ensino que não se dirige, tal como acontece com as instituições consideradas suas congéneres<sup>263</sup>, ao público em geral, limitando a sua difusão e ensino às magras populações universitárias.

Esta é uma postura que tanto mais contrasta e se revela incoerente, quanto mais é neste *Plano de Atividades* posta, como pedra de toque, a centralidade da ideia de que a língua portuguesa é uma língua internacional e que a sua promoção por parte do Instituto Camões

---

<sup>263</sup> *British Council, Alliance Française, Instituto Cervantes*, entre outros.

tinha como referência, precisamente, a premissa de que a língua portuguesa é uma língua com dimensão internacional<sup>264</sup>.

Salvaguardando as questões que foram merecendo reparo, pelas razões que foram sendo apontadas, este *Plano de Atividades 2001*, representa um enorme avanço, pelo menos no que a este trabalho ocupa, quer pelo desenvolvimento que deu ao enunciar das questões de política de língua e ao expor de linhas estratégicas, mas também pelo que representa na evolução do pensamento da instituição quanto ao seu papel.

#### **8.1.4.2. Depois da expansão: a retração?**

A partir de 2002, no entanto, as dotações orçamentais iniciais diminuem fortemente, como se pode ver no quadro 10, chegando a atingir valores que colocaram as verbas postas à disposição do Instituto Camões a um nível inferior ao de 1998. Este aspeto reveste-se de uma importância tanto mais preocupante quanto os anos anteriores haviam permitido a expansão das estruturas do Instituto no estrangeiro com as correspondentes responsabilidades da sua manutenção e funcionamento.

O *Plano de Atividades 2002*<sup>265</sup> é um documento que de alguma forma será afetado na sua execução, pela conjuntura política. A queda do XIV Governo, as eleições que se seguiram e a subida ao poder de um novo Governo no início de Abril de 2002. Ainda assim, ele deve ser abordado pelo seu conteúdo. Só um relatório de atividades poderia dar conta cabal dos efeitos na sua ação da entrada em funções de um

---

<sup>264</sup> Nunca aparecendo a aceitação deste princípio, aligeirado ou restringido quanto ao significado do conceito Língua Internacional de Comunicação. Se este internacional se balizava no espaço interno geolinguístico da lusofonia ou se era tomado na sua maior amplitude global.

<sup>265</sup> Instituto Camões, *Plano de Atividades 2002*, n.p., 79 pp.

novo Governo e, neste sentido e na falta de um relatório deste tipo tomaremos em consideração outros elementos que possam de alguma forma ilustrar esta questão.

Uma das razões porque este documento se revela importante é pela razão relevante que, pela primeira vez, são exteriorizadas medidas reveladoras de que à definição de uma política de língua se sucedeu um planeamento das ações no terreno. Assim, percebe-se que esse planeamento, ainda que de forma genérica, compreendia fases ordenadas de atuação.

Do ponto de vista geoestratégico, estas foram direcionadas, pela primeira vez, à penetração numa área linguística delimitada e objetivamente eleita como alvo, a hispanofonia; a uma área da geolinguística da língua portuguesa, que sempre esteve presente nas preocupações dos responsáveis pelas linhas de orientação política: os PALOP; e, igualmente, enquadrada na relação com outros espaços, relativos a áreas geolinguísticas contíguas àqueles países africanos.

«A estratégia para o próximo ano aposta decisivamente na área linguística da Hispanofonia e, em segundo lugar, em África.» (p. 1)

É nesta perspetiva que se pode ler sobre a área da «hispanofonia»:

«Prevê-se a conclusão dos processos negociais com as Universidades Autónoma de Madrid e Universidade de Cáceres (Espanha), a Universidade Nacional Autónoma do México, a Universidade de Santiago do Chile e a Universidade Central de Caracas. Todos estes prestigiados estabelecimentos de ensino superior da área ibero-americana serão dotados de Centros de Língua Portuguesa/Instituto Camões e, até, alguns deles de Cátedras Camões.» (p. 1)

Esta foi a proposta do Instituto para este ano, na área que constituiu como primeira prioridade. Já anteriormente se referiu que Madrid ainda não tem qualquer atividade do Instituto Camões, ainda que documentos anteriores lhe tenham feito menção. Esta nova intenção ou tentativa, apesar de acima se mencionar a existência de «processos negociais» não obteve resultados.

O resultado destes processos foi que nenhum destes objetivos foi alcançado. Cáceres<sup>266</sup> e Cidade do México tiveram o seu Centro de Língua em 2004, Santiago do Chile e Caracas não foram avante. Das Cátedras acima mencionadas, apenas uma foi concretizada na Universidade Nacional Autónoma do México, mas dois anos mais tarde, em 2004.

Quanto ao segundo objetivo consistia em:

«A segunda área de intervenção considerada prioritária para o próximo ano diz respeito a África. Pretende-se concluir o processo de dotação das capitais africanas de língua oficial portuguesa de CLP/IC. Para alcançar tal desiderato apenas falta instalar o CLP/IC em Bissau (Escola Normal Superior de Educação Thico-Té)» (p. 1)

A abertura, neste ano, deste Centro de língua veio concluir, de facto, um processo de criação de Centros de Língua Portuguesa nos países da África lusófona. O percurso iniciado em Nampula, no ano de 1998. Fechado um ciclo de instalação, o Instituto propôs-se uma nova etapa de crescimento:

«Encerrada esta fase, poder-se-á dar início a um projeto que pretende concorrer para a expansão da Língua Portuguesa nos principais vizinhos dos PALOP, conferindo

---

<sup>266</sup> O CLP nesta cidade foi criado não numa “Universidade de Cáceres” como erradamente se escreve no documento, mas no campus de Cáceres da Universidad de Extremadura.

especial prioridade à África do Sul (Universidade de Witwatersrand), à Namíbia (Universidade de Windhoek) e ao Senegal (Universidade Cheik Anta Diop), bem como tornar mais densa a malha de CLP/IC em países estratégicos, designadamente Angola (Benguela e Uíje)»  
(*op. cit.*:1)

Mais uma vez, a distância entre as metas propostas e o consumo das propostas estratégicas que têm marcado os documentos orientadores das atividades do Instituto Camões, acaba por mostrar que um dos fatores que impediram um maior dinamismo e um aproveitamento mais marcante, de um ciclo favorável ao desenvolvimento do Instituto e do seu trabalho de difusão e promoção da língua portuguesa, foi a sua falta de capacidade para, com eficácia, alcançar os objetivos que a si mesmo impôs.

As propostas de estabelecimento de CLP em Dacar, Windhoek e Joanesburgo que agora surgiam integradas numa estratégia de expansão para os países contíguos dos países africanos de língua oficial portuguesa, eram, de facto, propostas que constavam já das pretensões do Instituto para 2000. No entanto, apesar de terem surgido de novo em 2002, o facto não significou um melhor fim. Apenas na Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo) se concretizou a abertura do Centro de Língua Portuguesa. Dacar e Windhoek como já atrás se disse continuam, em 2005, três anos decorridos, sem conhecer sucesso.

No que respeita ao que na citação é referido como o adensar da malha em países estratégicos, onde o plano era criar dois destes Centros a taxa de sucesso foi, em 2002, nula. Ainda assim, em 2003, um destes centros foi criado, em Benguela, sendo que o do Uíje não existe.

Ainda no que se refere ao contexto estratégico que esteve na base da conceção da «atividade planeada para o ano de 2002», o documento revela na sua página 21, que esta «decorre da aplicação das principais linhas de ação expressas no Programa de Governo». Neste quadro de referência, as opções políticas e estratégicas enunciadas no *Plano de Atividades*,

«refletem os interesses permanentes de Portugal como nação europeia, com um legado histórico-cultural universalista, reforçado pela presença de comunidades portuguesas em vários pontos do globo<sup>267</sup>, sendo a primeira grande opção do plano **afirmar a identidade nacional no contexto europeu e mundial**».

Mais uma vez, e no plano retórico e político, não ficam dúvidas sobre o entendimento dos dirigentes políticos de que a difusão da língua e da cultura portuguesa faz parte dos seus «interesses permanentes». O facto de esse interesse se fundar num «legado histórico-cultural universalista» não deixa de constituir uma construção, fruto do período histórico da expansão.

Ao fazer-se este tipo de afirmações, pretende-se, ou pretendia-se, demonstrar uma qualidade particular da identidade nacional, da sua capacidade para realizar e se relacionar com o mundo, e de uma mundivivência cosmopolita da sua cultura e da sua língua, o que a torna uma mais-valia que beneficia quem dela usufrui.

Mas, como reivindicação por parte de uma antiga potência colonial, este discurso não constitui, nem se refere a um carácter singular da língua ou da cultura portuguesas. Esse é também o discurso do

---

<sup>267</sup> Dec.-Lei n.º 298 de 27 de Dezembro de 2001, Lei n.º 109-A/2001: Grandes Opções do Plano para 2002

«universalismo francês» sobre as qualidades intrínsecas da língua e da cultura francesa<sup>268</sup> e da sua vocação universalista<sup>269</sup>.

Por outro lado, não foram as *elites culturais* a emigrar, mas antes aqueles a quem o Estado falhou na sua missão de proporcionar condições de trabalho e educação, no seu próprio país. Foram eles que formaram o grosso da massa constituinte das «*comunidades portuguesas em vários pontos do globo*». Ligar numa mesma frase, um legado histórico-cultural universalista e um legado do nosso subdesenvolvimento socioeconómico, é misturar realidades diferentes. Ao juntar um mito de glória e grandeza, de prazo vencido, à pobreza que esteve na base do surgimento de muitas das comunidades portuguesas no exterior, para construir, no mesmo enunciado, uma realidade identitária virtual e com ela, fazer, no plano retórico, uma sebástica afirmação da «**identidade nacional no contexto europeu e mundial**»<sup>270</sup>, não pode constituir prova de legado universalista, a não ser que essas comunidades tivessem, elas próprias, consciência desse legado, que o interpretassem como seu e que o analfabetismo e as más qualificações profissionais com que emigraram fossem prova desse legado histórico-cultural.

---

<sup>268</sup> Mantendo a esfera política, as referências ao universalismo muito veiculado pelos propagandistas da língua francesa por excelência, eram caras a De Gaulle (1950) como o são hoje a Dominique de Villepin, primeiro-ministro francês (2005). O facto de mais de meio século e situações históricas e políticas distintas separarem estes estadistas, o tempo decorrido não parece relevante para os separar e não os impede de partilhar «le même souci de la langue, véhicule d'un message universel» onde «La langue employée est le français, mais le message est universel». Gambotti (2004:15), a sua palavra inspiradora é a solidariedade e é também o seu fundamento messiânico (Arnaud, Guillou e Salon, 2002:15-23).

<sup>269</sup> Da mesma forma, que houve quem achasse que a língua alemã era a mais indicada para exprimir, de forma mais clara e objetiva, as ideias da filosofia. A sociedade global, no entanto, não parece apreciar as qualidades destes universalismos e vai adotando uma língua que não se reivindicando destas qualidades, se vai impondo de forma universal, da mesma forma que a sua cultura, sem se arrogar de qualidades intelectuais particulares, se vai globalizando.

<sup>270</sup> Tanto mais que, como já vimos, o esforço de ensino da língua e da cultura portuguesas junto destas comunidades se tem feito em circuito fechado não transbordando este universalismo do «legado histórico-cultural» para fora daquelas comunidades, quando a elas chega, apontando pois este tipo de divulgação para um alvo mais étnico do que de difusão para a sociedade em geral.

Não se pode afirmar que reflexões deste género, sobre a coerência e o pensamento do discurso político acima citado, possam ter ocupado a mente do redator do mesmo. Quando produziu o parágrafo transcrito, este refletiria, possivelmente, a vontade de transmitir consistência, força e motivação, aos agentes dessa política, para, com as linhas políticas que se pretendia implementar, conseguir construir uma imagem forte de Portugal no exterior, mesmo que tal fosse feito à custa de realidades políticas e sociais, cuja compatibilidade, não está estabelecido que se ajustem e se reconheçam.

Assim, e para além destas considerações, deve fazer-se notar as páginas 27 a 35 do *Plano de atividades de 2002*, para destacar o que, no início da abordagem ao documento sobre este ano, se disse. Ora ao ler as páginas que referem em maior detalhe, o que aqueles primeiros três parágrafos indiciavam, o investigador não se depara com o planeamento das linhas de orientação política ou com o que se poderia chamar um plano de pormenor do desenvolvimento da estratégia ou estratégias adotadas para atingir o que se propunha.

Desde logo, o que se fica a saber, é que não se está perante uma política definida (e no entanto está, nas suas linhas gerais, tanto no *Programa de Governo* a que se filia, como através da delimitação de espaços de intervenção que constam logo da primeira página do *Plano* de 2002), mas ante um conjunto de pressupostos que, no plano internacional regional, a devem orientar: «A definição de uma política linguística exige a construção de programas regionais, alicerçados em diagnósticos fundamentados na observação das problemáticas locais.» (p. 27). Não estamos, assim, perante a política então praticada, mas perante a defesa de uma nova, perante o que ela exigirá e aquilo em que se deverá fundar.

Em adição, e de uma forma prospetiva, aponta-se o seguinte:

«O desenvolvimento de programas de promoção e ensino da Língua Portuguesa deverá ter por suporte a definição de estratégias e a construção de programas e de produtos científicos adequados às áreas da língua e da linguística portuguesa.» (p. 27).

Considera-se aqui, não o que é e que se vai aplicar, ou tentar aplicar, mas o que deverá ser, quando houver estratégias definidas que conduzam à construção de programas e materiais, localizados, isto é, que tenham em consideração as realidades a que se destinam.

O que se segue, no que se designa por «Estratégias Regionais» (p. 27), não são as estratégias regionais em si mesmas, mas *itens*, pré-requisitos para elaborar essas estratégias, onde se preconiza a «consideração da importância estratégica da Língua Portuguesa»; o «reconhecimento das potencialidades e virtualidades da língua e culturas em língua portuguesa»; a «identificação do peso relativo dos falantes de Português em cada região» ou a «Verificação do crescimento das populações e a consequente projeção no aumento de falantes de Português nas próximas décadas» e a «Definição de estratégias consequentes.» (p. 27).

Ora conquanto a todos estes pré-requisitos não lhes falte sentido, um Plano de Atividades é o documento onde são expostas, as «estratégias consequentes» e não o manual de instruções para a elaboração de uma estratégia consequente. Até porque se corre o risco de transmitir a ideia de que as opções de alargar as estruturas de representação e de atividade do Instituto, propostas para a área da hispanofonia e para os espaços contíguos ao universo lusófono, não foram fruto de um trabalho de pensamento estratégico e de planeamento, tendo em mente precisamente aqueles pré-requisitos, o que, naturalmente, não deveria ser o caso.

Ainda que se trate de um ensejo para dar início a uma nova fase e a uma nova estratégia, convém não esquecer que esta questão do enfoque numa abordagem regional já vinha sendo esboçada nos documentos analisados, desde 1996. No que respeita à consideração da importância, ao reconhecimento das potencialidades e à verificação do crescimento da língua portuguesa, referidos para a construção de estratégias regionais, estas são áreas de informação que correspondem a avaliações de viabilidade, necessidades e oportunidades que deveriam, de facto, corresponder a estudos que, no entanto, não são propostos neste âmbito, incluindo estudos de mercado, de que não se tem conhecimento que o Instituto tenha encomendado, promovido ou elaborado.

De resto, é preciso ter em mente que uma estratégia tem um interlocutor e que é em função dos interesses próprios, conjugados com as oportunidades ou adversidades que os interlocutores apresentam, que as estratégias fazem sentido. É neste tabuleiro negocial que se joga o que se planeia cumprir ao longo de um ano. Esta questão é tanto mais pertinente quanto as estruturas que o Instituto Camões implementa no estrangeiro, para se tornarem realidade, necessitam de um encontro de vontades com a Instituição que acolhe, quer um Leitorado, quer um Centro de Língua Portuguesa. O primeiro precisa de ser incorporado nos *curricula* da Universidade que dele vai beneficiar e o Centro de Língua precisa de um espaço físico para se instalar.

Estas não são preocupações que ocupem as chamadas instituições congéneres, como o *British Council* ou o *Instituto Cervantes*, já que atuam em espaços autónomos próprios. Assim, se poderá explicar, talvez (dado não haver relatórios de final de ano, disponíveis para consulta, que adiantem razões), o facto de se anunciar sucessivamente a criação de Leitorados e Centros de Língua

Portuguesa que, ou não se concretizam, ou se concretizam anos mais tarde.

Por outro lado, a recolha das informações enunciadas, como necessárias, e que o documento orientador da atividade para 2002 apresenta para poder redigir uma «Definição de estratégias consequentes», cabem no domínio de um Observatório da Língua Portuguesa, proposto criar em 2000, que o Instituto «estava a desenvolver»<sup>271</sup> em 2001, e de que, no plano para 2002, o Instituto propõe conseguir a

«Extensão do Observatório da Língua Portuguesa do IC através do envolvimento de instituições e organizações que possam contribuir para o seu desenvolvimento e projeção» (p. 28).

Só se pode fazer extensão de algo que já existe, logo fica a ideia de que, de alguma forma o Observatório existia, pelo menos na altura em que o *Plano de Atividades de 2002* foi redigido. Existia, na forma em que foi anunciado na imprensa e registado na documentação aqui citada, mas não em termos de estrutura, a funcionar. Existia a ideia e era essa ideia, em desenvolvimento em 2001, que se estaria, em 2002, a tentar envolver outras organizações.

Existem notícias sobre a questão do Observatório, o que prova que é assunto que ocupou responsáveis do Instituto e de outras instituições como a União Latina. Uma notícia, saída em 1999<sup>272</sup> refere que

«O Observatório de Língua Portuguesa, lançado em Novembro [1998], está ainda em fase de estruturação. Trata-se de um projeto lançado em Julho de 1996 e que agrupa as Embaixadas Lusófonas em Paris e associações

---

<sup>271</sup> Instituto Camões, *Plano de Atividades 2001*, p. 18.

<sup>272</sup> In, *Correio da Manhã*, *Lusofonia presente na «Expolangues»*, edição de 29 de Janeiro de 1999.

que promovem a Língua Portuguesa em França”, disse Odile Montaufray, da União Latina<sup>273</sup> que está na origem do projeto.»

Esta iniciativa não parece incluir o Instituto Camões. De outro modo, teria, eventualmente, sido encontrada menção deste projeto na documentação da época referida e analisada.

Uma outra menção a um Observatório, em 2000<sup>274</sup>, pode ler-se como «estando ainda em estudo a criação de um observatório de língua portuguesa»<sup>275</sup>. Em 2003, já durante a vigência do XV Governo, no «Encarte»<sup>276</sup> do Instituto, pode ler-se o seguinte:

«A presença na *Expolíngua* foi também aproveitada para apresentar o *Observatório da Língua Portuguesa*, um projeto do Instituto Camões, ainda em desenvolvimento, que tem por missão reunir o máximo de informações referentes ao estatuto e projeção da Língua Portuguesa no estrangeiro, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de programas de promoção do Português no mundo.»

Ainda em 2003, pela última vez, e, novamente, numa publicação da responsabilidade do Instituto Camões<sup>277</sup>, é apresentado, num artigo em forma de balanço de atividade, «o protocolo de cooperação entre o ICA e a CPLP para a criação do Observatório de Língua Portuguesa (em fase de ultimção)».

---

<sup>273</sup> A União Latina não apresenta informação sobre a existência de um observatório, mas tem vindo a apresentar alguns dados sobre o uso das línguas latinas na *Internet*.

<sup>274</sup> *In*, Diário de Notícias, *Instituto Camões, Português é terceira língua estratégica*, edição de 26 de Maio de 2000.

<sup>275</sup> Sendo uma notícia de jornal e não se tratando de uma informação veiculada em discurso direto é no entanto, referida como proferida pelo então Diretor de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural e coincide com a informação contida no *Plano de Atividades de 2000*.

<sup>276</sup> *Jornal de Letras* n.º 849, ano XXIII, suplemento n.º 59, *Português Brilhou na Expolíngua de Madrid*, 15 de Abril de 2003.

<sup>277</sup> *Jornal de Letras* n.º 859, ano XXIII, suplemento n.º 64, *Balanço do ano letivo 2002-2003 (parte I) Instituto Camões, um ano de atividade*, 03 de Setembro de 2003.

O texto citado não deixa perceber se o que está em ultimação é o protocolo ou a criação do observatório, mas para além da questão da ambiguidade da frase citada, o que é preocupante do ponto de vista da gestão de uma Instituição é o facto de, aparentemente, uma estrutura que o Instituto, no *Plano de Atividades de 2002*, tinha proposto já o envolvimento e a extensão a outras instituições, continuasse, mais um ano decorrido a ser noticiado, como indo ser criado.

Acresce que num documento já redigido após a mudança de dirigentes, em que se lê «Possível criação de um observatório de Língua Portuguesa (com INE, NET) para afirmar o Português como língua global.» (p. 4)<sup>278</sup>. A partir daqui não há mais referências ao Observatório em documentos programáticos da atividade do Instituto Camões.

Esta questão do Observatório diz muito sobre a qualidade, e fiabilidade, da informação que era divulgada, sobre o conhecimento real que os responsáveis tinham, acerca do estado em que se encontravam os projetos que, aparentemente, se estavam a desenvolver no Instituto e sobre do grau de exigência que no Instituto havia, para com quem teria tido a tarefa difícil, sem dúvida - pelo que exigia de competência técnica -, de transformar projetos, em instrumentos reais de trabalho<sup>279</sup>.

Este “abandono” não deixa de ser uma perda para a construção de uma política e planeamento da língua portuguesa no exterior, visto que um instrumento fundamental, como a existência de um

---

<sup>278</sup> Instituto Camões, *Estratégia, Plano de Atividades, Projetos, Iniciativas e Medidas Desenvolvidas pelo Instituto Camões*, de 14 de Maio de 2002 a 31 de Janeiro de 2003, 34 p., n.p.

<sup>279</sup> Das datas referidas, entre 2000 e 2003 decorreram quatro anos dedicados a um projeto que se foi gerando e desenvolvendo do ponto de vista intelectual mas que nunca passou à fase material.

Observatório, se tenha, aparentemente, perdido da memória na Instituição, no período que se seguiu a 2003<sup>280</sup>.

Voltemos ao que atrás se citou da página 1 do documento *Plano de Atividades de 2002*. Reconhecia-se neste, o estabelecimento de uma hierarquia na ação, um programa planeado de prioridades, ainda que, de forma global e sem entrar no domínio rigoroso da calendarização e da especificação, o que, a ser feito, implicaria uma maior sensibilidade à avaliação sobre o cumprimento de metas e prazos.

Como também ficou claro, o sucesso, no atingir dos objetivos, ficou muito aquém do proposto. Também se deve ter em conta que quem elaborou o plano de atividades apenas o pôde executar por um trimestre e que a nova gestão traçou outros rumos de acordo com o que foi aprovado e consta no *Programa do XV Governo*. De qualquer forma, e separando o enunciado da sua execução, o plano traça outras metas. Uma delas atesta a atenção que o Instituto pretendia dar à questão da «Avaliação e Certificação do Português Língua Estrangeira, comum a Portugal e Brasil» (p. 27), propondo a criação «a curto prazo» de um sistema que fosse comum a Portugal e ao Brasil, ainda que não seja referida a forma de alcançar este propósito.

Do mesmo modo, este documento volta a dar testemunho da atenção que o Instituto atribuía às questões da formação inicial e contínua dos professores de PLE. Também no domínio da afirmação de uma política concertada de língua internacional, dos países que partilham a língua portuguesa o Instituto propõe-se ter uma «Participação ativa no desenvolvimento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa» (p. 28).

---

<sup>280</sup> Sobretudo é penoso que não se conheça o trabalho que terá sido desenvolvido durante o tempo em que é dado como existente.

No mais, o Instituto proponha-se, numa linha de continuidade, dinamizar e aprofundar áreas como a da produção de materiais de ensino em diversos suportes, o apoio à criação de departamentos de língua e cultura portuguesa em universidades estrangeiras e o incentivo à criação de cursos superiores de língua e cultura portuguesas ou estudos portugueses, no estrangeiro.

Timor continua nos objetivos do Instituto que lhe dedica quatro páginas (32-35) em parte consagrados ao estabelecimento de um quadro de situação e das razões e motivações que serão propícias à difusão da língua portuguesa naquele país, entre as quais a forte relação entre a língua portuguesa e o tétum.

O ano de 2002<sup>281</sup> foi, como já se disse, um ano de dois governos. Um que saía ao fim de dois anos e meio e um novo, saído das eleições antecipadas. Não deixa por isso de ser significativo que quando o *Programa do XV Governo* se propunha contribuir para «o desígnio nacional de afirmação da língua e da cultura portuguesas.» (p. 28), a dotação orçamental inicial, que o Governo cessante, já tinha diminuído (depois de ter proporcionado dois anos de crescimento) foi, então, reduzida para um valor próximo do de 1997, sendo que o valor efetivamente disponível para funcionamento, após as correções provocadas pelos congelamentos/cativação de verbas, foi inferior ao de 1996.

Importante, também do ponto de vista estratégico e das próprias opções políticas tomadas, é o facto de o novo programa do XV Governo não considerar as mesmas opções estratégicas previstas no *Plano de Atividades de 2002*. Assim, a política de estabelecimento de

---

<sup>281</sup> Este ano, em termos políticos e económicos, marca o assumir público de que o país está a atravessar mais uma das suas crises cíclicas. O facto de o próprio XIV Governo ter provocado uma redução de mais de cerca de 2 milhões e meio de euros no orçamento de 2002 é marca sintomática de duas aparentes realidades: (1) de que as dificuldades já se anunciavam e (2) de que as áreas da cultura e da língua são as primeiras a receber as ondas de choque das contenções orçamentais, mesmo para o Governo que, programaticamente, mais claro e esclarecido se mostrou quanto a uma política de língua.

leitorados e Centros de Língua em Países da área da hispanofonia tomou novas formas e foi abandonada a anterior.

A política, no que respeita aos CLP para a África de expressão oficial portuguesa manteve-se, mas a opção quanto aos países limítrofes foi alterada. Manteve-se, a vontade de instalar um CLP em Windhoek, mas passa a pensar-se em Gabarone, Botsuana, respetivamente parlamento e sede executiva da SADC.

Estas opções<sup>282</sup> representam o retomar da chamada política de afirmação da língua portuguesa nas organizações internacionais onde o português é língua de trabalho, proposta em 2000, já que também a UA volta a ser um objetivo. Esta seria aliás uma opção que ia mais além, em termos de objetivos, já que também a OEA, Organização dos Estados Americanos, passava a fazer parte dos planos do Instituto, para a criação de uma rede de tradutores e intérpretes de Português.

Uma nova frente de colaboração, agora com o Brasil, era aberta com o objetivo de estabelecer acordos de cooperação entre os Centros de Língua Portuguesa do Instituto Camões e os Centros de Estudos Brasileiros<sup>283</sup> em Buenos Aires e na Cidade do México, para a realização de cursos de formação de professores e exames de Língua Portuguesa reconhecidos pelos dois países<sup>284</sup>.

Infelizmente estas alterações políticas e estratégicas não trouxeram melhor sucesso aos esforços do Instituto Camões. Nada do que acima

---

<sup>282</sup> A opção por Windhoek nos planos anteriores visava a instalação de um CLP na Universidade e agora pretendia-se que esse Centro fosse instalado no parlamento da SADC.

<sup>283</sup> Um aspeto determinante que convém esclarecer quanto à diferença essencial entre um CLP e um CLB: Um Centro de Estudos Brasileiros é uma escola de língua portuguesa, um CLP não é, por regra, uma escola de língua portuguesa (a não ser nos casos excecionais em que não está instalado numa universidade). Esta diferença é importante porque restringe desde logo qualquer possibilidade de cooperação entre estruturas que se dedicam a atividades diferentes. Mas isso parece ser um aspeto crucial, que não é tido em conta pelo Instituto Camões.

<sup>284</sup> O que vinha no sentido da proposta do *Plano de Atividades 2002*, de estabelecer um «Sistema de Avaliação e Certificação do Português Língua Estrangeira, comum a Portugal e Brasil».

é apresentado como proposta da nova gestão do Instituto se concretizou.

No documento sobre o Instituto referente ao período de Maio de 2002 a Janeiro de 2003<sup>278</sup>, e cujo início respeita à entrada em funções da nova administração do Instituto, descreve-se a nova posição a seguir.

«O desenvolvimento da missão do Instituto Camões será levado a efeito, tendo como suporte os recursos humanos e materiais que lhe estão afetos, num clima de rigor orçamental que não permite uma política expansionista, devido, sobretudo, aos compromissos financeiros e situações organizacionais internas herdadas da anterior gestão» (p. 1)

Basta conhecer a dotação orçamental para perceber a razão pela qual orçamento «não permite uma política expansionista». O documento prefere apontar como causa os compromissos assumidos e questões «organizacionais internas». Ainda assim, uma das razões para se herdar compromissos terá sido consequência dos Centros Culturais, Centros de Língua Portuguesa e Leitorados que foram criados entre 2000 e 2002 e da óbvia necessidade da sua manutenção e atividades.

Como se pode ver no Quadro 14, entre 2000 e 2002 a grande alteração é no número de Centros de Língua Portuguesa. O número de Leitorados aumentou para mais 15, se compararmos 1996 com 2002. Também neste período, o número de Centros Culturais quase duplicou.

Os Centros de Língua necessitam de um investimento inicial em equipamento, mas como o seu responsável é, normalmente, o Leitor da Universidade onde o Centro está instalado, nestes casos, a sua manutenção não deverá ser acrescida de custos significativos.

Acresce que o orçamento do Instituto, que foi subindo até 2001 (havendo razões para acreditar, pelo valor do orçamento executado face à dotação inicial, que se iam ajustando ao crescimento nas estruturas e ao reforço da ação cultural) não só baixou em 2002 como se manteve praticamente ao mesmo nível em 2003.

Numa entrevista<sup>285</sup>, dada em meados de 2003, a então Presidente do Instituto Camões, Maria José Stock, no cargo há pouco mais de um ano, afirmou «herdámos um passivo considerável que teremos de saldar este ano.» Não tendo especificado, fica-se sem se saber de onde vem a herança.

Sem querer entrar em aspetos económicos e de despesas não enunciadas, mas, tendo em conta a manutenção das responsabilidades estruturais e a ação cultural desenvolvida, conjugadas com os cortes orçamentais já expostos, não parece difícil que o orçamento tenha ficado deficitário.

No entanto, tem que se ter em consideração também que a cativação de verbas em 2002<sup>286</sup> fez reduzir o orçamento em mais de um milhão de euros, o que torna na prática a redução real do orçamento de 2002 de quase quatro milhões de euros em relação a 2003.

Tendo em conta este aspeto, e o facto de a dotação orçamental para 2003, após cativação, ficou com pouco mais de 14 milhões e meio de euros, havendo a herança para saldar, não fica claro porque é que com essa sobrecarga do lado da despesa a execução orçamental de 2003 foi a mais baixa desde 1996, não chegando aos 13 milhões de euros<sup>287</sup>.

---

<sup>285</sup> JL, *Jornal de Letras Artes e Ideias*, *Defender o Português*, 25 de Junho de 2003. (<http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/defenderport.htm>)

<sup>286</sup> Ver quadro 10.

<sup>287</sup> Naturalmente que estas questões das heranças por saldar, em política geral, e em Portugal, têm que ser vistas com algum cuidado, porque é difícil discernir entre o que é a realidade e o que é a tentação de, com alguma facilidade, atribuir culpas a quem já não está no exercício de funções para desviar atenções.

**Quadro 14**<sup>288</sup> Estrutura do Instituto Camões no exterior

<b>anos</b> <b>estrutura</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>	<b>2005</b>
Centros Culturais	8	11 <sup>289</sup>	11 (+1/-1 <sup>290</sup> )	11
Polos	2	4	4	5
Delegações do Instituto Camões	0	1	3	3
Centros de Língua Portuguesa	0	9	19	27 <sup>291</sup>
Leitorados	132	146	147	82 <sup>292</sup>
Universidades apoiadas	21	IND <sup>293</sup>	20	56 <sup>292</sup>

<sup>288</sup> Fonte: Instituto Camões. Para 2002 recorreu-se também aos dados da Revista *Janus* 2002, Anuário do Observatório das Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa. Os números apontados reportam-se a estruturas existentes naquele ano. O número referido na coluna de 2005 corresponde ao total corrente. Uma universidade apoiada não é, em rigor, uma estrutura do Instituto Camões no exterior, no entanto é um dado relevante, a ter em conta no conjunto da estrutura, pois, na prática, tem o apoio de um Leitorado sem os custos relativos ao Leitor.

<sup>289</sup> Na página eletrónica dos Centros Culturais do Instituto, o IPOR é mencionado no conjunto dos Centros Culturais, não sendo pela sua natureza e estatutos um mero Centro Cultural, não é aqui adicionado, pois não só assume a função de coordenar os Centros Culturais do Oriente como gere uma rede de leitorados, além de outras tarefas, como se verá no capítulo que neste trabalho lhe é dedicado. O número total de Centros Culturais é 14 mas 3 são, ao tempo de escrita deste trabalho, coordenados pela rede IPOR.

<sup>290</sup> Em 2001 foi criado o Centro Cultural em Díli. No final de 2002 foi mandado encerrar o Centro Cultural em Seul, República da Coreia.

<sup>291</sup> No total são 29 mas 2 pertencem à rede IPOR.

<sup>292</sup> Este é o número de Leitorados (e Universidades apoiadas) que está na página eletrónica do Instituto ([www.instituto-camoes.pt/actividades/docencia.htm](http://www.instituto-camoes.pt/actividades/docencia.htm)) esta, pode não estar atualizada. Outro dado a ter em conta é que o número de leitorados não coincide com o número de leitores. Há leitores a lecionar em mais do que uma Instituição. O número de leitorados constantes de um documento datado de 30 de Março de 2005 (*Ponto de situação ICA/DSPIC*) – Documento já elaborado no mandato da Presidente Simonetta Luz Afonso, que tomou posse a 11 de Maio de 2004 –, regista o número de Instituições a receber leitores, que é de 74, o qual é inferior ao que está no quadro. Do número total de docentes (75)/leitores (58)/assistentes (20) dependentes do Instituto, este documento regista 159 em 2004/2005 (127 no ano letivo de 2003/2004), o que coloca o número deste ano letivo ainda abaixo do número global apontado para 2001/2002: 168 (leitorados+Universidades apoiadas). Deve-se ter estes números por indicativos e não por absolutamente fidedignos da situação real, pelo facto de leitorados e leitores não coincidirem e de haver outras modalidades de docência, nem sempre contabilizadas.

<sup>293</sup> Informação não disponível.

Cátedras	9 <sup>294</sup>	6	8	12
----------	------------------	---	---	----

Muito produtivo seria perceber o que, por esta altura, se entendia por o Português ser uma «**Língua Estratégica no contexto da globalização**» (p. 4)<sup>278</sup>. A ideia, que, neste texto, segue de perto a mesma construção sobre o Português ser «uma Língua estratégica de comunicação internacional» (p. 18) que constava no *Plano de Atividades de 2001*, centrando-se este como o de então, na presença da língua portuguesa nas organizações internacionais e nos blocos regionais a que estas organizações correspondem.

Neste documento de 2003, para além do já citado CLP na UA e na novidade que consiste na ideia paralela referente à SADC, surge agora também o Mercosul, de que faz parte o maior país de língua portuguesa, e que ao abrigo de um programa de cooperação entre os dois países para identificarem, entre outras coisas, «identificação de redes de Centros de Estudos e de docentes destacados de cada um dos países, de modo a rentabilizar recursos» e «realizar cursos de formação de professores e exames de Língua Portuguesa reconhecidos pelos dois países. ». Quanto aos dois primeiros casos já aqui se disse em que ponto estão.

No que respeita ao Mercosul, para além de não ter tido melhor sorte que os outros dois, em termos de concretização, não fica claro qual o papel de Portugal, num organismo de que faz parte um país que não tem propriamente as mesmas dificuldades e desafios que os países de língua portuguesa que fazem parte da UA. Se é certo que a cooperação é sempre desejável, também não deixa de ser fundamental que estes projetos tenham objetivos precisos.

---

<sup>294</sup> Destas 9, 4 já não existem em 2005 (2 nos Estados Unidos, 1 na Venezuela e 1 na Rússia).

Do documento, o que transparece, é que para que a língua portuguesa tenha um papel ativo como língua internacional o que é preciso fazer é estabelecer protocolos com organizações internacionais. Sendo certo que é parte importante desse processo, também é parte essencial destes projetos quantificar os custos que estes projetos envolvem. Sobretudo, quando as ideias que vão surgindo (e que não têm custos pois as ideias são generosas), conseguem passar de projetos a estruturas no terreno, é preciso ter sempre em mente que o mais importante é o que se passa após o dia da inauguração<sup>295</sup>.

Quando se defende que a língua portuguesa é uma língua estratégica internacional e depois não se consegue, passado um lustro, ter um Centro de Língua Portuguesa em nenhuma organização das que haviam sido propostas, deve-se, talvez, começar por refletir para quem é que a língua portuguesa é estratégica.

Uma das razões porque o Instituto Camões é tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros é porque esta tutela permite ao Instituto usar, em benefício da promoção da língua e da cultura portuguesas, os seus recursos diplomáticos e dispor de diplomatas nas suas chefias. Ora é precisamente aqui que cabe um papel fundamental aos diplomatas que cumprem missão no Instituto Camões. Os diplomatas são por excelência os negociadores privilegiados do Instituto Camões.

Seria também benéfico, para o Instituto, que estes diplomatas pudessem exercer essas suas capacidades em plenitude, pois a negociação e a atividade continuada e persistente, mas produtiva, da diplomacia, não pode ser negligenciada e deve ser parte de uma política que coloque o Português, efetivamente, como língua de trabalho nas organizações internacionais.

---

<sup>295</sup> Na verdade até pode parecer um pouco descabida esta referência aos custos de funcionamento e ao seu provimento estável porque depois se vê que não chegando à fase da instalação e de funcionamento, esta questão acaba por não ser necessária.

A questão da organização e acompanhamento de projetos é uma questão que também se prende com o Projeto do Observatório de Língua Portuguesa. Uma ideia é mais do que uma frase apelativa. Para se tornar realidade tangível, essa frase deve ser apenas a força motivadora para que se produza reflexão e um discurso que mostre a construção do projeto. Uma frase que seja o projeto não existe. Tem de ser passada ao papel e ser quantificada. Não se encontra na documentação de que se dispôs de mais do que um parágrafo sobre estes projetos ou mais do que simples tópicos.

No que respeita à CPLP, o documento refere que «estão em desenvolvimento iniciativas de divulgação do estatuto e projeção internacional da língua portuguesa no Mundo.» (p. 5) mas não identifica nenhuma destas iniciativas.

Em termos de cooperação linguística internacional, o documento menciona a participação no projeto «Três Espaços Linguísticos: francofonia, hispanofonia e lusofonia»<sup>296</sup> (p. 5) que, na página 3 já tinha sido descrito como uma «frente “anti” anglo-saxónica». Esta atitude “guerrilheira” e “militante”, nunca antes assumida de forma tão clara, por nenhuma administração, constitui uma atitude muito próxima da visão francesa de combate ao inglês, que como já antes se disse, tem constituído uma fonte de produção de anticorpos, para além de não ter ainda provado qualquer tipo de sucesso.

É também referido o acompanhamento pelo Instituto da «implementação do IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa)» (p. 5). Para além da questão da sede em Cabo Verde, o

---

<sup>296</sup> Esta organização formada a partir da Organisation Internationale de la Francophonie – OIF, a União Latina – UL, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP e Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI. Pretendia formar um bloco das línguas românicas com a ideia de promover o pluralismo cultural e linguístico. Dos projetos que esta organização patrocinava nenhum era da responsabilidade da CPLP. Desde 2003 que não é conhecida atividade significativa a esta organização (o sítio eletrónico é, a espaços, atualizado com uma ou outra notícia), que estrategicamente corresponde ao tipo de iniciativas defensoras do plurilinguismo onde a França detém um papel determinante .

Instituto, «no quadro da CPLP tem contribuído para a definição de estratégias e planos de atividades a desenvolver.» (p. 6). Esta é mais uma área em que se ganharia em saber em que é que consistiu a contribuição do Instituto Camões para a «definição de estratégias e planos de atividades a desenvolver.» pelo IILP, ainda para mais porque é a única estrutura do género, para além dos Centros de Estudos Brasileiros - CEB, na área da intervenção externa da língua portuguesa.

Uma inovação assumida por esta nova gestão liga-se à tentativa de associar a sociedade civil e as empresas para o apoio às atividades do Instituto. Este é um aspeto importante em termos orçamentais já que permitiria receber fundos de patrocinadores para ações do Instituto. É um modelo institucionalizado noutras Instituições como a *Alliance Française* ou o *British Council* mas que no caso de Portugal não tem tido muito sucesso.

Refira-se também o abandono das grandes iniciativas como as *Pontes Lusófonas*, que era uma iniciativa que, necessariamente, implicava uma alocação considerável de verbas, para «privilegiar a realização de atividades de pequena e média envergadura, no mais vasto âmbito geográfico possível, tentando criar efeitos multiplicadores da nossa visibilidade externa» (p. 4) O que, atendendo à situação orçamental, é uma medida normal.

A política, no que respeita ao relacionamento com as universidades estrangeiras, continua a ser a de levar estas instituições a criar Departamentos e cursos de graduação em língua e cultura portuguesas e que os Leitorados passem a integrar o corpo docente dessas universidades, libertando-se assim o Instituto dos custos com os leitores, passando a ter um papel de apoio pedagógico, de materiais didáticos e às atividades de promoção da língua e da cultura portuguesa e lusófona. No que respeita aos Centros de Língua

já aqui se vincou a divergência entre o que os planos propõem e o que depois se realiza.

Este documento, que tenta fazer a síntese entre um plano de atividades e um relatório do que foi feito em 2002, não é exceção. Dos Centros propostos e com protocolos assinados (16) e os que ainda estavam a ser negociados (13), abriram dois em 2003<sup>297</sup> (Benguela e Newark) e três em 2004 (Cidade do México e Cáceres e Tunis) e dos que estavam então em negociação abriram três (Jacarta<sup>298</sup>, Lille em 2004 e Praga, sem data de abertura referida). O que significa que apenas dois dos Centros, com protocolo já assinado, abriram em data compatível com a vigência do documento em apreço tendo aberto um que no documento, estava ainda a ser negociado o protocolo.

No total, fala-se de 29 Centros de Língua, dos quais, até 2005, apenas oito tomaram forma. Apenas se confirma que a mudança de gestão não trouxe maior rigor em termos de planeamento, mas como também se continuou a não introduzir prazos, não sabemos qual era a calendarização para a criação dos 16 já protocolados<sup>299</sup>.

Compreende-se que em relação aos protocolos que ainda se encontravam em negociação<sup>300</sup>, não é possível ser-se tão rigoroso, pois depende do tempo que as partes levam a encontrar um acordo pronto para assinar, mas sabendo-se do estado das negociações, é sempre possível apresentar estimativas.

---

<sup>297</sup> Abriram mais 2 (Vigo e Pusan) mas não fazem parte das propostas que constam deste documento.

<sup>298</sup> Jacarta faz parte da rede coordenada pelo IPOR. É um Centro criado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>299</sup> Onde se incluem os míticos Centros na UA, em Whindhoek e em Dacar, mas também Madrid, Santiago do Chile, Caracas, Gent, Poitiers, Manila e um outro em Nampula (universidade Pedagógica, já existe outro na Universidade Católica).

<sup>300</sup> Sófia, Zagreb, Edimburgo, Brown, Massachussets, Dublin, Roma, Bari, Szeged (Hungria) e Genebra.

O *Plano de Atividades de 2003*,<sup>301</sup>, embora esteja construído segundo uma estrutura que poderia ser muito produtiva pela aparente organização que permite, tipo *Diagnóstico – Objetivo – Medidas*, na prática não sai do que atrás se referiu do documento anteriormente analisado. No *Diagnóstico* fala da desorganização encontrada, da pouca comunicabilidade entre os setores do instituto e entre estes e a rede externa (p. 4).

Sobre a questão da orientação das políticas que o Instituto tinha seguido até aí, o *Plano* de 2003 afirma que era uma

«Estratégia expansionista compreensível numa outra conjuntura, mas desajustada face à realidade portuguesa, sem consolidação efetiva das estruturas e das atividades»  
(p. 4)

Estas são questões estratégicas importantes. São questões básicas e fundamentais no determinar de uma estratégia, para executar uma determinada política.

É por isso que se esperava encontrar, nos objetivos globais, o necessário estabelecer de como conseguir ter uma política de língua externa, que pretenda a «internacionalização da língua portuguesa» sem ter uma estratégia expansionista<sup>302</sup>, porque esse é o seu ponto de referência nuclear, expandir o número de falantes da língua, ativa e afirmativamente<sup>303</sup>; estabelecer numa política que se quer

---

<sup>301</sup> Instituto Camões, *Plano de Atividades e Orçamento – Centros de Custo para 2003*, 84 pp., n.p. e n. pág.

<sup>302</sup> Principalmente se levarmos em linha de conta que esta mesma administração estava a promover a abertura de mais 29 Centros Culturais Portugueses, a maior expansão de sempre, o que corresponde a um crescimento que, se tivesse tido sucesso, teria feito o número de Centros mais que duplicar em relação aos centros existentes em 2002 (19).

<sup>303</sup> Sem que seja necessário dizer que tudo se deve fazer no quadro das dotações orçamentais obtidas, que, também elas devem ter em conta os encargos estruturais que a criação de serviços no exterior implicam. Uma estrutura que se cria para beneficiar a imagem de uma língua e de uma cultura, e que, depois, não se consegue sustentar, produz um efeito contrário ao desejado. O que antes não era conhecido passa a sê-lo negativamente, pela ineficácia e pelo laxismo, desorganização e desperdício de meios.

«A afirmação e a consolidação externa da língua e da cultura portuguesas [e que] tem que se corporizar acima das perspetivas partidárias, segmentárias e redutoras, já que não se pretendendo politicamente neutra, se deve assumir como objetivo nacional, de forma abrangente e suprapartidária» (p. 4-5)

isto é, uma política estrutural de médio e longo prazo, mas, ao mesmo tempo, fazer a validação da política seguida até aqui depender da conjuntura; classificar a estratégia anterior como sendo «desajustada face à realidade portuguesa», mas sem, objetivamente, determinar que estratégia seria a mais ajustada à realidade portuguesa e mais ainda que realidade é essa<sup>304</sup>.

Quando se chega à leitura das medidas propostas, apresentadas em chamadas<sup>305</sup> fortes de uma assertividade definitiva, procura-se, naturalmente, o que fazer, mas, principalmente, o como se vai fazer e que estratégias vão ser seguidas para atingir os objetivos predefinidos.

Do estrito ponto de vista da análise de uma política de língua, do seu planeamento e das estratégias que a servem, é fundamental que, quando se diz, em 2002, (e depois de este assunto já ter sido tratado em anos pretéritos consecutivos pela gestão anterior) que é indispensável criar um Observatório de Língua Portuguesa (p.8), o investigador, mas certamente também o destinatário deste *Plano*,

---

<sup>304</sup> Se é uma realidade de projetos sem planeamento, nem sustentação ou uma realidade de medidas claras e definidas que obrigam à apresentação de relatórios, de dossiês de progresso de projeto e de resultados publicamente apresentados; Uma realidade de políticas sustentadas ou uma realidade de prioridades negligentes; Uma realidade de despesa ou uma realidade de investimento e avaliação de resultados; Uma realidade de relações públicas de fachada ou uma realidade que vá além da frase feita e da retórica em circuito fechado.

<sup>305</sup> Todas as medidas se iniciam por uma adjetivação: Primordial, determinante, urgente, imprescindível, fundamental, imperativo, crucial, decisiva, essencial, indispensável; todos sofrendo de uma forte relação de óbvia sinonímia, sendo os termos menos fortes e mais dubitativos: possível e provável, que são também sinónimos.

pretendem saber o que é, como se cria, que meios se vão usar e para que vai servir:

«Indispensável: a criação de um Observatório de Língua Portuguesa (com INE, NET) para afirmar o português como língua global».

Acontece que estas são, em todo o *Plano de Atividades*, as únicas palavras sobre esta estrutura indispensável. Mais, da citação acima, o que fica é que o Observatório é para afirmar o português como língua global. O Observatório não é uma estrutura de retaguarda, indispensável, que recolhe, no terreno e nas instituições parceiras (um observatório é uma estrutura de parcerias e colaborações várias, nacionais, estrangeiras e de organizações multilaterais), dados e promove análises e estudos sobre a situação global, regional, local da língua Portuguesa no mundo? O Observatório não tem por função fornecer informação atualizada de base, projeções, dados evolutivos, para sustentar políticas, planeamento e estratégias que permitam, essas sim, afirmar o português?

Por outro lado, num plano de atividades em que se impõem saudáveis, e desejáveis, altos padrões de exigência e rigor, em contraponto ao descontrolo, estanquicidade entre departamentos e «desorganização evidente» que diagnosticou no funcionamento e nas práticas anteriores do Instituto, logo nas páginas de abertura do *Plano* (p. 4), era de esperar que, este instrumento indispensável, que era o Observatório, fosse contemplado com a apresentação dos critérios, âmbito, função e objetivos, o calendário para a sua implementação, uma primeira identificação dos parceiros (certamente que o INE<sup>306</sup> é um parceiro, mas não deve ser o único) e, orçamentalmente, dotado com uma verba destinada ao lançamento,

---

<sup>306</sup> Não estando a sigla descodificada no documento, presume-se que se trata do Instituto Nacional de Estatística.

à criação deste Observatório. Mas nada consta do *Plano* ou do *Orçamento – Centros de Custo para 2003*.

Sobre a designada rede de docência considera-se que é «demasiado vasta, assente sobretudo numa política de exportação de recursos humanos com custos altíssimos» (p. 13). É verdade, que o princípio do Leitorado é o de proporcionar aos estudantes e à universidade de acolhimento, a possibilidade de contarem com um falante nativo do idioma, capacitado para o ensino da língua como língua estrangeira. Em consequência, isso implica custos inerentes ao expatriamento de um professor.

A opção do Instituto foi então a de, «Contribuir para a definição de uma política concreta de promoção e divulgação do português, re-estruturando a rede de docência no estrangeiro e as formas de ensinar a língua portuguesa<sup>307</sup>» (p. 13).

Precisamente esta política concreta de re-estruturação é a medida sempre evocada<sup>308</sup> e, normalmente, é sinónimo de encerrar uns leitorados para abrir outros, como o relatório de 1998 (p. 20) tinha deixado bastante claro<sup>309</sup>.

---

<sup>307</sup> «As formas de ensinar» não corresponde a nenhuma alteração pedagógica-didática, na forma do leitor exercer a sua prática letiva, mas, pelo contexto, e pelo que está escrito na página 14, deverá ser entendido como a diversificação das metodologias de ensino através da utilização de novos suportes digitais e meios de ensino e aprendizagem, como o uso da *Internet* e o ensino mediatizado e a distância, por meio do uso de uma plataforma de ensino via *WWW*, a tornar possível «nomeadamente através da tentativa de criação de um Centro de Ensino a Distância na sede do ICA» (p. 14). O uso de «formas de ensinar» só pode ser entendido como um recurso, na falta de terminologia própria e adequada. Por outro lado, atendendo a que em Portugal já existem estruturas de ensino a distância, o normal seria que o Instituto procurasse apoio técnico e científico de Instituições credenciadas para o efeito e com experiência no ensino de PLE. Em 24 de Julho de 2003 o Instituto assinou um protocolo com o Centro Naval de Ensino a Distância, CNED. É de notar que se trata de uma «tentativa».

<sup>308</sup> No *Relatório de Atividades de 1996*, p. 6, no *Relatório de Atividades de 1998*, p. 20, no *Relatório de Atividades de 2000*, p. 16 e agora.

<sup>309</sup> Como estas re-estruturações não são suportadas por dados sobre a avaliação dos Leitorados e sobre o seu desempenho que constem de relatórios, interesse local no ensino, número de alunos, razões estratégicas, torna-se difícil perceber porque fecham. Foi eliminado um Leitorado na Universidade de Hankuk em Seul que tinha alunos, porque esta universidade tem cursos de licenciatura e programas de mestrado em língua e Cultura Portuguesa, mais tarde abriu-se outro em Pusan também na Coreia num departamento que desenvolve a mesma atividade académica. Como Pusan já suportava financeiramente o seu Leitor, não se percebe

Neste caso, a medida defendida é a de tentar passar o ónus dos custos com os professores para as universidades - através da contratação local pelas universidades, ou com o apoio do Instituto, (p. 14) - o que faz todo o sentido, sem prejuízo da ligação do instituto a essas universidades; passar a contratar professores com a figura de Assistentes, o que faria diminuir os encargos.

O que não pode deixar de ser motivo de reflexão, é o facto de estes «assistentes, docentes licenciados em Português Língua Estrangeira» (p. 15), em termos de formação, e apesar de se tratar, normalmente, de recém-licenciados com pouca experiência de ensino, serem, no entanto, tecnicamente (e, pelo menos, teórica e cientificamente) mais capacitados do que leitores, que podendo usufruir da experiência, vem de outras áreas de formação de base<sup>310</sup>.

Esta medida assim tomada traria dois benefícios imediatos ao Instituto Camões, garantir a colaboração de professores cientificamente preparados para ensinar no estrangeiro e poupar nas verbas a despender com a sua remuneração. Era na prática uma medida que já vinha da anterior administração e que esta, agora, vem consagrar, transformando-a em norma de gestão.

Ainda sobre os Leitores, este Plano mantém uma questão que também tem acompanhado os documentos precedentes que é a da criação de um Estatuto do Leitor. Este é um intento que faz parte daquele grupo de medidas recorrentes e que nunca chegaram a bom termo, aguardando ainda o dia em que deixará de ser um ponto

---

qual a base da decisão. É por isso que do ponto de vista político, de planeamento e de estratégia de expansão do português como língua internacional, não basta dizer que se re-estrutura é necessário perceber o que justifica estes encerramentos e aberturas para além das questões económicas que nem sempre se regem pela razão.

<sup>310</sup> Deste modo, o Instituto Camões fica numa situação em que despende mais recursos financeiros com leitores sem formação específica e poupa com jovens licenciados mais qualificados, que, em qualquer dos casos (seja como leitores ou “assistentes”, com a agravante de estes últimos, tal como os Centros de Língua Portuguesa, não têm existência legal, no quadro da lei orgânica do Instituto), trariam sempre menos encargos ao Instituto pois, por regra, estes jovens professores não têm vínculo à Função Pública e, logo, não usufruem dos mesmos benefícios contratuais que os leitores requisitados ao Ministério da Educação.

assíduo dos Relatórios e Planos de Atividades<sup>311</sup>. O mesmo se passa com o Estatuto do Pessoal dos Centros Culturais<sup>312</sup>.

Este tipo de recorrências sobre a elaboração, aprovação, produção de legislação, destes estatutos só vem provar, de facto, quer a importância, estratégica e política destes estatutos quer o empenhamento dos dirigentes do Instituto, mas também das suas tutelas, pois é em última instância a quem compete a aprovação deste estatuto.

«No quadro das estratégias de valorização do estatuto da Língua Portuguesa as políticas para a respetiva promoção serão orientadas em função de:

identificação de macro regiões, por forma a criar, em cada uma, um Núcleo de Coordenação Regional e Centro de Recursos, capaz de assegurar a logística necessária – CLP/IC, em articulação com os Centros Culturais Portugueses/ICA» (p. 15-16)

Neste aspeto, o que se preconizava era uma estrutura descentralizada. No *Plano de Atividades 2003* depois de apresentar seis grandes áreas geográficas naturais (Continentes) onde apresenta medidas diferentes para cada uma delas, cuja justificação poderá ser, talvez, necessidades diversas a cada uma das áreas, mas que significa também, a ausência de uma uniformidade que permitisse uma gestão simples e semelhante, de todas elas.

Por outro lado não se chega a perceber se as microrregiões são os continentes ou se são unidades mais pequenas dentro daqueles. De qualquer modo, é em cada uma das áreas que, de acordo com o

---

<sup>311</sup> Relatório de Atividades 1996, p. 4, Atividades 1996-1997, p. 13, Atividades 1997, p. 11, Plano de Atividades 2000, p. 8, Plano de Atividades 2001, p. 4, Plano de Atividades 2002, p. 4.

<sup>312</sup> Plano de Atividades 2000, p. 8, Plano de Atividades 2001, p. 4, Plano de Atividades 2002, p. 4.

*Plano de Atividades para 2003*, se irão identificar e criar as macrorregiões.

Não parece crível que, tendo o Instituto Camões, já uma «rede de docência» (p. 15), não tenha ainda identificado as suas «macrorregiões».

«Os programas a desenvolver serão, em cada área, os seguintes:

Na Europa e na América do Norte:

- Núcleos coordenadores para cada macrorregião: CLP/ICA, da responsabilidade de Leitor do ICA, com Universidades parceiras;
- Definição de Modalidades de cooperação com as Universidades: criação de Cátedras – unidades de investigação e ensino; Programa de Professores Visitantes ou/e Assistentes de Língua Portuguesa; Concessão de bolsas (Programa “Fernão Mendes Pinto”) e apoio à formação de docentes locais;
- Intercomunicação entre os CLP/ICA, as Cátedras e os Centros de Estudos dos Países CPLP, nomeadamente com Centros de Estudos Brasileiros (CEB) através do desenvolvimento de linhas de investigação e da planificação e desenvolvimento de atividades culturais comuns.

Na América Central e do Sul:

- Identificação de macrorregiões, com criação de CLP/ICA, sob responsabilidade de Leitor do ICA;

- Criação de rede coordenadora de CLP/ICA e de Centros de Estudos Brasileiros (CEB);
- Formação científica e pedagógico-didática de professores de Português, mediante sistema presencial e a distância, promovida, conjuntamente, com responsáveis CLP/ICA e CEB;
- Promoção de Sistema conjunto (Portugal/Brasil) de certificação de Competências Comunicativas;
- Criação de Cátedras, tendo por base linhas de investigação na área da cultura dos países da CPLP e/ou cursos creditados pela Universidade.

Em África:

- Identificação, em cada macrorregião, de Universidades e/ou Instituições parceiras para a criação de CLP/ICA, sob responsabilidade de Formador do ICA;
- Apoio à criação e desenvolvimento de Departamentos de Português bem como a Licenciaturas em Língua Portuguesa e na área de ensino e tradução/Interpretação;
- Formação de monitores e reforço do quadro do corpo docente das universidades, mediante apoio à contratação de docentes locais;
- Apoio à criação, com parceiros CPLP, de cabinas de intérpretes e de grupos de tradutores na SADC e UEMOA;

- Criação de CLP/ICA na sede da UA em Adis Abeba (em curso);
- Apoio à criação e desenvolvimento de rede de leitores dos países africanos CPLP, para exercício de atividade nos países SADC: África do Sul, Namíbia, e República Democrática do Congo; nos países UEMOA: Senegal, Costa do Marfim; e na Zona de influência S. Tomé e Príncipe: Gabão.

Também se prevê o apoio, a prazo e gradual, ao desenvolvimento do ensino da Língua Portuguesa nos países da área do Magreb e Mediterrâneo: Marrocos, Tunísia, Argélia e Egito.» (pp. 17-18)

Seguem-se as propostas para a Ásia e o «continente australiano» (p. 19). Vai dispensar-se a sua transcrição, não só porque nada adiantam ao já citado, como porque partilham com os outros, uma característica condicionadora de todos os «Programas a desenvolver», à exceção de dois: a «identificação de macrorregiões» e a criação dos «núcleos coordenadores para cada macrorregião». Todos os outros dependem de terceiros e estão dependentes de condições a negociar.

Alguns, além desta característica, incorrem noutra condicionante, a económica, particularmente sensível num ano de redução orçamental e onde o rigor era a palavra de ordem (p. 6). A criação de «unidades de investigação» tem custos, a formação de docentes tem custos<sup>313</sup>,

---

<sup>313</sup> Embora se fale muito de formação de docentes neste e noutros documentos esta formação tem de ser validada por Instituições para isso capacitadas e só pode ser prestada por instituições certificadas para o fazer, nomeadamente Instituições Universitárias ou Politécnicas. Mesmo que o Instituto use os seus meios (quais?) ou uma plataforma de aprendizagem eletrónica (*e-learning*), que exige competências informáticas aos formandos e disponibilidade de meios de acesso informático à rede global, usando o seu sítio na *Internet*, esses conteúdos,

a criação de conteúdos, para a plataforma de *e-learning*, - e é preciso não esquecer que uma plataforma não se mantém sem intervenção humana e que os conteúdos têm de ser acompanhados por tutores especialistas. Uma plataforma e um sistema de *e-learning*, não é um sistema *stand-alone*, nem está organizada como um CD-ROM de autoaprendizagem, em que não é suposto o formando ter um apoio tutorial -, tem custos. A contratação de docentes/tutores tem custos.

Ora a questão dos custos não está equacionada, não se percebendo se o Instituto entende que os custos com a contratação de professores e das unidades de investigação são para ser suportadas pelas Universidades, onde as unidades de investigação e os professores locais vão funcionar particularmente, no caso da colocação dos professores em África.

Para a América do Norte e, especificamente, para a Europa, a questão poderia pôr-se de outra forma, por exemplo, as unidades de investigação serem financiadas por projetos propostos a Programas nacionais ou internacionais de apoio específicos à investigação e à cooperação internacional, o que seria importante em termos de dinamismo que a sobrevivência, através destes mecanismos, impõe.

Um outro aspeto, que não pode deixar de merecer referência é o tratamento dado ao Centro virtual Camões – CVC. Lê-se a abrir este capítulo do *Plano de Atividades 2003*:

#### «Diagnóstico

---

para terem alguma credibilidade, têm de ser certificados. O Instituto Camões não é uma instituição de ensino superior ou de formação de professores, é um fornecedor de pessoal qualificado para Instituições de ensino superior. Na página 8, o *Plano de Atividades* elegeu alguns parceiros Universitários, No entanto, parece mais querer ser beneficiário dos «conteúdos que produzem» a Universidade Aberta, a Universidade de Aveiro e a Universidade Católica, dado que, não aponta contrapartidas. Ora a produção de conteúdos tem custos que têm que ser suportados por alguém, e, neste particular, não transparece do documento, que o Instituto Camões ou outra instituição qualquer, como mecenas ou outra forma de apoio, venha a suportar estes custos.

Para evitar que o espaço da Língua Portuguesa seja “ocupado tecnologicamente” por outras línguas que com ela concorrem, criou-se o Centro Virtual Camões (CVC), que se pretende perfilar enquanto um sítio de referência na “Web” para o ensino/aprendizagem do Português Língua Não Materna e para a Cultura Portuguesa e todas as Culturas lusófonas». (p. 33)

Segundo o Documento «O CVC está bem estruturado», o que, em termos de estratégia do Instituto para a área da (in)formação digital, parece ser uma área de sucesso e, em termos de apreciação da nova gestão face ao estado em que supostamente vieram a encontrar o Instituto, constitui uma exceção. Não é sabido se esta apreciação positiva sobre o CVC foi feita na base de alguma apreciação, avaliação ou estudo externo, ou se espelha apenas a opinião da nova administração.

O que, no entanto, é mais relevante, no excerto acima citado é a razão apontada para a criação deste Centro Virtual ser: «Para evitar que o espaço da Língua Portuguesa seja “ocupado tecnologicamente” por outras línguas que com ela concorrem». Tanto mais que no *Plano de Atividades 2002*, coevo da criação do Centro Virtual Camões, o objetivo procura metas mais pedagógicas:

«O Programa designado por **Centro Virtual Camões (CVC)** consiste, em termos gerais, no desenvolvimento de uma plataforma na Internet para o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa e a divulgação das Culturas de Língua Portuguesa em todo o mundo.

Dadas as potencialidades da *Internet* – acesso ubíquo, a qualquer momento, a informação e ferramentas de comunicação – os objetivos do CVC são os de assegurar

que estas potencialidades tecnológicas são carreadas para o cumprimento daqueles desideratos.» (p. 54)

O que agora é tornado objetivo é mais *guerreiro* e menos didático, pois a sua função é que este «espaço da língua portuguesa» (como num território físico delimitado, sob ameaça) pudesse ser invadido<sup>314</sup>, numa conceção finita do ciberespaço, como se fosse possível, neste universo virtual que é a *WWW*, invadir um espaço de outro. Na Internet, e esta é uma das suas virtualidades, não falta espaço e a presença das línguas neste, depende apenas do dinamismo dos produtores de conteúdos.

É um pouco difícil compreender este tipo de objetivo. Na verdade, no ciberespaço, «o espaço da língua portuguesa» é o espaço que os utilizadores dessa língua, enquanto criadores de páginas e conteúdos, forem capazes de “ocupar” através da produção e disponibilização, nesse universo em expansão.

Nos objetivos, a visão particular, exposta neste plano, é assegurada pela sua ideia do que é a *Internet*.

«Constituindo um repositório indispensável de informação e sendo o inglês ainda maioritário neste espaço, torna-se premente a realização de um esforço suplementar para a criação de conteúdos em língua portuguesa, que vão ao encontro de um público cada vez maior e diversificado, quer no que respeita à cultura portuguesa, quer às culturas dos países de expressão portuguesa.» (p. 33)

Temos, assim, para o Instituto Camões, neste ano de 2003 (ou de 2002, já que sendo um plano de atividades, deverá ter sido elaborado

---

<sup>314</sup> Estamos mais uma vez perante as conceções francófonas de guerra, ocupação e concorrência. É uma posição que já provou que não é produtiva, mas que é muito consumidora de esforços e sobretudo é uma boa forma de perder tempo e arranjar desculpas. A mente de um conceptor de política e planeamento de língua deveria ser antes utilizada no aproveitamento e na criação de oportunidades.

ainda em 2002) uma visão da *Internet*, não como um universo dinâmico, mas como um «repositório», um arquivo, um depósito. Depois parece, na linha do já apresentado no «diagnóstico», querer tomar para si o «esforço suplementar para a criação de conteúdos em língua portuguesa», como se essa tarefa, tomada individualmente e com um «esforço suplementar», bastasse para inundar o ciberespaço de conteúdos em português, parecendo esquecer que essa é uma tarefa partilhada por todos os que, na *Internet*, trabalham em e na língua portuguesa e que neste caso o Brasil, é um contribuinte importante.

Finalmente, na ótica do instituto este esforço é necessário porque «o Inglês ainda é maioritário neste espaço». Ainda é? De que informação disporia então, o Instituto, para predizer o fim do domínio da língua inglesa no ciberespaço? Ainda e por quanto tempo? Esta é uma visão difícil de entender, principalmente quando são expressas num documento que visa orientar o trabalho de uma Instituição que se quer atenta ao mundo, seja ele real ou virtual.

A análise a este Plano de Atividades deixa mais dúvidas que caminhos claros a percorrer. Na prática em termos de planeamento este Plano não é diferente dos primeiros que aqui analisámos, diz que vai identificar quando deveria definir, aponta tópicos em vez de apresentar formas claras de atuação. Para finalizar, este Plano aponta para a colaboração com «a sociedade civil e o mundo empresarial», o que não pode deixar de ser positivo.

Pela primeira vez, vai ser possível analisar um Relatório de Atividades, que dá conta da atividade de um ano em que também se pode analisar o Plano de Atividades. Este *Relatório de Atividades 2003* inicia-se com um repositório do *Programa do XV Governo* para situar o campo de política de língua que enquadra a ação do instituto. Neste aspeto formal, o Instituto demonstrou estar em sintonia com

aquelas linhas orientadoras do Governo para a política cultural externa de Portugal, de que o Instituto Camões é o executor.

Como se propunha no *Plano de Atividades* para este ano, no *Relatório de Atividades de 2003*, foram identificadas, no contexto da globalização,

«como áreas de intervenção estratégica os Blocos Políticos Regionais, onde a língua Portuguesa se usa e se afirma (SADC, Mercosul, UA, UE,...), as Organizações internacionais que a promovem (CPLP, OEI, SECIB, OEA, ...) e os organismos e instituições que a divulgam (Universidades e escolas, OMPI, OMM, Federações Internacionais de Desporto, etc.).» (p. 4)

Estas áreas agora identificadas no *Relatório* coincidem, no que é nomeado, com o que o *Plano* propunha que se identificasse (pp.6 e 18)<sup>315</sup>. O que é difícil de entender é como é que o Relatório afirma que a SADC, Mercosul, UA e UE são blocos «onde a Língua Portuguesa se usa e se afirma». Excetuando o Mercosul, não é possível descortinar, como é que a afirmação e o uso da língua portuguesa naquelas outras organizações pode ser detetada.

Até por uma questão de coerência estratégica e de desenvolvimento de esforços, e pelo facto de esses mesmos esforços, que, como já se viu anteriormente, não tiveram, até esta data, qualquer efeito prático, no sentido de se conseguir a abertura de um CLP na SADC e na UA. Não é, por isso, possível entender de que modo é que a língua portuguesa se afirma, se não se consegue que, nessas organizações, haja estruturas e pessoal especializado que garanta que a língua

---

<sup>315</sup> O que não se entende, nem em termos de clarificação estratégica, nem em termos de definição política, são as reticências e o etc. final. Se os blocos políticos foram identificados, tudo deveria ser definido e tudo nomeado. Assim tal como está apresentado, não é possível identificar o que cabe no âmbito das reticências ou do etc.

portuguesa se afirme e se use. Acresce que, logo a seguir, se pode ler,

«envidaram-se esforços com vista à criação do CLP/ICA na sede da União Africana, em Adis Abeba, estando em curso iniciativas para criar idêntica estrutura na sede do Secretariado Executivo e do Parlamento da SADC (em Gabarone e em Windhoek)» (p. 5)

O documento nada diz sobre a natureza dos esforços, como, aliás, nenhum outro, seu antecessor. Mas seria de saber se este esforço está a ser coordenado com os primeiros beneficiários destas diligências. Certamente que sendo do interesse dos PALOP, algum empenho teriam em conseguir levar a bom termo esta disponibilidade do Instituto. Em caso de tal não ter sido ainda tentado, seria de refletir sobre este tão longo processo, rever a forma como foi planeado e a estratégia seguida. Mas estas são hipóteses que não irão ser confrontadas com a realidade dos factos.

Do mesmo modo, é do vulgo, e bastas vezes disso se tem, ao longo dos anos, feito eco na imprensa, das dificuldades várias que são postas, na UE, ao uso efetivo de outras línguas, que não o inglês, com alguma condescendência para o francês e o alemão (Phillipson 2003:107), como também já se tratou em capítulos anteriores. Nestes termos, fica difícil classificar a qualidade de afirmações como esta, referindo-se a «Blocos Políticos Regionais, onde a língua Portuguesa se usa e se afirma» neles se incluindo a UE.

Teria sido bom ter visto os frutos das reuniões técnicas levadas a cabo entre Portugal e o Brasil com vista a uma ação coordenada nos países do MERCOSUL, sobre a

«identificação das redes de centros de estudos e de docentes destacados de cada um dos países, de modo a

rendibilizar recursos e a realizar cursos de formação de professores e exames de Língua portuguesa reconhecidos por ambos os países. Foi perspectivada a cooperação entre CLP/ICA e os centros de Estudos Brasileiros em Buenos Aires, assim como na Cidade do México, que podem constituir-se como projetos-piloto muito importantes.» (p. 5)

Esta iniciativa, caso tivesse continuado poderia ter tido um grande alcance. Identificar e perspetivar são termos que indiciam o estado inicial dos contactos, mas do ponto de vista da projeção da língua portuguesa no exterior, uma colaboração efetiva entre instituições de Portugal e do Brasil, nesta matéria, poderia ter sido um passo de grande inteligência e visão política. Pelas palavras da atual presidente do Instituto Camões, sobre a colaboração com o Brasil (de que adiante se tratará), pode dizer-se que este foi um passo inconsequente.

Sobre os assuntos de carácter legislativo, dá-se conta da entrega dos anteprojetos: um sobre o Estatuto dos Docentes; e o outro sobre o estatuto dos Trabalhadores dos Centros Culturais.

No âmbito dos Centros Culturais, o Instituto Camões adotou uma política de itinerância de exposições, promoção de eventos e planeamento de atividades, prática já em uso nos Centros Culturais da Ásia, sob coordenação do IPOR e que se encontra documentada desde 2001. A apresentação de Planos e Relatórios de Atividades, do ponto de vista da gestão, só podia trazer vantagens como, aliás, o *Relatório de Atividades de 2003* reconhece (p. 7). Um outro aspeto que também marcou uma vontade de conseguir uma melhor coordenação dos Centros Culturais foi a de dar continuidade a uma prática recente no Instituto, de uma outra prática do IPOR, a da reunião anual de Conselheiros e Adidos Culturais (p. 8).

Sobre o CVC este relatório repete, nas páginas 8 e 9, os dois primeiros parágrafos do *Plano de Atividades*, a que já se fez menção. Dado nada trazer de novo, até aqui, fica apenas a nota sobre a vontade de que se «reforce a oferta de conteúdos de caráter cultural em línguas veiculares de âmbito mundial como sejam o Inglês<sup>316</sup>, o Francês ou o Espanhol.» (p. 9).

Uma visita atual ao sítio do Centro Virtual Camões mostra bem que ainda há uma necessidade premente, quanto a este reforço de «oferta conteúdos» naquelas três línguas, assim, como nas restantes que lá estão assinaladas (Alemão, Italiano e um desrespeitoso *other languages*), mas numa situação bem mais paupérrima em termos de conteúdos<sup>317</sup>. Esta é sem dúvida uma área de divulgação que merecia uma estratégia empenhada, dado que só poderia beneficiar um maior conhecimento da cultura portuguesa, por parte de estudantes e demais público estrangeiro, em geral.

No que respeita à denominada rede de docência, «A estratégia de construção de políticas regionais levou à criação, por protocolo, da rede ICA/IPOR (Instituto Português do Oriente)» (p. 13). Este é um ponto que apela a uma apreciação mais cuidada, pelo menos, pelos termos em que é posto neste *Relatório*.

De facto, uma consulta ao *Plano de Atividades e Orçamento de 2000*, do Instituto Português do Oriente, permite constatar que esta “rede” já existia, pelo menos, desde este ano (no período anterior a 1999, o apoio aos Centros Culturais e Leitorados era feito pelo Governo de Macau, através do Instituto Cultural de Macau – ICM e o IPOR já o

---

<sup>316</sup> Uma nota relevante, por representar uma antítese do que esta Presidência (Prof. Doutora Maria José Stock) afirma sobre a necessidade de combater a hegemonia do inglês (cf. com texto a que reporta a nota 314, pág. 315) depois se constata que a língua que tem incomparavelmente mais conteúdos disponíveis é precisamente a língua inglesa.

<sup>317</sup> Na verdade são apenas dois ou três temas, que nem são significativos em termos de demonstrar alguma acessibilidade, até porque se acede com uma entrada em inglês (!).

fazia, também, num espírito de colaboração, como adiante se verá quando se tratar do IPOR).

O *Plano de Atividades de 2000* do Instituto Camões também menciona que vai «Apoiar o funcionamento dos Centros Culturais integrados na área coordenada pelo IPOR» (p. 20) e diz ainda que

«O IPOR assegurará a coordenação da gestão dos Centros Culturais Portugueses no Oriente, do Centro Cultural Português em Macau e dos Leitorados Portugueses no Oriente. Apoiará, também, os serviços culturais das Embaixadas na Região da Ásia-Pacífico desenvolvendo um papel de grande relevo prático em relação a Timor.» (p. 34)

Nestes termos, o protocolo assinado entre o Instituto Camões e o Instituto Português do Oriente, de que o Instituto Camões é acionista maioritário, não poderia ser considerado (conforme se pretende no *Relatório*) como se de um documento fundador se tratasse, mas do reconhecimento de uma prática estabelecida, que visava institucionalizar a rede regional da região Ásia-Pacífico já existente (como, aliás, é proposto - p. 20 - no *Plano de Atividades 2003*), ou ainda, regulamentar de uma prática anterior<sup>318</sup>.

Quanto à questão da construção de políticas regionais, elas enquadram-se nesta nova estratégia para todas as regiões a criar,

---

<sup>318</sup> Na falta de melhor esclarecimento no *Plano de Atividades de 2003* do Instituto Camões, o encarte, suplemento, n.º 78, de 29 de Setembro de 2004, do *Jornal de Letras (JL)* n.º 887, ano XXIV, é bem claro sobre a natureza deste protocolo ICA/IPOR, «Substituindo o protocolo celebrado a 29 de Maio de 1990 com o então Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), o Instituto Camões e o IPOR assinaram a 25 de Abril de 2003, um protocolo de cooperação na área da Língua e Cultura Portuguesa, contemplando as áreas do Ensino do Português a Estrangeiros, Leitorados, e Cursos de Português, Centros Culturais, Programa de Edições e Traduções, Bolsas de Estudo e Investigação e Programa de Ação Cultural em Macau.». Trata-se, assim, de um protocolo que substitui outro, já existente. Neste primeiro protocolo, que consagrava o fim do convénio com o então Instituto Cultural de Macau, estabelece-se no seu Ponto 3.4 o que compete ao IPOR e no ponto 3.4.1 refere «A gestão administrativa e financeira dos leitorados», o que significa que o IPOR passava a ser a entidade que substituíria o Governo de Macau no pagamento das despesas com os Leitorados do ICALP.

salvo no caso da região coordenada pelo IPOR, onde uma política regional para a língua e cultura portuguesa, não só já existia há muito, como poderia, no que fosse útil e aplicável, servir de modelo para as que se queriam implementar.

No caso da área coordenada pelo IPOR poderia sempre<sup>319</sup> falar-se de reorientação estratégica, de uma nova conceção política, da reformulação da política, até então seguida, mais de acordo com novos objetivos que entretanto se tenham delineado, mas dificilmente, se poderá falar de «estratégia de construção de políticas regionais» quando, partindo do que se afirma no *Relatório de Atividades 2003*, o que a assinatura do protocolo proporcionou foi uma «seleção de professores para os países dessa rede» (p. 13).

Um entendimento diverso, que tente ser fundador de um novo percurso, não pode, no entanto, ignorar a documentação produzida pelo próprio Instituto, sem que isso deixe de implicar que, no caso vertente, a inovação estratégica, esteja no alargamento do conceito e na experiência que a fórmula iniciada pelo IPOR proporcionou.

Parece, no entanto, que a ideia que o *Plano de Atividades 2003* veiculava sobre macrorregiões, afinal não foi exatamente aquela que, depois, se veio a adotar e que figura no *Relatório* relativo a este ano, levando a crer que se terá produzido uma alteração no que toca ao entendimento do que deveriam ser estas macrorregiões, entre a redação do *Plano* e a elaboração do *Relatório*.

No *Plano de Atividades*, o que se perspectivava era a criação de macrorregiões que não teriam uma base regional continental, mas

---

<sup>319</sup> As políticas podem mudar, sofrer alterações, ganhar novos interesses estratégicos. O termo construção aqui é que parece fazer crer que se está a fazer algo de novo ora, para usar o termo na sua aceção mais comum, para se construir uma política regional onde já havia uma tem, necessariamente, de se destruir a que existia antes no mesmo sítio e nesse caso o termo apropriado seria reconstruir.

áreas geográficas mais pequenas desses continentes<sup>320</sup>, como vimos. O termo macrorregiões, no *Relatório* sobre a atividade de 2003, surge, assim, um pouco desproporcionado já que se refere que «o redimensionamento da rede de docência [foi feito] definindo em cada país, macrorregiões e identificados Núcleos de Coordenação Regional (NCR). (p. 13)

Estamos claramente perante uma alteração de substância. A ideia da regionalização da coordenação das ações poderia ganhar relevo e importância estratégica, pelo que poderia permitir, ao estar mais perto do terreno, e assim, coordenar e acompanhar com um maior grau de proximidade, os docentes do Instituto. O Instituto Português do Oriente é um exemplo, possível, de uma macrorregião. Mas agora, o *Relatório* vem reduzir o âmbito da ideia antes exposta, de uma macrorregião, a uma coordenação com uma dimensão menor que um país.

Assim continuar-se-ia a falar de macrorregiões? Ou ter-se-ia passado a falar de agrupar regionalmente 2 ou 3 Centros de Língua Portuguesa (não existem, ainda hoje, mais, por país) e agrupar a estes, uns quantos Leitorados + Universidades apoiadas, em países como a França (14), a Itália (13) ou a Alemanha (13). O *Relatório de 2003*, não avança para o concreto e portanto, não se sabe que intenção teria o Instituto para estes casos ou para outros, naqueles países cuja realidade se resume a um ou dois leitorados.

Assim, o que se apresenta não permite conhecer quais são os Núcleos de Coordenação Regional das macrorregiões. Ainda que, o que se apresenta prefigure mais um quadro de unidades com um reduzido raio de ação e, logo, em nada comparável ao trabalho desenvolvido na rede IPOR de leitorados, por exemplo, que poderia ser tomada por uma macrorregião tipo.

---

<sup>320</sup> Poderia ser um grupo de países.

Em face destas alterações, não é possível reconhecer o que no *Relatório* se preconiza ao afirmar-se que «O pôr em marcha desta reestruturação teve por pressupostos a definição de uma estratégia clara do ICA» (p. 13). Primeiro, porque não são identificados os pressupostos e depois, porque ainda que se reivindique como clara, a estratégia não foi enunciada e assim verificar-se essa qualidade.

Não tendo sido apresentadas as supostas macrorregiões, que, na altura da elaboração deste relatório, já teriam sido identificadas, como se afirma na citação acima, não se fica a saber quais são e assim a sua lógica regionalizadora. Se já se conheciam, este *Relatório* poderia ter sido enriquecido com a sua apresentação, e, bem assim, formular a função dos Núcleos de Coordenação Regional, o que iam coordenar e como o iriam fazer.

De acordo com o *Relatório*, os responsáveis desses Núcleos seriam leitores, o que, à partida, teria como consequência a alteração das funções, perfil e competências destes professores, já que o que se pode exigir a um leitor e a um coordenador/leitor/responsável por um CLP ou um NCR são capacidades de trabalho diferentes, tarefas diferentes e competências de coordenação e responsabilidades diferentes, que vão muito além do trabalho da docência<sup>321</sup>. Em ponto nenhum do *Relatório* se fala deste assunto, como já não se falava no *Plano de Atividades*.

Um outro ponto que este *Relatório* aponta como sucesso de estratégia da nova gestão, prende-se com o número de postos de docência para o ano letivo de 2004/2005 (não é, portanto, uma referência ao número de docentes do ano letivo a que se reporta o *Relatório*).

---

<sup>321</sup> Ser um bom docente, não garante que se seja igualmente um bom coordenador ou um bom responsável de CLP.

«Ficarão assim assegurados para o ano letivo 2004/5, 148 postos de docência de Língua e Cultura Portuguesa no mundo, contra os 111 existentes em 2002/2003, significando um acréscimo substancial de núcleos de ensino ICA, Cátedras e CLP/ICA, com base na re-estruturação.» (p. 14)

Esta *expansão* do número de postos de docência<sup>322</sup>, é tanto mais surpreendente, quanto, no *Plano de Atividades 2003*, se falava de uma rede «demasiado vasta ... com custos altíssimos» (p. 13), o que já foi antes referido.

O que leva a especular se o crescimento se terá ficado a dever ao aumento das Universidades apoiadas, menos oneroso, em detrimento da colocação direta de leitores, que comporta custos superiores, pois o *Relatório* nada avança sobre a matéria. Menciona-se, acima, que, em 2002/2003, o número era de 111 postos de docência. Precisamente, o Quadro 14 apresenta números bem diferentes, para 2002, e que são os que foram publicados no *Anuário Janus*, que trabalha com base com dados que lhe são fornecidos pelas entidades oficiais, como o Instituto Camões.

Neste quadro, entre Leitorados (147) e Universidades apoiadas (20) os postos de docência eram de 167 e não 111. Com tal disparidade, ou houve uma diminuição drástica de 56 postos, (porque a rede era «demasiado vasta») entre a saída da anterior administração (Março de 2002) e o início do ano letivo 2002/2003, ou há um erro qualquer, não determinado, nos números apresentados.

---

<sup>322</sup> Um posto de docência tanto pode ser um Leitorado como um posto de ensino assegurado pela Universidade e apoiado pelo Instituto.

Em qualquer das situações, e a ser plausível que tenham sido encerrados 56 postos, este *Relatório* deveria relatar isso mesmo, o que não faz<sup>323</sup>.

Este é também o caso do encerramento do Centro Cultural em Seul. As duas páginas (26-27) dedicadas aos Centros Culturais Portugueses falam da realização de 330 ações neste ano «o que significa 20 a 30 ações/ano por CCP/ICA» (p. 26), e que terão resultado na «divulgação da cultura portuguesa e da promoção do encontro cultural entre os respetivos países» (idem), mas não fala do impacto ou dos resultados que essas ações conseguiram<sup>324</sup>.

Menciona, no entanto, uma possível alteração na «rede do Brasil»<sup>325</sup>, mas omite o desaparecimento do CCP em Seul (como, aliás, não refere o encerramento do Leitorado na Universidade de *Hankuk*, embora haja menção à abertura de um Leitorado em *Pusan*, tudo na República da Coreia). O *Plano de Atividades 2003* (p. 20), já anunciava essa medida, mas o *Relatório de 2003*, não o confirma, embora, de facto, o Centro tenha mesmo sido desativado.

Uma última nota prende-se com duas questões: os CLP e o Observatório da Língua Portuguesa. Não que haja algo de

---

<sup>323</sup> Um *Relatório* não é só para relatar as supostas “coisas boas” que se fizeram durante o ano a que respeitam, serve também para esclarecer o que correu menos bem ou, mesmo, até, o que correu mal. O *Relatório*, para ser o espelho de um ano de atividade, tem de ser verdadeiro nos êxitos e nos problemas que nesse ano ocorreram. Estes aspetos menos bons constituem, precisamente, uma área a que o *Plano de Atividades de 2003* se refere com clareza, quando trata de uma questão relativa a uma das vice-presidências, ou quando refere questões orçamentais e de teor legal, que, dada a natureza delicada do seu conteúdo, me abstenho de citar ou usar neste trabalho. Apenas o faço notar nestas linhas fora do corpo do texto para realçar que os autores dos documentos aqui apreciados, relativos a 2003, não se inibiram de falar destes aspetos menos positivos e, portanto, seria de esperar que este comportamento de rigor se mantivesse em relação a questões que têm que ver com encerramento de postos e que são sempre assuntos de menor brilho num relatório.

<sup>324</sup> Não avança dados sobre o número de público que assistiu aos eventos, de visitantes das exposições, que impacto houve nos *media*, enfim, não indica resultados. Trezentas ações podem ser muito, e pode ser muito desperdício de recursos. Sem avaliação dizer-se que se fizeram 300 ações, 30 ou 500 é apenas uma referência por atacado, sem qualquer valor sobre a qualidade do impacto das mesmas. Na verdade, esta não é uma deficiência particular deste *Relatório*, é falha comum em toda a documentação consultada no Instituto Camões.

<sup>325</sup> Não se percebe como é que um polo em S. Paulo, do CCP em Brasília faz uma rede. Parece haver, neste caso alguma hiperbolização do termo.

verdadeiramente diferente a acrescentar à forma como estas questões têm sido abordadas pelo Instituto, mas precisamente porque os três documentos que foram produzidos por esta administração que chegou ao Instituto Camões após a chegada do XV Governo, e aqui apresentados, na prática não trouxeram melhor planeamento, nem melhores resultados, no que respeita ao estabelecimento de novos Centros de Língua Portuguesa, mas por outro lado marcam o abandono das referências ao Observatório.

Quanto aos CLP, o Plano de Atividades 2003 não apresenta um capítulo próprio para estes assuntos. Integra-o no capítulo da rede de docência, fala deles no quadro das macrorregiões e da criação de NCR, mas não refere propostas de abertura de nenhum CLP para este ano nem dá continuidade à proposta desta administração, que constava do documento, *Estratégia, Plano de Atividades, Projetos, Iniciativas e Medidas Desenvolvidas pelo Instituto Camões*, o qual, precede o Plano de 2003 e de que constava o propósito de abrir 29 Centros.

É certo, que o *Plano de Atividades 2003* estava centrado na reestruturação, identificação e criação de macrorregiões e Núcleos de Coordenação Regional, pelo que se compreende a pausa redefenidora e a estabilização da denominada rede, até à identificação das grandes regiões, provavelmente, para depois, se atuar já na base do novo conceito e enquadramento regional.

No entanto, o *Relatório 2003* dá conta da abertura de Centros de Língua Portuguesa (os cinco já mencionados nas notas<sup>297</sup> e <sup>298</sup> e mais nove, a criar, que é um retomar do documento mencionado no parágrafo anterior). Ao contrário, o que o *Plano 2003* considerou como «indispensável» (p. 8), não merece qualquer palavra no *Relatório* final de 2003.

Como se tem demonstrado até este momento, o que se tem constatado da análise dos documentos, é a sua inconsistência a nível de planeamento e a sua maior ou menor capacidade, para expor clara, objetiva e desenvolvidamente, uma política de língua que vá além do mecanismo sintético da ordenação topicalizada, ficando-se quase sempre com a ideia de que falta sempre uma profundidade que sustente as ideias. Esta situação, que impede que possam ser apresentadas e defendidas com consistência, políticas de língua, planeamento e estratégias, deve-se sobretudo a uma falta de sistematização.

Nada disto, no entanto, nos deve inibir de considerar a possibilidade de, aquela constatação, vir mais da forma e da intenção com que são redigidos os documentos, Planos e Relatórios de Atividades, do que, propriamente, por uma real falta de consistência das políticas e estratégias que são apresentadas de forma abreviada, para dar relevo ao que se vai fazer e ao que se fez. De alguma forma, estamos perante uma situação em que o que se pretende é mostrar uma dinâmica e uma atividade que releve, de forma inequívoca, o imenso trabalho que se está a realizar, ainda que os recursos vão diminuindo.

Uma prova de que existe pensamento estratégico mais elaborado do que os Planos e Relatórios dão conta, são alguns documentos de trabalho que se pode analisar. Trata-se de um documento reativo<sup>326</sup> e não de um trabalho reflexivo, mas serve para mostrar o que está por de trás dos tópicos.

Em primeiro lugar este documento resposta, começa por afirmar que

---

<sup>326</sup> Este documento foi elaborado para resposta ao Secretário de Estado da Tutela sobre algumas críticas públicas sobre o «redimensionamento da rede de docência». O documento está assinado pela então Presidente do Instituto Camões, Maria José Stock, com data de 27 de Junho de 2003 e tem o Título: *Re-estruturação da rede de Docência do ICA, Bolsas, Programas e Pessoal MNE Cultural*, e tem 8 páginas.

«A promoção e ensino da língua portuguesa no mundo tem sido efetivada quase exclusivamente por Portugal» (p. 1).

Esta é uma consciência da posição da língua portuguesa no mundo que sendo, formalmente, correta, não tem, contudo, correspondência com a realidade e o pragmatismo do uso. É verdade que a promoção da língua portuguesa tem sido levada a cabo de forma quase dominante por Portugal. E, neste domínio, estamos no mesmo diapasão da França em relação ao francês, da Espanha em relação ao espanhol, e até, do Reino Unido em relação ao Inglês.

Essa é realidade da promoção externa das línguas. Não é a Áustria que promove externamente o alemão, é a Alemanha com o *Goethe Institut*, não é Suíça (ou S. Marino) que promove o italiano, é a Itália com o *Istituto Italiano di Cultura*, não é a Austrália que promove o Inglês no estrangeiro, é o Reino Unido através do *British Council*. A realidade do ensino externo do francês não é diferente.

Há aqui, portanto, um padrão. Os países aos quais está associada a origem das línguas, institucionalizaram o ensino ativo da sua língua no exterior. Para estes países, a sua língua parece ser uma extensão da sua relação com o mundo e o facto de as suas línguas terem expressão internacional, funciona como uma garantia da sua universalidade e um mais fácil entendimento do mundo.

Isto não significa que outros povos que partilham essas línguas internacionais, por iniciativa desses Estados, não possam também eles promover as suas línguas como o fazem os países europeus. O Brasil fá-lo através dos Centros de Estudos Brasileiros, como, aliás, este próprio documento faz menção. O que já é bem mais do que fazem outros países sul-americanos para promover o espanhol no

estrangeiro<sup>327</sup>. Mas ao que parece, os novos países – formados há 200 ou 250 anos, ou ainda mais recentemente há 50 ou 30 anos –, não têm ainda enraizada esta vontade de promover as suas línguas nacionais ou oficiais herdadas dos antigos colonos. Provavelmente, muitos deles têm hoje problemas e preocupações bem mais prementes mesmo ao nível das políticas educacionais em geral ou de política de língua a nível interno.

Neste ponto, tem que se perceber que a questão da promoção ou não promoção externa das línguas por países francófonos (que o fazem através de organizações como a OIF, embora não na “linha da frente” com institutos de línguas oficiais, como a *Alliance Française*) anglófonos, hispanófonos ou lusófonos, não pode ser reduzida a uma questão meramente económica e de capacidade de recursos humanos, porque isso não explicaria porque é que países de língua francesa ou inglesa do hemisfério norte, que são tidos por países ricos, não apostam, em termos de organismos de Estado, na promoção externa das suas línguas. Não vamos agora tentar encontrar uma resposta, contentemo-nos tão só em constatar este facto: não o fazem.

Neste aspeto convém ter em mente que faz a promoção externa da língua quem entende que isso é fundamental para a sua política externa, para a sua presença no mundo e se essa for uma das vias escolhidas pelo Estado como a sua contribuição para o melhor entendimento entre os povos através do conhecimento do outro, da sua cultura e da sua língua. E, quanto a esta perspetiva, parece também estabelecido que a França, o Reino Unido, a Espanha, a Alemanha, a Itália e Portugal sentem essa necessidade.

---

<sup>327</sup> Se esses países tivessem uma política ativa de ensino do espanhol no estrangeiro talvez o Instituto Cervantes não precisasse de ter uma política tão agressiva no Brasil, onde, ainda em 2005, pretende abrir 7 delegações deste Instituto para além das duas que já existem em S. Paulo e no Rio de Janeiro. (Declarações da Vice-Presidente do Governo Espanhol, Maria de la Vega, ao jornal *El País*, de 11 de Agosto de 2005)

Por outro lado, ainda que a promoção externa das línguas possa e deva ser entendida num quadro estratégico, geopolítico e geolinguístico internacional, e neste ponto, devam ter uma componente política de concertação e parceria, para defesa comum nos *fora* internacionais, o facto de esta promoção ser levada a cabo por organismos estatais, torna-a uma política autónoma do Estado que a promove, pelo que responde, também, enquanto política dos Governos, à defesa dos seus interesses particulares, e, neste domínio, não se pode obrigar outros estados a corresponsabilizarem-se por ela.

Em conclusão, «A promoção e ensino da língua portuguesa no mundo tem sido efetivada quase exclusivamente por Portugal» e, retirando-se da citação, o «quase exclusivamente» assim deve continuar a ser se Portugal entender que é do seu interesse particular - que é independente dos interesses dos outros sete Estados de língua portuguesa -, que a língua portuguesa seja conhecida e falada por cada vez mais indivíduos, particularmente e neste caso específico, enquanto língua estrangeira, e.g., se Portugal enquanto Estado, compreender que isso é uma vantagem para si e para aquilo que designa como a sua afirmação no mundo.

Assim, a frase acima citada revela sobretudo uma tentativa de desresponsabilização e de partilha do que é responsabilidade própria, sobretudo porque não representa uma visão de soma mas de

subtração<sup>328</sup>. Ou então entende-se que esta não é uma tarefa do Estado<sup>329</sup> e neste caso o Instituto não tem razão de existir.

Neste sentido, é preciso saber-se exatamente se quando se afirma que

«A política de Língua tem de se inscrever neste quadro e adquirir um novo dinamismo e eficácia. Deverá realizar-se em cooperação com a rede já existente de docentes do Brasil, com todos e com cada um dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com a CPLP e o IILP» (p. 1)

se está a querer somar esforços e promover um maior alargamento da rede, ou apenas a transferir responsabilidades e competências e a tentar combater a diminuição das dotações orçamentais, com a adoção de estratégias pretensamente mais dinâmicas e eficazes.

Quando sabemos que os outros países da CPLP, excetuando o Brasil, não podem contribuir para este esforço - mesmo que S. Tomé coloque um Leitor em Libreville (formado e pago por Portugal) ou Moçambique coloque dois leitores em países limítrofes - o que se deve saber é se o esforço de poupança do Instituto Camões, com os postos que "deixou" aos seus parceiros, vai ou não ser redirecionado para a abertura de três outros postos em outros tantos lugares, mas apenas motivo para cortar nas verbas de investimento.

Assim, dizer-se que

---

<sup>328</sup> No sentido em que os recursos que se deixam de investir num lugar onde, por exemplo, existe um CEB ou um Leitor moçambicano, não são canalizados para outros investimentos mas são deduzidos ao orçamento do Instituto. O Instituto substitui Leitores por professores locais ou assistentes, não para reinvestir na expansão da rede, mas para compensar a redução orçamental. Pelo que, um esforço que poderia resultar numa maior dinâmica de gestão de recursos, não passa afinal de um esforço inglório de mera gestão de um orçamento que emagrece não só em termos absolutos, mas também pelo aumento dos encargos fixos, que têm de ser suportados por orçamentos menores.

<sup>329</sup> E então justificar-se-ia que a difusão externa da língua portuguesa deixasse de ser considerada prioridade e desígnio nacional, como até agora tem sucedido.

«Uma política de língua portuguesa é de interesse estratégico tanto para Portugal como para os países CPLP e deve, portanto ser realizada a nível supranacional por essa via e não de forma isolada por Portugal.»<sup>330</sup> (p. 3)

Esta afirmação deve ser entendida como a expressão de uma política coordenada no âmbito da lusofonia, como, por exemplo, acontece na francofonia, no quadro das suas diversas organizações? Ou significa, antes, a tentativa de fazer uma política coordenada de custos, uma vez mais, numa estratégia de afrouxamento da uma política global autónoma de Portugal, tendente a consolidar o seu desinvestimento, numa área onde as dotações orçamentais são já, notoriamente, pequenas<sup>331</sup>?

Quanto à posição que a língua portuguesa ocupa no mundo reitera-se aqui o discurso sempre repetido, e que está presente com uma ou outra modalização em todos os documentos sobre a língua portuguesa no plano internacional.

«Hoje, a LP no mundo [...] é língua oficial de 8 Estados e, no quadro geoestratégico do mundo de hoje, é língua de blocos políticos (UE, UA, Mercosul, SADC) que afirmam a sua identidade através da língua. O Português é língua

---

<sup>330</sup> A frase “tanto para Portugal como para os países CPLP” não é particularmente feliz já que coloca Portugal fora da CPLP, e pode ser entendido como um afastamento, que, neste contexto em que se fala de cooperação, surge perfeitamente desajustado. Seria mais correto perceber este tipo de colaboração se a língua portuguesa fosse «de interesse estratégico tanto para Portugal como para os **restantes** países CPLP», o que tornaria a frase mais inclusiva da ideia de pertença a este bloco político-linguístico.

<sup>331</sup> Afirmar-se que «O Português está na linha da frente das línguas que se afirmam como línguas globais. O LP pode e deve ser a ponte entre espaços e continentes», não tem qualquer significado se a ação contrária, consistentemente, as frases sonoras e barrocas sobre a Língua Portuguesa no mundo. Em substância, o que é que significa «estar na linha da frente»? e o que são para os responsáveis, «línguas que se afirmam»? Afirmam-se como? Só por existir, por um episódio da história, em vários espaços do globo? E o que é que significa, em termos de política de língua, «pode e deve ser a ponte entre espaços e continentes»? Para além da estética retórica da frase qual é a substância deste «pode e deve»? Pode como? Deve porquê? E com que instrumentos se constrói, repara ou mantém esta «ponte»? Como é que se age para além da frase?

global e ocupa uma posição privilegiada, pois está na América, na África, na Europa e também na Ásia.» (p.1)

É irrefutável que é língua de oito estados. Mas o factual acaba aqui. Para que, de facto, a língua portuguesa seja «língua de blocos políticos (UE, UA, Mercosul, SADC)» seria necessário que, à exceção do Mercosul, a língua portuguesa deixasse de ser apenas, quase simbolicamente língua de trabalho para o passar a ser de modo real.

A verdade é que, não é por, sistematicamente, se afirmar e escrever que uma língua se afirma que isso acontece. Tanto mais que uma língua não se afirma só pelo simples facto de formalmente ser aceite como língua de trabalho em 12 organizações internacionais. É fundamental que se criem condições reais para o seu uso oral e escrito e que a Organização tenha recursos humanos e logísticos ativos disponíveis sempre que um utilizador quiser fazer uso dessa língua. Ora o próprio Instituto deve reconhecer que não existem grandes condições, quando procura, sem sucesso, estabelecer-se em duas organizações regionais (UA e SADC) e quando a Língua Portuguesa na União Europeia encontra dificuldades e entraves à sua utilização.

Fazer afirmações sobre a presença da língua portuguesa no mundo em termos de língua de comunicação internacional, em termos de «língua de blocos políticos» não pode ser feito, sem ter em consideração a situação real, sob pena de se perder o rigor e a noção sobre a urgência necessária para conseguir, de facto, que os utilizadores da Língua Portuguesa tenham as condições essenciais para, nessas organizações, poder, com normalidade e regularidade, usar, ouvir, escrever e ler na sua língua.

Outro facto irrefutável é o de que «O Português é língua global e ocupa uma posição privilegiada, pois está na América, na África, na

Europa e também na Ásia.» Mas ser uma língua global não é o mesmo que ser uma língua de comunicação internacional. A sua posição global, ou pluricontinental, diz-nos, apenas, que a língua Portuguesa é falada por comunidades e em países que a tomam por língua materna, veicular ou oficial em todos os continentes ainda que numa repartição não homogénea do seu número de falantes nesses continentes. Mas ser língua global não é sinónimo de língua de comunicação global.

Falar em circuito fechado, mesmo que seja feito por 200 milhões de falantes, sem extravasar dos seus falantes nativos, não pode conduzir uma língua a ser considerada realmente de comunicação internacional, já que, para isso, é essencial que os seus utilizadores extravasem para além dos da sua fronteira enquanto língua<sup>332</sup> materna ou oficial.

Também é importante, que seja dito claramente, que para o Instituto Camões,

«A presença do ensino de Português no mundo deve ser avaliada preferencialmente pelo número de cursos e de alunos de português e não pelo número de professores portugueses deslocados no estrangeiro. É a capacidade de o impormos como língua veicular de várias culturas e políticas que importa.»

E é importante que seja dito primeiro, o ensino do português no mundo deve ser avaliado. Deve ser avaliado pela organização, pelas opções estratégicas, pelo envolvimento que consegue das estruturas

---

<sup>332</sup> A língua inglesa não é língua de comunicação internacional porque é falada nos Estados Unidos da América, na Austrália, na África do Sul ou na República da Irlanda, onde o inglês é língua materna e oficial, isto faz dela uma língua global é certo, mas o que a torna numa língua de comunicação internacional é ela ser falada, por franceses, espanhóis, alemães, portugueses ou japoneses. O mesmo se pode dizer do francês, que é o que ainda hoje lhe dá projeção, apesar de só ter 129 milhões de falantes maternos. É isso também que vai impondo o espanhol como língua de comunicação internacional, porque o seu número de falantes não nativos está a crescer.

universitárias em que é ensinado, pelos níveis de ensino e pelo tipo de inserção nos *curricula* dessas universidades, pela qualidade e empenhamento dos professores que lecionam a língua e a cultura portuguesa<sup>333</sup> e pelo número de alunos que consegue formar, que nunca são referidos nos documentos do Instituto, nunca é referida a sua evolução, se aumentam, se diminuem, se são muitos ou poucos, que perfil têm (para além de serem alunos universitários).

O assunto da avaliação é tanto mais importante quanto continua a não se ter uma avaliação de todas estas áreas, ou, se foi feita, não foram apresentados resultados, nem foram referidos em documentos como os Relatórios anuais ou outros que estejam à disposição para consulta. Uma avaliação externa e independente seria um bom começo. E se é só «a capacidade de o [ensino] impormos como língua veicular de várias culturas e políticas que importa.», então, isso significa que não se está a pensar no ensino como língua de comunicação internacional, mas, novamente, ao espaço interno da lusofonia.

Porque se está a pensar em língua falada no dia-a-dia, no espaço da lusofonia, já que é neste sentido que ela é veicular e se revela, assim, que os responsáveis não conseguem, no concreto, pensar no português como língua falada por outros, para quem a língua portuguesa é língua estrangeira e que dela precisam para as suas atividades de negócio, comércio, turismo, investigação, cultura, e o mais que a vida numa sociedade global exige.

Quanto à questão da contratação de docentes locais, em vez de enviar docentes de Portugal para os postos de docência no estrangeiro, o Instituto considerava que estava «a gerir melhor racionalizando recursos e endogeneizando estruturas». Recorrer-se a docentes locais é uma medida que tem que ser entendida, e

---

<sup>333</sup> E outras do âmbito da lusofonia.

enquadrada, considerando as necessidades de ensino de cada posto. Ser-se estrangeiro ou nativo da língua não é, necessariamente, relevante o que é relevante é a qualidade pedagógico-científica de quem vai ensinar<sup>334</sup>.

Já sobre a colocação dos denominados assistentes em substituição dos leitores, o instituto defendia, então, a política seguinte:

«A qualidade do ensino estará tanto mais garantida quanto mais adaptadas às exigências locais forem as habilitações académicas dos professores. Os Assistentes que o ICA tem vindo a colocar são Licenciados em Português Língua Estrangeira, não são formados para ensinar Português aos portugueses, mas para o ensinar a estrangeiros» (p. 2)

A capacitação dos professores com formação específica para o ensino de PLE é um ponto fundamental no caminho da capacidade do Instituto Camões em prestar um melhor ensino, através da contratação de professores com melhor formação inicial.

O próprio Instituto reconhece que

«Até agora, a maioria dos leitores, mesmo tendo mestrados ou doutoramentos, exerciam funções de ensino sem terem tido preparação académica específica para tal: eram professores de Português Língua Materna ou até de outras disciplinas e não de Português Língua Estrangeira, cujas metodologias específicas apenas foram aprendendo, *in loco*.» (p. 2)

---

<sup>334</sup> Há no entanto questões a ponderar já que em alguns casos um dos objetivos de se ter um Leitor numa universidade estrangeira pode ser o de proporcionar a oportunidade de contacto com um falante nativo da língua e a importância que isso pode ter no desenvolvimento das capacidades expressivas e comunicativas dos alunos. Mas existem outros fatores a ter em conta como o nível de aprendizagem, se se trata de alunos de uma licenciatura ou de língua de opção. Mas, do ponto de vista formal e pedagógico, o único aspeto realmente determinante deve ser o da qualidade científica e profissional do docente, independentemente da sua condição de falante nativo ou não.

Ora se professores sem formação específica são Leitores, como é que é possível que o Instituto Camões adote uma política de contratações de docentes especializados, sem os colocar como Leitores, mas como Assistentes, que é uma figura que não existe sequer na lei orgânica do instituto Camões? Como é que dignifica o ensino promovido pelo Instituto, se este coloca os seus docentes científica e pedagogicamente mais capacitados e «com as habilitações académicas mais adequadas» (p. 2), numa situação de inferioridade e num estatuto sem existência legal, face a leitores que o Instituto reconhece não serem os seus melhores<sup>335</sup>?

Como já foi referido no Quadro 14, existe alguma dificuldade em estabelecer o número exato de Leitorados e outras modalidades de docência, dependentes do Instituto Camões. Por exemplo, o documento *Re-estruturação da rede de Docência do ICA, Bolsas, Programas e Pessoal MNE Cultural*, que se tem vindo a analisar, ao mesmo tempo que afirma que «Não encerrámos nenhum curso de português, não fechou nenhum posto de docência», apresenta um quadro, em que se mostra o número total de docentes em anos sucessivos, onde apresenta o número de 168 docentes ligados ao Instituto no ano de 2001/2002.

Aquele número de docentes cai para 111 no ano letivo seguinte. Ora se o Instituto Camões não fechou nenhum curso ou posto de docência, o que é que aconteceu a 57 postos? Passaram a ser assegurados apenas pelas Instituições onde esses cursos e postos existiam? O documento não explica, apesar de a leitura do quadro

---

<sup>335</sup> Esta política de recursos humanos qualificados parece funcionar contra a especialização que afirma defender. A situação presente contempla docentes que até poderão ter maiores graus académicos, mas menor qualificação profissional na especialidade, a usufruírem de condições contratuais consagradas na figura de Leitor e docentes com formação específica, licenciados em PLE, a não serem considerados para a posição de Leitor. Não se consegue entender qual a base para o estabelecimento desta situação, se tem algum pressuposto académico, científico, pedagógico, económico ou outro, tanto mais que o Instituto lhes reconhece maior qualidade e qualificação de base.

não deixar margem para dúvidas sobre a diminuição do número de docentes da denominada rede.

Por outro lado, para o ano letivo de 2003/2004 (e sem perder de vista que o ano de 2003 foi o segundo pior ano quanto à execução orçamental<sup>336</sup>) o mesmo documento propunha o aumento dos docentes/leitores/assistentes/formadores da rede do Instituto para 179 ou 183, o que seria o número mais alto de sempre. Mas mais uma vez, a capacidade de planeamento do Instituto sai prejudicada.

Segundo o documento *Ponto de situação ICA/DSLPIIC*<sup>337</sup>, o número de docentes/leitores/assistentes/formadores, foi, neste ano letivo de 127. Houve um crescimento de 16 postos de docência e não de 68 ou 72 como propunha o *Re-estruturação da rede de Docência do ICA, Bolsas, Programas e Pessoal MNE Cultural*.

Finalmente, e ainda dentro da política de contratação e gestão do conjunto de docentes nas suas variadas designações, um documento referente a 2005<sup>338</sup>, estabelece os «critérios subjacentes à planificação do ano letivo de 2005/2006» e onde, pela primeira vez, se pode constatar quais os critérios estabelecidos para a colocação de um leitor, de um assistente ou de um docente<sup>339</sup>, num determinado posto, e em que casos se opera a substituição de um por qualquer dos outros.

---

<sup>336</sup> Ver quadro 11.

<sup>337</sup> Com data 30 de Março de 2005.

<sup>338</sup> Instituto Camões, *Nota Justificativa*, s/d, 4 p. s/n, incluindo um anexo I, de 5.p, s/n e um anexo II, 2 p, s/n. O documento não está datado, mas apresenta referências ao ano letivo de 2005/2006 como sendo o próximo pelo que as referências ao «presente ano letivo» devem reportar-se a 2004/2005 e é assim que são assumidos neste estudo.

<sup>339</sup> Esta designação merece uma explicação já que, à partida, quer um leitor quer um assistente exercem funções docentes. Para o Instituto Camões a figura do docente corresponde a um professor contratado pela universidade, depois de um parecer favorável do Instituto, com o apoio financeiro do Instituto, o qual, em princípio, deve ser inferior aos custos que o Instituto teria de suportar caso colocasse um leitor nessa universidade. Esta situação, normalmente, é objeto de um protocolo entre o Instituto e a Universidade. O número de instituições que é discriminado no Anexo I é de apenas 134 sendo que 12 pertencem à rede IPOR.

Este documento regista também que o número de instituições com «que o Instituto Camões vem assegurando a cooperação» é de 140<sup>340</sup>. Do *Anexo I* a este documento constam 55 Leitorados<sup>341</sup>, 61 instituições com a figura de docentes (8 instituições têm docentes e leitores) 15 Instituições têm assistentes, 7 instituições têm formadores (PALOP) e 3 instituições com monitores, figura que agora também aparece. No total de 161 professores. Os dois quadros seguintes apresentam os dados acima referidos.

**Quadro 15** Docentes do Instituto Camões I

Ano letivo 2004/2005		
Instituições com		
Leitorados	55	7 Instituições usufruem simultaneamente de mais do que uma modalidade de professor, dando origem a um número total de instituições inferior ao total das modalidades registadas (141).
Formadores	7	
Docentes	61	
Assistentes	15	
Monitores	3	
<b>Total de Instituições</b>	<b>134</b>	

**Quadro 16** Docentes do Instituto Camões II

Ano letivo 2004/2005
----------------------

<sup>340</sup> Número referente a 2004/2005.

<sup>341</sup> O Instituto Camões inclui neste anexo as instituições que fazem parte da rede IPOR e que não são nem geridas nem pagas pelo Instituto. Nestes casos o Instituto procede apenas ao seu recrutamento e seleção, em princípio, com a colaboração do IPOR no processo. Este número de 54 Leitorados não coincide com o que é apresentado no quadro 10, que é o número que consta do sítio da *Internet* já citado.

Número de Professores por tipo de recrutamento		
Leitores	50	29 dos recrutados como <i>Docentes</i> estão ao abrigo de Bolsas de Estudos.
Formadores	8	
Docentes	77	
Assistentes	20	
Monitores	4	
<b>Total de professores</b>	<b>161</b>	

Este mesmo documento apresenta ainda outras informações relevantes. Considera primeiro a «Manutenção da cooperação com todas as instituições no próximo ano letivo» e a «Reabertura de Leitorados providos com Leitores» (p. 2).

Assim, em primeiro lugar, assume que, no ano em apreço, não vão fechar postos, mas, mais importante, tendo em conta o documento de Junho de 2003, constata-se que foram, de facto, fechados leitorados. Ao admitir a reabertura de Leitorados está a reconhecer que aconteceu, de facto, o encerramento de Leitorados que não terão sido substituídos por nenhuma das modalidades de ensino acima referidas.

São assim consideradas a reabertura de 9 Leitorados, a abertura de quatro, sendo um da rede IPOR, um na Turquia, um na Escandinávia<sup>342</sup> e o quarto é o já referido posto na União Africana para o qual, recorda-se, foi, em 2005, aberto concurso.

Estes últimos 3 documentos atravessam os anos 2003 a 2005 com referências a 2004, ano sobre o qual não foi possível encontrar, no Instituto Camões, Planos de Atividades ou Relatórios.

<sup>342</sup> O Anexo II deste documento contém um lapso geográfico: refere como país a Dinamarca, mas depois nomeia a Universidade de Oslo.

O *Plano de Atividades de 2005*<sup>343</sup> é um documento particularmente sintético e aponta como primeira «meta», do primeiro «objetivo», a «Revisão da estrutura orgânica do Instituto Camões» (p. 5), por a considerar desadequada e em conformidade pretende «Preparar anteprojeto de diploma legal»<sup>344</sup> (p. 6). Como segunda meta pretende este plano a «Clarificação das regras para a concessão de apoios e estabelecimento de parcerias com entidades terceiras» (*op. cit.*).

O *Plano*, depois de se situar dentro dos parâmetros definidos pelo *Programa do XVI Governo Constitucional*, «a Defesa e Afirmação de Língua e a Cultura Portuguesa como um objetivo da política externa de Portugal, considerando-a como fator de afirmação da identidade e soberania nacionais» (p. 4), recorre às *Grandes Opções do Plano para 2005* para lembrar o destaque dado

«ao aprofundamento e divulgação da língua portuguesa como língua oficial de trabalho em organizações internacionais, ao alargamento do universo de utentes da rede de ensino do Português através de novas tecnologias» (p. 4-5).

Situa-se, por isso, dentro da retórica que tem acompanhado ano após ano a tentativa de criação de Centros de Língua em Organizações como a UA e a SADC, e a abertura às novas tecnologias e à proposta da sua utilização como veículo para o «alargamento do universo de utentes», provavelmente, no espírito do choque tecnológico, mas também dando continuidade ao que já vinha inscrito nos Planos de Atividades de 2002 e 2003, agora com a ideia de um apoio do Banco

---

<sup>343</sup> Instituto Camões, *Plano de Atividades 2005*, 13 pp., policopiado.

<sup>344</sup> Convém não esquecer que a anterior administração também pretendia «produzir uma nova lei orgânica» (*Plano de Atividades*, 2003:5). Do mesmo modo, esta era uma proposta em 2000 (*Plano de Atividades*:11 e 34), 2001 (*Plano de Atividades*:17 e 54) e 2002 (*Plano de Atividades*:4 e 26).

Mundial à criação de um Centro de um Global Development Learning Network (GDLN) no âmbito dos países da CPLP.

Uma outra nota que merece referência sobre este último *Plano de Atividades*, é a da «aproximação a espaços geopolíticos que, não se revestindo de importância estratégica, assumem particular importância para a afirmação de Portugal no mundo globalizado.» (p. 4).

O documento não fornece mais informação sobre este conceito de aproximação a estes espaços, que não sendo de «importância estratégica» são, no entanto, de «particular importância para a afirmação de Portugal no mundo». Esta diferença merecia talvez uma maior clarificação dado que a sua identificação permitiria uma melhor compreensão desta distinção.

A «dinamização da língua e cultura portuguesas, na sua extensão de política externa, através de grandes ações culturais nos países considerados prioritários, à continuidade do papel secular de Portugal como agente de intercâmbio de conhecimento e de diálogo entre diferentes culturas e ao desenvolvimento de sinergias para ações conjuntas, através da literatura, artes plásticas, fotografia e cinema.» (p. 5).

Em primeiro lugar parece que o Instituto quer voltar às grandes ações culturais que abandonou em 2002. De seguida constata-se um recorrer ao passado, à ligação «secular» e ao discurso do universalismo de Portugal e da sua capacidade para “entender o outro”, o que constitui, de novo o recurso ao passado e a imagens estandardizadas, o que continua a não constituir, propriamente, um discurso de olhar o futuro, sem deixar de aprender com o passado, mas um discurso fundado no passado e na sua mitificação.

Por outro lado este *Plano de Atividades* continua a enunciar a necessidade de «definir objetivos e políticas» e a instituir estas necessidades como estratégias (p. 6). O papel de um documento deste tipo é apresentar a sua política, consagrar o desenvolvimento das linhas orientadoras e os objetivos estratégicos definidos.

O conteúdo de um plano de atividades pauta-se, por regra, pelo enunciar das ações planeadas, o apontar das estratégias e metas com vista a implementar uma política previamente definida. Ao contrário, a constante dos documentos analisados (este e o grosso dos restantes como se constata no trabalho apresentado) é, quase sempre, a de anunciar que as políticas e os objetivos vão ainda ser definidos.

Enunciar que a estratégia é «definir objetivos e políticas concertadas para a difusão da língua e da cultura portuguesa» (p. 6) é dizer que não há objetivos nem políticas concertadas, nem, possivelmente, se definiu com quem ou o que é que deve ser concertado já que não são enunciados os objetos da concertação. Uma estratégia é o meio pelo qual se define os critérios, julgados mais eficazes, para implementar uma política, de modo a alcançar os objetivos propostos.

Quando a estratégia é estabelecer a própria política e os seus objetivos, significa, pelo menos, que ainda se vai estabelecer os meios para construir a política e os seus objetivos, ou seja, o processo ainda se encontra na fase anterior ao momento em que se justifica escrever sobre o planeamento, pois não se pode planear o que ainda não foi definido como política.

Esta é uma componente da parte da designada «meta 3» que pretende «Reforçar os mecanismos de controlo e coordenação do exterior» (p. 6). Um outro aspeto desta meta é «uniformizar

instrumentos de recolha e avaliação de atividades»<sup>345</sup> (p. 6). Para servir estes dois itens estratégicos propõe-se como «ações» a «Implementação de bases de dados disponíveis via *web* para recolha, armazenamento e processamento da informação»<sup>345</sup>. Realização do encontro de Diretores de Centros Culturais.» (p. 6).

Não se analisa aqui a coerência e a lógica particular de um determinado ponto de um Plano de Atividades, (ou de outro documento qualquer). Estes planos não se analisam pelo que deve ou não entender por um plano de atividades, mas pelo que revelam da Política de língua e do seu planeamento, que é o único objetivo deste estudo. No entanto, e neste caso, porque foi a estrutura escolhida no Plano para expor a forma como o Instituto se propõe operar ao longo do ano, não pode deixar de se procurar uma relação lógica e de coerência entre meta-estratégia-ações.

O estudo destes documentos pretende exclusivamente analisar a política enunciada e o planeamento proposto ou, na falta da explicitação dessa política, as manifestações dessa política, no que os redatores do documento optam por apresentar. Algumas vezes, este desafio enfrenta dificuldades quando nos falha o alcance de algumas daquelas conformidades lógicas e a respetiva coerência.

Como segundo objetivo o *Plano* propõe a «Modernização das estruturas e a diversificação da oferta de serviços» (p. 6). Entre outras medidas de carácter logístico, o Instituto propõe-se «promover a imagem do ICA no exterior através da Internet» (p. 7). No campo das ações pretende a «Conceção de um novo *site* do ICA».

---

<sup>345</sup> Estes são procedimentos que se integram especialmente dentro do âmbito de um Observatório de Língua Portuguesa, projeto que, aparentemente o Instituto Camões abandonou, pois que, desde o *Plano de Atividades de 2003*, onde se voltava a propor a sua «possível criação» (p. 4) depois de, no *Plano de Atividades de 2002*, se haver já proposto a sua «extensão» a outras «instituições e organizações» (p. 28).

A renovação dos sítios na *Internet* deve ser uma constante, dada a importância de os manter de fácil utilização por todos os que a eles acedem, isto sem desvirtuar o sítio, pois a *imagem de marca*, e o reconhecimento dela, são importantes para a identidade da instituição. No entanto, e tendo em conta que o sítio quer logo na sua entrada<sup>346</sup>, quer, depois, no Centro Virtual Camões, apresenta uma colagem muito forte ao estilo das páginas do Instituto Cervantes<sup>347</sup>, do ponto de vista político e de imagem, seria importante ver o sítio com uma apresentação mais original.

Sobre o quarto objetivo «Alargamento e reforço da presença da língua e cultura portuguesas no exterior» (p. 8), a meta é a «criação de uma rede internacional de *centros (fora) de expressão portuguesa* com base em Universidades» (p. 8). Esta «meta», por se tratar da introdução de um novo aspeto sobre a questão dos centros, e porque nem a «estratégia» adotada, nem as «ações» apresentadas, se referem a estes centros, nem tão pouco o texto introdutório, necessita de ser “apresentada” pois surge sem enquadramento político ou estratégico.

Não se percebe o alcance e o entendimento do que são «*centros (fora)*»<sup>348</sup> *de expressão portuguesa* com base em Universidades». Dado que têm «base em Universidades» poder-se-á especular que é um novo enquadramento para os CLP? Mas este é o enquadramento atual. E o que é a «rede internacional» que se quer criar? É por estarem espalhados por vários países? Ou então, serão novas estruturas? Estes Centros de Expressão Portuguesa (CEP) correspondem aos já existentes CLP? Se assim não for, são estruturas novas? Para fazer o quê, com que função? E se for apenas

---

<sup>346</sup> Os sítios das duas Instituições abriam até há poucos meses da mesma forma, numa *frame* com um caminho para a página do Instituto e outro para a Página do Centro Virtual. É patente que o Centro Virtual do Instituto Cervantes serviu, claramente, de modelo à página do Centro Virtual Camões, embora não lhe tenha seguido a interatividade e a funcionalidade.

<sup>347</sup> <http://www.cervantes.es/>

<sup>348</sup> Em ponto nenhum deste Plano se clarifica o significado deste «*(fora)*».

um novo nome para os CLP, a rede não existe já? E em que é que a meta atrás enunciada, se enquadrada na estratégia proposta que é: «Cruzamento das atividades da rede de ação cultural e da rede de docência/Centros de Língua/Cátedras» (p. 8)? Muitas perguntas podem ser feitas, mas o Documento não fornece nenhuma resposta.

A quarta meta do último objetivo mencionado acima, é a «Ampliação da oferta de aprendizagem e conhecimento da Língua e Cultura Portuguesas» (p. 10). Mais uma vez, o que primeiramente é proposto como estratégia não é a estratégia adotada em si, mas o caminho que a ela deveria levar. «Analisar a situação da Língua Portuguesa em termos de ensino e as propostas das Universidades que visem o fomento do ensino da língua e da cultura portuguesa.» (p. 10).

No entanto, pela ação proposta, «Gestão da rede de docência do Instituto Camões e da rede de infraestruturas – criação de Centros de Língua portuguesa/Instituto Camões» (p. 10) fica esclarecido de que se trata não de uma análise à situação da língua portuguesa em termos de ensino, numa perspetiva abrangente, como a frase deixa entender, mas apenas no restrito âmbito das propostas que cheguem ao Instituto, vindas de Universidades interessadas. Não é, portanto, o Instituto, que, pelo menos nesta matéria, define e determina os seus interesses e os seus objetivos, estes dependem da maior ou menor pró-atividade de terceiros em relação à língua portuguesa.

Do ponto de vista de quem lê este documento e se depara com esta estratégias de iniciação ao projeto, onde se propõe definir uma política, se pretende identificar e analisar, a ideia que ressalta é a de que o Instituto Camões acaba de ser criado, não tem 13 anos de existência.

Como estratégia para a ampliação da oferta da língua portuguesa o Plano apresenta a «promoção e dinamização do ensino/aprendizagem

do Português Língua Estrangeira através de um sistema de aprendizagem-e.» (*op. cit.*:10). Neste domínio a pretensão do Instituto é a «Criação de um Centro GDLN (Global Development Learning Network) a funcionar no Instituto Camões.» Logo seguida de um «Alargamento da rede de centros GDLN apoiada pelo Banco Mundial, no âmbito dos países CPLP, nomeadamente, e numa primeira fase, Angola, Moçambique, Cabo Verde.» (p. 10-11).

Atendendo à população alvo identificada para este projeto, que é neste caso a população dos países de língua oficial portuguesa, onde a escolaridade básica é feita em português, regista-se a proposta de, nestes países, se fazer a «promoção e dinamização do ensino/aprendizagem do Português Língua Estrangeira». Assinala-se assim, que não se usa neste caso a denominação Português Língua Não Materna, Português Língua Segunda ou mesmo Língua Materna, o que se justificaria, pelo menos, no caso de Angola, onde número de falantes de Português, como Língua Materna, é bastante significativo<sup>349</sup>.

De notar, também, que para esta estratégia, a ação preconizada seja a da aprendizagem-e<sup>350</sup>, que precisa de uma população alvo familiarizada com o acesso a meios tecnológicos informáticos (ainda que na ótica do utilizador) a qual é, nestes países, baixa, e, logo, de acesso limitado a quem possa ter o privilégio de estar perto dos Centros<sup>351</sup> onde a tecnologia vai estar acessível.

---

<sup>349</sup> Segundo uma entrevista de 2001 ao Diário de Notícias, n.º 48 189, de 28 de Fevereiro, o então Presidente do Instituto Camões, referindo académicos angolanos, situava os falantes de Português Língua Materna, na ordem dos 40% da população angolana. Percentagem que corresponderia então, a mais de 4,5 milhões de falantes.

<sup>350</sup> O *e-learning*, ou aprendizagem-e, pode ser uma mais-valia no hemisfério norte, mas não apresenta, de momento, por razões objetivas, técnicas, económicas e estruturais, viabilidade prática, numa boa parte do hemisfério sul e particularmente, na África de Língua Oficial Portuguesa. É sabido que os Centros Culturais Portugueses em África utilizam geradores próprios, para fazer face às falhas elétricas da rede e que, ainda assim, as quebras de tensão são problemáticas.

<sup>351</sup> Previsivelmente, centros urbanos universitários.

O que torna o acesso restrito, reservado aos que, por pertencerem a essa “elite” de proximidade, menos terão necessidade daquela aprendizagem<sup>352</sup>. Com baixíssimas taxas de utilização da Internet e com problemas de fiabilidade da rede elétrica, este tipo de ação consome recursos económicos difíceis de rentabilizar<sup>353</sup>.

O Relatório de 2003 da *International Telecommunication Union* apresentava os seguintes dados sobre o número de utilizadores de *Internet* sobre os três países propostos no Plano: Angola, 41 mil utilizadores, 29,42 utilizadores por 10.000 habitantes; Cabo Verde, 20 mil utilizadores, 435,97/10,000 hab.; Moçambique, 50 mil utilizadores, 27,65/10,000hab<sup>354</sup>.

De qualquer forma, estes centros serviriam a mesma população que hoje tem acesso às universidades, pelo que a «promoção e dinamização» acima preconizada não traria novos falantes, porque os seus utentes já serão falantes da língua, e por extensão, não atingirá a população alvo de uma aprendizagem do Português Língua Estrangeira. De resto, o Plano não faz referência a qualquer estudo efetuado sobre o alcance e objetivos deste GDLN.

Outro ponto da estratégia, a «Afirmção do Português como língua de comunicação internacional, nomeadamente através do esforço particular na União Europeia» (p. 10), tem como proposta de ação mais uma iniciativa não de implementação de uma política estabelecida e definida, mas de «Diagnóstico do estatuto do

---

<sup>352</sup> A não ser que se estivesse a falar de uma população alvo de professores e, portanto, que se estivesse a falar de formação a distância de professores, com a intenção de melhorar o desempenho destes. Mas isso não fica claro no *Plano de Atividades 2005*, embora no prosseguimento da enumeração das estratégias da meta 4, do objetivo 4, em análise, se refira, mais adiante no texto, e sem referente direto nas «ações», que se pretende «reforçar a oferta de formação a distância na área do Português língua Não Materna (PLNM) através da *Internet*» (p. 10).

<sup>353</sup> É certo que o referido apoio do Banco Mundial pode colocar a questão dos custos em segundo plano.

<sup>354</sup> Fonte: International Telecommunication Union, [http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/at\\_glance/internet03.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/at_glance/internet03.pdf), 2003, 2005-09-10

Português como Língua de Conferência visando o seu fomento de forma integrada, na área da tradução e interpretação simultânea e consecutiva» (p. 11).

Uma outra estratégia mencionada passa por «Aumentar o n.º de cursos [de] português através de ações de ensino e divulgação nas Redes de Centros Culturais e de Língua Portuguesa e de divulgação do Português com a realização de iniciativas junto do grande público através dos órgãos de comunicação social.» (*op. cit.*:11). No ponto referente às ações nada se diz como se pensa implementar esta estratégia de fomentar mais cursos de português.

Ainda assim, colocar os espaços dos Centros Culturais Portugueses ao serviço do ensino de Português parece uma medida dinamizadora desses mesmos espaços, já que uma visita à página eletrónica do Instituto Camões sobre os Centros<sup>355</sup>, excetuando os Centros em Países de Língua Oficial Portuguesa, onde os de Bissau e Praia referem a existência de Cursos, apenas o Centro Cultural em Nova Deli regista a existência de cursos de Língua Portuguesa. Os agora (Seul foi encerrado em 2002) três Centros Culturais coordenados pela rede IPOR deixaram de ter informação disponível na Internet e não é conhecida a sua atividade dado que a página do IPOR também deixou de dar essa informação desde o início de 2003.

Quanto aos Centros de Língua já aqui ficou dito que só os que estão instalados fora de estabelecimentos Universitários promovem cursos

---

<sup>355</sup> Em nenhuma das páginas se é encaminhado para uma página autónoma dos Centros Culturais. Isto não quer dizer que não existam. Quer dizer apenas que a página que o Instituto lhes reserva não re-encaminha para um sítio autónomo desses Centros. Os Centros coordenados pela rede IPOR, até ao início de 2003 tiveram, todos, sítio eletrónico próprio. Atualmente o sítio do IPOR não apresenta informação sobre estes Centros Culturais, o que fez até ao início de 2003. Uma pesquisa num motor de busca permitiu verificar que o Centro Cultural em Tóquio tem a página desativada ([www.toquio.org/cltembpt/symbols.htm](http://www.toquio.org/cltembpt/symbols.htm)), dos outros não foi encontrada página eletrónica.

de Língua Portuguesa (com a exceção do CLP – Bissau<sup>356</sup>, que declara fazê-lo na página do Instituto dedicada aos CLP). Na página do Instituto Camões dedicado aos centros de Língua regista-se a informação de os Centros de Língua<sup>356</sup> em Díli e em Goa serem os únicos que funcionam fora do meio universitário.

O que não aparece referido em todo este processo é qual o papel do Centro Coordenador dos Centros de Língua Portuguesa. Acresce que, não tendo os restantes CLP condições para promover cursos de Língua Portuguesa, pois nem podem concorrer com as instituições universitárias onde estão instalados, nem têm espaço próprio para o fazer, de que forma pretenderá o Instituto «Aumentar o n.º de cursos [de] português através de ações de ensino». Mas, neste domínio, o Instituto como «ação», apresenta mais um ponto prévio à implementação de uma qualquer medida, e apenas visando, afinal, os Centros Culturais: «Conceber uma oferta estruturada de cursos de português por objetivos genéricos e específicos na Rede de Centros Culturais» (p. 11).

Um dado que poderá ser revelador de alguns avanços no estabelecimento de parcerias com outras instituições do mundo lusófono, na área da formação, parece ser a «Criação da rede de Leitorados ICA/Universidade Eduardo Mondlane» (p. 11) ou o «Apoio à criação do Instituto Nacional das Línguas Oficiais (INLO) de Timor-Leste.» (p. 11). O *Plano de Atividades 2005*, neste aspeto, não avança nenhuma informação sobre o processo em que estas parcerias ou apoios se vão desenrolar.

---

<sup>356</sup> A informação pode não estar atualizada. Podem já não lecionar cursos, mas já o fizeram. No entanto, a informação relevante é a de que têm condições logísticas para poder receber alunos nas suas instalações, organizar e lecionar cursos.

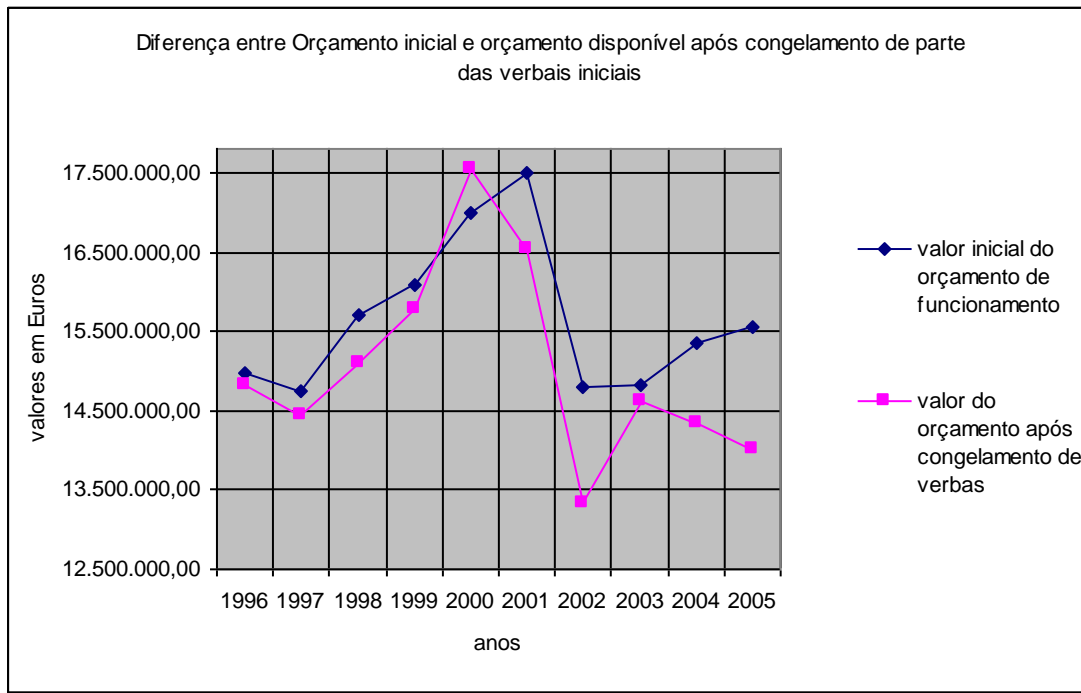
### **8.1.5. A questão orçamental**

As oscilações orçamentais não podem deixar de ter efeitos, na atividade do Instituto Camões e no assumir de compromissos com o funcionamento e manutenção das estruturas que entretanto criou. Por outro lado, mostram sem margem para segundas interpretações, o contraste entre o discurso dos governantes sobre a língua e sobre a política que lhe diz respeito e o reflexo dessa política na sua vertente essencial que é a da dotação orçamental para implementar essa política que se constitui como desígnio.

Em 2002 há uma forte redução das dotações orçamentais, possivelmente, motivada por restrições orçamentais a que a crise económica não é alheia. De notar, que o valor das dotações iniciais, para o ano de 2005 se mantém aproximadamente dentro da mesma ordem de valores, o que na prática corresponde a um orçamento abaixo do de 1999, como se pode ver no Quadro 13.

Como se pode ver no gráfico abaixo, construído com base nos dados apresentados no Gráfico 6, os valores orçamentais de funcionamento de 2002 até 2005, quer os inicialmente inscritos no OE, quer os que efetivamente ficam disponíveis para o funcionamento do Instituto Camões, indicam, de facto, um desinvestimento nesta área da língua e da cultura para valores abaixo de 1996.

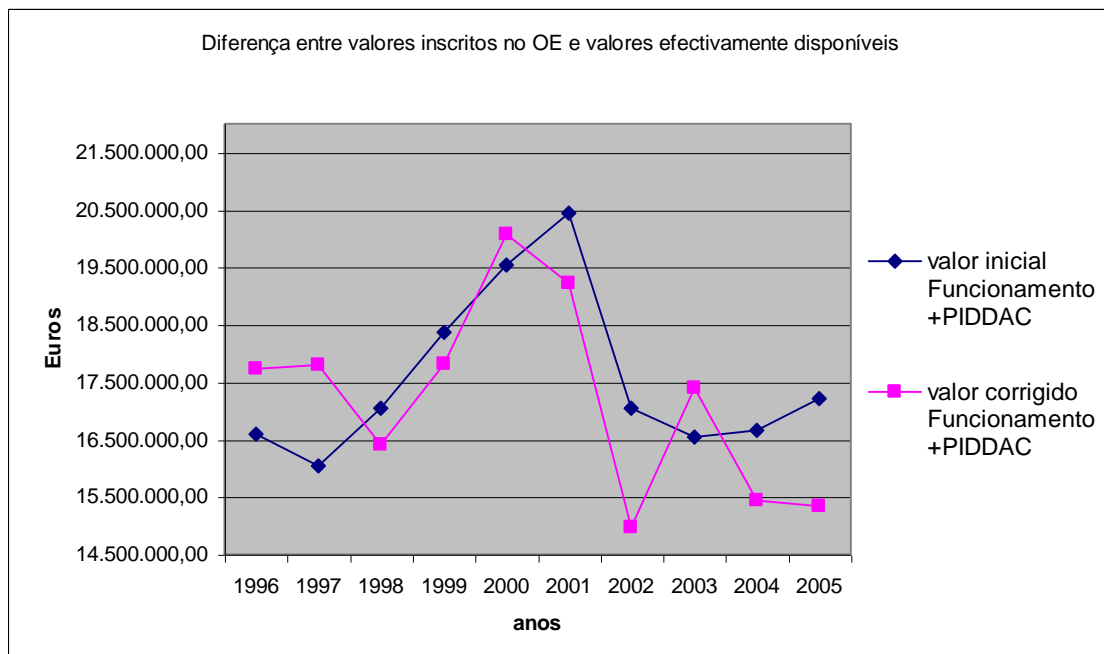
Gráfico 6<sup>357</sup> Orçamentos Instituto Camões I



Se passarmos a usar em vez dos valores inscritos no OE, que incluem os valores relativos ao PIDDAC, o que, naturalmente, faz aumentar os valores globais, não altera, no entanto, a curva negativa na quebra orçamental, nem o desvio também negativo no que respeita ao período de 2002-2005 e com maior incidência e amplitude nos últimos dois anos como se pode constatar usando o Gráfico 7 como comparação.

<sup>357</sup> No caso de 2002 a linha rosa que indica o «valor do orçamento após congelamento de verbas», indica não o congelamento mas antes o reforço de verba que exceccionalmente, nesse ano, foi feito. O facto de aqui aparecer justifica-se porque esta linha indica os valores realmente disponíveis para uso do Instituto Camões.

**Gráfico 7** Orçamentos Instituto Camões II



Importa agora tentar perceber a incidência deste desinvestimento no Instituto Camões na sua atividade, tendo em conta que é um setor prioritário da ação governativa como já ficou claro na análise dos diversos *Programas de Governo*. Como no ponto anterior se demonstrou, o período posterior a 2002 viu a diminuição da atividade do Instituto Camões.

Optou-se por reduzir a rede de Leitorados, alterar o estatuto do relacionamento com algumas instituições, colocando Assistentes ou Docentes que têm custos mais baixos. Acompanhando as reduções orçamentais deu-se o abandono das ações culturais de grande impacto, o encerramento de um Centro Cultural no Oriente, além de Leitorados.

Os ganhos que poderiam ser obtidos com as soluções mais económicas não foram canalizados para a expansão da rede. Perderam-se em orçamentos que ainda hoje se situam abaixo do nível de 1998. Tendo em conta a inflação<sup>358</sup> entretanto ocorrida e as despesas com funcionamento e remunerações ao nível do ano da execução de cada orçamento, as dificuldades conduziram ainda ao despedimento de muitos colaboradores não vinculados à função pública, o que conduz a menos recursos humanos e, provavelmente, uma diminuição da sua capacidade de resposta às solicitações do dia-a-dia.

Com um orçamento «para 2005,[em que o] ICA dispõe de um orçamento inicial de EUR 15.383.000, o que representa uma variação de 1,26% relativamente ao orçamento de 2004.»<sup>359</sup>, ora, tendo em conta que a inflação neste ano foi de 2,4%, e tendo havido aumentos nos vencimentos dos funcionários, significa que, em termos reais, o Orçamento do Instituto Camões não teve nenhuma evolução positiva, o que teve foi um aumento de encargos fixos, o que significa menos dinheiro para a atividade de promoção da língua e da cultura portuguesas, fim para que foi criado.

---

<sup>358</sup> Inflação média anual, medida pelo índice de Preços ao Consumidor (IPC) foi em 2002 de 3,6%, em 2003 de 3,3% e em 2004 de 2,4%. Fonte: Ministério das Finanças, DGEP ([http://www.dgep.pt/cx210evol\\_inflac\\_2004.html](http://www.dgep.pt/cx210evol_inflac_2004.html)).

<sup>359</sup> Plano de Atividades.

## Síntese

Numa abordagem final e global aos documentos do Instituto Camões<sup>360</sup>, a marca, para além do que se foi referindo, que mais se destaca é a de uma consistente falta de desenvolvimento e aprofundamento das grandes orientações políticas governamentais, em matéria de produção de documentação<sup>361</sup>. De uma maneira geral, a documentação analisada resguarda-se em frases de grande efeito e impacto como afirmar sucessivamente o facto de a língua portuguesa ser a terceira língua europeia mais falada no mundo, de ser uma língua de 200 milhões de falantes, de ser língua oficial e de trabalho de 12 organizações internacionais, de falar da língua portuguesa como língua de comunicação internacional ou da expansão e afirmação da língua portuguesa no mundo.

Contudo, os sucessivos Governos têm entendido que a melhor forma de corresponder a estas frases emblemáticas é manter um sistema de ensino e de estruturas no exterior, que não se destina às massas como sucede com todos os outros 5 Institutos governamentais - neste ano de 2005, foram premiados com o *Prémio Príncipe das Astúrias de Comunicação de Humanidades* e já aqui referidos -, e que

---

<sup>360</sup> Bem se poderá dizer – e haverá certamente quem se lembre o dizer – que foi feito o que se pôde, o que, sendo rigorosamente verdade – as verdadeiras questões estratégicas e de planeamento, nunca se situam a nível do que se pode, nem do que se deve fazer, mas sim a nível do que é preciso fazer para atingir determinado objetivo e a nível das condições suficientes para que uma meta possa ser alcançada –, fazer o que se pôde não consubstancia matéria para avaliação, e será sempre muito menos do que aquilo que se teria podido, de facto, realizar, havendo orientação política, organização e rigor, nomeadamente nas ações, que são apontadas, sucessivamente, no *Relatório sobre o ensino português no estrangeiro de 1988*, reconhecidas na *Proposta Global de Reforma* do mesmo ano e corroboradas mais tarde no *Parecer* de 1991 do Conselho Nacional de Educação, ou em outros estudos já referidos.

<sup>361</sup> Não se refere aqui apenas os documentos analisados mas a ausência de outra documentação complementar, de base ou estratégica, de política de língua ou de planeamento ou outra por exemplo de análise de dados numa perspetiva histórica de desenvolvimento da Instituição.

se enclausura no meio universitário autolimitando o seu público e não contribuindo para a popularização da Língua Portuguesa.

A documentação relativa aos anos 2000 a 2002 apontava para uma maior especificação e planeamento de médio prazo, que não teve seguimento, sucedendo-se reinícios. Estes movimentos refundadores tendem a não considerar o trabalho feito ou, pelo menos, apontado como tal, como foi o caso do Observatório da Língua Portuguesa.

Um outro aspeto destes ciclos que se iniciam, sem que se perceba que outros tenham chegado ao seu termo, é a declaração de sucessivas re-estruturações da rede de leitorados, sem que se invoque qualquer avaliação sobre o estado da rede que justifique qualquer re-estruturação, o que deixa a porta aberta a especulações sobre as razões do encerramento e abertura de Leitorados.

Ainda que havendo dificuldades com a apresentação de dados, pois a documentação estudada apresenta informação nem sempre concordante sobre o mesmo assunto, o que revela falhas ao nível de organização e recolha de dados<sup>362</sup>, o que de mais relevante marca o Instituto Camões é a sua capacidade para coordenar e gerir com eficácia, uma rede que aparenta não conhecer completamente, de um documento para outro. É a sua capacidade para navegar à vista, a falta de empenhamento na produção de documentação de base, como estudos de mercado, estudos de previsão de desenvolvimento da língua portuguesa, a caracterização de áreas prioritárias de ação, embora aqui e ali seja capaz de, pontualmente, estabelecer prioridades, que depois são abandonadas pela administração seguinte.

---

<sup>362</sup> Seria de esperar que o Instituto soubesse quantas estruturas no exterior tem em cada ano, que tivesse um arquivo operacional onde se pudesse encontrar, por exemplo, todos os Planos de Atividades e Relatórios de Atividade e Contas de todos os anos de vida do Instituto, mas esta não é a realidade.

Para finalizar, de relevar é a capacidade dos responsáveis do Instituto de serem capazes de apontar a criação de uma estrutura que rotulam como fundamental, referirem-na, sistematicamente, afirmarem o seu desenvolvimento e expansão, voltarem a atribuir-lhe um caráter determinante. De seguida, colocam-na de novo no ponto de criação, apresentam-na publicamente num certame internacional<sup>363</sup> (*Expolíngua* de Madrid) e depois, serem capazes de a ignorar por completo, ao ponto de, atualmente, não haver qualquer referência à sua suposta existência passada, nem de, atualmente, o Observatório de Língua Portuguesa, não fazer parte de nenhuma das prioridades do Instituto Camões.

A política de língua reconhecível no Instituto Camões, vista numa panorâmica que abarque os seus 13 anos de existência, é sobretudo marcada por momentos de algum fulgor onde se consegue reconhecer um linha condutora, que, no entanto, não é capaz de se explanar em suficiente profundidade, resguardando-se nas grandes tiradas sobre o valor estratégico da língua e da sua posição de sexta língua mais falada no mundo, com um período entre 1998 e 2001 onde, além de se assistir à expansão da rede, houve preocupação em lhe dar visibilidade através da realização de encontros internacionais e se constatou a primeira tentativa de regionalizar a ação da política de língua e da cultura com a tomada de posição no IPOR por parte do Instituto Camões.

Atualmente assiste-se a uma ação que parece querer reformular e reorganizar, mas a definição de políticas, a produção de estudos de pensamento e reflexão apoiada em documentação (que também não é conhecido que se esteja a produzir) sobre uma política de língua portuguesa no exterior e as suas estratégias, não aparenta ocupar espaço no Instituto.

---

<sup>363</sup> Expo Língua, em Madrid, *Falar português a oito*, in *Jornal Público*, de 24 de Março de 2003.

As frases chave continuam a marcar o discurso, mas, o suporte conceptual que as sustente nunca aparece explicitado levando a pensar que estas frases, como que levitam sem necessidade de serem aprofundadas.

Acresce que estas re-estruturações, nomeadamente as que ocorreram a partir de 2002, acabaram por conduzir a uma forte redução dos leitorados e outros mecanismos de apoio (a figura do docente ou o recurso a figuras não contempladas na Lei Orgânica, como a do assistente e a do monitor), donde ainda não recuperou para os níveis mais altos de 2001/2002, tendo, no entanto, voltado a aproximar-se em termos globais, em 2004/2005. Quanto às responsabilidades inerentes às afirmações que se fazem e constam dos Programas de Governo, a abordagem aos documentos aponta para um enorme desequilíbrio, a começar pela questão orçamental.

O número de alunos que estavam a aprender Português através de estruturas dependentes do Instituto em todo o Mundo em 2004, segundo informação do Instituto Camões, era de 24926. Não cabe aqui perguntar se serão muitos ou poucos e não se sabendo de números anteriores não se pode fazer um estudo retrospectivo. O que seria de cuidar para o futuro era manter estes registos para tratamento futuro.

## 8.2. O IPOR – Instituto Português do Oriente

Fundado em Macau, onde começou por ter sede, a 18 de Setembro de 1989 - tendo por sócios fundadores o Território de Macau (29%), a Fundação Oriente (51%) e o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) com uma participação de 15%. Os restantes 5% a serem subscritos por sócios ordinários<sup>364</sup> -, o IPOR foi criado<sup>365</sup> «para a preservação e difusão da língua e cultura portuguesa no Oriente»<sup>366</sup>, com o objetivo de preparar e dar continuidade ao ensino da Língua e promoção da Cultura Portuguesas em Macau, mas também na região Ásia-Pacífico, numa perspetiva de continuidade além 1999<sup>367</sup>. O IPOR «surge como motor importante de tal estratégia em que 1999 não é um **fim** mas um **início**»<sup>368</sup>.

Esta estratégia foi fundada na permanência em Macau, «como **polo dinamizador** da continuidade e da valorização da presença secular dos Portugueses no Oriente e como local privilegiado do relacionamento Ocidente/Oriente» (p.2) e que o IPOR «se justifica pela necessidade e urgência de criar, em Macau, uma estrutura

---

<sup>364</sup> Estes 5% viriam a ser subscritos apenas em 1999. As Empresas que tomaram uma participação societária (0,63% cada) no IPOR foram o Instituto de Participações do Estado, IPE; a SOMAGUE/CESL Ásia; a Hovione; a EDP; a Portugal Telecom; o Banco Espírito Santo; o Banco Comercial de Macau, BCM; e o Banco Nacional Ultramarino, BNU (que só existe em Macau por força de ser um Banco emissor, qualidade que perderia se se passasse a designar Caixa Geral de Depósitos, como sucedeu em Portugal). Com a extinção do IPE, esta posição foi tomada pela Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, STDM, em 2004.

<sup>365</sup> O texto que segue, sobre a génese do IPOR foi retirado do Plano de Atividades de 1995, «após um período de estudo e de reflexão sobre o modelo jurídico institucional, o Governador de Macau, em 27 de Fevereiro de 1989, constitui um Grupo de Trabalho a quem é incumbida a tarefa de promover e coordenar todas as ações necessárias à criação de uma instituição cultural que, sediada em Macau, possa assegurar o objetivo atrás expresso. O Grupo de Trabalho, ao longo de 60 dias, produziu e entregou um relatório em que eram definidos os princípios orientadores, as finalidades, as atribuições e os instrumentos de ação, bem como elaborou os projetos de diplomas legislativos e de estatutos da futura instituição.» (pp. 1-2).

<sup>366</sup> Instituto Português do Oriente – IPOR, Ata de Constituição, 18/9/1989, p. 1.

<sup>367</sup> Ano em que se viria a proceder à Transferência da Administração do Território de Macau, de Portugal para a República Popular da China, assumindo então, o Território, a designação de Região Administrativa Especial de Macau, RAEM.

<sup>368</sup> IPOR, *Plano de Atividades e Orçamento de 1990*, Novembro de 1989, 20 pp., policopiado, p.2. As passagens a negrito como no original.

cultural cuja vocação privada resista às previsíveis mudanças provocadas pela transferência de soberania do Território» (p.3).

A sua ação<sup>369</sup> envolve, desde a sua fundação, a edição própria ou apoiada, a divulgação cultural através de exposições, patrocínios ou subsídios, a organização ou apoio à realização de conferências Seminários e Congressos, o apoio ou patrocínio de espetáculos, a concessão de bolsas e subsídios, a gestão e exploração da Livraria Portuguesa que é sua propriedade, a coordenação e gestão dos Leitorados do Oriente.

O IPOR tem também o seu Centro de Língua Portuguesa - CLP, em Macau, escola que tem no Ano letivo de 2004/2005, cerca de 800 alunos<sup>370</sup>. O IPOR coordena também a rede de Centros Culturais sob a designação IPOR/ICA a partir de 2000.

Em 2001, o IPOR, através dos seus professores, Leitores, ou outros de alguma forma apoiados, enquadrava o ensino de cerca 4.695 alunos de um total estimado, naquele ano, na Ásia em 10.800 alunos<sup>371</sup>.

---

<sup>369</sup> De uma maneira geral o IPOR ocupa-se das mesmas áreas que o Instituto Camões.

<sup>370</sup> Esta foi a informação veiculada à imprensa, por ocasião do anúncio de constituição de um fundo financeiro de apoio às atividades da instituição na China, com Stanley Ho, Presidente da STDM. Agência Lusa, 2004-10-18.

<sup>371</sup> Fonte: IPOR, Exposição *Ensino de Português na Ásia Oriental, Português Língua Estrangeira*. Cujos dados foram recolhidos, junto de Instituições com cursos de língua portuguesa. Dos restantes, alunos 1900 eram alunos de outras Instituições em Macau, como o Instituto Politécnico de Macau e a Universidade e cerca de 4000 em Timor-Leste, fora do ensino básico ou secundário. De notar que em Macau, neste ano, se estava ainda a recuperar da grande redução no número de alunos do IPOR que se deu logo a seguir à Transferência da Administração.

### **8.2.1. Análise da estrutura e funções dominantes**

O IPOR é uma pessoa coletiva de direito privado. Para além da Direção (1 presidente e 2 vogais, destes apenas 1 a tempo inteiro) o IPOR está, atualmente, organizado em 3 áreas internas, o Centro de Língua Portuguesa, CLP, que tem a seu cargo o Ensino, a Formação, a Produção de Materiais, o Laboratório de Línguas e audiovisuais; 2 Gabinetes: o do Língua e Cultura, que superintende a ação cultural, Centros Culturais, Leitorados, bolsas e subsídios e o do Livro e Leitura, que atua na área de edição e patrocínios, divulgação e publicidade, prémios e concursos e a organização e coordenação da Biblioteca Camilo Pessanha e da mediateca.

Talvez pelo receio de o IPOR se poder tornar num organismo moldado à imagem preconcebida e estereotipada de uma Instituição do Estado, uma das preocupações recorrentes nos Planos e Relatórios é a da manutenção de uma estrutura leve e não burocratizada. O que, de alguma forma foi sendo conseguido com as vantagens (sempre referidas nos documentos) para o funcionamento da Instituição.

Através da estrutura acima descrita o IPOR tem por missão a promoção da língua e cultura portuguesas no oriente. Essa função é desempenhada pelos Leitorados e Centros Culturais por si coordenados, mas também pelo apoio aos professores de língua Portuguesa (PLE) na região, e pelo CLP e a ação cultural desenvolvida em Macau. É ainda função do IPOR a edição de obras que contribuam o conhecimento da cultura e da história comum de Portugal, de Macau e dos povos do oriente com os quais os portugueses contactaram ao longo dos séculos.

## 8.2.2. Fundação e primeiros anos

Ao contrário, da documentação do Instituto Camões, que apresenta, várias lacunas documentais<sup>372</sup>, do IPOR só não foi possível recolher documentação dos últimos 3 exercícios 2003-2005<sup>373</sup>.

Sobre o primeiro *Relatório de Atividades*, referente aos poucos meses de atividade que mediaram a criação do IPOR e o fim do ano de 1989, pouco há a referir para além das tarefas relativas à instalação do IPOR e a dificuldade registada do ICALP em conseguir responder sem percalços às suas responsabilidades decorrentes da sua posição societária. À data da elaboração do Relatório de Atividades 1989, datado de 30 de Janeiro de 1990, o ICALP não tinha ainda conseguido satisfazer a sua contribuição para o Orçamento do IPOR correspondente à sua cota de 15%<sup>374</sup>.

---

<sup>372</sup> Refira-se, claramente, que apesar das dificuldades em conseguir todos os documentos referentes a todos os exercícios, de cada ano, os que neste trabalho foram analisados, são, no entender do investigador, e em face dos resultados obtidos na análise e pela forma como se corroboram no seu conteúdo, representativos. Tendo as lacunas sido preenchidas com documentação complementar. Para mais, dado o padrão apresentado, mais documentos não seriam, necessariamente, relevantes, para alterar o que se apresenta.

<sup>373</sup> O Presidente do IPOR respondeu positivamente ao pedido que lhe foi feito para acesso às fontes documentais, infelizmente não lhe terá sido possível colocar à disposição do investigador documentação posterior a 2002.

<sup>374</sup> Não interessam aqui as razões, assumindo que é mais do que uma, para este incumprimento, trata-se apenas de registar um facto que se prende naturalmente com a organização ICALP, ou da sua tutela, o Ministério da Educação. Para a análise, para além de, certamente, as razões serem plenamente justificadas, dentro dos critérios que as dificuldades de tesouraria podem suscitar, o que é aqui importante não são as justificações para o facto, mas o facto em si. O que se regista é a assunção de uma responsabilidade por parte de um organismo do Estado Português que foi superiormente autorizado a assumir este encargo, o cumprimento dos outros sócios e o não cumprimento do sócio que representa o Estado Português. Esta situação é relevante em termos de constatação do nível de empenhamento dos órgãos do Governo de Portugal, que à data tutelavam a aplicação da política de língua para o exterior, sobretudo porque se tratava aqui de um projeto novo, que o mesmo Governo entendeu ser suficientemente importante, para nele querer participar. Esta não foi, no entanto, uma situação pontual. Ao longo da existência do IPOR, primeiro o ICALP, depois o Instituto Camões, primeiro sob a tutela do Ministério da Educação, depois sob a tutela Ministério dos Negócios Estrangeiros, a regra foi o incumprimento ou o “cumprimento” tardio e não a pontualidade. Pode até dizer-se que neste aspeto O Instituto Camões foi um verdadeiro sucessor do ICALP.

O primeiro *Plano de Atividades* do IPOR, referente a 1990, tem, naturalmente, as marcas de quem inicia um projeto. As grandes linhas de ação do IPOR:

«Preservar e difundir a língua e a cultura portuguesas no Oriente e promover o conhecimento das culturas orientais, nomeadamente da cultura chinesa;

Viabilizar a criação de novos leitorados na região, concorrer para a valorização do seu papel e proporcionar condições para uma concertada articulação das suas ações, a partir de Macau;

Fomentar o interesse pela aprendizagem das línguas orientais, nomeadamente o mandarim e o cantonense, suscitando e apoiando o seu ensino em Macau e em Portugal.» (p. 4)

A preocupação que sobressai neste primeiro documento é a de uma política de língua que aponta em dois vetores: o da valorização do estatuto dos leitorados no seio das universidades onde estão implantados; e o da valorização das línguas da área de intervenção do IPOR, relevando o carácter multilinguístico da vivência cultural de Macau e de uma partilha através da aquisição da língua, das culturas em contacto, promovendo o multilinguismo e o carácter plural que é a marca do dia-a-dia da vida de Macau.

Este é um carácter particular que advém da situação única do IPOR, numa pequena cidade, que, embora de larga maioria chinesa, em termos populacionais, acolhe no seu seio, uma grande variedade de emigrantes provenientes de vários países asiáticos (Filipinas, Tailândia, Birmânia, Timor-Leste, Indonésia), cidadãos dos PALOP, do Brasil, mas também de França ou do Reino Unido, para além dos

portugueses oriundos da Europa e dos portugueses de há muitas gerações, nascidos em Macau, filhos da terra, os macaenses.

Para concretizar aqueles objetivos o *Plano de Atividades* apontava as seguintes medidas:

- «- Ensino da língua portuguesa, organizando os respetivos cursos e propondo a concessão de certificados e diplomas, bem como a concessão de equivalências;
- Apoio pedagógico e didático ao ensino do português como língua estrangeira, nomeadamente através da produção de material didático;
- Organização e apoio a ações de formação/atualização de professores, proporcionando cursos, seminários e reciclagens na área do português;
- Cooperação com os serviços do Território e de Portugal e com instituições universitárias no ensino da língua.» (*op. cit.*:4)

Estas medidas apontam nas direções estratégicas estruturais de um sistema sustentado para a implementação de uma política de Língua. A formação contínua e atualização científica e pedagógica de professores, a produção de materiais didáticos que sustentem um modelo de ensino, a cooperação alargada a outras estruturas e instituições que atuam no mesmo âmbito de ensino e promovendo a língua portuguesa e seu ensino aberto à população em geral.

No setor dos Leitorados o IPOR propõe-se fazer o

- «- Levantamento da implantação da cultura portuguesa no Oriente, estudo e análise dos dados, e propositura das medidas adequadas para a plena rentabilização de meios e de

recursos, nomeadamente no que respeita à abertura de novos leitorados e ao acolhimento e integração do português nos planos de estudo das Universidades.

- Cooperação com o ICALP na coordenação e acompanhamento dos leitorados de português no Oriente;
- Apoio à rede de leitorados existente, nomeadamente, nas seguintes iniciativas:
  - De divulgação Cultural...
  - De divulgação da didática do Português como língua estrangeira...
  - Da articulação entre iniciativas do leitorado e de outras entidades ligadas à cultura portuguesa, nomeadamente, a ação dos conselheiros culturais;
  - De promoção de encontros de leitores;
  - Atribuição de Bolsas...
  - Apoio às iniciativas de promoção da língua e cultura portuguesas junto das universidades onde existem leitorados.» (pp. 4-5)

Apesar de a sua ação, em função do protocolo estabelecido com o ICALP, não incluir a área científica e pedagógica que seria da competência do ICALP, é patente a preocupação do IPOR com a atualização didática dos Leitores e com os padrões de qualidade dos leitores que ficam sob a sua gestão administrativa e financeira. Também o apoio às atividades culturais e a sua articulação com outros agentes da divulgação da política cultural externa de Portugal constituem preocupação deste primeiro *Plano de Atividades*.

No contexto de uma política mais geral da presença do IPOR na Ásia, havia uma estratégia de presença que pretendia ir além do apoio ou da coordenação de leitorados. Neste contexto, a abertura de delegações regionais do IPOR era uma das suas intenções, nomeadamente em «Pequim, Goa, Japão, Malaca...» (p. 9).

Assim no âmbito das ações a desenvolver, e dentro do ambiente de arranque de atividade desta Instituição recém-criada, surge a «abertura de uma escola de línguas» (p. 10) e a respetiva «Estruturação e organização do ensino do português, do mandarim e do cantonense», a «seleção e organização de material didático de apoio ao ensino/aprendizagem», a «realização de ações de formação/atualização de professores», a «criação de uma Biblioteca Básica de Cultura Portuguesa» e, finalmente, a «Abertura de Escola de Línguas e implementação dos cursos especiais» (pp.11-12)

No quadro dos Leitorados, o IPOR decide, entre outras ações de apoio, a «Abertura de conversações para a normalização, reabertura e alargamento da rede de leitorados da Ásia: *Bangkok, Xangai, Kuala Lumpur, Hong-Kong*»

Estas enumerações de ações denuncia uma vontade e uma consistência, que ao mesmo tempo que apresenta o que não podia deixar de ser um início de atividade, avança com propostas de ação que remetem para uma reanimação da atividade dos leitorados que reflete uma situação herdada.

Para fazer face ao seu primeiro *Plano de Atividades*, o IPOR dispôs de um Orçamento de 12 milhões de Patacas, o que corresponderia a cerca de 240 mil contos<sup>375</sup>.

Este *Plano de Atividades* incluía um anexo onde constavam os projetos a desenvolver e onze quadros que permitiam observar o

---

<sup>375</sup> A preços de hoje seria um valor próximo do 1.200.000,00 €.

planeamento para cada ação, podendo assim avaliar-se o grau de estruturação e rigor com que cada objetivo é tratado e permite também uma facilidade maior na avaliação do desempenho no relatório final. Independentemente do maior ou menor grau de detalhe com que, a área respeitante à língua é tratada, ela é, pelo menos, clara, e está de acordo com a fundamentação apresentada em 6 pontos na sua nota introdutória, embora pareça claro que os redatores do Plano se sentiram mais à-vontade a explicar as suas ideias noutras áreas.

Da leitura do *Relatório de Atividades de 1990*<sup>376</sup> constata-se, por omissão, o abandono da ideia inicial, exposta no *Plano de Atividades* (p. 11) deste ano, de «Estruturação e organização do ensino do português, do mandarim e do cantonense» tendo passado à prática a criação, em Outubro, do Centro de Língua Portuguesa. O *Relatório* também não dá conta de iniciativas que tenham sido tomadas em relação à criação de delegações no exterior, matéria proposta no *Plano de Atividades*, no seu ponto 2.2. e que previa a abertura daquelas estruturas em Pequim, Goa e apontava também uma possibilidade em relação ao Japão<sup>377</sup>.

Este *Relatório*, sendo bastante sintético na abordagem da concretização dos seus objetivos e dando mais atenção ao seu processo de instalação, à ação cultural, nomeadamente as comemorações dos 70 anos da publicação da *Clepsidra* de Camilo Pessanha, e à sua afirmação junto do público de Macau, não deixa, ainda assim, de apontar números no que respeita à atividade do seu Centro de Língua Portuguesa.

---

<sup>376</sup> IPOR, *Relatório de Atividades 1990*, 6 pp.

<sup>377</sup> Não que se esperasse que abrissem nesse mesmo ano, dado não parecer tarefa para levar a cabo sem contactos prévios, mas seria de esperar que se desse conta do andamento do processo ao longo do ano, como se previa nos anexos, quadro II.

No seu primeiro ano o CLP do IPOR lecionou 5 níveis de aprendizagem, a 120 alunos, contando com 5 professores. Criou ainda «uma equipa pedagógica com dois professores recrutados à República»<sup>378</sup> para coordenar a produção de materiais e organizar os cursos. De registar ainda a referência ao Protocolo firmado com o ICALP, sobre os Leitorados. Neste âmbito, foram providos 3 postos em Kuala Lumpur (Malásia), *Pusan* (Coreia) e Cantão (China) e houve ainda negociações com universidades chinesas (Cantão e Xangai) e do Japão (Quioto) para o estabelecimento de protocolos.

Finalmente, de referir a assinatura de protocolos com departamentos da Administração de Macau para o ensino da língua portuguesa como língua de especialidade (administração e saúde)<sup>379</sup>.

Verifica-se assim, neste primeiro ano de atividade que no que respeita à língua Portuguesa a atividade do IPOR foi marcada pelo firmar de relações institucionais através da assinatura de protocolos que assegurassem continuidade e estabilidade quer aos Leitorados, quer ao recém-criado CLP do IPOR. Tratando assim, quer na área externa quer na vertente interna, de estabelecer laços que permitissem uma política de língua com continuidade.

Ao mesmo tempo, tratou de assegurar mercado para o seu CLP (que, como já se disse, representa uma reorientação política e estratégica em relação a uma anterior ideia de criar uma escola de línguas, que abarcasse também o ensino do mandarim e do cantonense), em duas vertentes: a dos cursos de PLE, para aquisição da língua numa perspetiva geral; e outra de carácter mais profissional, visando a aquisição da língua em função do seu uso em setores específicos da

---

<sup>378</sup> República é o termo pelo qual, em Macau, se referia Portugal, antes de 20 de Dezembro 1999, tal como normalmente se usava o termo Território, para designar Macau.

<sup>379</sup> Na época existia um acordo entre o CDLP (Centro de Difusão de Língua Portuguesa), dos Serviços de Educação de Macau e os SFAP (Serviços de Formação da Administração Pública), para o ensino de Português aos funcionários da Administração Pública de Macau, mas eram direcionados para a língua de especialidade.

atividade profissional. Esta não é uma conclusão que resulte de uma exposição de uma política de língua clara, por parte do IPOR, mas é uma emanção da sua curta prática.

O *Plano de Atividades 1991* segue a via sintética do *Relatório*, que se acabou de analisar, com a agravante de não apresentar qualquer nota introdutória ou justificativa o que logo representa um retrocesso em relação ao *Plano de Atividades* anterior e, à partida, limita a apreciação do alcance que se pretende realizar.

De qualquer forma, regista-se, para além da continuidade dos cursos gerais do CLP, organizados por módulos, a continuidade na aposta dos cursos de português para fins específicos, na área da saúde (Médicos, enfermeiros, Técnicos de Laboratório<sup>380</sup>) e do seu alargamento a outros ramos da atividade profissional como as telecomunicações ou o jornalismo (p. 1).

Do mesmo modo se dá continuação ao trabalho de formação de professores em PLE, assim como a «definição de programas para o ensino de PLE como língua de especialidade» (op. cit.:1). Das novas frentes que o IPOR abre na área do PLE tem que se referir a «Elaboração de estudos teóricos e práticos para o ensino do português língua estrangeira e língua de especialidade» (p. 1). Esta é uma ambição que, a ser executada abria a porta a uma área de investigação no IPOR.

Foi uma proposta pouco comum, se atendermos ao que já analisámos, por exemplo, na postura do Instituto Camões. A acompanhar esta nova linha de ação do CLP é apresentada uma linha

---

<sup>380</sup> Dentro do contexto socioprofissional da realidade de Macau estes cursos assumiam então (e talvez ainda hoje assumam), uma premência particular, atendendo a que se tratava de equipar com ferramentas linguísticas específicas técnicos e especialistas que não dominavam a língua portuguesa e que necessitavam (do ponto de vista político, do uso da língua oficial da administração do Território, e na tentativa de minorar o uso do inglês como língua de mediação entre especialistas, técnicos portugueses e chineses ou de outras nacionalidades) de adquirir estes conhecimentos linguísticos para seu uso profissional diário.

editorial designada «cadernos pedagógicos» para «apoio ao ensino/aprendizagem», outras medidas são a «Coorganização e participação no Seminário Internacional “Português língua estrangeira» e a coorganização do VI Curso de Férias de Macau».

No exterior, o IPOR propõe-se o «Apoio a professores que lecionam a língua portuguesa em centros culturais de países asiáticos mais ligados à tradição cultural portuguesa». Embora se perceba o apoio a professores, já a formulação seguinte sobre a lecionação «em centros culturais de países asiáticos» necessitava de uma melhor explicitação já que é um pouco estranho que centros culturais de países asiáticos lecionem português. Atendendo a que os Centros Culturais Portugueses na Ásia só foram criados em 1993, não se percebe o sentido da proposta.

Quanto aos Leitorados, o IPOR propõe o estreitamento das ligações aos leitorados já existentes (p. 2) com a assinatura de protocolos e o apoio às iniciativas culturais. Já a «Abertura de conversações para o relançamento da rede nacional de leitorados no Japão» (*op. cit.:*2) merece alguma reflexão. É conhecida a tradição de ensino da língua portuguesa no ensino superior no Japão que já então tinha cerca de 100 anos. É um ensino que na maioria dos casos é veiculado na variante brasileira do português. A novidade está na expressão, «rede nacional de leitorados» que pressupõe uma existência anterior de uma rede. No entanto, não é apresentado um histórico sobre esta situação<sup>381</sup>.

Finalmente duas medidas importantes em termos de orientação estratégica e de orientação das políticas a implementar: a promoção de encontros setoriais de leitores, de uma reunião de «inter-

---

<sup>381</sup> Assim, fica-se sem se perceber se era uma rede que já existia, provavelmente apoiada pelo Instituto cultural de Macau, ICM, ou se é uma referência ao número de professores e cursos em Universidades Japonesas. A ser uma rede com antecedentes apoiados em Macau seria sem dúvida um estudo a fazer sobre a história desta rede.

-coordenadores» regionais e o «Lançamento das bases para a reforma da coordenação do Oriente.» (*op. cit.:*2) Estes são dados novos que mais uma vez por falta de informação não estão devidamente perspetivados, perdendo-se assim o seu real alcance e dimensão. Primeiro porque o número de leitorados não parece ser tão vasto que justifique coordenadores regionais<sup>382</sup>, segundo porque não era claro o enquadramento dos encontros setoriais.

Dada a natureza telegráfica deste *Plano de Atividades de 1991*, apenas se pode especular sobre a sua natureza de continuidade e de alargamento do âmbito das ações o que, estando o IPOR em fase de crescimento, como demonstra o seu orçamento de 18.700.000,00 MOP, é o que parece indicar o tipo de ações apresentadas.

O *Relatório de Atividades 1991*<sup>383</sup> confirma o que a leitura do *Plano de Atividades* deste ano prenunciava: «no ano de 1991 procurou-se, acima de tudo, consolidar e expandir a atuação do IPOR através da ação nas suas diferentes áreas de atuação». (p. 2)

A nível do trabalho desenvolvido no CLP regista-se a manutenção do número de alunos (120), iniciou-se a lecionação de mais um nível (6.º) e diminuiu o número de professores para 4. Continuou a produção de materiais e a organização de cursos. Organizou ainda um Curso Especial de Primavera (não previsto), com 25 alunos dos 2 «Leitorados de *Bangkok* e *Kuala Lumpur*», e fez parte da organização do VI Curso de Verão de Macau e do Seminário Internacional "Português como Língua estrangeira». Os Cursos por Objetivos

---

<sup>382</sup> Em 1990 havia 5 postos (Guangzhou [Cantão] com dois leitores, depois reduzido a 1; Pusan, na República da Coreia; Kuala Lumpur, Malásia; Banguecoque, Tailândia; E um em Macau, depois extinto) e o seu número não tinha aumentado em 1991.

<sup>383</sup> IPOR, *Relatório de Atividades 1991*, 8 pp., policopiado.

Específicos foram realizados; os convênios previstos assinados e foi dado apoio a 7 Leitorados do Oriente<sup>384</sup>.

Este é também um relatório telegráfico sem grandes avanços numa abordagem mais pormenorizada e do alcance das atividades realizadas. E apesar de o *Relatório* afirmar que «de uma maneira geral, [...] foram atingidos os objetivos a que se propôs» (p. 2), a simples omissão no relatório de referências às pretéritas propostas de produção de «investigação teórica e prática» sobre o PLE e a ausência de menção à abertura de delegações, entre outras propostas iniciais, é prova de que ficou algum caminho por percorrer.

É, ainda assim, um ano de grandes realizações e de avanços em Macau no debate sobre o PLE. O Seminário Internacional levou a Macau especialistas na matéria. A publicação das Atas desse seminário<sup>385</sup> são testemunho do grande debate que motivou professores e responsáveis quer do IPOR, quer da Direção dos Serviços de Educação e dos seus Departamentos, nomeadamente do Centro de Difusão de Língua Portuguesa e da Universidade de Macau.

O *Plano de Atividades 1992*,<sup>386</sup> dá continuidade às propostas de 1991, voltam a ser apresentações telegráficas, sem fundamentação da relevância, como aliás, já acontecera no anterior. Na área de Leitorados regista-se a proposta de reabertura do Leitorado de Tóquio, e para o «Relançamento do projeto de Estudos Portugueses em Universidades do Sul da China.»<sup>387</sup> (p. 3).

Na área da edição o IPOR propõe-se, neste ano, publicar uma série de glossários de áreas profissionais específicas (saúde, construção

---

<sup>384</sup> *Guangzhou, Beijing* (R.P. China), *Pusan* (R. Coreia), *Kuala Lumpur* (Malásia) e *Nova Deli e Goa* (Índia). Estes dois últimos não faziam, nem nunca fizeram, parte da “rede”, pois eram coordenados diretamente pelo ICALP e, depois, pelo Instituto Camões.

<sup>385</sup> *AAVV, Portugêses como Língua Estrangeira, Atas*, Seminário Internacional, 9 a 12 de Maio de 1991, DSE/FM, 1991, Macau.

<sup>386</sup> IPOR, *Plano de Atividades 1992*, 6 pp., policopiado.

<sup>387</sup> Trata-se provavelmente de um projeto herdado do ICM, já que na documentação anterior do IPOR, não há qualquer referência a este projeto.

civil, banca) e um manual de iniciação para a área de enfermagem. Mais uma vez, também neste ano, não existe uma nota explicativa sobre a verba aprovada para o orçamento deste ano, que sofre um decréscimo de quase dois milhões e meio de patacas (15.660.000,00 MOP) em relação à verba orçamentada em 1991.

Já o *Relatório de Atividades e Contas do Ano de 1992*<sup>388</sup> contém informação que não pode deixar de ser mencionada. Neste Relatório, surge uma orientação estratégica quanto ao público a que se destina a sua ação na área da língua.

«neste seu caminhar deve dar crescente importância à língua e cultura portuguesas e que os seus destinatários preferenciais são as comunidades não portuguesas.» (p. 1).

Esta é uma tomada de posição de política de língua que, tendo em conta o enquadramento geográfico em que se insere, tem tanto de importante como de ambíguo. É importante e até, fundamental, porque define que, em princípio, o objetivo de uma política de língua para o PLE tem como alvo um público não falante de português como língua materna.

Mas, por outro lado, ao definir o seu público como as «comunidades não portuguesas», coloca fora do seu âmbito os que dentro das comunidades não falam português. A não ser que aquela designação exclua de pertencer àquelas *comunidades portuguesas*, os que, sendo portugueses por nacionalidade não tenham por língua materna a língua portuguesa.

Numa perspetiva minimalista, parece de simples entendimento quais são aquelas comunidades não portuguesas, mas numa perspetiva que

---

<sup>388</sup> IPOR, *Relatório de Atividades e Contas do Ano de 1992*, 15 pp., n/p., policopiado.

abarque a realidade de Macau<sup>389</sup>, temos que nos perguntar se ao querer dar preferência, aos não portugueses (estrangeiros?), não se estaria a perder de vista os portugueses que, em Macau, não têm a língua portuguesa como língua materna, e que, é caso dos portugueses de origem chinesa, que, na sua maioria, não falavam português então e não falarão muitos dos 120 mil que residem em Macau. Ou estariam estes portugueses incluídos nas «comunidades não portuguesas»?

Estas questões colocam-se, porque a realidade de Macau é bem mais complexa do que uma simples divisão entre Comunidades Portuguesas e não portuguesas pode induzir. E, neste caso, a questão do uso da língua não é menos complexa.

Acresce que, em Macau, como por certo, noutras partes do mundo, não basta ter a nacionalidade portuguesa, para que se possa assumir que quem a tem, fala “naturalmente”, português<sup>390</sup>.

Salvaguardando esta particularidade da realidade de Macau, a questão delimita pelo menos à superfície, que o papel do IPOR em termos de ensino da Língua Portuguesa é assegurar a difusão do Português como Língua Estrangeira.

Estas considerações não devem, no entanto, perturbar o entendimento que o IPOR teve ao fim destes três anos de atividade como

---

<sup>389</sup> Este texto é de 1992, mas poderia ser mais tardio, até à atualidade, pode encontrar-se e ouvir-se na boca de pessoas sem responsabilidades, mas não é razoável que seja veiculado por uma instituição com responsabilidades sérias perante o tecido social de Macau e para além dele.

<sup>390</sup> É muito comum entre as comunidades que falam português em Macau (os que se expatriaram da república para ir trabalhar para Macau e os Macaenses, designados “filhos da terra”), ignorar-se os cerca de 100 a 120 mil portugueses que ali vivem, mas que na sua maioria não falam português e fazem parte da comunidade chinesa. Constituem o que em Macau se chama «os portugueses de passaporte». O que equivale, na prática, a que, de uma forma geral, estes cidadãos portugueses não sejam considerados pelos Portugueses expatriados e pelos macaenses como sendo também eles portugueses.

«- espaço de investigação em torno da presença de Portugal no oriente;

- espaço privilegiado de intercâmbio e cooperação entre povos do Oriente ligados a Portugal por raízes históricas;
- espaço aberto à realidade envolvente, potenciando a troca de ideias, experiências e realizações culturais.» (p. 1)

Este Relatório faz pela primeira vez menção a um documento que ficou omissos nos anteriores, mas que constituiu a orientação fundamental do IPOR até esta data.

«o IPOR [...] procura dar cumprimento às grandes linhas estratégicas definidas no seu programa para o triénio»<sup>391</sup>  
(p. 1)

Este *Programa*<sup>392</sup> proporcionou uma visão de médio prazo, e assume importância, não porque seja um documento particularmente esclarecedor e detalhado ou que tenha um grande conteúdo teórico. Afinal, o programa é, nas suas linhas gerais, o que se apresenta nos Planos de Atividades, que o refletem, muito de perto. A sua importância advém do facto de, ao contrário do que se observou em relação ao Instituto Camões, onde não foi possível encontrar este tipo de documento, se perceber nele uma orientação e dentro dos limites

---

<sup>391</sup> IPOR, *Programa para o Triénio (1990-1992)*, 1990, 20 pp., policopiado.

<sup>392</sup> A leitura do Programa para o Triénio permite, por exemplo, perceber que a questão atrás levantada sobre a «Estruturação e organização do ensino do português, do mandarim e do cantonense», constante do *Plano de Atividades de 1990* (p. 11), e a criação depois concretizada de um Centro de Língua Portuguesa e não de um Centro de Línguas, como refere o *Relatório* desse mesmo ano, foi apenas uma primeira forma, que cedo foi abandonada. O que se pode ler na p.10 do *Programa* é a intenção de criar um CLP e assim se compreende que a «Estruturação e organização do ensino do português, do mandarim e do cantonense», não fazia parte do plano inicial. O que consta nas linhas de ação é o fomento do interesse e o apoio ao seu ensino, o que não implica a criação de uma escola para o ensino destas línguas. Este ponto figura também do *Plano* de 1990 na p. 4. Pode assim dizer-se que a referência à questão do ensino do mandarim e do cantonês pelo IPOR foi mais um desvio ao plano do que um objetivo que terá sido alterado. De referir ainda que este relatório é o último sob a presidência da Dr.<sup>a</sup> Anabela Sales Richie (único membro da comunidade Macaense a exercer este cargo até à data), cujo vice-presidente, Dr. Aloísio da Fonseca, lhe sucede no cargo.

que as condições de ação permitem e a flexibilidade de que todos os planos têm que abarcar, se observar que houve um caminho traçado que corresponde ao que foi seguido.

O *Relatório* de 1992 volta a apresentar dados sobre a atividade do CLP. Neste aspeto é referido que «Esta área de intervenção terá de merecer da parte da Direção do IPOR, uma progressiva importância» (p. 2), dando a entender que o IPOR tem prestado mais atenção à intervenção na área cultural. Neste ano o número de alunos no CLP (7 módulos de ensino. Cada módulo tinha a duração de 3 meses) baixou ligeiramente neste ano para 112.

Em contrapartida, o número de alunos nos Cursos de Português para fins específicos foi de 70 no caso dos médicos, 40 na escola Técnica dos Serviços de Saúde e na área de comunicação social deram aulas a 11 jornalistas, num total de 121 alunos para estes cursos. Se se somarem estes, aos alunos do CLP, temos um total de 233 alunos, o que, não sendo um número ainda muito elevado de alunos, ainda assim duplica o número de alunos de 1991.

No que respeita aos Leitorados, manteve-se o nível de atividade já reportada anteriormente, assim como no que respeita à formação de professores e aos cursos de Verão e Primavera com alunos vindos do exterior. O que representa o prosseguimento da política anterior. Já no que respeita a avanços no alargamento do número de Leitorados previstos no *Plano* (Tóquio e Universidades do Sul da China), não há qualquer referência.

A questão da política de representação externa do IPOR volta a ser objeto de referência como «um objetivo no âmbito da organização periférica do Instituto justificável pela sua atuação tentacular junto de países do Oriente a que os portugueses estão ligados pela História». (p. 2)

A ideia inicial foi também alterada passando-se agora a uma situação em que o IPOR não tem uma delegação mas um delegado. Estes delegados foram nomeados em Goa e Pequim em conjunto com a Fundação Oriente, nada se dizendo sobre as suas funções e como se regula o facto de os nomeados servirem simultaneamente o IPOR e a Fundação Oriente e como são partilhados os custos, o que parecendo mera questão de política orçamental, tem óbvias implicações na consignação de tarefas.

O *Plano de Atividades para 1993*<sup>393</sup> é, em boa medida, e no que à língua portuguesa diz respeito, apenas a reprodução dos *Planos* anteriores e, provavelmente, por isso, os seus autores acharam por bem dispensar-se de qualquer texto explicativo ou justificativo do mesmo. Tendo em conta que se trata de uma extensão do programa para o triénio anterior, a forma sintética como foi redigido não deixa perceber<sup>394</sup> se se tratava de consolidar a estrutura ou apenas de um período de estagnação na vida do Instituto, que não soube encontrar forma de inovar na sua atividade, ou se é apenas um reflexo de um orçamento ligeiramente inferior ao de 1990 (11.950.000,00 MOP<sup>395</sup>).

Este ano foi um ano de alguma indefinição para o IPOR não por razões internas, mas devido à indefinição do Instituto Camões. A ideia de que Macau é longe e a Ásia é outro Mundo<sup>396</sup> (apesar das referências de circunstância sobre as ligações históricas de Portugal ao Oriente) pesará pragmaticamente quando se tem de pensar estrategicamente a língua portuguesa no Oriente. Os responsáveis em Portugal, pela política externa da língua e da cultura, parecem ter

---

<sup>393</sup> IPOR, *Plano de Atividades de 1993*, p. 9, policopiado.

<sup>394</sup> Das suas 9 páginas, 4 são ocupadas com o Orçamento Financeiro.

<sup>395</sup> 1.195.000,00 €.

<sup>396</sup> Foi assim no plano económico, onde pode ser mais visível a oportunidade de negócio. Os sucessivos Governos de Macau fizeram sempre grandes esforços para levar para Macau os empresários portugueses, com a ideia de Macau ser “uma porta de entrada no gigantesco mercado chinês”. Nunca tiveram sucesso. Apesar disso, as poucas empresas portuguesas que se estabeleceram em Macau, tiveram sucesso.

alguma dificuldade em perceber que alguém, ainda mais na China ou na Coreia, queira aprender português.

Esta atitude caracteriza a falta de visão estratégica global e a descrença real nas potencialidades da sua língua dos que, apesar disso, não se inibem de falar da língua Portuguesa como língua de comunicação internacional, e da língua de 200 milhões. Mas, este ano, foi um ano em que o Instituto Camões chegou mesmo a colocar a possibilidade de alienar parte da sua posição como sócio do IPOR<sup>397</sup> onde detinha 15%.

Na área da difusão da língua portuguesa, o mais relevante, neste ano, foi a assinatura de um protocolo entre o IPOR e a Direção de Serviços de Educação e Juventude de Macau (DSEJ), que permitia que o IPOR passasse a organizar o Curso de Língua Portuguesa de Nível 1 (iniciação) que, até 1993, era lecionado pelo Centro de Difusão de Línguas – CDL.<sup>398</sup>

De acordo com o *Relatório de Atividades e Contas do Ano de 1993*<sup>399</sup>, em resultado do protocolo com a DSEJ, o número de alunos do IPOR cresceu em largas centenas de alunos (Quadro 16, p. 412).

Neste quadro, o decréscimo de alunos nos cursos já oferecidos pelo CLP do IPOR, perde significado em face dos 670 que transitaram do CDL dos Serviços de Educação, ao mesmo tempo que revela a

---

<sup>397</sup> Acta 11.<sup>a</sup> da Assembleia-geral de 3 de Novembro de 1993. Sendo Presidente do Instituto Camões o Professor Doutor Luís Adão da Fonseca. Acerca desta posição veiculada nesta AG pelo vice-presidente do instituto Camões em representação do seu Presidente, poderá até ser motivada pelas dificuldades que o Instituto Camões poderia estar a atravessar, mas isso apenas revela uma dificuldade maior: a dos responsáveis políticos que assumem responsabilidades sem medir as consequências e os encargos que isso representa para o futuro.

<sup>398</sup> Este CDL é o herdeiro do CDLP (Centro de Difusão de Língua Portuguesa) que passou àquela designação tendo em vista a sua transformação em centro de línguas mais alargado passando a lecionar outras línguas como o mandarim. Enquanto CDLP este Centro chegou a ter mais de 3 mil alunos nos seus cursos noturnos. No Nível de iniciação o CDLP tinha normalmente entre 800 e 1000 matrículas.

<sup>399</sup> IPOR, *Relatório de Atividades e Contas do Ano de 1993*, 11 pp., (mais 6 pp. de anexos), policopiado.

capacidade de organização do IPOR para em pouco tempo ser capaz de absorver este muito significativo aumento de alunos. O *Relatório* não deixa de vincar a necessidade da Instituição ser

«capaz de assumir gradualmente algumas tarefas inerentes ao ensino da língua e à preservação e difusão da cultura portuguesa nesta parte do Mundo.» (p. 2).

O IPOR continuou a dar atenção aos leitorados da Ásia e a organizar o Curso de Primavera e a coorganizar o Curso de Verão com a Universidade de Macau.

Numa tentativa de equilibrar a sua ação de promoção e difusão da língua portuguesa, que tinha vindo em crescendo, sem se confinar ou limitar a ser apenas uma escola, o IPOR participa na vida cultural de Macau pela promoção de atividades por si organizadas ou patrocinadas. Através da promoção e organização de exposições de artistas de Portugal, Macau, portugueses e chineses, o IPOR procura, desta forma, proporcionar um maior conhecimento das artes criadas pelas várias comunidades e, assim, proporcionar a «abertura da Livraria Portuguesa [através da sua galeria de exposições] à comunidade chinesa» (p. 5). Foi assim em 1993, tendo produzido, então, 21 exposições.

Preocupação permanente dos responsáveis do IPOR parece ser o prosseguimento de uma estratégia de criação de condições que proporcionem à Instituição a «afirmação da sua própria identidade institucional – requisitos considerados essenciais para a sua manutenção para além de 1999.» (*Plano de Atividades 1994:1*).

Neste sentido, o *Plano de Atividades de 1994*<sup>400</sup>, marca bem a sua vontade e necessidade estratégica de permanecer ativo tanto na

---

<sup>400</sup> IPOR, *Plano de Atividades de 1994*, 6 pp., policopiado.

frente da promoção da língua como na da atividade de promoção cultural. E quanto a esta última:

«reafirma-se que o programa cultural do Instituto deve desenvolver-se na base de uma articulação e cooperação institucional, isto é, não deverá ser indiferente aos objetivos de outras entidades que no Território atuam nesta área. Só assim se poderão rentabilizar os meios e os recursos disponíveis e evitar as sobreposições sempre desnecessárias e pouco consequentes em termos estratégicos.» (p. 1).

Mais do que apontar uma linha estratégica (o seu conteúdo é tão óbvio), este discurso parece ir ao encontro de uma lógica de resposta do que a uma proposição que vise instalar uma nova atitude do, e no, IPOR, que atendendo ao número de protocolos assinados demonstra pela sua prática, que se tem pautado precisamente pela cooperação com outras entidades. O facto de, no *Plano de Atividades de 2005*, esta questão ser colocada de forma mais explícita<sup>401</sup> apenas confirma esta observação.

Esta questão da maior ou menor atividade do IPOR na área da cultura e da articulação dessas atividades com a Fundação Oriente (ou com o então Instituto Cultural de Macau) parece apontar para uma crise de identidade do próprio IPOR, cuja causa não fica claro, se crescia no seio da gestão do IPOR ou se teria raízes na base societária. O que fica claro é que esta questão vem a ganhar corpo, no *Plano de Atividades de 2005* onde se refere sem equívocos o «**reforço da ideia de um Instituto** prioritariamente vocacionado para o ensino do português»<sup>402</sup> (p. 3).

---

<sup>401</sup> Sob a denominação «Articulação institucional» o IPOR refere que aquela se deve potenciar «particularmente com as entidades societárias» onde o ensino deve ser articulado com o Instituto Camões e «a ação cultural... com a vocação cultural da Fundação Oriente».

<sup>402</sup> A notação a negrito faz parte do texto original.

O que não deixa de ser causa de reflexão, já que uma reduzida atividade do IPOR conduziria a um apagamento e menor visibilidade do IPOR junto da população de Macau, por um lado, e, por outro, de alguma forma, contrariaria os próprios Estatutos do IPOR cuja atividade cultural está explicitamente consignada no seu art.º 3.º (Finalidades) alínea a) «Preservar e difundir a língua e a cultura portuguesas no Oriente [...] com vista à continuidade e ao aprofundamento do diálogo intercultural entre os portugueses e os povos do Oriente». As 3 alíneas seguintes reforçam esta ideia e a alínea d) vai mais longe ao colocar no IPOR o papel de «Contribuir para que Macau seja o polo aglutinador de uma presença cultural renovada de Portugal no Oriente [...]».

O Artigo quarto também corrobora esta vertente de equilíbrio, nunca fazendo referência, neste ou noutro ponto dos Estatutos do IPOR, a uma prioridade da Língua sobre uma atividade acessória na área cultural, antes referindo de forma equilibrada, a preservação da Língua e da Cultura Portuguesas como atribuições do IPOR. Se o sentir dos sócios, no todo ou em parte, era no sentido de que o papel do IPOR devia tomar outro caminho, uma das formas de o fazer seria pela alteração dos Estatutos da Instituição. Ora os sócios alteraram os Estatutos várias vezes e, em nenhuma, esta situação foi alterada até ao presente, o que, se por um lado deixa perceber alguma tensão entre os sócios sobre esta matéria, por outro, ela nunca vingou nos Estatutos mas perturbava o suficiente para ir transparecendo nos Planos de Atividades ou Relatórios.

Voltando ao *Plano de Atividades de 1994*, refira-se que é precisamente no sentido de tentar consolidar a sua presença cultural no território que se pode ler a sua pretensão de passar a incluir nas suas atividades, a nível organizativo, em comemorações oficiais de significado nacional (português), como o 10 de Junho ou as

comemorações dos Descobrimentos e «a cujas comissões o IPOR nunca pertenceu.» (p. 3).

No âmbito do ensino da língua portuguesa, o IPOR identifica um número de atividades que continuam e consolidam as atividades do ano anterior. O crescimento em número de alunos que ocorreu em 1993 terá, neste caso, imposto uma atitude de consolidação e organização que se reflete na proposta de «(Re)organização pedagógica e curricular do Curso de Língua Portuguesa» nos seus diversos níveis e nos vários momentos que o envolvem: «objetivos, organização estrutural, plano de estudos, gestão pedagógica, regime de docência, regime de progressão e avaliação» (p. 3).

Um outro ponto que começa a ganhar importância crescente nas preocupações do IPOR é a do reconhecimento dos seus cursos. Dando indicação de que vai trabalhar no sentido de obter esta autenticação por parte quer de Portugal, via Instituto Camões, e em Macau, junto da DSEJ.

Está-se, assim, perante não só uma vontade de consolidação, mas também, de oficialização e validação do trabalho do CLP, de que a lecionação dos cursos, acaba por ser a face exterior de que beneficiam os utilizadores finais dos cursos (os alunos), já que tem sido política seguida pelo IPOR, ter uma estratégia de promoção da língua portuguesa, mas também uma política e um planeamento nas áreas da formação e atualização contínua, pedagógico-didática de professores, na produção de manuais próprios, e na publicação de outros materiais complementares, como os glossários e livros sobre pedagogia e metodologia que foram sendo publicados.

A preocupação agora manifestada pelo reconhecimento dos seus cursos, não é mais do que o resultado de toda esta atividade, que só poderia culminar na vontade de validação do trabalho que o CLP

desenvolvia e na conseqüente valorização da aprendizagem dos seus alunos.

Esta preocupação, está também registada no *Relatório* de 1994<sup>403</sup>,

«a experiência adquirida no domínio do ensino da língua e o horizonte temporal que nos separa da transferência de administração de Macau torna cada vez mais pertinente a necessidade de se proceder à certificação e reconhecimento das atividades do IPOR por parte das autoridades competentes, particularmente no que se refere ao ensino do português e à creditação do IPOR [...] apostando-se desse modo numa estratégia descentralizadora de funções e atividades como prevê o Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho que cria o Instituto Camões.» (p. 3)

Precisamente, o Instituto Camões, Instituição que faz parte da estrutura societária do IPOR, que tem acompanhado e validado anualmente a suas atividades – aprovando, em Assembleia-geral com o seu voto favorável<sup>404</sup>, planos de atividades, orçamentos e relatórios de atividades, desde o seu início, o que, de algum modo, indicia já uma certa forma de certificação –, parece, apesar disso, experimentar alguma dificuldade em acompanhar o IPOR, nesta afirmação de qualidade do seu ensino.

«Apesar dos esforços desenvolvidos em torno desta questão, e apesar da entidade competente para este fim [certificação] ser parte constituinte do IPOR, ainda não foi possível concretizar este desígnio.» (p. 3).

---

<sup>403</sup> IPOR, *Relatório de Atividades e Contas do Exercício 1994*, Março de 1995, 27 pp., policopiado.

<sup>404</sup> De outro modo não seriam aprovados, ou pelo menos haveria registo de que o Instituto Camões se tinha oposto à sua aprovação, mas os registos mostram que o Instituto Camões sempre aprovou os Planos e Relatórios do IPOR.

Esta seria até uma situação desconfortável para o Instituto Camões, pois colocava-o, numa situação de aparente não confiança na capacidade de uma Instituição da qual fazia parte e na qual estava a investir dinheiros públicos.

Não foram apresentados neste *Relatório* dados sobre o número de alunos dos Cursos por Objetivos Específicos, mas no mesmo se afirma que estes cursos prosseguiram com as mesmas instituições do ano transato.

Manteve-se igualmente, no quadro das responsabilidades orçamentais e de apoio às atividades culturais, o apoio do IPOR aos 6 leitorados do Instituto Camões.

### **8.2.3. O segundo lustro**

Deve reconhecer-se que o *Plano de Atividades, Ano de 1995*<sup>405</sup>, é um documento particularmente importante, do ponto de vista do objeto de estudo deste trabalho. Enquanto *Plano de Atividades*, pauta-se sobretudo por se propor «Preparar o IPOR para o séc. XXI»<sup>406</sup>.

Trata-se de um *Plano* em que os seus redatores assumem a construção de um texto reflexivo, que parte dos pressupostos que estiveram na génese<sup>365</sup> do Instituto Português do Oriente, para depois, projetar o IPOR em Macau, e desta cidade estender o IPOR à região.

No aspeto, que funda e defende a existência da Instituição a partir de Macau, teria sido interessante ver desenvolvido no texto, o entendimento que os redatores do *Plano* teriam sobre a expressão

---

<sup>405</sup> IPOR, *Plano de Atividades, Ano de 1995*, 10 pp., policopiado.

<sup>406</sup> Título que encima o texto inicial do Plano de Atividades. Este é também o título de um documento autónomo (8 pp., policopiado), com data de 21 de Junho de 1995, mas com um conteúdo, no essencial, idêntico.

«previsíveis mudanças», que viriam a ser<sup>407</sup> «provocadas pela transferência do exercício de Administração do Território.» (p. 2).

Mas, na ausência de melhor explicitação, e de se ficar por um discurso onde parece existir um pressuposto de referência a um conhecimento comum da questão, partilhado pelos produtores do *Plano de Atividades* e os seus destinatários, não restam dúvidas de que havia um consenso a que a ação quotidiana do IPOR dava credibilidade, de que este Instituto estava empenhado em se preparar para enfrentar qualquer situação futura que o ambiente externo viesse a proporcionar.

Esse empenhamento fundava-se também na convicção de que, as Instituições que lhe tinham dado vida lhe transmitiam a força política e a certeza de que o IPOR tinha por horizonte não as dificuldades de um qualquer *cabo das tormentas*<sup>408</sup>, mas uma visão de oportunidades, que se estendia para lá do *cabo da boa esperança*<sup>409</sup>.

Ora parece ser para preparar os novos desafios, que os responsáveis do IPOR estabelecem as suas prioridades no que entendem ser o tempo de estabelecer as bases a que chamam requisitos essenciais para o pós 1999.

---

<sup>407</sup> Terão sido? Concretizou-se ou não? O que é que era previsível? Que a Língua Portuguesa passasse por dificuldades? Essas dificuldades não existiam já? Que a nova administração chinesa da RAEM iria ser hostil à herança colonial? Que, como tanta vez se ouviu, o Português e os portugueses iriam desaparecer rapidamente de Macau? Que os Portugueses em Macau (e, na República, os seus Governos) nunca perceberam, ou tendo percebido preferiram ignorar, (ou entenderam mal os sinais que a China foi passando), quais eram as intenções da RP da China em relação a Macau e às marcas da presença cultural portuguesa? Teria sido de extrema importância que esta questão tivesse sido clarificada, pois desta forma, assim dita, a expressão «previsíveis mudanças», paira, em vários documentos, como ameaça não revelada, mas implacável e letal sobre o futuro da língua e cultura portuguesas em Macau.

<sup>408</sup> A data da Transferência de Administração de Macau, 19 de Dezembro de 1999.

<sup>409</sup> O futuro que se apresentava ao IPOR logo a partir de 20 de Dezembro de 1999, com a criação da Região Administrativa Especial de Macau, a entrada em vigor da Lei Básica da RAEM, que no seu artigo nono, consagra a língua Portuguesa como língua Oficial da RAEM com estatuto de uso pleno em todos os aspetos da vida da administração da Região, nos órgãos executivo, legislativo e judicial, com todas as consequências práticas para a população e para a Administração; a continuação da sua ação no interior do continente chinês e no exterior, na Região Ásia-Pacífico.

O *Plano* de 1995 consagra, assim, as seguintes «Prioridades Estratégicas» (p. 3):

- A necessidade de concluir a «Instalação Física» do Instituto. Tendo em consideração que o Instituto não teve instalações definitivas adequadas ao seu trabalho, desde a sua fundação, percebe-se que a procura da estabilidade e de uma imagem física dessa estabilidade constitua um objetivo claramente prioritário e estratégico.

- Um segundo aspeto é do já referido «Reconhecimento do IPOR, pelas autoridades portuguesas, como entidade competente para o ensino da língua e cultura portuguesas»<sup>410</sup>.

- Como já foi mencionado aquando da primeira referência ao *Plano de 2005*, o IPOR propõe-se ainda em «Articulação Institucional, no plano interno e externo, do Instituto com as entidades societárias» potenciar «a componente de conceção e execução da política de ensino e formação com o sócio Instituto Camões» e, com a DSEJ, no que respeita ao «ensino de português em Macau» (p. 3), e «a ação cultural, em Macau e na região, com o Instituto Cultural de Macau e com a vocação cultural da Fundação Oriente» (p. 3)<sup>411</sup>.

- É neste contexto de articulação que se completa o «requisito anterior» com o «**reforço da ideia de um Instituto** prioritariamente vocacionado para o ensino do português e capaz de, no futuro

---

<sup>410</sup> Neste particular, é fácil perceber que a formulação encontrada é demasiado abrangente e por esse motivo, impossível de satisfazer pela entidade competente para o fazer: o sócio Instituto Camões. Não é possível perceber se foi deliberado ou se foi apenas falta de perspectiva ou o empenhamento na vontade, mas o que é facto é que o IPOR só poderia almejar este reconhecimento onde ele faz sentido e estava dentro das competências do Instituto Camões: no âmbito do ensino da língua e cultura portuguesas mas na área do PLE.

<sup>411</sup> Como o objeto de estudo deste trabalho não é a política cultural, no seu sentido mais específico, não iremos analisar onde estariam as sobreposições já referidas, nem a atividade das instituições referidas, para assim avaliar quer o dinamismo da atividade quer o tipo de atividades, e se estas se enquadravam nos interesses do IPOR e no quadro das suas atribuições de preservação e divulgação da cultura portuguesa em Macau (e na região), se as atividades daquelas instituições ICM e FO, concorriam para a prossecução dos objetivos e interesses estratégicos do IPOR. Porque não basta falar em articulação é preciso saber se o que se articula é relevante para o interesse de quem abdica da sua própria atividade.

próximo, se assumir **como centro polarizador** – pelo apoio e coordenação – do ensino na região.» (p. 3-4).

Este ponto é significativo porque, por um lado, o IPOR passaria a centrar-se na sua tarefa principal que passaria a ser o ensino, mas por outro, a sua ação na região onde se propunha assumir-se como «**centro polarizador**», com a ênfase que no *Plano* se pôs ao marcar a expressão a negrito, não como agente impulsionador e dinamizador do ensino de PLE na região, como Instituição presente e ativa, mas «pelo apoio e coordenação.»

Há, nos termos usados, no texto acima transcrito, um claro desequilíbrio em termos estratégicos e de política de língua. Por um lado, quer-se ser mais escola de línguas, mais centrado no ensino e menos dinamizador cultural, mas, por outro, quer-se no papel de Instituição prestadora de apoios e assume a postura de coordenador, provavelmente, desses apoios que viria a prestar (que não são especificados e deste modo ficam imunes ao escrutínio, à crítica e à avaliação), distante, portanto, da atividade direta<sup>412</sup> do ensino em que diz querer centrar-se.

Deste modo, uma posição estratégica apresentada como propulsionadora de uma nova dinâmica que, do estrito ponto de vista da política de língua, parece um reforço e uma postura forte em favor de um maior empenhamento no ensino da língua, parece afinal, na sua vertente extramuros (fora de Macau), muito ténue e menos presente do que tinha sido até à data da apresentação deste Plano em 1995. Esta situação, só poderia causar mais incertezas que confiança no futuro, que era a perspetiva inicial deste *Plano* e do

---

<sup>412</sup> Um apoio não é uma ação de presença direta mas mediada pela natureza do apoio, ficando a ação direta da atividade, que esse apoio pretende proporcionar sob dependência do apoiado, ainda que depois o apoiante se pretenda assumir como coordenador, mas sabendo-se que uma coordenação onde os coordenados estão dispersos, distantes e dependentes hierarquicamente das Instituições patrocinadas é, inevitavelmente, uma coordenação que depende de demasiados fatores humanos e burocráticos para ser efetiva e verdadeiramente eficaz.

documento «*Preparar o IPOR para o séc. XXI*, indo na direção oposta daquela que primeiro afirmava prosseguir.

Uma última «Prioridade Estratégica» consistia na solução para a questão não resolvida da subscrição dos 5% do «**património associativo nominal**» (p. 4). A proposta consistia então, na subscrição dessa percentagem «por um dos sócios fundadores ou por um sócio ordinário.» (p. 4). Propunha-se, ainda, a «**gradual alienação da quota do sócio Território** no património associativo» e que essa situação fosse compensada pelo «envolvimento e responsabilização dos sócios portugueses» para «assegurar o progressivo ajustamento à realidade futura de Macau» (p. 4).

Esta proposta corresponde a uma situação previsível pois não faria muito sentido (quanto mais não fosse por questões de soberania, mas também por razões estratégicas e de definição política da ação do IPOR), que, a manter-se a posição societária do Governo do Território viesse a dar-lhe continuidade o Governo da RAEM.

Segue-se a apresentação das «Prioridades Programáticas», que seguem as linhas estratégicas antes apresentadas. Neste quadro, deve assinalar-se a evolução no discurso do IPOR, particularmente sobre o público a que se destina o seu CLP. Enquanto o *Plano de Atividades de 1992* identificava esse público com «as comunidades não portuguesas»<sup>388</sup>, este, passados 3 anos, estabelece que

«O ensino da Língua Portuguesa em Macau constitui um desafio de importância estratégica no quadro do período de transição que se vive atualmente no Território. Esta importância faz com que o IPOR eleja para eixo prioritário da sua atuação o ensino aos não falantes de português.» (p. 5)

esta passagem, mais clara enquanto definidora de um público e menos marcada em termos de nacionalidade, representa também um avanço na consciencialização do IPOR face à realidade que o envolve localmente. Para além da continuidade dos cursos o IPOR propõe-se avançar tecnologicamente e introduzir na sua metodologia de ensino, aulas o uso de laboratório de línguas. Este Laboratório, possível apenas quando o IPOR pudesse passar a dispor de instalações próprias, o que iria acontecer durante o decorrer de 1995, com o fim das obras no edifício sede.

Ainda no domínio da língua o IPOR propõe-se continuar a proporcionar espaços e oportunidades para debater as questões do ensino e aprendizagem e uso da língua portuguesa no Oriente, através da organização de encontros para refletir sobre estas temáticas.

No mais é o habitual discurso de conciliação entre o desejo de corresponder aos que preferem um IPOR com uma atividade cultural residual e a óbvia vontade de quem deseja manter-se ativo na oferta de atividades culturais à comunidade onde se insere.

«Do ponto de vista estratégico somos de opinião [...] que Língua e cultura são indissociáveis no projeto IPOR.»

«Reafirma-se que o programa cultural do Instituto deve desenvolver-se na base de uma articulação e colaboração institucional, isto é, não deverá ser indiferente às iniciativas de outras entidades que atuam nesta área. Só assim se poderão rentabilizar meios e os recursos disponíveis e evitar sobreposições desnecessárias e pouco frutuosas.» (p. 6)

Mas, logo a seguir o Plano deixa claro que vai continuar a promover manifestações culturais e a dar continuidade aos seus prémios de

investigação, jornalismo e literatura, à realização, na sua 4ª edição, da «quinzena de cinema português» e aos ciclos de exposições na Galeria da Livraria Portuguesa.

«a cultura de raiz portuguesa é uma das componentes fundamentais de Macau dos nossos dias, sendo provavelmente o principal fator de diferenciação deste Território face ao Sul da China.» (p. 6-7)

«Procurando preservar e promover a cultura portuguesa em Macau e no Oriente o IPOR continuará, em 1995, a organizar e apoiar exposições, colóquios, conferências, espetáculos, concursos e prémios que se desenvolverão preferencialmente na Galeria da Livraria Portuguesa.» (p. 7)

Na prática, a redução orçamental operada em 1995 na rubrica cultura em relação a 1994 é de apenas 60 mil patacas<sup>413</sup> cifrando-se em 1.360,000,00 MOP, o que permitia de alguma forma ao IPOR manter praticamente o mesmo nível de intervenção na área da cultura em 1995. Pode mesmo dizer-se que foi uma redução com um valor mais simbólico que prático.

Já no que respeita à rubrica Língua se pode dizer que, por via das verbas provenientes dos protocolos com as entidades a quem o IPOR prestava serviços (cursos) e principalmente fruto do protocolo com a DSEJ, houve um aumento significativo da verba proposta, na ordem dos 20% no investimento, relativamente ao ano de 1994<sup>414</sup>.

---

<sup>413</sup> Cerca de 6 mil € ao câmbio médio de 2005.

<sup>414</sup> O orçamento para a rubrica língua foi de 5.830.000,00 MOP em 1994 e de 7.000.000,00 MOP em 1995, para orçamentos globais de 16.500.000,00 MOP em 1994 e 20.480.000,00

É notória, em 1995, a tentativa de, pelo menos formalmente, ter menos despesa com a ação cultural própria, sem abdicar dela, e de aumentar a intervenção na área da língua, que foi uma consequência natural de uma política de língua que privilegiou a cooperação com os serviços da Administração<sup>415</sup> de Macau.

Este aumento do investimento na Língua e o ligeiro decréscimo na rubrica Cultura levou, naturalmente, à diminuição do “peso” da despesa com a cultura no total do orçamento (8,6% em 1994 e 6,64% em 1995), mas não à diminuição da capacidade de atuação do IPOR.

A apresentação do *Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 1995*<sup>416</sup> marca, simbolicamente, o fim de um ciclo de vida do IPOR, marcado pelo esforço de consolidação da sua imagem pública, como Instituição de Macau, através da sua ação de promoção de eventos culturais diversos; pela sua instalação em instalações próprias; pelo crescimento da atividade do CLP e sua afirmação como instituição de ensino de PLE, com capacidade não só para o fazer com meios próprios, tanto pedagógicos como pela capacidade de produção dos

---

MOP em 1995. Uma das razões para o grande crescimento orçamental em 1995 deve-se à verba necessária para as obras de recuperação e equipamento da sede e que orçou em quatro milhões e meio de Patacas.

<sup>415</sup> E para isso contribuiu a decisão da DSEJ de, tendo em consideração o período de transição, alterar a sua própria política de língua no que respeita ao PLE, ao redefinir a atuação do seu Centro de Difusão de Língua Portuguesa – CDLP, passando a designá-lo a partir de 1993, como Centro de Difusão de Línguas – CDL, com o intuito de passar a lecionar mandarim e outras línguas que a Administração entendesse útil. Esta decisão coincide com outra, a de celebrar um protocolo com o IPOR que previa a passagem gradual do seu Curso de Língua Portuguesa para o CLP do IPOR. Esta alteração ilustra o entendimento que a Administração tinha sobre o seu papel na difusão da língua portuguesa no período de transição. Embora o CDL não tenha deixado de ter um curso de português (ainda hoje se ensina português no CDL com professores de origem chinesa, que tiveram formação entre 1989 e 1991, no Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras de Lisboa e um estágio posterior em Macau), o facto é que, no entendimento da Administração do Território, a preparação para a Transferência de Administração implicava a passagem da responsabilidade do ensino da língua portuguesa para fora da esfera do Governo. No caso do PLE, o Governo de Macau escolheu o IPOR, de que era então o segundo maior acionista, e, para o ensino português, sob sua tutela, viria a ser criada a Escola Portuguesa de Macau.

<sup>416</sup> IPOR, *Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 1995*, Fevereiro de 1996, 27 pp., policopiado.

seus materiais de ensino, e ainda a capacidade de, financiar, gerir e apoiar os leitorados espalhados pela região Ásia-Pacífico.

«Em 1993, ao eleger como prioridade o ensino de português como língua estrangeira, o IPOR teria tomado o rumo que lhe garantiria a afirmação e consolidação do seu projeto» (p. 5)

O aumento consistente no número de alunos (cf. Quadro 17) é um bom indicador sobre a justeza da política de língua definida, já que um crescimento constante não pode deixar de ser um bom indicador não só de uma política definida como da estratégia usada e da implementação no terreno dessa política ao optar por um planeamento de aumento gradual dos níveis que foram sendo abertos e disponibilizados e até na opção pela progressão na aprendizagem através da frequência de módulos semestrais.

No que respeita ao exterior, a ação na região na promoção e difusão da Língua Portuguesa, no entanto, não se pode dizer que a aposta na língua tenha visto grandes evoluções. Nesta área não se vislumbra qualquer progresso ou expansão. Mantêm-se os mesmos Leitorados (*Bangucoque, Kuala Lumpur, Xangai, Guangzhou* e Goa) e o apoio a uma Universidade no Japão (*Oita*). Como nunca são apresentados dados sobre o número de alunos e, aparentemente, o único papel do IPOR era pagar vencimentos e outras custas, apoiar algumas iniciativas de índole cultural e envio de material bibliográfico e jornais, não é possível perceber qual a contribuição destes leitorados para a difusão da língua portuguesa na Ásia.

Outro aspeto que não se percebe é porque é que o Leitorado de Pequim, que é dado como existente, pelo Instituto Camões, desde 1982, nunca, até à data, foi referido, nem mencionado como tendo

recebido qualquer apoio. Dentro da lógica instituída de colaboração contributiva, este Leitorado devia fazer parte deste grupo.

Não deixa de ser significativo que a direção do IPOR, de cada vez que marca a importância estratégica e decisiva para a consolidação da sua valorização enquanto instituição da política de língua seguida, coloque no momento seguinte a ideia da indissociabilidade desta política de um quadro mais vasto, em que «Língua, cultura e livro sempre foram julgados no projeto como indissociáveis» (p. 5), e que «É possível uma articulação reciprocamente enriquecedora entre estas componentes», como se houvesse esta premência em fixar pela escrita, a necessidade de atuação nestas áreas, sem que o interesse estratégico de uma retirasse espaço vital a qualquer das outras. É uma postura que se tem vindo a acentuar ao longo da documentação em análise, pelo que só pode ser entendido como reflexo de opiniões divergentes, que fossem fonte de alguma perturbação e tensão no desenvolvimento das atividades anuais do IPOR.

Este documento parece ir mais além, já que, no domínio da sua ação externa, traz para o *Relatório* intervenções havidas em Assembleias-gerais.

«Em 1994, a Direção questionava a Assembleia-geral sobre o limite físico de intervenção do IPOR em torno do apoio a prestar à preservação e difusão da língua e cultura portuguesas junto dos leitorados e das Embaixadas no Oriente.» (p. 6)

Para a Direção do IPOR esta questão continua por esclarecer dado que,

«Para que se torne, hoje, possível delinear um plano de ação neste âmbito torna-se necessário recolocar, mais

uma vez, a questão do papel e da responsabilidade do IPOR neste domínio.» (p.6)

Esta declaração é denunciadora da falta de capacidade do sócio que representa o Estado Português, em responder com a mesma clareza e celeridade, com que o IPOR foi capaz de colocar a questão. Não será só a diferença entre quem está perante um problema e o consegue diagnosticar e quem está perante o mesmo problema e não consegue descortinar nem a urgência, nem a necessidade de o solucionar.

Na verdade, 1995 a avaliar pela caracterização da sua situação feita no *Programa do XIII Governo*, como um «exemplo de ineficácia.» (p. 51), foi um ano difícil na vida do Instituto Camões. A este facto, ter-se-á juntado o outro, o de o Instituto Camões ter estado sem Presidente desde Agosto, situação que se prolongou até ao final do ano, sendo que na Reunião da Assembleia-geral de um de Março de 1996, o Instituto não se fez representar.

Se a esta situação se juntar o facto de o Instituto Camões se encontrar, nesta altura numa situação difícil em termos económicos e em reduzidos recursos humanos, não é por isso difícil conjeturar o imobilismo do Instituto Camões e a conseqüente incapacidade para operar mudanças e tomar decisões que o IPOR considerava urgentes. O eco destas dificuldades surge no *Plano de Atividades para 1996*, quando se afirma a cooperação institucional «não tem tido a evolução desejável dada a fase de re-estruturação em que se encontra o Instituto Camões» (p. 1). Se a par desta afirmação se tiver em conta a referência ao estado do Instituto Camões, compreende-se melhor porque é que a articulação com o Instituto Camões «não tem tido a evolução desejável».

No entanto, apesar da falta de resposta por parte do sócio Instituto Camões, o IPOR não deixa de apontar o que do seu ponto de vista é fundamental para uma política de língua integrada e articulada. E isso passa, segundo o IPOR, pelo reconhecimento do IPOR como Instituição Portuguesa, como passo para a definição do seu «lugar institucional» (p. 7) e pela definição política da gestão e coordenação de leitorados e também dos Centro Culturais e demais interação com as missões diplomáticas da região no domínio cultural.

Desta posição do IPOR parece ressaltar que a sua posição de mero “mecenas” não lhe agrada, tanto mais que o *Relatório de 1995*, refere, claramente, que o seu papel não está a ser completamente desempenhado e preenchido por falta de implementação de um acordo entre o Governo da República e o Governo de Macau.

«É de admitir, também, que no espírito do legislador, a “entidade a designar” para coordenar o apoio aos serviços culturais das missões diplomáticas previstas no Protocolo de cooperação entre o MNE e o Governo do Território de Macau sobre os Serviços Culturais, assinado, em 27 de Julho de 1989, pudesse vir a ser o IPOR, cujos trabalhos de criação já estavam devidamente amadurecidos» (p. 7)<sup>417</sup>

Esta posição é ainda reforçada quando o *Relatório* volta a fazer referência a palavras proferidas<sup>418</sup> numa Assembleia-geral anterior:

«Conhecido o grande desígnio nacional em torno da língua e da cultura portuguesas e a vontade expressa do novo

---

<sup>417</sup> Importa aqui recordar que os Centros Culturais do Oriente, criados em 1993, eram pagos em 50% pelo Governo de Macau, através do Instituto Cultural de Macau, como aliás vem referido no *Relatório de Atividades 1996*:20.

<sup>418</sup> O Relatório refere textualmente: «Permitimo-nos também aqui [no Relatório] citar o que [...] dizíamos em Assembleia-geral». Este «dizíamos» será assumido como produzido pelos signatários do *Relatório*, isto é, o Presidente e os seus dois vogais, ou apenas o Presidente enquanto órgão estatutário do IPOR.

Governo [da República, XIII Governo Constitucional] de tomar esse património como vetor importante de afirmação de Portugal no Mundo, hoje como ontem, reforça-se a ideia de um instituto prioritariamente vocacionado para o ensino de português e da cultura portuguesa e capaz de, no futuro, se assumir como centro polarizador – pelo apoio e coordenação – desse ensino na região.» (p. 7)

Este *Relatório*<sup>419</sup>, apresenta um repositório, das grandes linhas que estiveram na base da criação do IPOR e é como que uma passagem de testemunho à Presidência que lhe suceder. Vinca a estratégia definida e o que tem constituído obstáculo a um maior papel deste Instituto e que são obstáculos que advêm mais de terceiros do que da Instituição, e chama a atenção para o imperativo de equipar o IPOR com as ferramentas necessárias ao seu trabalho em tempo útil, porque há uma meta que não pode ser posposta que é a data da Transferência da Administração de Macau para a RPC.

O que a Presidência cessante estava a deixar escrito, a 3 anos daquela data, era que o que havia a fazer era conhecido por todos e tinha sido apresentado em tempo útil. Existia uma data inadiável, a solução estava nas mãos dos sócios, ou melhor, do sócio Estado Português, se não se chegasse a bom termo sabia-se a quem assacar responsabilidades.

Esta consciência de que o tempo urge e de que estando traçado o percurso que falta percorrer no que respeita ao processo de institucionalização do IPOR como organismo que assumirá as responsabilidades do Estado Português na prossecução da Política cultural externa de Portugal para a Região Ásia-Pacífico, que, como já

---

<sup>419</sup> O último sob a Presidência do Dr. Aloísio da Fonseca.

se referiu, foi a razão primeira para a sua criação, mantém-se presente e insistente no *Plano de Atividades ano de 1996*<sup>420</sup>.

«os pressupostos da orientação definida e a satisfação, em tempo oportuno, de alguns requisitos então avançados, mantêm-se atuais e pertinentes embora o tempo útil para a sua concretização seja, agora, mais curto» (p. 1)

Esta presença, entre a lembrança e a queixa a tender para a acusação, impõe-se, na perspetiva da direção cessante, fundada na perceção de que

«qualquer projeto, coerente, consistente e ambicioso, que tenha por objetivo essencial o de preservar e difundir a língua e cultura portuguesas em Macau, terá de ter um forte vínculo político ao Estado Português» (p. 1).

Esta uma conclusão óbvia, porque sem este vínculo, o IPOR não só não passaria de uma instituição privada de ensino de língua portuguesa e de um mecenas, não se percebendo a que título, contribuinte para cobrir as despesas do Estado em meia dúzia de leitorados no Oriente, tal como deixaria de fazer grande sentido o percurso feito pelo IPOR de 1989 até à redação deste Plano.

Para o IPOR continua (nem outra postura seria politicamente razoável) a ser um requisito que «a conceção e execução da política de ensino da língua e cultura e da formação dos seus agentes terá de ser devidamente concertada com o Instituto Camões.» (p. 1). No entanto, o IPOR reconhece também, e envolve neste reconhecimento, todos os envolvidos no processo, pois estava «claro para todos nós que este desígnio de há muito procurado, não tem tido a evolução desejável dada a fase de re-estruturação em que se encontra o Instituto Camões.» (p. 1).

---

<sup>420</sup> IPOR, *Plano de Atividades, Ano de 1996*, 16 pp., policopiado.

Tendo em conta que uma «re-estruturação» é normalmente uma situação com características conjunturais, limitadas no tempo, os dados sobre o Instituto Camões analisados e referidos até agora, apontam mais para uma dificuldade de «evolução» anterior a esta «re-estruturação», que se enquadra no «exemplo de ineficácia» com que o XIII Governo etiquetou o Instituto Camões no seu *Programa de Governo* (1995). O que se pode concluir desta fase da existência do Instituto Camões é que a «evolução desejável» não era problema da conjuntura, mas uma situação mais profunda e mais preocupante da postura do Instituto Camões ou da sua tutela. Isto se não se perder de vista o protocolo entre o MNE e o Governo de Macau já antes referido<sup>417</sup> e que data de 1989, pouco antes da criação, nesse ano, do IPOR.

Na perspetiva da Presidência do IPOR, este Plano constitui uma declaração de reafirmação de princípios que vêm sendo referidos e citados de Planos e Relatórios anteriores. Neste *Plano de Atividades de 1996*, volta a estar presente e aceite como decisivo, «o grande desígnio nacional em torno da língua e da cultura portuguesas» já referido e citado acima, do *Relatório de 1994*, e «a vontade expressa do novo Governo de tomar esse património como vetor importante da afirmação de Portugal no Mundo» (op. cit.).

É assim que é reiterada a conceção de «centro polarizador», a definição do «lugar institucional» e a «subscrição total do património associativo nominal». Apesar de defender a «gradual alienação da quota do sócio Território» e um «maior envolvimento e corresponsabilização dos sócios portugueses», tendo em conta «assegurar o progressivo ajustamento à realidade de Macau», a presidência do IPOR, considera, ainda assim, que «o projeto não ficará debilitado se na RAEM, continuar a contar com o sócio fundador “Território de Macau” fosse qual fosse a grandeza da sua quota, o que

de algum modo seria o garante da continuidade de uma vontade política de formação linguística e cultural bilingue após 1999». (p. 1)

Para reforçar a ideia de um «maior envolvimento e corresponsabilização» do Estado Português, o Governo do Território propôs a assinatura de um protocolo segundo o qual o Presidente do IPOR passaria a ser indicado pelo Instituto Camões, mas que «Os sócios fundadores acorda[va]m entre si que até 19 de Dezembro de 1999 o sócio Território se substitui ao Instituto Camões naquela Indicação.»<sup>421</sup>

Já a posição sobre a permanência do sócio Governo de Macau, tendo em conta as anteriores referências às «previsíveis mudanças»<sup>407</sup> apontadas no *Plano de Atividades de 1995* (p. 2), não pode deixar de ser entendida como uma mudança, indicando alguma confiança na postura do futuro Governo da RAEM, o que não era assim entendido em 1995. De qualquer forma, esta nota fica apenas como indicador do clima de confiança já que a história não foi no sentido da continuidade do Governo de Macau, no pós 1999.

No mais, no que se refere às atividades nas diversas áreas de intervenção do IPOR, o *Plano* segue as propostas de 1995 e do documento estratégico já tratado *Preparar o IPOR para o séc. XXI*. O que é novo neste *Plano de 1996* é a preocupação com a estabilidade financeira do IPOR.

«seria meritório pensar-se em dotar o Instituto de um **fundo próprio** cuja capitalização reforçará claramente a sua base financeira e facilitará grandemente a sua capacidade de resposta.» (p. 3)

---

<sup>421</sup> Este documento constitui um anexo da Ata da 14.ª Assembleia-geral do IPOR de 5 de Dezembro de 1995.

Este fundo próprio conquanto pudesse realmente facilitar «a sua capacidade de resposta» e permitisse até alguma autonomia do IPOR face a vicissitudes várias como flutuações cambiais adversas, nas contribuições dos sócios de Portugal, ou qualquer atraso nos envios que já se viu ter-se verificado, mas, por outro, colocava também um outro problema aos sócios se estes quisessem controlar de perto a atividade do IPOR e pretendessem fazê-lo através do controlo das contribuições dos sócios. Um fundo próprio, dependendo da sua grandeza era, de alguma forma, uma tentação autonómica face a constrangimentos financeiros conjunturais.

Outro ponto novo é o da convicção do IPOR na «previsível diminuição da procura da aprendizagem de português» (p. 4). Esta é uma previsão que tendo em conta a transferência da administração, a atitude de afirmação de uma população que tinha vivido até há pouco tempo (já não era o caso em 1996), sob a impossibilidade de se dirigir à Administração Pública de Macau na sua língua<sup>422</sup>, e a consciência de que a língua portuguesa era a língua do “colonizador estrangeiro”<sup>423</sup>. A seu tempo se analisará esta questão.

Como última nota fica a manifestação de interesse por parte do IPOR em participar, de uma forma não especificada, no projeto da Escola

---

<sup>422</sup> Do ponto de vista prático pode fazê-lo agora mas ao fazê-lo não está a usar nenhuma das línguas oficiais da Região Administrativa Especial de Macau, que são o Mandarim e o Português. O cantonense não é língua oficial, pelo que, em Macau, a população chinesa (a maioria) não tem como língua materna nenhuma das línguas oficiais no território. A única língua oficial que tem população nascida na Região, que a fala como língua materna, é a língua portuguesa.

<sup>423</sup> A expressão colonizador estrangeiro está entre aspas não porque efetivamente os Portugueses não tenham agido enquanto potência exógena no Território, mas apenas porque, formalmente, Macau não era, do ponto de vista do direito internacional, uma colónia mas um «Território Chinês sob administração portuguesa», como consta da Declaração Conjunta assinada entre Portugal e a RP China em 1987. Neste sentido não há nenhuma questão territorial que inclua a alienação de território por parte de Portugal se fosse considerado que Macau era «território nacional» português, ou a integração na China de uma parcela do território pátrio a que lhe tivesse sido negado que fosse território chinês. Mas não era o caso, Portugal reconhecia, então, que Macau pertencia à RPC e era seu território nacional que no momento e transitoriamente era administrado por Portugal até à transferência dessa administração em 1999.

Portuguesa<sup>424</sup> (p. 4). Na verdade, não viria a passar de uma manifestação de interesse que nunca se concretizou. Ainda assim, e do ponto de vista estratégico não é fácil descortinar que interesse poderia ter o IPOR em sair da sua área de especialidade, que não fosse o de ser um hipotético representante do Instituto Camões na gestão da Escola.

Há época, e à luz da Lei Orgânica de 1995, o Instituto Camões tinha como uma das suas atribuições a «promoção e o apoio ao ensino básico e secundário no estrangeiro»<sup>425</sup> e «Gerir a rede de docentes do ensino básico e secundário português no estrangeiro»<sup>426</sup>. Esta questão viria a ser ultrapassada na Lei Orgânica de 1997, onde o Instituto Camões viria a perder estas competências sobre o ensino básico e secundário, que regressaram à tutela do Ministério da Educação. Neste quadro, e dada esta evolução histórica da política de língua para o estrangeiro em Portugal, a pretensão do IPOR viria a deixar de fazer sentido.

Como já se referiu antes 1996 foi um ano de fim de mandato. A nova Presidência recebeu um *Plano de Atividades* da anterior presidência, pelo que o Relatório de Atividades<sup>427</sup> deste ano é um relatório de transição. Estava-se a três anos da data da Transferência e o tempo das decisões políticas e da clarificação estratégica estava a chegar.

É preciso não perder de vista que todas as chamadas de atenção, críticas, ou apelos ao empenhamento e definição dos sócios, que têm vindo a ser referidos, eram na verdade dirigidos a apenas um dos sócios: o Instituto Camões.

---

<sup>424</sup> A Escola Portuguesa de Macau foi criada para proporcionar o ensino curricular Básico e Secundário Português, à população de língua portuguesa do Território, numa perspetiva de pós 1999. Esta escola é gerida pela Fundação Escola Portuguesa de Macau que tem por sócios o Ministério da Educação de Portugal, a Fundação Oriente e a Associação Promotora da Instrução dos Macaenses – APIM.

<sup>425</sup> Decreto-Lei n.º 52/95, art.º 2.º, ponto 2 alínea e).

<sup>426</sup> Decreto-Lei n.º 52/95, art.º 13.º, ponto 2 alínea c).

<sup>427</sup> IPOR, *Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 1996, Maio de 1997*, 59 pp., policopiado.

Também devemos ter em conta que a presença destas referências em Planos de Atividades e Relatórios anuais, só podem ser reflexo de tensões mais agudas do que aquelas que, realmente, emergem em documentos deste género de uma qualquer instituição, pois, de outro modo, seriam sanados ou controlados e nunca viriam a texto (o que não quer dizer que na sua justeza e transparência o não devessem fazer).

Estes documentos visam, normalmente, dar conta da saúde, da pujança do organismo, do que projetam para o futuro e dos resultados obtidos (melhores ou piores) e objetivos alcançados (ou não alcançados), no ano anterior, de inflexões estratégicas ou políticas e não das suas fraquezas internas ou problemas de gestão que apenas aos sócios respeitam.

É preciso igualmente ter em mente que estes documentos foram aprovados por todos os sócios, e logo, pelo próprio Instituto Camões o que significa que este Instituto aceita o seu conteúdo e reconhece, assim, as suas deficiências<sup>428</sup> e com isso a sua incapacidade para tomar decisões em tempo útil, ou melhor ainda, a sua falta de capacidade para determinar a marcha dos acontecimentos e não ter de correr atrás daqueles, com todos os inconvenientes, que a pressa própria dos prazos que se deixam esgotar, trazem, e nenhuma das vantagens que uma decisão pensada e implementada com tempo, e com calendário próprio, podem proporcionar.

No caso concreto do que havia a fazer com o IPOR, o Instituto Camões tinha a vantagem de já ter a solução para o problema, pois esta já havia sido preconizada e tinha sido várias vezes apontada,

---

<sup>428</sup> Entre as quais continuava a ter lugar a dificuldade do Instituto Camões em cumprir cabalmente com a liquidação das suas participações nos prazos próprios, nomeadamente nas relativas aos anos de 1995 e 1996 que no final deste último continuavam por regular. Esta questão é importante porque desde logo coloca o Instituto numa posição de fragilidade face aos outros sócios, o que enfraquece a sua posição enquanto promotor de iniciativas. (Ata da 16.ª Assembleia-Geral do IPOR, 21 de Outubro de 1996, p. 4).

restava-lhe penas que o Governo Português, se libertasse de hipotéticas reservas e desse o passo determinante de assegurar que assumiria a posição do Governo de Macau, e assim, a continuidade do projeto juntamente com a Fundação Oriente. Para o Governo Português, no entanto, não era ainda chegada a hora do compromisso.

A nova presidência<sup>429</sup>, logo na Introdução do *Relatório*, deixa bem claro que adota as preocupações da direção anterior e que

«a proximidade da transição da Administração de Macau para o Governo da RPC torna urgente a resolução das questões pendentes e impõe um ritmo acelerado de concretização de ações e discussão de soluções.» (p. 1)

É neste quadro geral que são reafirmadas

«as três linhas orientadoras da ação no decurso de 1996:

- 1 - Definição do lugar institucional do IPOR após 1999;
- 2 - Re-estruturação dos serviços e áreas de intervenção tendo em conta a sua ação futura;
- 3 - Execução de um plano de atividades que reforçasse a promoção da língua e cultura portuguesas em Macau e na região.» (p. 1)

De seguida o Plano reafirma todos os considerandos sobre as razões para a fundação do IPOR e a sua importância estratégica,

«o facto de se tratar já de uma instituição prestigiada e reconhecida pela comunidade local, portuguesa e chinesa,

---

<sup>429</sup> A Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Laborinho tomou posse do cargo a 15 de Maio de 1996.

assim como nos locais de difusão da língua e da cultura portuguesas na região» (p. 4)

E acaba apontando aquilo que a nova direção considera serem as medidas essenciais para que se decida sobre que forma de existência deve tomar o IPOR no pós 1999:

«1- Por que meio será assegurada a presença cultural portuguesa em Macau e na Região?

- a) Criação de um Centro Cultural Português inteiramente Governamental, e, por isso, financiado pelo Governo da República, independentemente da ação das instituições privadas;
- b) Reforço do papel instrumental do IPOR pós 1999, enquanto estrutura associativa que permite congregar outras participações financeiras.

2- como será exercida a política cultural para a região?

- a) Apoio a partir de Lisboa sem articulação entre as estruturas de difusão cultural portuguesa na região (Leitorados, Serviços Culturais, Cursos de Português no Oriente):
- b) Apoio a partir de Macau, que articulará e concederá suporte logístico e financeiro à região.» (p. 5)

Estas questões, apesar de as propostas de solução apontadas nas alíneas a) quase obrigarem a uma rejeição, dada a ausência de lógica e de desperdício de meios logísticos, humanos e financeiros de que se revestem, não são mais do que um apontar do caminho natural do ponto de vista do IPOR.

O IPOR, na área da língua deu mais um passo na perspetiva da qualificação do seu centro de Língua Portuguesa, ao contratar uma

diretora especialista em PLE para o dirigir (p. 9). Esta medida foi um passo no sentido da profissionalização do CLP atribuindo-lhe um estatuto de maturidade e organização que uma escola que tinha perto de mil alunos lecionava 10 módulos de ensino a 60 turmas, asseguradas por 12 professores do CLP e 17 em regime de prestação de serviços. Era, nesta altura, o maior centro de ensino, difusão e promoção da língua Portuguesa como língua estrangeira e gerava quase 8 milhões de patacas<sup>430</sup>, maioritariamente fruto dos protocolos assinados com os diversos departamentos do Governo de Macau para a prestação de serviços.

Este *Relatório* dá ainda conta do processo evolutivo e de exigência que tinha desenvolvido ao longo do ano, nas áreas da formação de professores, estruturação e aferição de cursos «com vista à sua certificação em Macau e Portugal», continuação da produção e edição de materiais de ensino, e «atividades extracurriculares para os alunos» (p. 9). Estas atividades apontam para a continuação das políticas de língua definidas e planeadas para cada uma destas áreas, abrangendo assim as várias áreas deste domínio e que garantem a execução da área central de produzir novos falantes para a língua portuguesa.

Na área dos leitorados nota-se como novidade que a

«Constituição de um ficheiro informático com informação por leitorado e curso de português na região com dados sobre o seu historial incluindo professores, n.º de alunos, planos de estudos, graus académicos e inventário do material bibliográfico e equipamento enviado pelo IPOR»  
(p. 16)

---

<sup>430</sup> Cerca de 800 mil Euros que cobriam as despesas com o pessoal afeto ao CLP. É preciso notar, no entanto, que a continuidade de grande parte destas receitas, pelo menos, as que decorrem dos protocolos com a Administração, tinham de ser negociadas todos os anos, e não era possível garantir que os mesmos seriam renovados após 1999, com a Administração Chinesa.

Esta resolução, conquanto não contribua ainda para a apresentação, neste *Relatório*, de dados sobre os alunos, por exemplo, é já uma promessa de poder contribuir para um conhecimento mais efetivo do que realmente se passa nos leitorados e da sua contribuição para a promoção e difusão da língua e da cultura portuguesas.

Outra alteração que se reflete num relatório muito pormenorizado, como as suas 59 páginas permitem, e que contrastam com a simples amostragem de itens genéricos, que a economia dos anteriores não admitia, é a relação das contribuições do Instituto para cada um dos 5 leitorados, desta vez já incluindo Pequim, e dos quatro cursos de português que o IPOR apoiou neste ano (3 no Japão e 1 no Vietname) e ainda dos apoios concedidos aos serviços culturais das embaixadas (Centros Culturais) que, por esta altura, eram ainda apoiados principalmente pelo Instituto Cultural de Macau.

Na área cultural e apesar de considerar que «nesta fase, não se trata de uma área prioritária» (p. 20), não deixa de apresentar oito páginas de atividades desde a Quinzena de Cinema Português, 13 exposições nas suas instalações (galeria e sede), apoio a outras 4 exposições e patrocínios a espetáculos com artistas portugueses e chineses. Neste ano dá-se conta não só da edição própria (3), coedição (2) e 15 patrocínios.

A atividade documentada permite constatar que o IPOR manteve uma política cultural diversificada visando não só a comunidade de língua portuguesa como a população de Macau em geral, que constitui o seu alvo no que à língua respeita.

O ano de 1996 foi ainda um ano de reflexão e perspetivação do triénio seguinte. Essa atitude levou a nova Direção a produzir um novo texto, *Reflexão para um Triénio (1997-1999)*. Este é o terceiro documento de posicionamento político e estratégico do IPOR. Incluído

no *Plano de Atividades para 1997*<sup>431</sup>, constitui as primeiras três páginas, como preâmbulo.

Não sendo um estudo, mas mais uma reflexão, não se pode procurar nele uma consubstanciação ou uma prova documental de que Portugal precisava de uma política para Macau e para um Oriente em acelerado desenvolvimento e abertura cultural, económica e política, e de que Portugal estava, nesta altura, em tempo favorável para, aproveitando o capital de simpatia de que Portugal desfruta nesta região da Ásia - (Japão, Coreia, Tailândia, Malásia, Vietname, Filipinas, Singapura e até, na própria China) e que qualquer viajante podia e poderá eventualmente ainda hoje testemunhar -, se adiantar ao que outras nações e políticas de língua por elas desenhadas, iriam fazer nos anos seguintes, como a França ou a Espanha, com o Instituto Cervantes e a sua política de língua para o ELE (espanhol língua estrangeira). O que podemos encontrar é um pensamento consolidado e consequente sobre esta matéria.

Porque na sua explanação, esta reflexão, consolida e reforça a estratégia de um IPOR como a Instituição que melhor serviria os interesses estratégicos de Portugal enquanto veículo da sua política de língua e cultura na Região e em Macau, já que «o IPOR possui estatutariamente os instrumentos» (p. 1) para levar a cabo este desígnio, apresenta-se a passagem final, que resume os objetivos estratégicos e políticos do IPOR com uma formulação atualizada.

«Se nesta região não podemos falar de comunidade lusófona, à semelhança de África e do Brasil, existe uma matriz portuguesa na cultura dos diversos povos da região e que eles próprios são os primeiros a assinalar. No caso da China, menos disposta a reconhecer a importância de outras culturas nas suas matrizes, é o próprio movimento

---

<sup>431</sup> IPOR, *Plano de Atividades ano de 1997*, Outubro de 1996, 38 pp. policopiado.

de abertura económica que conduzirá ao reconhecimento de Macau e das perspectivas de mercado que constituem a África, o Brasil, além da Europa. Nesse sentido, Portugal ganhará com a afirmação do português, enquanto língua de muitos povos, estratégia universalista que deverá conduzir a política do IPOR.» (p. 5)

Esta é uma visão do problema que não se deve classificar como otimista, no sentido utópico que se lhe atribui. É antes um olhar que observa a região como uma verdadeira oportunidade para a sempre propalada “afirmação de Portugal no mundo”, através da língua e da cultura e de dar um horizonte real a uma possível política de língua e cultura externa de Portugal na Ásia. Esta é uma perspectiva que vê oportunidades onde, os que veem na distância as penas da caminhada, só conseguem conceber as confortáveis dificuldades da inércia.

No mais do *Plano*, é a demonstração de uma atividade estabelecida, consolidada, mas com os avanços organizacionais e de melhoria de qualidade dos materiais que também marcaram os anteriores. A área da língua é neste aspeto marcada pela revisão dos Manuais de aprendizagem, a elaboração de Programas e Módulos e uma continuada preocupação com a formação dos professores. Uma evolução para a qualificação do CLP é a proposta para a «Instalação de uma unidade de certificação dos cursos em colaboração com a Faculdade de Letras de Lisboa» (p. 18).

Na área de leitorados destaca-se a re-edição do *Encontro de Professores de Português no Oriente*, que é um evento que servia não só para a troca de experiências, mas para que os professores e Leitores se encontrassem, quebrassem o isolamento e tivessem uma melhor perceção da aprendizagem da língua portuguesa no Oriente

ao mesmo tempo que constitui uma oportunidade para atualização científica e pedagógica dos docentes.

O *Relatório e Contas do Exercício de 1997*<sup>432</sup> dá conta de um ano de trabalhos desenvolvidos no sentido de se conseguir uma definição e soluções para a questão do «lugar institucional do IPOR após 1999» (p. 1).

A par da evolução no número de alunos que neste ano se situou perto do milhar (Quadro 17) regista-se a continuada publicação de manuais para os cursos gerais e de especialidade, as ações de formação de professores. Foi ainda neste ano instalado um laboratório de línguas e, ainda que pelo que o relatório dá conta, pareça que não estaria ainda a ser usado em pleno, regista-se a preparação de materiais<sup>433</sup> específicos incluindo materiais para autoaprendizagem.

Também na área da certificação foram dados passos concretos, tendo os cursos do IPOR passado a ter reconhecimento oficial em Macau, para uso na Administração do Território, e foi estabelecido um Centro de Exames de Certificação em Língua Portuguesa através de protocolo assinado com a Faculdade de Letras de Lisboa.

Estes foram avanços constatados neste relatório assim como a realização do I Curso de Verão para professores asiáticos que constitui um passo importante na implementação de uma política de formação e atualização de professores locais, que é uma forma de ensino de qualquer língua criar raízes estáveis e menos dependentes das flutuações causadas pelas idas e vindas de professores nativos da língua, que, normalmente, dependem das disponibilidades das agências governamentais e da imprevisibilidade das mudanças

---

<sup>432</sup> IPOR, *Relatório e Contas do Exercício de 1997*, Abril de 1998, 75 pp., policopiado.

<sup>433</sup> Se é certo que para línguas como o inglês ou o francês, já existissem materiais no mercado, para uso neste tipo de instalações, para a língua portuguesa esta não era a realidade.

estratégicas que por vezes ocorrem e criam problemas ao desenvolvimento local dos *curricula* de língua.

Um dos aspetos que, até ao momento, têm marcado os Planos de Atividades e os documentos até agora analisados, tem sido a preocupação com o prosseguimento de uma política de coerência com o que está para trás e com o que havia sido projetado, no quadro da política concebida para o IPOR na perspetiva do pós 1999.

O *Plano de Atividades de 1998*<sup>434</sup>, não é diferente e constitui numa afirmação de que a política seguida e o planeamento para a sua implementação é o prosseguimento de uma conceção de médio prazo a que os documentos de reflexão emprestam a necessária atualização.

É neste sentido que se pode entender o que no Plano se declara logo no início, ao referir que nele se segue a linha delineada no texto *Reflexão para um Triénio (1997-1998)*.

A provar que o IPOR, embora tenha a sua compreensão do fenómeno da difusão e promoção da língua e cultura portuguesas no território e na região, não se rege com base numa agenda própria, mas na busca de uma articulação entre aquilo que no entendimento dos seus dirigentes, deve ser uma política de língua e de cultura portuguesas para a região, e aquilo que será a política mais global que o Instituto Camões deve desenvolver e aplicar, conjugado com a leitura dos sinais que a dinâmica que a política externa de Portugal para a região vai permitindo.

Neste sentido, o IPOR dá mostras, no *Plano*, de que está atento a essa dinâmica ao apontar as perspetivas que se abrem à atuação do IPOR com a abertura de novas missões diplomáticas na região ou o anúncio de abertura de outras. Nesse âmbito não deixa de integrar

---

<sup>434</sup> IPOR, *Plano de Atividades e Orçamento 1998*, Outubro de 1997, 38 pp., policopiado.

na sua visão<sup>435</sup>, os passos, no sentido da Ásia, que o Governo parecia querer tomar.

«Essas opções parecem ressaltar o interesse estratégico de Portugal em intensificar as relações com o continente asiático, designadamente com as novas economias emergentes» (p. 1)

É também neste sentido que o IPOR interpreta o seu papel e o da língua e cultura portuguesas, valorizando o passado da presença e passagem dos portugueses pelos diversos países da Ásia, não numa perspetiva imobilista e nostálgica de contemplação da história, mas na capitalização futura da memória positiva, que em diversas culturas e memórias coletivas, em várias regiões da Ásia, se guarda de Portugal.

«Reiteramos pois, a ideia de que o português não é apenas uma língua de comunicação mas uma forma de compreensão cultural amigável, quer dizer, as aproximações culturais decorrentes da história permitem e facilitam comunicações várias, o que constitui uma mais-valia incansavelmente referida pelos agentes económicos.» (p. 1-2).

O IPOR coloca assim, um grande esforço, no convencimento dos seus interlocutores políticos em Portugal e sócios no Instituto, ao reconhecer que o grande desafio que se lhe colocava neste ano é o de

«conseguir o reconhecimento da importância estratégica de apostar numa política de língua e cultura portuguesas

---

<sup>435</sup> A qual, aliás, era comum à da generalidade dos observadores europeus e mundiais, que viam, já então, as oportunidades económicas, mas também culturais, que um continente em acelerado desenvolvimento proporcionaria a quem soubesse compreender as vantagens de estar bem posicionado para as aproveitar.

para a região, procurando em seguida as soluções imaginativas que consigam mobilizar recursos assim como as conciliações de esforços que tornem este projeto exequível.» (p. 2)

Olhando para a análise que se fez à documentação do Instituto Camões – e convém não perder de vista que o alvo das palavras acima, só pode ser o responsável pela execução da política cultural externa de Portugal –, a tarefa de conseguir o reconhecimento da necessidade de se ter uma política de língua para a Ásia, parece a principal dificuldade com que o IPOR se deparava.

Este obstáculo era marcado pela diferença entre a instabilidade, indecisão e indefinição que marcaram politicamente a existência do Instituto Camões (pelo menos até à data a que se reporta este *Plano*) e a constância, ação planeada e pensamento definido do IPOR sobre qual deveria ser o seu percurso.

Uma Instituição que em 1995 esteve os últimos 6 meses desse ano sem presidente, que no seu *Plano de Atividades de 1997*<sup>436</sup>, declara que 1996 foi um ano em que a preocupação foi a sua situação interna,

«Se 1996 foi o ano em que se introduziu ordem no trabalho do Instituto Camões, eliminando a maior parte dos abusos e incumprimentos antes habituais, o ano de 1997 deve ser um ano de re-estruturação. Além da nova lei orgânica e das mudanças que a deverão acompanhar, proceder-se-á à re-estruturação da Rede de Leitorados,

---

<sup>436</sup> O *Relatório de Atividades de 1996*, do Instituto Camões, também dá conta das dificuldades desta Instituição já que «persistem dificuldades de ordem estrutural, como sejam a indefinição orgânica e, sobretudo, a ausência de um quadro de pessoal, que inviabilizam o aprofundamento dos projetos atuais e o lançamento de novos projetos» (p.4), «não é possível iludir a magnitude dos problemas com que o Instituto se debateu ao longo do ano» (p.33) e «Internamente, deverá referir-se a inexistência de um quadro de pessoal, a ausência ou tardia nomeação de chefias, os fracos recursos humanos e financeiros».

introduzir-se-á uma disciplina justa e uniforme na duração das missões dos Leitores, de modo gradual mas sem exceções ou privilégios» (p. 1)

e que, em Outubro de 1997, não tinha estado presente na Assembleia-geral que aprovou o *Plano de Atividades de 1998*<sup>437</sup>, parecia, de facto, mal preparada para, naquela altura, perceber o ponto de vista estratégico que o IPOR apresentava e se propunha representar.

No que respeita à atividade do CLP do IPOR regista-se a continuidade e reforço das suas 5 áreas de ação e programas onde para além da oferta dos diversos cursos já conhecidos (994 alunos nos Cursos Gerais e 306 nos Específicos) que,

«Apesar do espetro de uma drástica diminuição do número de alunos [...] verifica-se que a afluência se mantém tendo iniciado a aprendizagem do português 240 novos alunos, número superior ao do ano anterior e que deixa antever uma expectativa [favorável] para os próximos anos»<sup>438</sup> (p. 3).

verifica-se a prossecução das ações de formação de professores, produção de materiais, a aposta na certificação local e internacional e

---

<sup>437</sup> É certo que o Instituto Camões, não se fez representar nesta A.G. por motivos que, mais uma vez, se prendem com a sua organização e de substituição do Vice-presidente que estaria com a «pasta do IPOR» (Dr. Henrique da Silva pelo Dr. Faria e Maya, em 19 de Outubro de 1997), mas também é certo que, o Instituto Camões, tendo-se preocupado em pedir a retirada da discussão naquela A.G. para uma outra data e A.G. Extraordinária, a ocorrer 2 meses mais tarde, do n.º 2 da ordem de trabalhos que tratava da «situação do IPOR no quadro da transferência de soberania de Macau em 1999» (ofício do Instituto Camões PRE.10/8.10.97), não se preocupou em pedir o mesmo em relação ao ponto 3 que tratava da «apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 1998». Isto é, ao mesmo tempo que compreende a importância do Ponto 2, não demonstra preocupação em relação ao que o IPOR se propõe fazer, às suas atividades e propostas, deixando que se aprove um plano de atividades (que inclui igualmente a contribuição orçamental do Instituto Camões) na sua ausência, quando muitas das áreas de intervenção do IPOR deviam ser coordenadas com o Instituto Camões.

<sup>438</sup> Se é certo que com o aproximar da data da transferência se temesse a aqui referida diminuição de alunos, a verdade é que este fenómeno, só se viria a verificar mais tarde na data da transferência. Sem nos querermos antecipar no tempo, não se pode deixar de referir que este fenómeno de recessão no número de alunos foi passageiro e foi invertido.

o desenvolvimento de ações que envolvam os alunos em atividades fora da sala de aula como oportunidade de uso da língua em ambiente pedagógico mas fora das salas de aula (p.5). Mostrando que tem uma visão clara do perfil profissional dos seus alunos, o IPOR promoveria, neste ano, pela segunda vez, um original "Curso de Verão" com a característica de decorrer em horário pós laboral. Provando assim que a inovação é sempre possível e que o interesse pela promoção da língua portuguesa e de nessa medida arranjar soluções que levassem à participação de mais alunos locais, era algo de bastante real no IPOR.

Lembrando que o protocolo de 29 de Maio de 1990<sup>439</sup> que fora estabelecido com o ICALP, ainda estava por rever, o IPOR mantinha o nível de investimento e apoio aos leitorados e cursos de português já apoiados em 1997, acrescidos agora dos leitorados na Índia, Nova Deli e Goa.

Este ano veria também o início da implementação da Biblioteca do IPOR (então previsto ter um acervo de 20 mil volumes, fruto de um protocolo com a Biblioteca Central de Macau) e o início do projeto de criação de uma «*homepage* que promova as atividades em Macau e por toda esta região» (p. 14).

Em finais de 1997 o Instituto Camões preparava-se para, mais uma vez, receber uma nova chefia. Como se observou nos documentos sobre o Instituto Camões, a cultura da história e do acumular de conhecimentos face ao percurso feito, não fazia escola<sup>440</sup>, ao contrário do que até se nota na documentação do IPOR<sup>441</sup>, onde, para

---

<sup>439</sup> Como já se referiu atrás, aquando do *Plano de Atividades do Instituto Camões para 2003*, este protocolo só foi revisto e substituído a 25 de Abril de 2003.

<sup>440</sup> Não significa isto que noutros setores da Administração Portuguesa haja ou deixe de haver uma cultura de passagem de testemunho e de construir sobre o percurso percorrido. Não se está aqui a analisar o funcionamento da administração mas apenas os documentos que se estudaram.

<sup>441</sup> Deve aqui reconhecer-se também que a situação das mudanças em Macau eram marcadas pelo passo da transição, pelo que, mesmo tendo havido alterações na chefia do Governo do

além de uma continuidade e um prosseguir de uma política claramente exposta e definida, há uma preocupação em determinar objetivos de médio (triénios) e longo prazo (pós 1999).

Estando-se na expectativa de uma nova alteração no Instituto Camões estava-se também num período pouco propício à participação decisiva do Instituto Camões na Assembleia-geral Extraordinária em 12 de Dezembro de 1997, cujo ponto único era a «Análise da situação do IPOR no quadro da transferência da soberania de Macau em 1999».

O ano de 1998 trouxe decisões do Governo de Portugal sobre o IPOR. Se é certo que os prazos se estavam a esgotar no que respeita à tomada de decisões, também não deixa de ser um facto que a entrada em funções do novo Presidente do Instituto Camões em Fevereiro de 1998, veio trazer um outro dinamismo e orientação ao Instituto<sup>442</sup>.

Mas, ainda assim, o fim deste ano de 1998 foi o momento para que a Comissão Interministerial sobre Macau (CIM)<sup>443</sup> tomasse decisões cruciais sobre as questões que se vinham arrastando há já alguns anos, como a da participação de privados<sup>364</sup> na estrutura societária do IPOR, para completar os 5% restantes, e a resolução da tomada por parte do Instituto Camões de uma posição maioritária no IPOR

---

território esta não tinha que se refletir negativamente, na ação do IPOR, acerca do qual, até pelo tipo de protocolos que se foram estabelecendo entre este e a Administração, se ia dando mostras de haver consenso sobre a sua ação e objetivos, para além do facto de, durante todo este período, Macau ter assistido apenas a uma mudança na chefia da Governação de Macau, sendo que o último Governador de Macau chefiou os destinos de Macau de 1991 até à data da Transferência.

<sup>442</sup> cf. análise dos documentos do Instituto Camões referentes a 1998 até 2001 (ponto 5.4.1.).

<sup>443</sup> «A Comissão Interministerial sobre Macau – CIM, foi criada ainda antes da assinatura da Declaração Conjunta (Resolução do Conselho de Ministros de 25/6/86). A intenção expressa do legislador era pôr à disposição do Presidente da República e do Governo uma entidade dotada de grande flexibilidade que pudesse acompanhar as conversações sobre Macau. O seu Presidente é, por inerência, o Chefe da Delegação Portuguesa ao GLC [Grupo Ligação Conjunta] e é equiparado a Diretor-geral. Integra também a Comissão um vogal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, prevendo ainda os diplomas relevantes a nomeação de delegados das entidades que devam intervir no processo de transição.» Extinta a 21 de Setembro de 2000. (<http://www.min-nestrangeiros.pt/politica/macau/macaur.html#estrutura>).

(51%), substituindo o Governo de Macau que detinha 29% e tomando 7% da Fundação Oriente, que passou a ser o segundo acionista com 44%<sup>444</sup>.

Resolvida, politicamente, esta questão, o IPOR podia agora centrar os seus esforços em matérias que eram a sua razão de existir. A elaboração de um documento<sup>445</sup> sobre a atividade do CLP desde a sua criação foi uma componente que permite hoje situar o CLP do IPOR, no quadro das suas atividades e na centralidade da sua estratégia de difusão e promoção da língua portuguesa como língua estrangeira.

É, assim, possível, analisar globalmente a evolução e o trabalho desenvolvido pelo CLP e acompanhar a implementação da política de língua prosseguida ao longo de 9 anos. Neste documento o CLP apresenta uma caracterização dos seus utentes, taxas de sucesso e de desistência e de manutenção no módulo em que se matricularam entre outros aspetos, isto é, o IPOR mostrava assim que não só se interessava por conhecer o seu público como reconhece a importância de saber a evolução das suas características para melhor poder promover os seus cursos de acordo com as orientações do mercado.

«Atualmente o interesse pela aprendizagem do português já não se limita a um modelo restrito ligado à Administração, integrando-se num âmbito mais vasto corporizado pelo contexto multicultural que define a especificidade de Macau» (p. 8)

O que os responsáveis do IPOR mostram ter percebido é que o interesse pela língua portuguesa deixou de depender quase exclusivamente da motivação para o acesso ao emprego na Administração do Território para compreender outras motivações.

---

<sup>444</sup> Ata da CIM da reunião sobre a «Reconversão da Estrutura Acionista do Instituto Português do Oriente (IPOR), 26 de Novembro de 1998.

<sup>445</sup> IPOR, *Ensino Extracurricular do Português em Macau, A Situação da Língua Portuguesa no IPOR*, Novembro de 1998, 11 pp., policopiado.

«A funcionalidade da língua portuguesa parece cada vez mais interessar, não só o público europeu, como o público-aprendente asiático em particular em áreas específicas, como é o caso dos profissionais de medicina, de turismo, de gestão, que procuraram cursos de língua portuguesa para corresponder a necessidades comunicativas profissionais» (p. 9)

Para além das áreas jurídica e administrativa, em que era previsível que a língua portuguesa continuasse a ser necessária, por razões que se prendem com os sistemas jurídico, legislativo e administrativo do território que sendo de matriz portuguesa continuaria a exigir o seu conhecimento para que o Território pudesse continuar a funcionar dentro da normalidade, outras motivações eram notadas.

«A par desta motivação funcional tem-se desenvolvido cada vez mais a consciência de que *saber mais uma língua é útil* o que reforça o crescente sentido de *polidimensionalidade* do indivíduo.» (p. 9)

Completando este quadro de alterações no perfil do público-alvo o IPOR parece ter sabido acompanhar a mudança que se foi operando não só porque se apercebeu da evolução que se foi operando, mas porque, pelo que o número de alunos indicia, parece também ter sabido adaptar-se ao propor, ao seu público-alvo, respostas para as suas necessidades de aprendizagem, criando Cursos por Objetivos Específicos e propor um curso geral construído em módulos semestrais e produzindo manuais para essa modalidade de progressão na aprendizagem.

«é também de referir as mudanças sociais que progressivamente desenhavam um perfil do público-aprendente diferente daquele que se encontrava nos anos

80: com mais habilitações e com uma visão mais aberta, cada vez mais consciente de que o mundo é um espaço multicultural e o seu futuro enquanto cidadão passa pela vivência dessa dimensão multicultural.» (p. 2)

A já referida provável diminuição de alunos, a ter como causa a transferência de Administração para a China, não parece refletir-se neste documento de uma forma negativa, pois nem é referido este aspeto. Este documento preocupa-se mais com as características dos alunos e a sua atitude face a outras culturas, do que com o comportamento que o público-alvo pudesse vir a ter após 1999.

O *Relatório de 1998*<sup>446</sup> volta a conceder espaço a uma visão otimista sobre a situação da língua portuguesa na Ásia.

«Ao contrário dos esforços que outras línguas e culturas europeias desenvolveram na região para conseguir encontrar espaço de intervenção – como é o caso do francês e do espanhol – há um espontâneo interesse pelo português e pela cultura portuguesa existindo vários cursos de português criados e mantidos por iniciativa local, não dispondo de professores de língua materna portuguesa, como acontece na Universidade de Hanói, na Universidade das Filipinas, em Manila, nas Universidades de *Hankuk* e *Pusan* na Coreia do Sul, e na maioria das 29 Universidades japonesas onde se ensina português. Também na RPC aumenta o interesse pelo português enquanto língua de uma comunidade espalhada por vários continentes.» (p. 5)

O que o *Relatório* de 1998 nos diz, e não é possível entender este *Relatório* fora do duplo contexto que a sua análise permite: primeiro,

---

<sup>446</sup> IPOR, *Relatório e Contas do Exercício de 1998*, Março de 1999, 85 pp., policopiado.

que este é um relatório que dá conta de uma transição nas atividades do IPOR que apontam para uma atitude de maior atenção e de maior alcance nas suas relações com a região e com os próprios Centros culturais do oriente numa perspetiva de conjunto; segundo, é um *Relatório* elaborado já no conhecimento das decisões da Comissão interministerial sobre Macau, no que respeita à entrada dos oito sócios ordinários (têm uma participação quase simbólica, mas tratava-se de um simbolismo relevante por representar a participação privada no projeto), e, muito importante, no conhecimento de que a decisão sobre a participação maioritária do Instituto Camões estava tomada, com o qual parecia agora haver mais coordenação.

«Nesse sentido procurou manter-se uma estreita colaboração com os parceiros privilegiados do IPOR (Fundação Oriente e Instituto Camões), com vista a coordenar a ação da instituições e a alcançar uma maior e melhor intervenção.» (p. 23)

Retrospectivamente deve reconhecer-se que, a ação do IPOR na região estava limitada a meia dúzia de leitorados e a três cursos apoiados em outras tantas Universidades. O que o excerto, citado da página 5, demonstra é que existia um espaço favorável a uma intervenção mais dinâmica do IPOR na região, dada a situação se apresentar favorável à língua portuguesa.

Prova dessa disponibilidade e predisposição do IPOR para ampliar a sua intervenção na região é o facto de, neste ano de 1998, já se ter dado início a algum apoio no que respeita a auxílio didático, oferecendo os manuais do IPOR assim como programas de curso a diversas universidades e Institutos superiores (Hanói, Vietname; *Hankuk* - Seul, República da Coreia; *Kagoshima*, Japão) e cursos de português nos Centros Culturais Portugueses em Seul, Banguécoque, Tóquio e Consulado-Geral em Hong Kong, além de patrocinar

viagens, ou oferecer bolsas de estudos a estudantes destes países para frequentar cursos de Verão em Portugal ou em Macau.

A juntar a tudo isto, o IPOR mostra também que o planeamento das suas ações incluía um acompanhamento próximo das instituições que apoiava, e recolhia elementos de outras instituições da região que ofereciam cursos de português independentemente de receberem ou não apoio do IPOR. Neste domínio, o IPOR apresenta, neste ano, 7 páginas com informação sobre os Leitorados e outros cursos com 4 quadros síntese em 5 páginas, com informação sobre a tipologia dos cursos (licenciatura, mestrado, opção, nível, número de professores e alunos), onde são identificados 40 cursos, 50 instituições (13 não têm informação sobre o tipo de curso, mas são escolas secundárias em Goa -11 e Damão-2).

Não declarando o IPOR dispor de um observatório de língua portuguesa para o oriente, apresentava em 1998, no entanto, um trabalho, não só único, como o apresenta sistematizado<sup>447</sup>.

Neste ano o CLP deu início a «duas fases complementares que se podem designar de avaliação e de consolidação» (p. 11).

Importa também salientar, a preocupação do IPOR em ir ao encontro das necessidades dos seus alunos. Neste ano, e em resultado de um inquérito prévio, o IPOR procedeu à reorganização da carga letiva do seu curso geral sem diminuir a carga final do curso (é preciso ter em mente que o curso geral é um curso noturno em que os alunos de uma maneira geral ou são estudantes do ensino superior ou trabalhadores, e por isso, esta relação de ajustamento às necessidades dos alunos sem prejudicar a qualidade de ensino, constitui uma política de diminuir ao máximo as desistências, por incompatibilidade de horários.)

---

<sup>447</sup> Foi este tipo de trabalho que permitiu ao IPOR apresentar uma exposição sobre o português na Ásia onde deu conta da existência de quase 11 mil estudantes de português em 2001.

O que ressalta deste *Relatório* é a sua forte exposição ao escrutínio dos seus destinatários, pelo modo como apresenta as suas atividades e apresenta os dados que entende relevantes. Todas as ações são explicitadas e justificadas. Este procedimento que pela extensão do *Relatório*, neste ano, se acentua, é prova de uma forte vontade de prestar contas aos seus associados, mas prestando-as disponibilizando informação relevante.

Dez anos depois da sua fundação, o IPOR encontrava-se no limiar de um desafio para o qual se vinha preparando desde o início. A hora da transição aproximava-se e o último Plano de Atividades<sup>448</sup> para o derradeiro ano da presença de Portugal em Macau como país Administrante não deixa de fazer eco dessa situação.

Neste Plano o IPOR assume que o seu papel não se esgota na sua ação sobre a difusão da língua, nem na ação cultural externas ou em Macau.

«As Instituições culturais que permanecerem em Macau – de ensino e outras – terão um importante papel a desempenhar na estabilização dos valores afetivos o que terá efeitos na difusão da cultura portuguesa na região»  
(p. 2)

assumindo de forma clara que «o capital de experiência adquirido assim como o forte enraizamento do IPOR, em Macau» (p.2), o tornam numa Instituição que a comunidade de língua portuguesa de Macau reconhece e que, nesse sentido, o IPOR deve também orientar parte do seu trabalho na sua direção<sup>449</sup>.

---

<sup>448</sup> IPOR, Plano de Atividades e Orçamento 1999, Novembro de 1998, 45 pp., policopiado.

<sup>449</sup> Como, aliás, sempre fez, ao manter a única livraria portuguesa do território ou na organização de eventos culturais que se poderiam abarcar a população em geral, nunca deixaram de proporcionar o contacto e o convívio cultural da comunidade luso-falante com a sua cultura em Macau ou de uma forma mais lata com a cultura de matriz portuguesa e além dela, lusófona.

Pegando na tradição histórica de Macau como eixo de ligação entre Portugal, e a cultura de matriz europeia, e outros povos e culturas a Oriente, o IPOR defende uma ação, na região, que vá além da mera «articulação das atividades». Neste contexto, propõe «a formulação de uma política de língua e cultura para a Ásia e a compreensão de que ela requer uma identidade e intervenção próprias» (p. 2). É, assim, que neste *Plano* se aponta a necessidade de se reformular a rede de Centros Culturais (sendo certo que o Instituto Cultural de Macau iria cessar o apoio aos 5 CCP no oriente) na expectativa de que o IPOR iria passar a ter responsabilidades nessa matéria (p. 11), deixando o apoio do IPOR de ser pontual para passar a ser uma atividade por si coordenada.

Também no que se refere aos leitorados o IPOR avança com a proposta de uma maior adequação destes com aos objetivos que se pretende que alcancem e as expectativas que as Universidade de acolhimento têm ao receberem este tipo de colaboração. No que se refere ao CLP, a sua ação funda-se no documento já analisado sobre o Ensino extracurricular em Macau.

No mais, mantém-se o mesmo esforço nas apostas já consagradas anualmente para a ação cultural, com a *Quinzena de Cinema (em) Português*, a participação nas comemorações do Dia de Portugal com a organização de um espetáculo musical. Para além disso conta-se a exposição dos *10 anos do IPOR*, além de um conjunto de outras exposições (10, sendo metade da responsabilidade exclusiva do IPOR) que mantêm o espaço da Galeria da Livraria Portuguesa dinamizado (p. 12-14). Também no que respeita à edição se mantém uma grande atividade de publicação estando previstos 12 títulos, ainda que nem todos para este ano.

Na área da *Internet*, a estratégia era criar um espaço interativo que pudesse alcançar vários públicos em três línguas (português, Chinês

e inglês). Embora o sítio já se encontrasse acessível ao público na versão base portuguesa, o que fica claro é que os objetivos se encontram longe de ser atingidos<sup>450</sup>.

Outra forma de divulgação e contacto com o público foi a criação de um boletim informativo trimestral bilingue português/inglês para ser distribuído em Macau e na região (p. 18). A estratégia era a de possibilitar uma maior divulgação das atividades do IPOR na sua área de influência.

Para além das mudanças a nível da sua estrutura societária, da sua sede jurídica, que, por força da alteração de estatutos efetuada em 1999, passou a ser em Lisboa, mais concretamente na Casa da Lusofonia<sup>451</sup>, permanecendo a sua direção executiva e todos os órgãos estatutários em Macau, o IPOR teve uma mudança de instalações. Sai da sua antiga sede, para o Edifício S. Rafael onde também se instalou a partir de 20 de Dezembro de 1999 o consulado Geral de Portugal em Macau, o que acabou por ser uma mudança benéfica para o IPOR em termos qualitativos, de todas as suas valências. (*Relatório e Contas Exercício de 1999:6*)

Como culminar de um período, o relatório de 1999<sup>452</sup> começa por fazer o historial da Instituição e enunciar os fundamentos da sua criação e, neste sentido, o cumprimento de um dos seus objetivos essenciais, criar uma Instituição preparada para atuar no início de uma nova situação política e social. O período de preparação

---

<sup>450</sup> Não dispunha ainda das pretendidas versões inglesa e chinesa (esta última que o CITI – Centro de Investigação para as tecnologias interativas da Universidade Nova não tinha recursos para criar), o clube de conversação (*Forum?*) em português e uma página para venda *online* para a Livraria Portuguesa.

<sup>451</sup> Esta é talvez a situação mais caricata da vida do IPOR, não por culpa própria mas alheia, já que a Casa da Lusofonia nunca chegou a ganhar corpo (a presidência do Instituto Camões pretendia fazer do seu edifício sede na Praça Marquês de Pombal em Lisboa (palacete Seixas) um espaço com aquela designação dedicado àquele conceito, mas até hoje, ainda que as obras tenham terminado, o espaço continua sem ser utilizado para aquele fim (nem para outro, exceto o último andar que serve para gabinetes da presidência e afins). Na prática o IPOR tem sede num edifício com uma designação que não existe.

<sup>452</sup> IPOR, *Relatório e Contas do Exercício de 1999*, Outubro de 2000, 67 pp., policopiado.

terminava, um novo período, sem limite temporal iniciar-se-ia a partir de 20 de Dezembro de 1999.

Nesta conformidade,

«a reconversão da estrutura societária que significou atribuir ao IPOR a execução da política cultural de Portugal no Oriente, no quadro da competência do sócio Instituto Camões que passou a ser maioritário.» (p. 6)

Outro aspeto que parece ter emergido desta mudança foi a de uma melhor articulação entre o IPOR e os seus parceiros nomeadamente o Instituto Camões e a Fundação Oriente.

Quanto ao CLP, a diminuição de alunos que se previra no *Plano de Atividades de 1998*, veio a confirmar-se. O segundo Semestre do Ano Letivo 1998/1999 trouxe apenas mais 72 novos alunos ao Curso Geral num total que se quedou pelo 447, contra os 531 do primeiro Semestre. Ainda que no plano global do ano o número de alunos tenha sido de 974, graças a um pequeno aumento de alunos nos Cursos por Objetivos Específicos (Quadro 17), a verdade é que globalmente o número de alunos desceu ao nível de 1993/1994 e se tomarmos apenas os números do Curso Geral o número de alunos ficou abaixo dos números de 1993.

Este quadro não pode deixar de ser analisado na perspetiva da transição de poderes e da expectativa ou incertezas que a comunidade chinesa teria quanto à atitude que a nova administração chinesa iria adotar face à língua portuguesa. Embora esta possa ser uma fase previsível em qualquer processo onde a soberania muda de mãos é sempre uma incerteza saber se a fase é mesmo um fenómeno conjuntural ou se se vai tornar em algo de mais perene.

Quadro 17<sup>453</sup> Alunos do IPOR- evolução

---

<sup>453</sup> Fonte: Relatórios de Atividades do IPOR.

	Cursos do CLP												
	1990 / 1991	1991 / 1992	1992 / 1993	1993 / 1994	1994 / 1995 <sup>454</sup>	1995 / 1996	1996 / 1997	1997 / 1998	1998 / 1999	1999 / 2000	2000 / 2001	2001 / 2002	
Curso em módulos	120	250	112	90	692	753	723	688	531	477	301	392	
Curso de L.P. (protocolo) <sup>455</sup>				678/ 551* <sup>456</sup>	+332	+374	+271	+11 7	+72	+53	+94		
Cursos por Objetivos Específicos					*457								
Curso para Pessoal Técnico de Saúde (enfermeiros)	--	--	40	80	63	118	216	326	371	258	--	175	
Curso para médicos	--	--	70	73							--		
Curso para Comunicação Social	--	--	11	9							--		
Assuntos Jurídicos	--	--	--	--							--		
Escola da Polícia Judiciária	--	--	--	36							--		
Turismo e Hotelaria	--	--	--	--							--		158
Negócios	--	--	--	--							--		--
Aperfeiçoamento Tradutores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12	
Total de Alunos <sup>458</sup>	120	250	233	966	1087	1245	1210	1131	974	735	553	578	

Uma das notas significativas desta situação segundo o *Relatório* é o facto de «Apesar da diminuição do número de alunos [...] revela-se maior estabilidade na sua frequência e menor número de desistências.» (p. 15)

<sup>454</sup> A partir deste ano letivo deixa de haver diferença entre os cursos inicialmente lecionados no CDL/IPOR e os que foram criados no âmbito do protocolo com a DSEJ.

<sup>455</sup> A partir do 2.º Semestre de 1999/2000 cessa o protocolo com a DSEJ.

<sup>456</sup> O primeiro número corresponde aos alunos no primeiro semestre, o segundo ao segundo semestre.

<sup>457</sup> No documento *Ensino Extracurricular do Português em Macau, A Situação da Língua Portuguesa no IPOR*, 1998:4, o quadro sobre o número de alunos ao longo dos anos 1990 a 1998, apresenta apenas dados globais indiferenciados sobre o número de alunos em cada um destes Cursos por Objetivos Específicos. Como existem algumas discrepâncias entre os números apresentados no quadro deste documento e os totais dos parcelares apresentados nos Relatórios de Atividades dos anos correspondentes, optou-se pelos números apresentados no quadro de síntese de 1998, por estarem sistematizados, no período entre 1994/1995 a 1998/1999. Para o período anterior a 1994 optou-se pelos números dos Relatórios de Atividades porque são mais completos e porque os totais resultantes são coincidentes em todos os documentos.

<sup>458</sup> A partir de 1994/1995, o total de alunos que frequentaram cada ano é a soma dos alunos que frequentaram o 1.º semestre mais o número de alunos novos que frequentaram o 2.º semestre. Antes desta data o total é apenas relativo aos alunos do 1.º semestre, por não haver dados relativos aos alunos novos no 2.º semestre.

Na área externa o IPOR deu mais um passo na sua «estratégia de aproximação» através do apoio aos cursos de português na região, «incluindo-os na rede IPOR» e proporcionando aos alunos destes cursos a possibilidade de «concorrer às bolsas para a frequência dos Cursos de Verão e Anual em Portugal» proporcionadas pelo IPOR (p. 28). Os professores destes cursos, por seu turno, continuaram a frequentar os Cursos de Verão que o IPOR vinha organizando.

Em adição aos 6 Leitorados coordenados pelo IPOR em 1998, foram reabertos em 1999 os Leitorados de Bangucoque e Seul pelo que a rede passou a integrar 8 Leitorados. Este foi o ano em que o IPOR se preparou para estender a sua ação a Timor, para aí iniciar cursos não curriculares.

Por fim, foi dada continuidade à monitorização, acompanhamento e registo das suas atividades culturais e letivas para manter atualizada a informação sobre estes postos e cursos apoiados. Desta forma foi possível ao IPOR fazer o acompanhamento de um total de 48 professores e 3226 alunos<sup>459</sup>.

#### **8.2.4. O IPOR e a RAEM**

O primeiro Plano de Atividades feito para operar no quadro institucional e político para que se preparou durante 10 anos dava início a um novo ciclo da sua atividade. Sem o apoio da Administração do Território de Macau, o IPOR passava a contar agora apenas com o apoio de Portugal através do Instituto Camões e do seu sócio fundador original, a Fundação Oriente.

---

<sup>459</sup> Este número não corresponde a todos os alunos de português da região mas apenas daqueles que o IPOR acompanha e apoia.

O Plano de Atividades de 2000<sup>460</sup> espelha esse novo ciclo mas centra esse momento na sua própria situação estatutária e institucional, também ela iniciando uma nova relação societária e novas responsabilidades dela resultantes. Há um reforço e uma redefinição das suas competências, que no entender do IPOR funcionarão em benefício de uma política portuguesa para o Oriente.

«a reconversão do IPOR determinou um alargamento de competências a que será necessário corresponder, mas significou também uma definição das áreas de intervenção e a coordenação de iniciativas que beneficiarão a imagem de Portugal na região.» (p. 4)

Um outro aspeto que passará a ocupar a estratégia do IPOR para dar seguimento à política de promoção da língua que vinha prosseguindo. A de libertar a língua portuguesa da imagem de língua da ex-Administração de Macau, muito ligada quase exclusivamente a Portugal e passar a apresentar a língua portuguesa na sua dimensão maior e mais ampla de língua de uma vasta comunidade de falantes, de língua de oportunidades de trabalho, acrescentar-lhe a dimensão económica<sup>461</sup> e para além da sua utilidade em vários setores da administração, da justiça e de outros setores da vida da RAEM.

«Além da dimensão secular, é sobretudo a perspetiva do Portugal presente e futuro, na sua dimensão europeia e na sua dimensão de comunidade de língua portuguesa que importa destacar na Região.» (p. 4)

No *Relatório de Atividades de 2000*<sup>462</sup>, o IPOR manteve a sua atividade estável. Um período pós transferência de poderes não pode

---

<sup>460</sup> IPOR, Plano de Atividades e Orçamento de 2000, Dezembro de 1999, 55 pp., policopiado.

<sup>461</sup> Nesse sentido o IPOR estava então a colaborar com o Fórum de Empresários de Língua Portuguesa – FELP, na estruturação de um curso de Português de Negócios destinado a empresários e quadros superiores de empresas. (p. 6)

<sup>462</sup> IPOR, *Relatório do Exercício de 2000*, Setembro 2001, 29 pp. policopiado.

deixar de ser um período de adaptações várias quer por parte dos agentes no terreno quer por parte das comunidades que viveram aquele período entre a esperança e a incerteza. Não se tratando de um fenómeno de independência, alguns aspetos de uma mudança no exercício da soberania não pode deixar de produzir alguns efeitos.

Se a nível social, a nova Administração da Região Administrativa do Território se esforçou por, ao mesmo tempo que ia afirmando o seu poder e fazer marcar esse exercício, por uma diferença de estilo, também se esforçou por manter um clima de boas relações com todos os residentes da RAEM, realçando sempre o carácter multicultural do Região, e a sua tradição como espaço de contacto e respeito pela diferença cultural, religiosa e de estilos de vida da sua população o que acabou por ser um fator de serenidade e confiança na Administração e no futuro de Macau.

No entanto, estes períodos não deixaram de ter os seus reflexos, por exemplo, na aprendizagem da língua portuguesa que passou por um período de reajustamento. Os alunos do CLP/IPOR diminuíram, é certo, mas não acabaram. Como se pode observar no Quadro 16, p. 412, o primeiro semestre de 2000/2001 foi particularmente difícil para o CLP já que não só diminuíram os alunos dos Cursos Gerais, como os Cursos por Objetivos Específicos ficaram reduzidos ao Turismo e Hotelaria.

É preciso acrescentar que no que respeita a esta diminuição ela pode também ser consequência

«da alteração da legislação sobre habilitações linguísticas para ingresso e progressão na Função Pública que suprimiu a obrigatoriedade do português» (*Plano de Atividades de 2001:3*)

o que resulta também na alteração do perfil dos interessados na aprendizagem da língua portuguesa. Deixando de haver aquela obrigatoriedade, o interesse pela aprendizagem da língua portuguesa pela comunidade chinesa de Macau tem de passar por outra lógica de motivação. Por agora basta que se reconheça que neste período pós transição já não é pela progressão ou ingresso na função pública de Macau, que o português ganha falantes.

Para compensar esta situação de menor procura interna o IPOR constatou uma maior procura externa pela língua portuguesa, em particular na China.

«na RPC aumenta o interesse pelo português enquanto língua de uma comunidade espalhada por vários continentes como são os exemplos das Universidades de *Va Quio, Nanquim*<sup>463</sup> e *Hong-Kong*.» (p. 4)

Esta situação de menos alunos em Macau e mais alunos na China Continental e em Hong Kong parece ser o resultado de duas perspectivas opostas sobre a nova situação de Macau dentro da RPC. Uma, interna a Macau, que atravessa uma fase que pode ser o reflexo de uma ideia de que o português deixou de ser tão importante, e outra, externa a Macau, onde, vista da China, a Língua Portuguesa ganha agora maior importância, talvez por na China se ter construído já a ideia de que o conhecimento da língua portuguesa abriria possibilidades de emprego ou em Macau ou em atividades ligadas ao comércio externo para o mundo lusófono<sup>464</sup>.

Um outro ponto de interesse para a aprendizagem de Português na China é o da aprendizagem da língua portuguesa por estudantes de medicina e enfermagem, no Centro de Formação em *ChengDu*,

---

<sup>463</sup> Estes são os nomes das Universidade na romanização a partir do Cantonês, Se a romanização tivesse sido feita a partir do Mandarim seria Huaqiao e Nanjing.

<sup>464</sup> Onde a posição do Governo central Chinês de Transformar a RAEM na plataforma privilegiada para o relacionamento com os países CPLP.

*Sichuan*, que têm como objetivo a cooperação em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e que o IPOR também passou a apoiar.

O facto pertinente é o IPOR ter sabido interpretar esta tendência nesta região da Ásia e ter apostado no desenvolvimento deste interesse, tal como apostou em Timor.

«a experiência do IPOR na área da Língua de Especialidade foi da maior importância para o sucesso dos cursos por nós ministrados em Timor no presente ano, tendo sido lecionados cursos nas áreas da saúde, administração, economia, direito e turismo.» (p. 4)

Este interesse pela Língua Portuguesa foi ainda apoiado na Indonésia (1), e Austrália (1), para além dos 6 Leitorados<sup>465</sup> e dos cursos no Japão (4), Vietname (1), nas Filipinas (1) e em Timor.

Este ano, pode ser analisado em termos de promoção da língua portuguesa pelo IPOR, como um ano em que o apoio ao crescente aumento de interesse pelo português na região Ásia-Pacífico, ajudou a compensar a falta de alunos a nível da RAEM.

A experiência de um ano sob a governação chinesa, na Região Administrativa Especial de Macau, trouxe a realidade e pôs à prova a capacidade de projetar cenários e de adaptação de uma instituição que deixara de poder contar com o guarda-chuva institucional do Governo cessante a 19 de Dezembro de 1999.

Constata-se neste *Plano de Atividades de 2001*<sup>466</sup>, que se verificou

«uma significativa diminuição do número de alunos de 700 (ano letivo 199/2000) para 500 (ano letivo 2000/2001) em resultado da alteração da legislação sobre habilitações

---

<sup>465</sup> O IPOR deixou entretanto de apoiar os Leitorados e cursos na Índia que passariam a ser apoiados diretamente pelo Instituto Camões.

<sup>466</sup> IPOR, *Plano de Atividades e Orçamento de 2001*, Dezembro de 2000, 56 pp., policopiado.

linguísticas para ingresso e progressão na Função Pública que suprimiu a obrigatoriedade do português» (p. 3)

Esta situação, no entanto, é considerada dentro daquilo que era esperado. Para o IPOR,

«trata-se de uma recessão previsível no presente contexto [local] e de movimento contrário na região onde tem crescido o interesse pelo português nomeadamente na RPC por efeito de Macau, e no Sueste Asiático devido à oficialização do português em Timor-Leste» (p. 3)

Está-se assim perante dois fenómenos de crescimento perante os quais, a novíssima RAEM, por questões particulares da sua juventude, age em contra-ciclo. Na R. P. China, o regresso de Macau ao seio da pátria fez surgir alguns fenómenos convergentes, a satisfação política do Governo Central por pôr fim à última presença estrangeira no seu território nacional, a exposição de Macau ao resto do país e a consequente curiosidade dos estudantes chineses pela *outra* língua oficial de Macau.

Um outro efeito colateral, que não foi previsto em nenhum documento até agora analisado, mas que este *Plano* assinala, que são as consequências do facto de Timor-Leste ter escolhido a língua portuguesa como língua oficial. Este facto, como que localizou a língua portuguesa. Sob este ponto de vista, Timor-Leste terá prestado um enorme serviço na promoção e difusão da língua portuguesa na Ásia e em particular nos países da sua área geográfica.

Aparecia como intenção do IPOR transformar o Centro Cultural Português em Banguécoque, numa espécie de polo dinamizador da sua sub-região.

«No biénio 2001-2002, julgamos que deve ser dada particular atenção ao Sueste Asiático reforçando a intervenção nos polos já constituídos – Tailândia, Malásia, Vietname, Singapura, Indonésia e Filipinas – que encontram no Centro Cultural Português em Bangucoque, o seu ponto de articulação.» (p. 3)

Este *Plano* marca também as suas propostas de ação pelo *Ano Europeu das Línguas*, que decorreria neste ano, e aproveitar a realização do *II Seminário Internacional de Língua Portuguesa*, para apresentar aos professores de toda a região, que iriam estar presentes em Seul para o Seminário, a língua portuguesa não só como língua de uma comunidade de falantes de mais de 200 milhões de falantes mas também como língua de trabalho em muitos organismos internacionais, língua de Portugal, país europeu membro da UE, língua oficial deste bloco político e económico, importante parceiro económico dos países desta região (p. 4).

Seria, assim, feito um esforço, junto dos professores, primeiros promotores da língua junto das instituições e alunos da região, na renovação da imagem de Portugal como país europeu, moderno integrado num Bloco forte e dinâmico. Ainda em Seul iriam decorrer ações, para comemorar os 40 anos das relações Portugal-República da Coreia.

Neste contexto, o IPOR mantinha o apoio e coordenação dos 6 leitorados (Na China, Pequim, Xangai e Cantão, e mais 3 em Bangucoque, Seul, e Kuala Lumpur) e iria ser criado um CLP em Jacarta «para apoio aos estudantes universitários timorenses» (p. 14) onde iria ser colocado um leitor. Na linha do que já anteriormente tinha sido referido sobre a questão da contratação de professores locais e, também, do interesse em uma universidade preferir um

professor nativo da língua de aprendizagem<sup>334</sup>, a um leitor local, foi assunto com que o IPOR teve igualmente de encarar.

«Embora as Universidades não estejam muito recetivas a substituir professores estrangeiros por locais, julga-se de investir nestas soluções (professor local/jovem licenciado) incentivando a respetiva formação por meio de um programa de bolsas [...], e apoiados por um leitor-formador itinerante.» (p. 5)

A nível do apoio aos cursos de português o Plano apresenta um quadro com os cursos que prevê apoiar neste ano abrangendo 5 países e 8 cursos (3 na China, 2 no Japão mais um nas Filipinas, Vietname e Austrália) e onde inclui os custos afetos a estes apoios. Na área da divulgação e informação regista-se a evolução na página Internet e a continuação da distribuição do Boletim Informativo *Rota do Oriente*. Na área da língua, mas a nível do CLP, a aposta para este ano era dar continuidade à re-estruturação dos cursos e a criação de um Curso de Aperfeiçoamento, para os alunos que tinham terminado o Curso Geral e desejassem «continuar a desenvolver a sua competência linguística e comunicativa» (p. 6).

Quanto à página eletrónica, reformulado o projeto e resolvidas as questões técnicas que tinha impedido o seu desenvolvimento, as tarefas planeadas para este ano contemplavam proceder a um alargamento da informação disponível criando páginas individualizadas para cada Centro Cultural, Leitorado e Curso com toda a informação sobre estes, incluindo dados sobre os cursos, número de alunos, docentes, programas e atividades culturais desenvolvidas.

O propósito destas páginas autónomas era o de serem atualizadas pelos próprios Centros, leitorados e Cursos, sem necessidade de

conhecimentos informáticos especializados, servindo essencialmente para valorizar e divulgar o trabalho de cada um deles, fazendo-os colaborar na consolidação de uma verdadeira rede regional e facilitando as comunicações entre cada um destas estruturas que teriam também endereço eletrónico no sistema de *webmail*, acessível de qualquer terminal com acesso à Internet. Numa segunda fase, a intenção era a de oferecer um endereço do tipo [user@ipor.org](mailto:user@ipor.org) aos alunos e assim ir criando uma rede de divulgação do IPOR. A página constituía, então, para o IPOR, uma parcela integrada da sua estratégia, dentro da política de língua que vinha seguindo, na sua componente de divulgação e promoção, definida como uma janela por onde se pudesse ver o IPOR em todas as suas atividades.

Este Plano de 2001 apresenta ainda uma inovação em termos de planeamento e coordenação. Todas as ações culturais programadas para o ano tanto no IPOR em Macau (com datas definidas para a realização dos eventos de Janeiro a Dezembro), como nos quatro Centros Culturais, por si coordenados, são apresentadas, com a calendarização mensal, pelo que desta forma é possível ver o conjunto das ações e a sua distribuição mensal ao longo ano.

Em termos de organização, deve registar-se também a anexação a este Plano, dos planos de atividade e orçamentos dos Centros Culturais Portugueses (Banguecoque, Pequim, Seul e Tóquio), com fichas individuais de identificação por ação, incluindo os respetivos custos, já que é a primeira vez que este grau de coordenação e transparência de planeamento é documentado. Este passo não pode deixar de ser considerado um avanço significativo em termos de planeamento e de gestão de recursos já que algumas das atividades são itinerantes.

Este ano encerra um ciclo de 12 anos de atividade do IPOR. É com esse facto em mente que o Relatório de 2001<sup>467</sup> foi elaborado. Explicitamente, o *Relatório* regista o seu papel no que respeita à prossecução de uma política de língua.

«Houve [...] a preocupação de contribuir para uma política de língua e da cultura portuguesas no Oriente através da recolha de dados que permitiram inventariar a atividade, os recursos e tratamento dos objetivos propostos e atingidos.» (p. 8)

Isto é, o IPOR assume que procurou dar a sua contribuição, mas não toma para si a responsabilidade de, ele próprio, enquanto instituição uma política para o Oriente. Aponta, assim, a responsabilidade da construção e implementação dessa política para outra instância hierarquicamente mais responsável. Essa instância, o Instituto Camões, ou a sua Tutela (MNE) é que deveriam assumir essa política apontar as suas linhas e promover a sua execução.

Já se analisou aqui a questão do Instituto Camões. No que respeita à Ásia e ao IPOR, o *Plano de Atividades* do Instituto Camões apresenta uma visão instrumental sobre o papel do IPOR.

«O IPOR assegura a coordenação da gestão dos Centros Culturais Portugueses na Ásia, do Centro Cultural Português em Macau e dos Leitorados Portugueses na Região. Apoiar, também, os serviços culturais das Embaixadas na Região da Ásia-Pacífico, desenvolvendo um papel de apoio em relação a Timor-Leste.» (p. 43)

Neste caso o Instituto Camões atribui ao IPOR um papel de gestor e de apoio à região. Sobre esta questão o Instituto Camões apenas acrescenta a sua própria posição enquanto sócio maioritário e a sua

---

<sup>467</sup> IPOR, *Relatório Anual 2001*, Julho de 2002, 72 pp., policopiado.

condição de acionista que designa o Presidente do IPOR e de um vogal (p. 43). Ora assegurar a designação de um presidente pode garantir alguma sintonia institucional mas não é uma política de língua. E neste particular o Instituto Camões é omissivo. Dizer que uma Instituição, por si controlada – em termos formais de cota acionista – tem um papel de coordenador e de gestor não é atribuir-lhe uma função política, mas uma função administrativa.

Tem-se, assim, de considerar que na prática a contribuição do IPOR «para uma política de língua e da cultura portuguesas no Oriente» como consta no seu *Relatório de 2001*, é em si mesma a política de língua para a Região Ásia-Pacífico que o IPOR vem enunciando e executando com base nos dados que ia recolhendo e da sua interpretação sobre os mesmos.

Na falta de uma explicitação da uma política de língua para o Oriente por parte do seu acionista maioritário, o IPOR foi executando a sua própria política de língua que foi sendo aprovada pelos seus sócios em cada Assembleia-geral. O que não lhe podia era afirmar que as linhas que seguia eram a política de língua do Governo português, porque o Governo português não tinha uma, nem se pronunciava explicitamente sobre a adoção da que lhe era proposta pelo IPOR (embora implicitamente a reconhece como boa, porque aprovava os planos e Relatórios ano após ano).

Nestes termos, o IPOR alterou neste ano a estrutura do seu Curso de Língua Portuguesa tendo este passado a ter 10 módulos de ensino em vez dos anteriores 12 e a ter 750 horas onde antes precisava de 1200. Procedeu igualmente à adequação gradual dos seus manuais à nova situação.

O 2º Semestre de 2000/2001 marcou o ponto mais baixo no número de inscrições no Curso de Língua Portuguesa com 262 alunos.

Decorrera um ano e meio sobre a data da Transferência de Administração e a “catarse libertadora” sobre a língua da antiga Potência Administradora atingia o seu auge<sup>468</sup>. No 1º Semestre de 2001/2002 iniciou-se a retoma no número de alunos tendo havido 372 alunos, 152 no Módulo de iniciação.

O início dos Cursos de Aperfeiçoamento também provou ter sido uma decisão acertada já que foi possível nos dois semestres manter sempre 2 turmas em funcionamento. Igualmente teve início um Curso de Aperfeiçoamento para intérpretes/tradutores, destinado a profissionais já em exercício de funções. No geral, contando com os Alunos de Turismo e Hotelaria<sup>469</sup> o número de alunos no 1.º Semestre de 2001/2002 foi de 578 (Quadro 17).

Esta subida marca, igualmente, o início de um novo ciclo de alunos do CLP/IPOR, agora já sem a *motivação* de aprender português porque isso era requerido pela Função Pública de Macau. O que leva a levantar a hipótese de que mesmo sem a “bengala” da obrigatoriedade, se estaria a dar início a uma aprendizagem do português onde o pragmatismo da utilidade da língua era maior do que o anterior apelo da imposição legal.

De salientar entre as atividades do IPOR a realização do II Seminário Internacional de Língua e Cultura Portuguesas no Oriente. Das suas conclusões, reproduzidas no *Relatório Anual de 2001* (p. 21), realçasse a grande motivação dos participantes na sua maioria professores estrangeiros de português. O que vai de encontro ao aumento do interesse pela língua portuguesa nesta região do globo.

«Em várias comunicações apresentadas no II SLCPO e em muitos debates havidos afirmou-se reiteradamente a

---

<sup>468</sup> Esta “Catarse Libertadora” não significa nem pode ser vista como uma hostilização aos portugueses, que naquele período nunca sentiram qualquer animosidade quer como comunidade quer como indivíduos.

<sup>469</sup> Estes alunos são estudantes da Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Macau.

importância da globalização, quer nos seus aspetos positivos, quer negativos.

Este conceito aplicado à língua portuguesa conduziu à reflexão de que a sua expansão, através da Lusofonia, tomada esta no seu sentido mais lato, cria um espaço linguístico e cultural de preservação de identidades e de correção dos excessos da mesma globalização.» (p. 21)

Este sentimento positivo sobre a globalização como um elemento de aproximação entre os falantes é também o entendimento de que para professores e alunos na Ásia - que em números globais era, e será ainda, um número pouco significativo face às outras línguas que competem com o português, nas universidades. Ainda que sem números que sirvam de comparação é bom lembrar que em muitas universidades o português era língua de 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> opção, e ainda fora de língua curriculares obrigatórias, como o Inglês - a globalização os faz ficar menos isolados colocando-os na companhia virtual de 200 milhões de falantes.

E é aqui que a força dos números faz sentido, muito mais do que quando é expressa num qualquer discurso protocolar. Na Ásia, uma turma de 20 alunos que aprende português, não se sente nem pouco numerosa nem isolada, se tiver a noção de que estão e entrar num universo de mais de 200 milhões com quem potencialmente pode conversar, isto, é claro, para além da motivação profissional que os leva a escolher português.

Este relatório apresenta também um diagnóstico sobre o estado de desenvolvimento em que se encontram o ensino de português na Ásia dividindo a Região sob coordenação do IPOR em três áreas: a China, onde, em três das Instituições apoiadas pelo IPOR, o português é a única língua estrangeira para além do inglês; a República da Coreia

(duas Universidades de Estudos Estrangeiros, *Hankuk* e *Pusan*, com departamentos autônomos e programas de mestrado e Doutoramento) e o Japão (29 Universidades onde se ensina Português, em que 5 destas Universidades têm departamentos autônomos de Estudos Portugueses e Brasileiros) que já têm um grau de desenvolvimento e autonomia que lhes permite também oferecer programas de mestrado e doutoramento.

Quadro 18<sup>470</sup> Rede IPOR



Finalmente, a região do Sudeste Asiático e Oceânia compreendendo a Malásia, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Vietname e Austrália onde a aprendizagem da língua portuguesa está em desenvolvimento por razões que se prendem com a adoção da língua portuguesa como língua oficial de Timor-Leste (Tailândia, Indonésia e Austrália)

<sup>470</sup> Mapa com a Rede IPOR, retirado do *Relatório Anual de 2001*, p. 31.

estudos relativos à presença, no caso da Malásia, de uma comunidade com uma herança cultural e linguística ligada a Portugal, a proximidade da latinidade e da religião, no caso das Filipinas, são razões que apontam para merecer «uma forte aposta a curto e médio prazo» (pp. 29-30).

Desta caracterização não consta Timor-Leste porque, oficialmente, não fazia parte da rede IPOR, apesar de nesta altura, aí ter destacada uma Professora, que lecionava cursos por objetivos específicos a diferentes áreas profissionais.

O que ressalta da caracterização apresentada é a ideia de que estas três sub-regiões apresentam uma grande capacidade de crescimento para a língua portuguesa.

Em 2001 a coordenação do IPOR, na Região, englobava o apoio a «51 Instituições, 120 docentes e 4695 alunos na Ásia Oriental» (p. 31).

A nível Editorial foi publicado em coedição com a Biblioteca Nacional e outros parceiros que patrocinaram a edição fac-similada, do Dicionário Português-Chinês de Ruggieri e Ricci, que foi o primeiro dicionário nestas línguas e que ficou inédito até 2001. Este facto merece ser aqui realçado porque é um produto de cooperação internacional que incluiu o Instituto Ricci de S. Francisco, Califórnia, e representa uma aposta do Instituto na memória cultural das relações entre Portugal e a China, símbolo importante do encontro de dois povos que têm um passado de contactos e relações onde a memória dos séculos passados em paz, são mais importantes do que os instantes em que a história registou conflitos pontuais. E esse é um legado único e inultrapassável.<sup>471</sup>

---

<sup>471</sup> Este Dicionário, elaborado em finais do séc. XVI, foi lançado em Outubro de 2001, em Macau e na Embaixada de Portugal em Pequim, e na Presidência da República no Palácio de Belém em Novembro do mesmo ano.

2002 trouxe o fim do mandato da Presidência que preparou e fez a transição que esteve nos fundamentos para a criação do IPOR. Este último ano ficou marcado também pela mudança de Governo que se operou a 6 de Abril deste ano, com as alterações daí resultantes no Instituto Camões, na sua presidência, nas suas orientações e prioridades, como já se constatou anteriormente.

No entanto, o *Plano de Atividades para 2002*<sup>472</sup>, elaborado antes dos acontecimentos mencionados no parágrafo anterior, apresenta como linhas de força da sua ação externa o reforço da atividade na região (pp. 20-28) na linha da caracterização apresentada no Relatório de 2001 e reforça, igualmente, a noção de rede e a interação (p. 14).

Neste ano o IPOR propunha avançar com a criação de 3 Centros de Língua Portuguesa. Estes Centros seguiam o modelo do Instituto Camões e não o modelo do seu próprio Centro de Língua. Um em Xangai, outro em *Pusan* e um terceiro em Manila, todos em Universidades onde são apoiados os cursos de Português aí existentes. O próprio Plano faz a distinção sobre a natureza destes centros caracterizando-os como «centros de recursos educativos ao dispor de alunos e professores de estudos portugueses, integrados na coordenação regional do IPOR.» (p. 7)

A nível interno o mais significativo prende-se com a reformulação dos cursos que vinha sendo gradualmente feita e que pretendia «estabelecer parâmetros de equivalência» entre os níveis do Curso do CLP e a Certificação Internacional (p. 9).

Este *Plano de Atividades* foi o último documento do IPOR que foi possível analisar. Mais nenhuma documentação foi disponibilizada

---

<sup>472</sup> IPOR, *Plano de Atividades e Orçamento 2002*, Dezembro de 2001, 84 pp., policopiado.

pelo IPOR, no que respeita à presidência que o dirigiu entre Outubro de 2002 até 2005<sup>473</sup>.

Esta foi, de resto, uma época que coincidiu com um novo período de alterações no Instituto Camões, alterações já mencionadas<sup>474</sup>, de grandes reduções orçamentais que afetaram o próprio IPOR<sup>475</sup>. Estas questões, no entanto, não se terão refletido no CLP/IPOR que continuou a recuperação que já se vinha a fazer sentir desde o primeiro semestre do ano letivo 2001/2002 (Quadro 17), tendo desde então o número de alunos crescido sempre: 500 em 2002, 650 alunos<sup>476</sup> em 2003 e 800 alunos em 2004<sup>370</sup>.

Na Região foram criados dois Leitorados, onde antes havia apoio a cursos locais, Hanói e Jacarta<sup>477</sup>. Foram, como já se referiu, encerrados o Centro Cultural Português em Seul e o Leitorado na Universidade de *Hankuk* (Seul).

Estes últimos anos foram ainda assim marcados pelo decréscimo nos orçamentos. De outra forma não seria possível entender uma entrevista do então presidente ao jornal de Macau *Ponto Final*, em 22/09/2003, onde este declarou estar convencido de que não haveria mais cortes orçamentais no IPOR. Se não haveria mais, é por que já teria havido<sup>478</sup>. Nesta entrevista, inquirido sobre a possibilidade de novos cortes, o presidente, segundo o Jornal, respondeu:

---

<sup>473</sup> Apesar dos pedidos feitos, nunca negados mas sem resultados práticos, à agora, Direcção cessante, não foi possível conseguir do IPOR qualquer documento sobre este período, pelo que a análise que se segue a esta fase será necessariamente breve e terá como referência notícias que entretanto saíram da imprensa.

<sup>474</sup> Páginas 383 e seguintes.

<sup>475</sup> Na busca realizada na imprensa local, o investigador deparou-se com um conjunto de notícias que retratam um ambiente de instabilidade e de polémica, mas disso não se fará eco. Dos jornais, referiremos apenas questões que se prendem com factos relativos à língua portuguesa, em Macau e na Região.

<sup>476</sup> Notícias do Jornal *Ponto Final* (<http://www.pontofinalmacau.com>), de 24/09/2003, sob o título «*Uma língua traiçoeira*» e 23/09/2003, sob o título: «*Português a Direito*», versão eletrónica.

<sup>477</sup> Notícia do Jornal *Ponto Final* de 18/05/2005, *Novos leitorados de Português no Vietname e Indonésia*, versão eletrónica, e *Jornal de Letras* de 25 de Junho de 2003.

<sup>478</sup> O número avançado para 2003 seria de 13 milhões de Patacas o que, a confirmar-se, corresponderia a uma redução drástica de 4 milhões. Para 2004 o número terá apesar de tudo

«Não. Também não se pode tirar a pele às pessoas. Não se pode tirar a pele às pessoas e às instituições, sobretudo às instituições. Há um limite.»

Prosseguindo a imagem usada, quando o que resta para tirar é a pele, é porque se atingiu um limiar, para além do qual a qualidade de vida é posta em causa.

Onde se repercutiu a quebra no orçamento foi na ação cultural que, a avaliar pelas notícias sobre este tipo de atividade e sobre as notícias destas ações disponíveis na página do IPOR, entretanto modificada e sem informação sobre Leitorados, Cursos de Português e Centros Culturais, que até 2003 existia, apresenta um decréscimo acentuado em 2003, apenas parecendo recuperar em 2005. Mas esta é uma matéria que em nome do rigor, necessitava de uma análise documental de outro tipo para se poder avaliar devidamente.

No entanto, para o presidente do segundo maior acionista do IPOR, esta não é a vocação do instituto que ajudou a criar em 1989. Numa entrevista, publicada em Macau no Jornal *Ponto Final* em 21/02/2003<sup>479</sup>, e de acordo com o Jornal, o presidente da Fundação Oriente terá dito,

«Não está, nem nunca estive em causa a ação do Instituto Português do Oriente nas áreas para que está vocacionado (ensino não curricular da língua Portuguesa). E hoje sabemos exatamente como é que as “coisas” deveriam ter sido feitas. [...] No entanto, não há quaisquer razões para que se verifique uma duplicação nos esforços do IPOR e da Fundação Oriente.»

---

sofrido novo decréscimo para os 12 milhões mas, pelas razões já apontadas no corpo do texto, não foi possível confirmar estes valores.

<sup>479</sup> *Assembleia da Clarificação*, versão digital.

Na ótica da Fundação Oriente, o IPOR e esta Fundação teriam uma atuação duplicada ou sobreposta, a qual, com a redução orçamental, terá sido anulada. Significa isto que, para a Fundação Oriente, a solução não passava pela transferência das verbas que eram usadas em ações culturais e que provocariam uma duplicação de ações com a Fundação, para a área que esta considerava ser a vocação do IPOR - o ensino de Português língua estrangeira não curricular -, mas antes pela redução orçamental. No entanto, em termos de política de língua, faria certamente sentido que o IPOR, deixando de atuar em áreas sobrepostas com a Fundação, reorientasse essas verbas para o investimento no alargamento da sua rede na região ou na consolidação das necessidades locais em termos de ensino da língua.

Donde, não só o IPOR terá perdido capacidade de intervenção na área cultural, como terá sido privado de uma oportunidade para poder usar uma verba importante, destinando-a ao aumento da sua intervenção na sua área prioritária. Deste modo, perde-se o sentido da aposta, declarada pela Fundação Oriente, de ver o IPOR recentrar-se na atividade da promoção da língua portuguesa.

Em 2004, foi criado o *Fundo Stanley Ho para a Lusofonia na China*, «para a conceção de materiais didáticos, atribuição de bolsas de estudo, ações de formação pedagógica e a criação de um prémio nacional no âmbito da utilização da Língua Portuguesa na República Popular da China, entre outras iniciativas.»<sup>480</sup>

Sobre a importância da criação deste fundo de 1,5 milhões de Patacas, o Presidente do IPOR afirmou, segundo o Jornal, que

«A importância é dupla. A primeira é uma importância táctica que se reflete na multiplicação da potencialidade de

---

<sup>480</sup> Stanley Ho é um dos magnatas do Jogo em Macau, Presidente da STDM, sócio ordinário do IPOR. Notícias publicadas no Jornal *Tribuna de Macau* (<http://www.jtm.com.mo/>), Ano IV — N.º 1653, Terça-Feira, 19 de Outubro de 2004, «*Stanley Ho apoia lusofonia na China*», versão eletrónica.

meios que existiam, um efeito multiplicador e de alargamento de possibilidades. A outra é o facto de vermos inaugurada uma prática até ao momento estranha em Macau: uma aliança entre uma grande entidade chinesa, neste caso, uma personalidade, não só de Macau mas também de Hong Kong e da própria China aderir a um projeto relacionado com o Português, o que corresponde ao posicionamento de uma instituição como o IPOR.»<sup>481</sup>

Algumas dúvidas quanto ao rumo que o IPOR estava a seguir neste último triénio, vieram a público veiculadas pelos três jornais de língua portuguesa de Macau. Reproduzindo as declarações do presidente da Fundação Oriente, entidade sócia do IPOR, o Jornal *Tribuna de Macau* escreve que houve uma «incapacidade revelada pelo IPOR para dar resposta ao significativo aumento de procura pelos cursos de Português em Macau», e que esta «não esconde alguma “falta de planeamento”, ainda que possa ser explicada pela inesperada saída de docentes ou pela dificuldade em prever tamanho interesse no território pela Língua de Camões»<sup>482</sup>. Além de fazer, igualmente, referência à forma como era anunciada a criação de novos leitorados, pois «é preciso ver se os leitorados valem a pena» (Jornal *Hoje Macau*)<sup>482</sup>.

Estas considerações assim apresentadas constituem uma forma pública de censura que, naturalmente, precisavam de confirmação documental, à qual, como já se referiu, não foi possível aceder no que respeita precisamente a esta fase da vida do IPOR. Nestas circunstâncias não se pode afirmar que o IPOR terá perdido capacidade para planear e antecipar situações que, neste caso, eram

---

<sup>481</sup> Jornal *Hoje Macau* (<http://www.hojemacau.com/>), de 22/10/2004, "O IPOR não faz cultura portuguesa para entreter tempos livres de ninguém", versão eletrónica.

<sup>482</sup> Jornal *Tribuna de Macau*, "Monjardino defende solução local para o IPOR", ano IV – n.º1920, Quarta-Feira, 21 de Setembro de 2005, versão eletrónica. (cf. Também sobre este assunto os Jornais *Hoje Macau*, "Rui Rocha não é o homem" e o Jornal *Ponto Final*, "IPOR localizado", com a mesma data, versões eletrónicas.)

até previsíveis, dado o aumento de alunos que se vinha registando nos últimos 4 anos.

## **Síntese**

De tudo o que se analisou, pode dizer-se que o IPOR tinha, de facto, uma política de língua para a difusão e promoção da língua portuguesa como língua estrangeira, definida e perfeitamente institucionalizada. Mostrou estar preparada para o momento da mudança de administração, soube adaptar-se, 4 anos após a criação da RAEM, soube reatar os laços com a Administração acordando novos protocolos<sup>483</sup> que lhe permitiram voltar a colaborar na formação em língua portuguesa dos funcionários públicos locais.

Este aspeto, olhado a distância, podia até ser visto como um necessário compasso de espera, uma pausa, que permitisse voltar a trabalhar com confiança passado o tempo necessário à maturação das instituições objeto da transferência.

Não se podendo afirmar que o IPOR foi o executor, na Ásia, de uma política de língua e cultura portuguesas emanada do Governo de Lisboa, certamente não antes de 20 de Dezembro de 1999 e por um breve período depois dessa data, já que não é claro, principalmente depois de 2002, que o Instituto Camões tenha tido algum grau de influência política, no sentido de fazer vingar uma política de língua, na atividade do IPOR, antes transparecendo, pelas declarações acima transcritas e por outras declarações públicas de responsáveis da Fundação, uma maior preponderância do segundo maior sócio, na definição do rumo do IPOR, o que se poderá afirmar também

---

<sup>483</sup> Notícia do Jornal *Hoje Macau*, de 17-10-2003, *À casa torna*, versão eletrónica.

considerando a análise de conjunto feita à documentação proporcionada pelo IPOR.

Retirado este aspeto que só é relevante, pelo que indicia de falta de iniciativa do sócio maioritário, que assim parece abdicar de uma prerrogativa sua, o que não poderá deixar de provocar desequilíbrios na gestão do IPOR, já se pode levantar a questão sobre que estratégia serve a atividade do IPOR, se uma política cultural e de língua externa de Portugal ou uma interpretação sobre a «vocação» do IPOR. Havendo sócios haverá, certamente, sempre lugar a negociação e concertação de opções estratégicas, tanto mais quando esse segundo sócio representa 44% da sociedade. O que não se percebe, nesta fase, é se há negociação e concertação e a haver, se a prioridade das políticas da Nação são tomadas na sua devida condição de política de Estado. Tudo isto no pressuposto de que exista uma política de língua, mesmo que não esteja escrita.

Cabe aqui uma palavra sobre uma proposta que constava do *Plano de Atividades de 1996*, a da criação de um fundo próprio, cuja capitalização servisse para criar uma proteção da Instituição às dificuldades conjunturais de Governos e demais sócios. Tendo em consideração os documentos que se lhe seguiram, esta proposta do então sócio Governo de Macau não terá vingado. E, se se considerar o que traria de estabilidade ao IPOR, foi em desfavor da autonomia e da estabilidade financeira e estratégica do IPOR, que funcionou a não criação deste fundo.

Ainda assim, o facto é que o IPOR, nas suas linhas fundamentais, teve, ao longo da maioria destes anos, uma política de língua que foi aplicando e desenvolvendo. Não seria uma política de Estado, mas foi sempre em seu nome e com o acordo, por omissão, por parte do Instituto Camões, aquele que, ano após ano, o IPOR foi implementando ao longo da sua existência.

Enquanto este estudo ia progredindo, o presidente que tomou posse em finais de 2002, viu chegar ao fim o seu mandato, sem que um novo presidente estivesse, pelo menos, publicamente, escolhido. Pela primeira vez, na sua história de 16 anos, o IPOR experimenta a vacatura no cargo do seu dirigente máximo, ainda que esta esteja a ser assegurada interinamente. Esta é também uma experiência nova para a Instituição, o que impede que, neste trabalho, se apontem as perspetivas futuras do IPOR, porque, também, pela primeira vez, nada está publicamente apresentado.

Nada se podendo afirmar sobre o tipo de orientação levada a cabo no último triénio, os indícios mencionados, apontam, ainda assim, para uma quebra na qualidade do serviço prestado, cuja prevenção só pode ser feita, por uma avaliação regular, que permita corrigir deficiências, e contrariar os períodos de menor estabilidade das instituições.

## 9. As Entrevistas

Se este é um estudo cujo objeto central está diretamente ligado à atividade política, torna-se relevante ouvir o que, em Portugal, políticos, que estejam de alguma forma ligados a esta área, tanto antigos, como atuais, e responsáveis pela execução da política de língua no exterior, têm a dizer.

Neste sentido, foram entrevistados deputados das diversas bancadas representadas na Assembleia da República, membros de Comissões Parlamentares<sup>484</sup> que tratam das questões ligadas à Política de Língua no exterior, e que tenham tido intervenções sobre esta matéria, e solicitou-se entrevistas a antigos e atuais presidentes do Instituto Camões e do Instituto Português do Oriente.

Avança-se, desde já, que, apesar dos contactos estabelecidos e do pedido nunca ter sido negado, não foi possível consumir a entrevista com o presidente do IPOR. No que respeita aos deputados, todos deixaram bem claro que falavam a título pessoal e que as suas palavras não vinculavam o partido a que pertenciam.

Numa recente intervenção<sup>485</sup> em Bruxelas, a deputada europeia, Edite Estrela, membro do Grupo Parlamentar Socialista do Parlamento Europeu e pertencente ao partido que atualmente governa Portugal, referindo-se à importância que os governos de

---

<sup>484</sup> 2.<sup>a</sup> Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e 8.<sup>a</sup> Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

<sup>485</sup> Conferência sobre o uso do português na UE, na Unidade Portuguesa da Direção-geral de Tradução da Comissão Europeia, 15 de Setembro de 2005. [http://www.partido-socialista.net/pspe/main.php?area=deputados&id\\_deputado=DEP41078f09e09cd&tipo=Intervenções&id=NOT43294adfa4ec7](http://www.partido-socialista.net/pspe/main.php?area=deputados&id_deputado=DEP41078f09e09cd&tipo=Intervenções&id=NOT43294adfa4ec7)

alguns países europeus atribuem à promoção da língua e à postura de Portugal face ao mesmo problema, afirmou:

«A difusão do idioma tem sido considerada por diversos países como uma atividade da maior importância».

«ao contrário, do que acontece noutros países, Portugal, na sua política externa, nunca considerou prioritária a política de língua. Basta comparar a atividades e os resultados da *Alliance Française*, do *Instituto Cervantes*, do *British Council*, do *Goethe Institut*, com a falta de rumo do Instituto para se perceber a diferença.»

Trata-se, sem dúvida, de afirmações que, se respaldam, se não em estudos publicados sobre os conteúdos a que se referem, pelo menos na perceção pública do problema. Por outro lado, a segunda citação lavra no equívoco mais comum sobre o Instituto Camões, que é considerá-lo como similar aos outros Institutos Europeus referidos. Ora não há como comparar o que não é comparável.

Mas a primeira parte da citação acima contém uma afirmação que é mais um reflexo impressionista sobre imagem que os Governos portugueses alimentam, a de que Portugal «nunca considerou prioritária a política de língua.» E esta afirmação, se mais fosse preciso, poderia ser uma justificação adicional para o estudo que aqui se apresenta. Porque prioridade é, como já vimos, uma das palavras mais usadas nos Programas de Governo é, precisamente, a palavra prioridade, associada à difusão da língua portuguesa no mundo.

Posto isto, vejamos o que pensam os que, em prejuízo do seu tempo, e em benefício da investigação que aqui se apresenta, acederam a falar sobre política de língua no exterior.

Começamos pelo entendimento que os entrevistados têm sobre a questão da língua Portuguesa como língua internacional. Para a Presidente do Instituto Camões, Simonetta Luz Afonso, a internacionalização de uma língua é uma situação que pode ser provocada, isto é, indo além daquilo a que chama «o caminho da própria língua». Para Simonetta Luz Afonso, a língua portuguesa está em expansão, é falada em vários países e os seus utilizadores estrangeiros vão além «dos especialistas da língua. [...] [A mesma] está a alargar a procura em áreas como a economia, a ciência política, a própria medicina [...], relações internacionais, turismo.». Ainda segundo Simonetta Luz Afonso, existe um cada vez maior número de profissionais, de diferentes áreas, que encontram no português uma oportunidade de se valorizar «e [que] portanto, vão aprendê-lo».

A presidente do Instituto Camões reconhece que é preciso estar atento a esta procura e que para isso se torna necessário dispor de um Observatório «e estar muito atento àquilo que a nossa rede nos diz». No entanto, não parece que a presidente entenda que esse observatório esteja ao alcance do Instituto Camões, mas «gostava que alguém se debruçasse sobre o assunto». Apesar de considerar que o estatuto de língua internacional, que vai além do facto da expansão natural dos falantes da língua portuguesa nos 8 países da CPLP, pode ser provocado, a presidente do Instituto Camões defende que «a política de língua portuguesa para o exterior tem que acompanhar a procura», o que, sendo uma atitude que já não é de expectativa, também não é de antecipação.

Já o antigo presidente do Instituto, Jorge Couto, apesar da assertividade com que responde, acaba por relativizar a questão. «Claro que o português é uma língua internacional, agora, se nós compararmos com o francês, o inglês ou o espanhol é evidente que é

uma língua menos internacional». Apresentando uma visão global desta questão, Jorge Couto, mostrou-se convicto de que o português tem um «papel importante a desempenhar no contexto internacional» e, enquanto língua de comunicação internacional, a região que se perfila para ver o português assumir este estatuto com mais preponderância é a da América do Sul. Quanto à situação do português nas organizações internacionais em África, Jorge Couto considera que, por razões históricas, haverá ainda «um longo caminho a percorrer» e que a língua portuguesa se encontra, nessas organizações, numa situação de extrema desvantagem.

A língua portuguesa acedeu ao estatuto de língua de trabalho dessas organizações, muito depois das outras (inglês, francês), porque o processo histórico que levou à independência dos membros de língua portuguesa também teve lugar mais tarde e a própria vida interna, de muitos desses países, passou por várias vicissitudes que impediram que os últimos trinta anos fossem anos de estabilidade e desenvolvimento.

Para o deputado José Cesário, antigo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a língua portuguesa é uma língua internacional mas com ressalvas. No entender de José Cesário, o português «em certos continentes é, inquestionavelmente.», uma língua internacional, no entanto, «a única língua verdadeiramente internacional é o inglês». Ainda assim, não deixa de considerar que «o português tem todas as características para o merecer, mas tem de que ser assumido como tal e isto implica também investimento».

Como parte deste assumir da língua portuguesa, como língua internacional, José Cesário aponta a questão do uso da língua portuguesa pelos titulares de cargos públicos e representantes de Portugal no estrangeiro. Não faz diretamente mas dá o exemplo do Ministro das Relações Exteriores do Brasil:

«há dois dias o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil visitou a Inglaterra [...], por causa da morte daquele brasileiro, e, na conferência de imprensa [...], falou em português.»

O que José Cesário aqui exemplifica é como, sem discursos sobre desígnios nacionais, se contribui para que a língua portuguesa se possa considerar, na prática, uma língua internacional. A fechar a sua intervenção sobre esta questão<sup>486</sup> este deputado afirmou ainda: «Os portugueses é que não fazem isso. Por [um] provincianismo perfeitamente inadequado.», e acrescentou o seguinte:

«os nossos responsáveis políticos, empresariais, agentes da mais variada natureza devem assumir orgulhosamente o falar português, porque não é possível fazer comércio com África, por exemplo, ou com a América Latina, sem português. O português é uma peça essencial, portanto nós também não nos podemos diminuir»

Este foi, talvez, o depoimento mais afirmativo, sob este ponto de vista, e o que tomou uma perspetiva mais focalizada, nestas considerações de tipo pragmático.

A Deputada Luísa Mesquita entende que existe «um discurso quase contraditório.» e adianta o que se transcreve:

«ao mesmo tempo que discursamos, ou que alguns governantes discursam, ou que alguns políticos discursam, afirmando sistematicamente que o português, [...]

---

<sup>486</sup> Na verdade, o deputado José Cesário relata ainda a seguinte experiência: «Uma vez tive uma experiência interessantíssima. Desloquei-me a Macau e tive uma entrevista, uma audiência com o Governador de Macau, chinês, o Senhor Edmundo Ho. E eu ia preparado para falar em inglês com ele, [mas], previamente, alertaram-me para isso. Disseram-me assim: 'Não fales inglês, fala em português. Porque ele vai-te falar em chinês. [...] eles não aceitam que o inglês seja o veículo de ligação. Ele fala em chinês, terá uma tradutora para português e o senhor fale em português que ele terá uma tradutora para chinês. Para mandarim, neste caso. E é assim que deve ser. Em primeiro lugar é uma questão de exemplo, não é?'».

corresponde a cerca de 200 milhões de falantes e que isto é um peso importantíssimo e que deve ser considerado como estratégia. Estratégia de investimento, como estratégia de natureza económica, como estratégia cultural, como estratégia educacional, como estratégia de credibilidade do próprio Estado português junto de outros estados. Este é o discurso que, depois, traduzido em termos orçamentais ou traduzido em termos de ações e medidas políticas para corresponder a esta mesma importância discursiva, se reduz praticamente a nada. E eu diria a praticamente nada porque se fizer um esforço para nestes anos de democracia, descobrir, [...] e já para não referir [...] uma maior abrangência aos partidos que têm governado o país, e àquilo que têm sido os seus programas, quer de natureza governamental, portanto, os programas aprovados na Assembleia da República pelas respetivas maiorias que os sustentam; não vai encontrar, por exemplo, nunca definida uma política de língua. E mesmo quando aparece a expressão 'política de língua' é para dizer tão só isto: É preciso definir uma política de língua! É preciso encontrar uma política de língua. É preciso, equacionar medidas para definir uma política de língua. Portanto, é o reconhecimento da, incapacidade de quem governa nesta área para alguma vez ter refletido sobre esta matéria e ter, equacionado as respostas necessárias para esta mesma área.»

Este é, sem dúvida, o discurso mais contundente, sobre política de língua entre os deputados. Coloca, de forma diferente a questão da língua como língua internacional, lateral, sobretudo porque a entende como pré-requisito, para que a língua portuguesa tenha esse

estatuto, que sejam criadas «condições, e nem digo até exigências, [...] para essa mesma internacionalização da língua portuguesa.».

A perspetiva do deputado Luís Fagundes Duarte assume outra vertente da questão. Este deputado considera as questões históricas resultantes do período da expansão marítima, em resultado do qual entende a importância que o Português teve no passado e a que tem como língua de cultura. Quanto a classificar o Português como língua internacional eis o que diz o referido deputado:

«eu posso considerar uma língua internacional porque a sua área [...] [de] intervenção ultrapassa as fronteiras das nações e dos países. Agora é preciso é ver a que é que isso corresponde na prática, ou seja, quando falamos em línguas internacionais falamos naquelas línguas que são utilizadas como meios de comunicação, que não tem nada a ver com, com as origens culturais e nacionais. São veículos que, na prática, não pertencem a ninguém, e que têm o objetivo de estabelecer o contacto entre povos diferentes. E nesse [domínio] temos fundamentalmente o inglês, como durante o séc. XVIII/XIX tivemos o francês»

Sobre a questão de haver ou não um consenso nacional sobre a necessidade de uma política de língua para o exterior, o deputado Luís Fagundes Duarte é de opinião que o consenso que existe é sobre o entendimento de que a situação tal como está, está mal. Acha que não há planeamento, porque «o imediato assim o aconselha». Para Fagundes Duarte, faltam estudos que, fundamentados «do ponto de vista científico», apoiassem a tomada das decisões, na área da política de língua e do planeamento.

«O Estado português ainda não definiu com clareza, os objetivos a atingir no que diz respeito à divulgação da

língua portuguesa e os meios necessários para concretizar esses objetivos.»

Por outro lado, este deputado considera que o ensino português no estrangeiro tem sido muito direcionado para o ensino dos filhos dos emigrantes «e não para apresentar o português como língua de comunicação, que [...] pode ser uma língua de comunicação internacional e não apenas uma língua de comunidades emigradas». Neste aspeto, para este deputado, o português terá perdido já algumas possibilidades de atingir aquele estatuto, tendo optado «por enquistar-se» nos espaços da emigração.

A antiga presidente do Instituto Português do Oriente, Ana Paula Laborinho, entende que a dispersão das entidades que agem como executores das decisões políticas faz que aquelas atuem «com pensamentos distintos», não havendo, portanto, coordenação. Por outro lado, considera que houve uma aposta em África, mas tem dúvidas sobre se essa ação foi mais pensada como política de língua ou como «problema de consciência». Defende que fatores com esta carga emotiva não devem interferir e que uma política de língua, para África, tem de ser entendida, definitivamente, como uma «posição de país soberano diante de outros países soberanos», e que, neste caso, «tem muitas dúvidas em relação à nossa política em África», assim como em relação a Timor-Leste.

Ana Paula Laborinho entende que, neste domínio, é o fator humano que predomina e não as políticas. O facto que «há momentos fortes e há momentos mais fracos [...] tem dependido mais de pessoas do que, propriamente, [de] políticas. Outro problema levantado por Ana Paula Laborinho é o de, politicamente, não se pensar além do ciclo eleitoral. Na sua perspetiva, os políticos entendem a questão da política de língua visando o português como língua internacional e a expansão do português no mundo, como não sendo uma bandeira

que internamente resulte em mais votos, e que, o mais provável, até é poder suceder o contrário.

Para Ana Paula Laborinho a política de língua para o português, língua estrangeira, deveria ainda passar por dois aspetos: por um lado, a criação de uma estrutura supra ministerial de coordenação e de articulação entre os diversos ministérios e uma nova vertente na política de língua que enquadrasse, nos seus propósitos e objetivos, o ensino de PLE a nível interno, dado o número crescente de população imigrante.

É preciso não esquecer que estes entrevistados têm ainda, ou tiveram no passado, responsabilidades a nível de conceção e execução de política de língua ou que são deputados da Nação, que trabalham nesta área a nível parlamentar e que, nessa qualidade, têm intervenção a nível da discussão e da aprovação de Programas de Governo, de Orçamentos anuais, de iniciativas legislativas.

O que se percebe das declarações destes entrevistados<sup>487</sup> é, por um lado, a dificuldade em considerar, sem rodeios, que a língua portuguesa é uma língua de comunicação internacional. Todas as opiniões, ou contemplam reduções ao âmbito do seu uso – mais regionalizado, incidindo mais sobre uns continentes menos sobre outros, ou apontam oportunidades perdidas, ou uma falta de

---

<sup>487</sup> Não foram aqui referidos dois outros entrevistados, o antigo presidente do Instituto Camões Professor Doutor João Paulo Monteiro e a deputada Teresa Caeiro. As suas declarações, conquanto tenham contribuído para enquadrar o entendimento que o conjunto dos entrevistados tem sobre a questão da política de língua e da língua portuguesa como língua global e de comunicação internacional, não são aqui referidas por questões que se prendem com a fidelidade de reprodução das suas opiniões. A gravação da entrevista com a deputada Teresa Caeiro não ficou em condições técnicas de garantir uma reprodução fiável do seu discurso, e não foi possível gravar a entrevista com o Professor Doutor João Paulo Monteiro, pelo que, reproduzir aqui as notas sobre essa conversa não seria a citação das suas palavras mas apenas as notas do investigador sobre o que o antigo presidente do Instituto Camões teria dito, e, portanto, corria-se o risco de faltar à fidelidade essencial do discurso e às opiniões deste entrevistado, risco que não pode ser aceite, pelo respeito devido aos entrevistados e ao rigor que este tipo de referências tem de considerar.

empenhamento político dos Governos em eles próprios assumirem esse estatuto para a língua portuguesa.

Por outro lado, quanto à questão de haver, ou não, uma política de língua, as opiniões também acabam por convergir, quer para a falta de coordenação entre as instituições, quer para a incapacidade de dar continuação a uma política de língua para o exterior, quer por falta de meios, quer por falta de planeamento, quer por questões que se prendem com o imediatismo que tem marcado a atenção da classe política em Portugal que se tem autoreprimido no seu pensamento, limitando-lhe o âmbito ao ciclo eleitoral. Ora na vida de um País, na vida política de uma sociedade, um ciclo político é uma unidade de tempo muito pequena para pensar política em termos de futuro.

Quando apenas se consegue pensar em atender às necessidades mais básicas do imediato faz-se política paliativa e não política preventiva (para usar dois termos mais do âmbito da medicina, que podem ser entendidas como a diferença entre atender ao apaziguar do mal já sem a esperança de o debelar e a ação no sentido de atuar por antecipação à doença ou agir a tempo de produzir a cura).

Encontram-se nesta legislatura, para discussão e aprovação, dois projetos de resolução: um, proposto pelo grupo parlamentar a que pertence o deputado José Cesário e outro, pelo grupo parlamentar a que pertence a deputada Luísa Mesquita. Em qualquer dos dois está ausente uma referência ao Português Língua Estrangeira e, em nenhum, é assumido com clareza o significado político da difusão da língua a estrangeiros, embora ambos já falem em «cidadãos de outras nacionalidades» e «falantes de outras línguas que não a portuguesa».

«O incentivo à oferta de cursos de Língua e Cultura Portuguesa destinado a Cidadãos de outras nacionalidades

e à afirmação da nossa Língua enquanto língua de trabalho em organizações internacionais de natureza diplomática, cultural, social e empresarial, deverá constituir-se igualmente como uma prioridade do sistema» (Projeto de resolução do Grupo parlamentar do PSD – deputado José Cesário)

«A concretização de estratégias diversificadas, considerando os diferentes públicos-alvo (as comunidades portuguesas e os falantes de outras línguas que não a portuguesa» (Projeto de resolução do Grupo parlamentar do PCP – deputada Luísa Mesquita)

Os dois projetos recaem essencialmente numa base de incidência eleitoral (as comunidades portuguesas no exterior, residentes no espaço da União ou emigradas em países terceiros). O discurso dos dois projetos confunde, ou funde, no mesmo propósito o papel do ME e o do Instituto Camões, quer no que respeita ao papel dos professores, quer no que respeita à produção de materiais.

«O destacamento de cerca de 400 professores dos quadros dos ensinos básico e secundário e de cerca de uma centena de leitores do Instituto Camões é claramente insuficiente para as necessidades atuais, podendo e merecendo ter intervenção mais estruturada, tendo em conta os objetivos do nosso País no domínio da sua afirmação política e cultural no mundo.» (Projeto de resolução do Grupo parlamentar do PSD – deputado José Cesário)

«A criação de um “sítio” na Internet que promova a Língua e a Cultura Portuguesas com o especial objetivo de incentivar o interesse pela sua aprendizagem e o seu

conhecimento» (Projeto de resolução do Grupo parlamentar do PCP – deputada Luísa Mesquita)

Ambos fazem referência à Diretiva Comunitária 77/486/CEE, já tratada neste estudo sobre o ensino dos filhos dos cidadãos comunitários, trabalhadores residentes noutros países da União.

Como referiu Ana Paula Laborinho, na sua entrevista, em termos de política de língua, será preferível andar «por caminhos errados do que não se ir por caminho nenhum», porque andar por caminhos errados permitirá que se diga «não é por aí é por outro lado». Mas, perspetivando o caminho percorrido neste estudo, pela análise de 17 Programas de Governo, pelos documentos do Instituto Camões e agora pela análise destas entrevistas, as questões que se nos levantam são: será que este caminho, que a tantos parece errado, permite mudar de direção? E se sim, alguém quer sair dele? É que se a política de língua anda, em Portugal, por caminhos errados, será que basta dizer «não é por aí é por outro lado»?

### **Parte III – Outros casos outras instituições**

#### **10. A CPLP**

«A língua portuguesa já não é mais só dos portugueses, é universal.»

Mateus katupha<sup>488</sup>

Organização de carácter multilateral, criada em 1996, corresponde ao espaço geolinguístico da lusofonia e é, enquanto Instituição que congrega os oito países que encontraram na língua que partilham, a designação da instituição que abarca os mais de duzentos milhões de falantes de português, que ela aqui tem cabimento.

Não se abordará, neste estudo, cada país membro. Neste capítulo apenas se dará um olhar particular, mas breve, ao Brasil (a política de língua de Portugal foi o fio condutor por onde se chegou a este capítulo), já que é, dos oito, aquele que, juntamente com Portugal, tem ação de política de língua externa institucionalizada. É na política de língua de Portugal, para com os Países Africanos de Língua Portuguesa, que se tentará dar alguma atenção, necessariamente breve, dado o enfoque essencial deste trabalho (cf. p. 60).

---

<sup>488</sup> Antigo Ministro da Cultura de Moçambique. Declaração recolhida numa notícia do jornal *Público*, de 26 de Maio de 1999, e proferida durante a vídeo-conferência realizada no dia anterior, a propósito do Lançamento das Pontes Lusófonas II, que se iriam realizar nesse ano em Portugal e em Moçambique.

Se considerarmos os Programas de Governo de Portugal aqui analisados, temos de concordar que, se houve uma preocupação com uma vertente de política de língua que ocupou os diversos Governos, para além das «comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo», foi a política de língua que se encontrou na ação externa de Portugal, visando a promoção da língua portuguesa nos países que a falam.

Neste aspeto, e na mesma linha do que se verificou, no que respeita ao PLE, o *Programada do XVII Governo Constitucional (2005-2009)* foi o que menos empenho demonstrou na prossecução e desenvolvimento de uma política de língua direcionada para a formação e ensino da língua portuguesa nos PALOP, preferindo abordar esta questão com um discurso abrangente e genérico:

«Desenvolver, em cooperação com os parceiros da CPLP, uma estratégia conducente a reforçar a utilização do português como língua de comunicação internacional» (p. 156)

Os Governos anteriores, com particular incidência no XIII Programa de Governo, onde se preconizava explicitamente «A prossecução de uma política da língua, visando uma melhor implantação do Português no espaço da lusofonia» (p. 50) e no XIV Programa de Governo (pp. 122-123), atribuíram sempre maior importância a esta questão.

A política de língua para os países de língua portuguesa em África, apesar da atenção de que foi alvo, enfrentou também várias dificuldades. Umas, que emanavam da própria situação política (e militar) que esses países viviam, outras, pelos resquícios de uma memória colonial que se sobrepunha ao pragmatismo que a presença dos problemas aconselhava, outras, ainda, pela própria capacidade das estruturas de cooperação em planear ações.

Neste último domínio, um artigo de <sup>489</sup>Aldónio Gomes, esboça uma caracterização muito interessante da situação em 1994, ao fazer um percurso que parte da problematização das perspetivas de incidência afetiva, para a perspetiva que esta questão coloca no domínio do racional.

O autor aborda também o uso do termo lusofonia<sup>490</sup>, para caracterizar o universo dos povos e nações que livremente adotaram a língua portuguesa como sua língua oficial. Já na página 174<sup>125</sup> se tinha tomado posição sobre esta matéria e a ela se remete a posição do investigador sobre a mesma.

Já sobre a caracterização da realidade da política de língua de Portugal, no que respeita à então (1994) realidade da ação

---

<sup>489</sup> Gomes, Aldónio, 1994, À procura de uma política de língua para África, in *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 6, Julho de 1994, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>490</sup> Aldónio Gomes referindo-se à Conferência de Luanda na década de 1970 que terá levado países africanos, não nomeados pelo autor mas que se poderiam corporizar em representantes de Moçambique, a essa Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, a rejeitar a expressão lusofonia, por não se identificarem na raiz *lus*o (cf. Ferreira, Maria, 1996, *A Lusofonia e a Política da Língua e da Cultura, A Cooperação com os Países Africanos Lusófonos*, tese de mestrado, UA, n/p., consultar ainda a Revista *Discursos*, n.º 3, Língua Portuguesa e Expressão Moçambicana, pp. 109-120, e Inquérito: Lusofonia, pp. 121-133 ou ainda AAVV, 1988, *Revista Internacional da Lusofonia de Sociopedagogia e Sociolinguística, A Lusofonia, Unificação Ortográfica e Política Linguístico cultural*, n.ºs 14-20, Braga). Quanto à questão da raiz *lus*o também os portugueses poderiam concordar sem muita dificuldade, já que também estes terão, em bom rigor, alguma dificuldade em reclamar-se de uma raiz lusa de origem linguística (o Português é uma língua neolatina, mas também, quão franco se sentirá um centro africano, um maliano ou um senegalês, o mesmo se podendo dizer de países que pertencem a outros blocos linguístico-económicos), logo qualquer português poderia concordar, aplicando a si as declarações de Bernardo Honwana, antigo ministro da Cultura de Moçambique, em 1994, ao *JL*, n.º 615, afirmando, referindo-se a Moçambique e ao seu povo, que não eram lusófonos. No entanto, hoje, podemos dizer que houve alguma evolução a este respeito. O Ministro da Cultura de Moçambique em 1999, o linguista Prof. Doutor Mateus Katupha, participou em Lisboa, no edifício então pensado para ser a Casa da Lusofonia, na inauguração do conjunto de eventos designado *Pontes Lusófonas II*, - dedicado a Moçambique e que se desenrolou em Portugal e em Moçambique - e nunca se pronunciou em desfavor, nem do nome do evento, nem do nome da Casa em que estava a inaugurar o evento. O Ministro Mateus Katupha, na abertura das *Pontes Lusófonas* no Maputo, usou o termo lusófono, quer aplicado à língua, quer declarando: «Moçambique está comprometido com este projeto da lusofonia» (Jornal *Notícias* de Maputo, 16 de Setembro de 1999). Este evento está documentado na imprensa moçambicana (Jornal *Notícias* de Maputo, jornal *Savana*, *Diário de Moçambique*) e foi objeto de grande cobertura jornalística. Em nenhum ponto, em nenhum encontro foi verdadeiramente posta em causa a designação ou o conteúdo. Se esta situação não significa necessariamente a aceitação pela classe política e intelectual moçambicana do termo lusofonia, atesta pelo menos que o termo deixou de criar anticorpos graves. Parece que Aldónio Gomes, ao escrever o seu artigo, estava muito marcado pela então realidade moçambicana.

portuguesa naqueles países da CPLP, se pode encontrar, neste artigo de Aldónio Gomes, uma visão clara das necessidades e o contraste com o que, na sua opinião, caracterizava a atuação de Portugal.

«Uma política de língua deverá alicerçar-se numa intervenção em frentes múltiplas, numa intervenção social alargada e numa intervenção dialogante.» (p. 169)

Na perspetiva do autor, esta era a compreensão que faltava à cooperação na área da língua, nos países de língua portuguesa em África. O entendimento de que cada um destes países representava realidades diferentes e que deveriam merecer uma estratégia diferenciada.

Em 2003, surgiu um documento de orientação estratégica<sup>491</sup>, e que era assumida pelo Ministério da Educação nos seguintes termos:

«A orientação estratégica sobre a cooperação para o desenvolvimento está definida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99 de 18 de Maio» (segue-se uma hiperligação para o texto «A cooperação portuguesa no Limiar do século XXI»)<sup>491</sup>

Este texto apontava, para a área da língua, as seguintes medidas:

«- apoio à expansão dos sistemas de ensino dos países de língua portuguesa (designadamente através da formação local de professores);

---

<sup>491</sup> ICP, 2003, *A Cooperação Portuguesa no Limiar do séc. XXI*, pp. 53, versão de 23/09/2003, documento eletrónico em formato PDF. Este documento não contém ficha técnica com informação sobre a entidade que o elaborou. Tem apenas a designação “cooperação portuguesa”. Foi retirado da página eletrónica do Instituto da Cooperação Portuguesa, agora substituída pelo do IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, onde já não consta o referido documento. Existe, no entanto, uma referência no sítio [http://www.gaeri.min-edu.pt/cooperacao\\_desenvolvimento.htm](http://www.gaeri.min-edu.pt/cooperacao_desenvolvimento.htm).

- apoio específico (científico, pedagógico e didático) ao ensino do português nestes países;
- apoio à formação de tradutores e intérpretes que permita intensificar a utilização do português como língua de trabalho nas organizações internacionais;
- apoio ao ensino do português como língua segunda no estrangeiro.» (p. 41)

O tipo de mediadas acima citadas, se bem que não particularizem um dos aspetos apontados em Gomes (1994), a especificidade ligada a um conhecimento da realidade de cada um dos países de língua portuguesa em África, aponta ainda assim para pontos fulcrais que deveriam acompanhar, ainda hoje, qualquer ação de parceria bilateral com aqueles países.

No ponto do documento estratégico acima referido, dedicado ao Instituto Camões (pp. 49-50), lembra-se que se limita a reproduzir as linhas do Programa do XIV Governo Constitucional (cf. p. 184 e seguintes).

Aponte-se ainda um outro documento, mas este do Instituto Camões, também de 2003<sup>492</sup>, e cujo título refere espaço da CPLP como o seu espaço de referência, mas que, depois, acaba por tratar das suas propostas para uma ação a nível mundial e que, neste aspeto, acaba por ser o conteúdo do *Plano de Atividades de 2003* (cf. p. 310 e seguintes). Contudo, este documento aponta linhas estratégicas que revelam conhecimento das questões de base para uma intervenção no espaço da CPLP, nomeadamente, na sua componente africana e, na Ásia, no que respeita a Timor-Leste (p. 3, 12 e 14).

---

<sup>492</sup> Instituto Camões/Maria José Stock, Abril de 2003, *Contributos para a definição de uma estratégia para a língua Portuguesa no espaço da CPLP*, pp. 17, policopiado.

É assim que, neste documento, se elege o «reforço das competências linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa nestes países [PALOP e Timor-Leste]», a «formação de formadores ao nível do ensino secundário» e «o ensino de português por objetivos específicos.» (p. 2). Mais adiante e, na perspetiva do Instituto Camões, acentua-se que, sendo a LP. uma

«língua estratégica para a comunicação internacional, os programas de promoção e ensino do português deverão ser desenvolvidos de modo coordenado entre os países que o têm como língua oficial, através de organismos supranacionais que perspetivem o papel e estatuto como língua global (o IILP e o futuro INLO em Timor»<sup>493</sup>. (p. 3)

Fica-se, portanto, a saber que o Instituto Camões, em 2003, entendia ser importante que os programas para o ensino da língua oficial nos países africanos de língua portuguesa fossem coordenados entre Portugal e os países aos quais eram destinados, isto é, que os interessados fossem envolvidos. Como princípio básico, não pode deixar de ser considerado como um avisado ponto de partida para o sucesso de qualquer programa de cooperação. Por um lado, o desenvolvimento destes programas de promoção e ensino do português deveria ser feito através de um Instituto que se tem pautado pela não atividade e, por outro, que viria ainda a nascer.

Temos então uma ação prévia a estes programas, sendo de esperar que, no que respeita ao IILP, os seus membros se empenhassem na promoção do estatuto e da dignificação deste Instituto e lhe dessem o destaque e a operacionalidade de que ele precisava. Diferir para um organismo, que existia pouco mais do que no papel, uma responsabilidade que exigia meios técnicos e logísticos de que ele não

---

<sup>493</sup> INLO, Instituto Nacional das Línguas Oficiais.

dispunha parece que é diferir para um plano fora da realidade exequível o que mais adiante no documento se vem propor.

Fica, por isso, à partida, posta em causa, uma estratégia que assenta no pressuposto da intervenção de agentes que não têm capacidade operativa. Mas isso não impede que, no documento, não se dê conta que se tem consciência de que no geral,

«é necessário redefinir a rede de docência em termos de estruturas que considerem as prioridades de cada país, continente, área geoestratégica, organização internacional, que potencie a criação de unidades estruturais conjuntas dos países dos países lusófonos» (p. 5)

No mais, o documento estratégico identifica áreas prioritárias: a formação de docentes locais, a criação de parcerias «para a realização de programas de interesse comum para a promoção da Língua Portuguesa», o «estabelecimento de parcerias para o ensino a distância».

Este documento prescreve ainda um modelo de cooperação baseado nas parcerias com as Universidades dos países de língua portuguesa, nos centros de recursos (Centros de Língua Portuguesa), nas Universidades e nos Centros Culturais Portugueses, na atribuição de Bolsas, nos apoios bibliográfico ou à edição e na dinamização de eventos no domínio da cultura. Na prática é um modelo que nada trás de novo, já que em nada altera, nem a estrutura, nem a função, nem os mecanismos de intervenção.

Para culminar, não é possível avaliar, ou perceber, se a implementação do modelo exposto no documento teve algum resultado prático, já que o Instituto não apresenta, nem publica, dados que permitam compreender, até, se este modelo foi aplicado.

Eis uma das razões porque quem escreve sobre as questões ligadas à existência de uma política de língua ou sobre o seu planeamento, acaba por ter de tratar o assunto como se fosse necessário começar de novo, re-equacionar relacionamentos ou fazer percursos discursivos «à procura de uma política de língua». Isto acontece porque o poder político em Portugal toma este domínio, como algo que não necessita de uma abordagem especializada, que pode ser tratado como apêndice de outros assuntos.

Um qualquer documento pode enunciar uma série de questões para as quais o seu autor se mostra sensível e para o qual algo lhe chamou a atenção, mas nenhum documento consegue ir além da identificação de um aspeto de um qualquer problema, se não se fundar no estudo desse problema. É por isso que o artigo de Aldónio Gomes é interessante, pois revela dois tipos de conhecimento que, certamente, não são alheios ao facto de assinar o seu artigo indicando ser inspetor-geral do Ministério da Educação e coordenador de um Projeto da Fundação Calouste Gulbenkian<sup>494</sup>.

Este artigo aponta sobretudo a necessidade de, em Portugal, se pensar e refletir em termos de política de língua, se pensar e organizar as intervenções de planeamento com tudo o que isso implica de trabalho prévio:

projeto preliminar com a formulação e identificação das necessidades a abordar;

pesquisa para conhecer a dimensão real da necessidade e das condições no terreno para intervir na resolução do problema;

---

<sup>494</sup> E à medida que ia lendo o artigo fui-me perguntado se a razão da escrita deste artigo não teria sido motivada pela necessidade de demonstrar que o caminho que a “política de língua” então seguida tinha por pressupostos, mais o lado passional, afetivo, ligado aos diversos sentidos de «amor» e toda a carga emocional que aponta no seu trabalho e menos o lado racional criterioso, e fundado no conhecimento dos factos e da realidade, enfim, no estudo do problema. Em suma, este autor faz um contraponto entre o que entende ser uma ação sem critérios fundados e pensados e o trabalho de projeto, coordenado por si, no âmbito da Fundação Calouste Gulbenkian.

relatório com a avaliação da situação e identificação rigorosa do problema, das condições de intervenção e recomendações;

apresentação de uma política fundada no conhecimento adquirido com o trabalho prévio, definição das estratégias;

implementação da estratégia e acompanhamento do seu desenvolvimento;

avaliação para se poder conhecer os resultados e reajustar o sistema sempre que necessário;

divulgação periódica do progresso da implementação e dos resultados obtidos<sup>495</sup>.

---

<sup>495</sup> Este processo segue de perto as propostas de Kaplan e Baldauf (1997), mas o que aqui se pretende não é apresentar uma receita, antes evidenciar a necessidade de abordar este problema com uma metodologia própria.

### **10.1. O IILP**

Muito deveria poder ser dito por este organismo. Fundado 7 anos antes da criação da CPLP, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa viveu um limbo de 10 anos, até à VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP e, de então para cá, para além dos trabalhos de Instalação na Casa cor-de-rosa (Janeiro de 2005), na Cidade da Praia, em Cabo Verde, e da página eletrónica, que atesta a sua existência no ciberespaço, pouco se sabe da sua atividade.

Para além mesmo da aprovação dos seus estatutos em 2004, não há matéria pública relevante que se lhe possa apontar. E, no entanto, muito lhe devia estar reservado no que à concertação de políticas de língua portuguesa a nível internacional e na procura de soluções financeiras que garantam a viabilidade de uma Instituição que não tem tido o protagonismo que a sua existência exige.

No âmbito das suas competências, deveria constar a dinamização de projetos quer na área da intervenção, quer na da investigação nas diversas áreas da linguística, através da instituição de unidades de investigação e de intervenção financiadas através de programas nacionais e internacionais. Ao IILP, deveria estar reservado um papel de intervenção internacional na articulação das diversas perspetivas dos seus membros, no estudo e na proposta de soluções para o uso,

de facto, da língua portuguesa nas organizações internacionais. Deste Instituto deveria fazer parte um centro de estudos estratégicos da língua portuguesa que se articulasse com um Observatório da Língua Portuguesa.

Ao IILP deveria caber ainda uma dimensão de estudo, acompanhamento, investigação e elaboração de propostas, em colaboração estreita com os organismos nacionais, sobre o uso, promoção e estatuto das línguas nacionais, como forma de desenvolver o plurilinguismo interno da CPLP, já que estas línguas nacionais não podem ser vistas como uma ameaça à língua portuguesa, mas como um aliado contra as intervenções de outras línguas europeias, nomeadamente, a língua francesa na Guiné-Bissau e Cabo Verde e o inglês em Moçambique, que, essas sim, são ameaça, pelo seu dinamismo, justificado em muito pelo espaço de intervenção deixado pela ausência de solidez e consistência do apoio de Portugal na promoção da língua portuguesa.

O IILP tem de ser assumido claramente por Portugal como um centro de cooperação e de parceria com os países de língua portuguesa de África e da Ásia, devendo Portugal trabalhar para trazer o Brasil a assumir o seu papel fundamental na dimensão internacional da língua portuguesa. O IILP, não tendo outras receitas que as que lhe advêm das contribuições dos seus membros, deveria reservar uma parcela dessas verbas para a constituição de um fundo autónomo que lhe permitisse usufruir de uma menor dependência face a essas contribuições e obter algum autofinanciamento a partir dos proventos das aplicações financeiras que esse fundo proporcionaria. Desta forma, poderia viabilizar parte das atividades de investigação e dos projetos de intervenção que gostaria de implementar.

## 10.2. O Brasil

Lance-se um breve olhar pela estrutura que o Brasil tem no exterior, para levar a cabo a sua política de promoção da língua portuguesa no estrangeiro. A face desta ação é o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, que é o responsável pela execução da política cultural externa do Brasil. Através da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), são por si coordenados os Centros de Estudos Brasileiros – CEB. Os Centros que estão referidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil<sup>496</sup> são 15 e estão localizados principalmente no continente americano (9). Fora deste continente, existem três em África (Bissau, Luanda e Maputo) e outros tantos na Europa (Barcelona, Helsínquia e Roma).

A par destes existem também 6 (seis) Institutos Culturais Bilaterais<sup>497</sup>, e dois CEB que adotaram a estrutura e designação de Fundação, comparável, segundo o DPLP, aos Institutos. Este tipo de estrutura está instalada em sete países do Continente americano e

---

<sup>496</sup> <http://www.dc.mre.gov.br/brasil/page7.asp>. O sítio do Departamento Cultural contém apenas informação mínima e não apresenta qualquer documento programático sobre a política de língua ou quaisquer outras determinações do Governo brasileiro sobre a sua ação no exterior que visem a promoção da língua portuguesa no exterior.

<sup>497</sup> Têm designações que não são uniformes já que adotam o nome consoante o acordado com o país onde estão implantados. Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Instituto Cultural Brasil-Venezuela (Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevideu), Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito) e o Brazilian-American Cultural Institute (Washington), Outros são antigos CEB que adotaram a nova estrutura de Instituto: Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires) e Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José).

um na Europa (Itália). O Departamento Cultural, através da DPLP, opera ainda 31 Leitorados (um na Faculdade de Letras da Universidade do Porto), dos quais 21 na Europa, 2 em África, 5 no continente americano e 3 na Ásia.

Pelo que acima se refere, verifica-se que o Brasil privilegia as estruturas de contacto público, os CEB e os Institutos, no seu continente. Já a estratégia com os Leitorados dá primazia à Europa, onde o Brasil tem 2 terços do total dos seus leitores.

Não é aqui relevante se existe alguma, ou nenhuma, cooperação entre os dois polos difusores da língua, Portugal e Brasil. O que seria de interesse para a língua portuguesa era que essa cooperação começasse a existir. Se compararmos as duas estruturas facilmente se concluirá que existem, em termos de cobertura mundial, países onde está presente uma estrutura de Portugal, ou onde não existe uma de Portugal e o contrário. Existem países e até, no caso dos leitorados, universidades, em que existem leitores de ambos os países. No entanto, haver leitorados dos dois países numa mesma instituição pode não querer dizer duplicação de esforços, pode querer dizer esforço de atividades conjuntas.

Mais importante seria que fosse possível que qualquer das estruturas de Portugal ou do Brasil pudesse sensibilizar os seus públicos para as realidades culturais diferentes ou para particularidades das variantes europeia e americana do Português. O que seria positivo, e um grande serviço prestado à língua portuguesa seria que as estruturas de Portugal e do Brasil, assim como os seus representantes culturais e de docência, se empenhassem em dar uma imagem da língua portuguesa como uma língua internacional comum e não competissem entre si, vincando mais as diferenças que o global que as une. Este tipo de atitude é prejudicial à afirmação da língua

portuguesa porque a enfraquece, face às outras línguas internacionais.

Este é o tipo de posicionamento que pode ser aproveitado pelos organismos internacionais para travar o uso efetivo da língua portuguesa como língua de trabalho, pois escudam-se em questões falsamente relevantes como que variante usar ou que norma ortográfica adotar para, desta forma, os defensores de línguas já em uso puderem, na prática, continuar a impedir o uso da língua portuguesa nas organizações internacionais.

Não se discutem, neste trabalho, posições linguísticas que existem dos dois lados do Atlântico, sobre a questão de as duas variantes, portuguesa e brasileira, terem diferenças que as distinguirão tanto ao ponto de serem já *duas línguas*,<sup>498</sup> ou se essa distinção não vai tão longe, embora se verifique alguma diferenciação a nível lexical, nalgumas construções sintáticas ou na forma diversa da ortografia, essa é uma questão interna da lusofonia. Tanto o inglês, o espanhol, ou o francês apresentam estas mesmas realidades em relação às variantes que, naquelas línguas, também existem, e tem toda a pertinência estudar linguisticamente estes fenómenos, mas quando se fala destas línguas a nível político internacional, ninguém se lembraria de levantar esta questão, porque, no plano político, ela não é produtiva e funciona apenas como um argumento contra quem o levanta.

Também o Inglês apresenta grafias diferentes para a mesma palavra, opções lexicais diversas, expressões particulares não imediatamente compreensíveis por um falante de outro país ou de outro continente,

---

<sup>498</sup> Sobre este assunto que faz parte da história do entendimento sobre a questão da língua portuguesa no Brasil, ler Houaiss, Antônio, 1960, *Sugestões para uma política de língua*, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro. Apesar de ter sido publicado há 45 anos, continua válido já que a questão não evoluiu nos seus fundamentos, assim como a sua razão de ser por quem se preocupa em mantê-la viva. Também sobre este assunto: Silva, Rosa Virgínia Mattos, 1993, *Português Brasileiro: raízes e trajetórias*, pp. 75-91, in, Revista *Discursos*, n.º 3, Ed. Universidade Aberta, Lisboa.

e inovações sintáticas que naturalmente sucedem em línguas internacionais faladas em pontos extremos do globo e sem comunicação quotidiana entre si, mas nada disso obsta ao seu uso ou impede a sua adoção.

Internacionalmente nenhum dos responsáveis falantes destas línguas internacionais vem apresentar, em público, essa questão como um problema inultrapassável. Parece que só para o Português é que esta questão é relevante. Quando de facto não é, e, politicamente, em termos de relações internacionais é uma questão absolutamente nefasta para o português.

Em 2003 terá sido proposta, e acertada, uma colaboração entre estes Centros e o Instituto Camões<sup>499</sup>. Sobre esta situação chegou a ser dado conhecimento à imprensa. O *Diário de Notícias* (DN) na sua edição de 22 de Março 2003<sup>500</sup> noticiava que a então Presidente do Instituto Camões Maria José Stock e o Embaixador Brasileiro que então exercia o cargo de secretário-executivo da CPLP, João Augusto de Médicis, tinham tomado esta decisão durante a inauguração da *Expolíngua* de Madrid em que o Português foi a língua convidada.

Na notícia do *DN*, a Presidente do Instituto Camões informava que já haveria uma colaboração entre as estruturas dos dois países na Argentina e na Finlândia e dava-se conta do seguinte: «Essa experiência vai traduzir-se num protocolo.». Esta colaboração tinha sido reiterada pela então presidente numa entrevista a uma revista espanhola de nome *Actualidad*<sup>501</sup>, onde afirmava:

---

<sup>499</sup> Esta colaboração já tinha sido enunciada no *Plano de Atividades para 2003*, p. 17, num outro documento, *Estratégia, Plano de Atividades, Projetos, iniciativas e Medidas desenvolvidas pelo Instituto Camões*, Maio de 2002/Janeiro de 2003, p. 5.

<sup>500</sup> *Portugal e Brasil unidos na defesa da língua*. Esta mesma notícia apareceu também no semanário *Expresso*, de 24 de Abril de 2003, *Instituto Camões alia-se a Centros de Estudos Brasileiros*

<sup>501</sup> A reprodução da entrevista, em português, está em <http://www.instituto-camoes.pt/icnoticias/noticias03/port4cantos.htm>.

«Estamos sobretudo interessados em trabalhar com a Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB) e com todos os centros de estudos brasileiros no mundo»

Não se conhecem consequências deste interesse.

Entrevistada para este estudo, a atual Presidente do Instituto Camões, Dr.<sup>a</sup> Simonetta Luz Afonso, entende que o Brasil não se interessa suficientemente pela promoção da língua portuguesa, tendo outras prioridades para viabilizar um trabalho de parceria como aquele de que a anterior presidente se afirmava defensora.

Sobre as outras prioridades brasileiras, pode citar-se alguns autores brasileiros que se interessam pela temática da lusofonia e pela política de língua<sup>502</sup>, para quem a questão parece mais colocar-se na premência do reconhecimento da necessidade de existência de uma política de língua a nível interno,

«onde, aliás, toda e qualquer norma é vista, não como disciplinadora da vida coletiva, porém, como opressora, o que se considera liberdade (e é, no entanto, uma falsa liberdade) torna-se força de desagregação.»<sup>503</sup>

E a autora acentua,

«onde não haja uma política linguística – no sentido de conjunto de diretrizes que orientem o trato com a língua, no Ensino como em todas as instâncias e áreas públicas e coletivas de um país – tais forças [de diferenciação] são

---

<sup>502</sup> Não é por autores brasileiros como Maria Luiza de Carvalho Armando, que usa quer a designação “política de língua” ou política linguística, quer “política do idioma”, como refere Celso Cunha (1957) ou se use lusofônico por lusófono, que a língua portuguesa se torna menos uma ou mais diferenciada. Pode é dizer-se que seria mais conveniente terminológica e cientificamente mais produtivo, se se optasse por uma designação comum.

<sup>503</sup> Intervenção de Maria Luiza de Carvalho Armando (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), *A língua portuguesa na volta do milênio: riscos e ameaças (Brasil: por uma política de língua)*, Sexto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Rio de Janeiro, 8 a 13 de Agosto de 1999.

sempre deixadas a si mesmas. Parece-me ser esse o caso do Brasil.»<sup>503</sup>

Esta questão sobre a existência ou não de uma política de língua no Brasil põe-se ali como se porá em qualquer outro país. A sua abordagem é que pode ser melhor, ou pior, fundamentada no facto de aquele que a aborda saber fazer a distinção entre o que é política de língua e o que é a sua implementação, isto é, o que releva da estratégia, do planeamento ou dos meios para a sua execução.

Para o coordenador do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, IPOL,<sup>504</sup> Gilvan Müller de Oliveira, num artigo de 2005<sup>505</sup>,

«O Brasil tem uma triste tradição de políticas de destruição do património linguístico nacional – porque é disso que se trata: de compreendermos como e porquê línguas são um património para nosso país. Nenhum país da América Latina manteve tanta coerência entre o Diretório dos Índios do marquês de Pombal – de 1753 – de um lado, e as 143 páginas de legislação antilínguas produzido entre 1911 e 1945, recentemente compiladas pelo IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, e que atingiu seu ponto alto na chamada “Campanha de Nacionalização do Ensino” do Estado Novo varguista. Pombal atacou as línguas indígenas e muito especialmente a Língua Geral, conhecida leigamente como Tupi; Vargas se concentrou nas línguas de imigração, com respingos importantes contra as línguas indígenas. Em vários outros momentos da nossa História, porém, podemos identificar os

---

<sup>504</sup> Este Instituto brasileiro é um organismo privado que a partir de Santa Catarina, Brasil, desenvolve projetos de investigação e de intervenção na concretização do ensino bilingue (português-alemão e português-polaco) no sul do Brasil, no domínio da política de língua.

<sup>505</sup> <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281>, *Línguas como Património Imaterial*.

dispositivos de construção do monolinguismo e a violência desencadeada contra cidadãos brasileiros por causa das línguas que falavam. A política de estado no Brasil sempre foi a política da língua única.»

Esta citação, que sintetiza, de alguma forma, o processo que permitiu, primeiro a Portugal enquanto país colonizador e, depois, ao Brasil, enquanto Estado soberano que se queria unificado pela língua, implementar uma política de ensino monolinguê.

Temos assim duas posições quanto à questão da política de língua no Brasil. Uma que entende que não existe uma política de língua – do ponto de vista do combate ao analfabetismo e do enraizamento de uma escolarização eficaz no Brasil – suficientemente implementada que garanta o contrariar as «forças de desagregação» que atuam e que contribuem para o afastamento das variantes europeia e americana do Português, e uma outra posição que se posiciona do lado das línguas indígenas e da sobrevivência do que chama as línguas de imigração, que entende que as políticas de línguas do Estado brasileiro foram, não só eficazes na imposição da língua Portuguesa, como o foram na marginalização de todas as outras que fazem parte do mapa linguístico do país.

Na verdade o que estas duas posições nos deixam entender é que os Governos brasileiros foram eficazes na erradicação de um certo plurilinguismo, pretensamente em favor da língua portuguesa, mas, depois, não terá sido eficaz no planeamento linguístico da sua política de língua única, no sentido de conseguir um nível de literacia que garantisse uma maior ligação dos falantes à língua padrão. A este propósito, o Ministro da Educação e dos Desportos - Paulo Renato Souza declarou, na I Conferência dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que,

«se tomarmos, por exemplo, uma população de 15 anos vemos que a taxa de analfabetismo é 15,6%. Na população da faixa etária média do Brasil, dos 15 aos 19 anos, essa taxa é de apenas 6,8%, enquanto na população de 50 anos e mais é de 32,7%, ou seja, realmente entre os jovens a situação veio melhorando muito. Porém, verifica-se que, entre a população dos 15 aos 19 anos, existe ainda 16% de analfabetos no nordeste contra 2% no sul.» (p. 22)<sup>506</sup>

Por outro lado, ao mesmo tempo que atacou o plurilinguismo não soube implementar estratégias que, em simultâneo, que impusessem o português, em defesa de um equilíbrio ecolinguístico, e promovessem o bilinguismo, no respeito pelas línguas, quer indígenas, quer de imigração.

Constata-se assim que a tarefa que se coloca ao Brasil a nível interno é de uma grande magnitude e é natural que as prioridades vão no sentido de resolver as questões internas e que a questão da promoção externa da língua caia para segundo plano. Mas da mesma forma que os problemas da pobreza, ou da falta de escolarização da sua população jovem, não impediram o Brasil de se tornar um país com tecnologia e indústria espacial, ambas implicando investimentos elevadíssimos, também não se deve justificar um menor empenhamento e preocupação do Brasil com a promoção externa da sua língua, em função da dimensão dos problemas linguísticos internos do País. São problemas diferentes que devem ser abordados dissemelhantemente.

Se é verdade, até pela dimensão demográfica, que o futuro da lusofonia depende em boa parte do Brasil (cf. pp. 60-61), e que, de

---

<sup>506</sup> CPLP, 1997, *Relatório da I Conferência dos Ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, pp. 79. Lisboa.

uma forma mais decisiva, pelas potencialidades económicas do maior país da América do Sul, que, é hoje, a maior economia da América latina, tendo em 2005 ultrapassado já o México - e da sua vocação de grande país para se tornar numa potência internacional com ambições a passar a fazer parte dos países com acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas -, o futuro da língua portuguesa, como língua de comunicação internacional, não pode deixar de tomar em consideração a necessidade de uma maior cooperação entre Portugal e o Brasil, neste domínio, quer no plano bilateral, quer no plano alargado da CPLP.

Uma das formas de avançar nesta cooperação seria a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, pondo fim a situações danosas para a língua portuguesa, por exemplo em Timor-Leste, onde o facto de haver, neste país, manuais de língua portuguesa com origem em Portugal e no Brasil tem levado a situações de confusão entre os aprendentes que começaram por assumir os manuais escritos na variante do Brasil, como contendo erros ortográficos.

## 11. A UE

«A União Europeia será sempre um espaço multilingue.» Esta é uma declaração que se pode ler na abertura da página eletrónica da Comissão Europeia dedicada ao Dia Europeu das Línguas<sup>507</sup>. O que a página não diz é que esta afirmação se aplica apenas ao espaço da UE que se situa para lá dos edifícios que abrigam os organismos e instituições da União Europeia. No interior daqueles edifícios, no “território” institucional da UE, o multilinguismo já há muito passou a trilinguismo e continua a perseguir a sua agenda para a não oficial «*one language policy*» (cf. pp. 31-32).

Sobre este assunto pode ler-se, a espaços, nos jornais, os protestos de alguns países sobre a “fraqueza” monolingue da Comissão Europeia:

«Espanha, Itália e Portugal protestaram ontem contra a falta de tradução em todas as línguas nos documentos da União Europeia. Os três países impediram que o Conselho de Ministros do Emprego, marcado para ontem debatesse um dos pontos previstos.» ([Protestos por falta de](#)

---

<sup>507</sup> [http://europa.eu.int/comm/education/policies/lang/languages\\_en.html](http://europa.eu.int/comm/education/policies/lang/languages_en.html).

tradução na UE, *Diário de Notícias*, edição de sexta-feira, 4 de Março de 2005, p. 19.)

Sobre o mesmo assunto o jornal *Público* de dia 3 de Março de 2005, p. 12, dizia também o que a seguir se transcreve:

«Os textos que iriam servir de base para o debate apenas se encontravam disponíveis em francês, inglês e alemão.».

Em 2004 a *Agence Europe*, publicava, no dia 13 de Julho, estas afirmações de Abdou Diouf, Secretário-geral da *Organisation Internationale de la Francophonie*:

*«La réalité (...) montre clairement un déclin du plurilinguisme et un recul de la pratique du français dans les institutions de l'UE (...) et tous les experts ont démontré que les élargissements successifs ont mécaniquement affaibli le plurilinguisme.»*

O jornal *El País*, de 27 de Fevereiro de 2005 na sua página 12 apresenta um artigo com o título «El español, contra las cuerdas en la UE. La Comisión Europea ofrece para la segunda lengua de Occidente el mismo trato que para el esloveno o el letón.». Esta é a queixa da «segunda língua do ocidente». A terceira língua do ocidente, para seguir a designação espanhola também não terá menor razão de queixa. A ideia de igualdade entre todas as línguas na UE é proporcionar, a todas, o mesmo estatuto de desigualdade face ao inglês, com alguma exceção para o francês e o alemão.

No que respeita às Organizações multilaterais da UE como a ACP (África, Caraíbas e Pacífico), estas também são vítimas do mesmo tipo de tratamento linguístico a que também se referiram o secretário-geral da OIF ou o deputado Europeu Ribeiro e Castro que

denunciou o tratamento discriminatório dado à língua portuguesa naquela organização<sup>508</sup>.

Por fim, o deputado europeu Jean-Louis Bourlanges, citado pela Agence Europe em 8 de março de 2005, num artigo intitulado *Au-delà de l'information*, a propósito do problema do uso das diversas línguas nas Instituições da União Europeia «*Le problème des langues ne sera résolu qu'à condition de ne pas être posé*». Embora esta frase aqui citada tenha sido produzida em 1995, ela continua válida e é partilhada por autores como Robert Phillipson (2003). Também Abram de Swaan atualiza em 2004<sup>509</sup>, o seu texto de 1993, ao referir que «*Le problème des langues est le non-dit majeure de l'intégration européenne*», mas acrescenta

*«ne rien décider équivaut à prendre des "non-décisions" – et celles-ci risquent d'affecter la constellation des langues européennes plus gravement et plus durablement qu'aucune politique explicite n'aurait pu le faire.»* (p. 133)

Este tipo de reconhecimento é também o reconhecimento de que, não se discutindo o problema do respeito pela igualdade tratamento das línguas nas Instituições europeias, se vai mantendo a política não oficial da UE para limitar o uso das línguas de trabalho às três que cada vez mais são protegidas (inglês, francês e alemão). Não se discutindo este problema as línguas, os países que se sentem marginalizados, só vão conseguindo sustentar a atitude das Instituições comunitárias impedindo a realização de trabalhos como no já referido Conselho de Ministros do Emprego.

---

<sup>508</sup> *Jornal Digital*, 30 de Junho de 2005

<sup>509</sup> De Swaan, Abram, 2004, *La Constellation des langues*, Lignes, n.º 13, Fevereiro de 2004, Ed. Lignes/léo Scheer, Paris.

Mas também é verdade que, para a União Europeia discutir abertamente esta questão, significa mexer com um dos assuntos mais sensíveis para cada um dos governos nacionais dos países-membros. Quantos Governos estão dispostos a comunicar internamente, não tanto ao seu povo – que assume muitas vezes uma forma indistinta e impessoal –, mas aos seus eleitores – que são a face reconhecível e identificável, como valor de poder cíclico de decisão, sobre quem pode exercer o poder em nome do povo –, que abdicam do uso da sua língua nacional? Que a sua língua é menos necessária, ou menos falada, e que, por isso, e para bem da União e das finanças da UE, abdicam oficialmente do direito ao uso da sua língua, para passar a usar outras ou até apenas outra, na sua relação com e nas Instituições da Europa *multilingue*.

É de considerar que alguns governos, mais “*liberais*”, mais “*modernos*”, mais “*cosmopolitas*” e até mais *européístas*<sup>510</sup>, o fizessem sem grande dificuldade, não por falta de patriotismo, mas porque *essa* questão não pode *paralisar* a Europa. Por outro lado, quando chega a hora «de se querer fazer ouvir» muitos são os que preferem que os seus interlocutores sejam poupados aos auscultadores que lhes dão acesso à tradução simultânea, optando por falar numa língua de maior audiência direta (é o princípio da aplicação do critério de que quem precisa cede). Alguns países até o farão já, tal como a Comissão Europeia, de forma não assumida. Não o assumem porque sabem das repercussões que essa sua atitude iria ter no plano interno.

*«De plus, [...] les politiques et les citoyens, en public, prennent haut et clair la défense de leur langue, tout en profitant discrètement, en privée, des avantages que*

---

<sup>510</sup> Não no sentido de ser defensor de uma Europa unida, mas no sentido restrito de frequentador dos “corredores” das Instituições da União.

*propose cette autre langue plus largement répandue et connue»* (De Swaan, 2004:135)

Por outro lado, há países que nunca aceitarão que as suas línguas não façam parte do grupo daquelas, que poderão fazer parte das “línguas de trabalho”.

No entanto, se mais obstáculos não houvesse à decisão de se adotar, não um grupo de 5 ou 6 línguas de trabalho, mas uma língua única, ou melhor, a língua única – porque a questão não se poria sobre que língua seria a escolhida, mas sobre se os países-membros aceitavam, finalmente, que o inglês fosse a única língua das Instituições da União multilingue –, podemos ter a certeza que enquanto esta decisão tiver que ser tomada por unanimidade, pelo menos um país, se oporá sempre a esta medida: a França.

Quando a Alemanha aceitar esta ideia, quando a Itália estiver disposta a aceitar a solução, quando a Espanha vacilar, a França continuará a dizer não, quanto mais não seja, na esperança de que quando for a última e a decisão depender apenas de si, permitam que a UE seja bilingue (para todos os outros países poderem voltar renunciar à sua desistência e tudo ficar na mesma).

A questão preliminar, para perceber a tendência para o monolinguismo nas Instituições da UE, particularmente da Comissão Europeia, é perguntar que pode fazer um país isolado para alterar a atual tendência? A resposta é desestabilizadamente frustrante: nada. A verdade é que a máquina está em movimento e, provavelmente, é até pouco provável que *«les institutions de l’Union européenne soient en positions de changer le cours actuel des choses»* (De Swaan,2004:145)

*«Il a donc semblé que la politique la plus sage, dans un tel cas, était l’absence de toute politique.»*(*op. cit.*:145)

O que De Swaan, apresenta como quadro, na prática, é uma UE corroída por uma “forma de caruncho” chamada inglês, e que, nestas circunstâncias, para quem quiser viver na casa europeia, a solução que lhe resta é conviver com a situação, já que, para de Swaan, não se afigura possível, nem destruir a casa, nem chamar um “exterminador de pragas”, nem, naturalmente, estabelecer uma política que contrarie o destino que escreveu as linhas que uniram o Inglês à UE.

Mas, ainda assim, tentemos considerar a adoção de um grupo de línguas de trabalho para a UE, o que também não é de fácil aceitação. Desde logo, porque seria difícil acertar num critério. Como escolher as línguas? Pelas que têm maior (ou menor) número de falantes nativos na UE? Pelo número de países onde se falam essas línguas como língua materna? Pelo número global de falantes das línguas da União? Pelo número de países mais ricos da União? Ou pelos mais pobres? Ou pelos países que são maiores contribuintes líquidos para o orçamento comunitário?

Tomemos apenas um dos critérios acima propostos. É evidente que, para Portugal, o único critério aceitável é o do número global de falantes da língua. Mas este critério não agradaria nem à Itália, nem à Polónia ou aos Países Baixos. Restaria ainda a considerar, como barreira a ultrapassar, o fraco (re) conhecimento que a Europa insiste em parecer querer dar mostras, no que respeita a admitir, e a assumir, a dimensão geolinguística do Português. No entanto, este poderia ser o critério que, em termos das suas relações económicas externas, melhor serviria os interesses económicos da UE.

De uma maneira geral, os estudos feitos sobre o conhecimentos das línguas da União pelos seus cidadãos, (e.g. *Eurydice*, Eurobarómetro) para pouco mais servem do que para demonstrar o maior conhecimento do inglês por parte dos cidadãos europeus, o declínio

do francês no seio da União face à entrada dos novos membros do leste da Europa, o reforço do alemão, com a entrada de uma boa parte desses mesmo países de leste, que, provavelmente, terão feito desaparecer a diferença entre o número de falantes de francês e de alemão, colocando agora as duas línguas numa quase paridade de falantes, e, no caso do Português, para demonstrar a sua insignificante presença nos sistemas europeus de ensino.

Serve, assim, pelos números que nestes estudos são apresentados, o propósito dos que preferiam uma União Europeia que adotasse uma política que consagrasse o inglês como língua única da União, ou, na “melhor” das hipóteses, a defesa do sistema trilingue, inglês, francês, alemão. Qualquer destas hipóteses, no entanto, coloca numa situação de privação de direitos, uma boa parte dos cidadãos europeus.

Segundo o recente artigo<sup>511</sup>, Ginsburgh & Weber (2005), se a escolha viesse a recair sobre a unicidade do Inglês 45% da população europeia seria privada do acesso à comunicação com as Instituições da UE, e no caso de Portugal, 65% da população seria afetada. Se a “escolha” da UE passasse para a opção trilingue, juntado o francês e o alemão, a percentagem da população europeia a quem seria negado o direito de comunicar com as Instâncias da União Europeia baixaria para 19%, mas para a população portuguesa a percentagem seria de 57%. Como se pode perceber, estas percentagens de «*disenfranchisement*», negação de direitos, neste caso, de comunicar na sua língua, ou como recurso, numa língua que domine, assume que os que não são excluídos, têm conhecimentos linguísticos que lhes permite falar em qualquer das três línguas, independentemente de estas serem, ou não, a sua língua materna ou nacional.

---

<sup>511</sup> Ginsburgh, Victor e Weber, Shlomo, Language Disenfranchisement in the European Union, *Journal of Common Market Studies*, 2005, V. 43, N.º 2, pp. 273-86, Blackwell publications.

Este facto significa que muitos destes cidadãos continuariam a ver ser-lhes negado o direito fundamental de poderem tratar de assuntos que lhes dizem respeito na sua língua nacional. E que, ainda assim, os que estariam em condições linguísticas de comunicar com as Instituições Europeias o fariam com graus diferentes de competência, dado que o estudo não consegue aferir o grau de conhecimento dos que declararam ser competentes naquelas línguas.

Pode ser-se linguisticamente competente para comunicar em situações de satisfação das necessidades do dia-a-dia, sem ter a necessária competência para compreender, argumentar ou solicitar informações à burocracia de Bruxelas, e ainda, tomar decisões que afetem as suas vidas com a certeza de perceberem, em condições satisfatórias, as consequências das decisões que tomem ou que os afetem, sendo essas decisões tomadas por si ou por outros em seu nome.

Isto inclui igualmente a negação do direito dos cidadãos não só de se dirigirem a Instituições Europeias, como de poderem ser informados, poderem usar por escrito, ou oralmente, a sua língua nacional, e de receberem resposta nessa mesma língua, e o direito dos funcionários e dos delegados políticos dos países-membros a usarem a sua língua e a receberem documentação de trabalho nessa mesma língua.

Se a Comissão Europeia resolvesse, num ato que oscilaria entre o arrojado e o irrefletido, colocar esta questão para ser resolvida definitivamente, talvez estivesse a pôr em perigo a coesão da própria União. Esta é uma questão que pode abalar mais a União do que o fim da PAC<sup>512</sup> ou a renegociação das contribuições dos países-membros para o Orçamento da UE para os próximos anos.

---

<sup>512</sup> Política Agrícola Comum.

O que Bretton afirmou, em 1976, continua, talvez, a ser o travão que impede a UE de mexer, abertamente, na questão linguística interna das suas instituições.

*«language may be the most explosive issue universally and over time. This [is] mainly because language alone, unlike all other concerns associated with nationalism and ethnocentrism ... is so closely tied to the individual self. Fear of being deprived of communication skills seems to raise political passion to a fever pitch»* (P. 447, citado por Ginsburgh & Weber, 2005:275)

Por muitos argumentos, muitos deles ligados à morosidade processual causada pela necessidade de se traduzir a documentação da UE para as atuais 20 línguas, que se aduzam, para demonstrar que a melhor solução é abandonar a política chamada «regime de uso de todas as línguas»<sup>513</sup>, a verdade é que, os custos políticos do risco de afastamento dos cidadãos do processo de integração europeia poderão valer bem o preço de 2€ a cada cidadão Europeu para suportar a manutenção de uma política em favor do uso de todas as línguas oficiais da UE nas Instituições europeias.

Disso dependerá a construção de uma Europa forte, que seja também uma Europa dos cidadãos e das suas línguas, que não deixem de participar na criação de uma identidade e de uma verdadeira cidadania europeia, pelo facto de a sua língua ter sido (ou poder vir a ser) arredada da possibilidade de ser usada e de se fazer ouvir nas instituições europeias. Na verdade, as despesas com o uso das línguas oficiais nas Instituições da UE, não ultrapassa os 0,8% do orçamento total da UE. É claro que, se se disser que esta magra percentagem equivale a cerca de 1,236 € milhões, parece muito, mas

---

<sup>513</sup> Full language regime.

não deixa de ser menos de 1% do orçamento europeu (Ginsburgh e Weber, 2005:279).

Contudo, embora a questão apontada seja, muitas vezes, a morosidade e o aumento de pessoal necessário para satisfazer as atuais necessidades de interpretação/tradução (+1400 trabalhadores especializados) da UE, o combate à burocracia de Babel não é, de facto, um verdadeiro problema económico. Pelo contrário, muitas línguas pode significar mais informação a circular, e melhor acesso a essa informação e, logo, maior capacidade de resposta às propostas das Instituições europeias.

Em Phillipson (2003), a questão dos recursos linguísticos na UE não é vista de maneira diferente. Citando os resultados de um estudo do início de 1990 em que se pretendia saber da disponibilidade dos Deputados Europeus, os denominados “Eurocratas”, sobre a necessidade de se restringir o número de línguas como línguas de trabalho na UE, refere o seguinte:

*«While MEPs were largely against change, a large proportion of bureaucrats stated that they would welcome it. » (p. 121)*

*«It was mainly speakers of “small languages” like Danish and Portuguese (which is globally far from “small”) who did not want change, presumably because of the risk of their language being marginalized even further than is already the case. » (op. cit.:121)*

Estas duas citações sintetizam o ponto em que se posicionam os protagonistas desta situação. Por outro lado, Phillipson ao mesmo tempo que está consciente da posição da língua portuguesa na Europa e no Mundo mostra também o dilema “bipolar” da língua

portuguesa, entre o estatuto de língua global e o de “pequena” língua da UE.

Cabe, aos estados-membros, gerirem a “não-política” da UE e serem mais persistentes na defesa das suas línguas, isto enquanto a resistência passiva da UE vai alimentando o uso silencioso e indiferente do inglês. Passar para um regime que não considere todas as línguas oficiais da UE poderá, talvez, ter como consequência a impossibilidade de os europeus poderem um dia sentir uma identidade europeia, mas fá-los-á, certamente, sentirem-se mais distantes de Bruxelas.

### **Síntese**

A questão em volta do protagonismo, ou da sua falta, que tem acompanhado a existência de organizações como a CPLP e, na área que mais nos ocupa, o IILP, refletem, como não poderia deixar de ser, as condições de organização, capacidade de planeamento e determinação política que herdaram dos que lhes deram existência e lhe orientam o caminho que têm trilhado.

Como esperar que o IILP tenha um papel ativo e dinamizador de projetos se os países com mais condições para promoverem uma orientação de política de língua à organização têm eles próprios de políticas de língua suficientemente desenvolvidas para proporcionarem as condições para que o IILP possa desempenhar as funções para que foi criado? Esta é a constatação que se pode verificar a partir da situação tal como ela se apresenta hoje. Apesar de se considerar que existe espaço e necessidade de uma

organização como o IILP, o mais que se pode, nesta altura, almejar é a que, num futuro próximo, a situação atual se possa alterar para permitir o desenvolvimento do IILP em condições tais que possa servir a lusofonia e a língua portuguesa com o dinamismo e a organização necessárias às tarefas que por direito estatutário lhe cabem.

No que respeita à UE e às suas Instituições, o que se verifica, pelos estudos que são feitos e trabalhos publicados, é que, enquanto no quadro da promoção das línguas comunitárias nos diversos países da União, é notório um esforço claro da definição de um quadro comum que garanta a promoção das línguas minoritárias, a aprendizagem de línguas estrangeiras, a formação de professores, com vista à sua qualificação e a produção de materiais de qualidade que promova e motive a aprendizagem dessas línguas, internamente, ao nível das suas Instituições a tendência é para o uso cada vez mais restritivo das línguas nacionais da União, a promoção não oficial do inglês, ao mesmo tempo que vai abrindo caminho para uma hipotética primeira fase desta “não-política”, em que o uso das línguas poderá vir a ser reduzido ao inglês, francês e alemão, em nome de uma eficácia nas comunicações que ameaça privar dos seus direitos linguísticos e dos seus direito ao acesso a uma informação sem barreiras, mais de metade dos cidadãos da União. Estamos, portanto, perante uma União Europeia multilingue, com uma atitude institucional de funcionamento interno pró monolingue.

## **Parte IV**

### **12. Hipótese de um Modelo Estratégico**

Uma das questões que se devem colocar a quem se propõe pensar um modelo para uma área de intervenção política, é se se deve pensar um modelo independentemente da demonstração de que o estado sente que esta é uma das suas áreas de intervenção e que, sendo-o, ela se encontra em posição de ser considerada no plano político e dos interesses desse mesmo Estado, como uma das suas áreas reais de atuação.

Uma outra questão que se pode colocar é se um modelo de intervenção política, neste caso na área da difusão e promoção externa da língua, se deve considerar partindo do pressuposto de que projetar uma língua para fora das fronteiras demográficas de uso como língua materna é uma medida que, para além das questões

políticas, económicas e culturais, é uma forma de provocar a expansão da língua e, desta forma, promover a sua viabilidade como língua de comunicação.

Por uma questão de coerência interna de uma proposta de modelo estratégico para a promoção do PLE e da cultura portuguesa no exterior, não se pode questionar sobre a necessidade da sua própria existência, já que pensar o modelo tem que assentar no pressuposto da necessidade da sua existência. Se quem se propõe a conceção de um aparato conceptual, se tem primeiro de questionar sobre a validade do mesmo, é porque não se encontra na fase que lhe permite expor o conceito, mas se encontra ainda na fase que tem permitido aos sucessivos Governos, aqui analisados, adotar um discurso em que institui, por regra, a promoção da língua portuguesa no Mundo, mas, depois, passa ao lado dessa prioridade que ninguém lhe impôs, a não ser ele próprio, que ninguém senão esses mesmos Governos se abstêm de atribuir substância ao discurso por eles próprios produzido.

Do ponto de vista do investigador, a proposta de apresentar um modelo estratégico, no âmbito desta investigação, fundamenta-se nos resultados da análise e no princípio de que, tendo o Estado através, dos seus Governos, criado sucessivas estruturas para promover a língua portuguesa no exterior, só o pode ter feito porque, de alguma forma, seja ela qual for, reconhece que, dentro do papel do Estado, cabe a função de promover a língua portuguesa e aceita que esta tem um papel a desempenhar para além da área de génese.

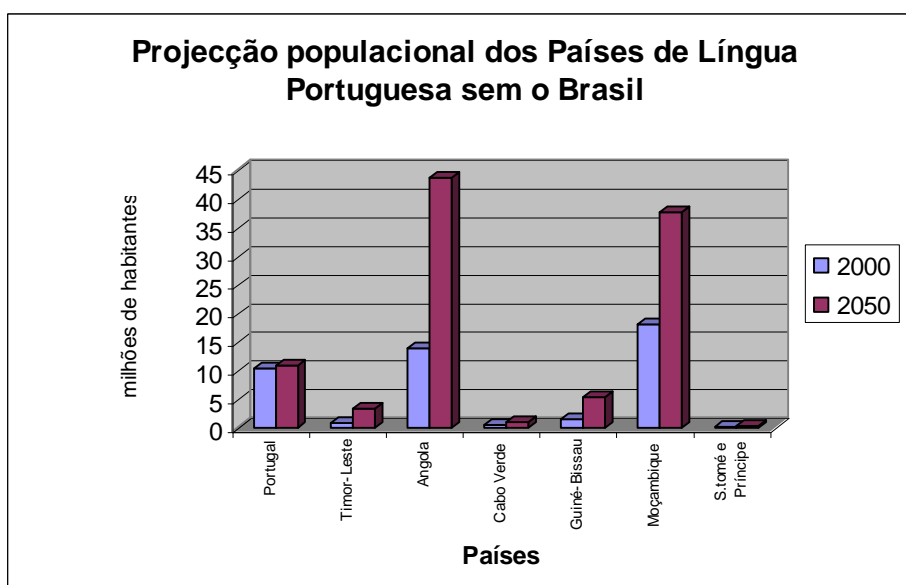
Este reconhecimento é anterior à existência dos Estados Africanos que entenderam atribuir o estatuto de língua oficial à língua portuguesa. Este é também espaço de crescimento interno da Língua

Portuguesa<sup>514</sup>. África é, aliás, o espaço onde existe, também, margem de crescimento para línguas como o Francês e o Inglês nos países que adotaram estas línguas como língua oficial.

O espaço europeu é o único, de acordo com as projeções demográficas da ONU, em que os falantes nativos de Português poderão vir a diminuir se se confirmarem as projeções de 1999 (cf. p. 5), ou, na melhor das hipóteses, crescer um pouco acima dos valores atuais, se considerarmos os valores corrigidos em 2003<sup>515</sup>, no período 2000 (10,225 milhões) a 2050 (10,723 milhões).

Pelo contrário, as condições de crescimento da língua portuguesa baseada no crescimento populacional em África, na América do Sul e no Sudeste Asiático são bastante positivas como os gráficos abaixo revelam.

Gráfico 8<sup>516</sup> População da CPLP I



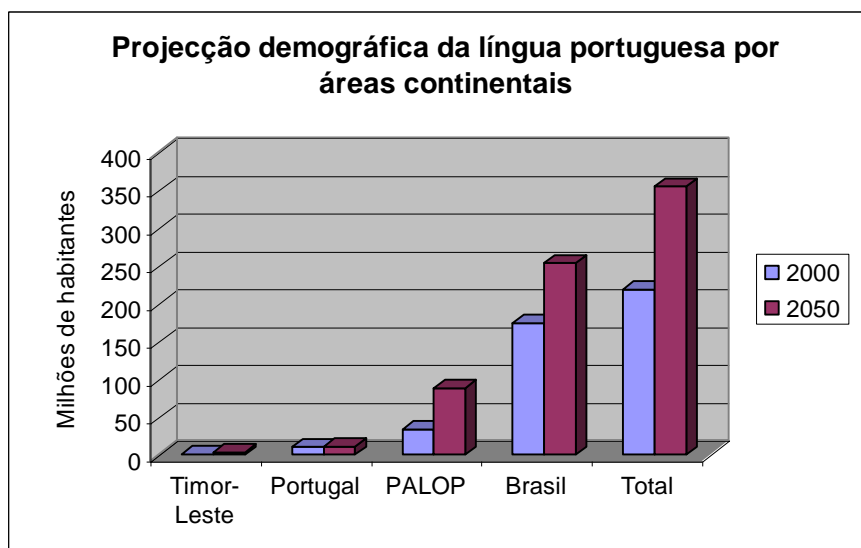
<sup>514</sup> Este crescimento é aqui entendido quer na vertente de língua materna quer na de L2.

<sup>515</sup> Segundo os dados da última revisão das projeções relativas a 2004, Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations.

<sup>516</sup> Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, World Population Prospects: The 2004 Revision and World Urbanization Prospects: The 2003 Revision, <http://esa.un.org/unpp>, 18 de Setembro de 2005; 9:38:16 AM.

Segundo a projeção da ONU de 2004, a população dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, até 2050, vai mais que duplicar.

Gráfico 9 População da CPLP II



De 33,7 milhões em 2000, passará para 87,7 em 2050. Timor-Leste terá mais de 3,2 milhões de habitantes em 2050 e o Brasil ultrapassará os 253 milhões. Neste quadro de projeções, a língua portuguesa, terá um potencial de cerca de 355 milhões de falantes nativos.

O que os dados da ONU nos dizem é que a Europa é o único continente que não verá crescer significativamente os falantes nativos de Português. Esta é uma situação que permitiria, caso não houvesse alterações, na relação de forças na União Europeia, quer linguística, quer económica, a designação de língua menos falada, de um país de média dimensão à escala europeia e comunitária<sup>517</sup>.

A condição de língua menos falada, aplicada à língua portuguesa, só pode ser considerada uma trágica ironia da história. Mas mudar esta versão europeia sobre a realidade da língua portuguesa só poderá ter

<sup>517</sup> Portugal é o 11.º país da UE em superfície e o 8.º em população.

lugar se isso for contrariado por uma argumentação forte e decidida. Essa argumentação não pode só ser baseada na questão dos direitos linguísticos, mas também aí; não pode ser usada apenas a imagem difusa e dispersa de 200 milhões de falantes, mas a clara convicção de que também nós apostamos na projeção da terceira língua da UE mais falada no mundo.

Nestas condições, Portugal deve enfrentar este desequilíbrio linguístico europeu, com a mesma firmeza com que deverá enfrentar o seu desequilíbrio económico. Do ponto de vista da promoção da língua portuguesa, o papel de Portugal deverá ser o de delinear e manter uma política contínua fixada, respeitada e com um horizonte e uma amplitude que não dependa do ciclo eleitoral.

Mas se tal não se tem verificado até agora como consegui-lo de hoje em diante? Uma das aproximações ao problema deve partir da própria posição que a língua portuguesa hoje ocupa no quadro Europeu. E que posição é essa? É a de uma língua estagnada no seu crescimento. Nos próximos 45 anos, a população portuguesa não vai gerar um saldo positivo de mais de 9% até 2030 e tenderá a entrar em recessão depois dessa data.

Ora, neste domínio, pode afirmar-se que a língua portuguesa apenas por motivos decorrentes deste fenómeno demográfico corre o sério risco de, no prazo de duração da vida ativa de um ser humano, passar a ser uma língua em risco de começar a desaparecer da Europa. Florescerá nos outros continentes, mas o inverso poderá suceder no espaço que lhe está na origem. Se a este potencial facto natural, se juntar a ação combinada da pressão económica e cultural de línguas de maior expansão, sobre uma língua que vê as suas fronteiras demográficas em grande declínio, maior será a dificuldade de sobrevivência dessa língua.

As línguas podem ser vistas como um organismo que se alimenta através de um processo de expansão dos seus falantes combinado com o desenvolvimento económico desses falantes. O primeiro elemento sustenta os falantes nativos; o segundo potencia o surgimento de falantes não nativos. Se nenhum destes dois elementos, falantes e/ou desenvolvimento económico, se produzir no seu espaço de influência, a língua encontra condições para entrar em declínio. Neste caso, e porque neste universo em que coabitam as línguas, não ficam espaços por preencher, se a língua não está em expansão, se o seu elemento vital não é saudável, o espaço que deixa de ocupar é preenchido por outras línguas.

Ora sendo a crença na possibilidade da defesa das línguas um sinal mais da sua próxima extinção do que da sua *Vitalidade*<sup>518</sup>, que alternativa resta a uma língua para continuar a existir? Uma das hipóteses é da sua expansão através da aproximação a outros falantes, já não os falantes nativos dessa língua, mas os falantes ativos que adquiriram essa língua como língua segunda ou como língua estrangeira e que, por essa via, se convertam em falantes ativos dessa língua.

Este processo pode ser induzido, como no parágrafo anterior se deixa antever, pela forma mais comum<sup>519</sup>, através da produção de um aumento de falantes não nativos, provocado pela atração do crescimento económico e cultural, dos falantes nativos impulsionadores desse desenvolvimento, e das relações comerciais e

---

<sup>518</sup> Entende-se aqui o conceito de vitalidade como o que «makes a group behave as a distinctive and active collective entity in inter group situations» Cartwright (2005:194), a partir do modelo desenvolvido por Giles, Bourhis and Taylor (1977) «Structural Analysis of Ethnolinguistic Vitality» e das variáveis que atuam sobre a vitalidade de uma língua: o seu Estatuto, a Demografia e ação Institucional.

<sup>519</sup> Ao dizer que é a forma mais comum está-se a considerar os movimentos económicos de globalização que as diversas sociedades têm experimentado principalmente desde o final da II Guerra Mundial. As formas conhecidas pela história, declaradamente agressivas, como são as guerras de conquista não são garante de assimilação linguística, como o provam as chamadas invasões bárbaras que puseram fim ao Império Romano mas não ao Latim.

financeiras daí resultantes. Este é um modelo de sucesso, a que Phillipson (1992 e 2003) chamou imperialismo linguístico.

Mas então, como proceder com línguas como o português, que tendo conhecido um movimento de expansão fruto dos complexos processos históricos que conduziram ao denominado período dos descobrimentos entre os séculos XV e XVI, que fruto desse processo se estabeleceram em vários territórios de vários continentes, mas que também por razões históricas se encontram hoje na situação de se conseguir expandir nesses continentes para onde foi exportada, mas que sofre de um desequilíbrio alimentar provocado pelo insuficiente desenvolvimento do segundo elemento desta dieta que sustenta a vitalidade das línguas, que é o desenvolvimento económico?

Neste caso, que fazer? Sobretudo quando um dos seus corpos, o que primeiro proporcionou a expansão, se encontra agora numa situação em que nem proporciona o alimento por via do primeiro elemento (crescimento populacional) nem assegura convenientemente o segundo (crescimento económico)?

Primeiramente, não se pode ignorar o facto de que a língua portuguesa na Europa, se não está em retração, está pelo menos num nível próximo do crescimento zero, em número de falantes nativos. Considere-se também o facto de línguas como o inglês retirarem, objetivamente, espaço à coexistência plurilingue<sup>520</sup>.

Se aceitarmos, ainda que apenas nos pressupostos gerais, que o inglês é uma língua que corresponde ao perfil de uma língua usada

---

<sup>520</sup> O simples mas determinante facto de o XVII Governo ter implementado no ano letivo 2005/2006, o ensino generalizado do inglês nos primeiros 4 anos do ensino básico, é prova de que a língua inglesa tem tendência a ser usada em regime de exclusão de todas as outras línguas estrangeiras. A questão sobre esta implementação não é não ser boa, é ser totalitária. Com efeitos colaterais não calculados sobre a capacidade futura destes jovens cidadãos, em compreenderem o significado e a importância da democracia linguística numa sociedade plurilingue.

para fins de imperialismo linguístico na sua condição mais aguda e agressiva, e que hoje é inegável a sua presença extensiva e ostensiva nos mais diversos setores da vida dos cidadãos Europeus e, conseqüentemente, na dos portugueses, ter-se-á de aceitar que uma possibilidade a considerar, como forma de lidar com esta situação, é a de usar mecanismos que, de uma forma consistente, permita ao português respirar em ambientes mais largos do que os do seu espaço geolinguístico Europeu.

É neste sentido que se deve entender a afirmação de De Swaan sobre a necessidade de intervenção do Estado para garantir a promoção da sua língua nacional.

*«Aussi longtemps que l'Etat protégera la langue nationale, il n'y aura pas, sans doute, de risque réel d'extinction, mais cette perspective, pour improbable et lointaine qu'elle soit, doit absolument être reconnue et évaluée.»* (p. 146)

Ainda que a visão de tipo belicista de alguns setores da sociedade francesa, sobre a questão das relações de difusão e uso das línguas, pelo seu discurso agressivo e confrontacional, não seja um entendimento do problema que leve a grandes resultados, embora permita protagonismo às ações e aos atores dessa atitude beligerante, a verdade é que o ímpeto massificador do inglês, que conta, não só com a afirmação económica dos principais países anglófonos, onde a população de origem europeia é maioritária, mas também com adeptos ativos em falantes de outras línguas, no Norte da Europa como é o caso da Escandinávia, vai ultrapassando a oposição dos adeptos da confrontação anti-inglesa. Em Portugal, como já vimos, a simpatia acrítica<sup>521</sup> pelo inglês é significativa.

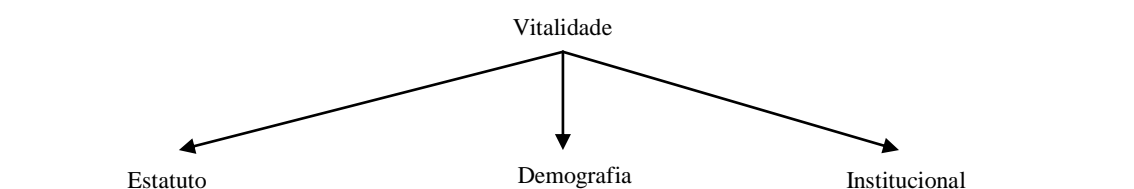
---

<sup>521</sup> O inglês é sem margem para dúvidas, uma língua que devemos conhecer, mas, como na publicidade, um produto que nos é apresentado como possuindo apenas aspetos positivos é um produto que nos deve fazer refletir. Qual será então o reverso da medalha? Não terá este

Para considerar a premência, a necessidade e a validade de uma política de língua para o exterior e de um modelo estratégico que a sirva, considerem-se dois fatores: um, geolinguístico e outro, numa perspectiva de mercado. Acresce que, neste aspeto, sob o ponto de vista das relações entre a oferta de línguas como um produto de consumo que justifique uma intervenção do Estado<sup>522</sup>, tem de se ter em consideração a existência de distorções do mercado, distorções provocadas por abuso de posição dominante e, daí, pelo risco de monopólio por parte de um dos agentes intervenientes.

Sobre o primeiro fator já aqui vimos referindo aspetos ligados à *Vitalidade*<sup>523</sup> da língua portuguesa. No caso do Estatuto da língua portuguesa no quadro europeu, pode considerar-se a sua posição como língua oficial da UE, ainda que esse seu estatuto não a retire da posição de língua menos falada, no âmbito europeu e estando estabelecido e aceite que nas Instituições Europeias esse estatuto não lhe trás tratamento de igualdade. Na vertente demográfica, a análise das informações disponíveis, colocam a língua portuguesa numa posição que não a favorece em praticamente nenhuma das componentes identificadas (Quadro 19) na taxonomia das variáveis estruturais do modelo de Giles *et al.* (1977:305) e já acima identificadas.

**Quadro 19** Modelo de Giles



remédio contra a moléstia da babel, consequências colaterais, efeitos secundários? Será que é uma solução sem riscos?

<sup>522</sup> Ainda que não descure questões de afetividade e de apego emocional no domínio do simbólico ligado à afirmação da identidade cultural e linguística dos povos.

<sup>523</sup> Se numa perspectiva conceptual e operativa se entende aqui que este conceito é útil a esta análise, deve-se também entender a sua utilidade pela reinterpretação que permite dos conceitos e variáveis desenvolvidos por Giles *et al.*, no contexto do bloco geolinguístico e geopolítico que a União Europeia, enquanto entidade supranacional, constitui e do qual Portugal é parte integrante.



Do ponto de vista institucional, sabemos do grau de penetração, nos meios de comunicação social, das línguas estrangeiras, com uma posição dominante de quase exclusividade detida pela língua inglesa. Constata-se também a clara preferência das instâncias governamentais pelo fomento da língua inglesa em detrimento de outras línguas estrangeiras no sistema de ensino, a começar pelo básico. Nas áreas da cultura de massas, grande parte dos produtos culturais, do cinema aos espetáculos de música, há uma preponderância da língua inglesa, não só sobre as outras línguas estrangeiras como o francês, o espanhol, o italiano ou o alemão, mas igualmente sobre a língua portuguesa.

Quanto ao segundo aspeto, assenta no que acima se afirma, mas reforçando a sua relevância contextualizando a questão da predominância do Inglês numa perspetiva económica de mercado. Segundo François Grin existem condições para a intervenção do Estado, quando o mercado deixa de funcionar. Não se está agora a falar em condições iguais de mercado, pois tais condições dificilmente poderiam existir.

Mas está-se aqui a entender como uma falha de mercado, a prevalência de uma língua a ponto de privar o mercado<sup>524</sup> da escolha e da polivalência que essa escolha pode ocasionar na promoção do plurilinguismo. Quanto ao bilinguismo do tipo língua materna/inglês<sup>525</sup>, este é uma barreira à livre escolha das línguas estrangeiras por parte dos cidadãos. Recorde-se que cria barreiras à comunicação entre os povos não anglófonos, além de promover o monolinguismo anglófono<sup>526</sup>.

François Grin (2005:84) aponta 6 situações para justificar a existência de uma política pública no domínio da língua. Qualquer delas aponta para situações de desequilíbrio em que sejam os falantes, quer enquanto indivíduos, quer enquanto grupo, a perderem capacidade de intervenção, vendo limitados os seus direitos, seja a sociedade de uma maneira geral ao ver a sua diversidade linguística ameaçada: pela falta de informação que inibe os cidadãos de fazer escolhas, pela existência ou criação de situações de monopólio, pela existência de situações externas que afetam o livre desenvolvimento das línguas que estão sujeitas a essas intervenções linguísticas externas.

---

<sup>524</sup> O XVII Governo português ao impor o ensino de uma única língua, o inglês, nos primeiros anos do ensino básico público está a condicionar fortemente a capacidade dos seus jovens cidadãos, de optarem por outras línguas, reprimindo a possibilidade de os seus cidadãos poderem ser uma mais-valia num mundo plurilingue.

<sup>525</sup> É preciso não esquecer que este é um tipo de bilinguismo em que uma das línguas poderá passar a funcionar em circuito fechado. Se a língua materna começar a passar a funcionar apenas em meio interno, poderá começar por funcionar numa geração como língua de grupo, mas à medida que as novas gerações bilingues começarem a ser mais proficientes na segunda língua do par, a tendência será para passar a usar a língua que lhes pode servir para prover todas as funções de comunicação, podendo em consequência levar a que mais e mais a segunda língua do par se transforme, em duas ou três gerações, na primeira língua do par, tal como acontece nas comunidades emigradas. Esta situação, que potencialmente poderá vir a ocorrer numa sociedade bilingue do tipo descrito, é um processo que não se produzirá no mundo anglófono, que fica nestas condições imune ao fenómeno.

<sup>526</sup> Com a agravante de se poder estar a contribuir para aliviar os orçamentos de educação dos países anglófonos, que assim terão menos motivação para promover políticas de ensino de línguas estrangeiras nos seus *curricula* escolares do ensino básico e secundário. Tornando este facto em mais uma desvantagem económica para os países não anglófonos.

*«In fact, it could be argued that almost every form of market failure occurs when it comes to the provision of linguistic diversity. » (Grin, 2005:84)*

Neste contexto, a intervenção do Estado na implementação interna do provimento de línguas (cf. pp. 71-74) não está a ser feita de acordo com a promoção da diversidade linguística, nem está a dar resposta às necessidades, por exemplo, da sua indústria exportadora, como se justificaria do ponto de vista económico. Do mesmo modo, e porque a promoção externa das línguas é uma forma de combater não só a estagnação no aumento interno dos falantes da língua, como constitui uma forma de neutralizar alguns dos agentes inibidores da promoção de uma imagem positiva da língua portuguesa na Europa (e no mundo), que é o de na União Europeia, se ver na condição de língua minoritária, ao mesmo tempo que é a sexta língua mais falada no mundo, a terceira língua da UE com maior projeção global.

Estas são algumas justificações políticas e de mercado, mas não se pode subestimar outra realidade, a de Portugal entender que ser falante de uma língua de projeção pluricontinental é um vetor estratégico que não se pode dar ao luxo de malbaratar. As afirmações que constam dos Programas de Governo sobre a necessidade de promover e difundir a língua portuguesa no Mundo fazem sentido e têm fundamento na expressão global da língua. As ambições de conseguir que a língua portuguesa seja de facto uma língua de comunicação internacional são justificáveis à luz do posicionamento geolinguístico global do português.

A questão, como se apresenta a partir dos dados analisados, passa necessariamente por ajustar a ação ao discurso e não o contrário. Quer isto dizer, que estando o desempenho, e os recursos colocados ao serviço da ação, tão longe do que é dito, é bom que a efetivar-se uma adequação de um ao outro, esta se faça no sentido de dar

conteúdo e substância ao discurso da afirmação e valorização da língua portuguesa e à promoção da língua como um desígnio nacional.

Fica claro, deste modo, que a necessidade da adoção de um modelo estratégico para promoção da língua portuguesa no mundo se justifica plenamente pelo que a língua portuguesa representa de mais-valia para Portugal, enquanto país falante de uma língua falada em 8 países e por 200 milhões de falantes.

Pensar um modelo não implica, necessariamente, extinguir esforços feitos ou reconstruir estruturas que já existem. O que implica, sem dúvida, são outros compromissos, outras regras e um pensamento estruturado e organizado, de modo a que, a estrutura organizativa que tem que aplicar apenas o modelo, o possa fazer cada vez mais profissionalmente, para que dependa da ação política do Estado, na medida em que serve um dos seus desígnios, mas cujo planeamento e implementação em termos de ações de promoção e difusão, possam ser feitos independentemente de quaisquer restrições governamentais.

Esta proposta de modelo estratégico considera vários níveis de atuação:

- o nível político estratégico;
- o nível de planeamento, da implementação e da execução;
- o nível estrutural organizativo;
- o nível funcional;
- o nível de avaliação;
- o nível da retroação e da correção do sistema.

A nível político e estratégico é essencial o estabelecimento de duas condições prevalecentes sobre todas as outras e que a seguir se analisam:

- a condição de a promoção da língua portuguesa no exterior ser, no contexto da situação linguística internacional, dados os interesses estratégicos de Portugal e as relações internacionais, não só uma prioridade, mas um desígnio nacional com implicações quer na imagem de Portugal e dos portugueses, quer na afirmação efetiva de uma língua de inegável expressão global;
- a condição de, neste contexto de relevância na política nacional, existir uma efetiva subordinação departamental a um conceito estratégico de promoção externa da língua portuguesa: o de que todas as instituições e departamentos que a ela fiquem vinculados, a executem na vertente específica para que estão vocacionados. Será em função dessa política nacional predefinida, que serão perseguidas as metas estabelecidas no Plano Estratégico para a Promoção e Difusão da Língua Portuguesa no Exterior em cada uma das vertentes de atuação (PALOP, Comunidades Portuguesas e PLE).

Um princípio que deve orientar não só esta política, como a criação de condições económicas orçamentais para a sua execução, é o de que não se podem prejudicar investimentos de médio e de longo prazo para atender a problemas, ou dificuldades, do imediato. Primeiro, porque põem em causa a concretização dos objetivos traçados e, depois, porque a análise sobre procedimentos passados revela que os esforços de racionalização de custos resultam, não no redirecionar dos recursos em benefício dos objetivos da instituição, mas no facto de a mesma ser privada dos frutos dessa racionalização, reduzindo orçamentos, o que, em última análise, apenas prejudica uma verdadeira organização das instituições, a sua capacidade para

cumprir compromissos perante terceiros e, mais grave, serve a sedimentação de uma má imagem das instituições portuguesas e da língua que se pretende promover.

No plano institucional internacional, o objetivo tem que passar pela parceria ativa com os países de língua portuguesa, na prossecução de uma política de presença efetiva da língua portuguesa nos organismos internacionais, para o fortalecimento da lusofonia.

Ainda neste plano de parceria internacional, Portugal, ou instituições de promoção da língua portuguesa por si patrocinadas ou que integra, deve participar em projetos com outras organizações que visem também a promoção de outras línguas, como as línguas latinas, numa base de igualdade e de reciprocidade efetiva. A prazo propor-se-á a criação conjunta, de um Instituto de promoção de Línguas Latinas, onde se ensine, em parceria, estas línguas.

O nível de planeamento implementação e execução, e porque se trata da promoção externa da língua<sup>527</sup>, enfatiza o entendimento deste modelo, pois, para além da argumentação já apresentada sobre as razões que justificam a intervenção do Estado na promoção da língua portuguesa, a intervenção externa, nesta área, é uma forma privilegiada de conseguir visibilidade para ela.

Mais uma vez, não se trata aqui de reagir, ou de agir, na convicção de que existe uma guerra de línguas (Calvet, 1987 e 1999, e Phillipson, 1992 e 2003) e de que devemos participar nela, mas partindo do princípio que, ao promover o ensino externo da língua, se estão a perseguir três objetivos primordiais:

---

<sup>527</sup> A promoção externa da língua (*Language Spread*) é neste trabalho entendido no sentido que lhe é atribuído em Kaplan & Baldauf 1997:67, ou em Oaks, 2001:429.

- contribuir para tornar a língua portuguesa numa língua de comunicação internacional<sup>528</sup>;
- contrabalançar, em termos europeus, a situação demográfica adversa que existe em Portugal (e as projeções da ONU até 2050, indicam que a situação não se deverá alterar) promovendo no exterior o crescimento de falantes ativos desta língua;
- promover a língua portuguesa no exterior, de molde a contribuir para minimizar os efeitos da promoção do bilinguismo internacional do tipo já descrito, língua materna/inglês, não no sentido em que isso *combate* o inglês<sup>529</sup>, mas porque isso expande o universo da língua portuguesa num quadro em que, neste domínio, outros agentes, de outras línguas, atuam e concorrem com o propósito de promoverem as suas línguas, no espaço interno da lusofonia. O facto de poder, com maior ou menor grau de sucesso, refrear este tipo de bilinguismo é um efeito colateral.

Este tipo de intervenção estatal, se bem que se possa enquadrar no que se vem designando por imperialismo linguístico, não pode ser encarado como uma ação nefasta, já que não visa a substituição de uma língua por outra, como a ação dominante do inglês claramente estipula (Graddol:2000), mas o estímulo do plurilinguismo ativo.

Privar a língua portuguesa de se tornar acessível no mercado das línguas, por se pretender que esta ação configura um ato de imperialismo linguístico, não só seria privar o mercado de aceder à sexta língua mundial, a que, ainda segundo Graddol (2000), terá mais do dobro dos falantes do russo (8.<sup>a</sup>) e o triplo dos do japonês

<sup>528</sup> No sentido em que só se pode considerar uma língua como tendo o estatuto de língua de comunicação internacional, quando ela passa a ser usada por falantes não nativos da língua.

<sup>529</sup> A tendência para a expansão do inglês não parece ser passível de combate eficaz, se se olhar este movimento como uma vaga, ou uma onda de grandes proporções, percebemos que temos de esperar pelo refluxo da onda para atuar e, pelo menos no atual cenário de aceitação global e segundo o estudo de Graddol (2000) para o *British Council*, não se prevê a retração ou estabilização desta bolha inglesa antes de 2050. O que não impede que se trabalhe por cima dessa mesma onda.

(9.<sup>a</sup>), como inibe a criação de uma margem de falantes ativos da língua portuguesa, falantes que estimulem e exponham a língua portuguesa ao universo mediático internacional.

Ainda neste nível de análise, considera-se fundamental a elaboração de estudos de mercado, estudos de tendência e de oportunidade, a médio e longo prazo, de análise social e económica: seriam estudos revistos a cada triénio, de forma a manter os organismos atentos às oportunidades e às tendências do mercado, tanto quanto às necessidades alargadas da lusofonia, e que permitam conjugar os objetivos políticos com a situação no terreno, num planeamento adequado, que contribua para correções atempadas e para a flexibilidade que o mercado linguístico impõe.

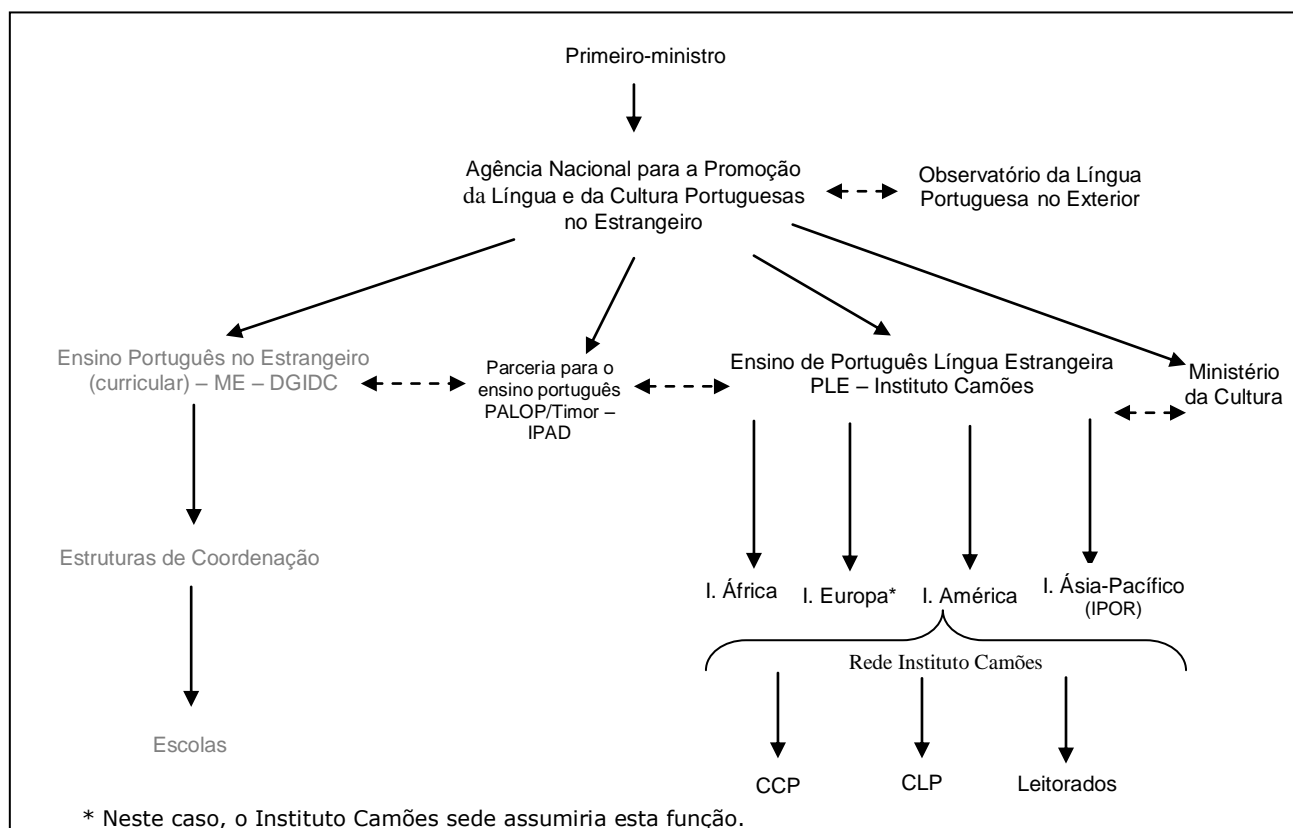
Um outro aspeto do planeamento é, por outro lado, a monitorização das necessidades de formação, seja de professores para o ensino, seja de técnicos para os organismos internacionais, por outro, o aparato logístico necessário à remoção de barreiras técnicas ao desempenho daqueles. O estímulo à produção de materiais didáticos nos diversos suportes necessários, materiais adequados às diversas realidades do mercado, através da criação de programas de apoio à criação, edição e distribuição desses materiais.

A par da divulgação e da aposta profissional na *Internet*, a disponibilização de materiais de apoio ao ensino e à aprendizagem a distância, o planeamento da formação contínua de professores seria, em parte, assegurada pela formação a distância, através de protocolos de colaboração com instituições vocacionadas para esse fim, com recurso a plataformas de *e-learning*.

Promover de forma ativa o IILP como um espaço de diálogo para a coordenação internacional no âmbito da lusofonia, quer na promoção de atividades em parceria, quer na conjugação de esforços para

harmonizar políticas dos países membros da CPLP e, como consta dos seus estatutos, promover a «utilização oficial [do Português] em fóruns internacionais»<sup>530</sup>.

**Quadro 20**<sup>531</sup> Hipótese de um Modelo Estratégico de Promoção da Língua Portuguesa no Exterior



A nível Estrutural Organizativo, considera-se que a criação de uma estrutura leve, diretamente dependente do primeiro-ministro, a Agência para a Promoção da Língua Portuguesa no Estrangeiro, teria atribuições para dirigir a implementação da política de língua, assegurar a coordenação das estruturas e supervisionar a uma efetiva articulação entre as estruturas intermédias, prevenindo as

<sup>530</sup> Ponto 2 do art.º 1.º dos estatutos do IILP.

<sup>531</sup> Neste modelo, não são consideradas alterações estruturais na componente Ensino Português no Estrangeiro (curricular). As alterações situam-se ao nível da definição da política e da responsabilidade pela sua implementação, esta componente, tutelada pelo Ministério da Educação continua responsável pela execução da política definida, mas responde diretamente perante a Agência e o primeiro-ministro que avalia igualmente o desempenho de todas as estruturas sobre a sua direção política e estratégica incluindo as que se enquadram funcionalmente no ME.

resistências e as dificuldades que se apresentem, resultantes de eventuais sobreposições de competências.

A Agência seria detentora de capacidade de direção orgânica e funcional interdepartamental, que lhe adviria da sua dependência direta do Chefe do Governo, sobre os organismos que intervêm na execução da política externa da língua portuguesa, que responderiam hierarquicamente perante a Agência; teria capacidade de decisão, sobre toda a atividade destes organismos governamentais que atuam na área da promoção e difusão da língua portuguesa, os organismos que, por razões diversas se encontram tutelados por Departamentos Governamentais diferentes.

A Direção da Agência seria nomeada por um período não coincidente com o calendário eleitoral e superior a uma legislatura, e não inferior a sete anos, para assegurar uma continuidade institucional e política. A Agência manteria canais de comunicação e de consultadoria com as forças políticas parlamentares para assegurar a natureza nacional da sua política. A designação e o formato da Agência iria ao encontro e teria em consideração, o estado das atuais iniciativas da Comissão Europeia que visam a criação de um organismo autónomo da UE para a diversidade linguística na Europa<sup>532</sup>.

Neste nível seriam consideradas as estruturas e os meios que serviriam os restantes níveis.

Considere-se então uma proposta de modelo que, a nível Funcional, seja capaz de responder a uma promoção e difusão da língua que vá além da presença elitista em universidades. Esta presença cumpre sem dúvida um propósito de promover o acesso à língua portuguesa de quadros ligados às artes e às letras, mas é residual o número de

---

<sup>532</sup> UE – Directorate General Education and Culture, 18 de Maio de 2005, *A Feasibility Study Concerning the Creation of a European Agency for Linguistic Diversity and Language Learning*, Final Report, 119 pp. Documento em formato eletrónico - PDF.

docentes identificados com a lecionação em Instituições ligadas a outras áreas como as técnicas e as científicas (como *Jinan*, em Cantão, cujos alunos são em parte alunos de medicina: *ChengDu*, também na China, e também na área da medicina; ou Budapeste, na área da economia e administração). Mas este não pode ser nem o único, nem o principal meio ao dispor do Instituto Camões.

A sustentação de uma promoção da língua apenas ou quase exclusivamente, através da instituição de Cátedras e Leitorados<sup>533</sup> é uma promoção pouco mais que estéril, já que não cria o que hoje mais conta numa sociedade aberta e globalizada, a adoção de uma língua pelas massas<sup>534</sup>. Prova disso são as estatísticas da Eurobarómetro de 2001 já apresentadas (cf. quadro 1, p. 8) e que colocam a língua portuguesa com 0% de falantes como língua estrangeira (cf. p. 269), embora o mesmo *Relatório* de 2001 daquele organismo refira o Português como sendo falado, ocasionalmente, como língua estrangeira por 1% dos cidadãos e o *Rapport au Parlement de 2001* (p. 121), sobre a situação da língua francesa no mundo e em França citando o mesmo serviço como fonte<sup>535</sup>, afirma que 0,5% da população da UE fala português como língua não materna. Ou a Eurobarómetro não faz as suas pesquisas entre os universitários, ou, então, encontra-se alguma dificuldade em compreender a função dos leitorados.

---

<sup>533</sup> Ou qualquer outra modalidade que o Instituto Camões hoje promove à revelia da sua lei orgânica, em razão de motivos exclusivamente economicistas, sem nenhuma outra justificação, técnica ou pedagógico-científica.

<sup>534</sup> Esta referência às massas não pode ser confundida com qualquer megalomania ou crença de que de um golpe, uma massa de gente vai acorrer a aprender português num qualquer Centro de Língua Portuguesa que de facto, funcione como um Centro de ensino de língua portuguesa e não como uma eventual sala de recursos pedagógicos. Significa apenas que esse é um passo que tem de ser dado por que tem mais hipóteses de popularizar o Português do que um hipotético leitorado que serve apenas para proporcionar créditos a alunos de cursos os mais díspares, em busca de uma disciplina opcional não muito exigente, onde o professor, para garantir a sua estada, não corra o risco de ser demasiado rigoroso para não perder alunos no segundo semestre.

<sup>535</sup> Eurobaromètre, direction générale de l'éducation et de la culture, Commission européenne.

Os Centros Culturais Portugueses devem ser redirecionados nas suas prioridades e passar a ser estruturas de promoção e de ensino da língua como atividade principal e não como apêndice. Um Centro Cultural, que não proporcione a possibilidade servir o meio onde está inserido com um curso de português, não está a cumprir a sua missão.

O Instituto Camões em Lisboa assumiria, neste modelo, uma posição coordenadora, não de estruturas de contacto final com o público mas de estruturas regionais-continentais intermédias que, mais perto dos locais onde Centros de Língua, Leitorados e Centros Culturais atuam, responderiam mais facilmente à realidade regional. Estas estruturas regionais intermédias deveriam possuir uma composição leve e uma forma de financiamento suportada por patronos institucionais ou/e privados. Esta seria a diferença essencial face à única estrutura regional existente (IPOR), criada em circunstâncias particulares onde está sediada, para satisfazer um propósito específico, já mencionado no capítulo que lhe é dedicado, tendo provado que poderia ser uma estrutura suficientemente leve, ágil e pouco burocratizada.

Neste âmbito, o Estado deveria, a exemplo do que sucede com os modelos inglês ou francês, encontrar parceiros institucionais e privados, grande empresas públicas, que participem no financiamento do orçamento ou das atividades do Instituto Camões, ou como patronos de uma forma estável e acordada com o Estado, mediante a necessária contrapartida em benefícios fiscais para essas empresas, ou ainda como membros de uma estrutura societária resultante da recomposição do Instituto Camões, que deveria passar a ter um estatuto de pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública administrativa, em que o sócio Estado deteria uma maioria não inferior a 51%, a exemplo do que acontece no IPOR, mas com uma maior disseminação societária por parte dos outros sócios.

A nível de avaliação seria tratada a questão do desempenho de todos os setores envolvidos, em função dos objetivos definidos quer nas linhas gerais da política de língua, das estratégias adotadas para cada setor ou departamento, quer no planeamento efetuado com base na execução dos planos de atividade setoriais, e na análise dos relatórios anuais de cada organismo, da responsabilidade da Agência que produziria um documento final de toda a atividade de promoção da língua portuguesa no exterior. Obrigatoriamente os respetivos organismos passam a publicitar, quer os seus estudos, quer os seus planos de atividades e relatórios de execução anual, que ficam à disposição do público, quer nos seus sítios na *Internet* quer ainda na forma impressa.

A hipótese de modelo que agora se propõe, não tem em mente a substituição de uma situação por outra, mas a eficácia operacional. No passado, em particular entre os membros do *Grupo de Trabalho da CRSE para o Ensino Português no Estrangeiro*, em 1988, (cf. 104 e seguintes), era preconizada uma forma de estrutura que contemplava algumas soluções de coordenação de tipo supradepartamental, com pontos de contacto com a solução aqui proposta, onde se incluía a superintendência ou da Presidência da República ou do Conselho de Ministros.

Em França existe uma *Délégation Générale à la langue française et aux langues de France*, que é responsável pela conceção da política de língua do Governo francês, coordena a ação dos organismos públicos que promovem a língua francesa, procede à avaliação do sistema e dinamiza a sua ação e reflexão (produção de documentação de referência).

Esta proposta pretende, objetivamente, afastar-se do ciclo eleitoral, remover obstáculos burocráticos e de comunicação, agilizar processos, promover uma alternativa ao atual padrão de

financiamento das dotações orçamentais dos atuais organismos e o acesso, por parte dos cidadãos, à informação sobre as atividades e resultados delas, expondo, ao escrutínio público, matéria que frequentemente se classifica como um desígnio nacional a que deve corresponder equivalente empenhamento nacional.

O Observatório da Língua Portuguesa no Exterior constituiria um componente essencial desta estrutura, a nível da retroação e da correção do sistema, já que seria o responsável pela recolha de dados, por fazer a sua leitura e produzir elementos informativos, capazes de contribuir para um melhor planeamento, por proceder a ajustamentos estratégicos para melhor se poderem atingir os objetivos traçados politicamente. Para isso este Observatório teria, como uma das suas funções, monitorar o uso e o estatuto da língua portuguesa nas Organizações Internacionais, no âmbito da CPLP, e no resto do mundo.

Mais uma vez a função de um organismo deste tipo precisa de uma estrutura leve e ágil, composta por um núcleo de técnicos e especialistas e sem peso burocrático. Um organismo com estas características teria também por função colaborar com organismos internacionais, com o fim de promover o conhecimento, o mais real possível, da situação da língua portuguesa no exterior, fornecendo dados estatísticos atualizados.

Esta estrutura constituiria o aparato físico sobre o qual recairia a responsabilidade de aplicar e de executar as determinações de política de língua e cultura portuguesas para o exterior, tendo em conta o fator polidisseminador e pluricontinental que, hoje, marca a língua portuguesa.

Como política de primeira instância, decorrente das reiteradas afirmações nos Programas de Governo de que a língua portuguesa é uma língua de comunicação internacional e no firme propósito de que

«A expansão sustentada da Língua Portuguesa – atualmente a terceira língua europeia mais falada e a sexta a nível mundial – constitui um objetivo estratégico.»  
(XIV Programa de Governo)

«A identidade nacional [...] afirma-se no mundo através de fatores culturais e da defesa da língua portuguesa.» (XV Programa de Governo)

e, no reconhecimento, pelos Governos e pelos representantes do Estado Português, desta sua convicção e posição política no que respeita à prioridade que sempre atribuíram à língua portuguesa, preconiza-se que nas suas intervenções internacionais, declarações públicas e atos oficiais e formais de representação do Estado português, usem sempre primeiro e de preferência em exclusivo, a língua Portuguesa, fazendo-se acompanhar de tradutores/interpretes, para a comunicação em línguas estrangeiras, ainda que essa língua seja do seu conhecimento<sup>536</sup>, provendo uma real implementação nos organismos internacionais da logística e recursos humanos necessários ao uso efetivo da língua portuguesa, em articulação com o Brasil e os outros países de língua portuguesa.

Estas medidas nada têm de radical, trata-se, tão só, de assegurar que o protocolo de estado e a representação do Estado não estejam isentos da promoção e afirmação de um dos seus traços identitários enquanto representantes do povo e dos seus valores nacionais na certeza de que esta é, inequivocamente, uma forma de assumir o

---

<sup>536</sup> Esta medida não inclui os contactos informais ou não oficiais, onde o contacto pessoal e a intervenção de um terceiro elemento de mediação linguística não se tornam necessária.

estatuto da língua portuguesa como língua de comunicação internacional, de a valorizar enquanto tal e, deste modo,

«Valorizar a afirmação da cultura e da língua portuguesa no mundo» (XVII Programa de Governo)

No que respeita à vertente da intervenção, que tem estado ligada ao acompanhamento e ensino das designadas comunidades portuguesas no estrangeiro, a política de língua a seguir tem de, empenhadamente, passar pela entrada da língua portuguesa como língua estrangeira nos *curricula*, dos sistemas de ensino desses países onde existem estas comunidades, mas igualmente para além daqueles. Por outro lado o chamado Ensino Português no Estrangeiro, que incluía a lecionação de outras matérias como a História ou a Geografia de Portugal, numa perspetiva de regresso dos emigrantes a Portugal, visando dessa forma, facilitar a reintegração dos seus filhos no sistema de ensino português, dificilmente se justifica hoje.

Em primeiro lugar, porque os emigrantes não regressaram com filhos em idade escolar (básico ou secundário), em número que desse razão a esta política, e, em segundo lugar, conquanto aquelas matérias tenham valor patrimonial afetivo, não são irrecuperáveis, mesmo no caso de um ingresso no ensino superior em Portugal, dos alunos filhos de emigrantes.

Já aqui se disse, anteriormente, o que justifica esta política de inserção do PLE nos *curricula* estrangeiros: por um lado, continua a poder ensinar-se português aos filhos dos emigrantes que assim o pretendam, com os ganhos de, além daqueles, se poder ter alunos desses países a aprenderem português o que constitui também um objetivo da terceira vertente, a do ensino da língua portuguesa a estrangeiros. Além disso, promove-se, assim, uma verdadeira valorização da língua e uma melhor integração dos alunos de origem

portuguesa nos sistemas de ensino locais. Finalmente, assegura-se uma metodologia de ensino mais próxima das suas necessidades de aprendizagem, nos casos em que a proficiência desses alunos na língua de origem já se afasta da aprendizagem da língua como língua materna.

As estratégias para servir esta política têm de ser diversificadas quanto os sistemas de ensino em que queremos que esta inserção se faça, o que é sem dúvida complexo, mas não pode deixar de ser feito. No entanto, a atual política do XVII Governo, que fala exatamente desta integração, e que fala em reciprocidade de tratamento, é, como também já se referiu, excetuando as quatro línguas que já se ensinam no sistema de ensino Básico e Secundário português, de execução duvidosa. Acresce que estas quatro línguas estão já a ser postas em causa em termos de curto e médio prazo, já que se o Governo pretende generalizar o ensino de inglês no básico, com exclusão de outras possibilidades, está já, na prática, a inviabilizar o sucesso de uma eventual reciprocidade, com os países das outras três línguas.

Por isso, a política de provimento de línguas no ensino básico não pode nem ser feita na base da exclusividade do inglês, nem na de negar a sua importância. Por fim, a aplicação desta política de ensino português no estrangeiro, levaria a libertar dotações orçamentais que agora se esgotam na manutenção da atual política (cerca de 45 milhões de Euros), reorientando estas verbas para outras frentes de uma política de língua global.

Uma estratégia a adotar, e que é complementar, mas também impulsionadora e viabilizadora da estratégia da integração do português nos *curricula* estrangeiros, é a do estabelecimento com a Espanha, mas também com os países da União Europeia com maior presença de residentes de nacionalidade portuguesa, de protocolos

que visem a promoção das línguas dos parceiros. Esta estratégia poderia ser, primeiramente, seguida e implementada na região transfronteiriça com a Espanha. O estudo de viabilidade para a execução desta hipótese poderia tomar como referência o que já acontece entre a Espanha e a França ou a Alemanha e a França. Neste último caso a medida foi adotada no Conselho de Ministros Franco-Alemão de 26/10/2004.

Neste contexto, seriam elaborados planos estratégicos particulares, visando a assinatura de um protocolo luso-espanhol, um franco-português e um outro luso-alemão, que estabelecessem as metas para o desenvolvimento da aprendizagem das línguas da parceria. Este é um tipo de abordagem que, não só se enquadra nas diretivas da UE sobre a questão do multilinguismo, como promove a língua portuguesa com o empenhamento do parceiro.

Um segundo passo para estas parcerias para o multilinguismo seria o estabelecimento de escolas do ensino básico e secundário bilingue na região transfronteiriça, de forma a promover uma maior capacitação linguística a Portugal e a Espanha. Desta forma se poderia dar resposta ao aumento da procura da aprendizagem da língua portuguesa em Espanha e ao ensino do espanhol em Portugal, numa parceria para a promoção de um multilinguismo ativo<sup>537</sup>.

Na vertente dos países de língua portuguesa em África, a política teria de passar pelo reforço efetivo e continuado de uma política de formação de professores locais. Esta política deveria ser feita no quadro do IILP e da CPLP, num quadro de caracterização geral e de coordenação bilateral com esses países, para as parcerias a desenvolver numa base assente em programas de médio prazo.

---

<sup>537</sup> Deve ser realçado que a proposta destas parcerias não implica em qualquer das modalidades aqui propostas, uma menor atenção à aprendizagem de outras línguas, como o Inglês, apenas contribuiriam para uma maior qualificação dos parceiros.

O objetivo desta política é, naturalmente, a criação de condições para a progressiva autonomia, no domínio da formação de professores de português, nos países africanos de língua oficial portuguesa, e a capacidade de promoção e difusão da língua nos países limítrofes dos países de língua portuguesa, cujas estruturas já permitam uma parceria para a difusão como é o caso de Moçambique.

No caso de Timor-Leste, por ser um país linguisticamente isolado, a política definida deveria passar também por uma estratégia de estabilidade e de empenhamento de um quadro de professores estável, que garantisse uma maior integração no meio social e cultural do país, para além da política de formação de professores que, neste país, não pode ter apenas como alvo as questões da língua, mas também as das outras matérias escolares a serem ensinadas na língua portuguesa.

No contexto dos meios de comunicação social, o papel da rádio e da televisão (RDPI e RDP África, RTPPI e RTP África) deve assumir um cunho de política de língua e do seu papel fundamental na difusão da língua portuguesa, quer porque serve um público, este, de língua portuguesa, quer na ambição de alcançar um público lusófilo. Estes meios de comunicação têm de, pela qualidade e pela consciência do seu papel na promoção de Portugal e do universo lusófono, servir cada vez mais os interesses da lusofonia e do português internacional e orientar a sua atividade nesse sentido.

Uma atribuição que deveria ser incluída na estratégia do Instituto Camões é a de assumir um papel no ensino do PLE a nível interno. Neste âmbito, o Instituto Camões deveria reformular o seu Centro Coordenador dos Centros de Língua Portuguesa e redirecioná-lo no sentido de incluir o ensino de PLE às comunidades imigradas. Enquanto escola deveria afirmar-se como um centro de referência para a qualidade interna do ensino de PLE, como centro de formação

para os novos professores licenciados nesta área específica de ensino, proporcionando o primeiro contacto com os alunos estrangeiros, e facultando um ensino de qualidade. Este foi um papel que o *Goethe Institut* desempenhou no princípio da sua existência e que aproximaria o Instituto Camões da realidade portuguesa ao mesmo tempo que mostraria internamente, a relevância da sua ação no exterior, dando prova local do retorno do investimento que o Governo faz na difusão da língua Portuguesa como língua estrangeira.

A terceira vertente tem naturalmente que ver com a difusão da língua portuguesa no estrangeiro. A política a adotar, neste caso, passa por uma progressiva aproximação aos novos públicos, não só especializados como o público em geral. Esta questão não implica o abandono dos Leitorados que têm sido a base da difusão da língua a nível universitário, mas passa, numa primeira fase, pelo pleno aproveitamento dos Centros Culturais Portugueses como escolas de Língua.

Neste aspeto, urge uma aproximação aos modelos dos Institutos chamados congéneres. A eficácia passa, também, pela execução de estudos de mercado e pelo aproveitamento das oportunidades que a expansão da língua portuguesa vai criar a nível também universitário, noutras partes do Globo, nomeadamente, na Ásia e em todo o continente americano, devido ao papel crescente do Brasil na economia e na política daquele continente.

## **Conclusão**

Ao longo deste estudo evidenciou-se a existência, ainda que no plano formal, de que os Governos de Portugal têm manifestado nos seus programas, a ideia de que uma política de língua para o exterior que vise a promoção da língua portuguesa é matéria sobre a qual não se pode ser omissos, já que faz parte das preocupações de todos os redatores de todos os programas de Governo. O que Portugal não tem é um ciclo consistente de planeamento e execução. Os organismos responsáveis são incapazes de demonstrar a pertinência da sua existência e, logo, da sua atividade.

Demonstrado isto, postas à vista as raízes do problema, propôs-se como percurso:

- adequação da prática ao discurso político
- reformulação do papel e das modalidades de agir dos organismos que estão vocacionados para a execução da política de língua e de cultura;
- aceitação da política de língua para a identificação, conceção de planos, estabelecimento de objetivos, estratégias, como um domínio orientado politicamente para a intervenção e para a resolução de problemas;
- proposta de um modelo
- consequências previsíveis da sua aplicação, em termos de planos a curto, médio e longo prazo
- possíveis implicações a nível nacional e internacional

Um dos grandes problemas que tratámos neste trabalho foi o da manifesta e notória inadequação entre o discurso e a ação, ou se se preferir a não projeção na realidade dos discursos produzidos. Uma das razões que provavelmente induz esta situação é o facto de os organismos que atuam na área serem muitas vezes incapazes de demonstrar à tutela a relevância da sua ação. Isto é, um discurso pode ser inicialmente produzido com base numa primeira explicação bem-sucedida, mas quando as condições deixam de ser favoráveis em termos económicos, a única forma de conseguir provar a importância de determinado trabalho é através da submissão de informação à tutela que faça prova de que aquele organismo produz uma mais-valia, que pode sair prejudicada em caso de diminuição de investimento.

Ora sem a produção de investigação, sem a elaboração de documentação que demonstre o retorno do investimento feito e, ao mesmo tempo, os danos que podem ser produzidos em caso de diminuição de financiamento, não há forma de convencer a tutela, de que este, ou aquele, organismo justifica todo o esforço financeiro que o Governo faz com ele.

Por outro lado, o poder político precisa de assumir se quer realmente ter uma política de língua, se acredita que a língua portuguesa tem um papel a desempenhar no plano internacional e se, definitivamente, através de uma ação consistente reduz a diferença entre afirmações e procedimento reduzindo o fosso para com as suas apregoadas convicções. Um Governo, que afirma que quer valorizar a língua portuguesa no mundo e que quer promovê-la como língua de comunicação internacional, tem também de estar convicto de que esse é realmente o papel que a língua portuguesa deve desempenhar no mundo.

Se o mesmo Governo que produz aquelas afirmações, tiver dúvidas a esse respeito e entender que, no plano formal, essa deve ser a sua posição, mas que, na realidade, os problemas de comunicação internacional se resolvem aprendendo e falando inglês, então estamos perante uma situação em que a língua portuguesa já perdeu, à partida, as hipóteses que ainda lhe restam para se situar como uma das línguas do futuro.

Se assim fosse, estaríamos então perante uma verdadeira situação de delapidação de dinheiros públicos. Quer no que se investiu na promoção da língua portuguesa em África, quer no resto do mundo. Sobretudo, Portugal estaria a dizer a Timor-Leste que perdeu os primeiros anos da sua independência a lutar por uma língua que já os abandonou antes mesmo de a eles ter realmente chegado. Mas este não é, obviamente, o caso. A questão de Portugal não é um problema de convicção, porque o esforço que Portugal tem dedicado a esta política é prova suficiente de que existe convicção nas vantagens políticas da língua portuguesa. O problema, em Portugal, é, sobretudo, de direção, de planeamento e de determinação. Vencidas estas dificuldades não há tempo perdido, há tempo para se trabalhar.

Todas as propostas que neste estudo se fizeram têm por objetivo a operacionalidade e a eficácia do sistema, contemplam a possibilidade de correção do próprio sistema e introduzem nele, não como uma oposição externa ao sistema, mas como um componente fundamental do seu funcionamento, a avaliação para validação do modelo.

Uma outra proposta deste trabalho é a de que a política de língua deixe de depender de dois fatores que a têm impedido de prosseguir consistentemente a promoção da língua portuguesa no exterior. Porque uma política de língua é, na sua essência e substância uma política estrutural e de consenso nacional, é imperioso para a sua consistência e reforço que se opere uma separação desta política, do

frenesi da ação imediatista que impede Governos sucessivos de alcançar mais largo do que os quatro anos na sua visão política, que o ciclo eleitoral impõe e provoca.

Deste modo, eliminação da ligação dos mandatos dirigentes da estrutura coordenadora (Agência) à vigência de um programa eleitoral permite, não só, uma maior independência do sistema, mas também o respeito por este, por parte do poder político.

O segundo fator a que atrás se fez referência é o de, neste modelo, alcançada uma clara definição política, um planeamento fundamentado e uma estratégia delineada, as Instituições que os sirvam passem a ter um propósito, uma razão de ser que ultrapasse, o fator humano, que tem marcado, quer pela positiva, que é naturalmente uma mais-valia para o sistema, quer pela negativa, o que provoca os inconvenientes que têm marcado a existência destes organismos.

A marca desta proposta é a aposta na fundamentação que o estudo dos problemas e que a proposta de soluções garantem. E, nesse sentido, volta a justificar-se a referência aqui ao discurso do Senhor Presidente da República, na Conferência *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, em Dezembro de 2004, na Fundação Calouste Gulbenkian, onde proferiu duas afirmações cruciais: a primeira declarando que a língua portuguesa «é uma questão política, um desígnio nacional» e a segunda sublinhando o que se transcreve:

«É urgente tomar decisões políticas, que assentem numa base científica e rigorosa».

A apresentação neste estudo da hipótese de um modelo para a língua portuguesa no exterior, além de corresponder à proposição anunciada em título, é, antes do mais, um contributo para que a política de língua em Portugal possa ser entendida como uma área que tem mais

possibilidades de êxito se for objeto de estudos, passível de fundamentação estruturada e de um planeamento que permita pensá-la em termos estratégicos de longo prazo. Sobretudo quando a política de língua, enquanto disciplina que visa a intervenção com implicação direta na sociedade, pode, além de dar substância ao discurso, alimentá-lo com a visão clara de quem acredita que conhecer a realidade e identificar oportunidades é uma vantagem estratégica e política.

É para tornar possíveis e mais fiáveis os estudos, mais transparentes as decisões e mais qualificadas as medidas, que a criação de um observatório para a língua portuguesa no exterior se torna fundamental. Esta estrutura, uma vez implementada, deverá funcionar como a referência para a elaboração de estudos e dotará o poder político e os investigadores de informação fidedigna, de molde a permitir, tanto a uns como a outros, uma maior segurança, maiores avanços na investigação, alcance e sustentabilidade às suas medidas.

A proposta de contribuição que, aqui, modestamente se apresenta, aponta para que, na prática, e, no curto prazo, se produzissem alterações estruturais, a começar pelo facto de que todas as estruturas passariam a responder, política, orgânica e funcionalmente, a uma única tutela (a Agência), que todas as ações passariam a ser conhecidas de uma só entidade e, apenas por este facto, deixaria de ser possível invocar a duplicação de esforços por desconhecimento das atividades de outras estruturas que atuassem nesta área.

Uma operação deste género não implica burocracia nem estruturas que a sustentem, implica, isso sim, circulação de informação e organização sistematizada. Uma segunda alteração de curto prazo liga-se à forma como o Instituto Camões teria o seu orçamento financiado. A ser adotado o modelo de patronos doadores para este Instituto, à semelhança do que acontece com outras instituições, que

visam a promoção das línguas dos seus países, isso possibilitaria ao Estado, mesmo mantendo o atual nível de financiamento, e ao Instituto Camões, um orçamento maior que permitisse partir para a reconstituição das suas estruturas regionais.

No plano de médio e longo prazo, teoricamente, as alterações que este modelo poderia provocar incidiriam essencialmente na alteração do seu modo atual de chegar ao público. A atuação dos seus dirigentes passaria a poder ter como fundamentação, estudos de mercado que apontassem pontos favoráveis à sua ação e estratégias para a implantação do Instituto, deixando a sua atuação de ser de resposta a solicitações, para ser mais dinâmica na procura de novos alunos.

Mas o maior de todos os benefícios seria, talvez, a vantagem que adviria da adoção de medidas claras que, pelo facto de terem por horizonte não o receio sobre a sua interrupção (quer por alterações no Governo, quer por possíveis cortes orçamentais), mas a certeza da sua continuidade, o que provoca um fator adicional de motivação em quem trabalha e que, nesse âmbito, sabe com que fim o está a fazer.

Neste sentido, pode-se preconizar que, em termos nacionais a aplicação de um modelo baseado nas características descritas, poderá contribuir para uma maior participação de especialistas, para uma maior atenção a esta área, para uma melhor informação sobre as vantagens de uma política de língua portuguesa para o exterior, para uma melhor imagem e projeção do trabalho do Instituto Camões e dos outros organismos, mas igualmente para uma imagem de dinamismo da língua portuguesa que se projetará também no exterior.

Internacionalmente, uma maior definição política transmitirá consistência às ações e um melhor relacionamento e de melhor

confiança, com os interlocutores estrangeiros que, deste modo, e no caso dos leitorados, poderão contar que a estabilidade das decisões tomadas, onde o elemento incerteza sobre a continuidade, ou não, de um leitorado não dependerá de nenhuma “re-estruturação” inesperada. Uma política de língua clara trará, inevitavelmente, o respeito pelas nossas posições e pelas nossas iniciativas, contribuirá para um trabalho profissional e decidido na parceria com os outros países de língua portuguesa, promoverá a dinamização do IILP e o reforço da língua portuguesa nos organismos internacionais onde o português é língua de trabalho.

A língua portuguesa não é hoje uma língua de comunicação global no sentido em que aqui se definiu, enquanto língua significativamente usada por falantes de outras línguas. Mas é, enquanto língua materna e oficial em oito países, de quatro continentes, sem quaisquer ambiguidades, uma língua que define um bloco linguístico internacional, corporizado na CPLP, com uma margem de crescimento superior ao francês.

A evolução de língua internacional de um bloco linguístico global, para língua de comunicação internacional, depende de muitos fatores, nem todos controláveis do ponto de vista da política e do planeamento da língua, já que são de tipo económico, de desenvolvimento dos Países de língua portuguesa e, sobretudo, do Brasil e do seu crescimento enquanto potência mundial.

No entanto, a potencialidade para que a língua portuguesa alcance esse estatuto existe como é prova o estatuto formal que conquistou, enquanto língua oficial e de trabalho, nos organismos internacionais multilaterais. A responsabilidade política de Portugal é assumir essa potencialidade como uma vantagem para projetar uma imagem forte da língua portuguesa. Para isso Portugal necessita de uma política de língua, de um planeamento, de estruturas estáveis que lhe permitam

desenvolver e adotar estratégias de médio e longo prazo com credibilidade interna, a nível da CPLP e externamente.

No plano linguístico mundial há espaço para a língua portuguesa e esse espaço tem de ser rentabilizado. A margem para a expansão da língua, sem uma intervenção concertada dos seus falantes, é que se pode ir tornando mais estreita.

## Bibliografia

- (1976-1978). Programa do I Governo Constitucional: 134.
- (1978). Programa do II Governo Constitucional: 162.
- (1978). Programa do III Governo Constitucional: 161.
- (1978-1979). Programa do IV Governo Constitucional: 78.
- (1979-1980). Programa do V Governo Constitucional: 23.
- (1980-1981). Programa do VI Governo Constitucional: 36.
- (1981). Programa do VII Governo Constitucional: 58.
- (1981-1983). Programa do VIII Governo Constitucional: 59.
- (1983-1985). Programa do IX Governo Constitucional: 85.
- (1985). Regula a criação e a atividade dos Centros Culturais a estabelecer pelo Estado Português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Decreto-Lei n.º 405/85.
- (1985-1987). Programa do X Governo Constitucional: 68.
- (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo. n.º 46/86, de 14 de Outubro, integra as alterações aos artigos 12.º, 13.º, 31.º e 33.º, introduzidas pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro: 52.
- (1987-1991). Programa do XI Governo Constitucional: 80.

(1991). Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Resolução da Assembleia da República n.º 26/91.

(1991). Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Resolução da Assembleia da República n.º 26/91: 45.

(1991-1995). Programa do XII Governo Constitucional: 89.

(1992). Criação do Instituto Camões. Decreto-Lei n.º 135/92.

(1992). Estabelece a orgânica do Instituto Camões. Decreto-regulamentar n.º 15/92.

(1994). Aprova a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Decreto-Lei n.º 48/94.

(1995). aprova a nova Lei Orgânica do Instituto Camões. Decreto-Lei n.º 52/95.

(1995-1999). Programa do XIII Governo Constitucional: 130.

(1997). Aprova a Lei orgânica do Instituto Camões. Decreto-Lei n.º 170/97.

(1999-2002). Programa do XIV Governo Constitucional: 140.

(2000). Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. 2000/C 364/01: 22.

(2000). El Idioma Castellano en Portugal, Exportaciones de Castilla y León, S.A.: 31.

(2002-2004). Programa do XV Governo Constitucional: 201.

(2003). Proposta de Lei de Bases da Educação. 47/Prop/2003: 79.

(2003). Região Administrativa Especial de Macau. Relatório ao Parlamento Europeu: 22-26.

(2004-2005). Programa do XVI Governo Constitucional: 225.

(2005-2009 (?)). Programa do XVII Governo Constitucional: 161.

AAVV (1983). A Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa, ICALP.

AAVV (1994). Images Reciproques France-Portugal. Paris, ADEPBA.

AAVV (1997). "Strong" and "weak" languages in the European Union - Aspects of Linguistic Hegemonism. "Strong" and "weak" languages in the European Union - Aspects of Linguistic Hegemonism, Thessaloniki, Centre For the Greek Language.

AAVV (2000). As Chaves do Século XXI. Lisboa, Instituto Piaget.

AAVV (2003). Lusophonie et multiculturalisme. Arquivos do centro Cultural Calouste Gulbenkian, Lisboa, Centro cultural Calouste Gulbenkian.

AAVV (2004). La Bataille pour le Français. Paris, ADPF, Association pour la Diffusion de la Pensée Française.

AAVV (2004). A Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Abdou, D. (2004). "Les priorités de la francophonie international." Libres n.º 2 (Géopolitique de la langue française): pp. 33-36.

Ager, D. (1996a). "Francophonie" in the 1990's problems and opportunities. Clevedon, Multilingual matters LTD.

Ager, D. (1996b). Identity, Community and Language Policies in Contemporary France. Language Education for Intercultural

Communication. D. Ager e G. M. S. Wright. Clevedon, Multilingual Matters LTD: pp.71-90.

Ager, D. (1996c). Language policy in Britain and France: the processes of policy. London, Cassel.

Ager, D. (1999). Identity, Insecurity and Image, France and Language. Clevedon, Multilingual Matters.

Ager, D. (2001). Motivation in language planning and language policy. Clevedon, Multilingual Matters LTD.

Ager, D. (2003). Ideology and Image Britain and Language. Clevedon, Multilingual Matters.

Ager, D., G. Muskens, et al., Eds. (1993). Language Education for Intercultural Communication. Bristol, Multilingual Matters LTD.

Alarcão, A. d. (1978). O Futuro Demográfico de Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Amaral, V. B. d. (1944). Cultura, Defesa e Expansão da Língua Portuguesa. Lisboa, Edição da Revista de Portugal.

Annamalai, E. (2003). "Reflections on a Language Policy for Multilingualism." Language Policy 2(2): pp.113-132.

Arnaud, S., Guillou, Michel e Salon, Albert (2002). Les Défis de la Francophonie - Pour une mondialisation humaniste. Paris, Alfarhès.

Barbour, S. e Carmichael, C., Eds. (2000). Language and Nationalism in Europe. Oxford, Oxford University Press.

Barrat, J. e Moisei, C. (2004). Géopolitique de la Francophonie - Un nouveau Souffle?, La Documentation Française.

BC (2002). Annual Report 2001-2002. N. Semmens. London, British Council: 56.

BC (2003). British Council annual report 2002-2003. London, British Council: pp.26.

BC (2004). Strategy 2010, Our vision for the future. London, British Council: pp.12.

Berdichevsky, N. (2004). Nations, Language and Citizenship. Jefferson, McFarland & Company, Inc., Publishers.

Bijeljic, R. e Breton, R. (1997). Du langage aux langues. Paris, Gallimard.

Block, D. e D. Cameron, Eds. Globalization and language teaching.

Braga, G. e Civelli, E. M., Eds. (1982). Linguistic Problems and European Unity. Milano, Franco Angeli Editori.

Breton, R. (2003). Atlas des langues du monde, Une pluralité fragile. Paris, autrement.

Brimelow, P. (1990). Bilingualism Brouhaha in Canada. National Review: 20-22.

Cabrita, E. M. (2004). "O inglês como Língua Franca?" Polifonia n.º 7: pp. 95-105.

Calvet, L.-J. (1987 e 1999). La Guerre des Langues et les politiques linguistiques. Paris, Hachette.

Calvet, L.-J. (1999). Pour une écologie des langues du monde. Paris, Plon.

Calvet, L.-J. (2002). Le marché aux langues - Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris, Plon.

Cardoso, E. A. (1994). "Em Prol de uma Política Linguística em Cabo Verde." Colóquio Educação e Sociedade **6**: 189-200.

Carvalho, J. A. (1988). Por uma Política do Ensino da Língua. Porto Alegre, Mercado Aberto.

Caullery, I. (2004). "La francophonie: une réponse pour une mondialisation mieux maîtrisée et humanisée." Libres n.º 2 (Géopolitique de la langue française): pp. 37-38.

Caviedes, A. (2003). "The Role of Language in Nation-Building within the European Union." Dialectical Anthropology **27** (3-4):pp. 249-268.

Certeau, M., Dominique, Julia et Revel, Jacques (1975). Une politique de la langue. Paris, Gallimard.

Chareille, S. (2003). "Planificación lingüística y constitución de un bloque regional." Language Problems & Language Planning **n.º 27:1** (1): pp. 63-70.

Chaudenson, R. (2000). Mondialisation: la langue française a-t-elle encore un avenir? Paris, Institut de la Francophonie, diffusion Didier Érudition.

Chaudenson, R. (2004). Pour une Stratégie Différenciée de Promotion du Français. La Bataille pour le Français. Paris, ADLF, Association pour la Diffusion de la Pensée Française: 72.

Chiti-Batelli, A. (2003). "Can anything be done about the "glottophagy" of English?" Language Problems & Language Planning **n.º 7:2**: 137-153.

Clapié, M. et al, Ed. (2004). Géopolitique de la langue française. Paris, François-Xavier de Guilbert.

Combe, P. J. d. L. e Wismann, H. (2004). L'avenir des Langues. Paris, Les Éditions du Cerf.

Cooper, R. L., Ed. (1982). Language spread: studies in diffusion and social change. Bloomington, Indiana University Press and Washington DC, Center for Applied Linguistics.

Cooper, R. L. (1984). Language Planning, Language Spread and Language Change. Language Planning and Language Education. C. Kennedy. London, George Allen & Unwin: pp.17-36.

Cooper, R. L. (1989). Language Planning and Social Change. Cambridge, Cambridge University Press.

Coracini, M. J., Ed. (2003). Identidade e Discurso. Campinas, Argos.

Corker, M. (2000). "Disability Politics, Language Planning and Inclusive Social Policy." Disability & Society **15**(3): pp. 445-461.

Cosmai, D. (2003). Tradurre per l'Unione Europea. Milano, Hoepli.

Costa, J. (2003). "Catalan Linguistic Policy: Liberal or Illiberal?" Nations and Nationalism **9**: 413-432.

CPLP (1997). Declaração de Lisboa (Ministros da Educação). Lisboa, CPLP.

CPLP (1998). I Conferência dos Ministros da Educação da CPLP (1997). M. E.-. GAERI. Lisboa, CPLP: 79.

CRSE, C. d. R. d. S. E. (1988). Proposta Global de Reforma - Relatório Final. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

Crystal, D. (2001). English as a Global Language. Cambridge, Canto/Cambridge University Press.

Crystal, D. (2004). The Language Revolution. Cambridge, Reino Unido, Polity Press.

Dafis, L., Ed. (1992). Lesser used Languages.

Dargent, R. (2004). "L'État et la langue française. Comment défendre efficacement notre langue?" Libres n.º 2(Géopolitique de la langue française): pp. 51-61.

Defays, J.-M. (2003). Le français langue étrangère et seconde. Hayen, Mardaga.

DfES (2002). Languages for All: Languages for Life, A Strategy for England. Nottingham, Department for Education and Skills: pp.46.

Dil, A. S., Ed. (1972). The ecology of Language, Essays By Einar Haugen. Stanford, Stanford University Press.

Djité, P. G. (1994). From Language Policy to Language Planning. ACT, The National Languages and Literacy Institute of Australia.

Eades, D., Fraser, H. et al. (2003). Linguistic Identification in the Determination of Nationality: a Preliminary Report. Language Policy. **2**: 179-199.

Echardour, A. (1996). Les Jeunes d'Origine Portugaise Immigrés ou enfants d'immigrés. INSEE Première. **427**: 1-4.

Education, C. C. f. C. C.-o. (1999). Linguistic diversity for democratic citizenship in Europe. Education Committee Council for Cultural Co-operation. Towards a framework for language education policies, Innsbruck, Austria, Council of Europe Publishing.

El Tibi, Z. (2004). "Le Québec, l'Amérique en français." Libres n.º 2(Géopolitique de la langue française): pp. 39-46.

Eurydice (2002) Key Data on Education in Europe 2002, Chapter H: Foreign Languages, EC.

Eurydice (2005). Key Data on Teaching Languages at School in Europe, EC.

Ferreira, M. J. S. d. B. L. (1996). A Lusofonia e a Política da Língua e da Cultura, a Cooperação com os Países Africanos Lusófonos. Lisboa, Universidade Aberta: 241.

Fill, A. e Muhlauser, P., Eds. (2001). The ecolinguistics reader. London, Continuum.

Fishman, J. A. (1972a). Language and nationalism: two integrative essays. Rowley, MA, Newbury House.

Fishman, J. A. (1972b). The sociology of language: an interdisciplinary social science approach to language in society. Rowley, Massachusetts, Newbury House Publishers.

Fishman, J. A., Ed. (2001). Handbook of Language and Ethnic Identity. Oxford, Oxford University Press.

Fishman, J. A., Cooper, R. L. et al. (1977). The spread of English: the sociology of English as an additional language. Rowley, Massachusetts, Newbury House Publishers.

Fishman, J. A., Ferguson, C. A. e Das Gupta, J., Eds. (1968). Language Problems of Developing Nations. Nova York, John Wiley and Sons.

Fontoura, M. M. (1992). Para a História do Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro: 1910-1990. Lisboa, Comissão das Comunidades Europeias.

Fossum, J. E. (2001). The European Union In Search of an Identity. European Journal of Political Theory. **2**: 319-340.

Française, D. G. à. I. L. (2002). Rapport au Parlement sur l'application de la loi du 4 août 1994 relative à l'emploi de la langue française 2001. Paris, Ministère de la culture et de la communication - Délégation générale à la langue française: 175.

France, D. G. à. I. L. F. e. a. L. d. (2003). Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française 2002. Paris, Ministère de la culture et de la communication - Délégation générale à la langue française et aux langues de France: 83.

France, D. G. à. I. L. F. e. a. L. d. (2004). Rapport au Parlement sur l'emploi de la Langue Française 2003. Paris, Ministère de la Culture et de la Communication: 83.

France, D. G. à. I. L. F. e. a. L. d. (2005). Rapport au Parlement sur l'emploi de la langue française 2004. Paris, Délégation générale à la langue française et aux langues de France.

Galisson, R., Ed. (1973). Pour une méthodologie de l'enseignement du sens étranger. ELA. Paris.

Gambotti, C. (2004). "Situation de la langue française sur le territoire de la République et dans le monde." Libres 2 (Géopolitique de la Langue Française): 13-21.

Gil, J. (2005). Portugal, Hoje, O Medo de Existir. Lisboa, Relógio d'água.

Ginsburgh, V. e Weber, S. (2005). "Language Disenfranchisement in the European Union." Journal of Common Market Studies **43**(2): 273-286.

Gomes, A. (1994). "À Procura de uma Política de Língua para África." Colóquio Educação e Sociedade **6**: 159-188.

Graddol, D. (1997 e 2000). The Future of English? A guide to forecasting the popularity of the English Language in the 21st century. London, The British Council.

Graddol, D. (2004). The Future of English (Preliminary Results). Going Global: The UK International Education Conference, Edinbrough, British Council.

Griesmar, D. (2004). "Penser la langue en politique." Libres n.º 2 (Géopolitique de la langue française): pp. 63-70.

Grin, F. (2003). Language Policy Evaluation and the European Charter for Regional or Minority Languages. Houndmills, Palgrave MacMillan.

Grosso, M. J. d. R. (1999). O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa. Departamento de Língua e Cultura Portuguesas. Lisboa, Universidade de Lisboa: 460.

Gruenais, M.-P., Ed. (1988). États de Langues. Paris, Fayard.

Guillourel, H. e Koubi, G. Eds. (1999). Langues & Droits - Langues du Droit, Droits des Langues. Bruxelles, Bruylant.

Haugen, E. (1966). Language Conflict and Language Planning: The Case of Modern Norwegian. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Haugen, E. (1972). The Ecology of Language. Stanford, California, USA, Stanford University Press.

Haugen, E. (1987). Blessings of Babel, Bilingualism and Language Planning. Amsterdam, Mouton de Gruyter.

Hagen, S. et al. (1993). *The Language audit, A handbook for auditing consultants*. London, The Open University: 19.

Hélot, C. (2003). "Language Policy and the Ideology of Bilingual Education in France." *Language Policy* **2**(3): 255–277.

Héran, F., Filhon, A. et al. (2002). La dynamique des langues en France au fil du XXe siècle. *Population & Sociétés*. **830**: 1-4.

Hornberger, N. H. (2002). Multilingual Language Policies and the Continua of Biliteracy: an Ecological Approach. *Language Policy*. **1**: 27-51.

Houaiss, A. (1960). *Sugestões para uma Política da Língua*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

ICA (1996). Plano de Atividades de 1997. Lisboa, Instituto Camões: 19, policopiado.

ICA (1996). Síntese de Atividades 1996. Lisboa, Instituto Camões: 41, policopiado.

ICA (1998). Atividades 1996/97. Lisboa, Instituto Camões: 89, policopiado.

ICA (1998). Relatório de Atividades de 1997. Lisboa, Instituto Camões: 33, policopiado.

ICA (1999). Plano de Atividades ano 2000. Lisboa, Instituto Camões: 35, policopiado.

ICA (1999). Relatório de Atividades de 1998. Lisboa, Instituto Camões: 124, policopiado.

ICA (2000). Plano de Atividades ano 2001. Lisboa, Instituto Camões: 56, policopiado.

ICA (2001). Plano de Atividades 2002. Lisboa, Instituto Camões: 79, policopiado.

ICA (2002). Plano de Atividades e Orçamento - Centros de Custo para 2003. Lisboa, Instituto Camões: 73, policopiado.

ICA (2003). Contributos para a Definição de uma Estratégia para a Língua Portuguesa no Espaço CPLP. Lisboa, Instituto Camões: 17, policopiado.

ICA (2003). Estratégia, Plano de Atividades, Projetos, Iniciativas e Medidas Desenvolvidas pelo Instituto Camões de 14 de Maio de 2002 a 31 de Janeiro de 2003. Lisboa, Instituto Camões: 34, policopiado.

ICA (2004). Plano de Atividades 2005. Lisboa, Instituto Camões: 13, policopiado.

ICA (2004). Relatório de Atividades - Janeiro a Dezembro de 2003. Lisboa, Instituto Camões: 45, policopiado.

ICP (2003). A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XX (versão de 2003). Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa (atual IPAD): 53.

INE (2004). Estatísticas da CPLP. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INRA (2001). Europeans and Languages. EUROBAROMETER 54 Special. Bruxelas, The Education and Culture Directorate-General, EC: 60.

IPOR (1989). Plano de Atividades e Orçamento para 1990. Macau, IPOR: 20, policopiado.

IPOR (1990). Plano de Atividades e Orçamento para 1991. Macau, IPOR: 7, policopiado.

IPOR (1990). Programa para um Triénio (1990-1992). Macau, IPOR: 20, policopiado.

IPOR (1991). Plano de Atividades e Orçamento para 1992. Macau, IPOR: 9, policopiado.

IPOR (1991). Relatório de Atividades de 1990. Macau, IPOR: 11, policopiado.

IPOR (1992). Plano de Atividades e Orçamento para 1993. Macau, IPOR: 9, policopiado.

IPOR (1992). Relatório de Atividades de 1991. Macau, IPOR: 12, policopiado.

IPOR (1993). Plano de Atividades para 1994. Macau, IPOR: 13, policopiado.

IPOR (1993). Relatório de Atividades e Contas de 1992. Macau, IPOR: 15, policopiado.

IPOR (1994). Plano de Atividades para 1995. Macau, IPOR: 17, policopiado.

IPOR (1994). Relatório de Atividades e Contas de 1993. Macau, IPOR: 19, policopiado.

IPOR (1995). Plano de Atividades para 1996. Macau, IPOR: 16, policopiado.

IPOR (1995). Preparar o IPOR para o Séc. XXI. Macau, IPOR: 8, policopiado.

IPOR (1995). Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 1994. Macau, IPOR: 27, policopiado.

IPOR (1996). Plano de Atividades para 1997. Macau, IPOR: 36, policopiado.

IPOR (1996). Reflexão para um Triénio (1997-1999). Macau, IPOR: 3, policopiado.

IPOR (1996). Relatório de Atividades e contas do Exercício de 1995. Macau, IPOR: 27, policopiado.

IPOR (1997). Plano de Atividades e Orçamento para 1998. Macau, IPOR: 37, policopiado.

IPOR (1997). Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 1996. Macau, IPOR: 59, policopiado.

IPOR (1998). Ensino Extracurricular do Português em Macau, A situação da Língua Portuguesa no IPOR. Macau, IPOR: 11, policopiado.

IPOR (1998). Plano de Atividades e Orçamento para 1999. Macau, IPOR: 45, policopiado.

IPOR (1998). Relatório e Contas do Exercício de 1997. Macau, IPOR: 78, policopiado.

IPOR (1999). Plano de Atividades e Orçamentos de 2000. Macau, IPOR: 55, policopiado.

IPOR (1999). Relatório e Contas do Exercício de 1998. Macau, IPOR: 85, policopiado.

IPOR (2000). Plano de Atividades e Orçamento de 2001. Macau, IPOR: 163, policopiado.

IPOR (2000). Relatório e Contas do Exercício de 1999. Macau, IPOR: 96, policopiado.

IPOR (2001). Plano de Atividades e Orçamento para 2002. Macau, IPOR: 84, policopiado.

Judt, T. e Lacorne, D. Eds. (2004). Language, Nation, and State, Identity Politics in a Multilingual Age. Europe in Transition: The NYU European Studies Series. New York, Palgrave Macmillan.

Juillard, C., Calvet, L.-J. *et al.*, Eds. (1996). Les politiques linguistiques, mythes et réalités. Universités Francophones. Montréal, AUPELF-UREF.

Kaplan, R. B. e Bauldauf. Jr., R. B. (1997). Language Planning, from practice to theory. Clevedon, Multilingual Matters.

Kasuya, K. (2001). "Discourses of Linguistic Dominance: A Historical Consideration of French Language Ideology." International Review of Education **47**(3 – 4): pp.235–251.

Kennedy, C., Ed. (1984). Language planning and language education. London, George Allen & Unwin.

Kennedy, C., ed. (1989). Language Planning and English language teaching. Cambridge, Prentice Hall.

Kersaudy, G. (2001). Langues sans frontières, À la découverte des langues de l'Europe. Paris, Autrement.

Khubchandani, L. M. (2003). "Defining Mother Tongue Education In Plurilingual Contexts." Language Policy **2**(3): pp.239–254.

Kloss, Heinz (1966). Types of multilingual communities: A discussion of ten variables. Sociological Inquiry 36: 7-17.

Kramsh, C. (1998). Language and Culture. Oxford, Oxford University Press.

Kymlicka, W. e Patten, A., Eds. (2003). Language rights and political theory. Oxford, Oxford University Press.

Lachman, K. M. (2003). Defining Mother Tongue Education in Plurilingual Contexts. Language Policy. **2**: 239-254.

Lambert, R. D., Ed. (1994). Language Planning Around the World: Contexts and Systemic Change. Washington, National Foreign Language Center.

Lang, J. (2003). Une école élitare pour tous. Paris, Gallimard.

Lecherbonnier, B. (2005). Pourquoi veulent-ils tuer le français? Bruxelles, Albin Michel.

Lumms, C. Douglas (1977), English Conversation as Ideology: Essay on Language. Ed. por Y. Kurokawa. Tokyo: Kiriara Shoten.

Macedo, D., Bessie D. e Gounari P. (2003). The Hegemony of English. Boulder, Colorado, USA, Paradigm Publishers.

Marginson, S. (1999). "After globalization: emerging politics of education." Journal of Education Policy **VOL. 14**(NO. 1): 19- 31.

Marín, F. A. M. (1995). "Política lingüística y lenguas iberoeuropeas." Razón y Fe - Revista Hispanoamericana de Cultura **331**: pp.139-159.

Mar-Molinero, C. (2000). The Politics of Language in the Spanish-Speaking World. London, Routledge.

Martel, A. (1999). "Culturally colored didactics: The sociopolitical at the heart of second/foreign language teaching in Francophone geolinguistic spaces." Instructional Science **27**(1-2): 73-96.

Martins, A. (1998). Atividades Dramáticas nos Jardins de Infância Luso-Chineses de Macau. Macau, Fundação Macau; DSEJ.

Martins, A., Folco, A.-M. *et al.*, Eds. (1994). O Português, Língua Internacional. Montréal, Confederação dos Organismos Portugueses do Québec, Centre de langues patrimoniales de l'Université de Montréal.

Massini-Cagliari, G. (2004). "Language Policy in Brazil: Monolingualism and Linguistic Prejudice." Language Policy **3**(1): 3-23.

Mateus, M. H. M. (1998). Uma Política de Língua para o Português. A Política do Português em África e na Europa, Lisboa, Colibri.

Mateus, M. H. M. (2001). Se a língua é um fator de identificação cultural, como se compreende que uma língua viva em diferentes culturas?, Faculdade de Letras da Universidade F. do Rio de Janeiro.

Mateus, M. H. M. (2002a). A Face Exposta da Língua Portuguesa. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Mateus, M. H. M. (2002b). Objetivos e estratégias de uma política linguística. XVIII Encontro Nacional da APL, Universidade do Porto.

Mateus, M. H. M. (2002c). Uma Política de Língua para o Português. A língua Portuguesa, Universidade de Santiago de Compostela.

Mateus, M. H. M., Ed. (2001). Mais Línguas Mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa (ata do colóquio, Janeiro de 2001). Lisboa, Edições Colibri.

Mateus, M. H. M., Ed. (2002). As Línguas da Península Ibérica (ata das conferências da Arrábida 2001). Lisboa, Edições Colibri.

Mathieu, C. (2004). "Géopolitique de la Francophonie." Libres n.º 2 (Géopolitique de la langue française): pp. 23-31.

Maurais, J. e Morris, M. A., Eds. (2003). Languages in a Globalising World. Cambridge, Cambridge University Press.

M. Economía (2000). Plan de Internacionalización. Madrid, Ministerio de Economía.

Montenay, Y. (2004). La Langue Française Face à la Mondialisation. Paris, Les Belles-Lettres.

Morfit, S. J. M. a. C. A., Ed. (1993). Language and International Studies: A Richard Lambert Perspective. Washington, National Foreign Language Center.

Morgiensztern, F., Ed. (2003). La Francophonie dans le monde 2002-2003. Paris, Larousse.

Mota, M. A. C. (1988). Moi il y a beaucoup de fois que commence à parler em portugais e termino en français. Revista ICALP: 93-100.

Mufwene, S. S. (2001). The Ecology of Language Evolution. Cambridge, Reino Unido, Cambridge University Press.

Muhlhausler, P. (2003). Language of Environment, Environment of Language - A course in Ecolinguistics. Totton, Battlebridge Publications.

Múrias, A. e Gomes, M. (2004). O Português no Parlamento Europeu. Negócios Estrangeiros. **7**: 85-91.

Nettle, D. R., Suzanne (2003). Ces langues, ces voix qui s'effacent. Paris, Autrement.

Oaks, D. D., Ed. (2001). Linguistics at Work. Cambridge, MA, USA, Heinle & Heinle, Thomson Learning.

Oliveira, L. B. d., Ed. (2003). Lusophonie et Multiculturalisme. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Oliveira, M. A. e Teixeira, C. (2004). Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá. Oeiras, Celta.
- O'Reilly, C. C., Ed. (2001). Language Ethnicity and the State. Hampshire, palgrave.
- O'Reilly, C. C. (2001). Language Ethnicity and the State. Hampshire, palgrave.
- Orlandi, E. P., Ed. (1988). Política Linguística na América Latina. Campinas, Pontes Editores.
- Parijs, P. v. (2002). "Linguistic Justice." politics, philosophy & economics **1**(1): 59-74.
- Parker, G. (2000). Language Planning and Language Management: The case of French. IJFS. **3**: 180-189.
- Parvaux, S. (2003). Langue et Littérature, l'exemple du portugais en France. Lusophonie et Multiculturalisme. L. B. d. Oliveira. Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. **XLVI**: 109-137.
- Patten, A. (2001). "Political Theory and Language Policy." Political Theory **29**(5): 691-715.
- Patten, A. (2003). "Liberal Neutrality and Language Policy." Philosophy & Public Affairs **31**:4: pp. 356-386.
- Pennycook, A. (1994). The Cultural Politics of English as an International Language. Harlow, Pearson Education.
- Pennycook, A. (1998). "The Right to Language: Towards a Situated Ethics of Language Possibilities." Language Sciences n.º **20**(1): 73-87.
- Phillipson, R. (1994). "English Language Spread Policy." International Journal of the Sociology of Language **107**: 7-24.

Phillipson, R. (1998). Globalizing English: Are Linguistic Human Rights an Alternative to Linguistic Imperialism? Language Sciences. **20**: 101-112.

Phillipson, R. (2001). "English and the world's languages." Humanizing Language Teaching (6), ano 3, Novembro de 2001, Londres, (<http://www.hltmag.co.uk/nov01/sart1.htm>).

Phillipson, R. (2003). English-only Europe? Challenging language policy. London, Routledge.

Phillipson, R. (1992 e 2003). Linguistic Imperialism. Oxford, Oxford University Press.

Phillipson, R. e Skutnab-Kangas, T. (1986). *Linguicism Rules in Education*. Roskild: Institute VI, Roskild University Centre (3 volumes).

Pilard, P. Ed. (2004). L'année Francophone International 2004, Le point sur l'espace francophone. Montréal, CIDEF-AFI.

Pilard, P. e Pascale, S. Ed. (2003). L'année Francophone Internationale 2003, Le point sur l'espace francophone. Québec, AFI.

Poche, B. (2000). Les langues minoritaires en Europe. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

Pool, J. (1991). The World Language Problem. Rationality and Society. **3**: 78-105.

Porcher, L. e Faro-Hanoun, V. (2000). Politiques Linguistiques. Paris, L'harmattan.

Rakotomalala, D. (2005). Le partenariat des langues dans l'espace francophone: description, analyse, gestion. Paris, L'harmattan.

Reis, C. (1992). "O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão." Discursos **1** (Estudos de Língua e Cultura Portuguesa): 17-30.

Ricento, T. (2000). "Historical and theoretical perspectives in language policy and planning." Journal of Sociolinguistics **4** (2): pp.196-213.

Ricento, T., Ed. (2005). An Introduction to Language Policy, Theory and Method. Language and Social Change. Oxford, Blackwell Publishing.

Riedler, N. B. (1986). "Cultural Identity and Public Policy: an Economic Analysis." Journal of Cultural Economics **10**: 45-56.

Rocha, T. A. (1992). Politique Linguistique: Quelques réflexions. O Ensino do Português nos Países da CE, Luxemburgo, Universidade Aberta.

Rosa, M. S. (2003). O poder e o desejo. Lisboa, Ministério da educação.

Rubin, J. e Jernudd, B. H., Eds. (1971). Can Language be Planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Countries. Hawaii: The University Press of Hawaii.

Rubin, J., Jernudd, B. H. et al. (1977). Language Planning Processes. Contributions to the Sociology of Language, The Hague, Mouton Publishers.

Salhi, K. Ed. (2002). French in and out of France. Modern Identities. Oxford, Peter Lang.

Salvador, G. (1993). Política Lingüística y Sentido Común. Madrid, Istmo.

Sampaio, J. (2004). A língua portuguesa - um desafio do presente para preparar o futuro. Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 361-364.

Schiffman, H. F. (1996). Linguistic culture and language policy. London, Routledge.

Scott, D. (2003). "Culture in Political Theory." Political Theory **31**(1): 92-115.

Seidlhofer, B., Ed. (2003). Controversies in Applied Linguistics. Oxford Applied Linguistics. Oxford, Oxford University Press.

Silva, J. F. d. e Gunnewiek, L. K. (1992). "Portuguese and Brazilian efforts to Spread Portuguese." International Journal of the Sociology of Language **95**: 71-92.

Silva, Vítor. A. (2004). Contributos para uma política da Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 25-35.

Skutnabb-Kangas, T. e Phillipson, R., Eds. (1995). Linguistic Human Rights, Overcoming Linguistic Discrimination. Berlin, Mouton de Gruyter.

Smith, S. S. e Kulynych, J. (2002). It May Be Social, but Why Is It Capital? The Social Construction of Social Capital and the Politics of Language. Politics & Society. **30**: 149-186.

Spolsky, B. (2004). Language Policy. Cambridge, Cambridge University Press.

Swaan, A. d. (2001). Words of the World. Cambridge, Polity Press.

Swaan, A. d. (2004). La constellation européenne des langues. Lignes. **L'Europe en partage**: 130-146.

Thomson, D. (1995). "Language, Identity and the Nationalist Impulse: Quebec." The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science **538** (Being and Becoming Canada): 69-82.

Tollefson, J. W., Ed. (2002). Language policies in Education. London, Lawrence Erlbaum, publishers.

Tonkin, H. e Timothy, R. Ed. (2003). Language in the 21st Century. Amsterdão, Países-Baixos, John Benjamins Publishing Company.

Tosco, M. (2004). The case for a laissez-faire language policy. Language & Communication. **24**: 165-181.

Totaro-Genevois, M. (2005). Cultural And Linguistic Policy Abroad, The Italian Experience. Clevedon, Multilingual Matters.

Traisnel, C. (1998). Francophonie, Francophonisme, groupe d'aspiration et formes d'engagement. Paris, Editions Panthéon Assas.

Trigo, V. (1995). Negociar na China. Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.

Truchot, C. et al. (1998). Introduction à la Politique Linguistique. Graz, European Centre for Modern Languages: pp.38.

Tse, L. (2001). "Why Don't They Learn English?", New York, Teachers College Press.

Turismo, S. d. E. d. C. e (2001). Plano de internacionalização (Espanha). Madrid, Ministério da Economia de Espanha - Secretaria de Estado de Comercio e Turismo: 34.

UNDP (2004). Human Development Report 2004, Cultural liberty in today's diverse world. New York, UNDP: 299.

Wallace, M. e Wray, A. (2002). "The Fall and Rise of Linguists in Education Policy-Making: From "Common Sense" to Common Ground." Language Policy **1**(1): pp.75–98.

Walter, H. (1988). Le Français dans tous les sens. Paris, Robert Laffont.

Wardhaugh, R. (1987). Languages in Competition. Oxford, UK, Blackwell.

Weinstein, B. Ed. (1990). Language Policy and Political Development. Norwood, Ablex Publishing.

Wodak, R. e Corson, D. Eds. (1997). Encyclopedia Of Language Education. London, Kluwer Academic publishers.

Wright, S. (2004). Language Policy and Language Planning, From Nationalism to Globalisation. London, Palgrave Macmillan.

Yaguello, M. (1998). Catalogue des idées reçues sur la langue. Paris, seuil.

Yaguello, M. (2004). Le français en question(s). La Bataille pour le Français. Paris, ADPF, Association pour la Diffusion de la Pensée Française: 72.